

DOMINGOS BUCHO

MARVÃO COM ROSTO

RUA A RUA, PORTA A PORTA, QUEM VIVIA,
COMO SE VIVIA E AS TRANSFORMAÇÕES DA VILA,
DA FORTALEZA E DAS SUAS IGREJAS ENTRE 1765 E 1974

NOTAS DE ACTUALIZAÇÃO

Página - coluna

- 39 - 1** Interpretações alternativas de José Pedro Martins Barata (1981):
“rostrum de Merlica” – esporão da Serra de São Miguel
“cimallias de aqua de vida” – nascentes da Ribeira de Avit na
Sierra Fria
“Castellum de Terron quomodo vadit ad monasterium de Pallante” – topónimos em Espanha de que restam poucos vestígios das respectivas construções.
- 91 ss** Toda a matéria relacionada com a Misericórdia foi profundamente actualizada e ampliada no livro Santa Casa da Misericórdia de Marvão (1520-2020), editado em 2020.
- 96-1** A investigação referida atrás (pp. 91 ss) prova a existência de um Hospital “Velho” na Travessa da Silveirinha cujas funções foram transferidas para o edifício a sul da igreja a partir da campanha de obras que terminou em 1759.
- 239-2 e 246-1** Nota sobre a questão da sepultura: apesar de deslocada da capela onde, por testamento, Manuel Carrilho se quis sepultar, esta pode ser a sua sepultura, que tem o ano do testamento - 1580 - e onde está inscrito, S D M^l CARRILHO QVE FALECEO NO ANO DE OITENTA; leia-se: Sepultura De Manuel etc.



Na página anterior: figurantes dos cortejos de oferendas à Santa Casa da Misericórdia de Marvão (anos de 1950)

MARVÃO COM ROSTO

Domingos Bucho

Marvão, 2017

FICHA TÉCNICA

Título

MARVÃO COM ROSTO

Autor

Domingos Bucho

Design gráfico

Nuno Brandão

Revisão

Fernanda Barrocas

Edição

© Domingos Bucho

Comercialização

Mercearia de Marvão

Inn Marvão de Catarina Bucho Machado, Unipessoal Lda.

Ajuda à edição

Direção-Regional de Cultura do Alentejo

Centro Cultural de Marvão

Santa Casa da Misericórdia de Marvão

Impressão

Consultores de Produção Publicitária / JG - Artes Gráficas, Lda.

Depósito legal n.º 426344/17

ISBN 978-972-96546-2-6

Local e data: Marvão, 2017

Dedico este livro à minha filha Catarina. Obviamente!

Porque esta memória de Marvão só foi possível realizar devido à recuperação e salvaguarda do Arquivo Histórico Municipal para o qual ela contribuiu de forma decisiva:

- com o seu trabalho voluntário nos verões das suas férias universitárias, a partir de 1998;
- com o enorme investimento que realizou na sua formação académica específica, para além da licenciatura, para que a Câmara pudesse satisfazer a exigência de possuir “(...) pessoal afecto ao arquivo municipal, com formação superior na área de arquivo”, um pré-requisito do Programa PARAM que subsidiou a constituição do arquivo;
- com a posterior integração de fundos documentais marvanenses, para além dos camarários, de que se conheciam tristes histórias de mutilações e perdas irreparáveis;
- com o carrear de inúmeros documentos de natureza vária, com interesse para a história do município, nomeadamente de cópias de documentos existentes, exclusivamente, na Torre do Tombo;
- com a dinamização competente e entusiástica de todo aquele edifício e sector de actividades, de que as exposições, as leituras partilhadas, a biblioteca itinerante e a Festa da Criança são apenas exemplos.

Após o seu despedimento sectário e persecutório em 2011, não obstante os dois concursos públicos que venceu (ambos anulados), o arquivo estagnou. Como diria Fernando Pessoa, “jaz morto e arrefece o menino de sua mãe”.

AGRADECIMENTOS

Testemunhos orais

Adília Maria de Sousa Franco Subtil Lopes Rijo (1939-), Angélica Sousa (1949-), António Alves (1943-), António Andrade (1938-), António Gil (1956-), António Graça (1945-), António Rosado (1923-), António Silvério (1946-), Augusto de Azevedo Costa Santos (1937-), Celeste Marchão Mendes (1945-), Dionísio Gomes (1952-), Edite Mourato Silva (1931-), Eulália Madeira (1951-), Fernanda Gomes Rosa (1956-), Fernando Nicau (1965-), Francisco Costa, Francisco Ramalho Subtil (1970), Francisco Vermelho (1931-), João Carlos Mena (1965-), João Mena (1934-2015), Joaquim Diogo Simão (1941-), Joaquina Cordeiro dos Santos Raposo (1944-), Joaquina Rosa Carrilho (1928-), José Maria Mouzinho Delgado (1920-2012), José Pinheiro (1931-), José Sanches (1950-), Julieta Garraio (1953-), Leandro Rosado (1940-), Lídia Lourenço (1960-), Manuel Branco da Paz (1934-), Manuel Joaquim Gaio (1957-), Margarida Morgado (1954-), Maria do Céu Alves Garcia (1948 -), Maria Fernanda (1947-), Maria de Jesus Alves Garcia (1952-), Maria João Mena (1964-), Maria Luiza Vasconcelos (1942-), Maria Paula César dos Reis (1956-), Maria Teresa Sabino Rosado (1941-), Matilde Marchão Pinheiro (1950-), Vítor José Vigia Cardina.

Fotografias e outros documentos gráficos

Fotografias avulsas

Angélica Sousa, António Andrade, Catarina Bucho Machado, Dionísio Gomes, Emília Mena, Fernanda Gomes Rosa, Irene Garraio, João Carlos Mena, Jacinta Antunes, João Carlos Mena, Joaquina Rosado Carrilho, Jorge Rosado, Manuel Joaquim Gaio, Maria Luiza Vasconcelos e Miguel Teotónio Pereira
Postais ilustrados da OCOGRAVURA, Lda

Captação de imagens de postais ilustrados em (<http://www.delcampe.net/>)

Fotografias, devidamente identificadas, de António Gil e de Raul Ladeira

Espólios fotográficos

António Silvério (espólio fotográfico de Jeremias da Conceição Dias)

Francisco Ramalho Subtil (espólio fotográfico do Dr. Manuel Ribeiro Ramalho)

Maria do Céu Alves Garcia e Maria de Jesus Alves Garcia (espólio fotográfico de António Garcia)

Maria Paula César dos Reis Varela (espólio fotográfico de Cezar Reis)

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana: todas as imagens SIPA oriundas da antiga DGEMN

Plantas militares e de obras municipais

GEAEM – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direcção de Infra-estruturas do Exército
Arquivo Histórico Municipal de Marvão

Consultoria científica

Professor Doutor Vítor Serrão (escultura e pintura)

Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge (arquitectura religiosa)

Traduções do latim

Padre Bonifácio Bernardo

Outras informações e colaborações

Fernando Pina (Arquivo Distrital de Portalegre), José Rijo (Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Marvão), Mário Ceia (Instituto Politécnico de Portalegre), Olga Ribeiro e Luís Ensinas (Biblioteca Municipal de Portalegre), Pedro Sobreiro (Repartição de Finanças de Marvão), Teresa Coelho (IPP), Funcionários da CMM que facilitaram o acesso à documentação: Ana Lúcia Carrilho, António Bonacho; Helena Barbas; Nuno Lopes.

SIGLAS

ACMM – Arquivo da Câmara Municipal de Marvão
ADP - Arquivo Distrital de Portalegre
AHMM – Arquivo Histórico Municipal de Marvão
AHML – Arquivo Histórico Militar de Lisboa
ASCMM – Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Marvão
BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa
CMM – Câmara Municipal de Marvão
DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGPC – Direcção-Geral do Património Cultural
DREMS – Direcção-Regional de Edifícios e Monumentos do Sul
DSE – Direcção dos Serviços de Engenharia (Ministério da Defesa)
GEAEM – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (DSE)
ICOMOS – International Council on Monuments and Sites
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
MOP – Ministério das Obras Públicas
SCMM - Santa Casa da Misericórdia de Marvão
SIDCARTA – Sistema de Informação para Documentação Cartográfica (Ministério da Defesa)
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (www.monumentos.pt) (IHRU)
SNI – Secretariado Nacional de Informação

CONVENÇÕES

- Os textos citados são transliterados sem qualquer actualização ortográfica.
- O mesmo critério foi seguido para a ortografia dos nomes de pessoas ou ruas que não serão colocados em itálico ou entre aspas.
- (?) significa texto que não se consegue ler.
- (palavra?) significa não se ter a certeza quanto à transliteração da palavra que está dentro dos parêntesis.
- [palavras ou partes de palavras que não constam no texto]
- [...] lacuna de texto
- (...) texto propositadamente em falta numa citação

Advertência: a ocorrência de algumas referências bibliográficas no próprio texto e não através de notas que remetam para o fim do capítulo deve-se ao facto de terem sido inseridas já depois do livro paginado.

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA DEDICATÓRIA AGRADECIMENTOS SIGLAS E CONVENÇÕES

PREFÁCIO 17 INTRODUÇÃO 19

I ORIGENS E CARACTERIZAÇÃO GERAL 35

- 1. ORIGENS E CARACTERIZAÇÃO GERAL 37
 - 1.1 UM SÍTIO AGRESTE 37
 - 1.2 O NEBULOSO PERÍODO MUÇULMANO 37
 - 1.3 A RECONQUISTA, AS DISPUTAS TERRITORIAIS E O POVOAMENTO DA VILA 38
 - 1.4 INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DA MALHA URBANA 40
 - 1.5 A TOPONÍMIA E AS DELIMITAÇÕES PAROQUIAIS 42
 - 1.6 A REFORTIFICAÇÃO DA PRAÇA A PARTIR DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO 43
 - 1.7 EM BUSCA DE UMA NOVA VOCAÇÃO 44

II PRAÇA DO PELOURINHO 47

- 2. PRAÇA DO PELOURINHO 49
 - 2.1 A PRAÇA COMO ESPAÇO URBANO 49
 - 2.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 51
 - 2.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 51
 - 2.4 A REMONTAGEM DO PELOURINHO 52
 - 2.5 O MARCO FONTENÁRIO E O MERCADO SEMANAL NOS ANOS 30 53
 - 2.6 AS CASAS DA CÂMARA 55
 - 2.6.1 A TORRE DO RELÓGIO E AS ANTIGAS PRISÕES DO PISO TÉRREO 55
 - 2.6.2 O ANTIGO SINO DA CÂMARA 56
 - 2.6.3 A ANTIGA CASA DO CARCEREIRO E A PRISÃO 57
 - 2.6.4 O TRIBUNAL 57
 - 2.6.5 A SALA DAS SESSÕES 58
 - 2.6.6 A ANTIGA SECRETARIA E A ESTAÇÃO “TELEGRAPHO-POSTAL” 58
 - 2.6.7 FACHADA DA ENTRADA 58
 - 2.6.8 OS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA EM 1900 59
 - 2.6.9 O EPISÓDIO DA TENTATIVA DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE DO CONCELHO PARA A PORTAGEM (VILA NOVA DE MARVÃO) 59
 - 2.6.10 OS PRESIDENTES DA CÂMARA DO PERÍODO FINAL DA MONARQUIA ATÉ AO PORTUGAL DEMOCRÁTICO 60
 - 2.7 RELAÇÃO DOS TABELIÃES/NOTÁRIOS DE MARVÃO (1692-1996) 62

III RUA DO ESPÍRITO SANTO 67

- 3. RUA DO ESPÍRITO SANTO 69
 - 3.1 TOPONÍMIA 69
 - 3.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 69
 - 3.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 70
 - 3.3.1 CASA DOS APOSENTOS DOS MINISTROS OU DOS JUIZES DE FORA E TAMBÉM DOS GOVERNADORAS MILITARES (Números de polícia: 1 e 1A) 70
 - 3.3.1.1 ILUSTRES QUE VIVERAM NA CASA ANTES DE SER DE FUNÇÃO E MEMÓRIAS DO SÉC. XX 72
 - 3.3.2 CASAS DO CONCELHO OCUPADAS COM OS OFICIAIS DA COMARCA E COM A TROPA 73
 - 3.3.2.1 MEMÓRIAS ORAIS PARA O SÉC. XX 73
 - 3.3.3 O EDIFÍCIO “DOS CORREIOS” E O ARCO GÓTICO 73
 - 3.3.3.1 MEMÓRIAS ORAIS PARA O SÉC. XX 73
 - 3.3.3.2 IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO EM 1820 E EM 1833: FREI JOÃO ESTACO MOURATTO 73
 - 3.3.3.3 O ÚLTIMO PROPRIETÁRIO DOS DOIS EDIFÍCIOS LIGADOS PELO ARCO: CÉSAR DOS REIS 75

- 3.3.3.3.1 O ARCO GÓTICO 80
- 3.3.3.4 A CHAMADA “CASA DO GOVERNADOR” 81
- 3.3.3.4.1 A RODA DOS EXPOSTOS 82
- 3.3.4.1.1 A ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS: DA RODA AO HOSPÍCIO 83
- 3.3.4.1.1.1 ANTES DO REGIME LIBERAL 83
- 3.3.4.1.1.1.1 A SOBREVIVÊNCIA DOS EXPOSTOS NESTE PERÍODO 83
- 3.3.4.1.1.2 O LIBERALISMO E A ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS (1836-1866) 83
- 3.3.4.1.1.2.1 A ABOLIÇÃO DAS RODAS E A CRIAÇÃO DOS HOSPÍCIOS (1867) 84
- 3.4 O URINOL 85

IV

LARGO DO ESPÍRITO SANTO 89

- 4. LARGO DO ESPÍRITO SANTO 91
- 4.1 A MISERICÓRDIA, O HOSPITAL E A IGREJA DO ESPÍRITO SANTO 91
- 4.1.1 A FUNDAÇÃO DA MISERICÓRDIA 91
- 4.1.2 A IGREJA DO ESPÍRITO SANTO 91
- 4.1.3 TRADIÇÕES PELO NATAL E PELA SEMANA SANTA 94
- 4.1.4 A DESCRIÇÃO DA IGREJA DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS 94
- 4.1.5 A IMAGINÁRIA DA IGREJA DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 1834 94
- 4.1.6 CAMPANHAS DE OBRAS 95
- 4.1.7 A IRMANDADE DAS CHAGAS DE CRISTO E OS PASSOS PROCESSIONAIS 96
- 4.1.8 O HOSPITAL 97
- 4.1.8.1 O MOVIMENTO DE DOENTES EM 1851 E AS MOLÉSTIAS MAIS FREQUENTES 97
- 4.1.8.2 A CONTABILIDADE DA SANTA CASA E DO HOSPITAL 97
- 4.1.8.3 COLABORAÇÃO ENTRE OS MILITARES E O HOSPITAL 97
- 4.1.8.4 O HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DURANTE AS GUERRAS LIBERAIS 98
- 4.1.8.5 OS MÉDICOS E OS FARMACÊUTICOS QUE TRABALHARAM NO MUNICÍPIO 99
- 4.2 O SEMINÁRIO, A SOCIEDADE RECREATIVA, AS ESCOLAS FEMININAS, O ASILO E OS VESTÍGIOS DE UM CEMITÉRIO 100
- 4.3 OS PROVIDORES DA SANTA CASA DO PERÍODO FINAL DA MONARQUIA ATÉ AO PORTUGAL DEMOCRÁTICO 102
- 4.4 AS FONTES DO LARGO DO ESPÍRITO SANTO 103
- 4.5 O PALAFRÉM DE MARVÃO NO SÉC. XIX 106
- 4.6 OS ESGOTOS, A NOVA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS E A CHEGADA DA LUZ ELÉCTRICA EM 1947 107

V

RUA DO AÇOUGUE 111

- 5. RUA DO AÇOUGUE 113
- 5.1 O AÇOUGUE, O CURRAL MUNICIPAL E A CASA DO PEIXE 113
- 5.1.1 TOPONÍMIA 113
- 5.1.2 O AÇOUGUE E O SEU MATADOURO 113
- 5.1.2.1 O FORNECIMENTO DE CARNE NO AÇOUGUE PÚBLICO 114
- 5.1.2.2 COMPRA, VENDA E MATANÇA DE GADO SUINO 115
- 5.1.3 O CURRAL DO CONCELHO 115
- 5.1.4 O “CONVÍVIO” COM OS ANIMAIS 115
- 5.1.5 A VENDA DE LEITE 117
- 5.1.6 A CASA DO PEIXE 117
- 5.1.7 OS VETERINÁRIOS MUNICIPAIS 117

VI

RUA DO CASTELO 119

- 6. RUA DO CASTELO 121
- 6.1 TOPONÍMIA 121
- 6.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 121
- 6.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 121
- 6.4 A CASA DA JANELA MANUELINA 121
- 6.5 A ANTIGA SEDE DA LEGIÃO PORTUGUESA 123

- 6.6 A CASA DOS POETAS 123
- 6.6.1 FERNANDA DE CASTRO (1900-1994) 123
- 6.6.2 JOÃO APOLINÁRIO (1924-1988) 124
- 6.7 O ARCO DA RUA DO CASTELO 126
- 6.7.1 O ARCO DA RUA DO CASTELO E A GUERRA CIVIL DE ESPANHA: UM EPISÓDIO INSUSPEITO 126
- 6.8 A CASA ONDE NASCEU JOSÉ CARRILHO VIDEIRA 128
- 6.9 FACHADAS VERNÁCULAS 129
- 6.10 A CASA DA FAMÍLIA PEIXEIRO: O INEVITÁVEL REVIVALISMO 130
- 6.11 O TORREÃO DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO 131

VII

O CASTELO E A CERCA URBANA 133

- 7. O CASTELO E A CERCA URBANA 135
- 7.1 ORIGENS 135
- 7.2 DESCRIÇÃO 136
- 7.2.1 O CASTELO 136
- 7.2.1.1 O PRIMEIRO RECINTO OU ALBACAR 136
- 7.2.1.2 O SEGUNDO RECINTO DO CASTELO 139
- 7.2.1.3 O CASTELO ANTES DAS INTERVENÇÕES OPERADAS PELO ESTADO NOVO 144
- 7.2.2 CERCA URBANA 146
- 7.2.3 TIPOLOGIA DAS FORTIFICAÇÕES 155
- 7.2.3.1 TIPOLOGIA DAS FORTIFICAÇÕES MEDIEVAIS 155
- 7.2.3.2 TIPOLOGIA DAS FORTIFICAÇÕES ABALUARTADAS 156
- 7.3 ARMAMENTO, GUARNIÇÃO E ESTADO DA PRAÇA NOS SÉCS. XVIII E XIX 157
- 7.3.1 ARMAMENTO, MUNIÇÕES E PÓLVORAS 157
- 7.3.2 GUARNIÇÃO 160
- 7.4 A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DA PRAÇA DE MARVÃO NO CONTEXTO FRONTEIRIÇO DOS FINAIS DO SÉC. XVIII 161
- 7.5 OS ALCAIDES, OS GOVERNADORES DA PRAÇA E OS ÚLTIMOS GUARDIÕES DO CASTELO 162
- 7.5.1 ALCAIDES 162
- 7.5.2 GOVERNADORES MILITARES 162
- 7.5.3 OS ÚLTIMOS GUARDIÕES DO CASTELO 162
- 7.6 BREVE CRONOLOGIA DA HISTÓRIA MILITAR DE MARVÃO 163

VIII

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA 171

- 8. LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA 173
- 8.1 IGREJA DE SANTA MARIA 173
- 8.1.1 CRONOLOGIA E PADROADOS 173
- 8.1.2 DESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA 174
- 8.1.2.1 O BAPTISTÉRIO (1757) 176
- 8.1.2.2 CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO 176
- 8.1.2.3 A CABECEIRA COM SUAS SACRISTIAS 177
- 8.1.2.4 MEMÓRIA DE ALTARES NAS PAREDES TESTEIRAS DAS NAVES 178
- 8.1.2.5 A NAVE SUL COM A PORTA DO SOL E A ENTRADA PARA A TORRE SINEIRA 179
- 8.1.2.6 O EXTERIOR DA IGREJA E SUAS FACHADAS 180
- 8.1.3 ASPECTOS CULTURAIS E DOUTRINAIS EXUMADOS DAS VISITAÇÕES 180
- 8.1.3.1 REPRESENTAÇÕES TEATRAIS NA SEMANA SANTA 180
- 8.1.3.2 UMA PREOCUPAÇÃO ECOLÓGICA QUANDO DA VISITAÇÃO DE 1692 180
- 8.1.3.3 O "INTERESSE" SALVÍFICO 180
- 8.1.4 INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA DGEMN – DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (1948-1977) 181
- 8.1.5 A QUESTÃO DOS SINOS E DO ESPÓLIO DA IGREJA COM DESTINO AO MUSEU 185
- 8.2 OS PAÇOS DO CONCELHO (OU A POUSADA QUE NUNCA O FOI) 187
- 8.2.1 OS PASSOS DA ROCAMBOLESCA HISTÓRIA 187
- 8.2.2 O ESTILO "PORTUGUÊS SUAVE" 192
- 8.3 O "REFEITÓRIO ECONÓMICO" QUE NUNCA PASSOU DO PROJECTO 193
- 8.4 O NOVO LARGO DE SANTA MARIA 193
- 8.5 A TRAVESSA DE SANTA MARIA 194
- 8.6 O JARDIM DE SANTA MARIA 195

IX

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA 203

- 9.1 RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA 205
 - 9.1.1 O SIGNIFICADO URBANÍSTICO 205
 - 9.1.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 205
 - 9.1.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 206
 - 9.1.3.1 A FAMÍLIA MOUZINHO, MATTOS E MAGALHÃES NA RUA DA CORREDOURA 207
 - 9.1.3.1.1 SÍNTESE BIOGRÁFICA DO DR. ANTÓNIO DE MATOS MAGALHÃES 209
 - 9.1.3.2 JOAQUIM LOPES SUBTIL (1865-1943) 211
 - 9.2 O ANTERIOR POSTO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A CASA D. DINIS 211
 - 9.3 A CASA DA FAMÍLIA GARCIA E ONDE VIVEU BRANQUINHO DA FONSECA 213
 - 9.4 JEREMIAS DA CONCEIÇÃO DIAS 215
 - 9.4.1 INFORMAÇÕES SOBRE O SEU NASCIMENTO, BAPTISMO, LIGAÇÕES MATRIMONIAIS E ÓBITO 215
 - 9.4.2 NOTAS SOBRE A SUA VIDA MILITAR 215
 - 9.4.3 PARTICIPAÇÃO CÍVICA EM MARVÃO 216
 - 9.4.3.1 AS CAMPANHAS DEJCD 216
 - 9.5 A “CASA DA ÁRVORE”, ANTIGO TEATRO MARVANENSE E ESCOLA DOS RAPAZES DO ASILO 223
 - 9.6 A “CASA DO BRASÃO” E O LARGO DA PARADA, HOJE DESIGNADO POR LUÍS DE CAMÕES 224
 - 9.7 A ESCOLA PRIMÁRIA 225
 - 9.8 AS “CASAS DOS AZEVEDOS 226

X

RUA DE SÃO TIAGO E ANTIGA TRAVESSA/RUA DO ADRO 231

- 10. RUA DE SÃO TIAGO E TRAVESSA/RUA DO ADRO 233
 - 10.1 RUA DE SÃO TIAGO 233
 - 10.1.1 TOPONÍMIA 233
 - 10.1.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 233
 - 10.1.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 233
 - 10.1.4 MORADORES COM PESO NO PASSADO RECENTE DA VILA 234
 - 10.1.4.1 ARQ. NUNO TEOTÓNIO PEREIRA 234
 - 10.1.4.2 ANTÓNIO MOURA ANDRADE 236
 - 10.2 TRAVESSA/RUA DO ADRO 237
 - 10.3 IGREJA DE SANTIAGO 237
 - 10.3.1 CRONOLOGIA E PADROADOS 237
 - 10.3.2 DESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA 238
 - 10.3.2.1 BAPTISTÉRIO 238
 - 10.3.2.2 CAPELA LATERAL DO LADO DO EVANGELHO, DA ANTIGA INVOCAÇÃO DA SANTÍSSIMA TRINDADE 239
 - 10.3.2.3 CAPELA-MOR 245
 - 10.3.2.4 MEMÓRIA DE ALTARES NAS PAREDES TESTEIRAS DAS NAVES 246
 - 10.3.2.5 CAPELA LATERAL DO LADO DA EPÍSTOLA, DA INVOCAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO 246
 - 10.3.2.6 PORTA SUL E ESCADAS PARA A TORRE SINEIRA 247
 - 10.3.2.7 A COMPARTIMENTAÇÃO DA IGREJA ATRAVÉS DE GRADES DE MADEIRA 247
 - 10.3.2.8 O ADRO E A SUA PROTECÇÃO 248
 - 10.3.3 IRMANDADES E CAPELAS INSTITUÍDAS 248
 - 10.4 O ORATÓRIO DO SENHOR JESUS E AS ERMIDAS EXTRAMUROS 249
 - 10.5 INTERVENÇÕES PROJECTADAS PELA DGEMN (1970-1974) 250
 - 10.6 VALORES ARQUITECTÓNICOS DA RUA DE SÃO TIAGO 251

XI

RUA 24 DE JANEIRO ANTIGA RUA DE JOÃO GARÇÃO 257

- 11. RUA 24 DE JANEIRO, ANTIGA RUA DE JOÃO GARÇÃO 259
 - 11.1 TOPONÍMIA 259
 - 11.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 259
 - 11.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DOS ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 260
 - 11.3.1 A CASA DAS MALTEZAS DE ESTREMOZ E OS CELEIROS DE SANTA MARIA E DE SANTIAGO 260

- 11.3.2. RESIDÊNCIA DO DOUTOR JOAQUIM JOSÉ DE MATTOS MAGALHÃES 262
- 11.3.3 DA ESTALAGEM NINHO D'ÁGUIAS À Pousada de Santa Maria 262
- 11.3.4 A FUNDIÇÃO 264
- 11.4 UMA JANELA ANTIGA 267
- 11.5 MARÇA TEMPLÁRIA 267
- 11.6 MEMÓRIAS DO SÉC. XX 268

XII

RUA DO SABUGUEIRO E TRAVESSA DO PADRE JÚLIO 271

- 12. RUA DO SABUGUEIRO E TRAVESSA DO PADRE JÚLIO 273
 - 12.1 RUA DO SABUGUEIRO 273
 - 12.1.1 TOPONÍMIA E DIVISÃO PAROQUIAL 273
 - 12.1.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 273
 - 12.1.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 273
 - 12.1.3.1 SOBRE A ALFÂNDEGA DE MARVÃO 274
 - 12.2 TRAVESSA DE SÃO TIAGO 276
 - 12.3 TRAVESSA DO PADRE JÚLIO 278
 - 12.3.1 TOPONÍMIA 278
 - 12.3.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 278
 - 12.3.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 278
 - 12.3.4 O FORNO DA POIA E A PRIMEIRA PADARIA DE MARVÃO (1943) 279

XIII

O CORRO E O CALVÁRIO 281

- 13. O CORRO E O CALVÁRIO 283
 - 13.1 O SIGNIFICADO URBANÍSTICO DO CORRO E A TOPONÍMIA DA ZONA 283
 - 13.2 O QUARTEL DO CORRO E A DELICADA QUESTÃO DO ABOLETAMENTO DA TROPA 283
 - 13.2.1 A GUARNIÇÃO DE MARVÃO DURANTE AS INVASÕES FRANCESAS 284
 - 13.3 A ESCOLA PRIMÁRIA DO CORRO/CALVÁRIO 286
 - 13.4 A RUA DO CALVÁRIO 286
 - 13.4.1 O CALVÁRIO 287
 - 13.5 A RUA DO CORRO 288
 - 13.5.1 DADOS DEMOGRÁFICOS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 288
 - 13.5.2 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 288

XIV

RUA DO RELÓGIO, TRAVESSA DOS MAIORROS, RUA DO FORNO, RUA DO QUEBRA COSTA E RUA DO EMBIQUE 291

- 14.1 RUA DO RELÓGIO 293
 - 14.1.1 TOPONÍMIA 293
 - 14.1.2 A MEMÓRIA DE UM PORTAL 293
 - 14.1.3 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 295
 - 14.1.4 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 295
- 14.2 RUA DO EMBIQUE 295
 - 14.2.1 TOPONÍMIA 295
 - 14.2.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 296
 - 14.2.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 297
- 14.3 ZONA OU RUA DE MAIORROS OU MARROIOS 298
 - 14.3.1 TOPONÍMIA 298
 - 14.3.1 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 299
 - 14.3.2 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 299
- 14.4 RUA DO QUEBRA COSTA 300

XV

RUA DA PORTA DA VILA, TERREIRINHO E SUA TRAVESSA 303

- 15. RUA DA PORTA DA VILA 305
- 15.1 IMPORTÂNCIA URBANÍSTICA E TOPONÍMIA 305
- 15.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 306
- 15.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 306
- 15.4 O CAFÉ MOKA 309
- 15.5 A CASA DOS MÉDICOS JOSÉ MARTINS GRALHA E JOÃO GOMES ROSA 309
- 15.6 A CASA DA FAMÍLIA PINHEIRO 311
- 15.7 O NOVO RESTAURANTE VARANDA DO ALENTEJO (2013) 313
- 15.8 A RUA DE ENTREMUIROS 314

XVI

RUA DE CIMA, TRAVESSA DO HOSPITAL E CAGANITA 317

- 16.1 RUA DE CIMA 319
- 16.1.1 IMPORTÂNCIA URBANÍSTICA E TOPONÍMIA 319
- 16.1.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 319
- 16.1.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 319
- 16.1.4 A ESCOLA PRIMÁRIA PARA AMBOS OS SEXOS 321
- 16.1.5 A NOVA SEDE DA CASA DO POVO 321
- 16.1.6 OS PETISCOS DO MARCELINO E O BAR DA CASA DO POVO 323
- 16.1.7 OUTROS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS 323
- 16.1.8 VALORES ARQUITECTÓNICOS 324
- 16.2 CAGANITA E TRAVESSA DO HOSPITAL 324
- 16.2.1 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 324
- 16.2.2 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 325

XVII

RUA DE BAIXO E TERREIRO 327

- 17. RUA DE BAIXO E TERREIRO 329
- 17.1 IMPORTÂNCIA URBANÍSTICA E TOPONÍMIA 329
- 17.2 A DIVISÃO PAROQUIAL 330
- 17.3 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX 330
- 17.4 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA 330
- 17.5 A PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MARVÃO E A SUA SEDE NA RUA DE BAIXO 331
- 17.6 A ESTALAGEM DO SÉC. XVIII 334
- 17.7 O CURRAL DO CONCELHO 334
- 17.8 O ALARGAMENTO DO LARGO DO TERREIRO, A COMISSÃO DE INICIATIVA E TURISMO E A COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA VILA DE MARVÃO 335
- 17.9 A PENSÃO DA TIA MARIA VICÊNCI 337
- 17.10 O TERREIRO E O TERREIRINHO DO FORNO 337
- 17.11 O TOURIL 338
- 17.12 O CENTRO CULTURAL DE MARVÃO (CCM) 339

XVIII

O ROCIO OU COSTA 342

- 18. O "ROCIO" OU "COSTA" 344
- 18.1 O SIGNIFICADO URBANÍSTICO DOS ROSSIOS 344
- 18.2 OS BALDIOS MUNICIPAIS EM 1866 344
- 18.3 A DESCRIÇÃO DO "ROCIO" NOS TOMBOS DE 1746 E DE 1866 344
- 18.4 O PROTESTO DOS MILITARES, EM 1877, CONTRA A DESAMORTIZAÇÃO DE BALDIOS 348

XIX

CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA 351

- 19. O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA 352
- 19.1 OS PRIMEIROS FRANCISCANOS EM MARVÃO E A FUNDAÇÃO DO CONVENTO 352
- 19.2 INTERPRETAÇÃO ARQUITECTÓNICA 357
- 19.3 POPULAÇÃO E ESCOLA CONVENTUAL 364
- 19.4 CONFLITOS PERMANENTES COM O CLERO PAROQUIAL 364
- 19.5 ESPÍRITO FRANCISCANO 365
- 19.6 OS CORTEJOS DE OFERENDAS À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA E A FESTA DA SENHORA DA ESTRELA 366
- 19.6.1 OS ROSTOS DO CORTEJO DE OFERENDAS DE 1963 369
- 19.7 O AMBICIONADO SANATÓRIO DISTRITAL 376
- 19.8 CRONOLOGIA GERAL 377

XX

A CASA TÍPICA DE MARVÃO E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA 381

- 20. A CASA TÍPICA DE MARVÃO E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA 383
- 20.1. OS ESPAÇOS E AS SUAS FUNÇÕES 383
- 20.2 MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO 389
- 20.3 O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA EM 1826 392
- 20.3.1 A HERANÇA DE CATHARINA DO MENINO JESUS RAMILLA 392
- 18.2.2 MOBILIÁRIO DE MARVÃO QUE PODE EXEMPLIFICAR ALGUMAS PEÇAS DO INVENTÁRIO ANTERIOR 393

XXI

PROFISSÕES E ESTRUTURA ETÁRIA DA VILA 401

- 21. PROFISSÕES E ESTRUTURA ETÁRIA DA VILA 403
- 21.1 AS PROFISSÕES E OCUPAÇÕES EM 1781 403
- 21.1.1 PARÓQUIA DE SÃO TIAGO 403
- 21.1.1.1 RESUMO DE DADOS DEMOGRÁFICOS 403
- 21.1.1.2 SEQUÊNCIA DE RUAS COM OS RESPECTIVOS NÚMEROS DE FOGOS E DE RESIDENTES 403
- 21.1.1.3 DESIGNAÇÕES DE PROFISSÕES E OCUPAÇÕES 404
- 21.1.2 PARÓQUIA DE SANTA MARIA 405
- 21.1.2.1 RESUMO DE DADOS DEMOGRÁFICOS 405
- 21.1.2.2 SEQUÊNCIA DE RUAS COM OS RESPECTIVOS NÚMEROS DE FOGOS E DE RESIDENTES 405
- 21.1.2.3 DESIGNAÇÕES DE PROFISSÕES E OCUPAÇÕES 405
- 21.1.3 COMENTÁRIO SOBRE OS REGISTOS 406
- 21.2 A ESTRUTURA ETÁRIA DA VILA EM 1814 407

XXII

BANDAS, SOCIEDADES RECREATIVAS, ACTIVIDADE TEATRAL E CINEMA 409

- 22 BANDAS, SOCIEDADES RECREATIVAS, ACTIVIDADE TEATRAL E CINEMA 411
- 22.1 BANDAS 411
- 22.2 SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA E RECREATIVAS (OS BAILES) 412
- 22.2.1 NOTAS SOLTAS 414
- 22.3 ACTIVIDADE TEATRAL E CINEMA 415

CONSIDERAÇÕES FINAIS 421

FONTES E BIBLIOGRAFIA 425

PREFÁCIO



É com manifesto júbilo que me associo à edição de *Marvão com Rosto*, da autoria de Domingos Bucho. Trata-se de um livro muito necessário, fruto de longos anos de trabalho pelo qual se expressa a devotada atenção do investigador pelo sítio, tema dos seus máximos enlevos, e que assenta numa sólida base metodológica e num olhar afectivo, apto a valorizar os seus traços de memória acumulada.

O autor chama-lhe justamente uma espécie de «História local cartografada na malha urbana, ao jeito das antigas *Corografias* do século XVIII», mas é mais do que isso: a minúcia da pesquisa micro-histórica que levou a cabo permite-nos falar de um somatório de monografias que respira por pulmão próprio. A investigação desenvolvida abriu campo a que a vila de Marvão deixasse entrever muitos aspectos do seu historial de séculos, desenhado à sombra do seu castelo medieval, da sua cinta fortificada seiscentista, das suas igrejas e do seu convento franciscano, do seu casario, ruas e gentes, e das suas laboriosas actividades agrícolas e profissionais. Dá-se natural incidência aos anos que decorrem entre 1765 e 1974, para os quais abundam dados arqueológicos, documentais, iconográficos e testemunhais que permitem uma análise aprofundada do tecido em apreço.

Ao longo de vinte e dois capítulos, correm diante dos nossos olhos as valências caracterizadoras da antiga vila de Marvão, as suas mais-valias patrimoniais e artísticas, os seus pólos dignos de atracção turística, a identidade da sua arquitectura civil, a estrutura socio-laboral das suas gentes, e a vida cultural e recreativa de uma comunidade fechada no 'ninho de águias',

tudo contado a par e passo, iluminando os interstícios da História local, compaginando-lhe contextos e agruras de tempo, revelando facetas desconhecidas e exaltando páginas gloriosas. As palpitações de uma *Micro-História dotada de sentidos*, tal como a desenhou o historiador Carlo Ginzburg, encontram aqui uma expressão singular, dada a força motriz da vila de Marvão, e dado o escopro com que o autor atenta às conjugações caracterizadoras do espaço vivenciado e à sua marca temporal.

Domingos Bucho, que tem vasta produção no campo da investigação histórica, da animação cultural e do estudo e salvaguarda do património edificado, pertence ao ICOMOS, é Expert Member do ICOFORT e Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico (1994) e Doutor em Conservação do Património Arquitectónico (2000) pela Universidade de Évora (2000). Nas áreas do Património Arquitectónico Militar, com trabalho de campo em vários continentes, é hoje uma autoridade com experiência e base curricular muito sólidas. Foi professor no Instituto Politécnico de Portalegre e no Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico da Universidade de Évora, e é autor da tese doutoral *Herança cultural e práticas do restauro arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo. Intervenção nas fortificações do Distrito de Portalegre*, bem como de uma *magnus opus*, o dossiê de candidatura da *Garrison Border Town of Elvas and its Fortifications a Património Mundial* ao Centro do Património Mundial da UNESCO, que foi conduzida a bom sucesso. Além de *Marvão: Palavras e Olhares*, estudo de maior expressão turística, e dos livros *Métodos e Escolas de Fortificação*

Abaluartada em Elvas (2011) e *Marvão – Visita Guiada* (2015), ambos de edições Colibri, constam da sua bibliografia numerosos títulos reveladores de uma atenção constante às valências do património histórico-artístico e à sua preservação, estudo e reconhecimento.

O livro agora publicado revela, antes de tudo, uma frescura de olhares críticos adequada para captar os testemunhos intersticiais de um *espaço urbano com História e com histórias*, o que valoriza imenso o percurso narrativo em que a obra se organiza, tornando-a um objecto com rosto. Parafraseando o grande historiador de arte José-Augusto França na sua monumental monografia de Lisboa (Livros Horizonte, 2008), trata-se também aqui de uma *análise física e moral de sítio*, ou seja, um diagnóstico histórico-analítico de um espaço urbano à luz das suas componentes caracterizadoras, em que as visões fragmentárias de gentes, casas e realidades particulares se conjugam para desenhar uma História humanizada, atenta aos comportamentos sociais, aos medos e atavismos, às vaidades e misérias, aos surtos de devoção e às vibrâncias das situações vivenciadas, século a século, unindo o urbanismo e a arte, a agricultura e a economia, o trabalho e os anseios das gentes, a política e a festa, as linhas de crescimento e de estagnação, o conformismo e o sopro de inovações, etc, etc.

É, pois, um livro entretecido por *pedras vivas*, que ajudam a reconstruir o discurso e a unificar a linha de coerências em que a obra se vai edificando, a partir da poeira levantada de um arquivo, da sedução redescoberta de uma imagem ou um retábulo, da vida de novo iluminada de uma velha fotografia ou de um testemunho da oralidade. Assim, com o autor vamos descobrindo Marvão desde as primícias nebulosas fixadas na ocupação muçulmana e na Reconquista cristã, à configuração da muralha, às delimitações das sedes paroquiais, às novas identidades físicas marcadas indelevelmente nas ruas, praças, equipamentos e funções do seu casario, num percurso de memórias que faz jus ao título escolhido: *Marvão com rosto*.

Não se trata, portanto, de uma monografia comum, de desenho tradicional e base positivista, pensado como uma mera lista de descrições de existências e de factos, como é normal no perfil das edições similares – mas, sim, um trabalho de sólida investigação pluridisciplinar sobre um sítio que deixa mostrar os seus contornos de *alma*, ou (parafraseando Françoise Choay) o seu *espírito de lugar*, de sobreposição de camadas de ocupação e vivência. Nesse sentido, não escapam também à lição do autor, por exemplo, os registos de perda e de ruína, aquilo que Marvão foi perdendo entre adições de tecido urbano e abandono de unidades descaracterizadas, mas que merecem a atenção de uma *memória cripto-histórica*, a que o autor também se mostra atento.

Em suma, trata-se de um livro importante, que revela saberes e mantém uma densidade afectiva que acompanha todos os capítulos na busca do melhor ponto de vista identitário para cumprir uma melhor caracterização do sítio. Assinala-se, de novo, a sua novidade substantiva, desde a *petite histoire* que sopra dos fólios dos manuscritos desvendados, àquela que decorre da leitura do património construído, militar, religioso ou civil, tanto na igreja de Santa Maria, com o seu fresco quinhentista, como no que se refere à descoberta dos vestígios da antiga Casa do Capítulo gótica do Convento da Senhora da Estrela, ou ao belo sacrário renascentista da igreja de São Tiago, ou no muito que de novo se apura sobre a fortaleza altaneira, reconstituível nas suas fases construtivas e nas suas estratégias de defesa. Trata-se de um livro que exalta a relação íntima de um castelo em privilegiada situação roqueira com as ruas da vila por si delimitada e com as páginas de vida que nesse espaço se desdobram, geração após geração.

Em suma: estamos perante um estudo dotado da maior seriedade científica e importância afectiva, que une a necessária erudição (herdeira das tradições de pesquisa historiográfica da geração de Laranjo Coelho, ainda que com outras preocupações de enfoque sociológico, que estavam ausentes nos trabalhos académicos dessa geração) com a que se junta a sensibilidade do olhar de historiador e patrimonialista. A vila de Marvão é tomada de *per si* como uma *obra de arte* no seu conjunto de especificidades, deixando perceber melhor as formas e as *opções do fazer* - arquitectónico, decorativo, natural e vivenciado - com que se foi construindo ao longo dos séculos e a que tornam a *vila-património excepcional* que continua a ser nos nossos dias.

Vitor Serrão
Historiador de Arte
Professor Catedrático da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa



INTRODUÇÃO

(...) como esses arqueólogos que, num espaço inexplorado que sabem ser de grande riqueza, mas que se revela extenso demais para ser vasculhado sistematicamente em toda a sua extensão, limitam-se a cavar algumas valas de referência (...)

George Duby (1985)
Histoire de la vie privée, vol. 1 (Prefácio)

OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO

Há quase duas décadas que cruzamos estas ruas quase desertas, que estudamos o seu património histórico-arquitectónico, mas sempre com aquele olhar académico de quem mete em gavetas de estilos, escolas, métodos e técnicas uma realidade que transborda essas abstracções rigoristas, que é muito mais do que isso. É importante pôr em evidência o estilo renascença daquele portal da Igreja da Misericórdia e chamar a atenção para os labores eruditos da sua pedra, através daquela linguagem tão hermética quanto necessária. Mas dentro, na história da instituição, há todo um passado denso, espesso, da realidade do dia-a-dia em diferentes épocas, indiferente ao estilo em que o portal se obrou. E nós desconhecemos esse passado que nos carrega as costas com o peso da nossa ignorância; sim, porque o Património tem uma dimensão humana e local quase sempre menosprezada. E à medida que a investigação progredia, houve pequenos *flashes*, por vezes grandes relâmpagos, que confirmaram a enorme distância que continua a separar a histórica como “conhecimento” – *rerum gestarum* – da história como “realidade” – *res gestae* -, muito negligenciada, como objecto de estudo, nos seus aspectos mais locais, mais populares, mais vividos, mais privados, mais autênticos; ou, se quiser-mos, menos políticos, menos bélicos, menos socioeconómicos, menos artísticos, menos nacionais, etc., digamos, menos superestruturais. Como aqueles flagrantes da vida real em que Irmãos da Mesa da Misericórdia se queixavam, em 1849, que a enfermeira bebia demais e criava porcos na cozinha que entornavam as panelas dos caldos (tomados frequentemente como remédio); ou que havia tradições teatrais na igreja, pelo Natal, que o Bispo proibiu; ou que o Capelão ganhava mais dinheiro, em 1742, do que a despesa da Misericórdia com o tratamento de doentes no hospital; ou que, em 1860, os moradores podiam criar, à porta, até três porcos; ou que, em 1861, se podiam “lançar nas ruas ourinas, ou águas imundas” a partir de uma certa hora da noite, etc., etc., etc. Quando encontramos estes factos que chegam até nós em documentos desinteressados, temos aguarelas muito nítidas e fortemente coloridas de um tempo e de um espaço que a historiografia, em geral, simplesmente sobrevoa. Talvez estejamos a dar alguns passos metodológicos no que Jörn Rüsen chama de micro-história: “(...) é contraposta à macro-história como sendo a forma mais moderna de representar a história. Apresenta-se um indivíduo isolado como Menóquio, ao invés de uma sociedade ou classe; fala-se de um segmento biográfico ou apenas de alguns dias ao invés de uma época ou de uma longa evolução; analisa-se um dia ao invés de um século, uma pequena aldeia no lugar de um país ou reino. Esses são os objetos da historiografia pós-moderna”⁽¹⁾.

O peso da nossa ignorância e a curiosidade sobre o passado, mais se acentuam quando os objectos de estudo são simples casas que, com o seu vernaculismo, não se prestam ao rótulo e a comparações estilísticas e a cujas janelas não espreita ninguém, há décadas. Num

casario de formato trapezoidal, com c. 370 m x 160 m, viviam, há c. 200 anos (1814), 1002 pessoas. Hoje, em regime de permanência, reside cerca de uma centena. Mas quando, por essa altura, a quase totalidade das casas era habitada, na sua maioria, quem espreitava à janela era gente modesta, muito entregue a si própria, como, de resto, a própria fortaleza era militarmente caracterizada n’*A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve, descrita pelo Barão von Wiederhold (1798)*: “Marvão está muito entregue a si próprio, devido à sua elevada situação”⁽²⁾. Mas foi essa gente modesta que protagonizou a História à escala do seu sítio, singular, desde logo, por se tratar de um *habitat* sobre um alto rochedo, relativamente isolado na sua situação raiana. E é isso que nos interessa para percebermos o que era Portugal num sítio destes, de que decorre ser a monografia o melhor formato para o seu estudo. Voltando à metáfora, tentamos abrir uma janela sobre uma época da vila – cerca de dois séculos, entre 1765 e 1974 -, embora a imagem nem sempre esteja nítida nem se consiga ver, dessa janela, a totalidade do casario.

Frequentemente, na representação histórica de uma localidade, expõem-se as datas mais importantes da sua cronologia, os seus grandes personagens, algum evento de importância nacional e passa-se ao seu património arquitectónico e artístico. As fortificações, os conventos, as igrejas, os palácios, vão na frente de uma narrativa histórico-turística para se referenciar, finalmente, algum edifício de arquitectura “menos nobre” mas com função/história importante, curiosa ou pitoresca no passado dessa localidade. Fala-se de uma casa porque tem um pormenor decorativo estilisticamente interessante ou porque ali morou alguém de craveira nacional e ignoram-se todas as outras. Exemplifiquemos: em Marvão há uma casa a que toda a gente chama de “manuelina” porque tem uma janela com labores daquele período do Gótico Final (é profusamente fotografada pelos turistas). Este elemento decorativo prova a vetustez do casario, dá pergaminhos à vila, enobrece a própria casa onde se encontra e estimula o Historiador da Arte a descrevê-lo eruditamente; e a não ligar a mais porque não existem elementos suficientemente ricos para que se detenha. O estudo que aqui nos propomos procura, na medida do possível, ir mais fundo: saber quem habitou a casa, que funções teve, quem a transformou e quando, recolher memórias orais, etc. E foi com esta metodologia que viemos a saber que a casa nunca foi manuelina, pertencendo a janela ao edifício da frente, do outro lado da rua (de que ninguém fala), sendo descoberta, emparedada, por um amante da vila e do seu património que em boa-hora a quis preservar, trasladando-a e restaurando-a. No entanto, a mesma abordagem investigativa permitiu-nos saber que no edifício das traseiras da dita “casa manuelina” (o proprietário era o mesmo durante a I República) funcionou o Palafrém de Marvão – lugar de muda de cavalos no transporte do correio – e que nele morou uma das rodeiras da vila (mulheres que recebiam expostos). Ou seja, a metodologia de investigação que

INTRODUÇÃO

aqui seguimos alterou completamente o estatuto patrimonial da “casa manuelina”: perdeu importância por aquilo que exhibe (a janela, que lhe era alheia) e ganhou estatuto por aquilo que esconde e que agora se descobriu. De facto, não nos podemos deter apenas no que constitua um chamariz para os olhos do historiador e do turista, saltitando de elemento notável em elemento notável. Utilizando fontes promissoras (as mais importantes das quais foram os róis de confessados), batemos a todas as portas, sistematicamente, procurando elementos de uma teia que por vezes nos conduz a revelações inesperadas, outras vezes a becos sem saída. Foi assim que procurámos trazer ao de cima a referida dimensão humana do património desta vila, como que colando, em cada casa, *postits* com notas históricas da mais variada natureza, o que transformou, sobremaneira, a representação que fazíamos Marvão.

A imagem que temos deste trabalho de investigação é exactamente a mesma que George Duby descreveu quando participou na *Histoire de la Vie Privée* (1985) e que citámos no início da introdução: “(...) como esses arqueólogos que, num espaço inexplorado que sabem ser de grande riqueza, mas que se revela extenso demais para ser vasculhado sistematicamente em toda a sua extensão, limitam-se a cavar algumas valas de referência (...)”⁽³⁾. Numa povoação mais que milenar, como Marvão, mas cujo Arquivo Histórico Municipal (AHM) apresenta riqueza, “apenas”, a partir do séc. XVII, é a partir deste “estrato arqueológico” documental que se torna possível a “leitura estratigráfica”, a complementar, sempre que possível, com investigação arqueológica propriamente dita. Diga-se, a este respeito, que talvez pelo facto de a vila assentar sobre rocha, a riqueza arqueológica subterrânea não se revelou interessante, a julgar pelo que as recentes obras de infra-estruturas (a partir de 2005) puseram a descoberto: nenhum vestígio islâmico, por exemplo, nem mesmo moedas, que resistem ao tempo e aparecem frequentemente em espaço urbano. É sobretudo a leitura arqueológica da arquitectura, proporcionada pelas intervenções arquitectónicas de conservação, restauro e reabilitação dos edifícios que nos aporta informação importante.



Moeda encontrada por António Gil, intramuros, durante as obras de introdução e renovação de infra-estruturas (c. 2006). Aparenta ser um Dinheiro de cobre (1367-1383) (D. Fernando I) (foto António Gil)



Moeda encontrada por António Gil, junto ao Convento de Nossa Senhora da Estrela. Aparenta ser um Real Branco de bolhão (1385-1433) “L” Lisboa (D. João I) (foto António Gil)



Moeda encontrada por Dionísio Gomes, intramuros, durante as obras de introdução e renovação de infra-estruturas (c. 2006). Aparenta ser um Ceitil de cobre (1438-1481) (D. Afonso V) (foto António Gil)



Moeda encontrada por António Gil, intramuros, durante as obras de introdução e renovação de infra-estruturas (c. 2006). Aparenta ser um Ceitil de cobre (1438-1481) (D. Afonso V) (foto António Gil)

Nas ditas “prospecções e escavações” documentais arquivísticas, foram utilizadas, quase exclusivamente, fontes primárias do AHMM. As pesquisas responderam a perguntas simples, como por exemplo: Quem morou nesta casa? Qual a profissão ou ocupação do chefe de família? Quando se inaugurou este serviço público? Quem protagonizou este acontecimento? Como se regulamentava o açougue municipal? Que hábitos de higiene pública se praticavam? Como se aboletavam os soldados da guarnição? Onde viviam os governadores militares e os juízes de fora? O que decidiam os visitantes que inspecionavam as igrejas? Como decorria a vida religiosa nos seus aspectos mais terra-a-terra? De que se morria e como se curavam as pessoas? Claro está que muitas perguntas ficaram sem resposta, e que o vasculhar do passado numa tal extensão e diversidade temática, aporta muitas outras perguntas e também respostas para perguntas que se elaboram *a posteriori*. Aliás, a sensação para quem passa muito tempo nos arquivos é a de que nunca de lá saímos com as mãos a abanar e que é ali, em contacto com os documentos, que verdadeiramente o conhecimento avança e que os dados se conjugam para podermos ver mais claro. Se a diversidade de informação nos deixa, por vezes, perante uma corda temporal (um cabide) onde penduramos factos que dificilmente nos permitem construir uma narrativa histórica coerente e contínua, proporcionam-nos, muitas vezes, a reconstituição mental de ambientes bem situados no tempo e no espaço. Por exemplo, o que seria viver em Marvão com a inexistência simultânea de electricidade, água, esgotos e recolha de lixo. Tal aconteceu até aos anos de 1930! Sobre a questão, hoje inimaginável, da falta de água corrente, falaremos nos primeiros capítulos, mas relativamente aos esgotos, adiantamos que existia uma sentina pública, na Travessa do Chabouco, que depois corria a céu aberto para as muralhas, havendo também, frente à Porta da Vila, junto ao muro da barbacã, um buraco para despejos a que na vila se chamava a “assaquia” que, do lado de fora, se via escorrer⁽⁴⁾. Por sua vez, o lixo doméstico atirava-se das muralhas abaixo até aos anos de 1960! Não, não estamos a falar da Idade Média: estamos a falar de “ontem”, de tempos coevos de alguns marvanenses com que nos cruzamos na rua! Sem cairmos na ingenuidade de pretendermos ver o passado nu e cru, não deixaremos de contribuir com representações bem fundamentadas desse passado, aqui e além.

É por todas estas razões que intitulámos o livro de *Marvão com rosto*, significando que, não descurando a actualização de tudo o que diz respeito ao património histórico-arquitectónico e artístico marvanense, introduzimos a preocupação pela apresentação desse património com cara de gente. É uma abordagem holística da vila, monográfica e peripatética, rua a rua, casa a casa, sujeita, obviamente, às capacidades do arquivo e à existência de anciãos com memória capaz. E paramos com o 25 de Abril, que daí para cá o pó que anda no ar ainda não assentou suficientemente para que o historiador veja claro. No fundo, procuramos os contornos do *genius loci* deste sítio singular, indo ao encontro das preocupações da Declaração do Québec (2008) sobre o “espírito do lugar”, aprovada na 16ª Assembleia Geral do ICOMOS.

INTRODUÇÃO

JUSTIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Aquilo a que chamamos Património reside, sobretudo, nas pontes que estabelecemos com as materialidades ou intangibilidades que detêm esse qualificativo. Dando um exemplo extremo, a comunidade internacional ficou horrorizada com os atentados terroristas dos Talibãs aos Budas de Bamyán (Afeganistão), em 2011, enquanto os próprios festejaram as suas destruições como um acto de purificação cultural/religiosa. A maioria de nós nunca visitou essas estátuas monumentais nem lhes sabemos o significado histórico-cultural preciso. Mas para nós, Europeus, essas entidades que documentam o passado são dignas de ser conservadas porque dão corpo à identidade cultural de toda a Humanidade. Os atentados contra esses Budas ou, mais recentemente, contra o Templo de Bel nas ruínas de Palmira (Síria), em 2015, levado a cabo pelo “Estado Islâmico”, doem-nos a nós, cá tão longe. Sentimo-los como uma amputação, porque a nossa identidade integra todo esse passado, porque a nossa cultura europeia é humanista e universalista, e porque o futuro que queremos se alicerça nessa herança cultural. Ou seja, constituindo o Património Cultural as entidades tangíveis ou não a que damos valor (cultural), não há Património sem essas entidades, obviamente, mas esse qualificativo só é assumido socialmente (para além das elites) se existir uma ponte (cultural) entre as comunidades e essas entidades. Ponte essa cuja estrutura é feita de conhecimento. Conhecimento esse que permitirá um sentimento de apreço e uma vontade de salvaguarda, preservação, conservação e valorização.

Decorre destas evidências que a defesa do Património deva passar pela construção e fortalecimento das ditas pontes. Pontes que permitirão, às comunidades, integrarem na sua identidade cultural, na representação que fazem de si próprias, a herança que o Património representa. No fundo, o Património é sempre, sobretudo, a ponte como construção cultural, sendo impossível saltar da ignorância para um verdadeiro amor e vontade de preservar. Daquilo que nós herdamos dos nossos pais, familiarmente falando, umas coisas conservamos e outras não. Relativamente às primeiras, essas heranças “dizem-nos alguma coisa”, ou seja, são evocativas de algo que faz parte da nossa identidade, são dignas de estima, ainda que possam não ter qualquer valor económico. E nós descobrimos e ampliamos o valor do Património à medida que o conhecemos mais profundamente, mobilizando-se mais facilmente as vontades políticas para a sua preservação e valorização. É fundamental que as comunidades sintam a necessidade dessa defesa, sendo que, vontade, emoção e conhecimento obedecem ao princípio dos vasos comunicantes. Ora a ligação (a ponte) das comunidades (não necessariamente apenas das locais) às suas terras, aos seus monumentos, será tanto mais directa/profícua quanto mais humanizados/personalizados esses monumentos se historiografarem, com gente dentro e com episódios e detalhes que, não constituindo eventos da história nacional, conferem, a esses casarões, fontes, cruzeiros, ruas, torres, sinteticamente rotulados e datados nos roteiros turísticos, pedras com vida.

Aqui reside a justificação patrimonial para esta investigação que tem, no limite, a preocupação por uma estraté-

gia e uma tática de defesa e valorização deste sítio tão extraordinário que é Marvão. Não se trata aqui, propriamente, de um centro histórico – se bem que a questão da conservação e valorização se coloque com premissas semelhantes -, porque só há centro quando há periferia. Marvão é toda um único monumento (do latim *monere*, lembrar) que documenta de forma exemplar um determinado passo da nossa história enquanto país, precisamente o Período Islâmico e da Reconquista, a formação de Portugal, em que assentamentos populacionais como este se justificavam exclusivamente por razões político-militares. Mas estas razões desapareceram completamente no séc. XIX com a obsolescência das fortificações face à artilharia. E agora não é fácil viver aqui (nunca o foi), por razões de natureza económica mas também climáticas. Daí que, aprofundar o conhecimento sobre o sítio ajudará a conservá-lo, porque lança as referidas pontes e enriquece o produto cultural que o turismo oferece. Turismo, sem o qual, a sustentabilidade do sítio ficaria seriamente comprometida. É um facto.

METODOLOGIA, FONTES E SUA CRÍTICA

O que se sabe até hoje sobre, especificamente, a vila de Marvão, decorre, em larguíssima medida, dos trabalhos de investigação do castelovidense Possidónio Mateus Laranjo Coelho (1877-1969), sobretudo dos que foram reunidos em *Terras de Odiana* (1924). Homem de grandes capacidades ao nível da paleografia e da diplomática - de que foi professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sendo a sua formação de base o Direito -, carreu para a História de Marvão inúmeros e fundamentais documentos que transliterou e traduziu do latim, enquanto exerceu as funções de Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a partir de 1908. Mas o ilustre historiador, que chegou a Presidente da Academia Portuguesa de História (1964-1966), já apontava o arquivo municipal de Marvão como fonte importante para o conhecimento histórico sobre a vila. Quando o então Presidente da Câmara lhe pediu, em 1935, “umas fotografias ou desenho” do pelourinho que se pretendia reconstruir, o então Conservador informou “(...) não existir na Torre do Tombo nada que respeite ao Pelourinho desta Vila, o que talvez seja possível obter no arquivo desta Camara”. Como quem diz, não menosprezem a documentação que existe no vosso arquivo. E tinha toda a razão. A título de exemplo, as Actas de Vereação, onde se espelha toda a actividade do concelho, começam em 1647 e vêm, com poucas lacunas, até aos nossos dias. Possidónio Coelho já chamava a atenção, em *Terras de Odiana*, para o facto de que “as listas dos vereadores (...) nos ministram subsídios valiosos para fazer a história das principais famílias da governança da vila nos diferentes anos até ao presente”⁽⁵⁾. Também a Administração do Concelho constituiu um fundo importante, particularmente rico em documentação do séc. XIX. De destacar, para o estudo que aqui nos traz, os inúmeros testamentos (1838-1958) que se têm de completar com os que estão hoje no Arquivo Distrital, em número de 1348 (1636-1861), referentes a todo o concelho. Sem dúvida que é rico o espólio do nosso arquivo histórico e mais rico seria se o cuidado em o preservar e enriquecer tivesse começado há mais tempo e não tivesse sido interrompido em 2011. Ao longo da nossa investigação, fomos dando conta de algumas excisões de que não podemos avaliar o

critério, como o que se refere na acta de vereação de 12 de Julho de 1917:

Papeis velhos do arquivo

Foi autorizada a venda de varios papeis e livros inúteis e sem valor do arquivo da Secretaria estipulando-se o preço mínimo de \$04 centavos cada quilograma e cuja importância deverá dar entrada na Tesouraria desta Camara por meio de guia⁽⁶⁾.

E a este propósito, não podemos deixar de mencionar e lamentar o desaparecimento de “milhares de fotografias” do espólio de Óscar Azinhais, quando do despejo da sua casa na Rua do Terreiro. Tanto mais que se tratava de fotografias tiradas por quem era mestre no ofício e foi responsável pela cobertura fotográfica de muitos cortejos de oferendas à Misericórdia. Aqui deixamos a sua fotografia, com Jeremias da Conceição Dias, a titulo de agradecimento pela sua preocupação em deixar gravada uma vila onde adorava estar. Funcionário da Caixa de Previdência em Lisboa, foi outro dos que se apaixonou por Marvão, comprando aqui uma casa que usava pelas férias e de forma mais assídua depois que se reformou. Era, no seu tempo, o fotógrafo de Marvão.

Tentando uma abordagem à vila com os objectivos enunciados, partimos do seu coração, da Praça, e fizemos um percurso pedestre, como se de uma visita de estudo se tratasse. Concentrámos a investigação em dois momentos históricos sugeridos pela documentação disponível: por uma lado, os róis de confessados pela Quaresma, elaborados rua a rua, por outro, as plantas militares da vila. No primeiro caso, temos documentação para ambas as paróquias (Santa Maria e São Tiago; Arquivo Paroquial da Igreja de São Tiago), respectivamente, de 1763 a 1918 e de 1753 a 1844. Relativamente às plantas, dispomos de duas com muito interesse, uma de 1765 e outra de 1814, do Gabinete de Estudo Arqueológicos de Engenharia Militar, que nos permitem identificar claramente a malha urbana nesse período e visualizar cada rua ou lugar no respectivo contexto urbano. Assim sendo, o levantamento dos moradores presentes em cada rua fez-se coincidir com as datas das referidas plantas, com as inevitáveis adaptações: 1765 e 1814. Um período de meio século entre os dois momentos. Já a informação respeitante ao restante período foi obtida a partir dos fundos camarários,



Óscar Azinhais e Jeremias da Conceição Dias

Outras vezes era a própria guerra que obrigava à destruição de documentos utilizados na manufactura de cartuchos:

O compromisso desta Irmandade do [Santíssimo Sacramento] não parece desde o ano de 1834 em q. foi sitiada esta Praça, e consumidos m.t's papeis da Parochia, e algum em cartuchame⁽⁷⁾.

E como não poderia deixar de ser, também se verificaram acções de rapina de que chegaram referências directas e indirectas: “Hum Calix e patena de prata (...)” a que foi anexa, no respectivo inventário, esta nota/comentário: “não o levarão os Franceses e por isso existe // o Prior Estaço”⁽⁸⁾.

onde o suporte é abundante, e através de testemunhos orais.

Os róis de confessados são registos rigorosos de quem se confessou e comungou pela Quaresma de cada ano, como já referimos, elaborados rua a rua (com a toponímia da altura), fogo a fogo e com a composição dos respectivos agregados familiares: nomes, idades, profissão do cabeça-de-casal e criados.

Pol. de Confessões e Commungadas da Paróquia de São Tiago da Vila de Matos, de 1765.

Corredoura

N.º	Nome	Estado	Idade	Sexo	Outros
1	Gen. da Nossa Senhora M.ª	Mai	24	Emp.	
2	João de S.ª	C.C.	37	Emp.	1
3	Maria da Cruz de S.ª	C.C.	27	Emp.	
4	M.ª Clara de S.ª	C.C.	29	Emp.	
5	M.ª Clara de S.ª	C.C.	32	Emp.	2
6	João de S.ª	C.C.	28	Emp.	
7	Isabel de S.ª	C.C.	9	Emp.	
8	João de S.ª	C.C.	63	Emp.	3
9	Maria de S.ª	C.C.	42	Emp.	
10	Carolina de S.ª	C.C.	37	Emp.	
11	Angela de S.ª	C.C.	10	Emp.	4
12	Carolina de S.ª	C.C.	8	Emp.	
13	Carolina de S.ª	C.C.	6	Emp.	
14	Joana de S.ª	C.C.	8 me		
15	Carolina de S.ª	C.C.	80	Emp.	
16	Anna de S.ª	C.C.	75	Emp.	
17	João de S.ª	C.C.			
18	João de S.ª	C.C.	52		
19	Carolina de S.ª	C.C.	45		
20	Victoria de S.ª	C.C.	48	Emp.	
21	M.ª de S.ª	C.C.	23	Emp.	
22	João de S.ª	C.C.	24	Emp.	
23	João de S.ª	C.C.	20	Emp.	
24	Joana de S.ª	C.C.	20	Emp.	
25	João de S.ª	C.C.	22	Emp.	
			60	Emp.	

Exemplo da primeira folha respeitante à Rua da Corredoura (actual Rua Dr. Matos Magalhães), da Paróquia de São Tiago, referente ao ano de 1765⁽⁹⁾

167
C. de S. Tiago

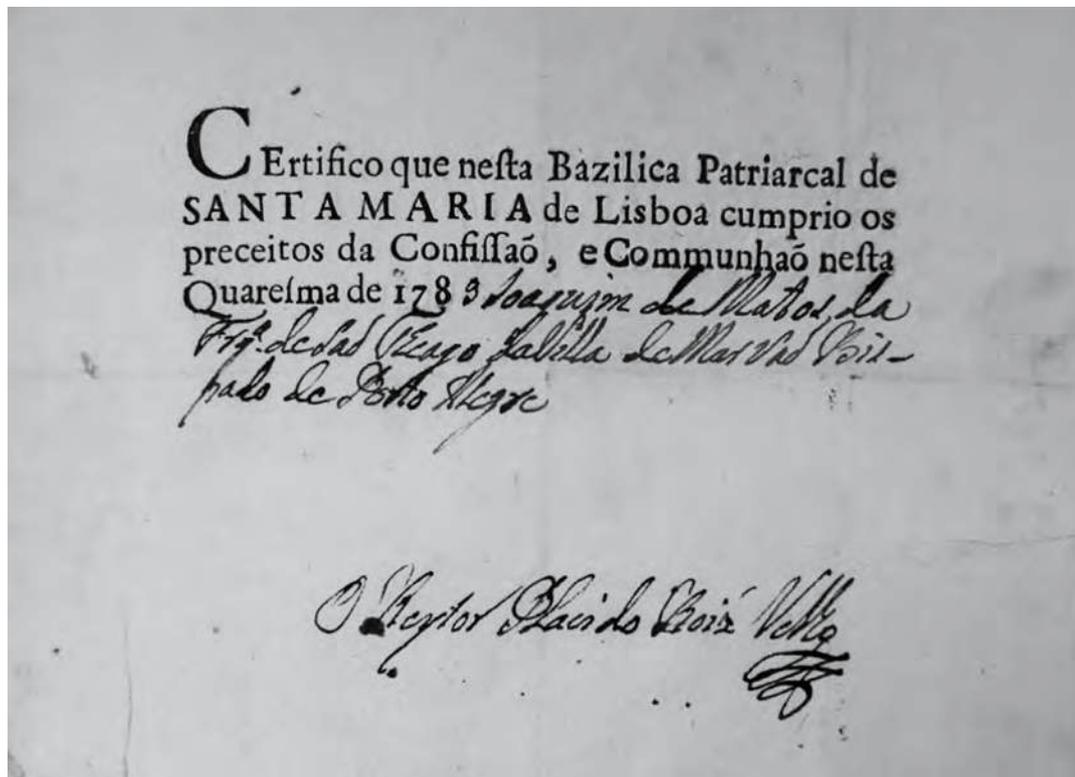
Rou dos Confesados, e Comungados desta Paro
quia de S. Tiago de Novaes no presente, an
no de 1814.

Numero	Nome	Sexo	Idade	Def.
Rua de João Garção				
1	1 O Parroco da S. Tiago J. de Almeida	U	63	Dr.
	2 Thez. de Jesus Cr. f.ª		58	Dr.
	3 Fran. da Costa Cr. de Almeida	U	18	Dr.
2	4 João Lopyes J. f.ª	U	55	Dr.
	5 Catharina N. f.ª	U	60	Dr.
	6 Josefeu Netto	imm	5	
3	7 M.º Luiz J. f.ª Almeida da Silva		46	Dr.
4	8 Rosalina Rosam de J. Mart.	U	28	Dr.
	9 Ant. f.ª	imm	4	
5	10 D. Thez. Catharina Carrasco	U	67	Dr.
	11 M.º Rosa Cr. de Costa	U	26	Dr.
	12 Brizida M. Cr.	U	24	Dr.
	13 João Cr. de S. Tiago	U	20	Dr.
6	14 M.º de Rosa J. de M. Carr. Barros	U	70	Dr.
	15 Gertrudes f.ª	U	40	Dr.
	16 Theresa f.ª	U	38	Dr.
	17 Rosa f.ª	U	35	Dr.
	18 Joaquina f.ª	U	32	Dr.
7	19 Ant. Jose de S. Tiago	U	58	Dr.
	20 Maria de Torres m.	U	58	Dr.
	21 Genoveva Cr.	C	11	
8	22 M.º Diaz Rosado J. f.ª	U	23	Dr.
	23 Maria dos Reis m.	U	24	Dr.
	24 Pitta f.ª	imm	00	
9	25 M.º de Almeida m. de	U	31	Dr.
	26 Fran. f.ª	imm	6	
10	27 Cam. M. Delic. J. de J. Vinaday	U	38	Dr.
	28 Manoel f.ª		9	
	29 Maria f.ª	imm	4	
11	30 Joaq. Carr. Disimul.	U	32	Dr.
	31 Cam. Cord. m.	U	38	Dr.
	32 Catharina Sobr.	U	17	Dr.

Exemplo da primeira folha respeitante à Rua de João Garção (actual Rua 24 de Janeiro), da Paróquia de São Tiago, referente ao ano de 1814⁽¹⁰⁾

INTRODUÇÃO

De tal forma são rigorosos – e não hesitamos em lhes chamar policiais – que o paroquiano que não cumprisse as suas obrigações quaresmais tinha que justificar a sua ausência da vila e comprovar, *a posteriori*, que se tinha confessado e comungado na localidade onde estava deslocado. Apresentamos, seguidamente, um desses comprovativos⁽¹¹⁾.



Certificação respeitante ao paroquiano de São Tiago de Marvão, Joaquim de Matos, que se confessou e comungou na Basílica de Santa Maria de Lisboa na Quaresma de 1789. Repare-se que a certidão está parcialmente impressa, o que significa que eram passadas muitas

Regra geral, cumpria os seus deveres religiosos a quase totalidade dos habitantes. Os encerramentos destes registos não deixam dúvidas. Apresentamos, a título exemplificativo, a certificação (encerramento) do rol de confessados da Paróquia de São Tiago referente ao ano de 1753⁽¹²⁾:

Certifico eu Domingos Roiz. Frontr.º Prior em Comend.º em esta Parochial Igreja de S. Tiago de Marvão, q.e este E é o Rol de todos os meus Freguezes, os quais todos Satisfizerão ao preceito da Confissão e Comunhão, este prezente anno de mil Setecentos Sincoenta e três anos, excepto João q.e servia de jurado a João Mri.º Pernagorda, por se auzentar ainda antes da quaresma Como me a firmou cedo Seu amo, e eu tão bem Satisfis ao mesmo preceito e por assim Ser Verd.e passei a prez.te e juro in Ve(?) Sincero e assignei. Marvão 18 de Maio de 1753."

O Prior Em Comendad.º Domingos Roiz. Frontr.º V.t.º em tempo; Registesse, e mostresse em vizitaçam. Eqn.to ao João auzente observe a Const. 15.2.ttº 6. Cap. 6. N.3. Por.te 19 de Majo de 1753.

L.çº Maldonado

Fica Registado no Livro do Registo da Camera e p.al na forma (?) Port.e de Maio 21 de 1753

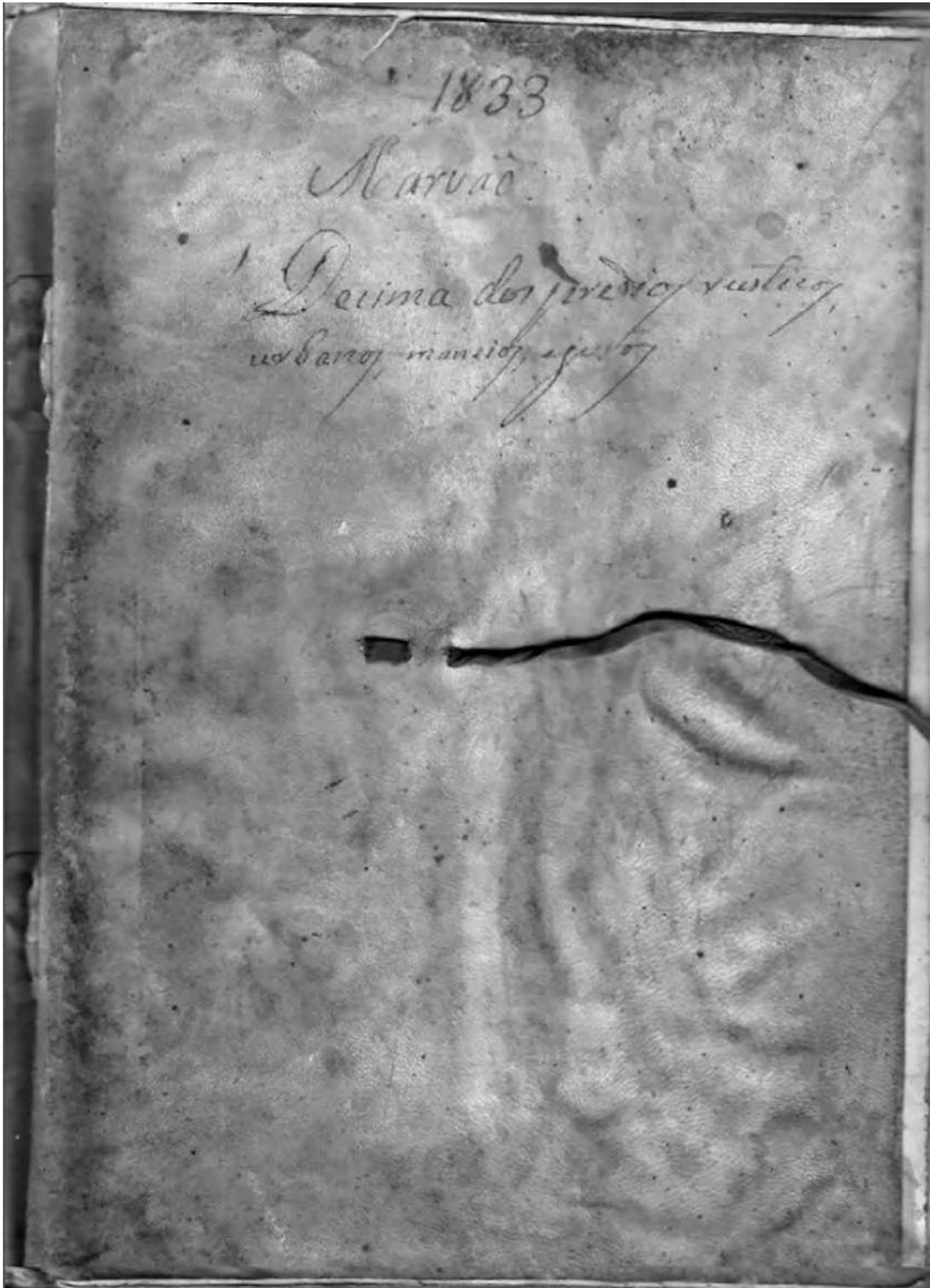
O P.de Gaspar dos Rejs Fes (?) V.tº em Vizitaçã

Em conclusão, a partir das fontes apresentadas é possível saber, nos anos a que as mesmas dizem respeito, que ruas existiam, como se chamavam, quantos fogos estavam habitados e quem vivia em cada um deles, com as informações já mencionadas para cada elemento do agregado familiar. O problema é não podermos alocar, directamente, os fogos aos edifícios que chegaram aos nossos dias, nem tão pouco sabermos se a ordem do registo é sequencial, em que sentido foi feito e a que lado da rua diz respeito. Para resolver este problema lançámos mão de outras duas fontes: a Contribuição da Décima e o Novo Imposto das Janelas. Ambos os impostos são registados por ruas e com a vantagem de discriminarem os lados esquerdo e direito.

O Imposto da Décima foi criado em 1641 para fazer face às despesas da Guerra da Restauração (1641-1668). O AHMM possui registos entre 1820 e 1834. Abrangia os

prédios urbanos, os rústicos, os maneios (imposto sobre o trabalho) e os juros. Permite-nos conhecer os nomes dos proprietários, o valor tributável (logo, quanto maior este for maior será o prédio, o que constitui uma informação importante) e o lado da rua em que moravam. Se as casas estivessem “fechadas” (desabitadas) não pagavam. A existência de um edifício de maiores proporções, logo, com um “rendimento” superior aos outros, dá-nos a conhecer

a posição geográfica do lado a que diz respeito, uma vez que a indicação “esquerdo” ou “direito” não é suficiente para tal, pois que os lançamentos não se faziam sempre no mesmo sentido. Também nas ruas em que um dos lados tem claramente mais edifícios do que o outro, a identificação geográfica dos lados esquerdo e direito é fácil de fazer. A Décima era de cerca de 9% sobre o valor colectável (“rendimento”), sujeita a arredondamentos.



Capa de um dos livros de lançamento da Décima onde se lê: “1833 / Marvão / Decima dos predios rusticos, urbanos, maneios [imposto sobre o trabalho], e juros”⁽¹³⁾

<p>11719</p>	<p>Rua de Baixo. D^o direito</p>
<p>45</p>	<p>Casa de Thome de Oliveira em que vive seu rendimento quinhentos reis e em que se vende a cinco reis</p> <p style="text-align: right;">p. g. do</p>
	<p>Ditay dos edificios de Braganca de Oliveira fe chada</p>
<p>35</p>	<p>Ditay de Manoel Lameiro em que vive seu rendimento quatrocentos reis e em que se vende a cinco reis</p>
	<p>Ditay de Jose Antonio Ribeiro fechada</p>
	<p>Ditay da Rua de São Pedro fechada</p>
<p>45</p>	<p>Ditay de Silveira de Carmo em que vive seu rendimento quinhentos reis e em que se vende a cinco reis</p>
<p>11814</p>	

Imposto da Décima. Lançamentos na Rua de Baixo do lado direito⁽¹⁴⁾

Mas o outro imposto referido – Novo Imposto das Janelas – é mais preciso quanto à identificação dos edifícios. Criado por D. Miguel através do Decreto de 16 de Junho de 1832, taxava as janelas “terrias” a 120 réis cada uma e as dos “altos” a 240 réis. Apenas se aplicou em Marvão em

1833, mas a sua informação é preciosa, uma vez que há muitos prédios cujos vãos aparentam não ter sido alterados, permitindo-nos atribuir muitos fogos e seus agregados familiares a muitas das casas hoje existentes.

Rua do Espírito Santo Lado L. Direita 73920 8880

<i>Contas de Reverendo Padre de S. Paulo da janela dos altos de cento e quatro vãos</i>	<i>240</i>	
<i>De terra cento e vinte e seis</i>		<i>120</i>
<i>pag. por trimestre de 1833.</i>		
<i>pag</i>		
<i>Contas de Reverendo Padre de S. Paulo da janela dos altos de cento e quatro vãos</i>	<i>240</i>	
<i>De terra cento e vinte e seis</i>		<i>120</i>
<i>pag. por trimestre de 1833.</i>		
<i>pag</i>		
<i>Contas de Inagracio de Camillo de tres janelas, altos de cento e vinte e seis</i>	<i>720</i>	
<i>pag. por trimestre de 1833.</i>		
<i>Contas de Reverendo Padre de S. Paulo de tres janelas dos altos de cento e quarenta e seis</i>	<i>240</i>	
<i>pag. por trimestre de 1833.</i>		
<i>pag. por trimestre</i>		
	<hr/>	<i>75360 9120</i>

Novo Imposto das Janelas. Lançamentos referentes à Rua do Espírito Santo do lado esquerdo⁽¹⁵⁾

INTRODUÇÃO

Mais uma achega para a resposta à pergunta inicial (Quem morava aqui?) é-nos dada através dos Tombos dos bens do concelho, da Misericórdia e das várias irmandades existentes. Surgem registos de edifícios que, ao serem descritas as respectivas confrontações, nos dão informações decisivas para a localização de muitos prédios. É também nesses livros que aparecem arrematações de rendas e de venda de casas que contribuem, igualmente, para a sua identificação e de seus proprietários. É pelo cruzamento de toda esta informação/documentação que podemos localizar prédios e seus donos, numa determinada rua, num determinado momento histórico. Não esqueçamos que a identificação oficial das ruas e a atribuição dos “números de polícia” só começa a realizar-se, em Lisboa, com o desenvolvimento dos correios, entre 1801 (publicação da “Regulação da Pequena Posta”) e 1821, ano em que se começa a entregar o correio porta-a-porta⁽¹⁶⁾.

A partir daqui podemos seguir a pista de alguns moradores cujas profissões/ocupações os coloquem num grau de importância sociocultural e política interessante para a história da vila: militares de alta patente (nomeadamente o governador da praça e seu ajudante), engenheiros militares, capitães de ordenanças, juizes de fora, vereadores, juizes de alfândega, tabeliães, escrivães, médicos, cirurgiões, sangradores, sacerdotes (nomeadamente os párcos e os vigários da vara), “presidentes” das irmandades e das fábricas das igrejas, provedores da Misericórdia e mesários, proprietários. As referidas pistas têm, como fontes específicas, a documentação respeitante às entidades onde exerciam os seus ofícios/ocupações. No caso dos políticos e funcionários camarários, as actas de vereação são as fontes mais importantes. No caso dos militares, a pesquisa tem que ser feita no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, existindo uma larga panóplia de fontes. Sobre o clero secular e as transformações dos edifícios religiosos, apontaríamos, como muito importantes, os livros das visitas, das fábricas e das irmandades. Relativamente à Santa Casa, existe, igualmente, um fundo incorporado com várias caixas de documentação (actas das sessões da Mesa, Tombos, livros de contas, inventários, fornecimento de géneros alimentícios, assentos de óbitos, etc.) cujos documentos mais antigos (receita e despesa da Misericórdia e arrematações dos foros e fazendas da capela instituída por Manuel Carrilho) ainda pertencem aos últimos anos do séc. XVI (1595 e 1599). No que diz respeito ao Convento de Nossa Senhora da Estrela, o problema é mais complexo, uma vez que só na Torre do Tombo dispomos de documentação importante. Conta-se, aliás, que uma religiosa que serviu na Santa Casa tinha “aversão às coisas velhas” e destruiu muita documentação, não só do Convento como da própria Misericórdia... Possidónio M. L. Coelho faz alusão, na sua obra de 1924, a vários documentos do séc. XVI que estavam no “cartório”. Tentando localizá-los, pesquisámos no fundo da Santa Casa da Misericórdia do AHMM, mas em vão. Como no Arquivo Distrital também não constam, resta a esperança de se encontrarem na Torre do Tombo.

Relativamente à história da transformação dos edifícios, os militares e os religiosos possuem fontes importantes, constituídas pelos arquivos da extinta DGEMN (www.monumentos.pt) - sendo ricos em fotografias, dese-

nhos e memórias descritivas das intervenções -, pelos desenhos militares do GEAEM e por um vasto leque de documentação do AHM de Lisboa. Já no que diz respeito aos edifícios camarários, são os respectivos arquivos corrente, intermédio e histórico os repositórios das fontes necessárias e suficientes para o seu estudo.

ADVERTÊNCIA FINAL

Sabíamos antecipadamente que esta tarefa era hercúlea. Que nos dispersaríamos em novas questões que a investigação aportaria a cada passo. Que não iríamos dispor de tempo para esmiuçar ou tratar convenientemente cada nova interrogação, dúvida, problemática, porque se o fizéssemos nunca daríamos por terminado esta primeira sondagem. Que o perigo da imprecisão e do erro nesta abrangência temática seria enorme. Mas começar era necessário, para que outros continuem, ou nós próprios o façamos, tentando, então, desenvolver as várias linhas de investigação que aqui se começam. De uma coisa tínhamos a certeza: sabia-se muito pouco sobre a vila de Marvão e estava por utilizar, historiograficamente, um importante manancial de fontes primárias. Era preciso começar!



- 1) RÜSEN, Jörn – “A História entre a Modernidade e a Pós-modernidade”, in *História: questões e debates*, vol. 14, n.º(s) 26/27, Curitiba, 1997, p. 92.
- 2) GUEDES, Lívio da Costa - “A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold 1798”, in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 60, Lisboa, 1992, p. 217.
- 3) ARIÈS, Philippe e DUBY, George (Dir.) - *Histoire de la vie privée*, vol. 1, Seuil, Paris, 1985, Prefácio.
- 4) Informação de José Pinheiro (1931-)
- 5) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – *Terras de Odiana*, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e de Marvão, Lisboa, 1988, p. 101.
- 6) AHMM, Mç 00, CMMRV/B-E/01/001, folha n.º 150.
- 7) AHMM, Mç 115, JPSTM/04/001, doc. único.
- 8) AHMM, Mç 112, vários documentos, 1687-1866, IRMSS/02/001, 1761-1795, folha n.º 124.
- 9) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, folha n.º 14 v.º.
- 10) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007, folha n.º 67.
- 11) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, documento solto referente ao ano de 1789.
- 12) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/001, folha n.º 11.
- 13) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/014.
- 14) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/014, folha n.º 14 v.º.
- 15) AHMM, Mç 43, CMMRV/F-B/02/01, folha n.º 30 v.º.
- 16) *Vencer a Distância. Cinco Séculos dos Correios em Portugal*, Museu das Comunicações, s. l., s. d., p. 9;
TEIXEIRA, Clara – “Do selo postal CTT à criação do banco postal”, in revista *Visão*, n.º 1203 de 2016, p. 81.





1

ORIGENS E CARACTERIZAÇÃO GERAL

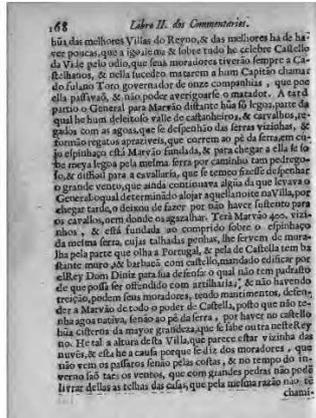
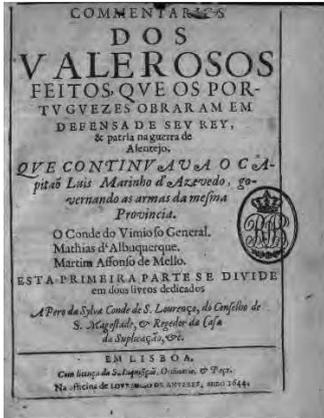
... جبل أماية المعروف اليوم بأماية ابن مروان،
وهو جبل شامخ حصين شرقي مدينة أماية الخراب
على وادي سبير .

*... o Monte de Amaia, conhecido hoje por Amaia de Ibn
Marwán: é um monte alto e inexpugnável, a leste da cidade de
Amaia-das-Ruínas, (sita) sobre o Rio Sever.*

1. ORIGENS E CARACTERIZAÇÃO GERAL

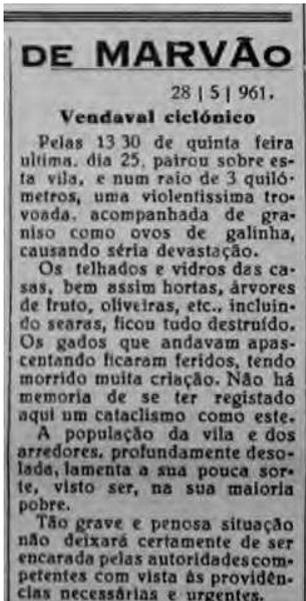
1.1 UM SÍTIO AGRESTE

Apesar de todas as comodidades que o progresso civilizacional nos aportou, continua a não ser fácil viver em Marvão, onde a natureza se impõe, tão bela quanto rigorosa. O problema é que estamos a 865 m de altitude, o vento é persistente - tal como os nevoeiros, que por vezes duram semanas -, o que potencia a sensação de frio e arranca os telhados nas inverniais, lamento que é recorrente nos documentos históricos de Marvão de todos os séculos. Houve visitantes que escreveram textos impressionantes como este, no séc. XVII:



(...) & formão regatos aprazíveis, que correm ao pé da serra, em cujo espinhaço está Marvão fundada, & para chegar a elle se sobe meya legoa pela mesma serra por caminho tam pedregoso, & defficil para a cavallaria, que se temeo fizesse despenhar o grande vento (...) Terã Marvão 400 vizinhos (...) posto que não tenha agoa nativa, senão ao pé da serra, por haver no castello hũa cisterna de mayor grandeza (...) & no tempo do inverno são taes os ventos, que com grandes pedras não podem livrar dellas as telhas das casas, que pela mesma razão não tem chaminés, & fazem o fogo ao canto dellas, & com o fumo parece cada casa hum inferno (...)⁽¹⁾.

Já no século passado, respigamos uma notícia de 1961:



In O Districto de Portalegre n.º 2.137 de 31 de Maio de 1961

Para além do factor climático, a falta de água de nascente, e corrente, também constituiu um enorme transtorno ao assentamento populacional. Até ao princípio dos anos trinta do século passado, a população deslocava-se diariamente à Fonte do Concelho, na encosta nascente, a uma distância de 650 m, por calçada íngreme, para se abastecer de água potável e trazê-la para a vila. O mesmo acontecia com a disponibilidade de tanques públicos para lavadeiras, ficando o mais próximo a 950 m (Fonte da Selorica), por calçada.

Do ponto de vista da subsistência alimentar, o problema era igualmente complicado: a grande disponibilidade de terrenos férteis e servidos de água estava no vale, onde os Romanos construíram a sua cidade de Ammaia, a uma distância de 2 km por calçada.

1.2 O NEBULOSO PERÍODO MUÇULMANO

Tudo isto para dizer que a justificação para o surgimento de uma povoação sobre a crista rochosa foi defensiva, ou seja, impôs-se por necessidade militar e política. Não se procurou o lugar por nele haver condições naturais de sobrevivência. Assim se compreende que a mais antiga referência histórica ao sítio diga respeito ao refúgio aqui procurado, pelos anos de 876/877, por Ibn Maruán (?-889/890), um *muladi* (autóctone islamizado) de Mérida, refundador de Badajoz (875), que se notabilizou como caudilho rebelde contra o Emirato de Córdoba. O seu nome completo era Abd ar-Rah.ma:n Ibn Marwa:n Ibn Yu:nus al-Jilli:qi al-Maridi. Significa: Abderramão, filho de Marwan, por sua vez filho de Iúnece (Johannes ou João), o Galego (que foi governador de Mérida e assassinado pela população revoltada), o Emeritense, outro cognome⁽²⁾.

E foi esse acontecimento, digamos fundacional, que criou o topónimo nas crónicas árabes, designadamente no séc. X, na obra perdida do historiador cordovês Isa Ibn Áhmad ar-Rázi⁽³⁾. O sítio, conhecido por "Monte de Amaya" - prevalecendo posteriormente a designação de "Amaya de Ibn Marwan"⁽⁴⁾, entre outras designações -, possuía um *hisn* (uma fortificação), referindo-se que se situava a oriente (na realidade, a norte) da antiga cidade romana de Ammaia, cidade que estava em ruínas na margem do rio Sever (*wadi Sabir*). Curiosamente, "saber" significa "colina pedregosa", "monte" (ALVES, 2013: 784). Pouco tempo demorou Ibn Maruán no *hisn* de Amaya, devido à hostilidade de uma tribo berbere que habitava a zona (os Baranis) e também pelas discórdias e desmobilização que grassava entre os seus companheiros de rebeldia. Muitos deles pediram o perdão ao Emir e regressaram, obedientes, a Mérida. No ano de 877, Ibn Maruán, sentindo insegurança entre os muçulmanos, pediu refúgio a Afonso III, o *Magno*, rei da Galiza, que não só concordou com o pedido, atribuindo-lhe posteriormente um feudo, como lhe enviou um destacamento de cavalaria para recolher a sua gente no *hisn* Ammaia e a conduzir em segurança para a Galiza⁽⁵⁾.

ORIGENS E CARACTERIZAÇÃO GERAL

1.3 A RECONQUISTA, AS DISPUTAS TERRITORIAIS E O POVOAMENTO DA VILA



“A Conquista de Marvão (1166)” de João Tavares, *Manufactura de Tapeçarias de Portalegre* (Salão Nobre da CMM) (foto Raul Ladeira)

Não se conhece o ano em que Marvão caiu, pelo menos pela primeira vez, na posse da Cristandade. Pensa-se que tal terá acontecido durante as campanhas de D. Afonso Henriques, até ao desastre de Badajoz (1169), ou através da progressão dos Templários para sul, em consequência da promessa do monarca, feita naquele ano, de doar um terço das terras que a Ordem conquistasse para lá do Tejo:

facio scriptum, et pactum donationis et firmitudinis de omni tertia parte, quam per Dei gratiam acquirerem et populare potuero a flumine Tago, et ultra⁽⁶⁾.

Tradução⁽⁷⁾: *faço escritura e pacto de doação firme de toda a terça parte que por graça de Deus eu adquirir e puder povoar desde o rio Tejo e para além dele.*

Pouco depois da referida promessa, a povoação de Marvão consta em documento de 1173 respeitante à doação régia do castelo de Abrantes, não à Ordem do Templo, mas à Ordem de Santiago. Na definição do respectivo termo, Marvão parece estar integrada no limite a nascente:

(...) Do itaque ipsi castello de Ablantes terminos et divisiones per Oezzar ubi intrat in Tagum, per ripam Tagi usque in terminum Edaniae, et ultra Tagum per lombum de super vinea (...) et inde sicut vadit per lombum illum se super ipsa mata Dalcolura et inde quomodo fert in Arracef, in Almegion ad pontem de Soor, et inde sicut vadit Soor ad sursum ad cabeza Dalgudi et inde ad taliadas de Marvan, quomodo fert in Seur et reveritur in Tagum (...)⁽⁸⁾.

Tradução do sublinhado⁽⁹⁾: *até à Ponte de Sor e daí como vai o Sor até acima até à cabeça Dalgudi até às (taliadas?) (estacas? pontas?) de Marvão, como conduz ao Sever e reentra no Tejo.*

Sem certezas absolutas, parece-nos que o termo passava junto a Marvão, alcançando o Sever (provavelmente na actual Portagem, que já assim se chamava no séc. XIV) e daí fazia o trajecto deste rio até entrar no Tejo. Devemos ter em consideração que, com alguma frequência, eram atribuídos territórios a vilas, cidades, castelos ou dioceses que ainda estavam na posse dos muçulmanos, muitas vezes como incentivo à sua conquista⁽¹⁰⁾. Repare-se que o termo em

causa era o de um castelo situado na margem direita/norte do rio Tejo e a uma considerável distância de Marvão.

Note-se que o caminho que de Castelo de Vide conduzia a Marvão, podia fazer-se, no séc. XVIII (ver planta de 1755, mais à frente), como hoje ainda, através da Escusa ou pelo Vale de Ródão, sendo que, ao chegar junto à Porta da Vila, vindo de norte, podia inverter para sul em direcção à Portagem, ou seja, ao rio Sever. Talvez por isso a descrição de 1173 refira a chegada às “taliadas” de Marvão, que o nosso tradutor refere ser palavra que desconhece no latim. Contudo, aponta como possibilidades de tradução, “estacas” e “pontas”, o que nos aporta o significado de paliçadas, ou seja, defesas, uma vez que nesse tempo não haveria ainda muralha urbana. É, pelo menos, uma interpretação com algum fundamento, uma vez que “estacada” é sinónimo de barreira exterior com paus aguçados, de uso ancestral que chegou até à arquitectura militar das Idades Moderna e Contemporânea. Em alternativa, as “taliadas” referir-se-ão à crista quartzítica onde Marvão se constituiu; colocamos, ainda, a hipótese de se relacionar com a palavra atalaia do árabe *at-talâ'i'a*.

Seguindo uma ordem cronológica, aconteceu, depois, uma nova doação régia, desta vez aos Hospitalários, em 1194, que os aproximou de Marvão. Trata-se das terras de Guidimtesta, doadas por D. Sancho I com a obrigação de se levantar o Castelo de Belver:

(...) Guidimtesta in qua concedimus vobis ut faciatis castellum quodam cui imponimus nomen Beluer. Hec hereditas istis circundatur terminis: citra Tagum diuidit cum castello de Ablantes per cummariam de Rosmarinal quomodo decurrunt aque ad riuum de Aries et inde ascendit ad rostrum de Bando Maiore et exinde ad caput Amendoa ad uiam mouriscam directe ad Vzezar ad portum de Thomalia intra Tagum per Aurarium ubi extraxerunt call discurrentibus inde aquis ex una parte ad Aluegam et ex alia parte de Valem de Gauiam et exinde ad margen Franzira usque ad rostrum de Merlyza, et exinde per Vittem ad portum de Seuer usque ad portum de Exarec ubi Lupariz ingreditur Tagum et iterum transeunt Tagum. Hac parte vadit ad Turrem de Dardola et descendit per fundum de luncao

so et exinde ad Oleiros usque Vzezar ad Pedrogao descendo per medium fluminis de Vzezar usque Tamolla. (...)⁽¹¹⁾

Tradução do sublinhado⁽¹²⁾: *e daí por Vide até ao porto de/ do Sever até ao porto de Exarec*

A linda vinha de oeste, chegava a Vide (à ribeira e à povoação de Vide, mais tarde, Castelo de Vide) e invertia para norte, ao longo da ribeira até ao porto do Sever (confluência da ribeira de Vide com o rio). Daí continuava para norte até à foz do Sever no Tejo que se chamaria de Exarec. É esta a nossa leitura, ainda que a designação de Exarec para a referida foz seja mera suposição lógica. Não faz muito sentido que, chegando a linha de termo a Vide, progredisse para nascente, porque se o fizesse, o documento nomearia Marvão e sobrepuña-se ao território da anterior doação.

Poucos anos depois, a doação aos Templários, por D. Sancho I, em 1199, da Herdade da Açafa, em escambo pelas igrejas de Mogadouro e Penas Róias, parece ter integrado Marvão:

(...) Partitur enim ultra Tagum per focem de Figueiroo quomodo intrat in Tagum, deinde intrat ad rostrum de Merlica et uadit ad Mongaret, deinde ad cimalias de aqua de Vida, deinde de castellum de Terrom quomodo uadit ad monasterium de Alpalantri, deinde ad semederium de Bensayam, deinde ad portum de Mola de Salor quomodo uertuntur aque de Tagum (...)⁽¹³⁾.

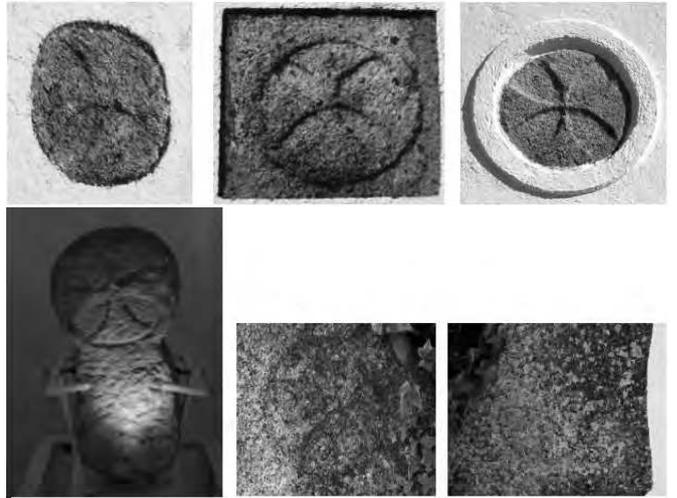
Tradução do sublinhado⁽¹⁴⁾: *daí entra até à ponta de Merlica e vai até Mongaret, depois até às (cimalias?) de água de Vida, depois desde o castelo de Terrom como vai até ao mosteiro de Alpalantri (Alpalhão?), depois até ao (cemitério?) (vereda? atalho?) de Bensayan, depois até ao porto de Mola de Salor, como correm as águas do Tejo (...)*

Com as dificuldades inerentes à identificação da toponímia antiga, é-nos possível colocar como hipóteses credíveis a localização de alguns sítios que delimitavam a Herdade da Açafa a sul do Tejo, fazendo uma tradução livre (não literal) do latim:

- “per focem de Figueiroo quomodo intrat in Tagum”: pelo leito da (ribeira) de Figueiró até à sua foz no Tejo; esta ribeira corre a leste de Alpalhão e vai desaguar no Tejo, a norte;
- “Merlica”: sítio da Merliça, a NO de Castelo de Vide, onde se situa uma anta inventariada com a designação do topónimo;
- “Vida”: Vide, que só passará a Castelo de Vide com a construção do dito, por D. Dinis;
- “monasterium de Alpalantri”: mosteiro (aquartelamento templário?) de Alpalhão.
- “portum de Mola de Salor”: passagem na Serra de São Pedro, provavelmente junto a moinhos do Rio Salor.

Correlacionando a doação de 1199 com os padroados eclesiásticos, sabe-se que os Templários detinham os direitos das igrejas de Arês, Nisa, Alpalhão e da Igreja de Santa Maria Maior em Portalegre⁽¹⁶⁾. Refira-se que durante a disputa dos territórios do Norte Alentejano pelas dioceses da Guarda e de Évora, de que falaremos mais abaixo, esta última fez um acordo com os Templários, em 1250, segundo o qual a Ordem reconhecia a jurisdição espiritual ao bispo eborense sobre os seus territórios de Nisa, Montalvão, Alpalhão e Arês⁽¹⁷⁾. Tal acordo prova a

existência de propriedades templárias a sul do Tejo. Em Marvão, as duas igrejas paroquiais pertenciam ao padroado real, mas há “emblemas templários”⁽¹⁸⁾ em várias casas na vila, sinal de que os freires do Templo poderão ter constituído propriedade nela, nesses primeiros tempos de indefinição administrativa.



Cruzes orbiculares localizadas (da esquerda para a direita e de cima para baixo) na Rua do Embique n.º 2, na Rua do Calvário n.º 3, na Rua 24 de Janeiro n.º 15, numa cabeça de sepultura existente no Museu Municipal de Marvão e nas aduelas de um arco existente à entrada do Convento de N. S. da Estrela, proveniente do antigo edifício da Misericórdia, no Largo do Espírito Santo

Chegados ao séc. XIII, voltamos a ter referências ao vale e à povoação de Marvão que ganhará o estatuto de vila: em 1217, D. Afonso II doa o reguengo da Aramenha ao Mosteiro de Alcobaça⁽¹⁵⁾; em 1226, D. Sancho II atribui a Marvão o primeiro foral, no decurso da sua passagem pelo Alto Alentejo, a caminho da conquista de Elvas que não conseguiu lograr.



Fotografia da carta de foral de Marvão, de 1226, obtida pela Dr.ª Catarina Bucho Machado quando montou o Arquivo Histórico Municipal de Marvão

ORIGENS E CARACTERIZAÇÃO GERAL

Mas, com carácter definitivo, a posse de Marvão não deverá ter ocorrido antes de 1190/91, devido à contra-ofensiva de Almansor, por aqueles anos, que só parou na linha do Tejo – cuja (re)conquista definitiva ocorreu em 1147 -, deixando por reconquistar, das cidades importantes, apenas Évora.

Alguns especialistas⁽¹⁹⁾ são de opinião que, provavelmente, o foral de Marvão, com tão extenso território – que se estendia até Campo Maior (“*uadit ad castellum de monte maiori*”)⁽²⁰⁾ -, terá sido concedido por D. Sancho II para convencer as forças locais, sobretudo os cavaleiros, a segui-lo na malograda tentativa de conquistar Elvas em 1226. Também aconteceu que este extenso território do Norte Alentejano vinha sendo disputado, desde a restauração da Diocese de Évora (1166) - após a respectiva reconquista por Geraldo Sem Pavor (1165) - e a fundação da Guarda (1199) - com bispo desde (c. 1203)⁽²¹⁾ -, até à Concordata de 1260⁽²²⁾. O primeiro documento que prova, claramente, a existência destas desavenças diocesanas, é a Bula de Inocêncio III, *Id a Sede Apostolica*, datada de 1216, em que o Papa reconhece, cautelosamente, à diocese de Évora, autoridade espiritual sobre os territórios do Norte Alentejano, enquanto não se definissem os direitos de jurisdição⁽²³⁾, o que prova que o litígio estava para durar. Com a concordata celebrada entre o Bispo de Évora, D. Martinho, e o Bispo da Guarda, D. Rodrigo Fernandes, feita em Torrejana (termo de Seda)⁽²⁴⁾, Marvão, tal como Castelo de Vide, Portalegre, Nisa, Montalvão, Alpalhão, Alegrete, Coudo-dera e Albuquerque, ficaram na diocese da Guarda. Na diocese de Évora ficaram Elvas, Arronches, Monforte, Assumar, Alter do Chão, Crato, Arês, Amieira e todas as propriedades pertencentes à Ordem de Avis, situadas dentro da linha de demarcação⁽²⁵⁾. Infelizmente, a concordata de 1260 não enumera as paróquias que ficaram dentro de cada território, o que nos permitiria provar, documentalmente, a existência da(s) igreja(s) paroquial(is) da vila de Marvão no séc. XIII.

Uma última doação na região, no séc. XIII, já com a vila de Marvão autonomizada pelo referido foral: as Terras de Ucrata, doadas por D. Sancho II aos Hospitalários, em 1232, com a obrigação de se construir outro castelo, agora já bem a sul do Tejo, no Crato, e de se constituir povoação.

Mais tarde, o castelo de Marvão aparece envolvido numa disputa anti-senhorial, entre D. Dinis e seu irmão D. Afonso, a quem seu pai, D. Afonso III, o doara no ano de 1271:

Eu Don Affonso (...) Dou e outorgo a uos Don Affonso meu filho (...) os meos castelos e as minhas vilas de Marvã e de Portalegre e de Arronches (...)⁽²⁶⁾.

D. Dinis apossa-se do castelo em 1299, confirma o foral, e Marvão e Portalegre foram trocadas por Sintra e Ourém em 1300. A fortificação foi reconstruída, e o povoado, como tantos outros no reinado de O Lavrador, mas também “urbanista”, conheceu a sua verdadeira formação/expansão, conforme se pode depreender da crónica de Rui de Pina (1440-1522)⁽²⁷⁾.

Expansão explicável pelo clima de paz que a conquista definitiva do Algarve (1249/1250) e a definição da fronteira com o país vizinho, pelo Tratado de Alcanizes, em 1297, trouxeram a todo o país.



(...) Este Rey em seu tempo fez quazi de novo todas as Villas, e Castellos de riba Dodiana, ha saber: Serpa, Moura, Olivença, Campo mayor, Ouguella, cujos alcaceres, e Castellos fez de fundamento com muitas despezas, e assi fez na dicta Comarqua dantre Tejo, e Odiana hos Castellos de Monforte, e Darronches, Portalegre, e Marvam, Alegrete, Castello Davide (...)

Os sécs. XIV e XV marcarão decisivamente o difícil povoamento da vila⁽²⁸⁾. Em 1378 foi coutada para homiziados, “ataa duzentas pessoas”⁽²⁹⁾, recebendo privilégios vários, potenciadores do povoamento do lugar, em 1407, 1436 e 1497⁽³⁰⁾. A expansão urbana trouxe, em consequência, a construção de uma cerca que abraçou a vila e se abriu ao exterior através do Postigo do Torrejão, da Porta da Vila e da Porta do Ródão ou da Roda⁽³¹⁾. Em 1443, Diego Álvares, escudeiro do condestável D. Pedro, entregou 3000 reais a Vasco Martins, morador em Marvão, para despende nas obras do muro⁽³²⁾.

1.4 INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DA MALHA URBANA

A interpretação histórica da malha urbana da vila fazemo-la da seguinte forma e fundamentação:

a) A povoação ou lugar mais próximo de Marvão é a sua Portagem (já referida como tal na carta de doação de D. João I a Iria Gonçalves, mãe do condestável, datada de 1395⁽³³⁾), estando ligados os dois sítios, com certeza desde o período medieval, pela conhecida “Calçada da Portagem” ou outro caminho com diferente pavimento mas com a mesma função. Esta ligação, que na planta militar de 1755 tem a designação de “Estrada de Portalegre”, chega a Marvão pela zona sul, junto ao Convento de Nossa Senhora da Estrela, e, no seu progresso em direcção ao castelo, definiu, pela meia encosta, e quase em linha recta, a Rua da Porta da Vila, a Praça, a Rua do Espírito Santo, o Largo do Espírito Santo e a Rua do Castelo. Definiu também a porta principal da vila - a Porta da Vila -, quando a cerca medieval de levantou, à qual

vinha dar, também, a “Estr. de Valença” (Valência de Alcântara) (ver planta militar de 1755), subindo, naturalmente, a encosta nascente que dá para Espanha.

c) Também nesta praça embicava (através das ruas do Embique e do Relógio), uma rua que a ligava ao Postigo do Torrejão. Estavam, assim, definidas as principais



Planta da Praça de Marvão, de 1755, onde se observa, em cima, à direita, a “Estr. de Portalegre” que ligava Marvão à Portagem, ao centro, a “Estr. de Valença” e à esquerda a “Estrada de Cast.º de Vide” (GEAEM, 1396-3-40-PP)

b) O outro caminho importante era o que ligava Marvão à vila portuguesa mais próxima, ou seja, a Castelo de Vide, que, ficando a poente, obrigava a que a estrada de acesso contornasse a montanha de Marvão devido à inaccessibilidade dessa encosta, muito declivosa. Construíram-se, assim, ao longo dos séculos, os acessos a Castelo de Vide através da Escusa ou pelo Vale de Ródão. Ora este caminho, chamado de Castelo de Vide (ver planta militar de 1755), chegava à encosta nascente de Marvão vindo de norte, o que originou a necessidade da Porta de Ródão. Uma vez dentro do espaço urbano da vila, e sendo impossível a subida directa para o castelo, a partir desta porta, a rua progrediu pela meia encosta e alcançou, através da Rua de Cima, a Rua da Porta da Vila. Foi precisamente nesse espaço de encontro que se constituiu a Praça. E aí se levantou a Câmara Velha nos sécs. XV/XVI e o respectivo pelourinho.

artérias da vila, com a forma de um “x” deitado na encosta onde a vila se endentou, ligando a Praça, central, às três portas da muralha e ao castelo.

d) As outras ruas importantes fariam a circunvalação pelo espaço intramuros - Rua de Baixo, Terreiro, Rua do Terreiro, Rua do Corro, Rua do Calvário, Rua de Santiago e Rua da Corredoura – ou ocupariam as zonas intermédias das principais, das quais, as mais importantes, são a Rua do Açougue e a Rua de João Garção (Rua 24 de Janeiro).

Em conclusão, o traçado urbano da vila de Marvão encontra-se claramente explicado pela orografia da encosta onde a vila se havia de construir e pelos principais caminhos que a ligavam às povoações mais próximas, o que havia de ditar, também, a localização das portas da muralha.

ORIGENS E CARACTERIZAÇÃO GERAL

1.5 A TOPONÍMIA E AS DELIMITAÇÕES PAROQUIAIS

Deixamos o exemplo da toponímia para os anos de 1753 (Freguesia de São Tiago) e de 1763 (Freguesia de Santa Maria), precisamente os primeiros anos em que há rois de confessados no AHMM. Como veremos para cada uma das ruas, a República trouxe inevitavelmente as suas alterações, para marcar politicamente a mudança de regime e perpetuar os seus heróis (a partir de 3 e 10 de Novembro de 1910), alterações que a Ditadura reverteu a 22 de Setembro de 1945. Mas já antes da República, após a restauração do concelho (1898), a figura do Dr. António Mattos Magalhães ganhou projecção e ficou a designar a Praça, até 1910, ano em que salta para a Rua da Corredoura. Entre 1910 e 1945, aconteceram algumas alterações que deixamos registadas nas respectivas ruas, nomeadamente, nos anos de 1923 (Lg. do Espírito Santo / Lg. dos Combatentes da Grande Guerra), 1925 (Rua do Castelo / Rua José Carrilho Videira) e 1933 (alterações nas ruas do Açougue / 24 de Janeiro, Terreiro / Infante D. Henrique, Relógio / Liberdade, Corro / António José de Almeida, Adro / Sacadura Cabral, Lg. de Terreiro / Lg. de Olivença e Trav. da Cadeia / Trav. do Município). Após a grande alteração de 1945, apenas registámos modificações pontuais: em 1963 (Lg. da Porta da Vila / Lg. Dr. Gralha) e em 1972 (Lg. da Parada / Lg. Camões).

Registem-se, então, os topónimos setecentistas que, anuladas as alterações republicanas, se mantiveram, com ligeiríssimas alterações, até aos dias de hoje⁽³⁴⁾.

a) Freguesia de Santiago (1753)

Respeitando a ordem sequencial em que são registadas as ruas, Santiago apresenta-se, em 1753, com a seguinte constituição:

“Rol dos Confessados e Comungados desta Parochial Igreja de S. Thiago de Marvão deste pres.te anno de 1753”

CORREDOURA – 15 fogos – 48 moradores
ADRO DA IGREJA – 2 fogos – 4 moradores
RUA DO SABUGUEIRO – 11 fogos – 33 moradores
TRAVESSA DO ADRO – 4 fogos – 9 moradores
RUA DE JOÃO GARÇÃO – 26 fogos – 85 moradores
RUA DE SANTIAGO – 22 fogos – 73 moradores
RUA DO EMBIQUE – 19 fogos – 57 moradores
MAIORROS – 11 fogos – 28 moradores
RUA DO RELLOGIO – 6 fogos – 21 moradores
RUA DE SIMA – 7 fogos – 21 moradores
TERREIRO – 24 fogos – 73 moradores
RUA DO CORRO – 5 fogos – 15 moradores
RUA DA PORTA DA VILLA – 25 fogos -100 moradores
PRASSA – 6 fogos – 23 moradores
CADEIA – 1 fogo – 3 moradores (8 "prezos")
RUA DO SPIRITO S.Tº - 9 fogos – 34 moradores

Totais: 16 ruas e outros espaços urbanos, 193 fogos, 627 moradores (não contamos os presos).

EXTRAMUROS:

MASS.Rª – 4 fogos – 19 moradores
VALLE DE RODÃO - 2 fogos – 8 moradores
ABENAIA - 1 fogo – 3 moradores

MINHOTA - 2 fogo – 7 moradores
SELORICA – 1 fogo – 1 morador

Totais: 5 sítios, 10 fogos, 38 moradores.

b) Freguesia de Santa Maria (1763)

Respeitando a ordem sequencial em que são registadas as ruas, Santa Maria apresenta-se, em 1763, com a seguinte constituição:

RUA DE BAXO – 24 fogos – 100 moradores
RUA DE SIMA – 13 fogos – 75 moradores
RUA DO ESPIR.TO SANTO – 5 fogos – 13 moradores
TRAVESSA DO HOSPITAL – 6 fogos – 30 moradores
CAGANITA – 5 fogos – 19 moradores
RUA DO CASTELLO – 17 fogos – 73 moradores
TRAVESSA DO ESP.TO S.TO – 2 fogos – 11 moradores
RUA DO SABUGUEIRO – 1 fogo – 6 moradores
TRAVESSA DO FORNO – 4 fogos – 15 moradores
CORREDOREA – 23 fogos – 100 moradores
CALSADE DE S.TA M.ª -1 fogo – 2 moradores

Totais: 11 ruas e outros espaços urbanos, 192 fogos, 444 moradores.

CAMPO

TORRE - 1 fogo – 4 moradores
GALLEGOS – 25 fogos – 112 moradores
LAGINHA – 2 fogos – 10 moradores
FORÃO – 1 fogo – 7 moradores
PITARANHA – 10 fogos – 40 moradores
CAZA NOVA – 2 fogos – 8 moradores
BARROS CARDOS – 1 fogo – 5 moradores
PONTEVELHA – 2 fogos – 9 moradores
PEGO DO FERREIRO – 1 fogo – 3 moradores
SOBPENEDO – 1 fogo – 7 moradores
SIBORRA – 2 fogos – 3 moradores
COSTA – 2 fogos – 5 moradores

Totais: 12 sítios e aglomerados urbanos, 50 fogos, 213 moradores.

Neste rol de confessados aparecem também registados os militares que na altura prestavam serviço em Marvão:

Soldados do destacam.to q se acha nesta V.ª aquartelados do destricte desta freg.ª:

- *Comp.ª de granadeiros do Regim.tº do Conde do Prado (18: entre os quais, 1 alferes e 2 sargentos)*

- *Comp.ª de granadeiros do Regim.to de Castelo de Vide (17: entre os quais, 1 capitão e 2 cabos)*

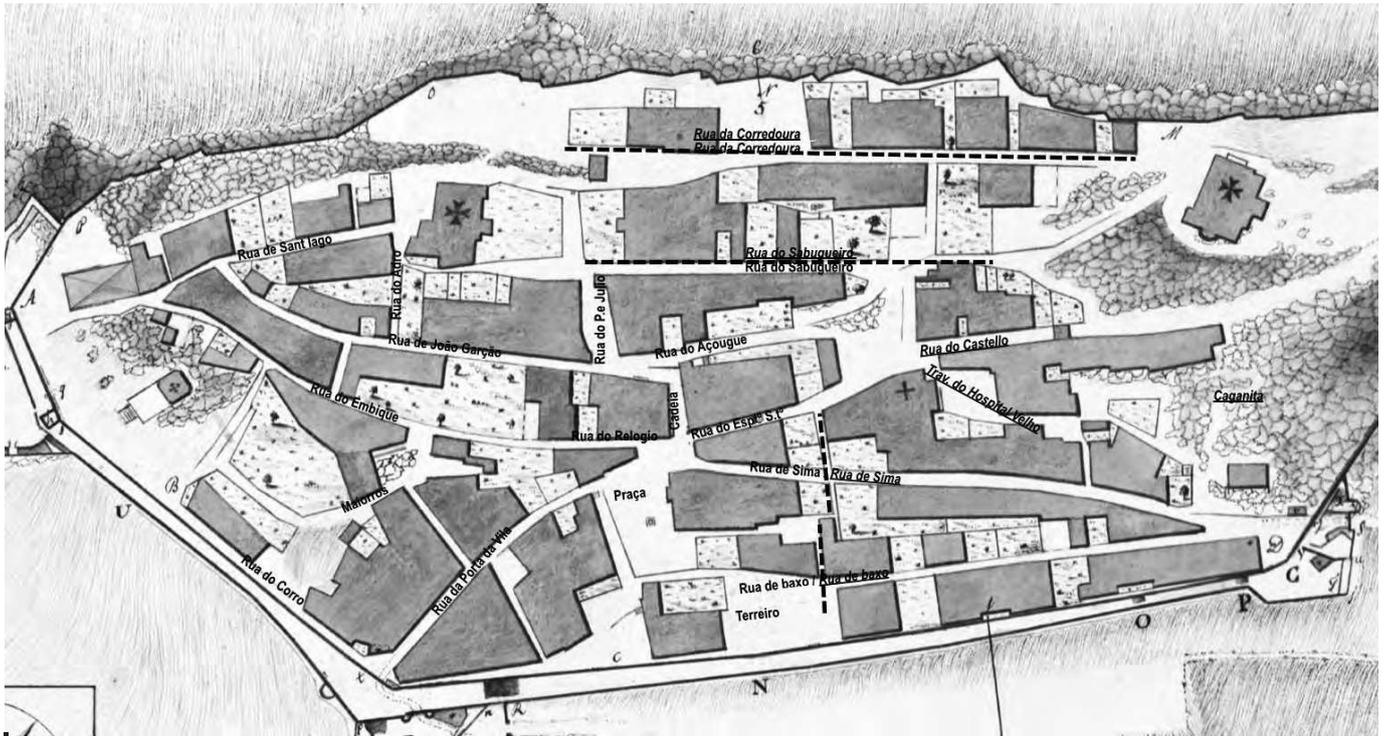
- *Artilheiro do Regim.tº de Estremos (1)*

Relativamente às delimitações paroquiais, dentro da vila, verifica-se que existem cinco ruas que pertencem a ambas as freguesias: Rua da Corredoura, Rua do Sabugueiro, Rua do Espírito Santo, Rua de Cima e Rua de Baixo (esta não aparece em 1753, em São Tiago, porque está incluída no Terreiro, com 24 fogos; mas se compararmos ambas as freguesias em 1763, tal já acontece). Delimitações paroquiais que presumimos existirem a partir da análise da distribuição de fogos e residentes:

- Rua da Corredoura (o lado poente pertencia a Santa Maria e o nascente a São Tiago).
- Rua do Sabugueiro (*idem*)
- Rua do Espírito Santo (da Trav. do Chabouco para cima (norte) pertencia a Santa Maria; da mesma travessa para baixo pertencia a São Tiago)
- Rua de Cima (*idem*)
- Rua de Baixo (com alguma probabilidade, explicada no capítulo respectivo, a divisão paroquial far-se-ia na zona onde hoje desembocam as escadas que vêm da Rua de Cima).

Mas é às Memórias Paroquiais (1758) que recorremos para pôr em evidência uma referência a Marvão que a caracteriza de forma lapidar. Foi escrita por um marvanense, licenciado, na altura pároco da igreja de Santa Maria, o Prior Frei Miguel Dias Viegas Bravo:

É esta vila praça de armas, a mais inconquistável de todo o Reino; da parte do sul é inacessível, de tal sorte que só aos pássaros permite entrada, porque em todo o comprimento é contínuo, e continuado o despenhadeiro de vivos penhos em



Extracto da planta militar de 1814 com a toponímia da vila referente aos anos de 1807 (São Tiago) e de 1814 (Santa Maria) e com a respectiva divisão paroquial Nome de rua sublinhado e em *itálico* (Paróquia de S.ta Maria) Divisão paroquial - - - - -

1.6 A REFORTIFICAÇÃO DA PRAÇA A PARTIR DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO

Como veremos em capítulo próprio e com todo o detalhe, com a Guerra da Restauração (1640-1668) a Praça ganhou importância militar e foi objecto de intervenções de refortificação. Em 1641 foi cercada, e em 1648, atacada pelos espanhóis comandados pelo Marquês de Lagafães.

Temos ecos da sua ambiência e povoamento; quando Nicolau de Langres a visitou, escreveu:

(...) a sua guarnição [Castelo de Vide] é composta por um regimento de infantaria que consiste em 400 e por vezes 600 homens e três companhias de cavalaria, e desta infantaria saem normalmente duas companhias, uma para Montalvão e outra para a guarnição de Marvão, na qual praça de Marvão assiste também uma companhia de cavalaria que não tira do soldo mais do que a subsistência dos seus cavalos e o pão da ração. Estas duas praças estão à distância de uma légua e a região é muito montanhosa e de difícil acesso para a infantaria, cavalaria e artilharia. Os habitantes de Castelo de Vide são em número de 1000 e os de Marvão 400 (...) estas duas praças têm abundância de fruta e castanha, pouco vinho e o pão é que os obriga a ir a Portalegre encontrá-lo (...)⁽³⁵⁾.

tanta altura, que as aves de mais elevados voos, dele de deixam ver pelas costas (...) o qual muro, serve mais para não deixar cair os de dentro, do que impedir a entrada aos de fora, e por isso em muitas partes é este muro baixo (...) sendo certo que esta praça ou presidio não pode ter contra si em tempo bélico mais que a falta de água⁽³⁶⁾.

O Prior de Santa Maria caracteriza assim, ainda em meados do séc. XVIII, a vila de Marvão, como “praça ou presidio”, pondo em evidência a sua natureza militar e, também, o facto de estar povoada, também, à custa de homens que cumpriam pena, da mesma forma que, na Idade Média, foi couro de homiziados. E até propõe uma curiosa forma de manter a população sem a perder:

Tem mais contra si esta praça ou prezidio a retirada que seus moradores vão fazendo della para os seus campos, como se verá nas informaçoens dos Reverendos Curas do seu campo, em que os moradores excedem grandemente na quantidade aos moradores da Villa e esta fojida he por estarem na sua liberdade, e não estarem fechados de noite, de que nasce que dentro dos muros toda a caza que hũa ves cazas vinculadas, de sorte que se achão ja cahidas quarenta e seis moradas de cazas antes mais do que menos⁽³⁷⁾.

ORIGENS E CARACTERIZAÇÃO GERAL

Ficamos a saber, então, que naquele ano de 1758, havia na vila 46 casas (ou fogos) em ruína, que se depreende serem casas vinculadas, ou seja, de função, ao “presídio”, à guarnição e à administração. Se conjugarmos os números de fogos e de moradores, intramuros, dos anos de 1753 (Paróquia de São Tiago) e de 1763 (Paróquia de Santa Maria) – primeiros anos em que, como já informámos, há registos de róis de confessados para as duas freguesias – obtemos, na vila, 27 ruas e outros espaços urbanos, 385 fogos e 1071 moradores, com uma média de residentes por fogo de 4,41. Isto significa que o número de casas arruinadas (ou fogos) era de cerca de 12% do total (46:385).

O séc. XIX trouxe a obsolescência das fortificações permanentes, devida ao extraordinário avanço tecnológico da artilharia. O valor estratégico de Marvão apagava-se, até porque estava muito entregue a si própria: era difícil de tomar mas, onde estava, não embaraçava o inimigo com eficácia. Desartilhou-se a fortaleza, saíram as guarnições e esfumou-se a razão pristina que justificava a presença humana. Longe ia já o tempo em que, pelo Alvará de 27 de Setembro de 1805, Marvão era praça de importância, com direito a comandante com o posto de tenente-coronel.

1.7 EM BUSCA DE UMA NOVA VOCAÇÃO

Com o final do século, Marvão chegou mesmo a perder a sede do concelho, integrando-se no de Castelo de Vide, entre 1895 e 1898. E no princípio do séc. XX, persiste ou acentua-se a imagem duma vila em grande depressão socioeconómica. Assim, em 1907, no *Manual do Viajante em Portugal*, Marvão é considerada uma “povoação sem importância”⁽³⁸⁾, e até nos jornais regionais se pode obter, de Marvão, a imagem duma vila sem esperança. Veja-se a opinião do restaurador do concelho, o Dr. António de Matos Magalhães, em 1912, quatro anos depois de deixar as lides governativas municipais:

É sem dúvida um erro grosseiro a impertinência pseudo-patriótica de pretender manter em Marvão, lá no alto inacessível, a sede daquele formoso concelho. É querer que se escarneça do concelho em geral a leviana loucura de prender à grilheta daquelas ruínas o futuro dum povo que tem direito à sua autonomia. Por toda a parte a luta pela vida, em todas as freguesias a actividade e o trabalho, lá em cima a paralisação e o desânimo, a miséria e o abandono. Os campos povoam-se, as aldeias progredem, o trabalho despreocupado e alegre imprime por toda a parte a nota do progresso, e lá em cima, como no interior sinistro dum caixão mortuário os vermes consomem os restos do cadáver apodrecido, os teimosos remoem a ideia anacrónica de se agarrarem àquele fatal desespero (...).

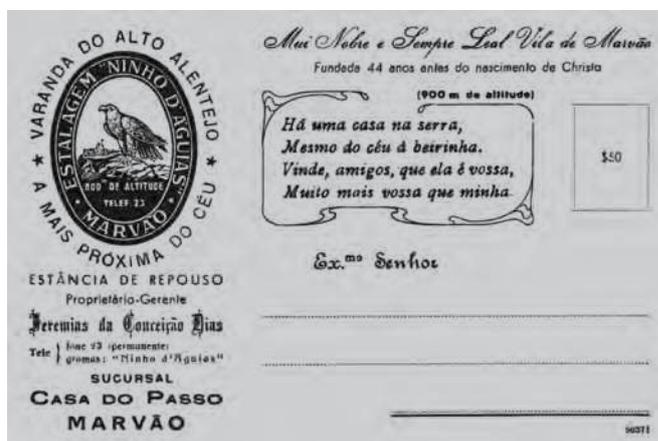
A. Magalhães, 1912⁽³⁹⁾

A situação só se alterou após a II Guerra Mundial quando, quase meio século depois da capital de distrito, a luz eléctrica chegou a Marvão (1947), juntamente com os esgotos e a pavimentação das ruas. A água havia chegado, bombeada da Fonte do Concelho, no início dos anos trinta, para o depósito e fonte do Largo do Espírito Santo. Mas canalizada para as casas dos moradores, foi processo arrastado que se desenvolveu ao longo dos anos cinquenta, a partir de um novo depósito que preencheu o interior de um torreão a que a cisterna estava adossada⁽⁴⁰⁾.

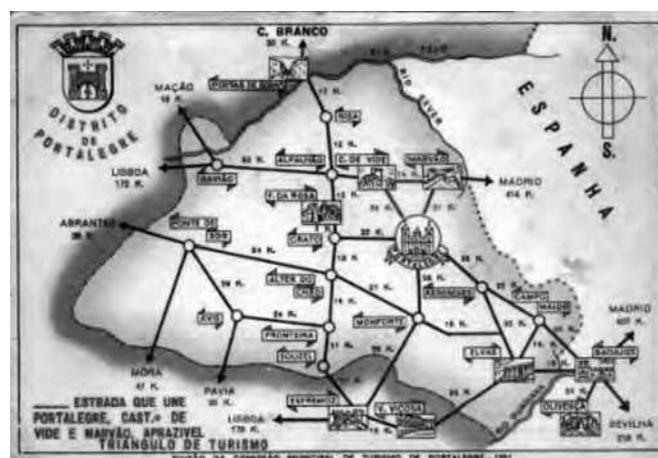
Também a estrada alcatroada só chegará em 1966, para trazer os primeiros turistas para a Pousada, inaugurada no

ano seguinte, depois de adquirida pelo Estado e beneficiada, a Estalagem Ninho de Águias, aberta por Jeremias da Conceição Dias em 1951. É então, a partir dos anos de 1960 e 1970, que o turismo descobre Marvão. E muitos foram os casos em que a visita turística motivou a compra de casas devolutas e arruinadas⁽⁴¹⁾, a preços irrisórios, transformando-as posteriormente em habitações para férias.

Paradoxalmente, é esta história de sobrevivência que permite, hoje, a Marvão, “vender” o seu património ao turismo cultural e de natureza. A vila, como que ficou encausada no tempo, constituindo, hoje, um exemplo singular do *habitat* humano peninsular do período Árabe ou da Reconquista (sécs. VIII-XV).



Postal ilustrado da Estalagem Ninho d'Águias de Jeremias da Conceição Dias (década de 1950)



Postal ilustrado do Triângulo Turístico de Portalegre, Castelo de Vide e Marvão (1951)



- 1) AZEVEDO, Luis Marinho de – *Commentarios dos Valerosos Feitos qve os Portvgveses obraram (...)*, Officina de Lovrenço de Anvéres, Lisboa, 1644, p. 168.
- 2) SIDARUS, Adel - “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”, *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 1, Câmara Municipal de Marvão, Novembro de 1991, p. 15; ver também, JIMÉNEZ, Jesús Meneses – *Ibn Marwan “El Gallego”*, edição de autor, s. l., 2005, pp. 98-103.
- 3) SIDARUS, Adel, art. cit., p. 13. Citações da obra de Isa Ibn Áhmad ar-Rázi - filho de Áhmad Ibn Muhâmmad ar-Rázi, autor da célebre *Crónica do Mouro Rasis*, mandada traduzir para português por D. Dinis -, são feitas na obra de Ibn Hayyán, designada por *al-Múqtabas*.
- 4) SIDARUS, art. cit., p. 12.
- 5) JIMÉNEZ, Jesús Meneses, *ob. cit.*, pp. 98-103.
- 6) Cit. in MOURA, José Dinis da Graça Motta e – *Memória Histórica da Notável Vila de Niza*, fac-simile da edição de 1855, INCM, Lisboa, 1982, pp. 21 e 22.
- 7) Tradução do Cónego Bonifácio Bernardo que chama a atenção para o seguinte facto: se as transcrições estão correctas, trata-se de um latim de transição para o português.
- 8) AZEVEDO, Rui – *Documentos medievais portugueses. Documentos régios. I, Documentos dos condes portugueses e de D. Alfonso Henriques A.D. 1095-1185*, vol. I, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1958, doc. 317, p. 417.
- 9) Tradução pelo Cónego Bonifácio Bernardo.
- 10) BAPTISTA, Júlio César – “Limites da Diocese de Évora”, in *A Cidade de Évora*, Évora, Junho/Dezembro, n.º 55, 1972, p. 240.
- 11) In SANTOS, Filipa - *O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento*, Dissertação de mestrado em História Medieval, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa, p. 245. [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6915/1/ulfl14354_tm.pdf] Fonte: AZEVEDO, Rui de, COSTA, Avelino de Jesus da (Pe.) e PEREIRA, Marcelino Rodrigues (eds.) - *Documentos de D. Sancho I*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979, doc. 73, p. 112.
- 12) Tradução do Cónego Bonifácio Bernardo.
- 13) In SANTOS, Filipa, *ob. cit.*, p. 98. Fonte: AZEVEDO, Rui de, COSTA, Avelino de Jesus da (Pe.) e PEREIRA, Marcelino Rodrigues (eds.), *ob. cit.*, doc. 117, pp.181-182.
- 14) Tradução pelo Cónego Bonifácio Bernardo.
- 15) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – *Terras de Odiana*, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e de Marvão, Lisboa, 1988, p. 189.
- 16) FERNANDES, Maria Cristina R. de S. - *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*, Tese de Doutoramento, F. L. Universidade do Porto, 2009, pp. 203 e 204 (<http://repositorio-aberto.up.pt>).
- 18) Devemos ter sempre em conta que a cruz orbicular, ou pátea, teve a sua origem no Oriente, muito antes da sua

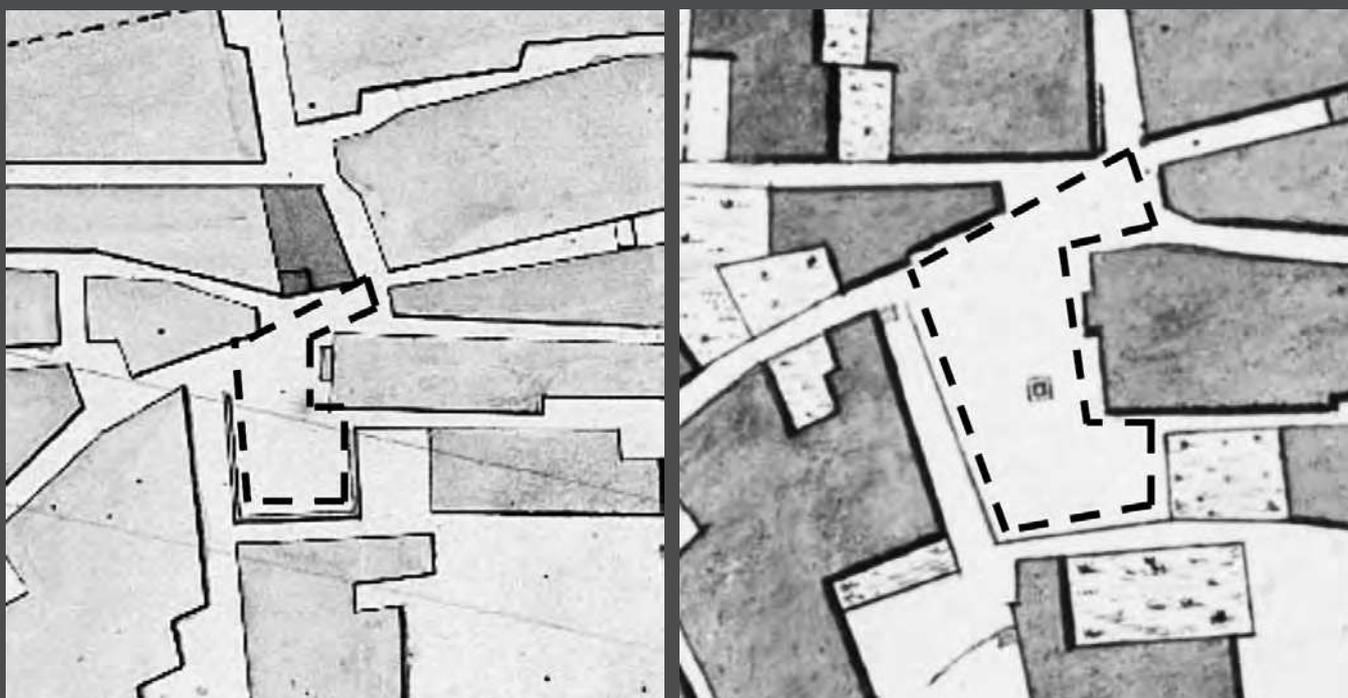
adopção pelos Templários, em 1146, e também foi utilizada depois da suspensão canónica da ordem (1311) e em contextos que nada têm a ver com ela. É esta a opinião de um especialista, o Professor Manuel Gandra. (Ver: <http://www.cesdies.net/ordem-do-templo-de-portugal/fsp/07.6%20Templario%20Gandra.pdf>)

- 19)** JORGE, Ana Maria C. M. - "Organização eclesiástica do espaço", in *História Religiosa de Portugal*, vol. I, CL, Rio de Mouro, 2000, p. 187.
- 20)** COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 84.
- 21)** BAPTISTA, Júlio César, art. cit., p. 243.
- 22)** *Idem, ibidem*, pp. 239-275. A Concordata foi publicada por Júlio César Baptista e pertence ao Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Cartulário, código CEC 3-III. Fls. 266-268 v.º.
- 23)** *Idem, ibidem*, p. 241 e Apêndice 2.
- 24)** *Idem, ibidem*, p. 246.
- 25)** *Idem, ibidem*, p. 246.
- 26)** COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 114.
- 27)** PINA, Rui de – *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz, sexto rey de Portugal, del Rei D. Dinis*, Lisboa Occidental, Off. Ferreyriana, 1729, Capítulo XXXII, p. 94.
- 28)** Em 1361, D. Pedro isenta os moradores da despovoada vila, de irem servir em *aduas* para o Algarve ou para outro qualquer lugar; também protege os "mancebos e servidores de fora" que, fugindo a seus amos, queiram morar e servir em Marvão. COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 198.
- 29)** MORENO, Humberto Baquero - *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI*, Ed. Presença, Lisboa, 1986, p. 105.
- 30)** MORENO, Humberto Baquero, *ob. cit.*, pp. 105 e 106.
- 31)** As duas designações aparecem em plantas dos sécs. XVIII e XIX, embora a designação "de Roda" - que poderá vir de *rolda* (vigilância dos muros) entre a Porta da Vila e a de Ródão - apareça na maioria dos casos. Actualmente são conhecidas por "Portas de Ródão" por estarem viradas a norte, na direcção daquela passagem do Tejo; também o vale que existe a norte do castelo se chama Vale de Ródão.
- 32)** *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. n.º 3, pp. 5-8 (27/Janeiro/1443); também AN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 27, fl. 5 v.º; cit. in MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses nos Finais da Idade Média*, Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999, p. 144.
- 33)** Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, liv. 1.º, fl. 97 v. (Ver COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, Lisboa, 1988, p. 286.
- 34)** AHMM, Maços 120 e 123.
- 35)** MATTOS, Gastão de Mello de – *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Publicações da Comissão de História Militar (IV), Volume Comemorativo do Centenário da Restauração, Lisboa, 1941, p. 91. O engenheiro militar francês Nicolau de Langres, foi contratado em 1644, serviu Portugal até 1660 e morreu em 1662, no ataque a Vila Viçosa, ao serviço da Espanha. Foi Engenheiro-mor do Reino em 1659/60.
- 36)** Memórias Paroquiais de Marvão, Paróquia de Santa Maria (<http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvao/5182-marvao-santa-maria>).
- 37)** *Idem*
- 38)** COSTA, L. de Mendonça – *Manual do Viajante em Portugal*, Typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, Lisboa, 1907, p. 176.
- 39)** MAGALHÃES, A. - "Marvão", *O Distrito de Portalegre*, n.º(s) 2004/2005, de 13 de Setembro de 1912. O articulista será o Dr. António de Mattos Magalhães; não conhecemos outro membro da família com o mesmo nome (ou com um nome próprio começado por A) e contemporâneo. Por outro lado, sabemos, por leitura do jornal em questão, que António de Mattos Magalhães era amigo e colaborador do jornal *O Distrito de Portalegre* (ver os artigos de A. Magalhães sobre a Beirã e sobre a Fadagosa de 28 de Julho e de 28 de Agosto de 1912; ver também uma referência a A. Magalhães no jornal de 16 de Outubro do mesmo ano). Mas subsiste um problema: não encontramos o artigo em questão nos n.º(s) 2004 e 2005 de 13 de Setembro de 1912. A Biblioteca Municipal de Portalegre, na encadernação destes jornais, passa do n.º 2003 para o 2006, respectivamente de 11 para 18 de Setembro. Será que foi editado um número duplo por altura das festas da cidade que se realizavam pela Feira das Cebolas? A referência bibliográfica do artigo também poderá estar errada, mas é a única que temos depois de se extraviar o original. Consultados todos os números do jornal de 1911, 1912 e 1913, não encontramos o artigo.
- 40)** Segundo João Mena (1934-2015), houve uma primeira tentativa, gorada, de se construir um depósito atrás do primeiro muro do castelo, paralelo à cisterna. Depois, passou a cisterna a servir de depósito de água da vila, tendo-se tapado todos os bueiros e clarabóias do seu extradorso e calafetado as juntas. E só mais tarde se construiu o actual depósito do topo nascente da cisterna, esvaziando aí o correspondente torreão.
- 41)** Segundo testemunhos locais, no princípio dos anos Cinquenta levantavam-se telhas e outros materiais de construção de algumas casas da vila para se reutilizarem noutros locais.



2

PRAÇA DO PELOURINHO



A Praça em plantas militares de 1765 (imagem da esquerda) e de 1814

2. PRAÇA DO PELOURINHO

2.1 A PRAÇA COMO ESPAÇO URBANO

A Praça é o espaço urbano central da vila, o mais importante pela dignidade que lhe é conferida pela presença das “Cazas da Camara e passos do Conselho”, a poente. Situa-se na confluência das três ruas (Rua de Cima, Rua da Porta da Vila e Rua do Relógio) que procedem das três portas da cerca urbana medieval (respectivamente: Porta de Ródão, Porta da Vila e Postigo do Torrejão – também designado por Postigo da Tenalha do Cabelo e por Porta Falsa do Corro). De registar ainda que é atravessada pela rua principal que, da Porta da Vila, se dirige ao castelo, apresentando ainda ligações ao Terreiro, a nascente, deitando para esta banda um miradouro. A confluência constituiu-se em Praça, exibindo ao centro o dispositivo de aplicação da justiça e símbolo do poder local: o Pelourinho⁽¹⁾. O seu pilar, de talhe oitavado, com botões (meias esferas) em faces alternadas, apresenta, no topo, suportes cruzetados em pedra e em ferro. Estilisticamente, é manuelino mas de facto, não aparece desenhado na planta de 1765, o que não significa que não existisse, uma vez que se trata de um pequeno elemento. No centro da urbe estava o centro do poder, mas fundamentamos esta perspectiva.

Vejamos como se descrevia a Praça em 1746, ano em que se procedeu à sua medição:

Logo no mesmo dia mês E anno asima declarado mandou o Doutor Provedor [da Comarca de Portalegre, Bartholomeu de Levoim Custódio] aos medidores na sua prezença medir a praça desta villa E principiou a medição da quina das Cazas da Camara, athe a quina das Cazaz do Medico, e tem quatro varaz, E dahi ao redor das Cazas do Medico athe a quina das Cazas do pero da graça pela parte de Baixo tem dezanove vâras, e dahi virando para o norte fica tendo da parte do nascente vinte vâras,



Extracto da planta militar de 1765 com as medições e a identificação de alguns proprietários e funções (1 vara = 1,1 m)



Um grupo de marvanenses a gozar a sombra de uma grande árvore que a Praça possuiu até princípios do séc. XXI (na fila de baixo, em posição central, Jeremias da Conceição Dias, tendo à sua direita o veterinário municipal, Dr. Manuel Ramalho (foto s. d., provavelmente dos anos 50 do séc. passado)

E dahi virando para o poente tem da parte do norte dezasseis varas, e dahi virando ao longo das cazaz aonde mora o Prior de Santa Maria, athé dar á quina das Cazas da Camara da parte do norte, tem Trinta, E quatro varaz, de que o Doutor Provedor mandou fazer Este Termo, que com o procurador do Tombo assignou Manoel Ayres Baptista Escrivão que escrevi / Levoim / Manoel de Faria Frausto / Pedro Soares / Simão Luiz⁽²⁾.

Esta medição é importante para termos uma ideia do espaço físico da praça nos meados do séc. XVIII, mas também pelas informações que nos aporta quanto às pessoas que viviam nesta zona nobre da vila. A medição faz-se, sem qualquer dúvida, no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio, uma vez que começa numa “quina das Cazaz da Camara”, que não identifica, e acaba na “quina das Cazas da Camara da parte do norte”. Convertendo as varas em metros (1,10 m), podemos concluir que, a leste e a norte, a Praça não mudou quase nada, já que as medidas quase coincidem com as actuais, sendo que o larguinho que resulta da confluência das Ruas do Espírito Santo, de Cima e da Trav. da Cadeia também era englobado na Praça. Já a sudoeste/sul, não conseguimos compreender o critério utilizado. Uma coisa é certa: as “Casas do Medico” (não sabemos se de função ou particulares, embora saibamos que as câmaras, incluindo a de Marvão, tiveram médico municipal até ao séc. XX, o chamado “médico do partido”) situavam-se onde hoje existe o edifício poente da Praça.

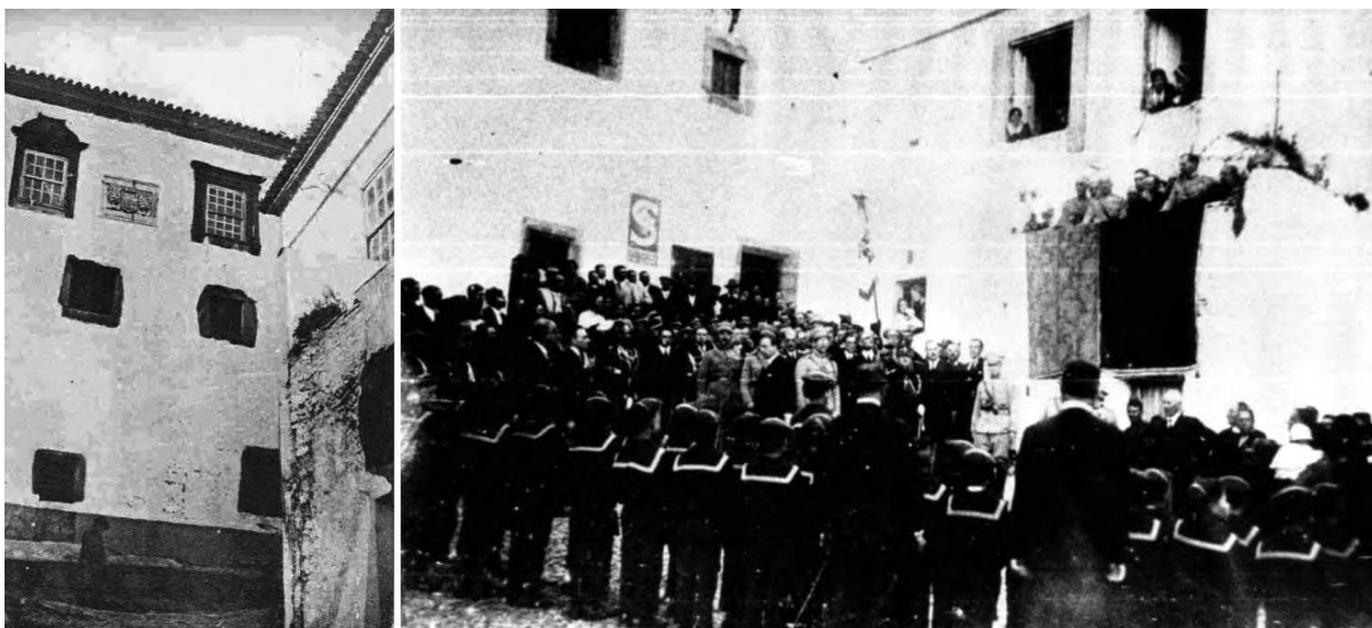
PRAÇA DO PELOURINHO

Quanto às “cazaz aonde mora o Prior de Santa Maria”, só podem ser as que fazem esquina a poente, como veremos mais adiante. O edifício é, actualmente, de propriedade camarária. Na porta de esquina, ao lado do passo processional, no referido larguinho, funcionou o Registo Civil de Marvão que, tendo passado para o actual edifício da Câmara, a partir de 1956, deu lugar, nos anos de 1960, ao primeiro posto de turismo da vila.

O prior de Santa Maria a que alude a medição era o “Licenciado Miguel Dias Viegas e Bravo coadjutor na dita Igr.^a há muntos anos e natural da dita Villa de Marvão, e na mesma Vigr.^o da Vara (...)”⁽³⁾. Tomou posse da paróquia no dia 24 de Maio de 1742, depois da desistência do anterior prior, o P.e M.el [Manuel] Nunes Pr.^a [Pereira], e da sua indicação por “Dom Francisco Infante de Portugal Gram Prior do Cratto da Ordem, e Milicia da Sagrada Religião de S. João do Hospital de Gerusalem nestes Reynos, e senhorios de Portugal”⁽⁴⁾. A prova encontramos-na no rol de

confessados de 1753 em que o mesmo prior ainda vive na “Prassa”⁽⁵⁾. No mesmo rol e ano, num dos seis fogos encontramos a residir o D.or D.os [Domingos] Vás Rego, podendo ser este o médico a que alude a medição de 1746⁽⁶⁾. E um outro fogo era ocupado por Fran.c.^o da Crus que, no rol de confessados de 1756, vem referenciado como “porteiro” da Câmara, ou seja, o encarregado dos pregões.

Ainda a propósito “das cazaz aonde mora o Prior de Santa Maria”, é curiosa a inclusão, no Tombo de 1746, da “Medição de huma baranda do R.d^o Prior Miguel Dias Viegas (...) e tem a dita baranda do poente para o nascente vâra e meya, e do Sul para o norte tem trez vâras e meya (...)”. Esta varanda pagava 10 réis anuais de foro à Câmara, que era, por essa razão, da sua propriedade. Mas porquê só a varanda? À margem, o registo tem anotado que a varanda passou a pertencer a “Maria Joanna Fazendas. Foi vendido este foro no anno de 1856 como se diz a f. 18 v.^o”⁽⁷⁾.



Praça. Fotografia s. d. (à esquerda) e cerimónia oficial quando da visita do Presidente da República, General Óscar Carmona, em 1935. Em ambas as fotografias se pode visualizar a varanda que existia na praça



Praça. A mesma varanda e a recepção ao Presidente da República Américo Tomás (1963)

Como memórias ainda frescas da localização de estabelecimentos comerciais na praça, que chegaram à segunda metade do séc. XX, refiram-se: o talho do Barradas (também chamado “da Carne à Farta”, nos anos cinquenta, na Rua da Porta da Vila (entre os n.^o(s) 16 e 16A), com a porta hoje parcialmente emparedada, transformada em janela⁽⁸⁾; o talho do Ti Chico Passarito (anos cinquenta), onde agora começa o edifício do restaurante novo (Varanda do Alentejo); a “loja da Menina Irene” (Irene Diogo Alves Garcia), uma retrosaria/mercearia que vendia de tudo um pouco, no edifício poente (fechou em 1984); e a taberna, mercearia e salsicharia do senhor António de Oliveira Rosado, no lado norte, edifício nascente, que chegou aos anos de 1990.



A "loja da Menina Irene". Na foto da direita, Irene convivendo com amigas à porta da loja (Matilde Ferreira, ao centro)



A taberna, mercearia e salsicharia do senhor António de Oliveira Rosado

Em termos toponímicos, a designação mais antiga (séc. XVIII) que recolhemos foi, simplesmente, "Praça". Entre finais do séc. XIX e princípios do séc. XX chamou-se Praça Dr. Mattos Magalhães, passando a Praça da República a 3 de Novembro de 1910. Finalmente, a partir de 22 de Setembro de 1945, passou a designar-se por Praça do Pelourinho⁽⁹⁾.

2.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Como faremos para todos os espaços urbanos, aqui deixamos alguns dados demográficos e socioculturais para os anos de 1765 e de 1814, fazendo-os coincidir com duas plantas militares disponíveis, elaboradas nesses mesmos anos.

A primeira vez que a Praça aparece registada nos róis de confessados, de forma discriminada, acontece em 1766, com a designação de "rua da Praça", apresentando 6 fogos e 24 residentes⁽¹⁰⁾. No ano seguinte o registo é idêntico e só em 1768 surge a designação "Praça",

com 26 fogos e 107 residentes, englobando, necessariamente, travessas e outros espaços urbanos anexos que será difícil identificar. Em 1769, o registo volta à designação de "Rua da Praça", agora com 4 fogos e 14 residentes. Considerando o ano de 1766, as profissões dos cabeças-

-de-casal eram as seguintes: 1 trabalhador, o Capp.am João Viegas Gomide, de 66 anos, e dois indivíduos sem profissão registada (Ant.º de Carv.º e Vas.los e Ant.º Bras Morim); constam igualmente 2 viúvas sem qualquer alusão à sua profissão/ocupação.

Em 1814, a Praça apresentava 7 fogos com 24 residentes; como cabeças-de-casal, existiam 1 taverneiro, 3 jornaleiros e 3 viúvas⁽¹¹⁾.

2.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

No registo do Novo Imposto das Janelas, de 1833⁽¹²⁾, a Praça não vem discriminada e as casas do "Concelho chamadas da Camara" aparecem na Rua do Embique Ld.º esquerdo⁽¹³⁾, o que prova que quem elaborou o registo optou por aglutinar ruas ou partes delas, diferentes, num mesmo registo/rua. Também no registo do Imposto da Décima, referente a 1833⁽¹⁴⁾, a Praça não é discriminada.

Mas no registo do Novo Imposto das Janelas referente à Rua da Porta da Vila Ld.º direito, do referido ano, a última casa registada é a de D. Gerarda Joaquina, com quatro janelas de altos, pagando por isso 960 reis, sendo o registo anterior de Francisco Padeiro que pagava apenas por uma janela de altos (240 reis)⁽¹⁵⁾. Estes registos também aparecem no Imposto da Décima de 1833, na "Rua da porta da Villa Ld.º direito" e da seguinte forma: "Ditas dos herdeiros de D. Giralda fechadas" e "Ditas de Francisco Padeiro em que vive"⁽¹⁶⁾.

Ora temos a certeza que estas casas se localizavam na Praça porque nos róis de confessados dos anos de 1831 e 1832, surgem, na Praça, nos fogos n.ºs 124 e 108, respectivamente, "D. Gerarda V.ª de Joaq.m Caldr.ª do Crato" e "D. Gerarda Mariana V.ª"⁽¹⁷⁾. Quem seria esta "Donna"? Sabemo-lo no rol de 1828: no fogo n.º 121 regista-se "O Gov.ºr Joaq.m Caldr.ª do Crato", de 66 anos, e "D. Gerarda Marianna m.er", de 62⁽¹⁸⁾.

Também a leitura do Imposto da Décima de 1831, nos dois últimos registos da "Rua da Porta da Villa Ld.º direito", nos dá motivos para pensarmos que o grande casarão poente da Praça pertencia a D. Gerarda: "Ditas da Praca onde se vende o peixe fechadas"; "Ditas de D. Gerarda Joaquina Veuva foreiras em tres mil reis Decima duzentos e setenta reis"⁽¹⁹⁾.

Surge, contudo, um problema a resolver para a cabal correlação: esta casa de D. Gerarda pagava por 4 janelas de altos, e hoje, só a fachada nascente tem 7. Apesar de apenas 3 delas serem claramente antigas, quando foram acrescentados os vãos? Questionadas as pessoas mais velhas da vila e, inclusivamente, antigos moradores na Praça, como o Sr. António Rosado (1923-),

PRAÇA DO PELOURINHO

asseguraram-nos que a fachada em causa sempre teve os vãos que hoje apresenta, sendo de assinalar, apenas, que a actual varanda gradeada era uma simples janela que o actual proprietário, Victor Candeias, transformou recentemente (anos de 1980).



Praça. A fachada do edifício poente em 1963, quando da visita presidencial de Américo Tomás. Repare-se que as janelas não têm molduras de pedra; pelo menos não estão aparentes. Em baixo, os vãos do piso térreo (foto s. d.)

Acrescente-se que o edifício – com a loja do rés-do-chão - pertencia, anteriormente, à D. Estrela Antunes, tia, pela parte da mãe, de António Garcia, por sua vez casado com Irene Alves Garcia, de que já falámos neste capítulo. Foi a “Menina Irene” que foi tomar conta da loja da família do seu marido, já depois de casada. Tudo aponta, portanto, para que seja esta a casa, na Praça, onde, no séc. XVIII, morava o médico e no séc. XIX o governador militar Joaquim Caldeira com sua mulher D. Gerarda. A ser assim, o edifício foi remodelado, nomeadamente acrescentado de vãos, entre os anos trinta do séc. XIX e o princípio do século passado. Aguardemos que novos documentos façam luz sobre este caso. Relativamente à casa que, nos registos, antecede a de D. Gerarda, com uma só janela de altos, pertencia a Francisco Madeira, de profissão padeiro, dando origem ao anterior e actual restaurante Varanda do Alentejo⁽²⁰⁾. Como referimos atrás, era nesta casa que, nos anos de 1830, se vendia o peixe.

2.4 A REMONTAGEM DO PELOURINHO



O pelourinho (foto Raul Ladeira)

Tudo leva a crer que o pelourinho tenha sido demolido no ano de 1876, uma vez que as suas 35 pedras foram, em consequência, arrematadas a quem mais ofereceu em hasta pública, a 16 de Dezembro daquele ano.

Auto de arrematação de 35 pedras de cantaria que se tirarão do antigo pelourinho da praça feito a Jose Pinto Simões, casado, morador nesta Villa pela quantia de quatro mil e cincoenta reis. Aos 16 dias do mês de Dezembro de 1876 nesta Villa de Marvão e casas da Camara della, estando reunidos em sessão publica o Presidente e Vereadores da Camara Municipal, ahi, tendo precedido os competentes editais, mandaram meter a pregão na praça pelo pregoeiro Manoel Maria (Cordeira?) para se arrematar a quem mais desse sobre o valor de 4.000 rs. em que foram estimadas 35 pedras de cantaria, que se tirarão do antigo pelourinho da praça desta Villa quando se demolio, e andando de lanço a lanço o maior que houve foi aquelle por Jose Pinto Simões, casado, alvaneo, morador nesta Villa, da quantia de quatro mil e cincoenta reis, e não havendo quem mais desse lhe mandarão entregar o ramo pela dita quantia fazendo o pregoeiro as (afrontas?) do estillo, sendo testemunhas presentes o Dr. Leandro Pinto Frausto e o Padre Antonio Jose Ferreira da Trindade, moradores nesta Villa que tudo presenciarão e assignarão, não assignando o arrematante por não saber. Eu Lucio Maria Dias Inchado Escrivão da Camara o escrevi⁽²¹⁾.

Decorridos perto de 60 anos, inicia-se o processo de remontagem do pelourinho que passamos a relatar com os documentos que conseguimos obter sobre o assunto. Para já, registre-se a doação das pedras que estavam guardadas num quintal particular:

Pelourinho / Carta do Ex.º Sr. Dr. Luiz Maria da Fonseca, comunicando que suas tias, donas do prédio onde se encontram guardadas as pedras que constituíam o Pelourinho desta Vila, prontamente cedeu a fazer donativo á Camara, louvando a sua iniciativa (...)⁽²²⁾.

Seguidamente a Câmara contactou o Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho, que era conservador da Torre do Tombo (desde 1908), solicitando informações documentais sobre a constituição do mesmo:

Pelourinho / A Comissão tendo verificado a existência de blocos de pedras que constituíam o antigo Pelourinho desta Vila, deliberou solicitar ao Ex.mº Dr. Possidonio Laranjo Coelho, umas fotografias ou desenho do mesmo Pelourinho, que deve existir na Torre do Tombo, e reconstruí-lo logo que receba esses informes (fotografia, desenho ou croquis)⁽²³⁾.

Na volta do correio, o ilustre paleógrafo e diplomata informou:

(...) não existir na Torre do Tombo nada que respeite ao Pelourinho desta Vila, o que talvez seja possível obter no arquivo desta Camara, ou na tradição local. O Chefe da Secretaria informou que recorrendo á tradição local conseguiria reconstruir um croquis do mesmo Pelourinho⁽²⁴⁾.

Seguidamente a Câmara informou a Academia Nacional de Belas Artes "(...) da existência do Pelourinho desta Vila, e da disposição em que esta Camara está de o levantar numa das praças publicas"⁽²⁵⁾.



Hermínia Caldeira, Irene Garcia e outra amiga junto ao pelourinho, posando com o automóvel do senhor José Rosado Bengala (Opel Kapitán)

O pelourinho acabou por ser remontado, em data que não conhecemos, na Praça onde em tempos existiu, e, presumivelmente, com base na tradição oral recolhida pelo Chefe de Secretaria (Cezar Dinis Bastos dos Reis). Não sabemos se a Câmara conhecia a planta militar de 1814, que aqui seguimos, e que prova a existência do pelourinho sensivelmente onde acabou por ser levantado de novo.

Resta dizer que quando Luís Keil passou por Marvão para elaborar o *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, editado em 1943, escreveu, sobre o pelourinho, estas expressivas palavras: "(...) Foi ultimamente reconstruído aproveitando-se do primitivo somente a coluna sem o remate superior"⁽²⁶⁾.

2.5 O MARCO FONTANÁRIO E O MERCADO SEMANAL NOS ANOS 30

Ainda nos anos 30, refira-se a decisão camarária de montar um marco fontanário na então Praça da República, "cuja falta mais se nota na ocasião dos mercados semanais":

Marco fontanário e fonte na Snr.ª da Estrela Pelo Snr. Vice-Presidente foi proposto e aprovado por unanimidade que na Praça da Republica seja montado um marco fontanário, cuja falta mais se nota na ocasião dos mercados semanais. Pela Comissão das Festas da Senhora da Estrela foi solicitada a construção de uma fonte no Largo da Senhora da Estrela, o que foi deferido, ficando o funcionamento dessas fontes dependente de futuras deliberações⁽²⁷⁾.

O marco fontanário da Praça terá sido levado para a Beirã em meados do século passado⁽²⁸⁾.



Praça com o marco fontanário. Grupo de homens no pelourinho, com Jeremias da Conceição Dias em baixo, à direita, e Manuel Inácio em cima, de chapéu

Quanto ao do Largo da Senhora da Estrela, foi montado, sendo, muito provavelmente, o que consta na fotografia seguinte.

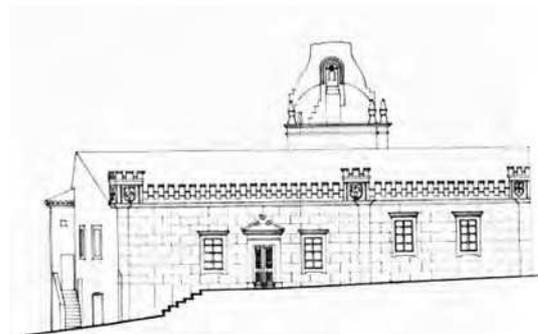


Entrada para o Largo da Senhora da Estrela. Foto s. d. (de 1931 ou posterior) mostrando uma fonte

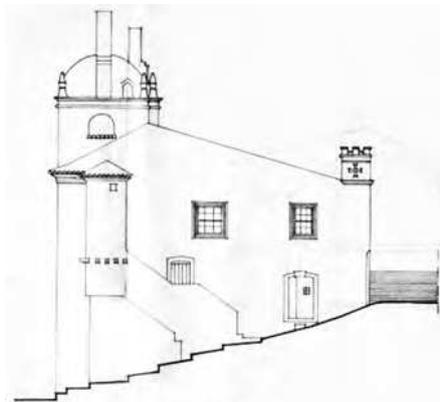
PRAÇA DO PELOURINHO



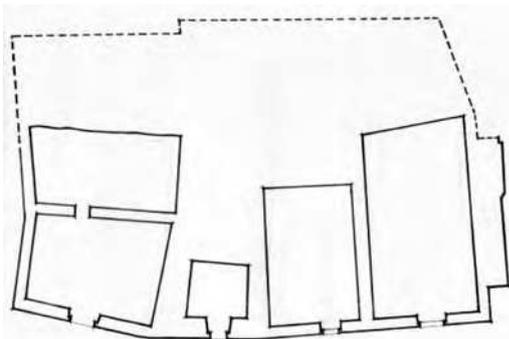
ALÇADO POSTERIOR



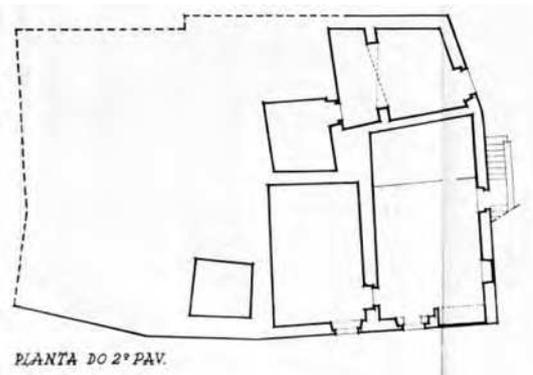
FACHADA PRINCIPAL



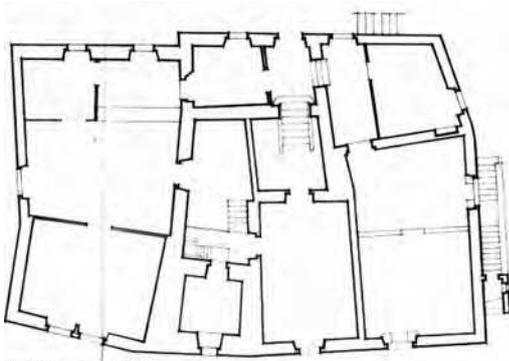
ALÇADO LATERAL ESQ.



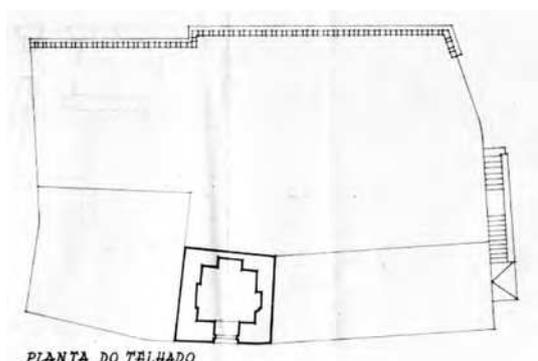
PLANTA DO 1º PAV.



PLANTA DO 2º PAV.



PLANTA DO 3º PAV.



PLANTA DO TELHADO

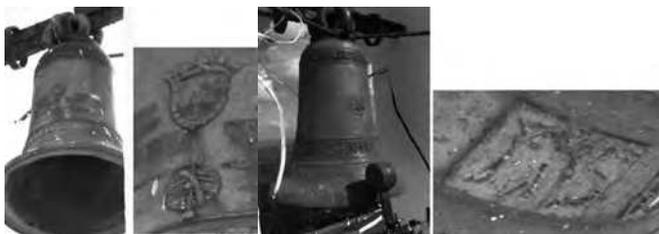
Levantamento do existente no edifício da Câmara Municipal, hoje Câmara Velha, no ano de 1949, fazendo parte de um projecto de intervenção que nunca se chegou a realizar, da autoria do Arq. João Filipe Vaz Martins, então Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais, que foi responsável, antes, pela 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais (Évora) (1946/47). (AHMM, Mç 118, "OBRAS DE ALTERAÇÃO NA SEDE DO MUNICÍPIO", CMMRV/M-A/01/001, 1949)

2.6 AS CASAS DA CÂMARA

O edifício da chamada Câmara Velha foi a sede municipal, desde a sua construção, no reinado de D. Manuel I (1495-1521), até 1956, ano em que se inauguraram as actuais instalações camarárias. Podemos compaginar a datação estilística do edifício com a pedra de armas manuelina e com a atribuição do foral de 1512. É o maior dos edifícios antigos da vila, o que, conjugado com a sua localização na Praça, atesta a sua importância político-administrativa através dos tempos.

2.6.1 A TORRE DO RELÓGIO E AS ANTIGAS PRISÕES DO PISO TÉRREO

Olhando o frontispício, que dá para a Praça, observamos que se lhe adossa a Torre do Relógio, para sul, igualmente quinhentista e manuelina, a julgar pelo baixo-relevo esculpido em pedra encastrada sob o janelão e pela datação relativa de um dos seus sinos. A referida decoração é constituída por uma cabeça de homem com dupla gorjeira, sob arco, apresentando ainda, na base, decoração fitomórfica com enrolamentos em pequenas volutas; qualquer dos elementos é característico do séc. XVI⁽²⁹⁾ (ver imagem da contracapa do capítulo). O sino apresenta a esfera armilar, o escudo manuelino, a cruz de Cristo e está decorado com labores góticos. Na base tem o que parece ser uma faixa escrita, com letras decoradas, mas não conseguimos decifrar, senão raramente, algumas delas. Atendendo ao seu bom estado de conservação, coloca-se-nos a hipótese de não ser o sino original mas uma refundição no molde do antigo. Tudo indica, então, que a torre seja contemporânea das Casas da Câmara. Lembremo-nos que foi também no reinado de D. Manuel I, em 1498, que Castelo de Vide instalou o seu relógio, em torre entretanto desaparecida, junto às Portas da Vila. Deve-se ressaltar, também, que a pedra de armas manuelina é usada, embora com menos frequência, nos reinados posteriores, até 1580⁽³⁰⁾.



Sino das horas da Torre do Relógio, com esfera armilar, escudo real (fotos de António Gil) e Cruz de Cristo. Aquilo que parece ser a inscrição da data, não tem leitura (fruto de uma refundição defeituosa?)



Pedra de armas manuelina



O anterior maquinismo do relógio e os respectivos pesos

O interior da torre do relógio

O interior da torre do relógio deixa ver a escada de acesso ao topo, constituída por degraus toscos, embutidos na parede. Neste espaço estavam suspensos os enormes pesos que faziam trabalhar o primitivo maquinismo. Em exposição, podemos observá-los - os das horas e os dos quartos -, juntamente com o mais antigo maquinismo de relógio que chegou aos nossos dias (fabricado pela firma José Pereira Cardina & Filhos, da Nazaré, cerca de 1925)⁽³¹⁾. A torre dispõe de dois aparelhos de sinos sobre a abóbada: um maior, com o referido sino manuelino, e um menor, datado de 1875, que assinalava os quartos de hora⁽³²⁾.

É também pela porta da Torre do Relógio que se acede às prisões do rés-do-chão da Câmara Velha, cujas janelas, de molduras facetadas com decoração gótica nas bases, e fortemente gradeadas, se abrem no frontispício. Antes da abertura dos vãos que hoje dão acesso aos cárceres⁽³³⁾ e os torna intercomunicantes, o primeiro deles dispunha de tecto de madeira com um alçapão que não era ferrado; o segundo cárcere, abobadado, ainda dispõe do alçapão, fortemente gradeado, que comunica com a Casa do Carcereiro. Os presos eram introduzidos nos cárceres através de escadas (provavelmente de corda) e era também, através de corda, que recebiam a comida. Nos orçamentos municipais do séc. XIX, aparece muitas vezes a despesa com a limpeza das latrinas, mas não sabemos onde e como funcionava o sistema⁽³⁴⁾: “Despendi com a limpeza das latrinas da cadeia desta villa feita por Ant.º Marcelino, e Daniel Mouxinho 1.000” (réis)⁽³⁵⁾. Os dois compartimentos são hoje utilizados como Oficina/Loja de Artesanato e como Sala de Exposições.

Judicialmente, o concelho pertencia à Comarca de Portalegre (criada em 1533), sendo posteriormente integrado na de Castelo de Vide, criada por Decreto de 2 de Novembro de 1899. Com a reforma penal e das prisões introduzida pela Lei de 1 de Julho de 1867, as penas eram cumpridas nas cadeias penitenciárias, nas distritais e nas comarcãs. O Art. 63º da referida lei refere que “Nas cabeças dos concelhos, que não foram sede de comarca, haverá uma cadeia de simples detenção policial e trânsito de presos. Estas cadeias serão as actualmente existentes ou outras destinadas para o mesmo fim pelas câmaras municipais, às quais incumbe a despesa com as mencionadas cadeias”. Era o caso da prisão de Marvão que funcionou como tal, pelo menos, até aos anos de 1950, embora não saibamos quanto tempo demorava a referida detenção e trânsito. Interessantes, pelos dramas vividos, eram as inscrições a lápis que existiam sobre a

PRAÇA DO PELOURINHO

caliça das paredes do agora depósito do Arquivo Histórico Municipal – todas fotografadas antes da reabilitação do edifício -, a última das quais data de 8 de Outubro de 1954. Estas inscrições indicam-nos que grande parte dos delitos que se deviam a pequenos furtos e ao contrabando. Aqui ficam as inscrições, com algum interesse, que estavam no referido espaço (omitimos os apelidos para não identificar as pessoas):

1) (Transliteração)
FRANCISCO M. T.
RIBEIRA DE NISA PORTALEGRE E
JOAQUIM P.
PEDRA DO OURO PORTALÉGRE
EM 7 DE JULHO DE 1942
AGRADECE-MOS AO BOM AMIGO QUE SE
ENTERSOU PELA JENTE
AGRADECEMOS ÀS BÔAS RAPARIGAS DA
PETARANHA QUE NOS DERAM 6 CARAPAOS
E 1 PÃO MOL

(Leitura)
(Francisco M. T.
Ribeira de Nisa Portalegre e Joaquim P.
Pedra do Ouro Portalegre
em 7 de Julho de 1942
agradecemos ao bom amigo que se interessou
pela gente agradecemos às boas raparigas de Pitaranha
que nos deram 6 carapaus e 1 pão mole)

2) (Transliteração)
SEM RASÃO ALBERTO P. B.
MANUEL S. N.

3) (Transliteração)
JASİGO DO DESGRAÇADO
JOÃO AUGUSTO D. R. 20 ANOS IDADE
[...] 6 DE 1945 DEU E[N]TRADA NESTA
[...] (PERAS?) NÃO COMPRADAS DEI[...]
[...] SEUS FILHOS SEM AUXILIO DE
NI[NGU]JEM

4) (Transliteração)
ENT[REI] PRACI DIA
D [...] 10 DE MAIO
OUVE ASAR NO
MEL DOIS IRMAOS CE CESTA
RÃO ANTES DO
TEMPO DOIS ANOS
DE CADEIA
UM JOSÉ [...] JOÃO F.
AMBOS DOS
CABEÇUDOS

(Leitura)
(Entre para aqui dia d[...] 10 de Maio.
Houve azar no mel: dois irmãos que crestaram antes do
tempo. Dois anos de cadeia.
Um José [...], João F. ambos dos Cabeçudos)

5) (Transliteração)
16 MAIO DE 1945
ENTREI PRACI DIA 16 DE [...] FAZ 5 DIAS
JOÃO L. G.
CE JA A 5 DIAS CE ACI ESTA SÊ RASÃO

SOU EMFELIS EM TUDO ESPERO POR
MAIS DE UM ANO DE PRISÃO ADEUS FILHOS I
MULHER
SANTO ANTÓNIO DAS AREIAS

(Leitura)
(16 de Maio de 1945
Entre para aqui dia 16 de [...] faz 5 dias.
João L. G. que já há 5 dias que aqui está sem razão.
Sou infeliz em tudo. Espero por mais de um ano de
prisão. Adeus filhos e mulher
Santo António das Areias)

Segundo testemunho de Angélica Sousa (1949-), o último preso foi um espanhol que cortou o pulso e escreveu na parede que o sangue dos Espanhóis era melhor que o dos Portugueses. Foi transferido para o Forte da Graça, em Elvas, c. 1958.

2.6.2 O ANTIGO SINO DA CÂMARA

Do lado direito (noroeste) do frontispício, encontramos, adossada à fachada que dá para a Travessa da Cadeia, uma torrinha balconada, servida de escadas, que possui o aparelho de sinos da Câmara. Este sino – o actual data de 1860⁽³⁶⁾ – era utilizado para convocar a população em momentos especiais, muitas vezes dramáticos, como a aproximação de um ataque ou a deflagração de um incêndio. A referida balconada é corrida, correspondendo a uma antiga varanda que existia, pelo menos, em 1746 (“e da parte do norte para onde fica o balcão tem quinze varas”⁽³⁷⁾); da varanda se falaria para o povo que entretanto acorria ao chamamento.

A convocação da população também poderia ser feita por pregão ao som de sineta: “Mandarão a som de campã tangida a lluis emriques porteiro deste comselho fosse pellos llugares publicos desta dita uilla apregoar”; assim se convocou a população para escolher os seus procuradores às cortes de 1668.



À esquerda, a Travessa da Cadeia em desenho a carvão de Alfredo Ramos (1982, colecção do A.). À direita, o edifício da Câmara Velha com a estrutura do antigo sino da Câmara

2.6.3 A ANTIGA CASA DO CARCEREIRO E A PRISÃO

É pela escada que dá acesso a este sino – na Travessa da Cadeia - que, no primeiro patamar, se encontra a porta da Casa do Carcereiro, hoje utilizada como Sala de Leitura do Arquivo Histórico Municipal. Entrando para este primeiro andar do edifício, damos com uma sala de pé-direito baixo, de pavimento toscamente lajeado, com um curioso alçapão gradeado que comunica com um dos cárceres a que nos referimos atrás. Olhando para a zona à esquerda de quem entra, observamos um nicho, a lareira para aquecimento e cozinha do carcereiro e da sua família, uma janela gradeada, com conversadeiras, e uma porta de madeira que dá acesso a mais um cárcere, hoje depósito do arquivo. Note-se a antiguidade desta grossa porta, com ferrolho, decoração mudéjar na moldura granítica, em arco conopial, e um curiosíssimo cão esculpido na base na jamba esquerda, a guardar os presos... Relativamente às janelas das duas salas referidas, apresentam, do lado de fora, ombreiras facetadas com decoração na base (a do cárcere) e com lintel decorado com dois semicírculos escavados, à maneira mudéjar (a da Casa do Carcereiro).



Casa do carcereiro, hoje, sala de leitura



Cela, hoje, depósito do AHMM, com o pormenor do cão de guarda esculpido numa das jambas



A Casa do Carcereiro não tinha a porta que hoje a faz comunicar com o resto do edifício: nesta sala situavam-se umas toscas acomodações para o carcereiro e sua família. É o que podemos concluir através dos róis de confessados. Por exemplo, em 1781, neste fogo da “Cadeya” aparecem os seguintes registos:

M.el Dias Mancheias Carcer.º (de 62 anos)
Izabel Glz. Sua Mulher (de 66 anos)
Miguel Ramos Soltr.º Prezo (de 26 anos)
Domg.ºs Frz Machado de S. Julião cazado Prezo (de 36 anos)
João Rijo do Salvador cazado Prezo (de 24 anos)
Domg.ºs Cottão Soltr.º desta freg.^a (de 32 anos)⁽³⁸⁾

Em outros registos, de outros anos, constam não só a mulher do carcereiro mas também os filhos.

Franqueando a dita porta, nova, encontramos num vestíbulo que era, em 1866, “uma loja que serve de cavaliária”⁽³⁹⁾, e que serviu também, já no século passado, de lugar onde se realizavam as aferições camarárias e também de oficina. Este vestíbulo tem porta para a Travessa da Cadeia (n.º de polícia, 1) e possui moldura facetada, com arco abaulado e aduela de fecho. Na mesma fachada, também a porta que dá acesso à Casa do Carcereiro apresenta o mesmo arco. As duas janelas do andar superior são de molduras esquadrihadas, confirmando a construção do edifício no séc. XVI.

2.6.4 O TRIBUNAL

A partir do referido vestíbulo acedemos ao segundo andar do edifício – rés-do-chão do tardo –, onde se dispõem, sucessivamente, a sala do antigo tribunal (que possuía, à sua esquerda, onde hoje é o vão das escadas, o “Arquivo da Câmara”⁽⁴⁰⁾), a Sala de Reuniões (que servia “de Secretaria e Sessões da Câmara”⁽⁴¹⁾) e o novo Auditório, onde antes funcionava “a Secretaria d’Administração do Concelho, com a entrada pela mesma porta principal do Paço, e contígua a ela a Torre com a máquina do relógio do concelho”⁽⁴²⁾. A Sala do Tribunal é encantadora e absolutamente singular. Conjuga a modéstia do espaço com a sobrevivência do forte mobiliário de castanho, pintado a azul forte, com recortes barrocos, apresentando apontamentos de marmoreado e concheados rococó; o conjunto parece datável da segunda metade do séc. XVIII. Observe-se a divisão do espaço: uma grade de balaústres divide a zona do *praetorium* - com o referido mobiliário assente em sobrado grosseiro -, da zona do público, com alguns bancos em pavimento de ladrilho.

Proeminente, ergue-se a cadeira do juiz: não podemos deixar de imaginar, ali sentado, Mousinho da Silveira, que iniciou em Marvão a sua carreira, como juiz de fora, em 1809. Uma exposição permanente, por nós organizada, relata as passagens principais da sua vida e obra.

PRAÇA DO PELOURINHO



Sala do Tribunal de Marvão com exposição permanente sobre Mousinho da Silveira (foto Raul Ladeira)



Sala das sessões e o seu tecto decorado com o antigo brasão do concelho



2.6.5 A SALA DAS SESSÕES

Até ao séc. XIX, a Sala das Sessões da Câmara constituía, com a sala que antecedia a do Tribunal, os únicos espaços destinados a funções administrativas. O tecto da Sala das Sessões chama-nos desde logo a atenção, pela configuração em masseira e pelo antigo brasão do concelho que nele se encontra pintado, decorado com o título atribuído a Marvão, por D. Maria II, pelo papel desempenhado nas Guerras Liberais: Leal e Sempre Nobre Vila de Marvão. O conjunto resultou de uma intervenção levada a cabo cerca de 1930, por José Guedelha, de Castelo de Vide⁽⁴³⁾. A datação desta intervenção compagina-se temporalmente com a vigência do antigo brasão (da 2ª metade do séc. XVIII até 1933⁽⁴⁴⁾). Antes, o tecto era plano e em estuque⁽⁴⁵⁾.

Também a actual iluminação e o friso, com decoração clássica de óvanos, contribuem para a beleza singela daquele tecto que nos suga o olhar ao entrarmos. Mas a agradável sala tem outra atracção: a janela, no topo oposto ao da entrada, deixando-nos ver uma paisagem lá muito ao fundo, como se viajássemos de avião. De referir, ainda, que é esta janela e a do Tribunal - ambas com molduras esquadrihadas, apresentando, a da Sala das Sessões, um frontão de volutas com roseta central, e a do Tribunal, ombreiras com pilastras capitulizadas -, que ladeiam a lápide com o brasão manuelino, ladeado por duas esferas armilares, que se vê no frontispício do edifício.

2.6.6 A ANTIGA SECRETARIA E A ESTAÇÃO “TELEGRAPHO-POSTAL”

O espaço onde antes se localizava a secretaria camarária – outrora constituído por duas salas -, foi reabilitado para auditório. Todo este piso superior, bem como o seu rés-do-chão - a constituir cave com porta para a Rua do Relógio -, resultaram de uma expansão dos primitivos paços manuelinos. É possível datar, com exactidão, a compra do edifício e a sua adaptação: trata-se do ano de 1851⁽⁴⁶⁾ e o valor da aquisição foi de 5210 réis⁽⁴⁷⁾. Aliás, também estilisticamente, o desenho em que foram construídas as janelas que dão para a Rua do Relógio – geminadas, em arco deprimido, sob decoração parietal em arco abatido - lembram um jeito de decorar oitocentista. Acrescente-se ainda que a antiga secretaria, depois que o concelho foi extinto (26 de Setembro de 1895), ganhou uma nova função: “Mais existem contiguas e hoje com entrada diferente, quatro casas, onde está a estação telegrapho-postal (...)”⁽⁴⁸⁾.

A comunicação entre os antigos Paços do Concelho e o edifício comprado para expandir o sector da administração do mesmo, parece ter-se aberto apenas no ano de 1857. Assim o refere a despesa “com o estuque e tijolado da antiga cozinha para se comunicar a Casa da Câmara com a Administração do Concelho, 20.000 rs.”⁽⁴⁹⁾.

2.6.7 FACHADA DA ENTRADA

Dada a enorme percentagem de espaço ocupado, no edifício, pelas prisões (rés-do-chão e 1º andar), a entrada para a Câmara fazia-se pelo tardoz (Rua de João Garção, hoje Rua 24 de Janeiro). É interessante esta fachada, composta por dois planos, com ressalto, sendo o do primi-

tivo edifício mais saliente que o do acrescento. Mas a decoração da fachada irmanou os dois volumes: ambos os paramentos receberam cantaria fingida (trabalho de massa ou raspadinho), coroada por ameias de inspiração manuelina que apresentam, a encimar os cunhais, uma espécie de torrinhas decoradas, da esquerda para a direita, com a cruz de Malta, com a esfera armilar, com o antigo brasão municipal e com a cruz de Cristo. Parecem-nos evocações românticas, serôdias, que ajudaram a cenografar esta fachada e a integrar o edifício adido ao da primitiva Câmara. Contudo, a esfera armilar que se encontra na torrinha do cunhal (NO), parece-nos antiga, evidenciando pátina. A intervenção pertence à mesma campanha de obras em que foi feito o tecto do antigo Salão Nobre, sendo executada pelo mesmo mestre de obras de Castelo de Vide, cerca de 1930. De notar, contudo, que esta fachada apresenta uma clara marca barroca na decoração da sua porta - o frontão de volutas com concha central -, atestada, temporalmente, com a data inscrita de 1759.



Fachada da entrada na Câmara Velha. O General Óscar Carmona, à sua porta, quando da visita presidencial em 1935, tendo à sua esquerda o então Presidente da Câmara José Domingos de Oliveira

2.6.8 OS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA EM 1900

Por curiosidade, não queremos deixar de informar, em pequena nota, a constituição do corpo de funcionários camarários e seus ordenados, uma vez que tal informação nos deixa uma ideia do que seria o trabalho desenvolvido e as prioridades municipais ao tempo.

A “Conta da receita e despesa da Camara Municipal de Marvão relativa ao anno de 1900” apresentou as seguintes despesas com pessoal, dividindo-o em dois grupos: o que estava afecto à Câmara propriamente dita (ao executivo) (Artigo 4º) e o que servia à Administração do Concelho.

“Artigo 4º	
Secretario.....	180.000
Um dito aposentado.....	144.000
Um amanuense.....	100.000
Um oficial de deligencias.....	36.000
Um facultativo municipal.....	350.000
Um carcereiro.....	12.000
Um regulador do relógio.....	14.400
Um aferidor.....	10.000
Um guarda e coveiro do cemitério.....	9.000

Thesoureiro da camara
2% da receita que arrecadou
durante o anno de 1900.....30.000

Pessoal da Administração	
Administrador.....	200.000
Secretario.....	180.000
Amanuense.....	72.000
Um oficial de deligencias.....	36.000 ⁽⁵⁰⁾

Fica então esta nota, de onde se conclui ser diminuto o número de funcionários, dos quais o facultativo (médico) era o que auferia melhor ordenado, seguido, de longe, pelo Administrador do Concelho. Os administradores do concelho – cargo criado em 1835 - estavam na dependência dos governadores civis e as suas competências foram transferidas, através do Código Administrativo de 1936, para os presidentes das câmaras, com a consequente extinção do cargo. Veja-se também a importância dos secretários. Muito curiosa é a existência de um funcionário para acertar o relógio – que a todos regulava na vila, não esqueçamos, e daí a sua importância - e outro para aferir as medidas, para evitar falcatruas. A Câmara pagava ainda outros serviços, nomeadamente aos professores do ensino primário, a calceteiros, a cantoneiros, a amas dos expostos, etc., mas estes não faziam parte “do quadro”, como hoje dizemos.

2.6.9 O EPISÓDIO DA TENTATIVA DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE DO CONCELHO PARA A PORTAGEM (VILA NOVA DE MARVÃO)

A exemplo de Monsaraz, que no século XIX transferiu a sua sede de concelho para Reguengos, numa primeira iniciativa em 1838 e, definitivamente, em 1851, também Marvão se agitou no mesmo sentido, logo após a implantação da República. Pretendia-se passar, para o aprazível vale do Sever, a sede do seu município, instalada num sítio que se considerava demasiado alto, decadente, sem água potável e abandonado às intempéries. Tal não se veio a verificar, mas deixemos os documentos principais, as razões invocadas e os rostos que tentaram a mudança.

A primeira vez que detectámos a questão foi numa acta de 1911, donde transparece ter havido discussão anterior sobre a matéria:

Acta da sessão da Comissão administrativa do município de Marvão, de 23 de Março de 1911

(...) O Sr. Vice-presidente [Dr. António José Pimenta Freire] propôs que a Comissão estude a maneira mais viável para se fazer a mudança da sede deste concelho para a Portagem, e depois de habilitada com o estudo, vá a Comissão, a que poderá agregar qualquer particular, a Lisboa solicitar do Sr. Ministro do Interior as precisas authorisações para fazer vingar o seu empreendimento, proposta esta, que foi aprovada por unanimidade⁽⁵¹⁾.

Não procurámos seguir o assunto - que só por si daria um estudo demorado, impossível de compreender no escopo deste trabalho, onde tantos temas interessantes como este se apresentam aliciantes para aprofundamento -, mas sabemos que, oito anos mais tarde, o projecto ainda não tinha sido abandonado, procurando-se que o comboio passasse o mais perto possível da Portagem:

Ofício do Exmo. Dr. Barahona de Portalegre de 2 do corrente mês. Elucidando esta Comissão sobre a variante do Caminho

PRAÇA DO PELOURINHO

de Ferro de Estremoz a Castelo de Vide passando pela Portagem deste concelho, e informando que na Direcção dos Caminhos de Ferro há decidido empenho em servir este concelho.

A Comissão deliberou agradecer ao Exmo. Dr. Barahona o seu empenho em servir este concelho, solicitando-lhe (?) seus esforços para que a estação do Caminho de ferro fique o mais perto possível da Portagem para onde tenciona mais tarde transferir a sede do concelho⁽⁵²⁾.

Em 1920 forma-se uma comissão *ad hoc* para tentar implementar a transferência da sede do concelho; reproduzimos a acta com sublinhado nosso:

Acta da Sessão da Camara Municipal do Concelho de Marvão de 2 de Janeiro de 1920 (...) Foi lida uma representação de vários habitantes de Marvão em que pedem a transferência da sede do concelho, para a Portagem, ou outro sitio mais aprasivel, acompanhada a referida representação de um projecto, tudo do teor seguinte: Excelentissimo senhor Presidente e mais vogaes da Camara Municipal de Marvão. Os abaixo assinados, vendo dia a dia desaparecerem as condições de vida do concelho de Marvão, pelo abandono a que a sua sede tem sido votada, já pelos particulares, já pelas entidades officiaes, e por forma tal que se recea é que este concelho desapareça anexado a qualquer outro, veem perante V.as Ex.ª(s) expor o seguinte projecto, para o qual chamam a vossa esclarecida atenção, certos de que como bons amigos de Marvão, a ele dareis o vosso voto e todo o apoio de que ele necessita. – A vida em Marvão é muito mais cara que em qualquer outra parte do concelho, e isso devido á dificuldade de obter os géneros mais indispensáveis á vida, o que, acumulado com as intempéries e dificuldades de abastecimento dagua potável, concorrem consideravelmente para o abandono a que esta vila está sendo votada, compondo-se a população da vila quasi exclusivamente de funcionarios publicos, e esses aqui presos pelo desempenho de seus cargos. Como V.ª(s) hão-de ter tido ocasião de observar, a maioria das casas em Marvão estão, ou desmoronadas, ou a desmoronar-se, sem haver quem possa opor um dique ao desbarato e destruição da sede do concelho; umas após outras as casas vão sendo destelhadas, e os seus proprietários com os materiais que delas retiram, vão construir em sitios mais aprasiveis as suas habitações, dando assim o exemplo do que as entidades officiaes devem fazer. A não ser transferida a sede do concelho para outro lugar mais aprasivel e habitável, veremos dentro em pouco extinto este concelho e os seus munícipes sob o domínio de Castelo de Vide. Há, bem o sabemos, dificuldades, e algumas julgadas (?) a resolver mas com a boa vontade de todos tudo se vencerá. E por maiores dificuldades, e sacrificios que haja a fazer, antes esses que a nova extinção do concelho, o que seria a maior das vergonhas para os marvanenses. Projecto para a mudança da sede do concelho: 1.º Nomeação de uma comissão encarregada de estudar a maneira mais viável de se fazer a mudança da sede de concelho para a Portagem, ou para outro sitio digno, outro qualquer ponto do concelho, que se reconheça ser melhor que aquele. – 2.º Convocar os quarenta maiores contribuintes e Juntas de Freguezia a reunirem a fim de autorizarem a Camara a contrair um empréstimo da importância necessária á construção dos novos paços do concelho, repartições publicas e hospital e ainda a percentagem sobre as contribuições geraes do Estado para amortização desse empréstimo e pagamento do respectivo juro. 3.º - Convidar os proprietários do concelho a construírem casa no local escolhido para a nova sede. - 4.º Estudar a planta da nova sede, que deve ser em tudo adaptada ás exigências da hygiene e da arte. 5.º - Solicitar do Ex.mº Sr. João José d'Araujo, a cedência de seu prédio na Portagem, para instalação provisoria dos paços do concelho, desde que seja aquele local escolhido para sede. 6.º - Dirigir convite ás sociedades constructoras para que façam as

suas propostas para a construção de um bairro. 7.º - Solicitar do Ministro do Interior que usando da faculdade que a lei lhe confere decrete a transferência da sede de concelho para o local que para tal fim seja escolhido.

Eis em breves palavras um pálido esboço do projecto, e que V.ª(s) Ex.ª(s) e a Comissão de que tracta o n.º 1 deste projecto, darão vulto e forma e que os signatários muito “á vol d’oiseau” delinearão. Resta que os esforços de V.ª(s) Ex.ª(s) e da Comissão que se nomeie, animados pelos melhores sentimentos de bons marvanenses consigam tornar realidade, o que somente por enquanto é projecto. Hurra pelo concelho de Marvão! E não consintamos que outros concelhos em peores condições de vida que o nosso, as vão melhorar á custa deste. Marvão um de Janeiro de mil novecentos e vinte. João Blaise d’Oliveira e Castro – João Pinto Simões – João da Conceição Raposo – José Miranda da Silva – Olimpio Jaime Bengala – Manuel Cebolas Folgado – João Augusto de Paula Sequeira – João Pinto de Sousa – Cezar Diniz Bastos dos Reis – João Francisco da Fonseca – Joaquim Pinto Simões – João Ribeiro Azeitona – Antonio Ventura – Manuel Augusto dos Reis.

A Camara aprovando a referida representação, aprovou que a comissão de que trata o numero um ficasse assim constituída: Dr. João Blaise d’Oliveira e Castro – Cezar Diniz Bastos dos Reis - João Pinto Simões – João Pinto de Souza – João da Conceição Raposo – José Miranda da Silva – José Luiz de Carvalho – Marcelino Batista Mouro – Antonio Bonito Macãs – José d’Oliveira – Bento José da Mata e Jaime Fragoso⁽⁵³⁾.

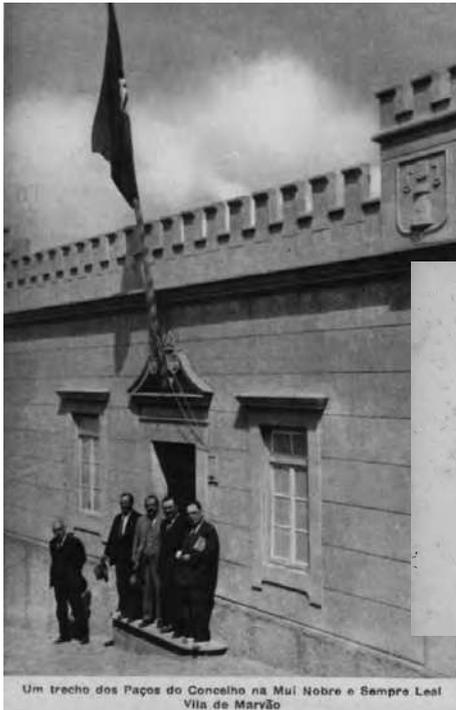
Passado cerca de meio ano, o projecto não tinha grandes avanços, uma vez que na acta de 12 de Agosto de 1920 se propunha uma iniciativa legislativa através dos deputados do distrito; será que o Ministro do Interior não correspondeu á proposta anterior?

Pelo senhor presidente foi proposto que aos parlamentares do distrito fosse enviado o pedido da iniciativa de um projecto de lei, nos seguintes termos: Projecto de lei = Art.º 1.º: É transferida a Sede do concelho de Marvão para o lugar da Portagem. Art.º 2.º: A nova sede do concelho denominar-se-ha “Vila Nova de Marvão”. Art.º 3.º: Para ocorrer ás despesas resultantes deste decreto é autorizada a Camara Municipal de Marvão a vender as suas: “Coutada” e “Costa”, se necessario fôr. Paragrafo unico: Fica revogada a legislação em contrario. A Camara depois de discutir tal proposta resolveu aproval-a, tanto mais que já tem o referendum das juntas de freguesia deste concelho.

O vereador senhor João Pinto Simões propoz que se nomeasse uma “comissão de vigilância e defeza do Castelo de Marvão; posta á votação foi aprovada, e bem assim que ela ficasse composta dos seguintes cidadãos: João da Conceição Raposo, - Cezar Dinis Bastos dos Reis, - José Miranda da Silva - Antonio Quintino Magro e Joaquim Pedro da Estrela Rego”⁽⁵⁴⁾.

2.6.10 OS PRESIDENTES DA CÂMARA DO PERÍODO FINAL DA MONARQUIA ATÉ AO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Consultando os livros de actas e usando como metodologia a leitura da primeira e da última acta de cada ano, fizemos o seguinte levantamento, não cuidando em precisar, exactamente, o período (geralmente o triénio) de governação de cada presidente⁽⁵⁵⁾.



Postal ilustrado da OCOGRAVURA, Lisboa, provavelmente com a vereação à porta dos Paços do Concelho (possuímos um outro postal que circulou em 1953). Esta empresa foi criada em 1935 por Jaime Martins Barata (Santo António das Areias, 1899 – Lisboa, 1970), conjuntamente com o irmão José Pedro Martins Barata, Leitão de Barros, J. Correia de Oliveira e Sá Pilão. À direita, o brasão do concelho também em postal ilustrado

A) PERÍODO FINAL DA MONARQUIA

Legislação aplicável: Código Administrativo de 1878⁽⁵⁶⁾

- João Luís Forte (1876-1877)
- Manuel Joaquim Semedo / João Carrilho Videira (1878)
- João Carrilho Videira (1879)
- José Baptista Mouro (1880-1881)
- Dr. Leandro Pinto Frausto (1882-1885)
- Dr. António de Mattos Magalhães (1886) (eleito presidente a 2 de Janeiro)⁽⁵⁷⁾
- José António Serrano (1887)
- Marcelino Baptista Mouro (1888)⁽⁵⁸⁾
- João Pinto Simões (1889)⁽⁵⁹⁾
- Luís Pinto de Sousa Senior (1890-1892)

Legislação aplicável: Código Administrativo (Lei de 4 de Maio de 1896)⁽⁶⁰⁾

- Podiam ser eleitos todos os cidadãos que soubessem ler, escrever e contar, embora com inúmeras excepções (Art. 8º).
- O número de vereadores era de 9 nos concelhos de 1ª ordem (mais do que 15000 habitantes), 7 nos de 2ª ordem (mais de 5000 habitantes) e de 5 nos restantes concelhos. Serviam as suas funções por três anos e eram também eleitos suplentes em número igual (Art. 5º e 6º).
- Os vereadores (ou vogais) eram eleitos directamente pelos eleitores (Art. 5º).

- As câmaras municipais tinham presidentes e vice-presidentes eleitos pelos vogais em escrutínio secreto (Art. 45º).

- Dr. António de Mattos Magalhães (1893⁽⁶¹⁾ -1908)
- António Andrade Ventura (1908)
- João Augusto de Paula Sequeira (padre) (1908-1910)

B) PERÍODO DA I REPÚBLICA (5 de Outubro de 1910 – 28 de Maio de 1926)

Legislação aplicável: Leis n.º 3 de 3 de Julho de 1913 e n.º 88 de 7 de Agosto de 1913

As funções dos corpos administrativos eram “gratuitas e obrigatórias” e os vereadores eram eleitos, directamente, pelos cidadãos inscritos nos recenseamentos, servindo por três anos (Art. 3º e 5º). O número de vereadores poderia ser de 32, 24 ou 16 conforme se tratasse de um concelho de 1ª, de 2ª ou de 3ª ordem. Marvão era um concelho de 3ª ordem. A vereação elegia então uma comissão executiva composta por 9, 7 ou 5 vereadores⁽⁶²⁾, conforme se tratasse de um concelho de 1ª, 2ª ou 3ª ordem, e um presidente para essa comissão. O Código Eleitoral de 1913 (Lei n.º 3 de 3 de Julho de 1913) considerava eleitores os cidadãos que respeitassem as seguintes condições:

Capítulo I Dos Eleitores

Artigo 1º – São eleitores de cargos legislativos todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos que estejam no gozo dos seus direitos civicos e politicos que saibam ler e escrever português e residam no territorio da Republica Portuguesa.

Artig 2º – Os cidadãos pertencentes ao exercito e á armada e aos corpos da policia civica, que á data da eleição se encontrem em serviço efectivo não podem votar.

Art. 3º – Não podem ser eleitores: os alienados e bem assim os interditos, (...) os falidos, (...) os que estiverem pronunciados por despacho com transito em julgado (...) e os por efeito de sentença penal condenatória, (...) os que tiverem sido condenados como vadios, a partir de 5 anos a contar da data que os condenou, (...) os que tiverem sido condenados por crime de conspiração contra a República, (...) os indigentes incluindo os que tiverem sido internados em qualquer estabelecimento de caridade, (...) os estrangeiros naturalizados ha menos de dois anos.

Durante este período, é por vezes difícil perceber quem é o Presidente da Câmara e qual a sua relação com o Presidente da Comissão Executiva, até porque três dos livros que apresentam actas têm datas sobrepostas (1911-1918) (1914-1926) (1919-1921).

Presidentes da Comissão Administrativa⁽⁶³⁾

- António Rodrigues Curvello (1911)
- António José Pimenta Freire (1911)
- João Pinto Simões (1911-1913)

Presidentes da Câmara⁽⁶⁴⁾

- Francisco Nunes Morgado (1914)

Presidentes da Comissão Executiva⁽⁶⁵⁾

- José António Serrano (1914-1917)

PRAÇA DO PELOURINHO

- António Marques da Motta (1917) (vice-presidente substituindo o presidente e depois como presidente)
- João Pinto Simões (em 10 de Janeiro de 1918)

Presidentes da Comissão Administrativa⁽⁶⁶⁾

- Fortunato da Cruz Diniz e Pequito (1918)

Presidentes da Câmara⁽⁶⁷⁾

- Francisco Nunes Morgado (1914)
- José Luís Forte Ramilo (1915-1917)

Presidentes da Comissão Executiva⁽⁶⁸⁾

- António Marques da Mota (1918)

Presidentes da Câmara⁽⁶⁹⁾

- Fortunato da Cruz Diniz e Pequito (1918)
- Marcelino Baptista Mouro (1919-1920)
- António Marques da Mota (1922)

Presidentes da Comissão Executiva⁽⁷⁰⁾

- João Pinto Simões (1923)

Presidentes da Câmara⁽⁷¹⁾

- José António Serrano (1923-1925)
- João da Conceição Raposo (1925-1926) (assumindo a presidência como vereador mais velho, na falta dos presidente e vice-presidente) (também como Presidente da Comissão Executiva em 1925). Note-se que a primeira acta de 1926 é a de 29 de Abril que é também a última deste livro.

C) PERÍODO DAS DITADURAS MILITAR (28 de Maio de 1926-1928), NACIONAL (1928-1933) E ESTADO NOVO (1933-1974)

Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 11 875 de 13 de Julho de 1926

Foram dissolvidos todos os corpos administrativos e nomeadas, pelo governo/governadores civis, as novas comissões administrativas (7 vereadores para as câmaras de 1ª ordem, 5 para as de 2ª ordem e 3 para as de 3ª ordem; eram também nomeados vereadores substitutos em igual número).

Presidentes das Comissões Administrativas (até 1938):

- Joaquim Pedro da Estrela Rego (1926-1928)
- Fortunato da Cruz Diniz e Pequito (padre) (1928-1930)
- José Domingos de Oliveira (professor) (1930-1935)
- Fortunato da Cruz Diniz e Pequito (padre) (1935-1938/9)

Legislação aplicável: Código Administrativo de 1936-40 (Decreto-Lei n.º 27.424 de 31 de Dezembro de 1936)

- Os presidentes das câmaras eram nomeados (por seis anos, com mandatos renováveis) e demitidos livremente pelo governo (Artigos 71º a 73º).
- As câmaras eram constituídas pelo presidente, nomeado pelo governo, e por vereadores eleitos trienalmente pelos conselhos municipais. (Artigo 37º)
- Os vereadores, eleitos pelos conselhos municipais, nos termos do Art. 29º, podiam ser destituídos do mandato

quando o conselho o julgasse “conveniente à boa marcha da administração municipal” (Art.º 28).

- O conselho municipal, de composição complexa e corporativa (Art. 16º), era renovado trienalmente e presidido pelo presidente da câmara que podia demitir os respectivos vogais (Art.º 21º).

Presidentes da Câmara (a partir de 1938)

- Dr. Manuel Felix (1939) (“presidente substituto”)
- Major António Monteiro (1939-1941)
- Jaime Rodrigues Pinheiro (1941) (vice-presidente substituindo o presidente)
- Manuel da Graça (1942-1945)
- Manuel Brenguel Vivas (1945-1955)
- Dr. Manuel Magro Machado (1948-1950) (vice-presidente substituindo o presidente)
- Jerónimo de Oliveira (vice-presidente substituindo o presidente) (1956)
- Dr. Manuel Magro Machado (médico) (1956-1964)
- António Delgado Garcia (vice-presidente substituindo o presidente) (1962)
- João Dinis Carita (1964 - até 8 de Novembro de 1973)
- Luiz Pinto das Dores Mousinho da Silveira (1973-1974)

D) PERÍODO DEMOCRÁTICO

Legislação aplicável: Constituição da República Portuguesa de 1976, aprovada a 2 de Abril / Decreto-Lei n.º 701-B/76 de 29 de Setembro / Decreto-Lei n.º 757/76 de 21 de Outubro /

- Joaquim Curado da Silva (7.VII.1974-24.X.1974)
- António Moura Andrade (desde 21.XI.1974), Presidente da Comissão Administrativa (que tomou posse em Novembro de 1974), tendo como vogais: Mário da Conceição Miranda, Joaquim da Conceição Lourenço, José Maria Trigueiro Calha e João Forte da Mota. Presidiu até à realização das primeiras eleições autárquicas livres (12 de Dezembro de 1976) de que saiu vencedor o Sargento Manuel Pedro da Paz, do Partido Socialista. Nesta primeira vereação, a distribuição de pelouros foi a seguinte: Presidente: Serviços de Secretaria, Tesouraria, Polícia e Águas
António Arez: Obras, Material e Limpeza
José Manuel Serra Júnior: Comércio, Indústria e Cemitérios
Maria da Conceição Machado Andrade Diniz Carita: Ensino, Cultura, Turismo e Arqueologia
Elvira Silva: Habitação, Sanidade e Assistência
Sem pelouro: Francisco Vieira e Manuel Bengala⁽⁷²⁾

2.7 RELAÇÃO DOS TABELIÃES/NOTÁRIOS DE MARVÃO (1692-1996)⁽⁷³⁾

Também aqui deixamos registados, por ordem cronológica, os tabeliães (mais tarde designados por notários) que trabalharam em Marvão durante os sécs. XVII, XVIII, XIX e XX, nas balizas temporais acima referidas (há nomes repetidos porque assim constam nos períodos inventariados pelo Arquivo Distrital de Portalegre):

a) Período (1692-1845)

Lourenço Pires Serrão, António Antunes, Mateus de Matos de Carvalho, António Antunes, Manuel Fernandes Roma, Lourenço Carrilho Salgado, Félix Tavares de Oliveira, José da Fonseca, Jerónimo da Mota Mouzinho, António

Rodrigues da Silva, Miguel Semedo Antunes, Matias Carrilho Vilhena, Félix Tavares de Oliveira, António Rodrigues da Silva, Victor Garção Roma, António Rodrigues da Silva, João Mourato Belo, Manuel António da Cruz, Victorino José Garção Roma, António de Andrade, Francisco Gonçalves Seixo, Victorino José António de Carvalho, Francisco Carrilho Garção Roma, José António Botelho, Ezequiel Garção Roma, João Martins Magro, Plácido José de Carvalho, Pedro António Graça de Matos, João Lopes Reia, Francisco Manuel de Oliveira Sampaio, Francisco Soares de Medeiros e Jerónimo Ribeiro de Matos Magalhães.

b) Período (1842-1909)

Francisco Soares de Medeiros, José Vicente Rixoso da Cunha, Jerónimo Ribeiro de Matos Magalhães, António Elias de Sequeira Pinto, João José da Fonseca Fraústo, Feliciano António Cardoso, José Augusto Assado, João de Sousa Pinto e João Inácio Gonçalves.

c) Período (1845-1875)

Jerónimo Ribeiro de Matos Magalhães, Victorino César da Silveira, José Vicente Rixoso da Cunha, Joaquim José de Sequeira, António Elias de Sequeira Pinto, João José da Fonseca Fraústo e Jerónimo de Matos Magalhães.

d) Período (1931-1996)

António Vicente da Fonseca, Manuel Félix, Carlos Maria Chagas, Guiomar Viana Carneiro, José Augusto Capelo, Elsa Maria Pires Chambel, António Delgado Garcia (ajudante), Maria José Ponce de Leão Policarpo, Manuel de Oliveira Paiva, Maria Joaquina Esteves de Oliveira (interina), Vicente José Alvarez de Carvalho Cortes (interino), Aníbal Belo Antunes da Silva, Paula Cristina de Figueiredo Bettencourt Mendonça Fragoso e Arménio de Assunção Rodrigues dos Santos.



Antigo mostrador do relógio da torre, hoje em exposição na Câmara Velha



Antiga arca-cofre, de três fechaduras, pertencente à Câmara Velha



O "Poial da má língua", frente à Praça, onde é hábito juntarem-se os Marvanenses ao fim das tardes de Verão. O primeiro homem, de bengala, é Joaquim Pedro Candeias (foto s. d.)



O "Poial da má língua" em fotografia relativamente recente; em primeiro plano, Luís Rolo e João Mena, já falecidos, com António Andrade

NOTAS

1) Geralmente, as penas de morte, por enforcamento, não se executavam nos pelourinhos, mas em forcas montadas em outeiros próximos das povoações, como se pode observar nos desenhos de Duarte de Armas (c. 1509). Nos pelourinhos, ou picotas, prendiam-se os delinquentes, para exposição e vergonha públicas, podendo ser açoitados.

2) AHMM, Mç 13, CMMRV/D/01/001, 1746, folhas n.º(s) 11 v.º e 12.

3) AHMM, Mç 122, JPSTG/01/002, follhas n.º(s) 39 e 39 v.º.

4) AHMM, Mç 122, JPSTG/01/002, folhas n.º(s) 39 e 40 v.º. Como prova de ser o mesmo a residir na Praça por altura da medição (1746), podemos referir o facto de, no Rol de Confessados de 1761, ali residir, ainda, precisamente, o R.dº Prior Frei Miguel Viegas Bravo, com 48 anos [AHMM, Mç 120, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG/01/001, 1761].

5) AHMM, Mç 120, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG/01/001, folha n.º 9 v.º.

6) AHMM, Mç 120, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG/01/001, folha n.º 9 v.º.

7) AHMM, Mç 13, CMMRV/D/01/001, folha n.º 36.

8) Informação de Maria Teresa Sabino Rosado (1941-).

9) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/119 (1893/06/19 - 1911/01/26) e CMMRV/B-A/01/126 (1945/07/28 - 1948/07/24), actas de 3 de Novembro de 1910, folha n.º 190, e de 22 de Setembro de 1945, folha n.º 18; nesta última alteração, invoca-se o n.º 4, do artigo 50, do Código Administrativo (1940) que refere ser a toponímia, das povoações, da competência das Câmaras Municipais.

10) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1766, folha n.º 23.

11) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007, 1814, folhas n.º(s) 72 e 72 v.º.

12) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05 - 1834/07/28).

13) *Idem*, folha n.º 39.

14) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/014 (1833/03/26-1834/12/24).

15) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05-1834/07/28), folha n.º 28.

16) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/014, 1833, folha n.º 19 v.º.

17) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/008 (1827-1839), folhas n.ºs 44 v.º e 49 v.º.

18) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/008, 1828, folha n.º 14.

19) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/012, 1831, folha n.º 19 v.º.

20) Informações de António de Oliveira Rosado (1923-) e Joaquim Diogo Simão (1941-).

21) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/115, acta de 16 de Dezembro de 1876, folhas n.º(s) 62 v.º a 63 v.º.

22) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/005, acta de 21 de Agosto de 1935, folha n.º 96 v.º.

23) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/005, acta de 22 de Maio de 1935, folha n.º 63.

24) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/005, acta de 5 de Junho de 1935, folha n.º 70.

25) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/005, acta de 31 de Julho de 1935, folhas n.º 90 v.º e 91.

26) KEIL, Luís – *Inventário Artístico de Portugal, vol. I*, Distrito de Portalegre, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, p. 97.

27) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 26 de Agosto de 1931, folha n.º 58 v.º.

28) Informação de Leandro Rosado (1940-).

29) Solicitado para o efeito, o Museu Nacional do Traje datou, aproximadamente, o uso da dupla gorjeira, no período que vai de 1580 a 1610/15.

30) Informação prestada por Francisco de Simas Alves de Azevedo, da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses.



Desenho de João Bucho (2005)

31) Informação prestada por Vítor José Vígia Cardina, morador nas Caldas da Rainha, neto do fabricante, que refere ter a empresa funcionado, numa primeira fase, entre 1909 e 1956; mais informou, que o relógio teria custado cerca de 11000\$00 e que foi reparado por José Vígia Polaco, entre os dias 21 e 25 de Setembro de 1946; este seu tio materno lembrava-se de, quando da sua deslocação a Marvão, ter constatado a existência de um relógio de torre, da mesma firma, em Santo António das Areias.

32) AHMM, CMMRV/E-A/01/050 – ano económico de 1875 a 1876: “um sino novo para os quartos do relógio do concelho (ordem n.º 56) – 19.425 rs.”.

33) Estes vãos foram abertos já depois da passagem da Câmara para as actuais instalações.

34) Não havendo esgotos, provavelmente os dejectos acumulavam-se em fossa até serem retirados.

35) AHMM, Mç 20, CMMRV, RECEITA E DESPESA EFECTIVA, ano de 1869, folha n.º 57.

36) AHMM, CMMRV/E-A/01/050 – ano económico de 1860 a 1861: “1 sino novo para os Paços do Concelho - 28.840 rs.”

37) AHMM, CMMRV/D/01/001, fl. 11 v. (“Medição das Casas da Câmara”, 1746)

38) AHMM, Mç 120, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG / 01 / 004, 1781, folhas n.º(s) 41 v.º e 42.

39) AHMM, CMMRV/D/01/005, “Novo Tombo dos bens do Concelho de Marvão, 1866, folha 6 v.º. Reproduzimos a descrição que se faz das casas da câmara neste tomo porque são claríssimas as funções que ao tempo se davam aos diversos espaços: “Uma casa nobre na Praça da Villa, que serve, de Paços do Concelho, contendo no pavimento alto um vestíbulo á entrada, uma sala grande que serve para as audiências e mais actos judiciais, outra pequena á esquerda que serve de Archivo da Camara, outra sala á direita que serve de Secretaria e Sessões da Camara: no pavimento está a cadeia, e uma loja que serve de cavallariça: Outra casa contigua que fica á direita ao entrar para o Paço onde está a Secretaria d’Administração do Concelho, com a entrada pela mesma porta principal do Paço, e contigua a ella a Torre com a maquina do relógio do Concelho.”

40) *Idem*

41) *Idem*

42) *Idem*

43) Informação prestada por José Maria Mouzinho Delgado, já falecido, que assistiu aos trabalhos.

44) O actual brasão municipal foi instituído pela Portaria do Ministério do Interior n.º 7.603, de 20 de Junho de 1933, publicada no Diário do Governo (I Série) de 20/06/1933; a datação foi efectuada por Francisco de Simas Alves de Azevedo, da Comissão de Heráldica da Associação de Arqueólogos Portugueses.

45) AHMM, CMMRV/E-A/01/050 – ano económico de 1872 a 1873, “Conta de Receita e Despesa”. A despesa é avultada (80.160 rs.) e a obra foi executada no ano de 1872, a julgar pela seguinte referência: “concerto do telhado dos paços do concelho e feitiço de um estuque novo de alvenaria na sala das sessões da Câmara”.

46) AHMM, Mç 20, CMMRV/E-A/03/001, RECEITA E DESPESA EFECTIVA, 1851, fl. 6: “Abril 16 Pelo que despendi com a compra das casas juntas à da Câmara para Administração do Concelho. Mandado n.º 11, 5.210 rs.” Ver também Mç 25, CMMRV/C-F/01/001, INVENTÁRIO DE BENS E DO ARQUIVO, 1866/10/10, onde se refere: “mas a caza d’Adm.ção do Concelho foi comprada em 1851 por 5,210 e reedificada p.ª o d.º fim no mesmo anno”.

AHMM, CMMRV/E-A/03/001 (1850/07/17 – 1854/08/14, fl. 8 v.: “Pelo que paguei a Álvaro João Calado pela obra da casa destinada para Administração do Concelho. Mandado n.º 21, 19.100 rs.”, em 30 de Junho de 1851.

Idem: “Pelo que se pagou a Manuel Antunes pela obra que se fez na casa para Administração do Concelho. Mandado n.º 3, 23.000 rs.”, em 15 de Dezembro de 1851.

O tomo, nos bens de raiz, refere: “Posse imemorial quanto ao Paço do Concelho, mas a casa d’Administração do Concelho foi comprada em 1851 por 5.210 rs. E reedificada para o dito fim no mesmo anno”. V. AHMM, Mç 13, CMMRV/D/01/005, 1866, fl. 6 v.º.

47) AHMM, Mç 25, CMMRV/C-F/01/005, 1895/10/20, folhas 3 e 3 v.º.

48) *Idem*

49) AHMM, Mç 12A, CMMRV/E-A/01/050, RECEITA E DESPESA de 1857 e 1858.

A compra de “mobília, oleados p/mesas, estante, 1 vidraça, concerto do telhado e asseio da casa da Administração do Concelho”, no valor de 16.160 rs., aparece no ano de 1859. AHMM, Mç 12A, CMMRV/E-A/01/050.

50) AHMM, Mç 12A, CMMRV/E-A/01/050, RECEITA E DESPESA, 1900.

51) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/00, acta de 23 de Março de 1911.

52) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/121, acta de 13 de Outubro de 1919, folhas n.º(s) 30 v.º e 31.

53) AHMM, CMMRV/B-A/01/120, ACTAS DE VERAÇÃO (1914/02/19 – 1926/07/16), acta de 2 de Janeiro de 1920, folhas n.º(s) 39ª 41.

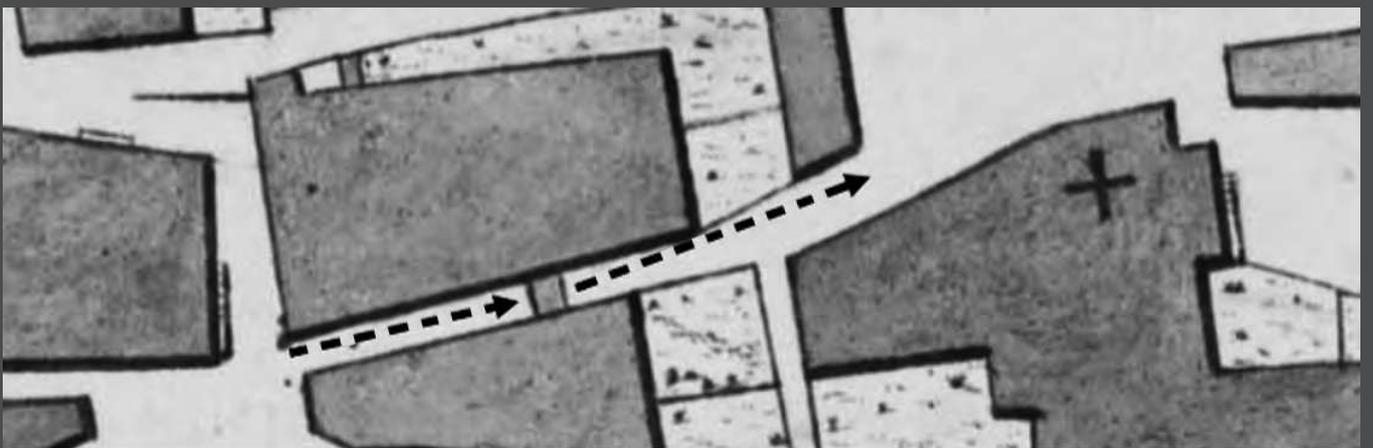
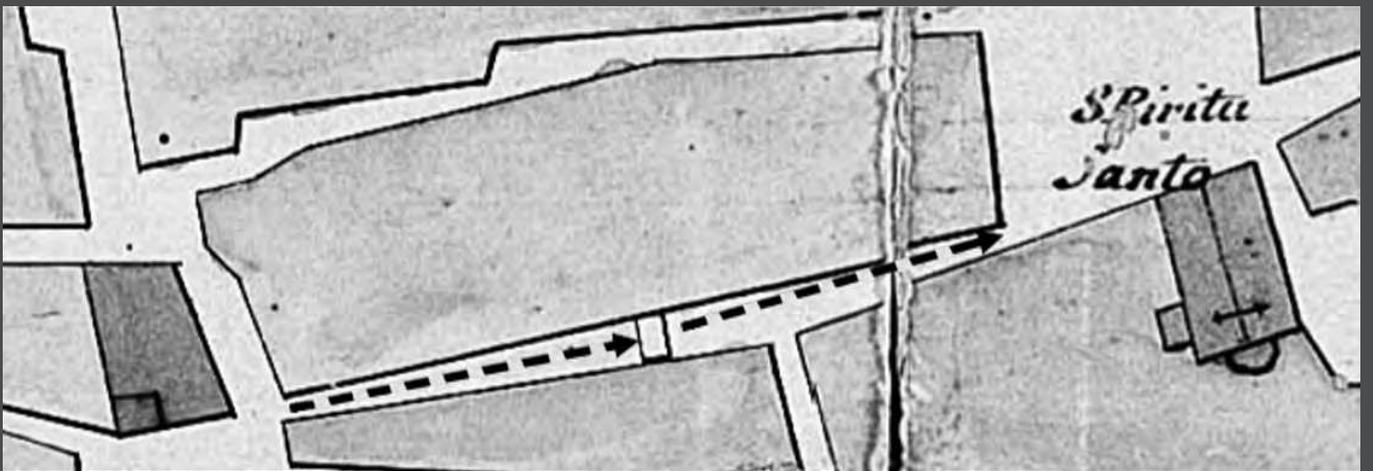
54) AHMM, CMMRV/B-A/01/120, ACTAS DE VERAÇÃO (1914/02/19 – 1926/07/16), acta de 16 de Dezembro de 1920, folhas n.º(s) 42-43.

- 55)** A Dr.^a Catarina Bucho Machado, enquanto responsável pelo AHMM, detectou, ainda no que diz respeito ao séc. XIX, os seguintes presidentes: Joaquim José de Matos Magalhães (1844) (ISSTO/01/001); (1845-1851) Leandro Pinto Fraústo (CMMRV/E-A/14/004, ACMMRV/A-A/05/001); (1852) Joaquim José de Mattos Magalhães; (1861) João Luiz Forte (ACMRV/A-A/05/001); (1862) João Pinto Fraústo Terrenho (CMMRV/C-B/04/001); (1868-1869) António Rozado (Edital); (1871) Filipe António Mendes Mourão (CMMRV/C-B/04/002); (1874-1875) António Rozado (CMMRV/C-C/02/001); (1877) João Luiz Forte (Edital); (1879) João Carrilho Videira (Edital); (1880) José Batista Mouro; (1882-1885) Leandro Pinto Fraústo (ACMRV/A-A/04/001, CMMRV/C-C/02/001).
- 56)** Ver (<http://www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/1127.pdf>)
- 57)** Até à eleição do Dr. António de Matos Magalhães, consultámos os livros de actas seguintes: AHMM, Mç 57, ACTAS DE VERAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/115, 116 e 117.
- 58)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/118, 1888.
- 59)** *Idem*
- 60)** Ver (<https://archive.org/details/cdigoadministra00portgoog>).
- 61)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/118, 1893.
- 62)** Consultadas as actas de vereação de 1913 e de 1914, verificámos que as comissões executivas eram compostas por cinco elementos.
- 63)** AHMM, Mç 00, ACTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA/ADMINISTRATIVA, CMMRV/B-E/01/001 (1911/02/09-1918/12/31) (“Câmara Municipal de Marvão, Comissão Executiva, Livro de Actas”) (Note-se que no interior do livro a comissão vem designada por administrativa até 1913).
- 64)** *Idem*(Note-se que a acta de 2 de Janeiro de 1914, se refere a uma sessão “da Câmara Municipal “ e não da Comissão Administrativa).
- 65)** *Idem*(Note-se que a partir de 8 de Janeiro as actas são das sessões da “Comissão Executiva”).
- 66)** *Idem*(Note-se que a partir de 18 de Janeiro as actas são das sessões da “Comissão Administrativa”; este livro acaba com a acta de 31 de Dezembro de 1918).
- 67)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/120 (1914/02/19-1926/07/16), (Note-se que este livro refere serem actas das sessões da “Câmara Municipal”).
- 68)** *Idem* (em 2 de Janeiro de 1918, no “Auto de posse”, aparece António Marques da Mota como ex-presidente da Comissão Executiva”).
- 69)** *Idem* (O livro salta do auto de posse de 3 de Janeiro de 1918 para o auto de posse de 2 de Agosto de 1919)
- 70)** *Idem*
- 71)** *Idem*
- 72)** Pesquisa da Dr.^a Catarina Bucho Machado enquanto responsável pelo AHMM (Fonte: CMMRV/B-A/01/136)
- 73)** Ver (<http://adptg.dglab.gov.pt/fundos-e-colecoes/notariais/concelho-de-marvao/>).



3

RUA DO ESPÍRITO SANTO



A Rua do Espírito Santo em plantas militares de 1765 (imagem superior) e de 1814

3. RUA DO ESPÍRITO SANTO

3.1 TOPONÍMIA

Obviamente que a rua colheu o nome da Igreja do Espírito Santo, privativa da Misericórdia que, no séc. XVI, se fundou na vila. Entre Novembro de 1910 e Setembro de 1945, a sua designação foi mudada, ao gosto republicano. Chamou-se, então, Rua 31 de Janeiro, em memória da primeira revolta republicana acontecida em Portugal, mais propriamente no Porto, em 1891.



*Rua do Espírito Santo, 9.X.1959. A fotografia traz nas costas uma quadra assinada por alguém de apelido Almeida:
"Esta vila afamada
Com seu Castelo sem igual
É uma página de glória
Na nossa História imortal"*

3.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Os registos efectuados nos róis de confessados, no século XVIII, apresentam-nos uma situação clara: a rua estava dividida em dois segmentos, pertencendo um deles à Paróquia de São Tiago e o outro à de Santa Maria.

E acontece, por vezes (1765), que o segmento sul se encontra registado, sem discriminação, na Rua da Porta da Vila, por ser a sua continuação, e o segmento norte, também sem discriminação, na Rua do Castelo, aparecendo, como título, Rua do Espírito Santo e Castelo.

No primeiro caso, o registo da Rua do Espírito Santo surge, na Paróquia de São Tiago, após o dos "prezos" (em número de 5), por sua vez antecedido do fogo da família do carcereiro com 3 residentes, logicamente na Travessa da Cadeia que, conseqüentemente, também está englobada na Rua da Porta da Vila. Estão registados 7 fogos com 32 residentes⁽¹⁾. Comparando com os registos referentes ao ano de 1766, onde já se discrimina a Rua do Espírito Santo⁽²⁾, contabilizaram-se aqui 6 fogos com 31 residentes, sendo que os cabeças-de-casal são os mesmos, o que prova que os referidos registos da Rua da Porta da Vila, a seguir à cadeia, pertenciam à Rua do Espírito Santo.

No segundo caso, em 1765, na Paróquia de Santa Maria, surgem as duas ruas juntas com 23 fogos, mas no registo de 1764, a Rua do Castelo está autonomizada e com 17 fogos, e no segmento norte da Rua do Espírito Santo constam 4 fogos habitados por 8 residentes⁽³⁾. Comparando os dois registos, detectámos duas coincidências de fogos, sendo que uma delas diz respeito a Jozé Godinho, "Go.r desta praça", com a propecta idade de 82 e 83 anos, acompanhado pelos mesmos criados. Outra informação importante é que num destes 4 fogos residia "Fran.º da Conceição andador da Miz." Estes dois registos conduzem-nos a uma hipótese: este velho Governador da Praça poderia morar na que é conhecida por "Casa do Governador", e o andador, ou seja, o pregoeiro, o homem de recados, poderia ocupar a pequena moradia que lhe está para norte, embora hoje sem porta, mas diferenciada pelo beirado e talvez pertencente, ao tempo, à Misericórdia. Ou então, o andador morava no piso térreo, autónomo, como veremos que aconteceu no século passado. Nada podemos provar. Mas talvez seja esta a origem (remota, convenhamos), da designação de "Casa do Governador". Voltaremos ao assunto mais abaixo.

Em resumo, fica-nos a convicção de que a actual Rua do Espírito Santo se dividia em duas partes. O segmento norte, pertencente à Paróquia de Santa Maria, com cerca de 4 fogos e 8 residentes (1764) que incluíam a chamada "Casa do Governador" e todo o edificado até à Travessa do Chabouco, que também dividiria, paroquialmente, a Rua de Cima; e o segmento sul, pertencente à Paróquia de São Tiago, com 6 fogos e 31 residentes (1766), constituído pelas casas de ambos os lados da rua até à Travessa da Cadeia.

Como profissões ou simples estados civis dos cabeças-de-casal desta rua, registaram-se (1764):

- No segmento sul, com 8 fogos e 34 residentes: João Glz de Carv.º, de 63 anos, Ajudante (do Governador da

RUA DO ESPÍRITO SANTO

Praça), D.ºs Rodz Fazendas Morgado (que foi Provedor da Misericórdia e tem o seu nome gravado num dos sinos da Igreja do Espírito Santo), de 34 anos, sem profissão registada, o D.ºr M.el de Faria Frausto, de 62 anos, 1 soldado, 1 tecelão, 1 pedreiro, 1 mulher solteira e outra casada com o marido ausente⁽⁴⁾.

- No segmento norte, com 4 fogos e 8 residentes: Joze Godinho Go.r desta praça, com 82 anos, Franc.º da Conceição, andador da Miz[ericórdia], 1 trabalhador e 1 viúva⁽⁵⁾.

Se saltarmos a nossa observação para o ano de 1796, encontramos 4 fogos no segmento sul, com 20 residentes, com o Juiz de Fora a residir no primeiro fogo registado⁽⁶⁾, e, no segmento norte, 3 fogos com 8 residentes, sendo um deles o andador da Misericórdia (Victorino Dias jnxado)⁽⁷⁾, o que indicia, tendo em conta que é a segunda vez que tal se verifica, a existência de uma casa deste lado da rua, pertencente à Misericórdia e de função para os andadores.

Vejamos a situação em 1814. No segmento sul temos 3 fogos com 9 residentes, onde consta o D.ºr Juiz de Fora M.el Montr.º da Fon.ca, de 28 anos, 1 pomareiro e 1 viúvo⁽⁸⁾. No segmento norte teremos que optar pelo ano de 1815, uma vez que no ano anterior este segmento foi agregado à Rua do Castelo. Então, são 2 fogos com 8 residentes tendo como cabeças-de-casal: João Dias Sarzedas e Luiza Antonia de Carvalho, ambos sem profissão ou ocupação registadas⁽⁹⁾.

3.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

3.3.1 CASA DOS APOSENTOS DOS MINISTROS OU DOS JUÍZES DE FORA E TAMBÉM DOS GOVERNADORES MILITARES

A história do primeiro edifício da Rua do Espírito Santo (n.ºs 1 e 1A) - recentemente reabilitado e constituindo hoje a mercearia (inaug. 2011) e a Estalagem de Marvão (inaug. 2013) -, corre paralela à das "Casas da Camara" que delas se separa pela Travessa da Cadeia. Era, de facto, uma casa de função camarária, pelo menos desde que os Juizes de Fora⁽¹⁰⁾ deixaram de deambular pela vila (Rua de João Garção⁽¹¹⁾, em 1763/64/84/85, Rua da "Corredoria"⁽¹²⁾, em 1776/78/79, Rua do Sabugueiro, em 1789⁽¹³⁾, e Terreiro⁽¹⁴⁾, 1793/94, só para dar alguns exemplos) e nela se instalaram definitivamente a partir de 1796⁽¹⁵⁾. Diga-se que a construção que chegou aos nossos dias deve datar de 1739, ano inscrito na verga de uma das janelas do 1º andar que dá para a Rua do Espírito Santo. O edifício aparece com as seguintes designações:

- "Casas do Concelho da apouzentadoria dos Ministros" (1832)⁽¹⁶⁾.
- "Casas que este Concelho possui na Praça desta Villa que servião de aposentadoria aos Juizes de Fora" (1853)⁽¹⁷⁾.



Janela sul do 1º andar da Rua do Espírito Santo n.º 1, com a datação insculpida no lintel (1739)

A partir do referido ano de 1796 e até 1835⁽¹⁸⁾, sempre os juizes de fora de Marvão residiram no primeiro edifício da Rua do Espírito Santo – à vista da Praça e a ela pertencendo como as medições de 1746 deixam entender -, com excepção para os anos de 1802/09/20/29/34 em que não existe qualquer registo destes altos magistrados de nomeação régia nos róis de confessados. Embora tal facto só prove que, na Quaresma daqueles anos, os juizes de fora não residiam, ou não estavam em Marvão. A partir de 1836 e até que as fontes que seguimos nos permitem a investigação (1844)⁽¹⁹⁾, passa a residir no primeiro edifício da Rua do Espírito Santo o Governador Militar. Estão registados os seguintes juizes e governadores:

- 1796: Dr. Juiz de Fora Fran.º Feliz da Motta Pinhr.º (de 32 anos)
- 1797: Dr. Juiz de Fora Luiz Gomes de Moira (de 28 anos)
- 1798: Dr. Juiz de Fora Luiz Gomes (de 29 anos)
- 1799: D.r Juiz de Fora Luiz Gomes Leitão (de 30 anos)
- 1800: D.ºr Juiz de Fora Luis Gomes Leitão de Mr.ª (de 38 anos)
- 1801: Fogo 61, D.ºr Juiz de Fora Ant.º Leite Ferr.ª Araujo

(de 35 anos) e no Fogo 62, o Gov.ºr da Praça Joze Joaq.m Salazar (de 67 anos)

- 1802: não consta o Juiz de Fora
- 1803: Dr. Juiz de Fora Ant.º Leite (de 37 anos)
- 1804: Dr. Juiz de Fora Ant.º Leite Ferr.ª Araujo (de 38 anos)
- 1805: Dr. Juiz de Fora Ant.º Leite (de 39 anos)
- 1806: Dr. Juiz de Fora Ant.º Leite (de 39 anos)
- 1807: Dr. Juiz de Fora Ant.º Leite (de 40 anos) (aparece na última casa da rua, mas antes da Cadeia e depois da Rua do Açougue)
- 1808: D.ºr Juiz de Fora Ant.º Leite Fer.ª Araujo Bravo (de 35 anos)⁽²⁰⁾
- 1809: não consta o Juiz de Fora
- 1810: D.r Juiz de Fora J.e X.er Mous.º da Silveira (de 28 anos), com D. Isabel Irmã (de 19 anos), D. Francisca Irmã (de 17 anos) e Maria Cr.ª (de 24 anos)
- 1811: D.r Juiz de Fora J.e X.er Mous.º (de 30 anos), com M.ª Ther.ª Cr.ª (de 59 anos) e também o Gov.ºr Inter.º Ant.º Vaz Velho (de 40 anos)
- 1812: D.r Juiz de Fora J.e X.er Mous.º da Silveira (de 28 anos, sic), com Ignez Ther.ª Cr.ª (de 60 anos) e Anna Joaq.ª Ceppa Cr.ª (de 18 anos)
- 1813: D.r Juiz de Fora M.el Montr.º da Fon.cª (de 27 anos)
- 1814: D.r Juiz de Fora M.el Montr.º da Fon.cª (de 28 anos)
- 1815: D.r Juiz de Fora M.el Montr.º Q.ma (de 29 anos)
- 1816: D.r Juiz de Fora M.el Montr.º da Q.mª (de 29 anos)
- 1817: D.r Juiz de Fora Joze Joaq.im Per.dº do Lago (de 46 anos)
- 1818: D.ºr Juiz de Fora J.e Joaq.im do Lago (de 47 anos)
- 1819: D.ºr Juiz de Fora J.e Joaq.im do Lago (de 48 anos)
- 1821: D.r Juiz de Fora Mathias Marques (de 37 anos) (no 2º fogo)
- 1822: D.or Juiz de Fora M.el M.ªs de Aguiar (de 26 anos)
- 1823: D.or Juiz de Fora M.el M.ªs de Aguiar (de 27 anos)
- 1824: D.r Juiz de Fora J.e Joaq.m Roiz Coelho (de 28 anos)
- 1825: D.r Juiz de Fora J.e Joaq.m Roiz Coelho (de 28 anos, sic)
- 1826: D.r Juiz de Fora J.e Joaq.m Roiz Coelho (de 30 anos)
- 1827: D.r Juiz de Fora Luiz Augusto Aires ? Perirt de Mird.ª (de 27 anos)
- 1828: D.r Juiz de Fora Luiz Aug.tº (Ayt?) De Periet (de 29 anos) (na Praça residia o Gov.ºr Joaq.m Caldr.ª do Crato (de 66 anos)
- 1829: não consta o Juiz de Fora
- 1830: D.r Juiz de Fora Fran.cº Alvz Per.ª Carnr.º (de 35 anos)
- 1831: D.ºr Juiz de Fora Per.ª Leal (de 36 anos)
- 1832: D.r Juiz de Fora Fran.cº Alvz Per.ª (de 37 anos)
- 1833: D.r Juiz de Fora Francisco Alvez Per.ª (de 38 anos)
- 1834: não consta o Juiz de Fora
- 1835: D.r Juiz de Fora Ant.º Pinto do Amaral (de 51 anos)
- 1836: Governador Matheus F. Roma? (de 53 anos)
- 1837: Matheus F(?) (Roma?) (Governador da Praça) (de 54 anos)
- 1838: Joze Antonio Roxo (de 30 anos) proprietário; no fogo seguinte: Joze Justino Teixeira Governador da Praça (de 47 anos)
- 1839: Joze Ant. Roxo (de 31 anos) proprietário; no fogo seguinte: Joze Faustino Teixr.ª Governador da Praça
- 1840: Joze Antonio Roxo (de 32 anos) proprietário; no fogo seguinte: Joze Justino Teixeira Gov.ºr da Praça (de 49 anos)

- 1841: Joze Ant.º Roxo (de 33 anos) proprietário; no fogo seguinte: Joze Justino Teixeira G.ºr da Praça (de 50 anos)
- 1842: Joze Ant.º Roxo (de 34 anos) propriet.º; no fogo seguinte: Joze Justino Teixeira Gov.ºr da Praça (de 51 anos)
- 1843: Joze Justino Teixeira G.ºr da Praça (de 52 anos)
- 1844: Joze Justino Teixeira G.ºr da Praça (de 55 anos, sic)

Consultados os “Tombos de bens do Concelho”⁽²¹⁾, não encontramos referência ao edifício nos documentos disponíveis – que não abarcam o período que vai de 1806 a 1865 -, mas que era de propriedade camarária e com a função referida provam-no os “Autos de arrematação e venda das Cazas que este Concelho possui na Praça desta Villa que servião de apozentadoria aos Juizes de Fora”⁽²²⁾. Este documento, de 12 folhas, é muito interessante porque elucida claramente o desenrolar de todo o processo. Inicia-se a 5 de Dezembro de 1852 e conclui-se com o “Termo de Depósito” da “quantia de duzentos mil e cem reis, metal” pelo arrematador “Francisco de Paula Sequeira Junior”. Encontramos este individuo, de 31 anos, a morar na “Rua de Sima”, na casa do sogro (“João Bap.tª Bott.º, cazado, proprietário”, de 44 anos), com a sua mulher Benta da Estrella, de 22 anos, no ano de 1844⁽²³⁾, e voltamos a localizá-lo, já com 46 anos, a residir no primeiro fogo registado na Rua do Espírito Santo, em 1860⁽²⁴⁾, com a sua mulher Benta da Estrella, agora com 37 anos, e com os seguintes filhos: João, de 11 anos, Francisco, de 9, Maria da Estrela, de 7, Maria Joze, de 5, Joze, de 2, e ainda com uma outra mulher, cujo nome não conseguimos ler, de 19 anos, referenciada como “Exposta”. Se dúvidas houvesse, fica assim provado, também por estes dados, que o edifício vendido pela Câmara em 1853, na Praça, com as funções referidas, é o mesmo com que se inicia a Rua do Espírito Santo. Mas poderíamos ainda acrescentar uma prova inquestionável baseada no “Novo Imposto das Janelas” introduzido pelo Decreto de 16 de Junho de 1832, segundo o qual os proprietários pagavam 120 réis por cada janela do rés-do-chão e 240 por cada uma dos pisos superiores. Assim, na colecta de 1833, no final do livro que consultámos, aparecem os edifícios públicos e a contabilização de janelas e respectivos impostos, arrolando-se as “Cazas do Concelho que servem de aposentadoria para os Ministros”, as quais pagavam por uma janela no piso térreo e por sete dos pisos superiores. Só o edifício da actual Estalagem apresentava este número de vãos antes da reabilitação: quatro janelas na fachada da Rua do Espírito Santo - com uma pequena janela térrea, só para iluminação, mas não praticável por pessoas, e que por isso mesmo não era taxada, tal como o não eram as frestas e óculos de iluminação de escadas - e três janelas superiores e uma térrea na Travessa da Cadeia⁽²⁵⁾. Note-se que também no edifício da Câmara Velha, e relativamente ao mesmo imposto, aparecem registadas seis janelas de altos (contando as duas da Travessa da Cadeia) e duas de baixos que correspondem às das celas da prisão.

Encontrámos, também, vários documentos que provam que alguns actos oficiais, de que se lavraram depois os respectivos “autos”, decorreram exactamente nesta casa onde o Juiz de Fora recebia os restantes participantes. Damos exemplo de três autos com a assinatura de José Xavier Mousinho da Silveira e do seu sucessor Manoel Monteiro da Fonseca Quaresma:

RUA DO ESPÍRITO SANTO

1) Auto da Camara de 3 de Março de 1810

Aos três dias do mes de Março de mil oito Cemtos e des annos nesta Villa de Marvão em Cazas do Comcelho e apouzentadoria do Doutor Juis de Fora Presidente Jose Xavier Mousinho da Silveira onde se achavão em autto de Camara com os Vereadores actuais Lourenço Marques Barrozo, Joaquim José Fazendas e o Procurador do Comcelho Francisco Gonçalves Ruivo Sendo todos juntos determinarão o seguinte (...)⁽²⁶⁾.

2) Camara de 21 de Fevereiro de 1810

Aos vinte e quatro dias do mes de Fevereiro de mil oito Cemtos e des annos nesta Villa de Marvão em Cazas de Residencia do Doutor Juis de Fora Presidente Jose Xavier Mousinho da Silveira aonde se achava presente o Vereador actual Lourenço Marques Barrozo, e não aSestio o Vereador Joaquim Fazendas por estar molesto e o Procurador do Concelho por estar fora determinarão o seguinte.

Na mesma Se despacharão algumas peticoes E por não haver mais que determinar fis este autto que aSignarão Antonio Silverio de Torres Fazendas Escrivão da Camara o escrevi.

Mous.º da Silv.rª / Barrozo⁽²⁷⁾.

3) Termo de juramento dado a Jose Fernandes por seu Paj (...) Fernandes

Aos oito de Novembro de mil oito Centos e doze nesta Villa de Marvão estando em Cazas de Sua morada o Doutor Juis de Fora Manoel Monteiro da Fonseca Quaresma⁽²⁸⁾ onde eu Escrivão vim (ahi se fez ?) o juramento dos Santos Vangelhos debaxo do qual lhe encarregou declare Sobre o dito Jose Fernandes q.e o gado de seu Paj tinha mal Contagiozo o que elle havendo jurado declarou não ter o gado mal contagioso e aSignou Com o dito Ministro Joaquim Antonio da Crus Escrivão da Camera Jose Fernandes⁽²⁹⁾.

3.3.1.1 ILUSTRES QUE VIVERAM NA CASA ANTES DE SER DE FUNÇÃO E MEMÓRIAS DO SÉC. XX

a) Ilustres

- Domingos Rodrigues Fazendas

Foi Provedor da Misericórdia, tendo o seu nome gravado num dos sinos da Igreja do Espírito Santo. Deverá ter residido no edifício como o prova o seu registo nos róis de confessados de 1753 e de 1770, figurando, respectivamente, em primeiro e em último lugar, o que poderá significar tratar-se da primeira casa de norte para sul ou o contrário. Em 1758 era vereador camarário⁽³⁰⁾. Em 1787 ainda residia na casa, com 59 anos de idade⁽³¹⁾.

- P.e João Augusto de Paula Sequeira

Era o prior de Santa Maria em 1902, contando com 52 anos⁽³²⁾. O registo consta na Travessa da Cadeia.

b) Memórias do séc. XX

Deixamos, por fim, algumas memórias interessantes sobre o edifício, todas elas enquadráveis no séc. XX:

Rua do Espírito Santo n.º 1

- Durante a II Guerra Mundial, funcionou no 1º andar do edifício a Comissão Reguladora, cuja missão foi o racionamento de víveres naquele período de extrema carência⁽³³⁾.

- No mesmo espaço funcionou a sede da primeira Casa do Povo de Marvão, cuja iniciativa de criação se deveu à Comissão de Melhoramentos da Vila⁽³⁴⁾, no que foi secundada pela Câmara.

- Foi também sede da Legião Portuguesa (documentado por fotografia).

Viveram no edifício:

- Uma das suas últimas proprietárias utilizava o edifício como casa de férias: Benta Serrano Afonso (professora primária), casada com o sr. Garção.

- No 1º andar, o casal Leandro e Teresa Rosado.

- No 2º andar, o casal José e Maria Alves.

- Última residente: Emília Bugalhão.

Rua do Espírito Santo n.º 1A

- Há cerca de 50 anos, faziam-se ali os despachos do correio para o caminho-de-ferro; era a D. Lurdes Efe que exercia essa função, sendo o Sr. Miranda que transportava as encomendas para o comboio.

- Também ali funcionou a oficina do “Manuel cesteiro”, sogro do Sr. António Moura Andrade, pai da D. Deolinda⁽³⁵⁾.



Edifício da Rua do Espírito Santo n.º 1 (entre 1939 e 1956), aí funcionando a Casa do Povo e a Legião Portuguesa

3.3.2 CASAS DO CONCELHO OCUPADAS COM OS OFICIAIS DA COMARCA E COM A TROPA

O edifício que se encontra adossado (n.ºs 3 e 3A), para norte, ao anterior, aparece designado nos lançamentos do imposto das “Décimas”, em 1820 e em 1832, respectivamente, como:

- “Ditas [cazas] do Concelho ocupadas com a Tropa”⁽³⁶⁾
- “Cazas do Concelho servem de aquartelar os officiaes da Tropa”⁽³⁷⁾

Trata-se, portanto, como o anterior edifício, de uma propriedade camarária ou aforada à Câmara, de função militar, destinada a oficiais. Como referimos atrás, após a desafecção do anterior edifício aos juizes de fora, nele passou a residir o Governador Militar. Pois neste estariam outros oficiais, e entre os dois existia uma porta, hoje emparedada, no segundo andar, sendo de referir três chaminés com fornalhas, duas delas no primeiro andar.

Tal como provámos para o edifício anterior, também o “Novo Imposto das Janelas” identifica claramente este prédio urbano, ao referir que as “Ditas do Concelho aonde se aquartelão os officiaes da tropa que vem de guarnição para esta Villa” pagavam por quatro janelas dos pisos superiores, não arrolando nenhuma no térreo. É essa a constituição da fachada em apreço, ainda hoje, e nenhuma outra da Rua do Espírito Santo apresenta tal constituição⁽³⁸⁾. Recuando um pouco mais no tempo (1787), demos conta que nas “Fazendas e Propriedades pertencentes ao Sm.mº Sacram.tº da Ig.ª de S. Thiago desta Villa de Marvão”, irmandade aí instituída pelo bispo de Portalegre em 1784, detentora dos bens que provieram das confrarias de Nossa Senhora do Rosário e do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santa Maria, aparecem “Humas Cazas grandes na Rua do Esp.tº S.tº, que partem com cazas do Dr. Leandro Joze de Faria Frausto, e com outras de Ant.º de Barros Castelbr.º da V.ª de Cast.º de V.e (...)”⁽³⁹⁾. Estas Cazas estão hoje em poder do Concelho desta V.ª, q.e as comprou p.ª Pouzada dos Officiaes da Cabeça da Comarca, e para dellas desmembrar hum pedaço incorporado nas dos Juizes de Fora da V.ª⁽⁴⁰⁾. Tal significa que antes do edifício ser ocupado pela tropa, fora da propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento e, posteriormente, comprado pelo Concelho para nele instalar os officiaes de justiça da Comarca de Portalegre quando se deslocavam a Marvão. A referência a se ter desmembrado parte desta casa para se integrar na dos Juizes de Fora, pode ainda hoje provar-se pela referida porta de comunicação. Mas nem tudo é claro, porque, posteriormente ao referido ano de 1787, aparece, nas contas da irmandade, nas receitas, nos anos de 1807/8 e até 1842, bem como no ano de 1844, o arrendamento das casas ao município: “Pelo que pagou a Camara Municipal a q.tª de dois mil quatro sentos Rs pelo foro das Cazas dos Officiaes Vencido em 31 de Dezembro de 1844”⁽⁴¹⁾ (2400 réis). Este tipo de confusão advém - não sabemos se é o caso -, do facto de, com alguma frequência, os documentos não especificarem, claramente, se se trata da propriedade, em si mesma, se do respectivo usufruto a que corresponde o foro.

Consultado o rol de confessados de 1787, da Paróquia de

São Tiago, constatamos que o Dr. Leandro Joze de Faria Fragusto está referido, mas não o proprietário Ant.º de Barros Castelbr.º, o que significará que a casa deste se encontrava arrendada, muito provavelmente a Domg.ºs Roiz Fazendas, que consta logo no primeiro fogo registado⁽⁴²⁾. Existem, no referido rol, mais dois fogos, onde viviam, isolados, um viúvo e uma solteira.

3.3.2.1 MEMÓRIAS ORAIS PARA O SÉC. XX

Rua do Espírito Santo, n.º 3
- Taberna da Tia Maria Francisca, de que ainda existe o balcão⁽⁴³⁾.

Sobre o edifício do outro lado da rua, Rua do Espírito Santo n.º(s) 2 e 4.

- Aqui se vendia o leite produzido na vacaria instalada no n.º 4 da mesma rua, debaixo do arco. Neste edifício morava o Sr. António Vidal (Grilo de anexim) que tinha a taberna com porta a dar para a praça (espaço onde desemboca a Rua de Cima, sem número de polícia). Vendeu a taberna ao Sr. José Machado e só depois o edifício foi comprado pelo actual proprietário, Sr. Manuel Joaquim Gaió⁽⁴⁴⁾.

3.3.3 O EDIFÍCIO “DOS CORREIOS” E O ARCO GÓTICO

Trata-se de um dos maiores edifícios da vila (n.º 5 com mais três portas não numeradas), com 3 pisos, constituindo o 2º andar um aproveitamento do sótão, conforme o seu frontispício deixa ver através do posicionamento de três vãos, com os lintéis a coincidir com o beirado. De notar que duas das cinco janelas estão emparedadas e mais baixas, podendo corresponder a um edifício original que foi posteriormente englobado no que chegou aos nossos dias. Aliás, note-se ainda que o cunhal norte apresenta uma decoração em massa que não sobe até ao beirado, marcando, muito provavelmente, a primitiva cimalha do edifício. O 1º andar apresenta três janelas de sacada, com a central a apresentar moldura diferente das outras duas, estando o ensoleiramento marcado por uma faixa de granito característica do séc. XVII. Possui quintal a que se adossou a Fonte do Concelho, já no Largo do Espírito Santo.

3.3.3.1 MEMÓRIAS ORAIS PARA O SÉC. XX

Como memória recente, falemos do antigo e depois remodelado Posto dos Correios, onde trabalhou a D. Elvira Silva até ao princípio dos anos de 1990 - mulher do Sr. Joaquim da Silva Pires -, vivendo com sua mãe no 1º andar do edifício. No 2º andar/sótão dispunham os proprietários, a dar para o quintal, da sua residência de férias e arrendavam ainda uma outra parte do sótão, a sul, ambas com entrada pela Rua do Açougue⁽⁴⁵⁾.

3.3.3.2 IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO EM 1820 E EM 1833: “FREI JOÃO ESTACO MOURATTO”⁽⁴⁶⁾

A escala do edifício induziu-nos a curiosidade sobre a identificação do seu proprietário. Através do Imposto da

RUA DO ESPÍRITO SANTO

Décima que seguia, diga-se, os róis de confessados como documentos base de registo de residentes, podemos aproximar-nos de uma hipótese fundamentada quanto ao proprietário deste edifício no ano de 1820. Com efeito, o documento que podemos invocar divide a rua em lado esquerdo e direito, sendo que este último apresenta oito propriedades, constituindo as duas últimas, a “da aposentadoria dos Menistros” e a “do Conçelho alugadas com a Tropa”, que não pagavam Décima por serem de propriedade/ocupação camarária, como vimos atrás. Esta informação identifica-nos o lado poente da rua, exactamente o que nos interessa. Ora antes destas duas casas, aparecem registadas duas outras que referem o proprietário: “Cazas do Reverendo Prior da Matris alugadas a Joaquim Antonio” e “Ditas do mesmo em que vive” (o referido prior)⁽⁴⁷⁾. E não nos devemos enganar na correspondência entre edifícios e proprietário porque, sendo o maior edifício de propriedade privada, era também o que mais pagava de imposto: 190 réis⁽⁴⁸⁾. O seu dono era, então, o Prior de Santa Maria que, de 1814⁽⁴⁹⁾ a 1832⁽⁵⁰⁾, dava pelo nome de João Estaco Mourato.

Através do registo do “Novo Imposto das Janelas”, encontramos em 1833, na Rua do Espírito Santo, no lado esquerdo, dois edifícios registados em nome do Reverendo Prior da Matriz. O que pagava mais imposto faz referência a seis janelas dos pisos superiores e duas do piso térreo⁽⁵¹⁾. O que pagava menos indica uma janela do piso térreo e uma outra no superior⁽⁵²⁾. O maior, não pode deixar de ser o mesmo prédio urbano referido no Imposto da Décima, uma vez que antes da última reabilitação, de parte do piso térreo, para Posto dos Correios, ele apresentava, de facto, duas janelas de rés-do-chão, uma delas resultando do emparedamento de metade de um vão de porta (ver a primeira foto do ponto 3.3.3.3.1.). É verdade que se trata de uma fotografia do séc. XX, mas abre uma forte possibilidade da fachada ter aqueles vãos no período a que nos reportámos do séc. XIX. Quanto às janelas dos pisos superiores, ainda lá estão as seis. Mas, nem tudo é claro: aparece um registo, entre as duas propriedades do Prior da Matriz, com cinco janelas superiores e uma no piso térreo; era ocupado por uma senhora de nome Theresa Jesus, viúva, que poderá ser a mesma referida no Imposto da Décima com o nome de Theresa Maria, viúva. Mas noutra fonte, faz-se, definitivamente, luz: encontramos um litígio entre o prior e a Câmara a propósito de obras ilegais que o mesmo estava a fazer junto à sua casa, frente à Misericórdia, o que o identifica novamente como o proprietário do edifício em causa:

Nesta Detreminaraõ: que seja notificado o Reverendo Prior da Matris Frei Joaõ Estaço Mouratto, para mais não continuar a levantar as paredes do tapume que fica em frente da Misericórdia desta mesma, nesse tempo o podera cobrir de telha, e ficara do mesmo modo em que se acha não cauzando prejuizo a treceiros e continuando se lhe sera demolido tudo a sua custa⁽⁵³⁾.

Vejamos quem era este Reverendo Prior da Matriz. Através do seu testamento⁽⁵⁴⁾, ficamos a saber que era natural de Marvão e irmão de José Estaço Mourato, prior da Igreja de São Tiago de Castelo de Vide. Outro familiar, que não refere o grau de parentesco, era o Capitão de Ordenanças de Marvão, Manoel Estaço Mourato. Foram estes dois, os nomeados como seus universais herdeiros e testamentários.

João Estaço Mourato foi um considerável proprietário que, para além das mencionadas propriedades na Rua do Espírito Santo, do lado poente, tinha, na mesma rua, do lado nascente, outros dois edifícios. Ambos aparecem referidos quer no Imposto da Décima quer no Imposto das Janelas e, em 1833, estavam fechados. Tinham ambos uma janela nos altos e outra nos baixos⁽⁵⁵⁾. Para além destas casas na Rua do Espírito Santo, era também proprietário de uma outra na Rua de Cima⁽⁵⁶⁾. Refira-se ainda que o mesmo proprietário aparece registado no “Lancamento dos prédios rústicos desta Villa” com “fazendas que possui e aRendou por setenta mil reis Decima (?) mil reis”, e ainda a pagar este imposto por “fazendas que possui e arrendou por trinta mil reis Decima três mil reis” em Castelo de Vide⁽⁵⁷⁾. Como veremos de seguida, tinha também uma casa na Arranjinha. Para um religioso, e necessariamente da Ordem de Malta, por pertencer a esta ordem o direito de apresentação do prior de Santa Maria (Frei João Estaco Mouratto⁽⁵⁸⁾), não seria o melhor exemplo de despojamento de bens materiais. Aliás, o seu testamento⁽⁵⁹⁾ - feito em Almada, a 13 de Junho de 1833, quando seguia o Batalhão de Voluntários Realistas de Portalegre, como capelão, e se encontravam a ser fortemente atacados pelas tropas liberais – prova, de facto, a sua riqueza⁽⁶⁰⁾. E também nos deixa perplexos quanto à sua avidez por dinheiro, ao deixar a seguinte declaração no livro da Fábrica da Matriz, reclamando 2/3 do saldo apurado em vários anos. Perceba-se que as irmandades que zelavam pelas respectivas igrejas recolham esmolas e variadas dádivas e contribuições regulamentares destinadas à conservação e melhoramento das suas igrejas.

Julgo que a fabrica da minha Igreja me está devendo os dous terços de sincoenta e hum mil trezentos e trinta e sinco digo e sincoenta e sinco que para clareza faço esta declaração em q. me assigno St.ª Maria de Marvão, 18 de Julho de 1822, O Prior João Estaço⁽⁶¹⁾.

Para além de grande proprietário, o prior da matriz também ficou conhecido pelas suas ideias absolutistas, tomando abertamente partido por D. Miguel. Na eleição dos procuradores dos concelhos às Cortes de 11 de Julho de 1828 – onde D. Miguel foi aclamado rei, depois de ter usurpado a regência a sua irmã, a Infanta D. Isabel Maria de Portugal, que governava pela sobrinha, futura Rainha D. Maria II, filha de D. Pedro IV -, foi eleito procurador, com o Dr. Joaquim José de Matos Magalhães, também absolutista. A ordem para se proceder a eleições está registada em auto:

Auto de Carta Regia de seis de Maio (...) detremina, que esta Camara proceda a eleição de Procurador, ou Procuradores conforme pertencer a esta Villa (...) mas igualmente se fizesse publico os artigos das mesmas Instruções, em que se declaraõ quais são as pessoas que tem voto, e que devem concorrer a mesma eleição (...) para as referidas Cortes⁽⁶²⁾.

Estas instruções eram extremamente restritivas, para assegurarem que os procuradores fossem miguelistas. Os candidatos admitidos eram claramente identificados com o Absolutismo e aparentados entre si. O Prior da Matriz usava abertamente o púlpito para enaltecer D. Miguel e, juntamente com seu primo, o Tenente Joaquim Antonio Estaco, que comandava a Companhia de Milícias em Marvão, já participara na aclamação de D. Miguel na vila, após um *Te Deum*, no dia 20 de Abril de 1828⁽⁶³⁾.

Vejamos os esperados resultados eleitorais:

Auto de Elleição de Procuradores para as Cortes dos três Estados Convocadas pela Carta Regia de seis de Maio de 1828 (...) aos vinte e hum dias do mez de Maio (...) cairão eleitos pela maioria de votos para Procuradores deste Concelho o Reverendo Prior da Matris Frei João Estaco Mouratto, e o Doutor Joaquim Joze de Mattos Magalhaes, aquelle com vinte e oito votos, e este com vinte e quatro, o Padre Joaquim Ignacio de Mattos Mouzinho quatro votos, o Tenente Joaquim Antonio Estaco com dous votos, e o Padre João de Mattos Magalhães hum voto (...)⁽⁶⁴⁾.

Diga-se, em abono da verdade, que a maioria da governação municipal já havia aderido a D. Miguel.

Auto de Camara de 23 de Abril de 1828.

Aos Vinte três dias do mez de Abril (...) Doutor Juis de Fora Luis Augusto d'Ayet de Perier e Mendonca Presidente da mesma, e os Vereadores actuaes Joze Fernandes Botelho, Joze Carrilho Videira, Henrique de Torres Caldeira, e o Procurador do Concelho Christovaõ Luis Forte ahi em acto de Camara determinarão o seguinte. Neste auto disserão os Vereadores, e Procurador deste Concelho, que era de sua vontade se Aclamasse Rej Absoluto o Senhor Infante Dom Miguel e assignaraõ. Botelho / Videira / Chtv^o Forte⁽⁶⁵⁾

Seguidamente, no mesmo auto, o Juiz de Fora lavra uma declaração de adesão à causa miguelista e assina⁽⁶⁶⁾.

A acta seguinte, de 30 de Abril, dá-nos conta que o desejo da Câmara fora cumprido e que tinha sido aclamado pelo (...) Clero, Nobreza, a guarnição da Praça o Governador addido Joze de Abdrade e Souza (...) e mais Povo (...) pelas Ruas e lugares públicos desta Villa, Rej absoluto destes Reinos o Serenissimo Senhor Infante Dom Miguel (...)

⁽⁶⁷⁾.

No "Auto de Camara de 12 de Maio de 1828", reúnem-se novamente os três estados de Marvão para ouvirem ler a "Portaria do Serenissimo Senhor Infante (...) datada de cinco do corrente mez de Maio (...) afim de se restabecer a Ordem". Neste adjunto e respectivo auto, aparece a assinatura do nosso protagonista que assina Prior João Estaço.

As perseguições aos liberais teriam que acontecer. Damos conta de uma delas que motivou um "Auto de Camara extraordinária do primeiro de Junho de 1828"⁽⁶⁸⁾. Tratava-se do marvanense Pedro Antonio Garção de Mattos que, entre outras acusações, constava a de ter "derrubando as Luminarias das janelas, prometendo medalhas de cortiça, aos Acclamadores, e ameaçando e intimidando, a todos os que davaõ Vivas a Sua Magestade"⁽⁶⁹⁾. Uma outra perseguição, perpetrada pelo próprio Prior da Matriz, vem descrita na sentença que lhe subtrai propriedades a favor da indemnização a que foi obrigado, por actos de pura destruição cometidos contra uma família que não comungava dos seus ideais. Nesta altura, já estava preso no Limoeiro. Vejamos o documento datado de 1836:

Juizo de Direito, Do 1º Destricto, Lisboa, Sentença Cível de Adjudicação pata Titullo, e Posse passada a favor de D. Maria da Apresentação Torres Fazendas para por virtude della tomar Posse de huma Propriedade de Cazas na Villa de Marvão = Huma Tapada Denominada de Fonte da Fisca = Outra Tapada Denominada do Franqueiral, tudo situado na mesma Villa, ou Seu termo, o que tudo lhe foi adjudicado Com o benefício de Ley, e em que havia Sido penhorado o Padre João Estaço Moratto por

Execução de divida (...) pelo Refferido tempo foi as ditas Fazendas com homens preparados de Instrumentos proprios e na primeira lhe mandadarão cortar pelo pé hum bello Olival e na Segunda lhe mandarão incendiar e destruir pelo fogo humas cazas de Altos e baixos e na terceira cortar muitos castanheiros manços e bravos Fazendo praticar os Corttes Rentes do chão e para mais completa Destruição e tudo acompanhado de derrubamentos de paredes e outros Exceços (...) Provara que estes atentados os praticou Sem que a Autora lhe dese cauza Alguma e só por Seu mao Character e genio malfazeijo (?) de Espirito de partido e de Vingança por ser elle hum encarnisado Sequaz da usurpação e do Trono, e ser que a suplicante e Seus parentes seguiu a boa cauza da Nova Augusta, e adorada Rainha. Procura que nestes termos comfforme o Direito e Justiça Deve Reparar aquelles dannos pagando o vallor deles Sem Diminuição Nenhuma na impporttança Total de Sette Centos e setentta e dois mil Duzentos reis em que foi avaliado nos Exames procedidos a Requerimento da Suplicante (...)⁽⁷⁰⁾.

Após o triunfo liberal, o Prior da Matriz sofreu várias perseguições – refugiando-se, por vezes, num subterrâneo que mandara escavar na sua casa da Arranjinha – e acabou, como já referimos, na prisão do Limoeiro, em Lisboa, onde, segundo informações que Laranjo Coelho colheu de pessoas idosas do concelho, morreu envenenado⁽⁷¹⁾. Terá falecido em 1842, uma vez que foi neste ano que foi apresentado o seu testamento, por Josepha Garçoa, ao Regedor da Freguesia de São Tiago, Victor Lopes de Carvalho.

3.3.3.3 O ÚLTIMO PROPRIETÁRIO DOS DOIS EDIFÍCIOS LIGADOS PELO ARCO: CEZAR DINIZ BASTOS DOS REIS



Fotografia de Cezar dos Reis publicada na revista Expansão Portuguesa de 1935

Queremos aqui registar, também, o nome do último proprietário a quem pertenceram o edifício em questão, o arco e a casa a que este se encontra ligado, do outro lado da rua. Foi Cezar Diniz Bastos dos Reis (Macau, 1881 - Marvão, 1947) que exerceu as funções de Chefe de Secretaria da Câmara (posse a 28 de Julho de 1919) e de Farmacêutico Municipal (posse a 29 de Dezembro de 1919). A primeira acta de vereação que assina como tal é a de 20 de Outubro de 1919, e a última que redige, mas que já não chega a completar por motivo de doença, é a de 1 de Fevereiro de 1941. Sucedeu na referida chefia a Francisco d'Ascensão

RUA DO ESPÍRITO SANTO

Ribeiro, que pedira a exoneração, sendo nomeado interinamente para ocupar o cargo a 28 de Julho de 1919 e, efectivo, a 13 de Outubro do mesmo ano. Lembramos já termos falado de Cezar dos Reis, quando tratámos, no capítulo II, a reconstrução do pelourinho, fundamentada a partir da sua recolha de testemunhos orais.



Da esquerda para a direita, Cezar dos Reis, sua mulher Christiana Celeste Pacifico Silva, sua cunhada Maria da Conceição e seu irmão Artur Gerardo. Fotografia tirada no quintal da casa (18 de Setembro de 1939)

Na sua longa permanência como Secretário da Câmara (1919-1941), Cezar dos Reis atravessa três regimes políticos nacionais: o primeiro, da I República, com o qual sempre se identificou, e as ditaduras seguintes, Ditadura Militar (1926-1928), Ditadura Nacional (1928-1933) e Estado Novo (i. 1933). Pela leitura do Livro do Cadastro dos Funcionários do município (existente na actual secretaria), a conclusão que se tira é que sempre foi considerado competente e objecto de múltiplos louvores, o que só abona em favor da sua integridade e competência profissionais. Assim:

- Em 1929 “pediu uma sindicância aos seus actos como Chefe de Secretaria, pedido que foi indeferido nos seguintes termos: - Indeferido. Esta Câmara só tem a louvar o Chefe de Secretaria pelo zelo que sempre tem mostrado no exercício das suas funções”.

- Em 1930 mereceu um louvor da Câmara pela maneira como desempenhou a missão de ser seu “delegado no Congresso das Câmaras Municipais realizado em Lisboa (...) evidenciando sempre as suas comprovadas competências, muito zelo e elevado patriotismo”.

- Em 1931, novo louvor, desta feita, “pela grande dedicação e esforços empregados para realçar mais uma vez as riquezas deste concelho” na “Exposição Distrital”.

- Ainda em 1931, mais um voto de louvor “pela atitude que muito o nobilita de espontaneamente sacrificar os seus interesses pessoais, na qualidade de Ajudante do Registo Civil, declinando este cargo a favor do Notário recentemente nomeado (...) mais uma prova do seu acentuado amor pelo progresso desta terra, à qual desde sempre tem

dedicado o melhor dos seus esforços de elevado critério”.

- Em 1932 foi novamente louvado “pelo brilhantismo da recepção aqui feita ao venerando Chefe do Estado (...)” que muito se ficou a dever ao Chefe de Secretaria que “mais uma vez pôs em evidência o seu grande bairrismo, e o seu muito amor a esta terra”.

- Em 1934 foi louvado “pela forma inteligente como, na comemoração da data, para os marvanenses, bem gloriosa, do 24 de Janeiro, procurou levantar bem alto o nome de Marvão”.

- Ainda no mesmo ano de 1934, foi objecto de um voto de louvor “pelo cuidado, proficiência e diligência empregados no trabalho de dactilografar o trabalho do coronel de Artilharia Henrique de Campos Ferreira Lima, intitulado “Marvão nas Campanhas da Liberdade”, tendo executado de *motu proprio*, aquele trabalho de dactilografia a fim de ser mais fácil e rápida a sua composição e impressão”.

- Em 1934/5 registou-se um incidente entre Cezar Reis e o então Presidente da Câmara José Domingos de Oliveira a propósito do recenseamento eleitoral para as eleições (não democráticas, obviamente) de 16 de Dezembro de 1934. O Presidente era o correspondente de “O Diário da Manhã” e escrevera um artigo referindo que não tinham votado 152 eleitores, em Santo António das Areias, por não estarem inscritos nos cadernos eleitorais, situação que atingia o Secretário da Câmara. As actas de vereação de 26 de Dezembro de 1934 e de 9 de Janeiro de 1935 dão conta do diferendo, com troca de cartas lidas nas sessões. Cezar dos Reis desculpava-se com o facto de os cadernos eleitorais serem elaborados (à luz do Decreto n.º 23.406) com os dados fornecidos às Câmaras pelas Juntas de Freguesia. José Domingos de Oliveira garantia que não queria atingir ninguém, mas apenas “tornar bem evidente o apoio dado ao governo por todo o povo que acorreu em massa às assembleias”. O acidente acabou por ficar sanado com a retirada, por ambos, das palavras mais acaloradas então usadas. Investigando as respectivas actas de vereação, ficamos com a ideia de que, aparentemente, a questão não traduzia qualquer diferendo de cariz político.

- Em 1935 Cezar Reis foi advertido pelo Presidente da Câmara (sessão de 17 de Julho de 1935) de que deveria ter dado conhecimento, na gerência anterior, “das suas providências sobre a ilegalidade do imposto de exportação para Espanha”. Pensamos que em consequência desde episódio, os serviços de Secretaria e Tesouraria, referentes ao ano de 1934, foram inspecionados, ficando exarado o seguinte parecer do inspector: “Atentamente examinados os serviços verificámos ter havido, da parte dos seus executores, grande desejo de acertar e de bem normalizar a sua execução que muito embora não seja, em absoluto, isenta de reparos, se pode considerar regular.

— As pequenas faltas e erros encontrados, em nada diminuem o conceito formado no meu espírito de que o Chefe de Secretaria (Reis) e o Tesoureiro, que é também o da Fazenda Pública (...), são indubitavelmente, funcionários inteligentes e trabalhadores. O inspector António de Pádua Santos”. Em conclusão, as referidas “providências” tomadas por Cezar Reis acabaram por ser sancionadas pela inspecção.

Como farmacêutico, Cezar dos Reis possuía o respectivo estabelecimento na própria casa, com entrada pelo Rua do Açougue, onde fazia/aviava os medicamentos⁽⁷²⁾.



Farmácia Bastos dos Reis

DIRECTOR TECNICO:

César Diniz Bastos dos Reis

Medicamentos, artigos cirúrgicos e especialidades farmacêuticas, e águas medicinais

MARVÃO

Os filhos de Cezar dos Reis, Maria Alcina, Maria Celeste e Mário Diniz, à porta do quintal da Rua do Açougue, através do qual se acedia à Farmácia que também vendia "Estampilhas" para os correios. Em cima, anúncio da farmácia na revista Expansão Portuguesa, de 1935, p. 57

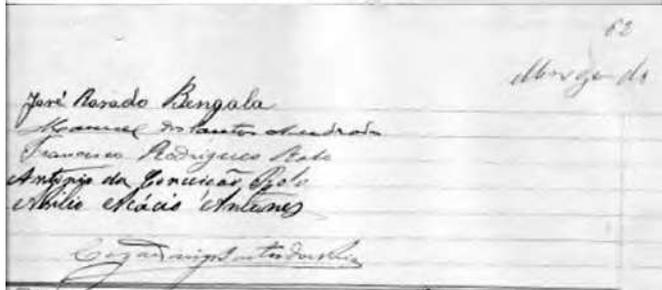
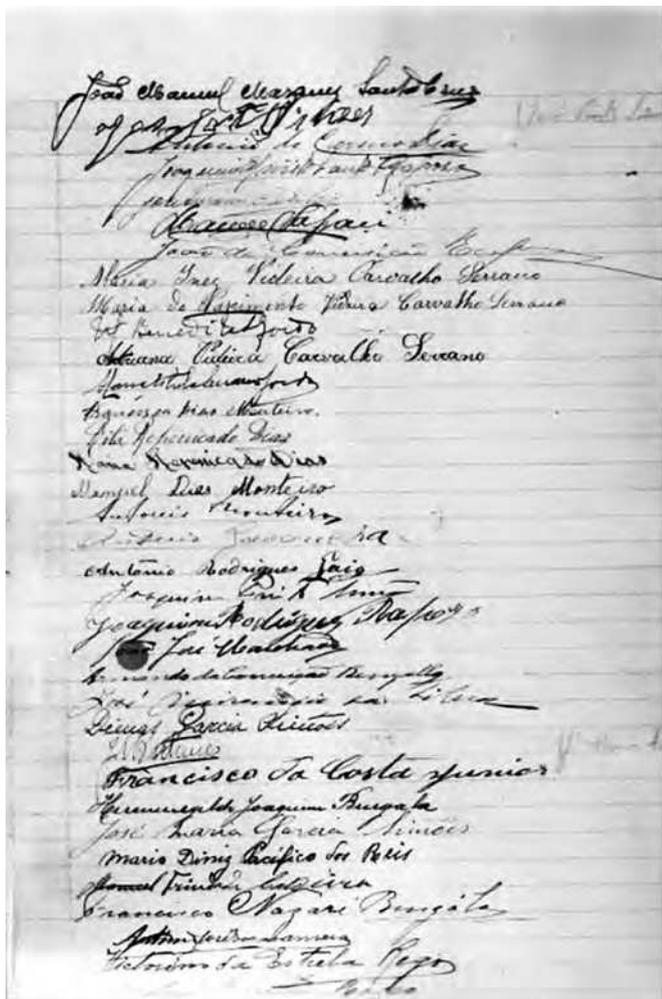
Herdando, segundo o próprio, o republicanismo de seu pai, Cezar dos Reis deu provas da sua veia republicana ao proferir um dos discursos de homenagem a José Carrilho Videira, no dia 25 de Agosto de 1925, quando a Câmara comemorou os vinte anos do seu passamento, descerrando-lhe um retrato. Usaram também da palavra, João de Brito, António Rodrigues Curvelo e José Domingos de Oliveira. A sessão foi presidida pelo Governador Civil, na altura, o Dr. Emílio Carita Polido, sendo organizada pelo Presidente da Comissão Executiva, João da Conceição Rapozo. Foi elevado o número de pessoas presentes ao acto, a avaliar pelas que fizeram questão de assinar a acta da sessão solene: Emílio Carita Polido, João de Brito, António Rodrigues Curvelo, Jaime B. Marques, Manoel Joaquim, Jose Luis Forte Ramilo, Jose António Simões, Jerónimo de Oliveira, Augusto Mota Simões, José Maria Rolo, José Domingos de Oliveira, José Tomás Gordo, Joaquim Dionizio Serrano, Bento João da Motta, José Augusto Simões, João Batista Mouro, Francisco António Serrano, Júlio da Conceição Bengala, José Maria Garcia, João Pinto (?), João Francisco da Fonseca, Manoel Denis Forte, Joaquim António Oliveira, João Manuel Marques Santa Cruz, (ilegível), António do Carmo Dias, Joaquim Espírito Santo Raposo, José António da Silva, Manoel da

Graça, João da Conceição Raposo, Maria Inez Videira Carvalho Serrano, Maria do Nascimento Videira Carvalho Serrano, Manuel Benedito Gordo, Adriana Videira Carvalho Serrano, Maria Estrela Serrano Gordo, Francisca Dias Monteiro, Rita Repenicado Dias, Maria Repenicado Dias, Manuel Dias Monteiro, António Monteiro, António Gavancha, António Rodrigues Gaio, Joaquim Pinto Simões, Joaquim Rodrigues Rapozo, João José Machado, Armando da Conceição Bengalla, José Miranda da Silva, Dimas Garcia Simões, J. Antunes, Francisco da Costa Júnior, Hermenegildo Joaquim Bengala, José Maria Garcia Simões, Mário Diniz Pacifico dos Reis, Manuel Trindade Caldeira, Francisco Nazaré Bengala, António José Escarameia, Victorino da Estrela Rego, António Magro, José Rosado Bengala, Manuel dos Santos Andrade, Francisco Rodrigues Rolo, António da Conceição Rolo, Abílio Acácio Antunes e Cezar Diniz Bastos dos Reis.

Acta da sessão solene para inauguração do actual do Instituto publico, desta municipalidade, e grande presença da Republica, José Carrilho Videira.

António Rodrigues Curvelo
João de Brito
José Carrilho Videira
José Luís Forte Ramilo
José António Simões
Augusto Mota Simões
José Maria Garcia
João Pinto
João Francisco da Fonseca
Manoel Denis Forte
Joaquim António Oliveira
João Manuel Marques Santa Cruz
António do Carmo Dias
Joaquim Espírito Santo Raposo
José António da Silva
Manoel da Graça
João da Conceição Raposo
Maria Inez Videira Carvalho Serrano
Maria do Nascimento Videira Carvalho Serrano
Manuel Benedito Gordo
Adriana Videira Carvalho Serrano
Maria Estrela Serrano Gordo
Francisca Dias Monteiro
Rita Repenicado Dias
Maria Repenicado Dias
Manuel Dias Monteiro
António Monteiro
António Gavancha
António Rodrigues Gaio
Joaquim Pinto Simões
Joaquim Rodrigues Rapozo
João José Machado
Armando da Conceição Bengalla
José Miranda da Silva
Dimas Garcia Simões
J. Antunes
Francisco da Costa Júnior
Hermenegildo Joaquim Bengala
José Maria Garcia Simões
Mário Diniz Pacifico dos Reis
Manuel Trindade Caldeira
Francisco Nazaré Bengala
António José Escarameia
Victorino da Estrela Rego
António Magro
José Rosado Bengala
Manuel dos Santos Andrade
Francisco Rodrigues Rolo
António da Conceição Rolo
Abílio Acácio Antunes
Cezar Diniz Bastos dos Reis

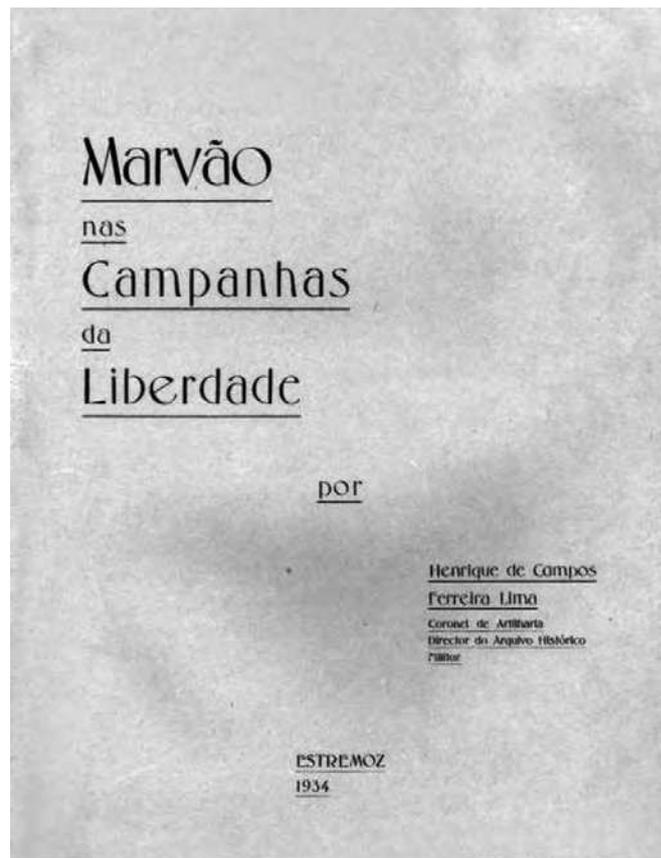
RUA DO ESPÍRITO SANTO



As 64 assinaturas de republicanos que estiveram presentes na homenagem a José Carrilho Videira e que assinaram a acta a que já fizemos referência no capítulo VI

Em 1935 torna-se correspondente do jornal *Brados do Alentejo* de Estremoz. Este periódico tinha sido fundado sob o lema “Alentejo, conhece-te e dá-te a conhecer”, em 1931, pelo médico e grande republicano oriundo do Crato, Dr. José Lourenço Marques Crespo (1872-1955). Recusando cargos políticos de topo que sempre estiveram ao seu alcance, este médico foi Administrador do Concelho de Estremoz, Procurador à Junta Geral do Distrito de Évora pelo Partido Republicano Português e Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, presidindo aos destinos municipais até ao golpe militar de 28 de Maio de 1926. Já depois do 25 de Abril de 1974 (mas logo em Dezembro), o seu busto foi trasladado da Mata Municipal (onde fora implantado em 1963) para a Rua 5 de Outubro e, em 1981, foi homenageado como “cidadão honorário de Estremoz” a título póstumo. E a actividade jornalística de

Cezar dos Reis nos *Brados do Alentejo* começa em 1934/35, com a publicação de vários artigos sobre “Marvão nas campanhas da liberdade: 1833-1834”, da autoria do Coronel Henrique Lima, que ele próprio dactilografou – como atrás se refere - e carrou para o jornal (n.ºs 158 a 215). Matéria que seria posteriormente publicada em livro, como separata do jornal.



Separata dos *Brados do Alentejo* para cuja publicação Cezar Reis contribuiu

É também interessante verificar a forma como a revista *Expansão Portuguesa* se refere a Cezar dos Reis ao editar, em 1935, um número sobre o Alto Alentejo:

Algumas palavras do sr. Administrador do Concelho.

Fomos cumprimentar o Sr. Jaime Rodrigues Pinheiro, apresentados pelo digno Chefe da Secretaria da Câmara, Sr. César Diniz Bastos dos Reis, que desde a primeira hora em que chegamos a Marvão, com prejuízo dos seus afazeres profissionais e num requinte de amabilidade que nos penhora e jámais esqueceremos, nos acompanhou.

Aliando a uma grande modéstia um carácter de fina tempera, espírito culto e liberal, moderno e de concepções generosas, o Sr. Bastos dos Reis prendeu-nos sempre pela sua afabilidade e inesquecível delicadeza, sendo para nós um precioso auxiliar.



Marvão. — O Castelo através dum arco antigo. — (Cliché António Lopes)

Feita a nossa apresentação, o Sr. Rodrigues Pinheiro diz-nos, sorridente :

— Quere que lhe fale como Administrador do Concelho? Porque não... Com o maior prazer. Não sinto, felizmente para todos, a responsabilidade de tal cargo.

A Cadeia está vazia há muito e tenho fé que há-de assim continuar.

Onosso povo é bom por índole. Tem um só objectivo — o seu lar.

¿Que posso mais dizer-lhe? Creio que nestas poucas palavras lhe digo o bastante...

— Bendito povo o do seu concelho, Sr. Administrador, dissemos nós com um apêto de mão de despedida.

Dentre as suas iniciativas privadas, mas com repercussão na divulgação turística da vila, queremos aqui destacar a edição da que pensamos ter sido a primeira colecção de 10 postais ilustrados sobre Marvão, em número de 10, destacáveis a partir de uma encadernação chamada "Álbum de Vistas"; a impressão é francesa. Estão nesta colecção algumas das mais antigas fotografias sobre a vila, nomeadamente a do Largo do Espírito Santo, com a primeira fonte ali implantada, precisamente na década de 1930 e que reproduzimos no capítulo IV.



Colecção de 10 postais ilustrados da iniciativa de Cezar dos Reis (anos de 1930)

Finalmente, para caracterizarmos melhor este rosto de Marvão, que aqui viveu quase três décadas e cuja família ainda possui as suas casas e aqui vem matar saudades de quando em vez, vamos dar a palavra ao próprio que, em documento cedido por sua neta Eng.^a Maria Paula dos Reis Varela Martins, intitulado "Disposições de última vontade", se apresenta em jeito de epitáfio:

(...) de minha mãe não sei quais as suas crenças, visto que a perdi tinha 6 anos; de meu [pai] sei que era profundamente católico, embora liberal e republicano, numa época em que era perigoso sê-lo. De meu Pai herdei estas últimas duas qualidades, pertencendo à Maçonaria desde que me entendo, visto ter reconhecido que é uma associação de beneficência, e não de malfeitores, como certos mal-intencionados têm feito propalar. (...) Logo após a minha morte quero que o meu corpo seja embrulhado no lençol de baixo, em que tenha morrido, e envolto na bandeira verde-rubra, pela qual sempre lutei. Quero ser conduzido no esquife da Misericórdia ao cemitério e ali lançado à terra, sendo em tudo e por tudo civil o meu enterro. O dinheiro que devessem gastar com o meu caixão e com padres, quero que seja distribuído pelos pobres recolhidos mais necessitados, se assim o entenderem.

Num gesto que temos que louvar, os seus netos — o Coronel José Manuel Marques Pacífico dos Reis (1941-), actual proprietário do edifício da Rua do Espírito Santo n.º 4, a Eng.^a Maria Paula Martins (1956-), proprietária actual do edifício principal, e sua irmã Maria Elsa dos Reis Varela Martins (1946-) - legaram ao município, durante a presidência do Dr. Manuel Bugalho, a barbacã do Postigo do Torrejão e a que vai até à Porta da Vila. Lamentavelmente, este espaço ainda não se encontra disponível para os moradores da vila e para o turismo, tendo sido esta a razão para a dádiva.



Cezar dos Reis subindo o caminho para Marvão, junto às Ferrarias (anos de 1930)



O casamento de uma filha de Cezar dos Reis, Maria Celeste (3ª a contar da esquerda) com José Mendonça, posando também a outra irmã, Maria Alcina (1ª da direita). A foto foi tirada no quintal com a torre da igreja do Espírito Santo ao fundo (foto de 1939)



César Diniz Bastos dos Reis

1881-1947

**Grande impulsionador e
amante de Marvão**

Lápide fixada na muralha junto ao Postigo do Torrejão, assinalando a doação das barbacãs pertencentes a Cezar dos Reis

3.3.3.3.1 O ARCO GÓTICO

Os arcos construíram-se na vila para ligar espaços pertencentes ao mesmo proprietário: geralmente, o edifício de residência e o quintal, do outro lado da rua. O arco da Rua do Castelo ainda hoje tem esta função e sobre ele esteve construída uma casa, como veremos mais à frente. Também na Rua do Relógio está construído um passadiço, muito mais recente, com idêntica utilidade. E o mesmo diremos do arco da Pousada de Santa Maria, na Rua 24 de Janeiro, construído quando se anexou o edifício da antiga fundição (lado poente) ao da primitiva pousada.

Ora o arco da Rua do Espírito Santo tem uma configuração estilística gótica, por ser um arco quebrado, o que levanta a hipótese da sua construção poder ter acontecido em tempo muito recuado. Diga-se que este tipo de arcos chegou até ao século XVI e que nada nos admiraria se tivesse, inclusivamente, uma datação ainda anterior. Com efeito, o edifício que, na mesma rua, tem os números de polícia 3 e 3A, apresenta, no rés-do-chão, uma porta com arco gótico. O que, neste momento, podemos asseverar, é que, em 1765, este arco já existia, como podemos verificar na respectiva planta.

Também sabemos, por testemunhos orais⁽⁷³⁾, que as duas casas ligadas pelo arco pertenciam ao mesmo proprietário e que foi já no século passado que a propriedade foi dividida no seio da família. Ou seja, confirma-se, também aqui, que os arcos da vila foram construídos para ligar residência e quintal ou outros cômodos.



O arco da Rua do Espírito Santo e o edifício dos Correios (foto s. d.)



A Rua do Espírito Santo e a taberna que foi do Sr. António Vidal (Grilo de anexim) e depois do Sr. José Machado (foto s. d.)

3.3.4 A CHAMADA “CASA DO GOVERNADOR”



A “Casa do Governador” antes da sua reabilitação para as funções actuais (foto anterior a 1934, uma vez que ainda não tinha sido construído o urinol na Travessa do Chabouco)

Desconhecemos a fundamentação histórica que possa explicar a razão pela qual a chamada “Casa do Governador” chegou aos nossos dias com esta designação, e entendendo-se como tal, a casa de função onde os governadores ficavam alojados. Objectivamente, na casa em questão, só conseguimos identificar, sem qualquer dúvida, um morador militar, em 1818: “Casas do Sargento Mor de Alegrete João Pedro da Fonseca e Souza”⁽⁷⁴⁾. Os governadores residiram em várias ruas da vila, incluindo a Rua do Espírito Santo:

- No ano de 1763, residia na Rua do Espírito Santo, no terceiro fogo, “Joze Godinho de Carvalho Governador”⁽⁷⁵⁾, de 81 anos, e que sabemos ter sido Governador da Praça em 1762⁽⁷⁶⁾, sendo o comandante da companhia do regimento de Estremoz que guarnecia Marvão, com a patente de Sargento-mor⁽⁷⁷⁾; vivia com “Maria da Conceição Ama V.^a de Christovão glz”, de 39 anos, e com “Christovão Criado filho desta”, de 19. Como se compreenderá, pela posição deste registo não podemos identificar a casa.

- Em 1766, o Governador António Caetano de Andrade [Freire da Fonseca, com a patente de Coronel em 1772, conforme se encontra inscrito no epitáfio da sepultura de sua filha, D. Estrella Lusía Freire da Fonseca, na igreja do Convento de Nossa Senhora da Estrela], de 59 anos, residia na Rua de João Garção⁽⁷⁸⁾.

- Em 1767 e 1768, o Governador António Caetano Freire da Fonseca, de 60 anos, residia na Rua de João Garção⁽⁷⁹⁾

- Em 1777, o Governador Moreira Falcão, de 52 anos, residia na Rua de Cima⁽⁸⁰⁾.

RUA DO ESPÍRITO SANTO

- Em 1778 e em 1779, os Governadores Joze Teixeira da (?), de 49 anos, e Martinho (?), de 56 anos⁽⁸¹⁾, respectivamente, residiram na “Rua e Travessa do Esp.º S.to”.

- Em 1781, residia na Rua do Espírito Santo o Governador Joze Soares Semão, de 44 anos (com a mulher, quatro filhas, um filho, um irmão, um criado, uma criada e um genro)⁽⁸²⁾, exactamente na última casa registada, tendo como rua sequencial a Travessa do Hospital. Pode tratar-se do edifício em causa. Note-se, porém, que no ano seguinte, o registo em apreço deixa de ser o último para ser o penúltimo⁽⁸³⁾, podendo tratar-se, neste caso, de uma outra casa que estaria individualizada na altura, entre a “Casa do Governador” e o Hospital da Misericórdia. Observe-se que a parte norte da Cimalha da “Casa do Governador” não é de pedra, podendo corresponder a uma antiga casa que ali existia, independente.

- Em 1828, o Governador Militar residia na Praça, no fogo n.º 121, onde se regista “O Gov.ºr Joaq.m Caldr.º do Crato”, de 66 anos, e “D. Gerarda Marianna m.er”, de 62⁽⁸⁴⁾.

Portanto, uma casa de função, do governador da praça, só pode ser atribuída ao edifício da actual Estalagem, onde os governadores militares estiveram estabelecidos a partir de 1836. Após a venda desta casa em hasta pública (1853), os governadores voltaram a residir em diferentes edifícios na vila: por exemplo, em 1896, o Governador Joaquim José da Gama Lobo, de 48 anos, residia na Rua do Castelo⁽⁸⁵⁾.

Em conclusão, ou a designação foi pura criação literária/turística, ou, efectivamente, ali terá residido um Governador da Praça deixando até hoje essa memória. Destaquemos, sem qualquer dúvida de merecimento, as suas belas varandas de ferro forjado, características do séc. XVII, assentes em pedras lavradas pela superfície inferior e assentes em pequenos cachorros, também em pedra, com volutas.

Refira-se, finalmente, que o edifício foi comprado pelo município a Amélia Bengala, pela quantia de dezasseis mil e oitocentos escudos, provavelmente em 1951, uma vez que a acta em que se decidiu a aquisição data de 23 de Agosto daquele ano⁽⁸⁶⁾.

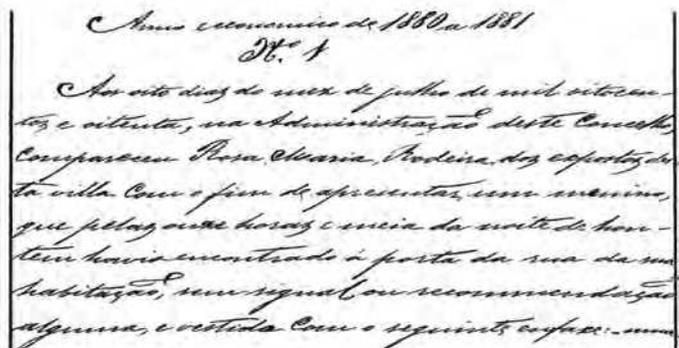
3.3.4.1 A RODA DOS EXPOSTOS

Acabámos de dizer que a Câmara comprou a “Casa do Governador” a Amélia Bengala. Ora no princípio dos anos 30 do século passado, viviam no 1º andar, Armando da Conceição Bengala - escriturário da Câmara, já viúvo - e seus filhos, entre os quais Silvéria. Esta virá a ser a madrastra do Prof. José Pinheiro quando o seu pai, Jaime Pinheiro, então viúvo, com ela casou em 1933, indo viver o casal para a casa da família Pinheiro, na Rua da Porta da Vila n.º 12, de que falaremos no capítulo próprio. No rés-do-chão da “Casa do Governador”, onde agora está a agência da Caixa Geral de Depósitos, vivia a proprietária do edifício, a avó de Silvéria, com o mesmo nome e de apelido Forte Bengala, mãe do referido Armando.

Esta senhora tinha, nesse piso térreo, uma loja, cuja montra era a actual janela do lado norte. Ora foi precisamente esta senhora, idosa, que terá nascido nos meados do séc. XIX, que passou à neta Silvéria e esta ao enteado, o Prof. José

Pinheiro (1931-), nossa testemunha, que nesse rés-do-chão, do lado da Travessa do Chabouco, sensivelmente onde agora está a caixa do multibanco, funcionou uma roda de expostos. Com a clarividência e memória prodigiosa que detém, o Prof. Pinheiro afirmou-nos por várias vezes: “não tenha a menor dúvida sobre a veracidade desta informação; eu quando tenho dúvidas não afirmo!”. Ainda segundo o mesmo, a última proprietária privada do edifício seria viúva de João Bengala, irmão do citado Armando. Ou seja, a “Casa do Governador” esteve na posse desta família desde tempos recuados, o que também contribui para a credibilidade da localização da roda dos expostos que aqui se faz. Como veremos mais abaixo, detectámos uma Ritta Maria, casada com Jacinto Bengalla, que em 1860 era ama externa do Hospício dos Expostos, mas relacionar este nome de família com a última proprietária da “Casa do Governador” e com a sua roda é malabarismo metodológico que não arriscamos.

Ficamos, obviamente, sem saber, em que período do séc. XIX terá funcionado a referida roda ou rodo. Por exemplo, entre 1880 e 1882⁽⁸⁷⁾, havia uma “rodeira” na vila de nome Rosa Maria. Todas as crianças que ela apresentou para registo, na Administração do Concelho, ou lhe foram entregues por pessoas exteriores à vila que alegaram terem-nas encontrado abandonadas ou, provindo as crianças da vila, eram depositadas à porta, a horas mortas. Exemplifiquemos com o primeiro registo do livro⁽⁸⁸⁾:



Anno economico de 1880 a 1881
N.º 1

Aos oito dias do mez de julho de mil oitocentos e oitenta, na Administração deste Concelho, compareceu Rosa Maria, Rodeira dos expostos desta villa com o fim de apresentar um menino, que pelas onze horas e meia da noite de hontem havia encontrado á porta da rua da sua habitação, sem signal ou recommendação alguma, e vestido com o seguinte enfaxe:

Onde vivia esta “Rosa Maria, Rodeira”? Consultados os róis de confessados, há uma mulher com este nome na Travessa do Espírito Santo, Paróquia de Santa Maria. Mas os róis de São Tiago correspondentes não existem no arquivo, portanto, ficamos sem saber se moraria alguma outra mulher com o mesmo nome, nomeadamente na Rua do Espírito Santo, na outra paróquia.

Mas neste período de 1880/82, não há um único registo que refira ter a criança sido colocada na roda que, como veremos mais adiante, foi abolida por lei, no país, em 1867. Portanto, a ter existido roda na “Casa do Governador”, tal terá acontecido, pelo menos, antes de 1880, ficando o seu funcionamento na memória das pessoas. Nada de mais normal acontecer, aliás, basta dizer que, em Portalegre, o Mosteiro de São Bernardo ainda possui as suas rodas e que a geração de portalegrenses de maior idade sabe perfeitamente que a roda municipal se situava no Corro de Cima.

3.3.4.1.1 A ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS: DA RODA AO HOSPÍCIO

3.3.4.1.1.1 ANTES DO REGIME LIBERAL

A primeira “matrícula” de expostos que o arquivo dispõe data de 1810, muito embora os róis de confessados do séc. XVIII já façam referência a esta situação, como que uma marca social *ad perpetuum rei memoriam*:

Antonio (?) a Criar a Izabel Th[ereza mulher de] Bernardo Soldado. Aos doze de Dezembro de mil oitocentos e des anos nesta Villa de Marvão por Izabel Thereza mulher de Bernardo Soldado desta mesma foi apresentado o exposto Antonio que pareceo no Rodo foi Baptizado no mesmo dia na Igreja Santiago pelo Reverendo Parrocho e forão Padrinhos o Tezoureiro Clemente Joze e Madrinha Marianna Mendes. Faleceo em 13 de Março de 1811 foi enterrado na Igreja Matris⁽⁸⁹⁾.

Como se constata, a criança apareceu “no Rodo”. Segundo a legislação ao tempo, ao ser dado a criar a uma ama, o exposto estaria com ela até aos sete anos de idade. Na abertura do livro de onde compulsámos o registo, lê-se que o mesmo tanto servia para os expostos como para aquelas crianças que

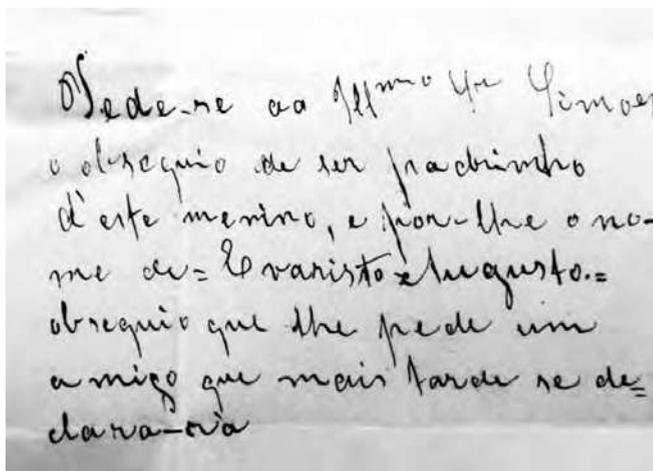
tendo pais, ou (?) Maj, se mandão socorrer, ou por ficarem ao desamparo, ou por ser extrema a pobreza dos m.mos Pajs e nestes se assentara so o nome, e logar, e de q.m he filho”. Mais se obriga a que no registo conste se “apareceo alg.m escrito, ou sinal, a Ama q. o cria em q dia o recebeo, e com q fato (?)⁽⁹⁰⁾.

Portanto, a assistência era prestada não só a expostos, de pais incógnitos, como a crianças que, tendo pais, viviam na miséria. Muitas vezes, as crianças não eram colocadas no rodo, mas simplesmente à porta da “rodeira”, ou seja, à porta da mulher responsável pelo rodo; vejamos um exemplo:

*Exposta Marianna
Aos dezassete dias [de A]gosto de mil oito centos e quinze annos nesta Villa de Marvão pela Rodeira Mariana Mendes me foi dito que naquele dia tinhão hido por à sua porta a referida exposta (...)⁽⁹¹⁾.*



Saqueta com envelope e pedido para que um menino abandonado em 1883 fosse apadrinhado pelo director do Hospício dos Expostos, na altura António Pinto Simões, e lhe pusesse o nome de Evaristo Augusto; a pequena missiva acabava assim: “(...) pede um amigo que mais tarde se declarará”⁽⁹²⁾



3.3.4.1.1.1 A SOBREVIVÊNCIA DOS EXPOSTOS NESTE PERÍODO

Vejamos qual era a percentagem de crianças que sobrevivia, colhendo aleatoriamente uma amostra: o ano de 1815. Neste ano foram matriculadas 23 crianças de todo o concelho (13 rapazes e 10 raparigas), tendo sobrevivido apenas 6 (3 rapazes e 3 raparigas). Todos os outros morreram ainda em 1815 com excepção de um que chegou ao ano seguinte. Portanto, a taxa de sobrevivência dos expostos era muito baixa: 26,1%.

3.3.4.1.1.2 O LIBERALISMO E A ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS (1836-1866)

Através do Decreto de 19 de Setembro de 1836, dos Códigos Administrativos publicados posteriormente (1836 e 1842) e das “providências” e “instruções” das Juntas Distritais e dos Governadores Civis, as diversas formas de assistência praticadas no país ganharam uniformidade. As Câmaras Municipais retiraram às Misericórdias e a outras instituições privadas (conventos, irmandades, confrarias) a direcção e gestão da assistência às crianças até aos sete anos. A partir desta idade eram apresentadas aos Juizes de Órfãos e dispunham de outras entidades a liderar o processo. Vejamos um exemplo de termo de apresentação efectuado na Câmara, em 1860:

N.º 1

Termo de Apresentação

Aos vinte e oito dias do mez d'Outubro de mil oitocentos e sessenta annos, n'Administração deste Concelho, compareceu Rosa Maria Rodeira dos Expostos desta Villa, com o fim d'apresentar um menino, que pelas oito horas da noite do dia d'honte lhe tinha sido entregue, sem signal, nem recomendação alguma (...) e foi entregue no dia d'hoje a uma ama externa Ritta Maria, cazada com Jacinto Bengalla, a qual mostrou por atestado do Medico do partido deste Concelho, que tinha bom leite para criar (...)⁽⁹³⁾.

(Assinam o termo, o Administrador do Concelho e o respectivo Escrivão)

Voltamos a ter a mesma “Rosa Maria Rodeira”. Averiguando os róis de confessados, em 1860 esta mulher também vivia na Travessa do Espírito Santo, estava casada com o mesmo homem – José Martim Barradas – e tinha 34 anos⁽⁹⁴⁾. Em 1880 teria 54; no registo de 1880 tem 57, são

RUA DO ESPÍRITO SANTO

enganos a não levar em conta. Diga-se também que, em ambos os registos, a referida travessa só tem dois fogos, o que nos leva a concluir ser a que hoje se conhece como tal, com duas portas, apesar das últimas utilizações da casa terem sido feitas por apenas uma família. Curiosamente, viveram aí os pais do Sr. António Andrade: Domingos Andrade e sua mulher, Emília que foi parteira⁽⁹⁵⁾. Diga-se também que, em 1860, o registo vem no sítio de “Palafrem e Travessa do Espírito Santo”. Em capítulo próprio, tentaremos interpretar o significado do topónimo.

Com o Liberalismo, a assistência aos expostos passou a ser um dever e uma competência do Estado através dos municípios. Mas a roda, como instituição e como dispositivo, manteve-se e as Misericórdias eram obrigadas a contribuir financeiramente para este serviço, pelo menos a partir de 1858/59 (20.000 reis)⁽⁹⁶⁾, no caso de Marvão. As contas da Santa Casa, do ano anterior, não apresentam esta despesa:

Com a quota com que se contribuiu para a infância desvalida no anno desta conta = Documento n.º 26 10:000”.

“Com a contribuição municipal para os Expostos relativa ao anno económico de 1863 a 1864 = Documento n.º 32 1:050 (97).

Dividas passivas 1. Deve-se pela contribuição municipal directa de repartição para os Expostos relativa ao anno económico de 1867 a 1868 7.585(98).

3.3.4.1.1.2.1 A ABOLIÇÃO DAS RODAS E A CRIAÇÃO DOS HOSPÍCIOS (1867)

O Decreto de 21 de Novembro de 1867⁽⁹⁹⁾ aboliu as rodas substituindo-as por hospícios destinados a admitir, não só expostos, mas também crianças abandonadas e indigentes, substituição que, na realidade, aconteceu gradualmente no país. Mas a admissão tinha que ser justificada, isto é, cada caso era analisado e ponderada a necessidade da entrega. E relativamente ao abandono anónimo, puro e simples, obrigava à realização de um “auto de investigação” porque era considerado crime, o que não acontecia antes do Liberalismo. Abandono, diga-se, que se continuou a praticar porque a vergonha e a repressão moral e religiosa falavam mais alto. Era um escândalo que uma mulher solteira engravidasse, conduzindo a que o respectivo abandono fosse, na prática, uma imposição social, vindo mais tarde os pais, já casados, reclamar a criança. Vejamos um exemplo:

Ill.mº S.r Adm.ºr deste Concelho

Dizem Joaquim Dias Farinha e sua mulher Monica da Conceição, moradores na Masseurá, que antes de cazarem tiverão um filho, que a Supp.e deu á lus no dia 28 de Janeiro de 1876, o qual o poseram na Roda desta Villa e no mesmo dia foi baptisado na Igr.ª de S. M.ª (...) com o nome de Abilio Joaquim (...). Tendo pois cazado os Supp.es (...) e sendo aquele menino seu filho natural, como tal o reconhecem para todos os efeitos legais (...). Marvão 20 de Março de 1880(100).

Note-se que o documento diz que a criança foi posta “na Roda desta Villa” quando, em 1876, as rodas já tinham sido abolidas. Pelos vistos, em Marvão, não. Só em 1878, através do novo Código Administrativo, o quadro legislativo ganha a estabilidade necessária e passam a ser as Juntas Distritais a «Regular e derigir a administração dos expostos e creanças desvalidas e abandonadas», assim como a criar estabelecimentos distritais de beneficência, instrução e educação. De referir ainda, da legislação

importante referente a este sector assistencial, o “Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados” (Artigo 404 do Código Administrativo, DG n.º 15 de 19 de Janeiro de 1888) e, já na República, o Decreto com força de lei de 1 de Janeiro de 1911.

Sabemos que o município entregava “no cofre geral deste Districto por conta da quota votada a este Com.co para sustento dos Expostos e despesas do Districto no con.e anno de 1884”⁽¹⁰¹⁾, uma verba mensal que rondava os setenta e tal mil réis. Era depois a Junta Distrital que pagava directamente algumas despesas com este serviço assistencial no concelho de Marvão. Ou seja, várias instituições, e não só públicas, como veremos, pagavam uma quota que lhes tinha sido destinada, para uma conta global que depois era administrada pela dita Junta; um princípio de solidariedade assistencial, sobretudo entre municípios do distrito. De notar que no referido ano não se detecta nenhuma despesa com a renda da casa-hospício, provavelmente porque ela era assumida pela Junta Distrital.

Na conta do ano de 1892, em despesas obrigatórias, lê-se: “Creação e sustento de expostos, renda da casa-hospício e mais despesas concernentes a este ramo de serviço”⁽¹⁰²⁾. O montante da despesa autorizada era de 780,000 réis, tendo sido pagos 468,736 réis. A mesma referência à “renda da casa-hospício” aparece nas contas de 1894. A inscrição desta despesa prova, não só, a existência de uma casa-hospício, como o facto de não ser propriedade municipal, uma vez que o município pagava renda, embora não consigamos apurar a quem o fazia. A prova da existência do hospício enquanto edifício também pode ser fundada no facto de alguns registos de expostos terem, em observações, a informação de que a criança morreu, de noite, no hospício: “Falleceu á uma hora da noite de 9 de Abril de 1884 no hospício”⁽¹⁰³⁾. Um dos documentos que encontramos, pertencente ao hospício da vila, é um caderno “para inventariar toda a mobília, roupa e mais objectos do hospício de Marvão (...)”⁽¹⁰⁴⁾, datado de 28 de Dezembro de 1882, assinado pela “Comissão Distrital”. No entanto, está pura e simplesmente, vazio! Outro caderno que “Hade servir (...) para n’elle se inscreverem os enxovaes existentes no hospício de Marvão e os que são entregues as Amas externas (...)”⁽¹⁰⁵⁾, com a mesma data do anterior, apenas apresenta registada a entrada de dois enxovais e a saída de outro em Fevereiro de 1883. Ficamos, portanto, sem saber onde se localizava o hospício, mas é provável que não estivesse muito longe da roda ou da referida rodeira; em instalações da Misericórdia no Largo do Espírito Santo? A confusão entre “roda”, rodeira” e “hospício” é total no último quartel do séc. XIX: no mesmo livro de matrículas de 1880/82, onde Roza Maria é a rodeira da vila, aparece um registo referente a 13 de Outubro de 1881 onde se lê: “(...) que entregaram hoje no hospício filial deste Concelho, por seis horas da manhã, o qual não trazia signal algum especial nem recomendação (...)”⁽¹⁰⁶⁾.

Como referimos atrás, a participação económica na assistência social passava igualmente pelas irmandades; veja-se a “quota p.ª a infância desvalida pelo anno económico de 1876 a 1877”, no valor de 1.000 réis, que era paga pela Ordem Terceira de São Francisco, “erecta na Igreja do convento de N. Snra. d’Estrella, extramuros da Villa de Marvão (...)”⁽¹⁰⁷⁾.

3.4 O URINOL

Hoje sem grande importância, mas um avanço importante do ponto de vista da higiene pública ao tempo, foi a construção de dois urinóis, um nesta rua, à esquina da Travessa do Chabouco, e outro na Rua do Açougue. Estes urinóis são os únicos que conhecemos hoje e que não podemos garantir que fossem os mesmos a que se refere a abertura de concurso para o seu fornecimento, em ferro forjado (Carolino Tapadejo, de Castelo de Vide, concorreu). Mas fica uma enorme interrogação quanto ao seu funcionamento, uma vez que a decisão é de 1934⁽¹⁰⁸⁾ e os esgotos públicos foram construídos a partir de 1947.



Urinol da Rua da Travessa do Chabouco



A Rua do Espírito Santo na actualidade (sentido norte/sul)

NOTAS

1) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1765, folhas n.º(s) 24 e 24 v.º.

2) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1766, folhas n.º(s) 27 e 27 v.º.

3) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/02/001, 1764, folha n.º 14.

4) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1764, folhas n.º(s) 9 v.º e 10.

5) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/02/001, 1764, folha n.º 14.

6) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/006, 1796, folha n.º 29 v.º.

7) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/02/003, 1796, folhas n.ºs 30 e 30 v.º.

8) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007, 1814, folha n.º 69 v.º.

9) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/02/004, 1815, folha n.º 8 v.º.

10) Como é sabido, a figura de Juiz de Fora surge na legislação portuguesa em 1327, no reinado de D. Afonso IV, com propósitos centralizadores: nos concelhos em que era colocado pelo rei, superintendia, quer no domínio judicial quer no administrativo, embora fosse pago pelo município. Com a reforma de Mousinho da Silveira (1780-1849) (Decreto de 16 de Maio de 1832, que vem proceder à separação dos poderes executivo, judicial e legislativo, também a nível local), a centralização mantém-se, ficando com a seguinte hierarquização de modelo francês: à frente da Província um Prefeito de nomeação régia com uma Junta Geral da Província; à frente das Comarcas (constituídas por vários concelhos dentro de cada província) onde não residisse o Prefeito, um Sub-Prefeito de nomeação régia com uma Junta de Comarca; à frente do Concelho um Provedor (“depositário único e exclusivo da autoridade administrativa”) nomeado pelo rei com uma Câmara Municipal eleita indirectamente por um colégio eleitoral formado por representantes das freguesias. O Vereador mais votado assumia as funções de Presidente da Câmara e o segundo mais votado ficava seu Fiscal e Procurador. Em 1835, a figura do Provedor é substituída pela do Administrador do Concelho e, após a entrada em vigor do Código Administrativo de 1936, são transferidas as suas competências para os Presidentes de Câmara, também de nomeação superior, já no ano de 1937.

11) Será o Padre João Garção da Companhia de Jesus, Cancelário da Universidade de Évora e insigne matemático de que nos fala o Padre Miguel Bravo, autor das Memórias Paroquiais? Se fosse, a rua haveria de chamar-se Rua do Padre João Garção.

(<http://www.portugal1758.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvaio/5182-marvaio-santa-maria>)

12) Actual Rua Dr. Matos Magalhães.

13) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/005, 1789, folha n.º 59.

14) AHMM, confirmar no Mç 120, ROL DOS CONFESSADOS: JPSTG/01/001 (1753-1763); JPSTG/01/002 (1764-1770); JPSTG/01/003 (1776-1778); JPSTG/01/004 (1779-1784); JPSTG/01/005 (1785-1793); JPSTG/01/006 (1794-1807).

15) AHMM, Mç 120, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG/01/006 (1794-1807).

16) AHMM, Mç 15, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/001, 1820/05/13, fólio 28; Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/013, 1832, folha n.º 24.

17) AHMM, Mç 13, CMMRV/D/03/002 (1852/12/05–1853/01/21), “Autos de arrematação e venda (...)”.

18) AHMM, Mç 120, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG/01/006 (1794-1807); JPSTG/01/007 (1808-1826); Mç 121, JPSTG/01/08 (1827-1839).

19) AHMM, Mç 121, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG/01/009 (1840-1844).

20) A intervenção deste juiz de fora, em Marvão, em 1808, durante as Invasões Francesas, é deveras interessante e rocambolesca. Quem no-la conta é José Acúrcio das Neves na sua *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração Deste Reino*, Tomo III, editada em Lisboa, em 1811 (ver capítulo O CASTELO E A CERCA URBANA, CRONOLOGIA DA HISTÓRIA MILITAR DE MARVÃO).

21) AHMM, Mç 13, CMMRV/D/01/001 (1746/08/30-1805/11/29); CMMRV/C-F/01/001, 1866/10/10.



- 22) AHMM, Mç 13, CMMRV/D/03/002 (1852/12/05-1853/01/21).
- 23) AHMM, Mç 121, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG/01/009 (1840-1844).
- 24) AHMM, Mç 123, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG/02/006 (1860).
- 25) AHMM, IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01, folha n.º 39.
- 26) AHMM, Mç 6, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/087, auto de 3 de Março de 1910, folha n.º 6 v.º.
- 27) AHMM, Mç 6, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/087, acta de 21 de Fevereiro de 1910, folha n.º 6.
- 28) Sucedeu a Mousinho da Silveira tomando posse a 30 de Setembro de 1812, AHMM, Mç 6, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/087, acta de 8 de Novembro de 1812, folha n.º 30 v.º.
- 29) AHMM, Mç 6, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/087, acta de 8 de Novembro de 1812, acta de 8 de Novembro de 1812, folha n.º 36.
- 30) AHMM, Mç 4, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/052, acta do 1º de Janeiro de 1758.
- 31) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, 1787, folhas n.º(s) 33 v.º e 34.
- 32) AHMM, Mç 125, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/020, folha n.º 183.
- 33) Informação prestada pelo Prof. José Pinheiro.
- 34) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/122, acta de 17 de Dezembro de 1938, folha n.º 85 v.º.
- 35) Informação prestada por João Mena (1934 -).
- 36) AHMM, Mç 15, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/001, 1820, lançamento n.º 216.
- 37) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/013, 1832, folha n.º 24.
- 38) AHMM, IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01, folha n.º 38 v.º.
- 39) Baptizado na Igreja d São João Baptista 24.06.1752, falecido a 08.10.1805 (<http://geneall.net/pt/nome/125350/antonio-de-barros-castel-branco/>).
- 40) AHMM, Mç 112, vários documentos (1687-1866), ISSTG/01/001, folha n.º 2 v.º.
- 41) AHMM, Mç 112, vários documentos (1687-1866), ISSTG/01/001, folha n.º 57 v.º.
- 42) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/005, 1787, folha n.º 33 v.º.
- 43) Informação prestada por D. Joaquina Rosa Carrilho (1928-).
- 44) Informação prestada por Maria de Jesus Alves Garcia (1952-).
- 45) Informação prestada por Joaquina Rosa Carrilho (1928 -).
- 46) Encontrámos indivíduos com o mesmo nome, mas sem o título de frei e de prior, o que significará não se tratar da mesma pessoa: um vereador João Estação Mourato (Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO (1810–1845), PT/CMM/CMM/B-A/01/088, folha n.º 38; um vereador João Estação Mourato PT/CMM/CMM/B-A/01/092, folha n.º 27; um Capitão João Estação Mourato, PT/CMM/CMM/B-A/01/093, folha n.º 29.
- 47) AHMM, Mç 15, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/001, 1820, folha n.º 28, prédios 214 e 215.
- 48) AHMM, Mç 15, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/001, 1820/05/13.
- 49) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/003.
- 50) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/003.
- 51) AHMM, Mç 43, IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/001, folha n.º 33.
- 52) AHMM, Mç 43, IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/001, folha n.º 32 v.º.
- 53) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/100, 1828, Auto de Câmara de 10 de Setembro de 1828, folha n.º 91. A questão continua em Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/101, 1830, folha 60 v.º, Auto de Câmara de 6 de Maio de 1830.
- 54) AHMM, Mç 78, REGISTO DE TESTAMENTOS, ACMRV/H/01/002, folhas n.º(s) 61 vº a 67.
- 55) AHMM, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/014, folha 20 v.º; IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01, folha n.º 30 v.º.
- 56) AHMM, Mç 43, IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-A/02/01, registo n.º 110, folha n.º 18 v.º.
- 57) AHMM, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/014, folhas 34 e 81.
- 58) *Idem*, folha 34.
- 59) AHMM, Mç 78, REGISTO DE TESTAMENTOS, ACMRV/H/01/002, folhas 61 vº - 67.
- 60) Podemos compulsar do seu testamento, só em bens de raiz, os seguintes: Tapada da Fonte da Fisga / Pomar do Porto da Espada / Casas que tenho ao pé da ladeira / Souto do Porto da Espada / Olival de São Julião / Souto dos Galegos / Olival da Ranginha / Horta da Abenaia / Vinha de Portalegre / Hortas da Fonte do Concelho / Casas que tenho defronte das minhas / Casas da rua do Castelo / Souto do Arraial / dois lagares / Casas que ficam defronte das do Concelho / Tapada de São Marcos / Soutinho do Porto / Souto de São Julião e olival que pega com ele. (AHMM, Mç 78, REGISTO DE TESTAMENTOS, ACMRV/H/01/002, folhas 61 v.º - 67). O testamento é de 1833 mas foi apresentado “serrado”, ao Regedor da Paróquia, Victor Lopes de Carvalho, por Josepha Garçoa, e registado pelo regedor no ano de 1842.
- 61) AHMM, Mç 113, LIVROS DE RECEITA E DESPESA, FISTM/01/002, folha 29 v.º.

- 62) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/100, folhas 72 v.º e 73.
- 63) COLEHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, pp. 162-163.
- 64) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/100, 1828, folhas 74 - 75.
- 65) Uma mancha de tinta tapa outra assinatura, provavelmente de alguém que, posteriormente, se arrependeu de ter assinado.
- 66) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/100, 1828, folhas 67 - 67 v.º.
- 67) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/100, 1828, folha n.º 68.
- 68) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/100, 1828, folha n.º 76.
- 69) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/100, 1828, folhas n.º(s) 76 a 78.
- 70) AHMM, Pasta de documentos não classificados, documento intitulado: "Juízo de Direito, Do 1º Destricto, Lisboa, Sentença Cível de Adjudicação pata Titullo, e Posse passada a favor de D. Maria da Apresentação Torres Fazendas (...)", folhas n.º(s) 44 a 48 v.º.
- 71) COLEHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, pp. 163-164.
- 72) Informação de Abel Gralha (1927-).
- 73) Informação prestada por Joaquim Diogo Simão (1941-).
- 74) AHMM, SCMMV/E/02/001, Caixa n.º 5, 1818, folhas n.ºs 130 e 130 v.º.
- 75) AHMM, Mç 123, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTM/02/001, 1763, folha n.º 13.
- 76) AHML, ofícios de José Godinho de Carvalho, governador da praça de Marvão, para D. Luís da Cunha Manuel, Ministro da Guerra, sobre o mau estado das muralhas e dos armazéns de aprovisionamento de munições de guerra e boca desta praça, atestado pelo certificado do capitão Engenheiro João Rodrigues da Silva, da praça de Campo Maior, código de referência, PT/AHM/DIV/1/06/14/15.
- 77) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 109.
- 78) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1766, folha n.º 33 v.º.
- 79) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1767 e 1768, folhas n.ºs 46 v.º e 59.
- 80) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/001, 1777, folha n.º 152.
- 81) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/02/001, 1778 e 1779, folhas n.º(s) 49 e 56.
- 82) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/002, 1781, folhas n.º 4.
- 83) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/002, 1781, folhas n.º 16 e 16 v.º.
- 84) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/008, 1828, folha n.º 14.
- 85) AHMM, Mç 125, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/020, 1896, folha n.º 26.
- 86) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/127, acta de 23 de Agosto de 1951, folha n.º 101 v.º.
- 87) AHMM, Mç 68, ACMRV/M/02/001 (1880/07/08-1882/12/18).
- 88) *Idem*, folha n.º 1 v.º e 2.
- 89) AHMM, Mç 26, MATRÍCULA DE EXPOSTOS, CMMRV/P-A/05/001.
- 90) *Idem*
- 91) *Idem*
- 92) AHMM, Mç 51, CMMRV/P-A/16/001.
- 93) AHMM, Mç 24, REGISTO DE ENTRADA E SAÍDA DE EXPOSTOS – HOSPÍCIO, CMMRV/P-A/01/001.
- 94) AHMM, Mç 123, JPSTM/02/006, 1860, caderno não numerado.
- 95) Informação de Maria do Céu Alves Garcia (1948-).
- 96) AHMM, SCMM, Caixa n.º 11, RECEITA E DESPESA DA MISERICÓRDIA E DO HOSPITAL, SCMMV/D/02/006, folha n.º 92.
- 97) *Idem*, folhas n.º(s) 140 e 141.
- 98) *Idem*, ver ano económico respectivo (1867/68).
- 99) Decreto de 21 de Novembro de 1867. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa. Anno de 1867*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1868, pp. 890-902 (<http://net.fd.ul.pt/legis/1867>).
- 100) AHMM, Mç 51, CMMRV/P-A/14/001.
- 101) AHMM, Mç 20, CMM, RECEITA E DESPESA, 1850-1908, folhas 2 e ss.
- 102) AHMM, Mç 12 A, RECEITA E DESPESA (1848-1905).
- 103) AHMM, Mç 24, REGISTO DE ENTRADA E SAÍDA DE EXPOSTOS. HOSPÍCIO (1868-1888), CMMRV/P-A/03/001, folha n.º 9.
- 104) AHMM, CMMRV/P-A/21/001, 1882/12/28.
- 105) AHMM, CMMRV/P-A/21/002, 1883/02/20.
- 106) AHMM, Mç 68, ACMRV/M/02/001 (1880/07/08-1882/12/18), folha n.º 17 v.º.
- 107) AHMM, Mç 119, LIVRO DE CONTAS DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO, IOTPM/04/001.
- 108) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 6 de Janeiro de 1934, folha n.º 162 v.º.



4

LARGO DO ESPÍRITO SANTO



O Largo do Espírito Santo em plantas militares de 1765 (imagem da esquerda) e de 1814

4. LARGO DO ESPÍRITO SANTO

4.1 A MISERICÓRDIA, O HOSPITAL E A IGREJA DO ESPÍRITO SANTO

4.1.1 A FUNDAÇÃO DA MISERICÓRDIA

Há referências à Misericórdia de Marvão, na Chancelaria Régia de D. Manuel I, para os anos de 1520/21⁽¹⁾, pelo que podemos afirmar que a sua fundação é, pelo menos, tão antiga quanto esta primeira data. Aqui reproduzimos o documento pela sua importância fundacional:

[Doc. 233, 1521, Abril 8, Lisboa – Alvará de D. Manuel I concedendo como esmola à Misericórdia de Marvão duas arrobas de açúcar de ordinária e quatro arráteis de incenso. Em confirmação de 13 de Dezembro de 1547. IAN/TT – Chanc. de D. João III, liv. 70, fl. 2v].

Eu el Rey faço saber a qumtos este meu allvara virem que por parte do provedor e irmaãos da Mysericordia da villa de Marvam me foy apresentado o trelado de hum allvara del Rey meu senhor e padre que samta gloria aja asynado per Cosmo Rodriguez que serve de provedor moor de meus comtos do reino do quall o trelado dele he o seguinte. Nos el Rey fazemos saber a vos Fernão d'Allvarez cavaleiro de nosa cassa e noso sprivão da camara tesoureiro de nosas rendas do reino recebedor do hum por cento dos tres quartos das comemdas e temças e asy a outro quallquer recebedor do hum por cento que ao diamte for que a nos praz fazemos esmolla a Mysericordia da nosa villa de Marvão de duas arobas d'açucar em cada hum anno porem vos mandamos que de Janeiro que pasou da era presentem de bcxxi em diamte deis a dita Mysericordia has ditas duas arobas d'açucar e asy quatro arateis d'encenço de que nos iso apraz fazemos esmola e pelo trelado deste allvara que por vosso sprivão mandareis registrar no livro de voso despacho com conhecimento do provedor e irmaãos da dita Mysericordia mandamos aos nosos contadores que vollos levem em comta o dito encemço e açucar. Feito em Lixboa a biii dias d'Abril Gil de Moura o fez de mil quynhemtos e vimte e hum. Pedindo me o dito provedor e yrmaãos que porquamto o proprio allvara era perdido o nam podiam achar lhe mandase daar outro pelo dito trelado e visto seu requerimento lhe mamdey daar este o quall mando que se cumpra e guarde asy e em maneira que se nele contem. Allvaro Fernamdez o fez em Lixboa a xiii dias de Dezembro de mil bc Rbii e eu Damiam Diaz o fiz sprever e este se comprio com certidam do provedor moor de meus comtos de como fica posta verba no registo do dito allvara que lhe foy per deste com salva⁽²⁾.

Relativamente às datações em causa, interpretamos da seguinte maneira: a Misericórdia de Marvão já recebia, todos os anos - não se refere desde quando -, duas arrobas de açúcar (29,376 kg); a partir de Janeiro de 1521, passou a receber, não só o açúcar, mas também quatro arráteis de incenso (1,836 kg). Dir-se-ia que o açúcar era para as “obras corporais” e o incenso para as “espirituais”. Concluindo, a Misericórdia de Marvão já existia, pelo menos, desde 1520. Contudo, o Compromisso (regulamento fundacional) mais recuado no tempo de que temos notícia, entretanto desaparecido, é o veiculado por Possidónio M. L. Coelho em *Terras de Odiana*: aprovado por alvará de 25 de Junho de 1879.

Desconhecemos onde se terá instalado a Santa Casa quando da sua criação, sendo que, tradicionalmente, tal

acontecia em igrejas pré-existentes e em casas da Câmara. Como sabemos datar de 1582 a concessão de “100 cruzados, pelo almoxarifado de Portalegre, ao provedor e irmãos da Misericórdia de Marvão para ajuda da pintura de um retábulo”⁽³⁾, tal permite-nos levantar a hipótese, com grande razoabilidade, de que a Igreja do Espírito Santo tenha sido construída posteriormente à criação da Misericórdia e por esta. Diga-se que no caso de Portalegre, a Igreja do Espírito Santo também é, desde o séc. XVIII, a Igreja da Misericórdia, mas por pura coincidência: é de erecção anterior (séc. XIV), estando o primitivo edifício da Santa Casa adossado à Igreja de São João, ambos datáveis do séc. XVI nos seus fundamentos.

4.1.2 A IGREJA DO ESPÍRITO SANTO



Igreja do Espírito Santo e antigo edifício da Misericórdia com seu hospital

O seu frontispício dá para o largo do mesmo nome, evidenciando-se o portal granítico do Renascimento, inscrito numa empena que termina em cruz montada sobre o beiral. Entre pilastras capitelizadas com folhas de acanto, à moda coríntia, abre-se o arco redondo do vão com um mascarão na aduela da chave. Entre o arco e as pilastras, os clássicos medalhões em alto-relevo, e depois o friso decorado geometricamente com motivos florais em losangos e círculos. Termina o portal em frontão: no nicho de mármore concheado aparece uma pequena Nossa Senhora, também em mármore, animada de movimento, mãos postas e sacola a descobrir-se-lhe debaixo do braço direito; ladeando esta edícula, duas volutas que suportam um calvário; nos extremos da cornija duas urnas. Duas pequenas janelas, que iluminam o coro, dão um toque de vernacularidade à composição, de que se têm ainda que salientar os cunhais esgrafitados. Tudo muito harmonioso, para o que contribui também a torre sineira de dois olhais e um óculo que se lhe adossa a norte.

LARGO DO ESPÍRITO SANTO



Portal renascentista da igreja com Nossa Senhora em edícula

A datação dos sinos – 1786 e 1886 –, a forma achapelada do zimbório e a notícia de ter existido um outro sino, praticável a partir do coro da igreja, dá-nos a convicção de a torre ser de construção posterior à primitiva igreja. Aliás, se observarmos a planta de 1765, verificamos que o desenhador marcou as torres das Igrejas de Santa Maria e de São Tiago, tal como a torre do relógio camarário e não o fez nesta igreja do Espírito Santo. Assim sendo, a torre terá sido construída cerca de 1786, data que se encontra inscrita no seu sino mais antigo. As inscrições que apresentam os sinos são as seguintes:

▪ Sino poente

IZIDORO GONSALVES FARTEL E CARRILHO NATVRAL DESTA V[IL]A DE MARVAM ME FES SENDO POR ADSTA CAZA O R[EVERENDO] P[ADRE] PEDRO (IHS) DA MESMA DOMINGOS RODRIGVES FA[ZENDA]⁽⁴⁾ NO A[N]NO DE 1786 IOZE DE ALMEIDA (E?) ESCRI-VAM DA MESMA

▪ Sino sul

FUNDIÇÃO DE ALEXANDRE ANTONIO DE LEÃO PORTO ANNO DE 1886



Torre sineira construída c. 1786

A entrada faz-se sob um coro - construído entre 1747 e 1759 – com duas pias de água benta assentes em pilaretes, uma de cada lado, e o interior é de uma só nave com abóbada de canhão. As paredes laterais apresentam, de cada lado, em simetria, os vãos rectangulares de duas portas (uma delas emparedada), duas janelas também emparedadas e um púlpito, numa composição tão rústica quanto geométrica e fria, lembrando as igrejas jesuíticas de inspiração nacional, como a do Colégio de São Sebastião de Portalegre e a do Colégio do Espírito Santo de Évora, tributárias do Maneirismo. A este propósito, diga-se também que a igreja da misericórdia marvanense apresenta, nas paredes laterais, junto à cabeceira, um altar lateral de cada lado, e que esses altares são antecidos por uma plataforma com degrau lembrando a composição das ditas igrejas jesuíticas, dotadas de grade, no caso de Évora, marcando a zona presbiterial.



Igreja do Espírito Santo, de nave única, com a capela-mor ao fundo

Quanto aos referidos altares laterais, o do lado da Epístola é de alvenaria, de composição clássica, com concheados rococó e uma figurinha do *Agnus Dei*, albergando São João Baptista. O do lado do Evangelho apresenta janela através da qual vemos o Senhor dos Passos em camarim. Tenha-se em conta que as grandes festas religiosas da Santa Casa foram a de Santa Isabel e mais tarde a de São João, ocupando-se a Irmandade das Chagas de Cristo, erecta nesta igreja, da procissão do Senhor dos Passos. Ora estes altares laterais e a capela-mor primitiva - a actual foi construída nos meados de setecentos e o seu arco de triunfo está datado de 1703 na aduela de fecho, com a pomba do Espírito Santo no intradorso, envolta em mandorla - poderiam compor um espaço arquitectónico a lembrar as ditas igrejas da Companhia. O retábulo da actual capela-mor é neoclássico. Apresenta duas figuras de roca sem atributos identificativos e um conjunto escultórico sobre o trono, com a Santíssima Trindade. Ao alto o escudo português coroado sobre a cruz de Malta: não esqueçamos que, segundo as memórias paroquiais - que transcrevemos mais abaixo -, esta igreja era "filial" da matriz (padroado da Ordem de Malta), pertencendo as suas "ofertas" ao respectivo prior, e que, "a Irmandade da Misericórdia [era] da proctesão Real e da erecção do Senhor Rej Dom Manoel", podendo-se justificar, assim, o escudo real e a cruz de Malta a coroar o retábulo. Mas a explicação é muito mais trivial: segundo informação de

Joaquina Raposo (1944-), alguns anos antes da igreja de Santa Maria ser incrivelmente convertida em dormitório provisório de seminaristas (1950-55), o seu retábulo transitou para esta igreja (entre 1943 e 1947).

Abre esta capela, para sul, uma porta de moldura biselada que dá acesso à sacristia antecedida de outro compartimento. A sacristia ainda dispõe de um nicho, vazio, e de um lavatório com o depósito da água, dotado de torneira, e uma pia, ambos de granito.

Relativamente às paredes da nave, a do lado da Epístola, apesar de ter dois vãos com porta, estão ambos emparelhados pelo lado de dentro, comunicando a porta do piso térreo, em tempos, com a sacristia, escadas para o púlpito e para o consistório da Misericórdia e seu celeiro. Já a porta do lado do Evangelho comunica, no piso térreo: com um pequeno vestibulo através do qual se acede a uma porta que dá para a rua; a dois compartimentos (num deles foram instalados os actuais sanitários do serviço funerário que funciona nesta igreja); e a uma escada para o piso superior onde se apresenta o acesso ao camarim do Senhor dos Passos, ao púlpito e à torre sineira. Esta apresenta, a meio, a porta do coro. De salientar o interesse construtivo da escada da torre, em degraus de granito, em caracol, com o pião espiralado.

LARGO DO ESPÍRITO SANTO

4.1.3 TRADIÇÕES PELO NATAL E PELA SEMANA SANTA

Uma informação pontual que não podemos desenvolver, mas que não deixa de ter interesse cultural e que por isso mesmo deve ser divulgada, era a tradição que, por meados do séc. XVII, se verificava nesta igreja e que foi proibida na Visitação de 1653 à Igreja de Santa Maria, que superintendia nesta zona da vila. Com efeito, na noite de Natal, realizavam-se “comedias” e “diálogos”, com certeza que alusivos ao nascimento de Jesus, traduzindo uma forma genuína e popular de vivência religiosa. Aqui fica o extracto retirado da referida visitação: “(...) não se fassão comedias nê diálogos na Igreja do Espirito Sancto a noite de Natal (...)”⁽⁵⁾. Mas, pelos vistos, a ordem não foi cumprida e ter-se-á mantido a tradição, porque, em 1660, voltamos a encontrar a mesma proibição na visitação à matriz daquele ano:

Fui informado que na igreja do esPritto Santo Se fazião amsajos de Comedias assim de dia Como de noite de que rezulttão grandes indeseamsias e (?) ao Templo e Caza de deos nosso Senhor que so he Pera nella se orar e não pera exzersissios Profanos Pello que mando com pena de excomunhão maior ipso fatto imcorenda (?) que nenhuma Pessoa de qualquer Calidade que seja Torne mais a fazer semelhantes amsaios e quem tiuer a chave da ditta igreja debaixo da mesma Pena lhe mando que a não abra pera tais excerssios nem de noite a thenha aberta (...)⁽⁶⁾.

Pela Semana Santa acontecia outra tradição, também ela proibida, de que nos dá conta a visitação de 1749:

Por ocaSião desta função [representação teatral da descida da cruz durante a Semana Santa] nos constou, q. em q.ª feira ou sesta da Semana Santa Se dava de Comer e beber em a Santa Caza da Miziricordia, o q. he escandaloso, e munto mais em os dias em q. todos devem chorar as Suas Culpas Lembrandose da (?) de Christo em morrer pelo (?) humano: pelo q. e ordenamos e mandamos, q. em os sobreditos dias Senão dê de Comer, nem de beber em as igr.ªs por Ser indecente, e para Se evitar o perigo de Se quebrar em os mesmos dias o perçeito do jejum⁽⁷⁾.



A tradição natalícia nos nossos dias: presépio vivo na igreja do Espírito Santo (2011), figurando dois netos do A. (José Pedro e Isabel)

4.1.4 A DESCRIÇÃO DA IGREJA DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS (1758)

Pela riqueza de pormenor, designadamente no que diz respeito à imaginária, transcrevemos na íntegra o extracto respeitante a esta igreja:

Tem a dita Igreja do Esperito Santo tres altares, e saber, o maior, e dois colateraes; no maior está a Imagem do Padre Eterno em vulto, com a pomba do Esperito Santo, e tem esta Imagem seis palmos de altura; Da parte direita está a vezitação de Nossa Senhora a Santa Isabel, tambem na mesma Igreja está sita esta Irmandade, a qual tem Sanchrestia, e da parte do Poente junto á mesma Igreja tem o hospital com sua Infermaria, o qual a mesma Misericordia a menistra; a Irmandade tem secenta mil reis de renda sertos em soutos, foros, e outras fazendas, que lhe deixarão pessoas particulares por sua morte; E o Hospital não tinha mais renda que dois mil reis de hum foro; mas há hum anno que hum Conego de Miranda filho desta terra lhe deixou dinheiros, com que se lhe comprase fazenda, que hoje lhe rende já sesenta e sinco mil reis sabidos, e he ésta Irmandade da Misericordia da proctesão Real e da erecção do Senhor Rej Dom Manoel que Deos em Santa Gloria haja. Da parte esquerda tem o dito altar mor a Imágem de Santo Estevão em vulto, que tem quatro palmos e meio, e pertence aos mossos do Esperito Santo// E Juis dos Mancebos, que tambem tem sua Sanchrestia da parte do Nacente; no meio deste altar, abaixo do Esperito Santo está hum Christo Crucificado na grãdeza de hum prefeito varão Imagem que mete compaixão summa, e cauza muita devoção, e pertence a Irmandade sobredita das Chagas, que tambem tem sua sanchrestia na dita Igreja da parte do Poente. No altar colateral da parte direita estão as Imagens de Sam Gregorio pontifice de quatro palmos e meio, e a de Sam Francisco Xavier de tres palmos ambas em vulto; E no altar colateral da parte esquerda esta a Imagem de Sam João Baptista pertencente á Camara desta Villa, e tem tres palmos de altura esta Imagem, que també he de vulto. He a dita Igreja de abobeda e tem seu coro tambem do mesmo, e as ofertas, que se fazem ao Esperito Santo pertencem ao Prior da Matris de quem esta, como levo dito, he filial⁽⁸⁾.

4.1.5 A IMAGINÁRIA DA IGREJA DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 1834

Transcrevemos o inventário da imaginária da igreja no ano de 1834, permitindo o confronto com o anterior. Esta relação difere profundamente das esculturas que encontramos hoje e pode relacionar-se com as festas religiosas da Santa Casa (Festa de Santa Isabel) e da Irmandade das Chagas (Procissão do Senhor dos Passos):

▪ Na capela-mor

Na Capella Maior está hum Cruxificco grande, do lado do Evangelho está a Imagem de Santa Izabel do lado da Epistola S. João Evangelista St.º Estevão (?) a Imagem do Divino Esperito Santo está tambem do lado do Evangelho a S do Pé da Cruz (?) a Imagem do Ecce Homo.

▪ No altar lateral⁽⁹⁾ do lado do Evangelho

No Altar Coletral do lado do Evangelho, está a Sacrossanta imagem do Senhor dos Passos, e as imagens de S. Francisco de Borja e S Grigorio Neste Altar está o Sacrario e nelle depositada a venerável Reliquia do Santo Lenho.

▪ No altar lateral do lado da Epístola

No da Epistola coletral está hum crifixicco ca Imagem de S. João

Baptista e outra do Anjo da Guarda e com a Senhora da Conceição pequena.

▪ No coro

Existem em roda de todo elle bancos muito arrumados e uma estante grande⁽¹⁰⁾.

4.1.6 CAMPANHAS DE OBRAS

Um questão a que há que dar resposta, é a passagem da designação de Travessa do Hospital para Travessa do Hospital Velho, o que aconteceu, de forma intermitente, a partir de 1806⁽¹¹⁾ (em 1845⁽¹²⁾ ainda apresentava esta designação conjugada com o espaço urbano contíguo: Travessa do Hospital Velho e Caganita).

Consultado o Tombo da Misericórdia, de 1818, dispomos das seguintes descrições sobre a Santa Casa e sobre o Hospital, especificamente:

▪ Sobre a Casa da Misericórdia

Está situada a Casa da Misericórdia na Rua do Espirito Santo desta Villa de Marvão contigua a Igreja do mesmo Nome e doutro lado, está a Caza, que serve de Hospital como se hade declarar adiante, quando foram descriptos os bens deixados ao mesmo Hospital. A Sacristia, a Capella Maior, e a Caza que fica entre aquellas duas estão formadas a primeira, sobre as Cazas da Rua de Sima, aforadas a Joaquim Antunes, e segunda para se fazer comprou esta Misericórdia a Sebastiao Fernandes Fajardo parte de humas Cazas que elle possuia na Rua de Sima, como Consta da própria sentença, que se obteve, e que existe no archivo = M n.º 1 que não podem ser outras senão aquellas, que na mesma Rua de Sima hoje são de Carlos Simões pela Contiguidade, que tem com o ideoficio desta Misericórdia, pois sobre ellas tão bem esta formada parte da Sacristia, e toda a Caza, que (?) entre esta, e a Capella Maior ao fundo da escada, que vai do Consistorio, ou Caza do despacho, e está este sobre a mesma Sacristia, e tem da parte de dentro hum Seleiro que serve para a Commodação do pão que esta Misericórdia Colhe de Sorte que toda a parte da Capella Maior tira do Arco para dentro, e a Caza intermedia desta, e da Sacristia, e o Concitorio está tudo formado nas Cazas, e sobre as Cazas, que esta Misericórdia Comprou a Sabastião Fernandes Fajardo, e o Seleiro Contigo-o ao Concitorio, e a Sacristia estão edificadas sobre as Cazas da Rua de Sima e de que a mesma Misericórdia he Senhoria directa antes de se fazer a Compra das Casas Sobreditas, e a obra ser feita, o que foi em 1758 para 1759 servia então de Concitorio a Caza que fica immediata ao prezente, porque dá entrada ao mesmo, e ao Pulpito do lado da Epistolla⁽¹³⁾.

▪ Sobre o Hospital

Inventario das Fazendas, Foros, Direitos, Penções, a Acções pertencentes ao Hospital desta Misericórdia de Marvão (...)

Está cituado o Hospital desta Misericórdia na Rua Chamada a do Espirito Santo em huma morada de Cazas d'altos e baxos, que partem pella parte da Praça com Cazas do Sargento Mor de Alegrete João Pedro da Fonseca e Souza, e pella parte de Sima com Caza da Misericórdia, que da Sevidão para o Coro, e para Concistorio, ou Caza de Despacho da Misericórdia e estas Cazas tem na trazeira huma pequena Varanda com sua Necessaria e são todas ellas foreiras ao R.do D.or Jose Tavares Cid Delicado na penção de dous mil reis o qual pelo Titullo deprimutação, que Selebrou com D. Marianna Josefa Francisca (?), Viuva, e moradora na Villa de Alegrete em Escripura de 27 de Maio de 1799 na (?) do Tabelião Manoel Antonio da Cruz, he que adquirio o dominio directo, Cumpre advirtir, que só pertencem a este foro as Cazas, que ficão ao lado direito subindo a

escada da Rua, que he a onde estão as duas Enfermarias com altos, e baxos, que lhe Conrrespondem, com advertência, que a escada, já não he, nem pertence a estas Cazas, por que sempre foi a servidão para a Caza, que dá entrada para o Coro aonde em outro tempo estava o Sino que Chamava a Irmandade, e para a outra, que servia de Concistorio que he a intermedia entre esta, e a actual Caza do Despacho, pois a entrada para o Coro, o mesmo Coro mandou fazer a Misericórdia em 1758 para 1759 conjuntamente com outras obras qual a da Capella Maior, Sacristia N.ª e as Cazas, que hoje servem de Hospital tinhão a sua entrada mais abaxo, e no sitio, que Conrresponde a outra escada, que vai para a Cozinha⁽¹⁴⁾.

Sobre a realização destas obras encontrámos o respectivo documento:

Aucto de Contas q. Se tomarão (?) desta S.tª Caza sa Miz.ª ao Rd.º P.e M.el Pires Marq.s Como director das obras q. se fezerão na Ig.rª da mesma (...). Aos vinte dias do mês de Majo de 1759 (...) com a meza Actual e Provedor Domingos Roiz perante eles pareceo o Sobred.º Rd.º P.e p.ª feito de dar Conta do q. tinha Recebido, e despendido e nos (...) recebido quinhentos e SeSenta e oito mil ojtenta e Sinco Reis. 568 85 (sic) e ter despendido quinhentos e Sincoenta e septe centos e trinta Reis 557 30 (sic) sobra 10 335 (sic) ahonde passa a Recejta pella (...) p.ª des mil e trez.tºs e SinCoenta e Sinco Reis os quais gastou na obra da Sanchristia e Concitorio (...) tudo adeante Consta⁽¹⁵⁾.

Vem depois a discriminação contabilística:

Recejta da esmolas q, se derão p.ª a obra da Mizr.ª q. teue principio no anno de 1747", no valor de 568 085 reis, das "Esmollas q. derão os Irmaos (...)", no valor de 29 635 reis, e finalmente a discriminação da despesa de onde respigamos, como mais importantes, as referências ao coro - "cantaria do coro" -, a molduras de portas - "tres portados de cantaria de oito palmos" -, aos púlpitos - "Mais de Duas pedras p.ª hum púlpito e portado", "Mais do carroto dos púlpitos e duas pedras" -, ao ladrilhamento - "Ladrilho de porto alegre" -, ao telhado - "De 1750 telhas" - e a "Mais douis Portados de cantaria de oito palmos" de que não refere o destino⁽¹⁶⁾.

Registem-se ainda, as "Obras q. se fizeram (...) Com hũ Crufixo e duas Cruzes p.ª os Altares 1200"⁽¹⁷⁾.

Estamos, portanto, em presença de uma obra de certo vulto que se iniciou em 1747 e se arrastou até 1759, contemplando, pela junção de informação proveniente do conjunto dos documentos supra, a construção do coro, de nova sacristia e novo consistório, e ainda da renovação (?) dos púlpitos.

Há que contar ainda com duas datas inscritas: a do Arco Triunfal (1703) e a que um escudo em massa, com concheados rococó, apresenta na parede sobre o referido arco: 1795. Não possuímos informação documental sobre esta última intervenção.

A síntese que podemos fazer é a seguinte:

- O conjunto de edificios compreendido, actualmente, entre a Travessa da Silveirinha e a do Chabouco era constituído, em 1818, de norte para sul, pelas seguintes unidades: Igreja do Espirito Santo, Casa da Misericórdia, Hospital da Misericórdia e casa do Sargento-mor de Alegrete João Pedro da Fonseca e Souza.

LARGO DO ESPÍRITO SANTO

• Realizaram-se obras importantes a partir de 1742 que culminaram em 1759. Daí resultaram: o coro, a capela-mor, a sacristia, o consistório ou casa do despacho - que funcionava sobre a sacristia - e, contíguo a esta última divisão, um celeiro. Antes desta intervenção, o consistório funcionava na casa que dava entrada para o púlpito e para o novo consistório.

• A Casa da Misericórdia, que provavelmente ganhou a porta de entrada barroca que hoje ostenta o n.º 8 da Rua do Espírito Santo (tão semelhante à da Câmara Velha, datada de 1759), dava acesso, à esquerda, através de escada, ao coro (o vão da porta ainda é visível, no coro, emparedado) e, em frente, ao consistório ou casa do despacho, com varanda nas traseiras dotada de “necessária” (latrina).

• A porta que está na nave, do lado da Epístola, hoje emparedada pelo lado de dentro (deixando a porta à vista mas não funcional), dava acesso à sacristia e, através de escadas, ao púlpito, a uma outra sala que comunicava com o consistório (que mudou de instalações com a intervenção de 1758/9) e a um celeiro contíguo a este (do lado de dentro). O consistório e o celeiro estavam construídos sobre a sacristia. Mas toda esta ala se alterou, chegando aos dias de hoje, apenas, a sacristia e a saleta que a antecede, com porta para a capela-mor.

• Informação importante é a de que existia um sino, tocado através do coro, para chamar a irmandade. Sabemos também, apesar de não adiantar muito, que a torre e o frontispício da igreja foram “guarnecidos” em 1863⁽¹⁸⁾. A verba despendida, de 29.215 réis, era equivalente à dos alimentos consumidos no Hospital no mês de Outubro daquele ano (28.215 réis); mas não sabemos de que intervenção em concreto se tratou, se terá englobado, por exemplo, os esgrafitos desta fachada.

• O Hospital, com duas enfermarias, num edifício de dois pisos, passou a ter porta comum com a Casa da Misericórdia, com acesso à direita da entrada. Antes da referida campanha de obras, o Hospital dispunha de porta própria, situada mais abaixo que, através de escadas, também dava acesso à cozinha.

• A casa do Sargento-mor de Alegrete era a última, para sul, que, provavelmente, corresponderia apenas à parte do edifício chamado “Casa do Governador”, com varandas de ferro forjado e o beirado em pedra. A parte, com beirado de alvenaria, e munida de janelas, poderia ser uma outra casa do mesmo proprietário mas com funcionalidades provavelmente diferentes. Ou então, era propriedade da Misericórdia, onde habitava o Andante, como veremos adiante. O edifício, hoje unificado e de propriedade municipal, antes de ser reabilitado para se instalar a agência da Caixa Geral de Depósitos, com inauguração em 1982, foi casa paroquial.

Voltando à pergunta inicial, os factos históricos que os documentos supra dão a conhecer – a reabilitação dos edifícios de 1758/9 – não nos permitem compreender a mudança da designação toponímica em causa (Travessa do Hospital – Travessa do Hospital Velho), que só faria sentido se o Hospital fosse transferido para outro lugar. Nem apontam no sentido de ter existido um hospital, ou parte significativa dele, naquela travessa, que depois fosse eliminado. A dúvida persiste. No entanto, se recorreremos à tradição oral, encontramos memória de instalações hospitalares no que é hoje a Travessa da Silveirinha,

do lado poente, nomeadamente na primeira casa da Rua do Castelo n.º 2, onde estava entaipada a janela manuelina que hoje ostenta o edifício da Rua do Castelo n.º 1⁽¹⁹⁾.

4.1.7 A IRMANDADE DAS CHAGAS DE CRISTO E OS PASSOS PROCESSIONAIS

Na Igreja do Espírito Santo servia a Irmandade das Chagas de Cristo. Não sabemos quando se terá instituído. O AHMM apenas dispõe, como documento mais recuado, um livro de contas que começa no ano de 1739⁽²⁰⁾. Pelas respectivas rubricas de receita e despesa ficamos com uma ideia da sua actividade. Do lado da receita, “peditórios”, “assentos”, “enterros”, “deluger (de alugar) do esquife”, das fintas (quotização) “de 20 Irmãos” e de “26 Irmãos”, “desmola”, totalizando 46.480 réis. A despesa é encabeçada pelo capelão, com 8.000 réis, apresentando depois outros gastos com “Hostias”, “Musica”, “ofício” religioso, “do armador dos S.tos passos, e martirios”⁽²¹⁾, “com o Andante”, “procissão”, com o “Livro”, “de pregos e engouços (dobradiças/gonzos)”, “guita”, “de linhas e papel”, “com ençenso p.ª a proçissão”, “confessor”, “com sera nova”, “de Conserto da lâmpada do Calvario”, “com o Sermão”, “com a missa cantada”, “com os Religiosos de virem a proçissão” (com a participação, na procissão, dos franciscanos do Convento da Senhora da Estrela), “com panos p.ª os passos” e para a “festa”, “com o Armador p.ª a festa”, “de levar e trazer a sera”, “de missas por 9 Irmãos q. falecerão”, “de humas miudezas” e “de vinho p.ª as missas”, totalizando 44.800 réis. O saldo foi positivo, embora escasso, no valor de 1.x685 réis.

Noutro “Aucto de Contas Tomadas ao Tezoureiro”, quase um século depois, em 1827⁽²²⁾, ficamos a saber que do lado da receita se contava, também, com rendimentos “na forma da Lei dos Juros”, ou seja, proveniente de dinheiro que se emprestava. Nestas contas, as despesas são praticamente as mesmas, tendo a procissão dos Passos como actividade central. Marcava-se o dia, lavrando-se para tal o respectivo documento na “Samchristia das Chagas de Christo sita na S.tª Caza da Mizericordia desta V.ª (...) e detreminaram q. Se fixce a PossiCão dos Santos Pacos na quinta dominga Com tudo o mais q. pertence”⁽²³⁾. E desde logo se nomeavam os irmãos, em número de 3 ou 4, que haviam de “compor” (ornamentar) os passos processionais da Porta de Ródão, do Terreiro, da Praça, de Santa Maria e de São Tiago. Como sabemos, estes passos ainda existem e, naquele tempo, dispunham de “Paines” (painéis) em que se gastavam tintas para a sua pintura ou restauro. Designavam-se igualmente os irmãos responsáveis pelos peditórios, ao longo do ano, feitos geralmente às sextas-feiras. Comparando os dois balanços, é curioso verificar que, quer do lado da receita quer do lado da despesa, as verbas eram agora muito mais baixas, cifrando-se em 36.710 e 36.715 réis, respectivamente.

A equipa que administrava a Irmandade era eleita, dispondo o AHMM de muitos autos que informam sobre estas eleições. Era eleito um juiz, um escrivão e um conjunto de irmãos (“escoadra”) perfazendo um total de 11 membros em 1778. Já o tesoureiro e o capelão eram nomeados por esta direcção.

Termo dacejtação q. se fes do Juis novo e Escrivão e mais Irmaos da escoadra q. serve este anno de 1778 p.^a o anno de 1779. O Pr.^o de Majo de 1778 estando o Juis Velho e o Juis novo e mais Irmaos de huma e outra escoadra derão posse ao Juis eleito Ant.^o Dias (Guerejo?) e escrivão e mais Irmaos da esCoadra, se derão por entregues de todos os Bens q pertence a d.^a Irm.de e aCejtarão Seus Cargos de Como se derão por entregues asignarão hoje dia mês anno ut supra⁽²⁴⁾.

Aparece também uma festa chamada de “Festa da Domingo Innanhis” em que a irmandade se empenhava; pensamos tratar-se da festa do domingo seguinte ao da Páscoa, popularmente designado de Pascoela⁽²⁵⁾.

Em documento de 1892 ficamos a saber que

Há 56 annos que a Junta da Parochia de Santa Maria da Mui Nobre e Sempre Leal Villa Concelho de Marvão está na posse e administração dos bens e rendimentos das Confrarias e Irmandades do Santissimo, das Almas, da Senhora da Conceição e da Capella de N. Senhora da Estrella que por falta de pessoal, foram extintas e os seus bens e valores incorporados nos desta Parochia. = Pelos mesmos motivos foram, ha menos annos, extintas as Irmandades das Chagas de Christo erecta na Igreja do Espirito Santo, e a de São Pedro dos Clerigos na extinta Parochia de S. Thiago, anexa a esta de S. Maria no anno de 1845, ambas tinham mui pequeno rendimento (...) O Presidente da Junta = Antonio Simões⁽²⁶⁾.

Procurando o documento de extinção da Irmandade em apreço, encontramos-lo com a data de 1879 rezando assim:

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e nove, nesta villa de Marvão e Sachristia da igreja do Espirito Sancto da mesma (...) e sendo também presente o Snr. Administrador deste Concelho, foi por este apresentado um alvará do Ex.m^o Governador Civil deste Districto, de dez do corrente, em que manda dissolver a sobredita Irmandade das Chagas por não ter apresentado no praso de quinze dias, que lhe fora assignado, um projecto de Compromisso, que depois de aprovado lhe servisse de lei especial, condicção indispensável á sua existência legal, ordenando por isso, em virtude do artigo 161 n.^o 3 (?) do Codigo administrativo e da Portaria de 22 de fevereiro de 1871, que os bens da mesma Irmandade sejam incorporados na junta de Parochia desta villa (...)⁽²⁷⁾.

4.1.8 O HOSPITAL

No edifício que se adossa à igreja, para sul, funcionou o antigo hospital da Misericórdia. Não sabemos se foi originalmente criado ou se o recebeu por exemplo da antiga Irmandade do Espírito Santo de Marvão, como aconteceu, em Portugal, em várias localidades. Note-se que a igreja do Espírito Santo é a igreja da Misericórdia. Aqui esteve, de facto, instalado o hospital, paredes meias com a Casa da Misericórdia, até à sua transferência para o referido convento no dia 28 de Maio de 1903. Em 1901, a Misericórdia pediu ao governo que lhe concedesse o antigo cenóbio para nele instalar o hospital, o que lhe foi deferido em Portaria de 30 de Setembro publicada no Diário do Governo n.º 227 de 9 de Outubro de 1901, decorrendo posteriormente as necessárias obras de reabilitação. Note-se, pela fachada principal, que o primitivo edifício tinha apenas os dois primeiros pisos, sendo-lhe posteriormente acrescentado o terceiro, que já aparece em 1919 numa aguarela de Roque Gameiro. Pelo

“Novo Imposto das Janelas”, as “Casas do Hospital da Misericórdia” pagavam apenas por três janelas de pisos superiores⁽²⁸⁾. Será que se contabilizaram as duas do edifício principal (1º andar) e a da casa que se encontrava entre este e a chamada “Casa do Governador”?

4.1.8.1 O MOVIMENTO DE DOENTES EM 1851 E AS MOLÉSTIAS MAIS FREQUENTES

Através de um precioso documento do fundo da Misericórdia, colhemos uma imagem muito real do que era o hospital nos meados do séc. XIX. Assim, no primeiro dia de Janeiro 1851, existia apenas um doente hospitalizado, sendo que, durante o ano, entraram 93 homens e 62 mulheres, ou seja, 155 doentes. Destes, acabariam por falecer 17 homens e 5 mulheres. A verba gasta com os tratamentos foi de 388,687 réis e anota a administração que o hospital não tinha capacidade para tratar, em permanência, ou seja, em regime de internamento, mais do que 10 doentes⁽²⁹⁾. Diga-se que a Santa Casa também realizava visitas domiciliárias onde tratava “moléstias” e esmolava famílias pobres em dinheiro e em géneros (quase sempre pão e, excepcionalmente, carne, por altura de algumas festas religiosas).

Relativamente à idade dos 155 internados, verificamos que com sessenta ou mais anos apenas se encontram registados 17 casos (o mais velho com 75 anos), e com 10 ou menos, apenas 7, não havendo nenhum internamento com menos de 6 anos.

As “moléstias” mais frequentes que provocavam o internamento eram:

- as febres intermitentes quotidianas (14 homens e 8 mulheres) e as febres terças (2 homens), todas elas ligadas à Malária;
- as febres gástricas / gastrite / gastrite aguda / gastrite crónica / febre gástrica maligna / diarreias crónicas rebeldes / constipações de ventre (7 homens e 10 mulheres);
- as pleurites / pneumonias / bronquites (8 homens e 4 mulheres);
- as bexigas / bexigas confluentes (3 homens e 1 mulher);
- a anasarca / ascite (4 homens);
- as congestões cerebrais e pulmonares (1 homem e 2 mulheres);
- e as amigdalites / esquinência (2 homens).

Nesta amostra, constatamos que os homens apresentam maior número de doenças do foro respiratório e ligadas à Malária, enquanto as mulheres eram mais atreitas às do foro gástrico. Mas a doença mais frequente era, sem sombra de dúvidas, a Malária ou Paludismo, popularmente designada por “sezões”, transmitida pela picada de um género de mosquitos de que resultava a parasitação dos glóbulos vermelhos. Curiosamente, nenhum enfermo com este tipo de doença morreu, sendo mais frequente surgir a morte através de pneumonias e bronquites (7 casos).

4.1.8.2 A CONTABILIDADE DA SANTA CASA E DO HOSPITAL

É importante termos uma ideia sobre o tipo de despesas da Santa Casa e de como a instituição lhes fazia face. Exemplifiquemos com o ano de 1742, encerrando as contas, como era costume, no dia de Santa Isabel (2 de Julho):

LARGO DO ESPÍRITO SANTO

Contas q. se somarão ao Rez.m^o da Sancta Caza da Misericórdia An.t^o Roiz Sanches a 2 de Julho de 1742⁽³⁰⁾

A Receita da Fazenda⁽³¹⁾

Soutos / Da mais fazenda / Foros e Juros / Peditórios / Sepulturas / Enterros = 85.850 réis

Despeza

Com a função das Endoenças = 15.675 réis

Festa de S.^a Izabel = 5.100 réis

Passageiros pobres = 360 réis

Com Passageiros Clerigos e Religiozos = 1.360 réis

Bestas q. se alugarão p.^a pobres enfermos = 700 réis

Mortalhas de defunctos pobres = 1.970 réis

Esmollas q. se dêrão a enfermos p.^a Villa = 6.100 réis

(aqui se englobavam esmolos em dinheiro e em géneros: carne para enfermos e para pobres no Natal e na Páscoa)

Despeza do Hospital = 9.259 réis

Com o necess.r^o p.^a hum Rapas enfermo = 690 réis

Com D.os g. p.^a huma galinha = 220 réis

Com o filho do Cazadinho = 200 réis

P.^a sabão = 50 réis

P.^a galinha, e ovos, q. se Comprão = 200 réis

Com o necess.^o p.^a outro enfermo = 240 réis

P.^a outro = 50 réis

P.^a outro = 60 réis

P.^a huma galinha p.^a a Carvalha = 240 réis

Com o conserto da porta da enfermaria = 100 réis

Mais p.^a Sabão e Linhas = 100 réis

com o necess.r^o p.^a o enfermo M.el An.t^o = 509 réis

Com o D.r Medico = 2.400 réis

Com o Surgião e Sangrador = 3.000 réis

Com o Boticario de Receitas de Medicam.t^os = 1.200 réis

Livram.to de prezos = 6.697 réis

Com o Livram.t^o de João Roiz Lavoira

Officios e mis [sas] de Irmãos defunctos = 3.000 réis

Com o P.e Capelão da Caza = 9.480 réis

Despezas annuaes = 6.290 réis

(Oficios religiosos pelos irmãos defuntos, missas cantadas, vinho para as missas e hóstias, papel, livro, ordenado do Andante, compra de uns sapatos)

Obras q. se fizeram na caza = 855 réis

Despeza das visitas de pão desde 20 de Jan.r^o ate 2 de Julho q.

se provem por conta da Caza 8.620 réis

(outras despesas com pão, 54 + 30 = 84 réis)

(englobavam a compra de centeio e trigo)

Rezumo da Despeza = 75.466 réis

Soma a Receita = 85.850 réis

(saldo positivo de 10.384 réis)

Como nota final, não podemos deixar de colocar em evidência o facto da Misericórdia de Marvão ter gasto, com esmolos aos pobres, tratamento de enfermos, obras nos edifícios e funerais de pobres, uma verba de 27.842 réis que é pouco mais de metade da verba gasta com actividades de natureza religiosa e livramento de presos. Bem sabemos que das 14 obras de misericórdia, sete eram corporais e outras tantas espirituais⁽³²⁾. O curioso é que as espirituais comportassem, em si, uma despesa relativa tão avultada. Vem a propósito comparar com a relação de quantidades entre o açúcar e o incenso da

esmola de D. Manuel I. Um bom indicador está no facto de o Capelão da Caza ganhar mais (9.480 réis) do que a Misericórdia gastava no Hospital com o tratamento dos enfermos (9.259 réis). Aliás, o D.r Medico, o Surgião e Sangrador e o Boticario de Receitas de Medicam.t^os ganhavam, em conjunto, apenas 6.600 réis, o que não podemos deixar de comparar com o ordenado do capelão. Acrescente-se que o próprio hospital pagava renda a um outro membro da igreja, como acima se lê no documento do Tombo de 1818: "(...) são todas ellas foreiras ao R.do D.or Jose Tavares Cid Delicado na penção de dous mil réis".

Por curiosidade, vejamos quão diferentes eram as contas da Misericórdia cerca de 200 anos depois, em 1951⁽³³⁾:

"Quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia e das instituições dela dependentes"

- Director Clínico do Hospital (6.000\$00 anuais)

- Director Clínico do Centro de Assistência Social Materno-infantil (6.000\$00 anuais)

- Sete enfermeiras religiosas (16.800\$00 anuais)

- Uma criada de enfermarias (3 200\$00 anuais)

- Um escriturário (9.000\$00 anuais)

- Um capelão (7.200\$00 anuais)

- Prefeito da Casa de Trabalho de S. Tiago (6.000\$00 anuais)

- Mestre de oficina de cesteiros (14.400\$00 anuais)

- Mestre de oficina de latoaria (7.200\$00 anuais)

- Mestre de oficina de carpintaria (9.000\$00 anuais)

- Mestre de oficina de cordoaria (9.000\$00 anuais)

O total anual a despendar com o pessoal era, portanto, de 93.800\$00.

A conta de gerência referente a este ano de 1951⁽³⁴⁾ apresentava, de receita, 887.530\$45, e de despesa, 715.420\$00, o que se traduzia num acréscimo relativamente ao orçamento estimado para aquele ano, no valor de 667.137\$00 (com a receita igual à despesa)⁽³⁵⁾. Se quisermos saber qual a participação dos cortejos de oferendas do Dia da Senhora da Estrela (8 de Setembro) no orçamento da Misericórdia, podemos dar como exemplo o apuramento referente ao ano de 1947, no valor de 82.238\$40 (dos quais 23.613\$50 em dinheiro)⁽³⁶⁾, sendo que a conta de gerência desse ano apresenta uma receita de 129.892\$98 e uma despesa de 122.047\$46⁽³⁷⁾.

4.1.8.3 COLABORAÇÃO ENTRE OS MILITARES E O HOSPITAL

A existência de um soldado (de Infantaria n.^o 11, com 21 anos) com Malária entre os internados, aponta para a utilização do Hospital da Misericórdia pela guarnição militar da praça que, não sendo numerosa, não justificava a construção de um hospital militar. Além disso, existia o de Castelo de Vide. Investigando melhor a questão, demos conta que parte dos bens móveis do hospital pertenciam aos militares, nomeadamente:

D.^os [mantas] dos militares que vierão em 1813 para este Hospital cinco", "travesseiros", "enxergas", "guardanapos", "colheres de ferro", "facas de ferro", "garfos de ferro", "pratos de latta", "candeiros de concha de lata", "hum caldeirão", huma trempe", taxos de cobre", huma comadre de estanho", "tejelas de latta", "copos de latta", "tarimbas", "tampas de pão para cobrir os vazos de limpeza", hum turibolo", huma naveta"⁽³⁸⁾.

Encontrámos também uma interessante informação sobre uma atafona montada, em tempo de cerco, para produzir farinha, e a confirmação da passagem, pelo hospital, de doentes militares:

*Enfermarias Objectos pertencentes a atafona
Existem os objectos pertencentes a Atafona nos bacos deste Hospital que mandou fazer o Provedor Joaquim Antonio da Cruz por Ordem do Juiz de Fora desta Vila Antonio d'Amaral Teixeira de Souza Pinto no tempo em que esta Praça se achava sitiada montou em 18.200 Reis.*

Neste mesmo tempo forão entregues as Roupas e mais objectos pertencentes aos Enfermos Militares que tinham Vindo para este Hospital nos annos de 1813 1827, e parte destas erão uzadas cuja entrega foi feita em Vinte de Janeiro de 1834 e alguns objectos como roupas pertencentes a este Hospital Civil também alguns forão inutilizados pela grande concorrência de Enfermos Militares que estiveram nesta Miz.^a. Marvão em Meza de quatro de Agosto de 1834".

À margem lê-se: "O maior estrago das roupas foi no tempo do assedio desta Praça (...)"⁽³⁹⁾.

4.1.8.4 O HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DURANTE AS GUERRAS LIBERAIS

A referência que o anterior documento faz a um assédio, indicando o nome do Juiz de Fora ao tempo, Antonio d'Amaral Teixeira de Souza Pinto, localiza imediatamente o evento bélico em causa. Ora sabemos, pelos róis dos confessados, que este juiz exercia as suas funções na vila em 1834, não se registando, no ano anterior, qualquer destes magistrados. Tal significa que 1833 foi um ano politicamente muito atribulado, no seio das Guerras Liberais, e que a vinda do novo juiz para Marvão aconteceu após a Quaresma de 1833, ou seja, após o registo dos confessados desse ano.

No capítulo O Castelo e a Cerca Urbana, damos conta dos acontecimentos ocorridos em Marvão quando das Guerras Liberais (1832-1834). O assédio a que o documento da Santa Casa se reporta aconteceu de Dezembro de 1833 a Março de 1834. Os liberais, que haviam tomado a praça a 12 de Dezembro, sofreram de imediato um cerco pelas tropas miguelistas, sob o comando do Brigadeiro António José Doutel, resistindo até que o mesmo foi levantado três meses depois.

Vejamos o que nos diz o movimento de doentes do hospital neste período:

- De Janeiro a Junho de 1833, o número de enfermos no hospital foi, mensalmente, baixo (de 3 a 8), tal como o dos soldados enfermos (de 0 a 4).
- Em Julho, o número de entradas aumentou ligeiramente, cifrando-se em 9 com 4 soldados.
- Em Agosto, o número total de enfermos subiu para 27, e destes, 18 eram militares (17 soldados e 1 cabo).
- Em Setembro, o número total de entradas foi de 23, sendo 11 os militares (10 soldados e 1 cabo).
- Em Outubro registaram-se apenas 3 soldados.
- Em Novembro foram 17 as entradas (5 militares)
- Em Dezembro as entradas baixaram para 14 (10 militares: 6 soldados, 1 miliciano e 3 da "legião", ou seja, da Legião Patriótica do Alentejo)

- No primeiro semestre de 1834 aparecem registados apenas 20 doentes hospitalizados dos quais 7 eram militares (2 de legião). E os soldados só voltam a entrar no hospital em 1836.

As moléstias destes soldados nada tiveram a ver com o combate: as tradicionais febres, sezões, dores não especificadas, constipações, catarrais, tosses, etc.. Nenhum dos militares morreu e o número médio de dias de internamento, contando com o primeiro e o último, foi de 9,1⁽⁴⁰⁾.

Os períodos principais de acolhimento de militares pelo hospital foram então os meses de Julho a Setembro de 1833 e o mês de Dezembro desse ano, o que coincide, o primeiro dos períodos, com a fase em que Marvão era refúgio e base de apoio logístico dos Carlistas espanhóis, e o segundo, com a conquista da praça pelas tropas liberais da Legião Patriótica do Alentejo e o início do cerco miguelista. O longo cerco absolutista entre Dezembro de 1833 e Março de 1834 não produziu o esperável registo de doentes nos primeiros três meses de 1834. O documento, contudo, levanta algumas dúvidas quanto à tradução da realidade, exactamente porque, de Janeiro a Março daquele ano, apenas se registaram 7 civis e 7 militares.

4.1.8.5 OS MÉDICOS E OS FARMACÊUTICOS QUE TRABALHARAM NO MUNICÍPIO

Damos a conhecer, com a devida vénia, a relação de médicos e farmacêuticos que trabalharam no concelho. Este levantamento foi feito pela Dr.^a Catarina Bucho Machado enquanto responsável pelo AHMM:

DELEGADOS DE SAÚDE DO CONCELHO DE MARVÃO E MÉDICOS MUNICIPAIS

DATAS	TITULAR	DOCUMENTOS
1859	Eduardo Napoleão Silva	ACMRV/A-A/04/002
1919-1920	Joaquim Gil de Almeida Rebelo	CMMRV/B-A/01/121, fl. 49 v. ^o
1928-1960	José Martins Gralha	CMMRV/B-A/01/130, fl. 23
1962	Henrique Pereira de Matos	CMMRV/B-A/01/130, fl. 111 v. ^o

FACULTATIVOS DE SÃO SALVADOR DA ARAMENHA

DATAS	TITULAR	DOCUMENTOS
1939-1958	João Batista Mouro	CMMRV/B-A/01/129, fl. 63 v. ^o

FACULTATIVOS DE SANTO ANTÓNIO DAS AREIAS

DATAS	TITULAR	DOCUMENTOS
1937-1946	Manuel Ricardo Chaves Costa	CMMRV/B-A/01/126, fl. 49 v. ^o

MÉDICOS DO HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO

DATAS	TITULAR	DOCUMENTOS
1859	Eduardo Napoleão Silva	ACMRV/A-A/04/002
1946	José Martins Gralha	CMMRV/B-A/01/126, fl. 71 v. ^o

MÉDICO DA CASA DO POVO DE MARVÃO

DATAS	TITULAR	DOCUMENTOS
1946	José Martins Gralha	CMMRV/B-A/01/126, fl. 71 v. ^o

MÉDICO DA CASA DO POVO DE SÃO SALVADOR DA ARAMENHA

DATAS	TITULAR	DOCUMENTOS
1946	João Batista Mouro	CMMRV/B-A/01/126, fl. 71 v. ^o

LARGO DO ESPÍRITO SANTO

FARMACÊUTICOS MUNICIPAIS

DATAS	TITULAR	DOCUMENTOS
1919	César Dinis Bastos dos Reis	CMMRV/B-A/01/121
1937-1955	Teófilo Moreira Marques	CMMRV/B-A/01/122, fl. 29

4.2 O SEMINÁRIO, A SOCIEDADE RECREATIVA, AS ESCOLAS FEMININAS, O ASILO E OS VESTÍGIOS DE UM CEMITÉRIO

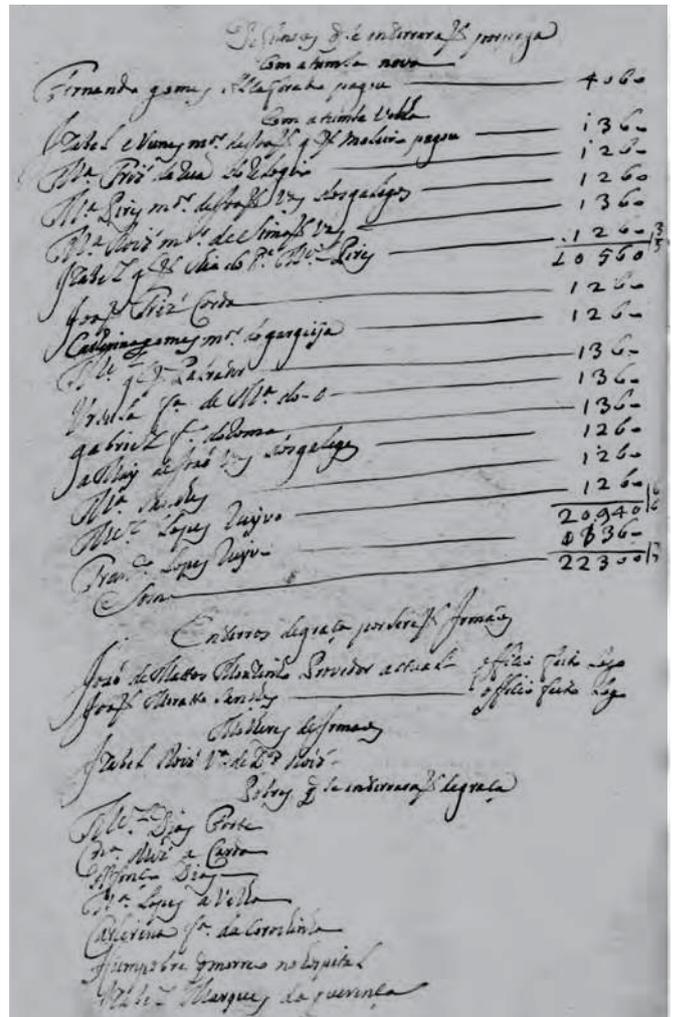
Posteriormente à transferência do hospital para o convento, o edifício teve múltiplas funcionalidades ao longo do tempo. Pelos anos 30 e 40 do século passado, funcionou, no segundo andar, uma sociedade recreativa que, alguns anos depois, por desentendimentos surgidos entre os seus sócios, deu origem a um clube, mais elitista, que se instalou na Rua Dr. Matos Magalhães n.º 2. Neste clube, cada sócio tinha uma cadeira de verga privativa, precisamente a que tinha oferecido ao clube para constituir o seu mobiliário⁽⁴¹⁾. A sociedade seria, provavelmente, aquela a que Branquinho da Fonseca se referia num dos textos que reproduziremos no Capítulo Rua Dr. Matos Magalhães: Sociedade Filantrópica e Recreativa de Marvão. Ocupava o 2º andar e parte do 1º, onde ensaiava a banda pelos anos 50/60 do século passado, banda que mais tarde se instalou no edifício camarário frente à Porta da Vila, onde vive o Sr. José Luís (Rua do Corro n.º 2)⁽⁴²⁾.

Há memória, também, de terem funcionado neste edifício as escolas femininas, em 1933⁽⁴³⁾. Em acta de 1946 ficamos com a certeza de todas estas funcionalidades e também de que, em 1942, já a sociedade se tinha dissolvido:

Anular os documentos de receita constituídos por oito recibos de renda de casa, de que é devedora a extinta sociedade recreativa marvanense, respeitando a anos anteriores a mil novecentos quarenta e dois, por se ter constatado que tais documentos são manifestamente incobráveis (...)⁽⁴⁴⁾.

No ano de 1946⁽⁴⁵⁾ foi instalado, no edifício, o “Centro de Assistência Social Materno-Infantil, criado por esta Instituição, que entrou já em funcionamento, e está instalado na casa do Espírito Santo pertencente a esta Misericórdia”⁽⁴⁶⁾. Seguidamente, registe-se o funcionamento temporário do Seminário Diocesano (1949-1955), até que o de Portalegre estivesse concluído. E nos finais dos anos cinquenta, a Misericórdia instalaria, ainda no mesmo edifício, a secção masculina de um Asilo. Os rapazes iam comer ao refeitório da Misericórdia, no Convento de Nossa Senhora da Estrela, e tinham uma oficina de metalurgia na Rua 24 de Janeiro, do lado poente, onde a Pousada de Santa Maria dispõe, presentemente, de quartos⁽⁴⁷⁾. Encerrado o Asilo dos rapazes (1965), o prédio, já na propriedade municipal⁽⁴⁸⁾, foi reabilitado (c. 1990) para habitações camarárias, assim permanecendo até aos nossos dias.

Foi durante esta reabilitação que, ao serem abertos os caboucos no piso térreo do edifício, para assentar os pilares de betão, foram encontradas ossadas, em número surpreendente, e algumas moedas, o que prova ter-se praticado ali a inumação⁽⁴⁹⁾. Estas ossadas foram provenientes do hospital, das irmandades – designando-se este cemitério, no séc. XVIII, por “Caza da Tumba”⁽⁵⁰⁾ – e, provavelmente, de uma primitiva igreja existente no local.



Receitas das contas de 1743 onde se discriminam: “Defuntos q. se enterraram por paga / Com a tumba nova / Com a tumba velha / Enterros degraça por serem Irmãos / Mulheres de Irmãos / Pobres q. se enterraram degraça”. Note-se, também, que alguns dos defuntos não eram da vila: Galegos e Querença

Com efeito, foi encontrado um arco que abria para a “cave” da Igreja do Espírito Santo - posteriormente trasladado e acrescentado junto à entrada do convento, emoldurando uma fonte - que possui duas cruzes orbiculares em duas aduelas, ou seja, duas cruzes que podem ser templárias. Lembrando, de novo, as ressalvas que fizemos à datação destas cruzes no capítulo I, não queremos deixar de equacionar esta hipótese explicativa. Acresce que algumas das moedas encontradas junto às ossadas por Fernando Nicau (1965-) - segundo uma tradição que vem da Grécia Antiga - são datáveis dos sécs. XIV e XV, ou seja, são anteriores à constituição da Misericórdia. Esclareça-se que o edifício foi transformado por dentro mantendo a fachada antiga⁽⁵¹⁾. Acrescente-se, finalmente, que a Santa Casa se encarregava dos enterros na vila, sepultando-se os defuntos nas respectivas igrejas paroquiais ou então no “Simitero desta S.ta Caza” ou no Convento de N. S. da Estrela (na igreja, nos claustros ou na “quadra dos terceiros”)⁽⁵²⁾.



Arco constituído com algumas aduelas provenientes de um outro arco que dava para a “cave” da Igreja do Espírito Santo. Duas dessas aduelas exibem cruces orbiculares (fotos ao lado direito); a bacia era a pia baptismal da Igreja de São Tiago que estava depositada no quintal desta igreja. Testemunhos: (Fernando Nicau, 1965-) (António Silvério, 1946-)



De cima para baixo: dinheiro, cotrim e ceitel cunhados entre os sécs. XIV e XV, encontrados por Fernando Nicau junto a ossadas postas a descoberto no piso térreo do edifício da antiga Misericórdia quando se procedia à sua reabilitação

Finalmente, queremos equacionar uma hipótese complementar: a ter existido uma igreja, no local, anterior à que hoje conhecemos, ela poderá ter constituído a sede da Irmandade do Espírito Santo que organizava a Festa do Imperador (COELHO, Possidónio, 1988: 302-305). Cortejos, teatros, danças, bodos aos pobres, ficaram célebres nas celebrações que os “mancebos solteiros” de Marvão realizavam no dia do Espírito Santo (31 de Maio). Dessa tradição, reprovada pela Igreja, poderá ter ficado o “boneco encadeirado” que hoje se encontra à guarda da Santa Casa. E também poderá ter surgido, no seio desta irmandade, como já referimos, uma albergaria ou hospital medieval, a exemplo do que aconteceu noutros lugares (em Portalegre, por exemplo).



Provável personagem da Festa do Imperador, organizada pelos “mancebos solteiros” de Marvão no dia 31 de Maio

LARGO DO ESPÍRITO SANTO

4.3 OS PROVIDORES DA SANTA CASA DO PERÍODO FINAL DA MONARQUIA ATÉ AO PORTUGAL DEMOCRÁTICO



Igreja do Convento de Nossa Senhora da Estrela. Mesa e assentos da administração da Misericórdia. No topo do lado da janela, a cadeira do Provedor (foto de Raul Ladeira)

Consultámos os livros de actas da Santa Casa, existentes no AHMM (de 1891 a 1920, com uma lacuna que vai de 1901 a 1909) e apercebemo-nos de que as eleições para provedor se realizavam, entre os finais do séc. XIX e c. 1920, costumadamente no mês de Julho de cada ano. Assim sendo, deve-se considerar que o provedor do ano anterior estendeu o seu cargo até ao mês de Julho do ano seguinte⁽⁵³⁾. De 1921 até 1939 não há livros de actas, quer no AHMM quer na Santa Casa, onde nos disponibilizaram livros a partir de 1940. Foram os seguintes os provedores eleitos:

- 1891-1893: João Pinto de Sousa⁽⁵⁴⁾
- 1894-1896: Lourenço Madeira (Padre)
- 1897-1900: Lúcio Maria Dias Inchado
- [1901-1909: não existem livros de actas no AHMM]
- 1910-1911: José Pinto Serra
- 1912: Domingos Sains Júnior
- 1913-1914: Francisco Rodrigues Pinheiro
- 1915-1916: João da Conceição Raposo
- 1917: Cristóvão Forte de Carvalho
- 1918: João Marcelino Dias Inchado
- 1919: Olímpio Jaime Bengala
- 1920: Olímpio Jaime Bengala e Joaquim Pinto Simões (Secretário servindo de Presidente)
- [1921-1939: não encontramos livros de actas no AHMM]
- 1940⁽⁵⁵⁾: António Fernando Camoesas e Silva (e João Manuel Marques Santa Cruz, Secretário servindo de Provedor)
- 1941: António Fernando Camoesas e Silva
- 1942-1944: José da Silva Viana (padre)
- 1945-1955: Manuel Berenguel Vivas
- 1956-1957: Dr. Manuel Magro Machado
- 1958⁽⁵⁶⁾ -1964: Manuel Berenguel Vivas
- 1965-1966: José Pinto de Sousa
- 1967-1973: Manuel Berenguel Vivas

Delegação, em Lisboa, da Santa Casa da Misericórdia de Marvão⁽⁵⁷⁾

Eleita na Assembleia Geral de 4 de Janeiro de 1965

Presidente: João António Miranda

Vogais: D. Emília Rolo Costa Branco e João Francisco Nunes Vidal

Composição dos corpos gerentes eleitos em Junho de 1974

• Assembleia Geral

Presidente: Luís Pinto das Dores Mousinho da Silveira

Vogais: Rui Serrano Nunes Sequeira e José Madeira Calado

• Mesa Administrativa

Provedor: Manuel Berenguel Vivas

Provedor substituto: Dr. Manuel Magro Machado

Tesoureiro: Felicidade dos Santos Mouro

Secretário: José Manuel Andrade Serra Júnior

Vogais: António Teixeira Cardoso, José Pinto de Sousa e Joaquim Diniz Curado da Silva

• Conselho Fiscal

Presidente: João Dinis Carita

Vogais: Jerónimo de Oliveira, José Jorge Ribeiro

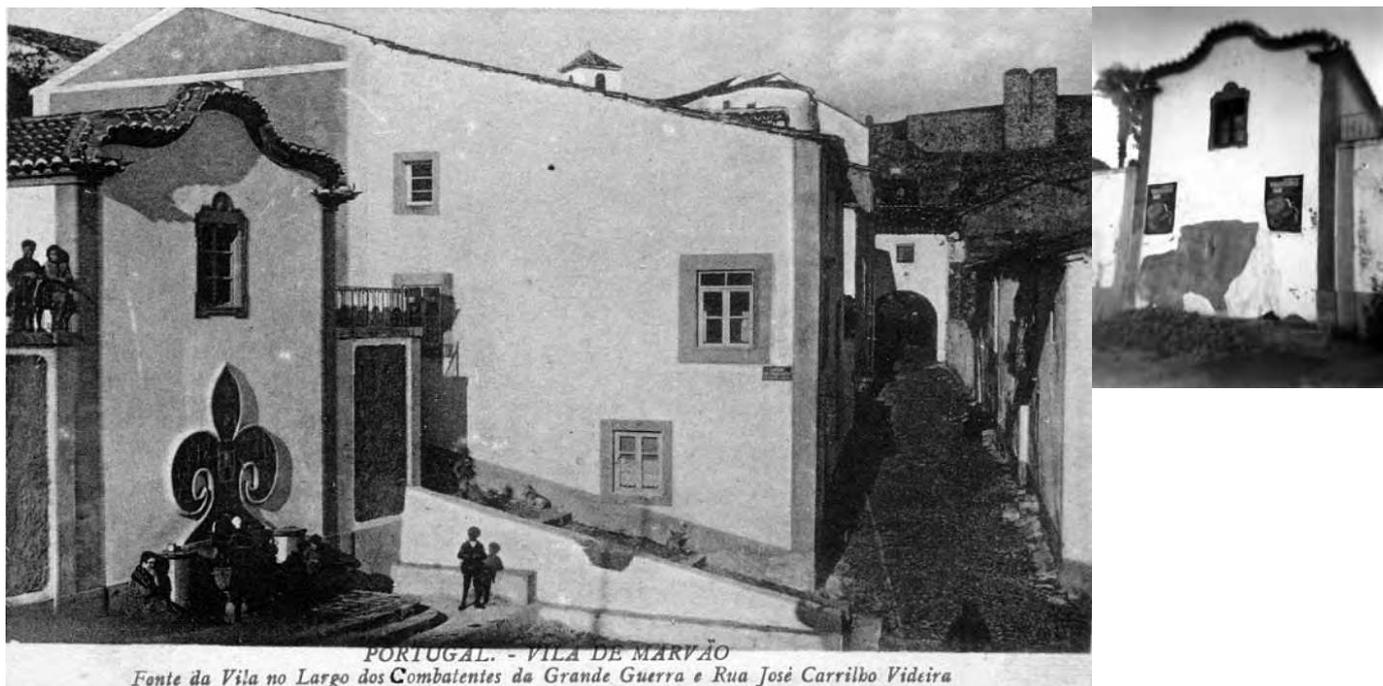


Fotografia do espólio fotográfico de Jeremias da Conceição Dias. Dentro do coração lê-se a quadra:

"Marvão está hoje em festa / Mui satisfeita também / Em receber o Sr. Vivas / Que aos nossos braços vem.

Tratar-se-á do descerramento do seu retrato no salão nobre da Câmara Municipal?

4.4 AS FONTES DO LARGO DO ESPÍRITO SANTO



Postal ilustrado mostrando o Largo do Espírito Santo entre 1929 e 1945. Note-se que a chamada Casa da Janela Manuelina ainda não tem a dita que lhe deu o nome. À direita, o depósito antes da construção da fonte

Antes de mais, uma questão de toponímia: a 23 de Outubro de 1926, a Câmara decidiu atribuir ao Largo do Espírito Santo a nova designação de Largo dos Combatentes da Grande Guerra⁽⁵⁸⁾, placa que se descerrou a 12 de Abril de 1927⁽⁵⁹⁾. O largo passará a designar-se do Espírito Santo a 22 de Setembro de 1945.

A Fonte do Espírito Santo já existia, com o respectivo depósito, em 1937, como o prova a seguinte passagem desta acta camarária:

Caiações / A Comissão deliberou que se afixem editais para propostas de caiação dos seguintes edifícios municipais: (...) Teatro Municipal, Casa do depósito das águas (...) Fonte do Espírito Santo (...)⁽⁶⁰⁾.

Como referimos atrás (capítulo Praça do Pelourinho), em 1931 a Câmara decidiu montar um marco fontanário na Praça da Vila (então Praça da República) e outro no Largo da Senhora da Estrela. E uma passagem da acta camarária de 1941 dá-nos a certeza de que, naquele ano, já existiam outras fontes na vila, para além da Fonte do Espírito Santo: “A água que actualmente é apanhada nas Fontes da Vila de Marvão destinada ao consumo da população é proveniente da Fonte do Concelho de onde é tirada a motor para as fontes desta Vila onde existe por consequência o respectivo depósito”⁽⁶¹⁾.

No entanto, ainda não conseguimos apurar, exactamente, quando foi inaugurada a Fonte do Espírito Santo. Sabemos que em 1867 ainda os marvanenses tinham que se deslocar extramuros, à Fonte do Concelho, para se abastecerem de água potável. Transcrevemos parte da acta que contém outras informações muito interessantes, nomeadamente, sobre outras fontes e tanques de lavadeiras:

(...) o estado de ruínas em que se acha a fonte pública do concelho, extra muros desta Vila, onde os seus moradores vão buscar agoa para beber e usos domésticos, extravasando-se pelas bicas, quebradas no ano de 1834 pelas tropas do Governo Usurpador durante o assedio que soffreo esta Praça, e pelas grandes perdas que tem os chafarizes da mesma fonte: que no mesmo estado de ruína se acha a fonte pública da Selorica, carecendo esta de um novo tanque dentro da fazenda de Manoel Bras Rollo, por não haver nos coutos tanque publico para os habitantes desta Villa irem lavar suas roupas (...)

⁽⁶²⁾.

Mas sabemos que em 1928 a Câmara “deliberou (...) adjudicar à Casa Alfredo da Silva Ld.^a de Lisboa o fornecimento de um motor e mais material necessário para a elevação de água para a Vila, pela quantia de 13:243\$ (...)

⁽⁶³⁾. Em uma outra acta, de 1929, ficamos a saber que se compraram “Bombas para a fonte (...) do Concelho, de elevação de águas para a Vila (...)”⁽⁶⁴⁾. Como referimos atrás, em 1931 a Câmara decidiu montar outras fontes na vila. Finalmente, em 1933, já o “Mecânico do Motor (...) José Nunes Moura, foi reclamado a esta Camara aumento dos seus vencimentos. Pela Comissão foi resolvido aguardar melhor oportunidade para satisfação do pedido”⁽⁶⁵⁾. Tais factos apontam os anos de 1929/30/31 como os mais prováveis para a inauguração da Fonte do Espírito Santo, ou seja, durante os mandatos do Padre Fortunato Pequito (1928-1930) e de José Domingos Oliveira (1930-1935) como presidentes da Comissão Administrativa.

Em 1946, inicia-se o processo da sua substituição pela Fonte do Concelho, no mesmo largo, desmontada no sítio do mesmo nome – a nascente da vila, no caminho para a Abegoa - e acarretada para a vila, provavelmente durante o mês de Dezembro daquele ano, uma vez que o pagamento do serviço data de Janeiro do ano seguinte:

LARGO DO ESPÍRITO SANTO

Pagamentos (...) quatro mil escudos a José Maria Guedelha, para as despesas efectuadas com a deslocação da fonte do conelho para esta vila⁽⁶⁶⁾

Registe-se que governava a Câmara, ao tempo da acta, Manuel Berenguel Vivas⁽⁶⁷⁾, presidente, João Nunes Sequeira e José Carrilho Lourenço Ventura, vogais. Não encontrámos qualquer referência à inauguração da fonte que, muito provavelmente, terá acontecido em Junho ou Julho de 1947⁽⁶⁸⁾, aparecendo por este tempo referido nas actas, não o presidente, mas o vice-presidente, Dr. Manuel Magro Machado.



*Manuel Berenguel Vivas
(1900-1989)*

Identificação das pessoas na foto infra:

1. Mariana Travassos. 2. Esposa do Sr. Cardoso da Beirã; 3. Maria José Baptista Mouro; 4. Comandante Elpidio (genro do sr. Vivas); 5. Manuel Berenguel Vivas; 6. Manuel Ramalho Ribeiro (Dr.); 7. Manuel Magro Machado (Dr.); 8. Jeremias da Conceição Dias; 9. Rosinha, esposa do Sr. Jerónimo; 10. Mariana Ramalho; 11. Maria Cecília Ramalho; 12. Palmira Raposo; 13. Maria Isabel Carrasco Zamora Vivas; 14. Liberdade Gomes; 15. João José Gomes Esteves; 16. José Gomes Esteves; 17. José Fernando Gomes Esteves; 18. António Garcia; 19. Maria Joaquina Mouro; 20. José Martins Gralha (Dr.); 21. Sogro do Sr. Manuel Carita; 22. José Baptista; 23. João Sequeira Carlos; 24. Vermelho (Padre); 25. Manuel Carita; 26. Caetano (Padre); 27. Manuel Caldeira; 28. Pai do Sr. Machado (da Escusa); 29. Baptista Mouro (Dr.); 30. José Maria Cardoso; 31. Manuel Carrilho Lourenço Ventura; 32. João Dinis Carita; 33. Fernando Carita; 34. José António Alves; 35. Joaquim Curado da Silva; 36. Sargento Paz; 37. Francisco Carlos, pai dos irmãos Carlos; 38. Orlando Pinto; 39. Jorge Forte Oliveira (Prof.); 40. João Vidal; 41. Jerónimo de Oliveira; 42. Jaime Travassos⁽⁶⁹⁾



Provavelmente, trata-se de uma fotografia de grupo quando da homenagem prestada, a 13 de Março de 1960, ao Dr. Manuel Magro Machado, no quarto ano da sua nomeação como Presidente da Câmara. Outra das homenagens promovidas ao tempo, ao Dr. José Martins Gralha, realizou-se a 6 de Setembro de 1961; a forma como estes participantes estão vestidos nega a hipótese. Também ouvimos a versão de se tratar de uma homenagem, em 1961, a Manuel Berenguel Vivas, o que não está documentado no Boletim da Misericórdia. Contactado o padre Francisco Vermelho (n.º 24), não conseguimos desfazer a dúvida. Variadíssimos elementos constantes nesta fotografia estiveram presentes nos dois primeiros eventos referidos (foto s. d. tirada junto ao Convento de Nossa Senhora da Estrela)

A designação da fonte advém de constituir propriedade municipal e de ser a sua nascente, ainda hoje, o mais importante manancial de água nas proximidades da vila. Quanto às variantes que existiram/existem sobre a sua designação, e consultando os róis de confessados, em 1763, chamava-se Fonte do Concelho (aparece registada com a Fonte Leal – “Fonte Leal e do Concelho”)⁽⁷⁰⁾; em 1785 aparece registada como “Fonte da Vila”⁽⁷¹⁾; posteriormente, “Fonte do Concelho” é a designação que detectámos sempre. Na Carta Militar, a designação é Fonte Concelho, o que coincide com a forma popular de chamar ao sítio onde a nascente ainda corre. Noutros documentos do arquivo, nomeadamente nos camarários, a designação é, sempre, Fonte do Concelho.



Fonte do Concelho. Construída em 1713 no sítio do mesmo nome; trasladada e remontada no Largo do Espírito Santo em 1947

É um fontanário⁽⁷²⁾ majestoso, em granito, com tanque, três bicas (agora torneiras), alto espaldar com frontão envolvido em volutas e cruz ao alto, ladeado por dois ornatos terminando em bola. O frontão apresenta, ao centro, uma pedra de mármore insculpida com um castelo ornado de motivos vegetalistas, o escudo português - com os cinco pequenos escudos decorados com os cinco besantes (ou as cinco chagas de Cristo) - e a seguinte legenda na base:

ESTA OBRA MANDOV FAZER O D. °R
 ANDRE FRZ DA ROCHA E CVNHA SE
 NDO JVIS DE FORA DESTA V.A PELLO
 M.° ALTO E PODEROZO S.°R EL
 REI D. JOAÕ O 5.~ COM O D[INHEI]R[O] DAS ER
 VAGENS~ DO POVO NO ANNO DE 1713⁽⁷³⁾



Acrescente-se que foi também construído um chafariz para as bestas no lado direito de quem olha a fonte de frente, mas depressa se concluiu que a presença dos dejectos deixados pelos animais era incompatível com a pretendida sanidade e dignidade que se queria dar ao local. Foi então transferido este chafariz para o lado direito da porta do edifício da Rua do Castelo n.º 2, onde ainda hoje está, transformado em canteiro de flores⁽⁷⁴⁾.

LARGO DO ESPÍRITO SANTO

Para finalizar, pensamos ser interessante saber a quem pertenceu a ideia de fazer tão “pesada” trasladação. Com efeito, a ninguém de Marvão, mas sim ao então governador civil de Portalegre, Manuel de Magalhães Pessoa (1938-1940)⁽⁷⁵⁾ que, visitando a vila, ficou desagradavelmente impressionado com

o estilo moderno da fonte do Largo dos Combatentes da Grande Guerra, o que levou Sua Ex.^a a reprová-la e a sugerir que fosse substituída (...), e alvitrando, visto a falta de recursos desta camara, que para o referido largo fosse transferida a fonte monumental denominada “Fonte do Concelho”, digna de estar no local que possa ser visitada por naturais e turistas (...)⁽⁷⁶⁾.

O episódio seria posteriormente citado pela Comissão de Melhoramentos da Vila de Marvão para fundamentar a proposta, junto da Câmara, em 1939.

4.5 O PALAFRÉM DE MARVÃO NO SÉC. XIX

No rol de confessados de 1860, da paróquia de Santa Maria, aparece um estranho topónimo agregado à Travessa do Espírito Santo: “Palafrem e Travessa do Espírito Santo”⁽⁷⁷⁾.



Palafrem e Travessa do Espírito Santo		
23 João Balista Amieira	u	39
João m. ^o	u	35
João f.		9
Marianna f.		7
Rosa f.		1
23		
Joaquina M. ^a do Bispo	u	21
João António Bastões	u	36
Albino M. ^o	u	34
João f.		11
António Lemos f.		9
João f.		6
Joaquim f.		4
Maria f.		3

Registo dos confessados em 1860

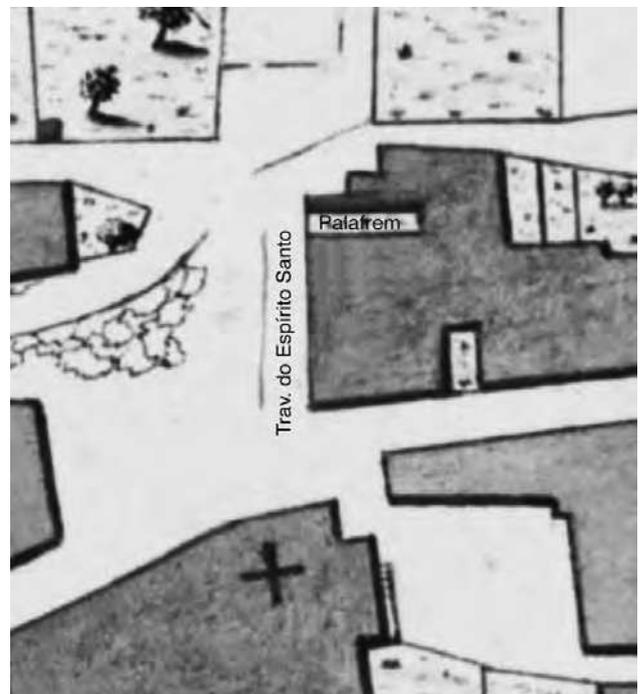
Qualquer dicionário de língua portuguesa nos dá o significado desta palavra (palafrem), designando um cavalo de cerimónias destinado, inclusivamente, a senhoras. Por se tratar de uma palavra que tem uma raiz próxima, latina (*paraveredum*) – que por sua vez resultou da aglutinação do grego (*para* = outro, extra) e do Celta (*veredum* = cavalo) –, palafrem tem o seu equivalente no espanhol (palafrén), no francês (palefrei, depois palefroi), no italiano (palafreno); no inglês (palfrei), no alemão (pferd). O termo diferenciava, portanto, este cavalo de cerimónias, devidamente adestrado e engalanado, do cavalo de trabalho e do cavalo de guerra. Mas, como é óbvio, o termo empregue no nosso topónimo não se refere ao cavalo propriamente dito. Não faria o mínimo sentido. Há que procurar outra acepção para a palavra. Foi no prestigiado *Dictionnaire Littré (Etimologie)*⁽⁷⁸⁾ que encontramos, em tempo mais recuado (1^a edição: 1863-1872), o outro emprego da palavra com um significado que já faz todo o sentido para o caso em apreço: “*cheval de poste*”, ou seja, cavalo utilizado nos primeiros serviços públicos de correios.

Encontrámos a mesma acepção no nosso *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa*⁽⁷⁹⁾.

Assim, tudo indica que o Palafrém de Marvão esteve ligado ao ofício público postal (adstrito ao cargo de Correio-Mor, atribuído, primeiramente, a Luís Homem), criado por D. Manuel I, em 1520, que obrigava a que

nos lugares de nossos reinos onde parecer ao dito Luís Homem que são necessários cavalos de postas, haja em cada lugar até dois homens obrigados a terem os ditos cavalos e de os darem aos ditos correios por seu dinheiro; e estes queremos que sejam excusos de todos os encargos do concelho, como se tivessem disso privilégios por nós assinados e passados pela nossa chancelaria⁽⁸⁰⁾.

Na Travessa do Espírito Santo, terá então existido um serviço que poderia corresponder à historicamente conhecida “mala-posta”, uma estação onde os cavalos que traziam o correio poderiam descansar ou os cavaleiros trocar de cavalo. Note-se que ainda existe um portão grande que dá acesso a um quintal onde poderiam entrar os animais. Com o mesmo tipo de funcionalidade, lembremo-nos que o actual *hall* da entrada de serviço da Câmara Velha, era uma “cavaleriça” onde se alojavam os cavalos ou mulas que serviam o concelho; não rejeitamos a hipótese dessa funcionalidade municipal se ter transferido para este palafrem. Consultada uma das antigas moradoras do edifício da Travessa do Espírito Santo, sobre a sua constituição nos anos sessenta - Angélica Sousa (1949-) -, informou-nos que a casa tinha duas manjedouras e três cozinhas (uma para cada fogo/família e outra para o palafrem?), o que não contraria, antes pelo contrário, a nossa hipótese. Tenha-se também em consideração que do séc. XIX até à utilização da casa por João Raposo, nas primeiras décadas do séc. XX, e posteriormente pelos seus filhos, aquela parte do edifício sofreu consideráveis alterações.



Extracto da planta militar de 1814 onde localizamos o “Palafrem”



Quintal e casa onde se situava o Palafrém de Marvão no séc. XIX, na Travessa do Espírito Santo

Em apoio da nossa hipótese, o Palafrém de Marvão, com o seu quintal, era, no séc. XIX, propriedade municipal, como o provam as “receitas e despesas virtuais”⁽⁸¹⁾ inscritas, referentes aos foros do quintal e das casas, por exemplo:

- de 1851, 2 de Janeiro, “Pelo que deve pagar Jose dos Santos Bixo pelo foro do Quintal do Palafrém” (20 réis); “Idem Jose Thomaz Magalhães pelo foro do Quintal do Palafrém vencido no mesmo dia” (50 réis);
- de 1854, 1 de Janeiro, “Josefa Theresa de Miranda pelo foro do Quintal do Palafrém” (50 réis); “Pelo que devem pagar os herd.ºs de M.^a da Felicia pelo foro das cazas do Palafrém vencido em 31 de Dez.º ultimo” (80 réis);
- de 1856, pagos pelos “herd.ºs de Maria da Felicia pelo foro das Cazas do Palafrém” (80 réis).

Recuando no tempo, estas “Cazas do Palafrém” e seus quintais já existiam no Tombo de 1746⁽⁸²⁾, embora nenhuma das descrições refira, como acima acontece, “cazas do Palafrém”; provavelmente, era, na referida data, a “Caza de João Sanchez”, uma vez que o foro era o mesmo (80 réis)⁽⁸³⁾:

- “quintal de Ignez Glz. Veuva de Manoel Faria Alcoforado” “no Palafrém” (pagava 100 réis de foro);
- “Cazarão do Padre Manoel Pirez Marquez” “que está ao Palafrém” (pagava 20 réis de foro; medição: nascente, 4 varas; norte, 4,5 varas; poente, 4 varas; sul, 4,5 varas);
- “Caza de João Sanchez” “no sittio do Palafrém” (pagava 80 réis de foro; medição: poente, 6 varas; sul, 4,5 varas; nascente, 6 varas; norte, 4,5 varas)

Aqui deixamos mais um tema que poderá, como tantos outros deste livro, ser investigado mais profunda e monograficamente. Finalmente, queremos chamar a atenção para o facto do registo de 1860, que reproduzimos acima, apresentar, num dos fogos, a tal Rosa Maria rodeira da vila de que falámos no capítulo anterior.

4.6 OS ESGOTOS, A NOVA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS E A CHEGADA DA LUZ ELÉCTRICA EM 1947

O arranjo paisagístico do Largo do Espírito Santo coincidiu com a repavimentação e construção dos esgotos, tapados, aliás, pelas lajes de granito que ainda hoje existem:

Diversas informações (...) tresentos contos para substituir por lajes a calçada das ruas que vêm da porta da vila ao Castelo e da porta de Ródão á Câmara, onde simultaneamente serão feitos os esgotos⁽⁸⁴⁾.

Relativamente à chegada da luz eléctrica, a primeira medida tendente a trazê-la para a vila foi tomada em 1936, solicitando-se autorização ao governo para o município contrair um empréstimo:

Electrificação do concelho / A Comissão deliberou por unanimidade, proceder desde já ás obras de electrificação do concelho, contraindo na Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 400:000.00 (quatrocentos mil escudos) amortizáveis em 20 anos, solicitando do governo a respectiva autorização⁽⁸⁵⁾.

Encetaram-se então as necessárias negociações com a Hidro Eléctrica, renovadas em 1938: “(...) se torna necessário renovar desde já as negociações com a “Hidro Electrica Alto Alentejo”, interrompidas desde Março de 1938 (...)”⁽⁸⁶⁾. Mas só em 1947 a luz aparece “ao fundo do túnel”: “(...) conta-se que em sete de Setembro possa haver luz em Marvão”⁽⁸⁷⁾. A inauguração realizou-se a 8 de Setembro.

Naquela data, ou um pouco mais tarde, o município deixou de comprar petróleo para a iluminação pública, o que ainda fez em Janeiro de 1947: “(...) cento e noventa escudos à empresa Vacuum, pelo fornecimento de petróleo para a iluminação da vila”⁽⁸⁸⁾.

E a primeira acta que refere o consumo de energia eléctrica na vila é a de 27 de Setembro de 1947: “Custo da energia – Estando a ser fornecida energia eléctrica á vila de Marvão e embora seja ainda diminuto o número dos seus moradores que já têm feitas as suas instalações e estejam disfrutando de luz eléctrica nas suas residências, entende a Câmara ser conveniente fixar desde já as tarifas (...)”⁽⁸⁹⁾. Registe-se que este benefício civilizacional chegou à Mui Nobre e Sempre Leal Vila de Marvão, quase meio século depois da capital de distrito, inaugurando-se aqui a 12 de Setembro de 1901, de que o pintor Benvindo Ceia produziu o respectivo cartaz!



Construção de esgotos e repavimentação da Rua da Porta da Vila (SIPA FOTO.00166967, s. a., 1948)

NOTAS

1) PAIVA, José Pedro (coord.) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. I, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2002, pp. 22 e 30.

2) *Idem*, vol. III, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2004, pp. 340 e 341.

3) ANTT, *Ementas*, liv. 3, fl. 185; ver COELHO, Possidónio Mateus Laranjo Coelho, - *Terras de Odiana*, 2ª edição, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e de Marvão, Lisboa, 1988, p. 137.

4) Este Domingos Rodrigues Fazendas deverá ter residido no actual edifício da Estalagem de Marvão, como o prova o seu registo nos róis de confessados de 1753 (JPSTG/01/001) e de 1770 (JPSTG/01/002), Mç 120, figurando, respectivamente, em primeiro e em último lugar, o que prova tratar-se da primeira casa de norte para sul ou o contrário. As letras foram soldadas ao sino e as que estão em falta na palavra FAZENDA e ANNO caíram. Também os N(s) estão, muitos deles, colocados ao contrário.

5) AHMM, Mç 122, VÁRIOS (1595-1939), JPST-M/01/001, folha n.º 6.

6) AHMM, Mç 122, VÁRIOS (1595-1939), JPST-M/01/001, LIURO DAS VEZITAÇÕES DE STA.ª MARIA, L.º 1.º, visitação de 1660, folhas n.º(s) 14 v.º e 15.

7) AHMM, Mç 122, VÁRIOS (1595-1939), JPST-M/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.ª DE ST.ª MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1749, folha n.º 58 v.º.

8) (<http://www.portugal1758.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvao/5182-marvao-santa-maria>)

9) Designamo-lo lateral e não colateral porque este altar não se situa na cabeceira ao lado do altar-mor, mas sim na nave, embora sobre uma plataforma com degrau que parece ter delimitado o presbitério da capela primitiva.

10) AHMM, SCMMV, Caixa n.º 5, SCMMV/E/04/001 (1834-1848/07/08), folhas n.º(s) 12, 12 v.º e 13.

11) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/003 (1794-1813/05/02).

12) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/005 (1837-1846).

13) AHMM, SCMMV, Caixa n.º 5, SCMMV/E/02/001, 1818, folhas n.ºs 9 e 9 v.º.

14) AHMM, SCMMV, Caixa n.º 5, SCMMV/E/02/001, 1818, folhas n.ºs 130 e 130 v.º.

15) AHMM, SCMMV, Caixa n.º 6, SCMMV/D/02/002, 1732-1763, folhas n.ºs 119 ss.

16) *Idem*

17) AHMM, SCMMV, Caixa n.º 6, SCMMV/D/02/002, 1732-1763, folha n.º 98 v.º.

18) AHMM, SCMM, Caixa n.º 11, RECEITA E DESPESA DA MISERICÓRDIA E DO HOSPITAL, SCMMV/D/02/006, folha n.º 139.

19) Informação de Joaquina Cordeiro dos Santos Raposo (1944 -), viúva de Joaquim do Espírito Santo Raposo (1903-1994), antigo proprietário do edifício da Rua do Castelo n.º 1 e autor da transladação e restauro da janela manuelina.

20) AHMM, Mç 111, IRMCC/01/001 (1739-1806/05/17).

21) O que permite afirmar que em 1739 os passos processionais já existiam.

22) AHMM, Mç 111, IRMCC/02/002 (1825/08/21-1841/09/17).

23) AHMM, Mç 111, IRMCC/02/001 (1777/02/16-1806/04/20).

24) AHMM, Mç 111, IRMCC/02/001 (1777/02/16-1806/04/20).

25) Segundo o padre Bonifácio Bernardo, a quem agradecemos a explicação: "*Dominga innanhis*: Deve tratar-se, presumo, de *Dominga in Albis*, que corresponde ao Domingo a seguir ao Domingo de Páscoa. *Dominga*: tradução literal abreviada de *Dies Dominica = Dia do Senhor*. No caso, *Dies* é palavra feminina, a concordar o adjectivo *dominica* também no feminino, claro." Acrescentamos que *Dominga in Albis* se traduz por *Domingo branco*, porquanto a quadra era tradicionalmente aproveitada para a realização de baptismos, recebendo os que se baptizavam, vestes brancas, na Vigília da Ressurreição de Jesus, durante a qual o Baptismo acontecia. Esta celebração festejava-se durante toda a semana, culminando no domingo seguinte ao de Páscoa, popularmente conhecido por *Pascoela*. E durante toda essa semana, os recém-baptizados usavam as vestes brancas, símbolo de pureza, de libertação do



pecado.

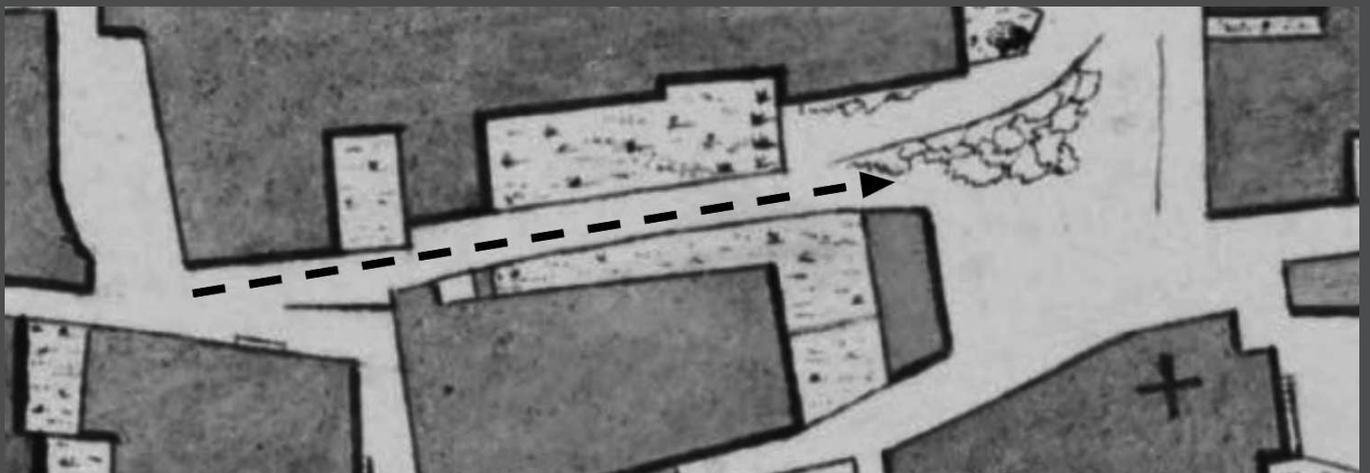
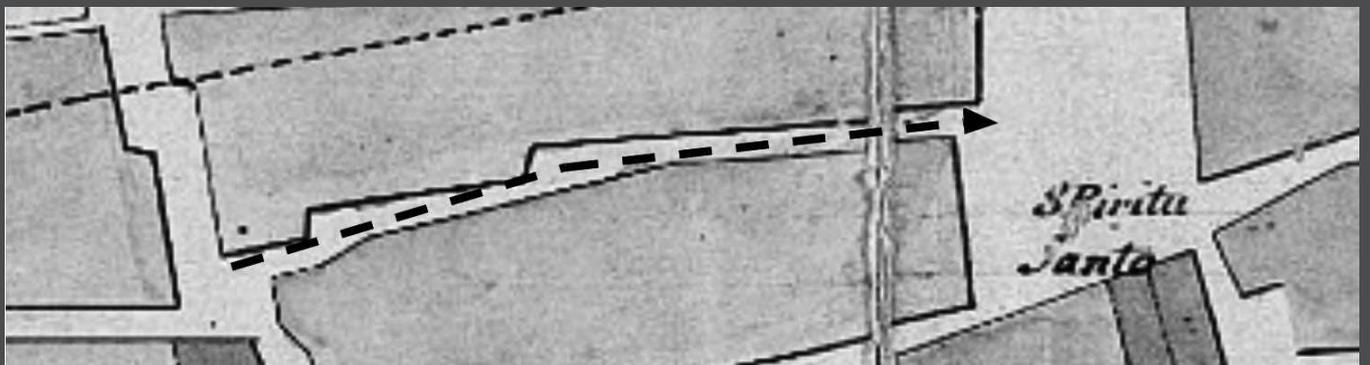
- 26)** AHMM, Mç 115, JPSTM/03/002 (1890/03/06-1909/12/12).
- 27)** AHMM, Mç 111, IRMCC/02/004 (1868/03/15 - 1879/03/28).
- 28)** AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01, folha n.º 39.
- 29)** AHMM, SCMM, Caixa n.º 14, ENTRADA E SAÍDA DE DOENTES, SCMMV/G-A/01/003 (1851/07/01-1852/06/11).
- 30)** AHMM, SCMM, Caixa n.º 6, RECEITA E DESPESA DA MISERICÓRDIA E DO HOSPITAL, SCMMV/D/02/002, folhas. 23 a 25v.º.
- 31)** De salientar os bens de raiz deixados à Misericórdia através da Capela de Manoel Carrilho. Ver AHMM, SCMM, Caixa n.º 4, SCMMV/E/01/001, 1799/10/25, “Tombo das fazendas, das capellas de Manoel Carrilho anno de 1818”. Cópia do testamento de 25 de Outubro de 1712, feita em 25 de Outubro de 1799.
- 32)** São catorze as obras de misericórdia, sete corporais (dar de comer a aquém tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; acolher os errantes; visitar os doentes; remir os cativos; sepultar os mortos) e outras tantas espirituais (dar bom conselho a quem pede; ensinar os ignorantes; corrigir os que erram; consolar os que estão tristes; perdoar as injúrias; suportar com paciência as fraquezas do próximo; rogar a Deus pelos vivos e pelos defuntos). Texto publicado pela União das Misericórdias Portuguesas com a colaboração da Professora Doutora Maria Antónia Lopes (<http://www.ump.pt/misericordias>).
- 33)** ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 23 de Agosto de 1951, folha n.º 62 e 62 v.º.
- 34)** ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 13 de Março de 1952, folha n.º 64.
- 35)** ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 24 de Maio de 1951, folha n.º 64.
- 36)** ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 30 de Setembro de 1947, folha n.º 42 v.º.
- 37)** ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 20 de Janeiro de 1948, folha n.º 45 v.º.
- 38)** AHMM, SCMM, Caixa n.º 5, SCMMV/E/04/001, folhas n.º (s) 16 v.º a 20 v.º.
- 39)** *Idem*, folha n.º 21.
- 40)** AHMM, SCMM, Caixa n.º 14, ENTRADA E SAÍDA DE DOENTES, SCMMV/G-A/01/001, folhas 63v.º-71.
- 41)** Informação de José Pinheiro (1931-)
- 42)** Informação de José Pinheiro (1931-)
- 43)** AHMM, CMMRV/B-E/01/004 (1930/01/30-1934/07/31), ACTAS DE VERAÇÃO, acta de 29 de Abril de 1933, folha n.º 126 v.º
- 44)** ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 28 de Fevereiro de 1946, folha n.º 21 v.º
- 45)** ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 20 de Janeiro de 1947, folha n.º 35.
- 46)** ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 31 de Julho de 1946, folha n.º 28.
- 47)** Informação de Maria do Céu Alves Garcia (1948 -)
- 48)** Na acta de 29 de Março de 1980, da Santa Casa da Misericórdia, podemos ler que esta instituição pediu 250 000\$00 pela venda do edifício, após a avaliação feita pelo G.A.T. de Portalegre. ASCMM, LIVRO DE ACTAS (Maio de 1972 – Novembro de 1988), folha n.º 34.
- 49)** Informações de António Machado (1956-), José Sanches (1950-) e Fernando Nicau (1965-).
- 50)** AHMM, SCMMV/G-A/02/002 (1748-79).
- 51)** Informações de Joaquim Diogo Simão (1941-), António Machado (1956-) e Fernando Nicau (1965-).
- 52)** *Idem*, folhas n.ºs 51 v.º, 54 v.º e 72.
- 53)** AHMM, SCMM, Caixa n.º 4, SCMMV/A/01/009 (1891/07/12-1900/01/07); SCMMV/A/01/010 (1910/10/20-1920/06/29).
- 54)** A 9 de Julho de 1893, o Dr. António de Matos Magalhães foi eleito provedor com o mesmo número de votos de João de Sousa Pinto, não comparecendo à sessão de posse.
- 55)** ASCMM, LIVROS DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA E CONJUNTAS COM OUTROS ÓRGÃOS GERENTES, de 1940-1944, de 1944-1957 e de 1972-1988.
- 56)** ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL (1958-1971), com termo de abertura a 3 de Dezembro de 1944. A última acta é a 1 de Abril de 1971, p. 30 v.º. Os corpos gerentes eleitos em 1971 tomaram posse para gerirem a Santa Casa até 1973.
- 57)** ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL (1958-1971), p. 27.
- 58)** AHMM, Mç 00, CMMRV/B-E/01/003, ACTAD DE VERAÇÃO, acta de 23 de Outubro de 1926, folha n.º 5 v.º.
- 59)** AHMM, Mç 00, CMMRV/B-E/01/003, ACTAS DE VERAÇÃO, acta de 26 de Março de 1927, folha n.º 19.
- 60)** AHMM, Mç 00, CMMRV/B-E/01/006, ACTAS DE VERAÇÃO, acta de 22 de de Julho de 1937, folha n.º 110 v.º.
- 61)** AHMM, Mç 00, CMMRV/BA/01/123, ACTAS DE VERAÇÃO, acta de 22 de Março de 1941, folhas n.º(s) 186 vº e 187.
- 62)** AHMM, Mç 7, PT/CMM/CMM/B-A/01/112, ACTAS DE VERAÇÃO, acta da sessão de 3 de Agosto de 1867, folhas n.ºs 178 e 178 v.º.
- 63)** AHMM, Mç 00, CMMRV/B-E/01/003, ACTAS DE VERAÇÃO, acta de 4 de Fevereiro de 1928, folha n.º 49 v.º.
- 64)** AHMM, Mç 00, CMMRV/B-E/01/003, ACTAS DE VERAÇÃO, acta de 23 de Fevereiro de 1929, folha n.º 79.
- 65)** AHMM, Mç 00, CMMRV/B-E/01/004, ACTAS DE VERAÇÃO, acta de 31 de Maio de 1933, folha n.º 134 v.º.
- 66)** AHMM, Mç 00, CMMRV, B-A/01/126, ACTAS DE VERAÇÃO, acta de 25 de Janeiro de 1947, folha n.º 117.

- 67)** Era filho de pais espanhóis que se instalaram na Beirã após a construção da estação ferroviária (Manuel Vivas Pacheco e Carmen Berenguel L'Hospitaux). Foi Presidente da Câmara entre 1945 e 1956 e Provedor da Misericórdia nos períodos de 1945 a 1955, de 1958 a 1964 e de 1967 a 1973. Em Junho de 1974, foi reeleito para novo mandato. Cronologia do Ramal de Cáceres: “1880, 06 junho - abertura do Ramal de Cáceres, entre Torre Vargens e Valência de Alcântara; 1885 - decisão sobre a exploração da linha que seria entregue à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses; 1891 - a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses abdica do direito de exploração da linha do Ramal de Cáceres, devido a problemas financeiros; 1924, 16 outubro - Portaria aprovando projeto de alterações da linha; 1925, 04 novembro - desenho da linha; 1926 - a estação é alvo de grandes obras de expansão, tendo o antigo edifício sido totalmente modificado, com ampliação, para SO., do espaço disponível para a delegação aduaneira, os serviços e os alojamentos para o pessoal; construiu-se um edifício, a SO. do edifício de passageiros, com um restaurante e quatro quartos para os passageiros, com lavabos individuais; 1929 - execução painéis de azulejo da autoria de Jorge Colaço e produzidos pela Fábrica de Cerâmica Lusitânia;” (ver Estação Ferroviária da Beirã em www.monumentos.pt).
- 68)** Testemunho de Joaquina Cordeiro dos Santos Raposo (1944 -).
- 69)** Tentativa de identificação por Maria do Céu Alves Garcia (1948-), Joaquina Cordeiro dos Santos Raposo (1944-) e Francisco Vermelho (1931-). *O Boletim da Misericórdia* n.º 98 de 1 de Abril de 1960 e o n.º 116 de 1 de Outubro de 1961, reportam as duas primeiras homenagens referidas mencionando vários dos presentes na fotografia em causa.
- 70)** AHMM, Mç 120, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG/01/001, folha n.º 118.
- 71)** AHMM, Mç 120, ROL DOS CONFESSADOS, JPSTG/01/005, folha n.º 11.
- 72)** Raramente se utiliza este substantivo a nível regional.
- 73)** Ervagens: arrendamento de pastagens em terrenos baldios (informação prestada pelo Dr. Fernando Pina do Arquivo Distrital de Portalegre).
- 74)** Informação de João Mena (1934 -).
- 75)** Ver Governo Civil de Portalegre (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1001174>).
- 76)** AHMM, Mç 00, CMMRV/B-A/01/122, ACTAS DE VERAÇÃO, acta de 8 de Julho de 1939, folhas n.º(s) 181 e 181 v.º.
- 77)** HMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/006, 1860, caderno sem numeração de páginas.
- 78)** *Dictionnaire Littré (Étymologie)* (<http://www.littre.org/definition/palefroi>)
- 79)** MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1977, p. 282.
- 80)** ANTT, Chancelaria de D. Manuel, Livro 37, fl. 98. *Cit in História Geral dos Correios nos séculos XVI ao XVIII*, por Luiz Guilherme G. Machado (<http://historiapostal.blogspot.pt/2008/02/histria-geral-dos-correios-portugueses.html>).
- 81)** AHMM, Mç 21, RECEITA E DESPESA VIRTUAL, CMMRV/E-A/04/001, folhas n.º(s) 7, 7 v.º, 27 v.º, 28; CMMRV/E-A/04/002, folha n.º 3 v.º.
- 82)** AHMM, Mç 13, TOMBOS DE BENS DO CONCELHO, CMMRV/D701/001, folhas n.º (s) 36 v.º, 37, 37 v.º e 38 v.º
- 83)** Não podemos confrontar medições porque, estranhamente, estas propriedades, apesar de serem municipais, não constam no “Novo Tombo dos bens do Concelho de Marvão 1866”.
- 84)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/126, acta de 12 de Julho de 1947, folha n.º 141 v.º.
- 85)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/006, acta de 14 de Outubro de 1936.
- 86)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/122, folha n.º 135, acta de 8 de Abril de 1939.
- 87)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/126, acta de 26 de Julho de 1947, folha n.º 144 v.º.
- 88)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV, B-A/01/126, acta de 25 de Janeiro de 1947, folha n.º 118.
- 89)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV, B-A/01/126, acta de 27 de Setembro de 1947, folha n.º 154 v.º.



5

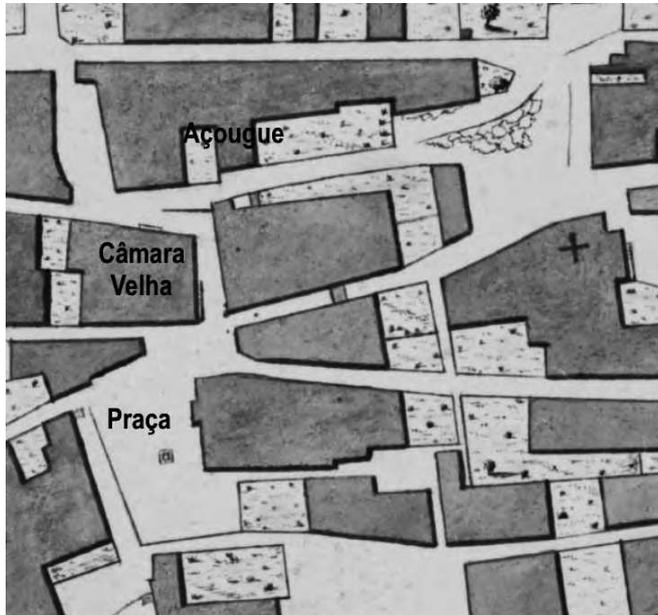
RUA DO AÇOUGUE



A Rua do Açougue nas plantas militares de 1765 (imagem de cima) e de 1814

5. RUA DO AÇOUGUE

5.1 O AÇOUGUE, O CURRAL MUNICIPAL E A CASA DO PEIXE



A Rua do Açougue e a sua relação com a Câmara Velha e com a Praça (1814)

5.1.1 TOPONÍMIA

Não encontramos esta rua nos róis de confessados de 1765 e de 1814. Mas quando da medição do Açougue para efeitos de registo no Tombo municipal, em 1746, ela é referida: “E Logo Em o mesmo dia mes, E anno atrás escripto na Rua do asougue adonde foy o Doutor Provedor com o procurador do Tombo (...)”⁽¹⁾. A razão por que não aparece nos róis de confessados prende-se, provavelmente, com o facto de não ter residentes. Note-se que para esta pequena rua deitam as traseiras da Rua do Sabugueiro e da Rua do Espírito Santo, sendo que as casas fronteiras à Câmara Velha constituem os n.º (s) 2 e 4 da Rua 24 de Janeiro que, antes, pertenciam à Rua de João Garção. Encontramos uma referência à Rua do Açougue numa alteração da toponímia realizada em reunião camarária de 28 de Setembro de 1933⁽²⁾. Então, a Rua do Açougue passou a Rua 24 de Janeiro, de que seria desanexada a 22 de Setembro de 1945.

5.1.2 O AÇOUGUE E O SEU MATADOURO

O Açougue situava-se na rua do mesmo nome, que passava, com a Rua de João Garção, a poente do edifício da Câmara. Cremos que ocuparia o lugar do edifício que é hoje sede da Junta de Freguesia de Santa Maria, uma vez que tal como acontecia em 1814 (ver extracto da planta), em 1866 (datação das confrontações que se transcrevem abaixo) e actualmente, apresenta quintais a norte e a sul, estando este último mais recuado e não visível a partir da rua. Também a frontaria da Junta, conjugada com o urinol que lhe está para sul, perfazendo c. 14,40 m, corresponde,

grossa modo, às 12 varas (12 x 1.10 m = 13,20 m) da medição de 1746. Refira-se que a Junta se instalou no actual edifício no ano de 1987, tendo anteriormente as suas instalações na Câmara Velha e, antes disso, mesmo em frente, na actual Rua 24 de Janeiro n.º 4⁽³⁾.



Rua do Açougue com a sede da Junta de Freguesia de Santa Maria onde se situava o açougue municipal

Aqui ficam as confrontações do açougue e a sua medição, respectivamente, em 1866 e em 1746:

Confrontações:

Uma casa terrea que serve de Açougue com seu matadouro nesta Villa, que confronta pelo norte com quintal de Eufrosina Magdalena, e pelo sul com d.º do P.e José Luiz Forte⁽⁴⁾.

Medição:

Medição do Asougue

E Logo Em o mesmo dia mes, E anno atrás escripto na Rua do asougue adonde foy o Doutor Provedor com o procurador do Tombo, E medidorez ali se medio o asougue E matadeyro que tem da parte de fora pella dianteyra na Rua doze varas, E por dentro o asougue da parte do Sul tem Oitto varas, E da parte do poente tem o asougue E matadeyro des varas, E o matadeyro da parte do Sul tem Sette varas, de que o Doutor Provedor mandou fazer Este termo, que Com o procurador do Tombo, E medidores assignou Manoel Ayrez Baptista escrivão que o Escrevi / Levoim / Manoel de Faria Frausto / Pedro Soares / Simão Luiz⁽⁵⁾.

RUA DO AÇOUGUE

5.1.2.1 O FORNECIMENTO DE CARNE NO AÇOUGUE PÚBLICO

É interessante a forma como se processava, em 1888, o fornecimento de carne para venda pública no Açougue. Através do auto de arrematação que a seguir transcrevemos, apercebemo-nos de que ele tinha a validade de um ano, sendo concedida a exclusividade da venda a quem a fizesse pelo menor preço, fixo, portanto, e apresentando fiador. Neste ano, apenas se vendiam as carnes de carneiro, chibo e cabra.

Auto de arrematação do fornecimento ao publico de carnes verdes no açougue d'esta villa, feito a Francisco Bengalla pelo anno de 1888.

Aos vinte e cinco dias do mez de dezembro de mil oito centos e oitenta e sete, na sala das sessões da Camara Municipal d'este Concelho de Marvão, aonde se achava o cidadão João Pinto Simões, Vice-presidente da mesma camara comigo secretario d'esta, ahi tendo precedido os competentes editaes, e em virtude da auctorisação concedida pela dita Camara em vinte e dois do corrente mez ao dito Senhor Vice-presidente, este mandou metter a pregão o fornecimento de carnes verdes no açougue d'esta villa, ao publico durante o anno de mil oitocentos e oitenta e oito; e andando em pasta publica o dito fornecimento a quem por menos o fizesse, o lançe mais vantajoso que houve foi oferecido por Francisco Bengalla, casado, trabalhador, morador n'esta villa, o qual se propoz ao fornecimento de cada kilograma de carneiro e chibato por cento e quarenta e cinco reis e de cada kilograma de cabra por noventa e cinco reis; e não havendo quem por menos fizesse o dito fornecimento, o Senhor Vice-presidente lhe mandou entregar o ramo pelos preços acima exarados, com as condições seguintes: 1ª Primeira a venda das carnes terá logar no açougue d'esta villa nos domingos, terças e quintas feiras de cada semana a quem as pretenda ali comprar; Segunda cumprir todas as disposições do codigo de pustras municipaes em vigor sobre o assumpto; Terceira e ultima, logo que o arrematante infringir o que fica expressado, ficará obrigado ao cumprimento da obrigação aqui contrahida pelo arrematante o fiador d'este Bento Gonçalves Sanches (...)⁽⁶⁾ [o documento é assinado pelo escrivão e pelo Vice-presidente da Câmara, pelo arrematante, pelo fiador e por duas testemunhas].

Este arrendamento anual passa a trienal em 1947⁽⁷⁾. Poderá estranhar-se que não se vendessem outras carnes, mas a realidade é que, em Marvão, os últimos talhos de que há memória, entre os anos de 1950 e 1970 – o do Chico Passarito, na Praça, onde agora está o Restaurante Varanda do Alentejo, e o da Sr.^a Amélia Ramos, na Rua 24 de Janeiro n.º 6 –, só vendiam gado caprino e ovino⁽⁸⁾. Diga-se de passagem que os rebanhos desta última eram pastoreados pelo marido, o Sr. João Passarito, e tiveram o seu curral, até ao princípio dos anos de 1970, na barbacã (conhecida na vila por “trincheira”) nascente, entrando o gado pela Porta da Vila. Não há memória de se ter vendido carne de vaca em Marvão. E relativamente a outras carnes, eram de criação caseira. Coelho e aves de capoeira quase toda a gente tinha em casa, nos seus quintais, e o mesmo acontecia com os porcos que até eram criados na rua. Vejam-se estas posturas municipais de 1860, tão elucidativas sobre a matéria:

Art.º 3º Todos os moradores desta Villa e Povoações do termo deveram encerrar os seus porcos nos dias de procissões (...)

Artigo 4.º Toda a pessoa que tiver nesta Villa mais de tres porcos à sua porta, ou marrãas criando, pague de pena mil e dosentos reis⁽⁹⁾.

E podemos ilustrar esta prática com uma pitoresca aguarela de Roque Gameiro, pintada no ano de 1916, surpreendendo o quotidiano de Marvão na Rua do Castelo e Largo do Espírito Santo.



A Rua do Castelo e parte do Largo do Espírito Santo em aguarela de Roque Gameiro, 1916

Relativamente às obrigações do açougueiro, podemos conhecê-las através das posturas municipais, o que nos permite aprofundar o conhecimento sobre este serviço público. Recorrendo às que deveriam estar em vigor à data da arrematação supra (as de 1875, ainda em vigor em 1885), eis o que ao açougueiro dizia respeito:

Polícia do Açougue

Artigo 55. É obrigado o cortador das carnes verdes a varrer e esforinhar o açougue e matadouro todos os sabbados, e a rua do mesmo pena de 500 rs. e de se mandar limpar e varrer á sua custa.

Artigo 56. O arrematante das carnes verdes que introduzir no açougue carnes de vacca, chibato, carneiro, cabra ou de porco doente ou morrinhoza pagará de multa 6:000 rs., e o cortador que a talhar 3:000 rs.

Art.º 57. É prohibido vender cabra por chibato ou carneiro pena de pagar o arrematante 3:000 rs, e o cortador 2:000 rs.

[Parágrafo] único. E se vender carne por pezo que não tenha pagará o cortador por cada gramma que faltar 40 rs.

Artigo 58. A matança do gado será feita na véspera da sua venda, no verão das 3 ás 6 horas, e d'inverno das duas ás 5 horas da tarde, e nunca se poderá fazer sem que preceda exame nas cabeças do gado pela pessoa que a Camara encarregar para esse fim, pena de 2:000 rs.

Artigo 59. Só é permitido matar alguma cabeça de gado no dia do seu talho e venda quando aconteça não chegarem as cabeças mortas na véspera p.^a consumo daquele dia, devendo neste caso preceder aviso ao encarregado do seu exame antes de se matar, pena de pagar o arrematante 2:000 rs., e o cortador 1:000 rs.

Artigo 60. É proibido matar e vender no açougue chibos, borregos, ou outro animal que não tenha pelo menos um anno de idade, pena de pagar o arrematante por cada uma 2:000 rs.

Artigo 61. Quem no açougue perturbar o socego publico maltratando com palavras injuriosas ou insultantes ao arrematante ou cortador, ou outra pessoa pagará 1:000 rs.

Artigo 62. O Arrematante deverá abrir o açougue desde o 1.º d'Abril até 30 de Setembro desde o nascer do sol athe ás 8 horas da manhã, e nos outros mezes até 9 horas da manhã, pena de 2:000 rs.

[Parágrafo] único. O arrematante nunca terá falta de carne para vender, nem deixará pessoa alguma sem carne, excepto tendo se acabado nas quintas feiras e vésperas de dia de jejum, que havendo só uma ou duas pessoas a querer carne não terá obrigação de matar uma cabeça só p.^a ellas, se o que ellas pertenderem comprar não chegar ao pezo de 2 kilos, por evitar que a restante se lhe arruíne como por vezes tem acontecido, tudo debaixo da pena de 1:500 rs.

Art.º 63. É proibido vender carnes verdes de cabra, carneiro, chibato, vacca ou de porco fóra do açougue, sem licença da Camara, pena de pagar pela primeira vez 3:200 rs. e o dobro por cada reincidência, e isto além das mais penas que as leis estabelecem contra quem as matta e vende fóra dos açougues.

[Parágrafo] único. Para (pastoriar?) o gado do arrematante tem elle os canchos do Arieiro⁽¹⁰⁾ que restam por vender⁽¹¹⁾.

Nas posturas de 1860, refere-se sobre esta matéria o seguinte:

“E para que o arrematante possa bem servir o povo, dando lhe boa carne, tem elle para pastorear o seu gado a coutada, que de antigo costume lhe está estabelecida.” E mais à frente, no artigo 109, defende-se o privilégio do arrematante do açougue: “Todo o gado que for encontrado pastoreando na coutada do Obrigado do Açougue, sem licença deste e da Camara pagará por cabeça (...)”⁽¹²⁾.

5.1.2.2 COMPRA, VENDA E MATANÇA DE GADO SUINO

A compra e venda de gado suíno em carcaça inteira (é isso que depreendemos) tinha artigo próprio:

Artigo 66. Todo o gado suíno que se comprar ou vender a pezo nesta Villa será pezado na balança grande para isso destinada nos baixos dos Paços do Concelho, e pagará o vendedor para a Camara ou p.^a o rendeiro, se isto tiver feito parte da sua arrematação, 40 rs. por cada porco ou porca; pena de pagarem por cada um que pezarem nas romanas ou n'outras balanças a multa de 1:000 rs.

[Parágrafo] 1º. Esta balança e seus pezos serão aferidos anualmente á custa de quem receber o seu rendimento.

[Parágrafo] 2º. Tambem podem pezar se nesta balança outros objectos de grande pezo ou volume, como toucinhos, banha,

lam etc pagando por cada pezagem os mesmos 40 rs.⁽¹³⁾.

Ao que parece, o gado suíno era morto pelas famílias em plena rua, hábito que só foi interditado, em Marvão, em 1936:

Matança de porcos na via publica / (...) a Comissão determinou e aprovou por unanimidade proibir a matança de suínos na via publica, sob pena de, vinte escudos por cabeça (...)⁽¹⁴⁾.

5.1.3 O CURRAL DO CONCELHO

O município dispunha de um curral, chamado “do Concelho”, localizado na Rua de Baixo, conforme explicaremos no respectivo capítulo.

Recorrendo ao “Codigo ou disposições Municipais do Concelho de Marvão” de 1875, vigente, pelo menos, até 1885, podemos compreender como funcionava este curral através das obrigações do curraleiro. Transcrevemos os artigos 77 a 79 enquadrados no título “Do curraleiro”:

Art.º 77 É obrigado o curraleiro a varrer todos os sabbados e vesperas de procissões a frente do curral do Concelho e a rua das cazas da Camara e d'Administração do Concelho pena 200 rs.

[Parágrafo] unico. O curraleiro deve cuidar dos animais emquanto estiverem no curral, e passadas 24 horas deve logo dar-lhe de comer e beber á custa de seus donos.

Art.º 78 O Curraleiro não soltará as rezes ou animais do curral sem ordem por escripto da competente autoridade pena de 1:000 rs. e de perder a curralagem.

Art.º 79. O Curraleiro receberá por cada cabeça de gado que entrar no curral, sendo cavalari, muar ou asinino, ou rez vacua 40 rs.

E sendo gado suino, caprino ou ovino athe ao n.º de 10 vinte reis cada uma, e dahi para sima por cada cabeça que exceder 5rs., e levando mais pagará 1:000 rs.⁽¹⁵⁾.

Podemos concluir que o Curral Municipal era o espaço destinado ao abrigo de animais dentro da vila, muito provavelmente arrematado pela Câmara a um homem, o curraleiro, que, sujeito às obrigações supra, era pago pelos proprietários dos animais para exercer a sua guarda e alimentação.

5.1.4 O “CONVÍVIO” COM OS ANIMAIS

Para exemplificarmos o “convívio” de outros tempos, entre pessoas e animais, que sem dúvida nos surpreende hoje, não resistimos a divulgar uma queixa, sobre a matéria, surgida na Santa Casa da Misericórdia no ano de 1849:

Auto da Meza de dezassete de Janr.º de 1849

(...) Nesta foi porposto pello Provedor actual que no dia quinze do Corrente mes lhe fizerão representação dois Irmaos actuais da mesma Meza, que o infermeiro, e infermeira não tratavão os emfermos Com aquella Caridade que exigi o Seu Cargo. primeiro, que o Caldo, e carne os não podião Comer pello Seu máo tempero; porque tendo dois porcos na Cozinha, estes cauzarão grande porqueira chegando ao eceço de deitarem as panelas no xão, acrecendo mais que elles Irmaos ouvirão quixar os mesmos Emfermos que a Infermeira ttirava o melhor Caldo da panela para Se utilizarem delle, e que a briaguez da mesma Infermeira Causava grande dezorde no bem dos desgraçados.

RUA DO AÇOUGUE

Sendo ouvidos os Irmaos, e votando por favor pretas, e brancas, decedirão a força de votos que devia ficar o actual Enfermeiro João Dias Sarzedas⁽¹⁶⁾.

5.1.5 A VENDA DE LEITE

Até aos anos de 1950, o leite de vaca comprava-se - como já referimos atrás quando tratámos da Rua do Espírito Santo - ao Sr. António Grilo que tinha taberna no edifício de gaveto entre as ruas de Cima e do Espírito Santo. Nesta última, possuía uma vacaria no n.º 4, debaixo do arco; a venda do leite fazia-se no n.º 2 da mesma rua⁽¹⁷⁾. A partir dos anos de 1960, deixou de se produzir e vender leite de vaca na vila e só se tinha acesso ao leite de ovelha e de cabra no referido talho da Sr.ª Amélia Ramos.

5.1.6 A CASA DO PEIXE

As posturas municipais que estamos a seguir fazem também alusão a uma casa do peixe. Aqui se transcreve o artigo mais importante:

Da Casa do peixe

Art.º 64. Todo o peixe fresco ou salgado dará entrada na caza do peixe destinada pela Camara pena de 500 rs. Exceptuão-se as sardinhas e os peixes do rio ou ribeira que poderão vender-se pelas ruas e povoações do termo⁽¹⁸⁾.

Esta casa situava-se na Praça. Assim estava designada, em 1833, no registo da contribuição da Décima: "Ditas da Praça onde se vende o peixe fechadas"⁽¹⁹⁾.

5.1.7 OS VETERINÁRIOS MUNICIPAIS

Concluimos este capítulo dando a conhecer quem foram os veterinários municipais, levantamento efectuado pela Dr.ª Catarina Bucho Machado quando era responsável pelo AHMM:

DATAS	TITULAR	DOCUMENTOS
1932-1935	António Joaquim Lopes (Inspector Municipal da Sanidade Pecuária)	CMMRV/B-A/01/122, fl. 85 v.º
1935	João Pires de Andrade (Inspector Municipal da Sanidade Pecuária)	Livro de autos de posse
1937-1957	Manuel Ramalho Ribeiro	CMMRV/B-A/01/128, fl.126 v.º
1958-1964	Joaquim Cordeiro F. da Graça	CMMRV/B-A/01/131, fl. 143
1964-1977	Rui Biscaia Telo Gonçalves	CMMRV/B-A/01/131, fl. 152v, fl.178 v.º
1977-2005	José Caldeira Martins	CMMRV/B-A/01/137



Manuel Ramalho Ribeiro
(1909-1986)

Apresentamos uma pequena nota sobre o Dr. Manuel Ramalho Ribeiro (1909-1986), na medida em que residiu na vila durante um número apreciável de anos. Era natural de Viamonte e foi médico veterinário de Marvão durante 20 anos, entre 1937 e 1957. Residiu primeiramente na Rua de São Tiago (no actual prédio da família Andrade), depois na Rua da Porta da Vila e, finalmente, na Rua do Açougue. Durante a sua passagem pela vila, realçamos a sua participação cívica como Presidente da Comissão Municipal de Assistência, Presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo, Tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia e Coordenador do Asilo Masculino, designadamente das oficinas de formação profissional⁽²⁰⁾.

NOTAS

1) AHMM, Mç 13, CMMRV/D/01/001, 1746, folha n.º 12.

2) Em 1933 (28 de Setembro) ainda se mudou o nome desta rua para Rua 24 de Janeiro, mas sem consequência futuras. Outras alterações toponímicas decididas na mesma reunião camarária: “Rua do Terreiro – Rua do Infante D. Henrique – alcaide de Marvão; Rua do Relógio – Rua da Liberdade; Rua do Corro – Rua Dr. António José de Almeida; Rua do Adro – Rua Sacadura Cabral; Largo do Terreiro – Largo de Olivença; Travessa da Cadeia – Travessa do Município”. AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 28 de Setembro de 1933, folha n.º 154 v.º.

3) Informação prestada por Joaquim Diogo Simão (1941-).

4) AHMM, Mç 25, INVENTÁRIO DE BENS E DO ARQUIVO (1868-1895), CMMRV/C-F/01/001.

5) AHMM, Mç 13, CMMRV/D/01/001, 1746, folha n.º 12.

6) AHMM, Mç 14, ARREMATAÇÕES DOS BENS DO CONCELHO, CMMRV/D/02/009.

7) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/126, acta de 27 de Dezembro de 1947.

8) Informações prestadas por Maria do Céu Alves Garcia (1948-) e por Maria de Jesus Alves Garcia (1952-).

9) AHMM, Mç 47, CÓDIGOS E POSTURAS MUNICIPAIS, CMMRV/B-A/05/002, Código ou Disposições Municipais do Concelho de Marvão (1860).

10) A sueste de Marvão, com acesso pela calçada que vai para a Portagem, ver Carta Militar de Marvão n.º 348.

11) AHMM, Mç 47, CÓDIGOS E POSTURAS MUNICIPAIS (1845-1883).

12) AHMM, Mç 47, CÓDIGOS E POSTURAS MUNICIPAIS (1845-1883), CMMRV /B-A/05/002, Código ou Disposições Municipais do Concelho de Marvão (1860), Art.ºs 60 e 109.

13) AHMM, Mç 47, CÓDIGOS E POSTURAS MUNICIPAIS (1845-1883).

14) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/005, acta de 20 de Maio de 1936, folha n.º 179 v.º.

15) AHMM, Mç 47, CÓDIGOS E POSTURAS MUNICIPAIS (1845-1883).

16) AHMM, SCMM, Caixa n.º 2, ACÓRDÃOS E TERMOS DE ELEIÇÕES DAS MESAS ADMINISTRATIVAS, SCMMV/A/01/002, folha n.º 183.

17) Informações prestadas por Joaquina Rosa Carrilho (1928-) e por Maria do Céu Alves Garcia (1948-).

18) AHMM, Mç 47, CÓDIGOS E POSTURAS MUNICIPAIS (1845-1883).

19) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/03, folhas n.º(s) 18 v.º a 20 v.º. Ver a fundamentação desta localização no Capítulo Rua da Porta da Vila.

20) Informação disponibilizada pelo seu neto Francisco Ramalho Subtil. Ver, também:

(http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresda-CamaraCorporativa%5Chtml/pdf/r/ribeiro_manuel_ramalho.pdf)



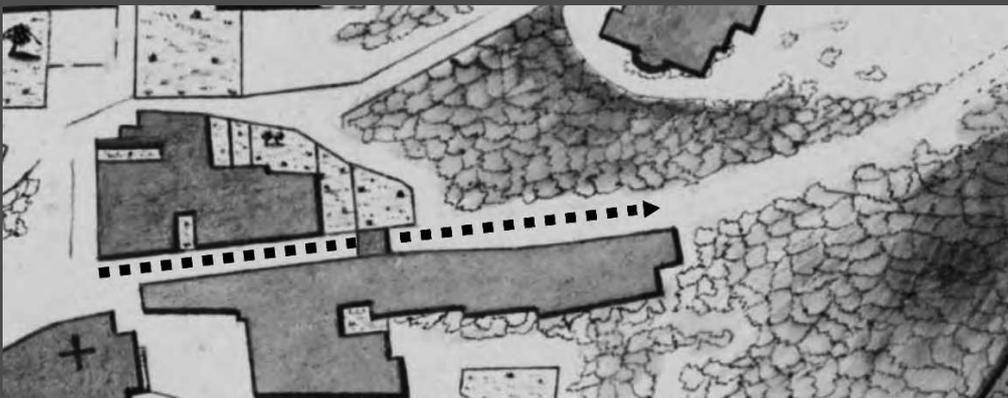
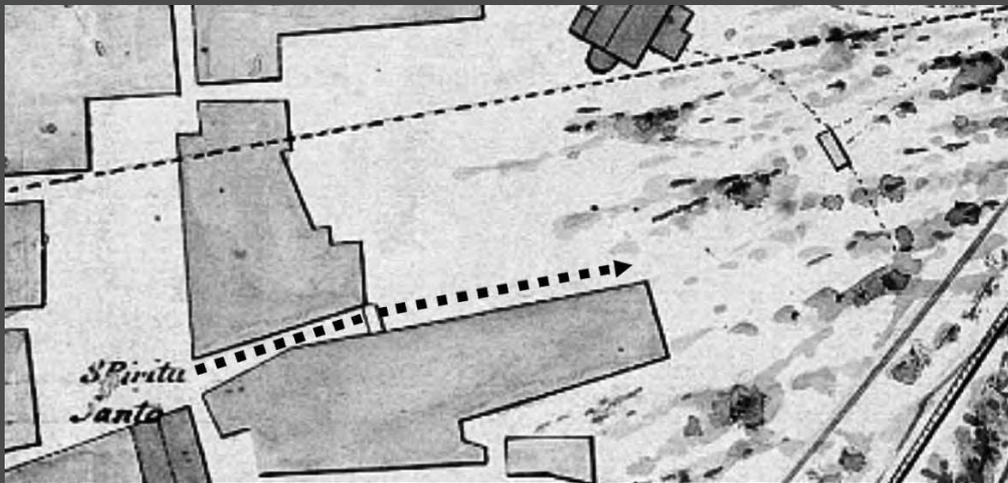


Jeremias da Conceição Dias no seu "posto" de defesa do património (1958); foi, para o efeito, Delegado Concelhio da Junta Nacional de Educação



6

RUA DO CASTELO



A Rua do Castelo nas plantas militares de 1765 (imagem de cima) e de 1814

6. RUA DO CASTELO

6.1 TOPONÍMIA

Comparando as duas plantas de 1765 e de 1814 com a realidade actual, dá-nos a impressão de que a rua teve sempre o mesmo número de casas, sendo que, a última do lado nascente, o n.º 18, da família Peixeiro, de que falaremos mais adiante, constituiu a reabilitação de uma preexistente, conforme se pode verificar na fotografia seguinte. A alteração mais evidente é a formação dos quintais das casas do lado poente.

Durante a I República, em 1925, a rua passou a chamar-se de José Carrilho Videira. Diga-se que o nome deste insigne republicano também havia sido atribuído ao Largo do Terreirinho, a 10 de Novembro de 1910. A 22 de Setembro de 1945, quer a rua quer o largo voltaram às designações iniciais.



Rua do Castelo em fotografia não datada, anterior a 1934

6.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Em 1764 (no ano seguinte, a rua aparece ligada à do Espírito Santo), o respectivo rol de confessados registou 17 fogos com 60 residentes⁽¹⁾. Nas profissões ou ocupações podemos referir: 2 lavradores, 1 forneiro, 2 escrivões (Joze Morato Roma, de 65 anos, e Mathias Carr.º Vilhena, de 52), 2 trabalhadores, 1 pedreiro, 1 correio e 3 indivíduos sem profissão. Aparecem ainda registados, 1 viúvo e 5 viúvas, sendo uma delas D. Magdalena da Encarnação, de 82 anos, v.ª do Gov [Governador].

Comparando com o ano de 1814, o número de fogos não se altera e os residentes eram menos: 56⁽²⁾. Relativamente a profissões ou ocupações, podemos referir 2 padres (J.e Carr.º Vilhena e Joaq.m de Mattos), 3 militares (Tenente Joaq.m J.e Vidal, Capitão Fran.cº Velles e Capitão Henrique de Torres), 1 jornaleiro, 1 lavrador e 3 indivíduos sem qualquer indicação. Em cinco fogos moravam 4 viúvas e 1 viúvo, o que nesta rua corresponde a quase 1/3 do total das famílias.

6.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

A verificação é impossível porque os registos, em ambos os impostos, não apresentam a Rua do Castelo discriminada, e também porque o respectivo rol de confessados não foi elaborado por ruas.

6.4 A CASA DA JANELA MANUELINA

Adquiriu este nome, na vila, por via da janela que se impõe no seu frontispício. Mas no interior, a casa não tem qualquer reminiscência de período tão recuado, sendo boa parte das suas paredes em tabique e de construção relativamente recente. A explicação para a falta de correspondência entre decoração e estrutura, está no facto de a janela ter sido trasladada da casa fronteira do outro lado da rua, ao tempo do mesmo proprietário, onde foi descoberta emparedada.



A casa da janela manuelina antes de 1947/48, apresentando já, na foto da direita, a referida janela

RUA DO CASTELO



A janela manuelina logo após a sua trasladação e restauro

Trata-se de uma janela de arco conopial, ou contracurvado, de seis centros, de dupla arquivolta decorada com dois cogulhos no intradorso, assente em dois colonelos de cada lado, com bases e capitéis de ornamentação gótica. Inicialmente de granito, a janela foi restaurada apresentando elementos em argamassa de cal. A sua datação estilística enquadra-se no período luso-mourisco, ou mudéjar, característicos do gótico final ou manuelino (sécs. XV e XVI).

Deve-se tal intervenção de salvamento patrimonial, a Joaquim Espírito Santo Raposo (1903-1994), antigo Tesoureiro da Câmara e da Fazenda Pública que efectuou a obra antes de 1947/48, uma vez que na fotografia que já apresenta a janela, é visível a falta da passadeira central de pedra que haveria de cobrir os esgotos. Este edifício, tal como o da Travessa do Espírito Santo, constituíam um só prédio de seu pai, João da Conceição Raposo – Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal entre 1923 e 1925⁽³⁾ -, sendo posteriormente dividido e doado aos seus dois filhos: João Raposo ficou com o da Travessa do Espírito Santo e Joaquim Raposo com o da Rua do Castelo, onde viveu durante toda a sua vida. Repare-se que a porta pequena da Travessa do Espírito Santo ainda não estava construída na foto mais antiga.



Joaquim Espírito Santo Raposo (1904-1994)

Ao lado, o agente da SINGER, Joaquim E. S. Raposo, com as participantes de um curso de formação (anos de 1930)



A casa da janela manuelina c. 1980. No grupo frente à casa: Joaquim Raposo tendo à sua esquerda uma senhora não identificada, Joaquina Raposo, com quem havia de casar em segundas núpcias em 1989, e Dulce Raposo (filha)



Festa de confraternização dos funcionários das Finanças do Distrito de Portalegre (Igreja de Santa Maria de Marvão, 1989). Junto à mesa, Joaquim Raposo com Cunhal de Almeida à sua esquerda

Uma última nota sobre o diferendo havido entre a Câmara (em 1927, já em tempos de Ditadura Militar) e João da Conceição Raposo, a propósito das paredes do seu quintal:

Estética da rua

Pelo senhor Presidente foi proposto e aprovado que se oficie ao cidadão João da Conceição Raposo para que no prazo de trinta dias proceda á remodelação das paredes do seu quintal confinante com a Calçada de Santa Maria e Largo dos Combatentes da Grande Guerra, devendo fazer desaparecer o recanto existente junto do seu quintal e seguir em tudo o mais as indicações que lhe foram dadas pelo Ex.º Presidente⁽⁴⁾.

Na planta de 1814 notamos que, nas traseiras, a parede do quintal é escadeada e agora é direita; talvez seja este o detalhe estético em causa. Mas a citação serviu-nos, sobretudo, para relacionar este edil republicano com a “casa manuelina” e com seu filho Joaquim, bem como para identificar uma antiga designação toponímica para o Largo do Espírito Santo: Largo dos Combatentes da Grande Guerra.

6.5 A ANTIGA SEDE DA LEGIÃO PORTUGUESA

Pois a verdadeira “casa manuelina” era o n.º 2 desta Rua do Castelo, da propriedade do Sr. João Mena que, com os seus 81 anos (escrevemos em 2015, ano também, do seu falecimento), muito contribuiu, com os seus testemunhos orais, para esta investigação. Foi o próprio que nos referiu ter ouvido dizer que a sua casa foi, em tempos, um hospital, e desde logo ligámos esta informação à antiga designação que teve a actual Travessa da Silveirinha: Travessa do Hospital Velho, a que já nos referimos no capítulo anterior. Será que existiram antigas instalações hospitalares da Misericórdia naquela travessa, em que o edifício em apreço faz gaveto? Fiquemos apenas com a hipótese que, como já referimos, não podemos fundamentar na leitura dos tombos da Santa Casa.

O que podemos provar, não só por testemunhos orais mas até fotograficamente, é que o edifício era sede/quartel da Legião Portuguesa em 1960, por arrendamento a João Caçador, empreiteiro de construção civil que recebera a casa de Joaquim Espírito Santo Raposo por ocasião das obras de reabilitação da “casa manuelina”⁽⁵⁾. E assim se manteve com esta função até ao 25 de Abril de 1974, tendo sido adquirido por João Mena em Novembro daquele ano. Provavelmente, trata-se da segunda sede daquela organização, uma vez que, como já referimos (capítulo Rua do Espírito Santo), uma outra existiu no primeiro andar do actual edifício da mercearia e Estalagem de Marvão (Rua do Espírito Santo n.º 1).



João Mena (1934-2015)



A Rua do Castelo, com o primeiro edifício do lado nascente a ser utilizado como sede da Legião Portuguesa (Setembro de 1960). Na foto, a menina Maria Eugénia Alves

6.6 A CASA DOS POETAS

6.6.1 FERNANDA DE CASTRO (1900-1994)



A Casa dos Poetas e Fernanda de Castro

Numa casa velha não moram só os seus habitantes vivos, mas também, e sobretudo, as almas dos que já partiram, deixando atrás de si um rasto invisível, que nos envolve como um nevoeiro⁽⁶⁾.

Foi exactamente na sequência da vinda de Fernanda de Castro a Marvão, para estrear a recém-inaugurada Pousada do SNI, em 1967, facto que relatamos no capítulo Rua 24 de Janeiro, que a escritora se apaixonou pela vila e também por uma casa que acabou por comprar por vinte

RUA DO CASTELO

contos na Rua do Castelo (n.º 3). A casa tinha sido habitada, por arrendamento, pela família de António Delgado Garcia, até 1963/64, mas precisava de muitas obras e o proprietário não as queria fazer. Entendeu, então, a família Garcia sair e comprar a casa que ainda hoje possui na Rua Dr. Matos Magalhães n.º 2.



A família Garcia/Alves quando habitava a casa; fotografia tirada no jardim.

Fernanda de Castro mandou recuperar o edifício a seu gosto e gozou-se dele até 1979. Ali escreveu páginas de grande beleza que acrescentaram património imaterial à vila, ao mesmo tempo que deu a conhecer Marvão a grande número de intelectuais que a visitavam.

Desde que tenho uma casa, cada vez que me sinto doente, cansada, ou simplesmente deprimida, faço as malas e vou passar uns dias a Marvão. (...) Ao fim de algumas horas, depois de uma noite bem passada, começo a melhorar, isto é, readquiro o meu gosto de viver, e então apetece-me trabalhar com as mãos e com o espírito. Começo por regar as plantas que têm sede e acabo a escrever, a saborear este maravilhoso silêncio que não é de morte mas de vida, o silêncio criador de que Rilke não se cansa de falar⁽⁷⁾.

Fernanda de Castro envolvia-se com este silêncio para escrever:

Aqui não há ruídos mas apenas sons: passos tranquilos das raras pessoas pela rua, frêmito de asas, chilreada de crianças, zumbido de insectos e, sobretudo, som antiquíssimo de sinos. Se estes sinos se calassem, o silêncio tornar-se-ia pesado como se a rua, a vila, o mundo, a própria vida, tivesse subitamente emudecido⁽⁸⁾.

A partir de 1978, Fernanda de Castro ficou doente e a altitude de Marvão era incompatível com o seu estado de saúde:

(...) as minhas pernas começaram a inchar, cansava-me por tudo e por nada e, sempre que subia as escadas de pedra, o coração batia-me com tanta força que acabei por entrar sempre em casa pela porta do quintal, que tinha apenas um degrau⁽⁹⁾.

A venda da casa a João Apolinário também é descrita nas suas memórias, embora não refira o seu nome:

Entretanto constou que, por razões de saúde, eu teria de vender a minha casa e os compradores começaram logo a perseguir-me, oferecendo-me somas irrisórias. Ainda resisti esse ano, numa última tentativa para não ter de abandonar, mais uma vez,

um sonho que conseguira materializar. Em 1979, porém, apareceu-me um comprador a sério que pretendia a minha casa por se ter apaixonado por ela à primeira vista. Desejava dedicar-se a trabalhos literários, que nunca pudera realizar em Lisboa por falta de tempo e de ambiente. Tanto ele como a mulher me pareceram pessoas simpáticas, cultas e civilizadas. Soube mais tarde que ele era poeta⁽¹⁰⁾.

E deixamos a sua nota final de saudade e um dos poemas que melhor espelham a vila do seu tempo:

Perguntam-me, às vezes, se tenho pena, se tenho saudades de Marvão.

- Sim, tenho uma pena infinita de ter deixado a casa, o castelo, a rua silenciosa, os sinos, as minhas rosas brancas, a minha silindra e, sobretudo, sobretudo, a alegria que ali deixei em cada muro, em cada parede, em cada sobrado, em cada folha da minha hera: Je meus où je m'attache⁽¹¹⁾.

Casa assombrada

*Solidão desta casa abandonada,
de janelas fechadas, sem cortinas,
e o frio, a neve, as chuvas, as neblinas,
e ao longe a Serra, gélida, escavada.*

*Mais perto, as curvas suaves das colinas,
e os chaparraís, a terra cultivada,
o Castelo, a muralha arruinada,
e a memória das guerras, das rapinas.*

*Solidão...o silêncio a horas mortas,
o vento a insinuar-se pelas portas,
e o ranger das madeiras, os gemidos*

*dos leitos em que outrora houve calor.
Marvão – paredes húmidas, bolor,
casa assombrada pelos tempos idos.
(Poesia II, 1969)*

6.6.2 JOÃO APOLINÁRIO (1924-1988)



João Apolinário, na sua casa, junto à lareira (1984)

Tal como Fernanda de Castro, também João Apolinário (jurista, jornalista, poeta e crítico de teatro) se apaixonou por Marvão quando visitou a vila em 1979, na companhia da sua segunda mulher, Maria Luiza Teixeira Vasconcelos. É interessante que Fernanda de Castro tenha ficado como que apaziguada por ter vendido a casa ao casal que achara culto, civilizado e simpático: “nunca me arrependi de o ter feito. Sabia a casa em boas mãos e essa certeza tornava menos dura a separação”⁽¹²⁾.



João Apolinário e Maria Luiza junto às muralhas (1983)

João e Maria viveram felizes na casa de Marvão, o seu refúgio, depois de muitos anos de perseguições políticas (que deram prisão, tortura e exílio forçado a partir de 1963) ao poeta de “É preciso avisar toda a gente”; poema musicado por Luís Cília e também cantado por Francisco Fanhais, no programa televisivo ZIP-ZIP, que haveria de se tornar num dos ícones do canto livre.

*É preciso avisar toda a gente
dar notícias informar prevenir
que por cada flor estrangulada
há milhões de sementes a florir.*

*É preciso avisar toda a gente
segredar a palavra e a senha
engrossando a verdade corrente
duma força que nada detenha.*

*É preciso avisar toda a gente
que há fogo no meio da floresta
e que os mortos apontam em frente
o caminho da esperança que resta.*

*É preciso avisar toda a gente
transmitindo este morse de dores.
É preciso imperioso e urgente
mais flores mais flores mais flores.*

João Apolinário
(in *Morse de sangue*, 1955)

A felicidade do casal transborda do diário do poeta, ainda inédito, que amavelmente nos disponibilizou Maria Luiza:

Chegámos ontem pelas 7 da tarde. Cansados, é claro. Mas, sempre que chego a Marvão, uma estranha euforia me envolve. Gosto logo de beber e comer. E sempre esta casa me parece irreal de tão presente no meu espírito. (...) É tão bom ficar aqui,

tranquilo, sem ruído, sem ter nada para fazer. Que sensação belíssima esta casa me dá. Olho-a e sinto a alegria de dizer: é a minha casa, o meu lar. Mais: é o meu sonho de fugir do Mundo quase realizado. (...) Pela primeira vez escrevo no jardim. Está uma manhã clara, há sombra e sol agradáveis. Estou sentado na cadeira de vime aonde há pouco descasquei com Maria as batatinhas para o assado. Oíço os ruídos que ela faz na cozinha: o almoço será uma carne e haverá um Dão de 10 anos. Acabo de ouvir o sino a badalar as horas. Como eu gosto de Marvão.⁽¹³⁾



As traseiras da casa, a dar para o jardim, onde João Apolinário gostava de escrever e tomar as suas refeições (foto de Maria Luiza Vasconcelos)

Continuemos com o Diário do poeta, agora a 3 e a 8 de Agosto de 1983, onde se espelha a importância da casa, de Maria Luiza e de Marvão na sua vida, a tal ponto que, ao chegar, “toda a mediocridade fica para trás, perante o espaço aberto, amplo como horizontes infinitos, que esta casa nos oferece”.

(...) Falemos de outra coisa. Por exemplo, da felicidade que têm sido estas férias em Marvão, já com a casa praticamente pronta. Entre a Brenda Lee, umas cançonetas berlinenses da década de 20 (de que gosto muito), um Sinatra do retorno do Jobim e um Piazzola (de que sobretudo Maria gosta e eu também!), vou escrevendo este estar aqui infinitamente, como se a minha vida anterior não existisse e, acima disso, como se a minha vida de estar não para sempre, não tivesse que demorar ao ponto de me doer tanto, entre tudo isso e um copinho de licor de laranja feito pela Maria, vou deixando o tempo correr ao lado da música (vou buscar uma interpretação do Brubeck Quartet (Time out the love) para por a seguir na vitrola e recordar os tempos da minha solidão em São Paulo – essa solidão até ao desespero (...) para viver esta casa, este lugar, o licor de Maria e as suas compotas e geleias, os seus almoços e jantares maravilhosos, as flores do nosso jardim esta quietude profunda que me promete ainda um tempo de criação, decisivo para o drama em vida que tenho sido: nascido poeta por dentro e torcido, fragmentado, violado como nenhum poeta que eu conheça o foi, quem sabe, como eu sempre me vi, desde que me conheço (ai a solidão do nariz na vidraça e a chuva, a chuva!). E afinal queria tão pouco – um pouco de cada coisa que a vida dá a quem sabe vivê-la por dentro: a simplicidade, a naturalidade, a frugalidade, a autenticidade, as coisas menores, pobres, mas limpas, puras como a ternura, o afecto dos olhos pousados na paisagem ao longo do silêncio, a infinitude de cada momento nosso, apenas meu. Adeus. Vou parar. Piazzola está no fim. Acabaram os discos na

RUA DO CASTELO

vitrola. Vou lá pôr Brubeck, vou viver, agora sim, a outra solidão, a recordação da minha solidão megalópica de São Paulo. Até hoje, até amanhã, até quando?

Sábado, 13 de agosto de 83. Acabo de escrever a data e verifico que ainda não sistematizei a forma de datar este registo, ou memória que faço (interrompi para verouvir o que na televisão à minha frente se passava: festival de poesia? Qualquer coisa assim: apareceu na TV a Natália Correia dizendo coisas exaltantes e depois abraçando o Pedro Homem de Melo; em seguida apareceu uma pessoa com uma voz e pronúncia bonitas quase brasileiras, mas não sei bem donde veio e, por fim, o Ari dos Santos dizendo um poema que acaba assim: Poeta castrado, não! Com que força ele disse esse verso. Não?

Aqui fica a pergunta, à qual seria muito difícil responder nos velhos tempos do "É preciso avisar toda a gente". Passemos adiante.

Isto é: está no fim este mês de férias. Foram talvez as mais gratificantes férias dos últimos anos. Não apenas porque consegui descansar e esquecer o trabalho, mas, acima de tudo, por terem sido dias em que vivemos, Maria e eu, numa profunda comunhão e totalidade: a casa está já funcionando quase a 100%. Mais importante do que isso: está oferecendo-nos a oportunidade de vivermos nela plenamente.

Maria tem tido o gosto de se afirmar de uma forma surpreendente. Só uma mulher que possua o instinto requintado da vida matriarcal, uma vida familiar própria de uma casa como esta, tal como é, está, enfim, Maria é a mulher para esta casa e esta casa é para uma mulher como Maria, algo assim como o espírito da minha infância. Gostaria tanto de poder afirmar aqui o que tem sido de fascinante este encontro com as compotas e os licores da minha infância, as comidas, a qualidade das coisas e os prazeres do silêncio, do amor, da vida. O que dizer mais. Vamos voltar para Carcavelos amanhã de manhã. Gostaríamos muito de voltar para a festa de Nossa Senhora da Estrela, que é nos dias 8,9,10 e 11 de setembro. Vamos ver se conseguimos.

(...) quando chego aqui toda a mediocridade fica para trás, perante o espaço aberto, amplo como horizontes infinitos, que esta casa nos oferece⁽¹⁴⁾.

O fatídico dia chegou, para João Apolinário, a 22 de Outubro de 1988, precisamente no ano em que se haviam transferido definitivamente para Marvão. Está sepultado no cemitério da vila. Na sua casa da Rua do Castelo, continua vivendo a Maria Luiza, como Héstia a manter o fogo sagrado da Casa dos Poetas.

6.7 O ARCO DA RUA DO CASTELO

Tal como dissemos para o arco da Rua do Espírito Santo, também este, de volta inteira, ligava a casa que lhe fica a nascente, o n.º 8, com o quintal do outro lado da rua. A curiosidade é que possuía uma casa construída no seu extradorso que foi demolida nos finais dos anos 30, correspondendo a intervenção à data inscrita na lápide que se vê no frontispício da casa, em numeração romana (MCMXL)⁽¹⁵⁾. Em 1941 veio estreitar a casa renovada o Dr. Adelino Augusto dos Santos, Secretário da Câmara que veio substituir César dos Reis e, posteriormente (1948/49), o Dr. Carlos Chagas, notário de Marvão. A família Santos instalara-se, em Julho/Agosto de 1940, na Pensão da Tia Maria Vicência, no Terreiro, e, pouco depois, na casa ao lado, que arrendara, e ainda numa outra na Rua do Sabugueiro. Mas uma cobra enorme que um dia ao almoço atravessou a sala perante os incrédulos comensais⁽¹⁶⁾,

levou a família a mudar-se, definitivamente, para a casa do arco da Rua do Castelo. O edifício era propriedade de José Cândido da Silva, homem que muito investiu na recuperação de casas na vila, tudo testemunhado pelo Prof. José Pinheiro. Imediatamente antes, a casa fora habitada por Joaquim Lopes Subtil Júnior - segundo testemunho de sua sobrinha-neta, Adília Maria de Sousa Franco Subtil Lopes Rijo (1939-) -, ainda solteiro, escriturário de 3ª classe da Câmara Municipal (posse em 1939), filho de Joaquim Lopes Subtil, de que falámos no Capítulo Rua Dr. Matos Magalhães, e de Adília da Conceição Amaro. Em 1944, Joaquim Júnior passou, em comissão de serviço, à chefia interina da secretaria da Câmara Municipal de Arronches, ingressando, no mesmo ano, finda aquela comissão, no seu quadro privativo como aspirante.



Arco da Rua José Carrilho Videira (hoje Rua do Castelo). Extracto de uma fotografia (anterior a 1940) usada em postal ilustrado. Ao lado, janela de moldura esquadrihada (sécs. XV/XVI) do edifício n.º 8 (fachada sul)

6.7.1 O ARCO DA RUA DO CASTELO E A GUERRA CIVIL DE ESPANHA: UM EPISÓDIO INSUSPEITO



A janela do rés-do-chão onde esteve refugiada uma família espanhola em 1941. Ao lado, a marca de um canteiro que aparelhou as pedras do primeiro tramo do arco (sul), o que pode fazer recuar a sua datação até ao séc. XVI; pelo menos este tramo sul já existia em 1765, parecendo ter sido ampliado até 1814 (confrontar plantas; o último arco, norte, não tem marcas de canteiro). Na jamba nascente do arco central está escrita a palavra Marvão

Dissemos, acima, que viveu nesta casa o Dr. Adelino Santos, Secretário da Câmara. Pois foi durante o período em que esteve em Marvão, com a sua família, que ocorreu

o episódio que aqui deixamos relatado pelo seu filho, Dr. Augusto de Azeredo Costa Santos (1937-):

Na década de 40, meu Pai – Adelino Augusto dos Santos – foi o Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Marvão (posse em 1942, como secretário). A Guerra Civil de Espanha tinha terminado em 1939, mas as “operações de guerrilha” e de “limpeza” continuaram, lembrando-me perfeitamente de se ouvirem tiros de canhão e rebentamento de granadas do outro lado da fronteira.

Uma noite, foram acolhidos em nossa casa um casal e dois filhos espanhóis fugidos de Espanha. Ficaram alojados no rés-do-chão, que pouco era utilizado por nós e, durante todo o tempo em que permaneceram na nossa casa, nunca sequer viram o sol, pois nunca saíram à rua. Meus Pais disseram-nos – a mim e a minha Irmã – que não podíamos dizer a ninguém o que sucedia, pois podiam fazer muito mal aos nossos Pais. Estiveram em nossa casa vários meses, fazendo a minha Mãe a comida para eles.

Um dia, ao acordar, minha Mãe veio dizer-me que o Sr. Emílio Rodriguez e a Família se tinham ido embora. Tempos depois, meu Pai recebeu uma carta deles a dizer que já estavam no México e, durante vários Natais, nunca faltava a carta da Família Rodriguez!

Passado algum tempo, apareceu em Marvão a PVD (antecessora da PIDE) e o meu Pai foi interrogado na Câmara durante alguns dias, tendo sido suspenso das funções durante alguns meses. Durante esse tempo, o Médico Dr. José Martins Gralha enviava a meus Pais mantimentos e a população (nunca soubemos quem!!!) depositava de noite no terraço da nossa casa diversos géneros alimentícios.

Meu Pai veio a saber quem foram os Informadores da PVD: um funcionário público e um contratado municipal. Então, foi ter com o dito contratado, levantou-o no ar, deu-lhe um par de bofetadas e disse-lhe que, se fosse preso, mais tarde faria contas com ele. Ao funcionário público disse-lhe que não lhe faria nada, pois eram ambos funcionários do Estado, mas que um dia haveria de pagar.

Passado o período da suspensão, o meu Pai foi reintegrado e, mediante concurso público, chegou a 2º Oficial. Mas, apesar de ficar bem classificado em concursos subsequentes nunca mais foi promovido a 1º Oficial, terminando a carreira no Governo Civil de Portalegre, quando faleceu em Setembro de 1962. Meu Pai tinha o Curso Superior da Escola Superior Colonial (mais tarde Instituto de Estudos Sociais e de Ciência Política Ultramarina), tendo feito os Altos Estudos para obter o grau de Licenciatura.

Veio o “25 de Abril” e, em 1975, fui chamado para desempenhar as funções de Director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa. O então Presidente – Eng.º Caldeira Rodrigues – entendeu que na CML não haveria “saneamentos selvagens” nem políticos pelo que os pedidos de afastamento feitos pela Comissão de Saneamento deveriam ser dirigidos ao Presidente, que decidiria, após parecer do Director dos Serviços Centrais e Culturais. Levantou-se um problema quanto ao pedido de saneamento de um dos funcionários, que era também Deputado da ANP, dado o parecer contrário do Director que entendia dever ser objeto de inspeção pela direcção-geral da tutela, a quem deveria ser solicitada a referida inspeção. O Presidente acolheu este entendimento, tendo feito seguir o respectivo pedido.

Ao chegar à Presidência o ofício indicando o nome do Inspetor, vi que se tratava do antigo funcionário público de Marvão, do que, de imediato dei conta ao Presidente, contando-lhe tudo o que se passara e que era do meu conhecimento. Constou-me que, ao saber pelo Presidente quem eu era, o antigo funcionário público de Marvão apressou-se a ausentar-se, tendo sido solicitado novo Inspetor. Tempos depois disseram-me que tinha pedido a Aposentação e, se tudo se passou como me contaram, deve ter apanhado um grande susto.

Lisboa, 26 de Janeiro de 2016
Augusto de Azeredo Costa Santos

Padre Eugénio Jalhay
(Lisboa, 1891 - 1950)



Dr. Adelino Augusto dos Santos



“Na fotografia estão, da esquerda para a direita: o meu Pai, o Padre Valente, o Padre Jalhay, eu, dois desconhecidos de fato claro, o Dr. Teófilo Moreira Marques e o Sr. Joaquim Raposo O grande arqueólogo jesuíta Padre Eugénio Jalhay era um grande Amigo e Admirador de Marvão e do seu Concelho. Mais tarde, andava eu no 7.º Ano do Liceu de D. João III, em Coimbra, ao saber que eu estava a fazer um trabalho histórico sobre Marvão, ofereceu-me um seu opúsculo: “Epigrafia amaiense: contribuição para o estudo de Aramenha romana (concelho de Marvão), Brotéria, Lisboa, 1947). Augusto de Azeredo Costa Santos”

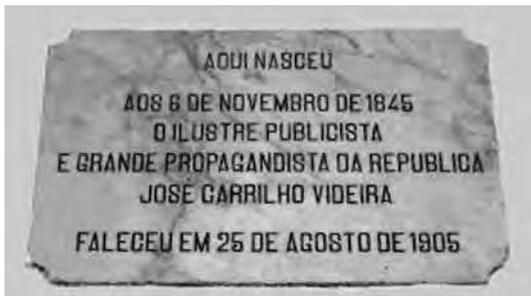
RUA DO CASTELO

6.8 A CASA ONDE NASCEU JOSÉ CARRILHO VIDEIRA (Marvão, 6 de Novembro de 1845 – Marvão⁽¹⁷⁾, 25 de Agosto de 1905)



José Carrilho Videira (1845-1905)

No n.º 10 da Rua do Castelo (anteriormente designada Rua José Carrilho Videira), lê-se numa lápide de mármore a seguinte memória a este ilustre da terra:



Lápide da casa de José Carrilho Videira



Casa de José Carrilho Videira

Para sabermos um pouco mais, digamos, o essencial, compulsemos a síntese de António Ventura⁽¹⁸⁾, o conhecido especialista que publicou, a 6 de Setembro de 2013, este *post* na sua página de *facebook*:

Nasceu em Santa Maria de Marvão a 6-11-1845, filho de João Carrilho Videira e de Teresa da Jesus [Paula e Sequeira], e morreu a 25-8-1905. Frequentou o Liceu de Portalegre, fez os preparatórios em Coimbra. Entre 1868 e 1869 frequentou a Politécnica do Porto, indo depois para Lisboa onde se matriculou na Escola Médico-Cirúrgica, que deixou, dedicando-se à profissão de livreiro-editor. Fundou em 1871, a Nova Livraria Internacional. Republicano federalista, pertenceu ao Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, integrando o primeiro grupo de aderentes da secção portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores. Acusado de republicanismo, acabou por ser expulso. Fundou O Rebate (1873), onde colaboraram Eduardo Maia, Silva Pinto e Teófilo Braga. Da fusão daquele jornal com A Igualdade, resultou A República (1874-1875). Coadjuvou a fundação de Europa, órgão dos emigrados republicanos espanhóis, e colaborou em variadíssimos periódicos: Emancipação (Tomar), Vanguarda (Lisboa), Transmontano, Flaviense, Micaelense, Democracia, Pensamento Social, Marselhesa, Estudo do Norte, Les Etats Unis de l'Europe, Revista de Estudos Livres e Enciclopédia Republicana. Foi redactor de A Sentinela da Fronteira (1881-1891), de Elvas. Dirigiu o Almanaque Republicano, da «Biblioteca Republicana Democrática» e da «Biblioteca das Ideias Modernas». Publicou o Catecismo republicano para uso do Povo, em colaboração com Teixeira Bastos, Liberdade de Consciência e o Juramento Católico (Lisboa, 1872) e traduziu a História da Revolução Francesa, de Hamel. Em 1879 foi candidato republicano pelo Círculo 110 (Portalegre, Castelo de Vide, Marvão, Arronches), publicando então um manifesto intitulado «Aos eleitores do Círculo 110», datado de 16 de Outubro. Emigrou depois para o Brasil, onde prosseguiu a actividade de livreiro.

Regressando do Brasil, para onde emigrara, muito doente, faleceu em Marvão, estando os seus restos mortais em jazigo de família do cemitério de Santo António das Areias, conforme se documenta nesta acta:

José Carrilho Videira

Ofício da Comissão das festas de homenagem ao ilustre filho de Marvão e grande propagandista da Republica, José Carrilho Videira, considerando a Comissão Administrativa desta Camara a assistir ao acto da trasladação dos seus restos mortaes da Junta de freguesia de Areias, para o Jazigo de familia em Santo Antonio. A Comissão deliberou fazer-se representar pelos Vice-Presidente e Vogais⁽¹⁹⁾.

Quando passaram 20 anos sobre a morte de José Carrilho Videira, a Câmara Municipal de Marvão realizou uma sessão de homenagem, exactamente no dia do seu passamento. Damos a conhecer a acta:

Ata da sessão solene para inauguração do retrato do ilustre publicista marvanense e grande precursor da República, José Carrilho Videira.

Aos vinte e cinco do mez de Agosto do ano de mil novecentos e vinte e cinco, pelas catorze horas, nesta mui nobre e sempre leal vila de Marvão e Sala Nobre dos Paços do Concelho, onde se acharam diversos cidadãos reunidos em sessão solene de homenagem ao ilustre publicista marvanense e grande precursor da Republica, José Carrilho Videira, tomou a palavra o Ex.mº Presidente da Comissão Executiva, João da Conceição Raposo que convidou para presidir a esta sessão o Ex.mº Sr. Governador Civil deste districto, Dr. Emilio Carita Polido, o qual tomou a presidência, convidando para (?) os cidadãos Cezar Diniz Bastos Reis e João Brito, que tomaram os seus lugares, declarando então o Ex.mº Presidente, aberta a sessão. Usaram então da palavra enaltecendo o homenageado, os cidadãos João de Brito, que (?) representava o ilustre republicano Dr.

Magalhães Lisboa, Cezar Dinis Bastos dos Reis, Antonio Rodrigues Curvelo e José Domingos d'Oliveira. Seguidamente o Ex.m^o Sr. Presidente descerrou o retrato proferindo antes um discurso, enaltecendo as qualidades de Carrilho Videira. (...) ⁽²⁰⁾. (Seguem-se as assinaturas de 64 cidadãos)

6.9 FACHADAS VERNÁCULAS

Desde logo a já referida casa de José Carrilho Videira, com a parede do frontispício completamente empenada pelos anos, onde se abre um portal de escala inusitada, com suas ombreiras e verga abatida chanfradas. Mas sobretudo os números 14 e 16, na escala das respectivas portas – a do n.º 14 recentemente alteada, note-se – e também nos vãos guarnecidos com molduras largas de granito aparelhado, algumas delas chanfradas. Outros tempos, outra ergonomia... Assinalamos aqui, no referido n.º 16, a casa do senhor Dionísio Baptista Gomes, a quem podemos chamar “o jardineiro de Marvão” ⁽²¹⁾. Apesar de já estar aposentado, não há jardim, recanto ajardinado ou quintal que não tenha a sua mão. E foram tantos os elogios que desinteressadamente ouvimos ao seu trabalho nestes últimos 15 anos, que nos achamos no dever de aqui os salientar, porque Marvão, naquilo que tem de melhor, a sua beleza, a ele lhe fica a dever um bom quinhão. Não falamos de inovações, de novos conceitos de jardim, etc.; aquilo que encantou os visitantes foi até uma certa ingenuidade produzida com saber fazer, equilíbrio e cuidado extremo. Um dia, fiz uma visita guiada a Marvão a um conhecido arquitecto valenciano do ICOMOS, Professor Alvaro Bayo, da Universidade de Valência, e quando, no final, lhe perguntei a opinião sobre a vila, respondeu qualquer coisa como isto: “Já vamos falar aprofundadamente sobre todo este património mas, deixa-me já dizer-te que fiquei impressionado com os jardins; que bem cuidados que estão!”



Fachadas vernáculas da Rua do Castelo



Dionísio Batista Gomes, “o jardineiro de Marvão”



A Rua do Castelo na visita presidencial de Américo Tomás (1963)

RUA DO CASTELO

6.10 A CASA DA FAMÍLIA PEIXEIRO: O INEVITÁVEL REVIVALISMO



Casa da família Peixeiro



Casa da família Peixeiro (porta)



Eng. Manuel do Carmo Peixeiro (1893-1964)

A casa já existia, não foi construída de raiz pela família Peixeiro. A compra ter-se-á efectuado em 1938, e só mais tarde, em 1951 (ver SIPA FOTO.00167044), recebeu as cantarias que hoje apresenta, com os vãos guarnecidos por molduras de granito trigueiro, chanfradas e com botões, apresentando ainda, a porta, a verga com quatro lóbulos insculpidos. Trata-se de um revivalismo neomanuelino tão ao gosto da arquitectura produzida durante o Estado Novo. De acrescentar uma pequena nota sobre a inscrição que apresenta no frontispício, perto do cunhal norte. Trata-se da reprodução de uma inscrição paleocristã encontrada no Monte Velho, Beirã, feita no extradorso de uma telha, com a seguinte leitura: [H]IC PAX [H]IC C[H]RIST[US] – “Aqui seja (ou esteja) a paz, aqui seja (ou esteja) Cristo”⁽²²⁾.

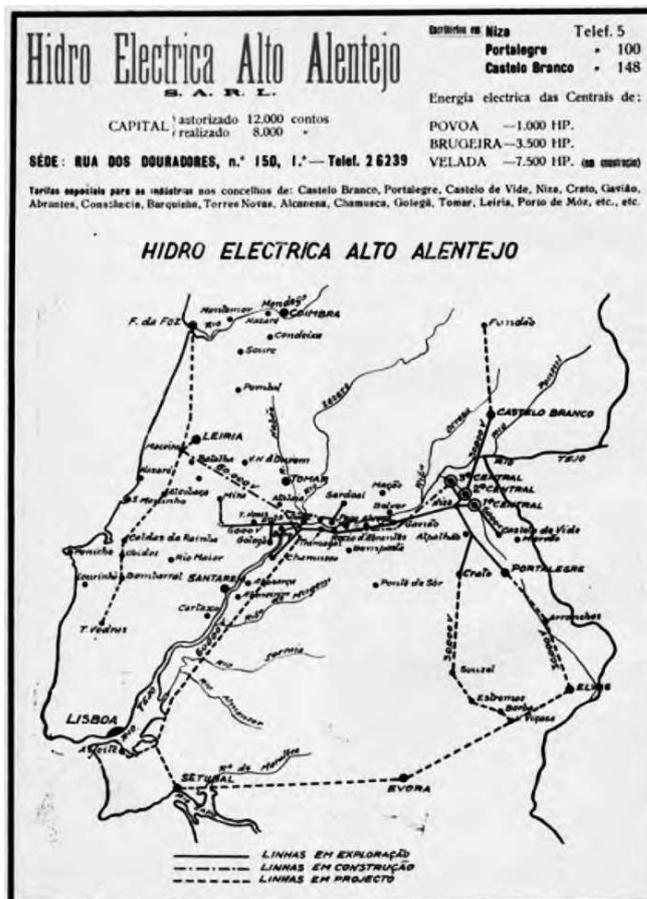
Acrescente-se que, no mesmo estilo, a família construiu a sua casa de Portalegre, na Rua Guilherme Gomes Fernandes. Família esta, informe-se também, a que pertenceu Manuel do Carmo Peixeiro, de quem falaremos mais adiante – titular da casa quando da inscrição matricial de 1970 -, o inventor do ponto das Tapeçarias de Portalegre, cujo primeiro exemplar foi produzido em 1948 com cartão de João Tavares. Os actuais proprietários são os herdeiros de Manuel Celestino Peixeiro (filho de Manuel do Carmo Peixeiro) que, com Guy Fino, fundou a Manufatura das Tapeçarias de Portalegre.

6.11 O TORREÃO DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO



O posto de transformação no topo da Rua do Castelo (anos 40 do séc. XX)

Fazemos referência a este elemento, não pelo seu valor arquitectónico, mas pelo seu simbolismo e pela intenção/preocupação de enquadrar a estrutura junto às muralhas e castelo que começam mais acima, levando a pensar tratar-se de uma antiga torre do sistema defensivo que teria sido reabilitada para posto de transformação do abastecimento de electricidade à vila. A sua construção teve lugar em 1946, conforme se pode ler em acta desse ano: “Cabines – Estando quasi construída a cabine destinada ao transformador de emergência electrica da vila de Marvão (...)”⁽²³⁾. Como já referimos, a luz eléctrica chegaria no ano seguinte. Semelhante cabine foi construída na Escusa, com a silharia à vista, integrando-se na ruralidade do casario.



Anúncio comercial da HEAA (fundada em 1925), onde se pode verificar que a extensão da rede eléctrica a Marvão ainda não estava sequer projectada naquele ano de 1934 (<http://restosdecoleccion.blogspot.pt>)



- 1) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/001, folhas n.º(s) 24 v.º a 25 v.º.
- 2) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/004, folhas n.º(s) 2 a 3.
- 3) A acta de 2 de Janeiro de 1923 prova a sua tomada de posse como vereador, em consequência das eleições municipais de 12 de Novembro de 1922. Em outra acta, do mesmo dia, se registou a “Eleição dos senadores para a Comissão Executiva”, sendo eleito João da Conceição Raposo e outros dois vereadores. Não se refere quem ficou presidente desta comissão, mas é João Raposo que é referido como tal na acta onde se registou a sessão de homenagem a José Carrilho Videira (25 de Agosto de 1925). Era Presidente da Câmara José António Serrano. Ver AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/120, acta de 2 de Janeiro de 1923, folhas n.º(s) 52, 53 e 60.
- 4) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/120, acta de 25 de Julho de 1927, folhas n.º 26.
- 5) Informação de João Mena (1934-).
- 6) CASTRO, Fernanda – *Ao Fim da Memória II, 1939-1987*, SPA e Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2006, p. 242.
- 7) *Idem, ibidem*, p. 266.
- 8) *Idem, ibidem*, pp. 269 e 270.
- 9) *Idem, ibidem*, p. 285.
- 10) *Idem, ibidem*, p. 285.
- 11) *Idem, ibidem*, p. 285.
- 12) *Idem, ibidem*, p. 285.
- 13) Extractos do diário inédito de João Apolinário (1981/1982).
- 14) Extractos do diário inédito de João Apolinário (8 e 13 de Agosto de 1983).
- 15) Informação de Augusto de Azevedo Costa Santos (1937-).
- 16) *Idem*
- 17) “Cerca de 1887 parte para o Brasil onde prossegue a sua actividade de livreiro até ser hospitalizado devido a problemas mentais. Encontram-se fortes vestígios da sua presença no Brasil entre 1892 e 1894 (...). Regressa então a Portugal já bastante doente vindo a falecer em Marvão em 25 de Agosto de 1905, efeméride que se assinalou no passado sábado”. A. A. B. M.
(<http://arepublicano.blogspot.pt/2007/08/jos-carrilho-videira-parte-ii-alem-do.html>)
- 18) Professor Catedrático da Universidade de Lisboa. Ver, também, VENTURA, António – *Publicações Periódicas de Portalegre (1834-1974)*, C. M. P., Portalegre, 1991, p. 3.
- 19) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/003, acta de 31 de Agosto de 1929, folha n.º 92.
- 20) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/120, acta de 25 de Agosto de 1925, folhas n.º(s) 60 v.º a 62.
- 21) Trabalhou na CMM desde 1968 e, especificamente, nos jardins, desde 1975/78, sucedendo a Artur Marchão.
- 22) Ver “Inscrição Cristã do Monte Velho (Beirã-Marvão)”, in PAÇO, Afonso do – *Carta Arqueológica do Concelho de Marvão*, Imprensa Portuguesa, Lisboa, 1953, p. 25.
- 23) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/126, acta de 8 de Janeiro de 1946, folha n.º 79 v.º.

MARVÃO (ALEMTEJO) — *Castello da antiga praça de guerra (Forteresse de l'ancienne place forte)*

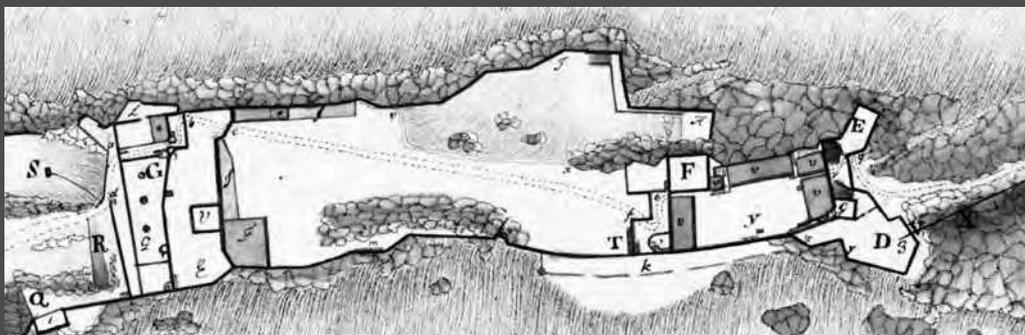
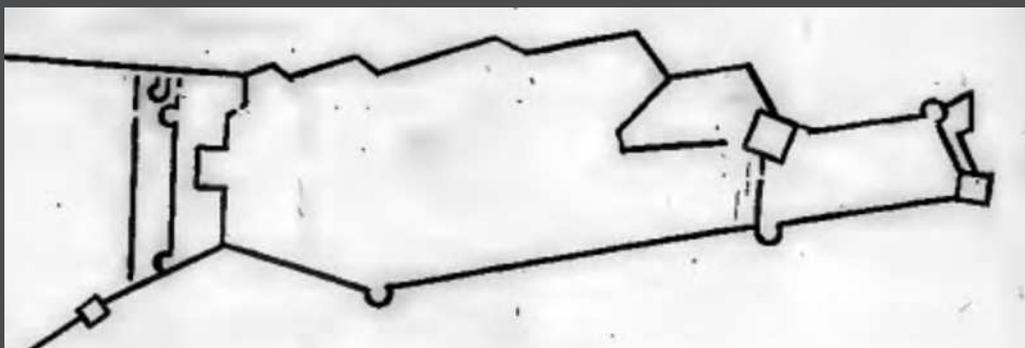


Registado

768 — Portugal

7

O CASTELO E A CERCA URBANA



De cima para baixo, o Castelo em plantas militares de c. 1661, de 1755, de 1765 e de 1814, respectivamente, do Livro de Nicolau de Langres e do GEAEM, cotas 1396-3-40-PP, 3133-2-21-30 e 3149-2A-25-35

7. O CASTELO E A CERCA URBANA

7.1 ORIGENS

No capítulo Origens e Caracterização Geral, já enfatizámos o facto de Marvão ter nascido como povoação devido às características defensivas naturais do sítio. Não só Ibn Marwan escolheu estes penhascos para se refugiar do Emir de Córdoba no séc. IX, como, quer no processo de Reconquista, quer na defesa da fronteira após o Tratado de Alcanizes (1297), Marvão constituiu uma marca territorial defensiva por toda a Idade Média, Moderna e Contemporânea. E também não será de descartar a hipótese de ter existido algum fortim/posto de observação romano no local. O estudo arqueológico do Castelo será a melhor metodologia para se progredir no conhecimento a este nível.

O que sabemos, com segurança, sobre a datação da construção das fortificações medievais, a que já fizemos alusão no primeiro capítulo, é que:

- D. Dinis “fez de fundamento” o Castelo de Marvão; entendemo-lo como uma construção quase total, uma vez que a Torre de Menagem é, pelo menos tipologicamente, anterior;
- e que D. Afonso V, em 1442, mandou entregar “(...) tres mjl rreaaes a Uaasquo Martijnz, morador em Maruom, pera os despender nas obras do muro da dicta ujlla (...)”; se bem que, ao contrário de outras situações no mesmo documento, não se refira que a verba se destinava ao “corregimento” ou “reparação” das muralhas, mas simplesmente para as obras, não podemos concluir, for falta de outras provas, que se tratava da sua construção *ex nihilo* ou da sua conclusão; o que podemos afirmar é que a verba em causa não era suficiente para construir toda a cerca urbana, uma vez que ela é igual a três outros montantes constantes no mesmo documento⁽¹⁾, destinados à simples reparação do castelo do Alandroal ou às obras nos castelos de Elvas e de Castelo de Vide que sabemos já estarem construídos ao tempo.

Relativamente ao sítio da sua construção, é tal o comando que o Castelo e a cerca urbana medieval fazem sobre o território envolvente, que a sua modernização, através de fortificações abaluartadas, não foi aqui muito acentuada, limitando-se à defesa das portas (de Ródão e da Vila), do postigo (do Torrejão) e do topo norte do Castelo (Porta da Traição). Colocamos inclusivamente a hipótese das fortificações medievais de Marvão nunca terem tido ameias, por desnecessárias, uma vez que o atacante estava sempre exposto e o defensor resguardado por um muro a grande altitude e antecedido por escarpa. Ou talvez apenas do lado nascente, onde a defesa é mais frágil. As únicas ameias que conhecemos estavam na Porta da Vila (concretamente na porta intermédia ou da barbacã), mas parecem-nos mais ornamentais do que autênticas. Há também duvidosos vestígios de ameias na barbacã nascente do lado norte.

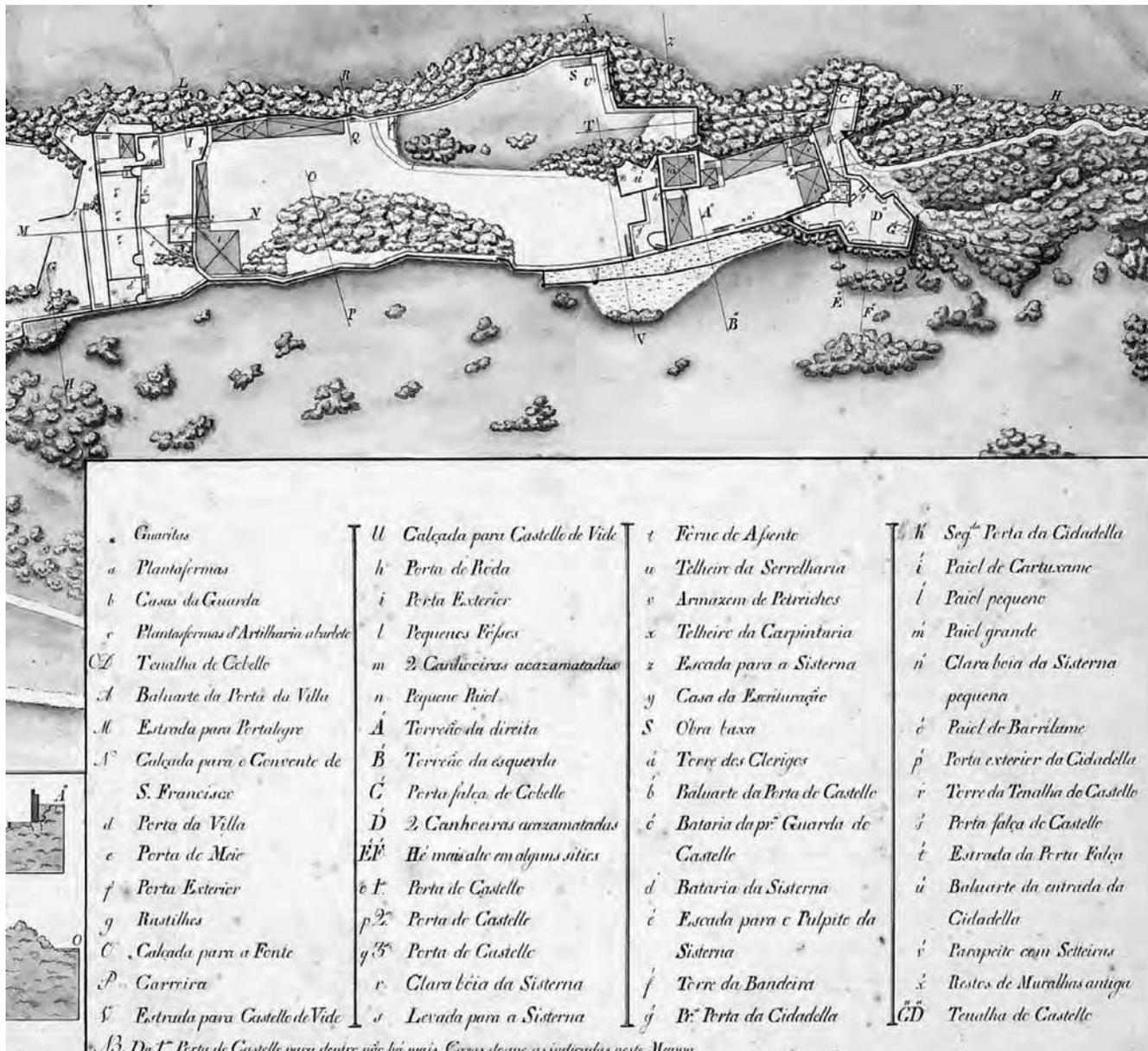


Foto de cima: uma das portas da Porta da Vila (porta da barbacã ou intermédia) com quatro ameias que nos parecem ornamentais (SIPA FOTO. 00166943, 1942). Em baixo, a mesma porta, do lado norte, observando-se a demolição de uma Casa da Guarda e, atrás, na liça da barbacã, um armazém militar destelhado (1942) (SIPA FOTO.00166941, 1942)



Duvidosos vestígios de ameias na barbacã nascente do lado norte (2015)

O CASTELO E A CERCA URBANA



Extracto de planta militar do séc. XIX com legenda pormenorizada sobre a constituição e funcionalidades do Castelo (GEAEM, 3151-2A-25-35)

7.2 DESCRIÇÃO

7.2.1 O CASTELO

7.2.1.1 O PRIMEIRO RECINTO OU ALBACAR

O castelo de Marvão tem a singularidade de ser constituído por dois recintos acastelados independentes e contíguos. É fácil compreender porquê. A cota altimétrica do pátio do segundo recinto - o que está no extremo NO e possui a Torre de Menagem - é de 849,5 m, sendo de 843,6 m a cota na entrada do primeiro recinto. Em termos defensivos, não fazia sentido construir um castelo sobre uma escarpa e deixar ao inimigo um terreno de cerca de 150 m de comprimento por 40 m de largura, quase à mesma cota. Havia que acastelar todo o espaço. Foi esse o projecto defensivo medieval, pelo menos do período cristão. O edifício da vila, mais próximo do Castelo, é a Igreja de Santa Maria que já se situa à cota de 832,5 m.



A entrada no 2^o recinto do castelo com a Torre de Menagem em ruínas por ter sido atingida por uma fâsca (COELHO, Possidónio, 1916: entre as pp. 96 e 97)



O primeiro recinto do Castelo, ou albacar (2015)

Entra-se no Castelo pelo seu topo SE. Após um primeiro muro relativamente baixo - que já possuiu cancela, e que apresenta, a SO, uma fortificação não escarpada (chamada “Baluarte da Porta do Castelo” no séc. XIX, em planta apresentada atrás que vamos seguir: GEAEM, 3151-2A-25-35), com três canhoeriras, a bater a escarpa poente e a proteger a entrada -, encontramos frente à porta principal. Esta porta tem arco redondo e possui as caixas das couceiras e da tranca. Inscreve-se num muro com adarve, guarita e uma canhoeira ou vão redondo para fuzilaria. Já no interior (onde se localizava uma “Casa da Guarda”), podemos observar: a SO, um pequeno recinto (“Bateria da pr.^a Guarda do Castello”) com três canhoeriras (ou simples abertas) e uma retrete para uso da guarnição; em frente (NO), uma passagem estrangulada entre dois cubelos; para NE, localizam-se duas portas com patim, através das quais se acede à cisterna grande. A primeira porta tem arco quebrado e a segunda é de lintel recto apoiado em impostas de recorte côncavo (moldura antropomórfica), ao gosto românico. A cisterna, de planta rectangular, está coberta com abóbada de canhão suportada por nervuras de cantaria em arco redondo, contando-se dez tramos⁽²⁾. No extradorso, dispõe de terraço com 3 clarabóias e um sistema de 8 bueiros para recolha da chuva. Era, e ainda é, abastecida por uma levada de águas pluviais que, do interior do primeiro recinto do Castelo, se precipitam na cisterna após uma caixa de visita construída recentemente. Antes desta caixa ser construída,

havia uma outra (1,10 m x 0,60 m), no referido terraço, para onde a levada era conduzida e daí para um dos bueiros. O sistema de recolha de águas constava de várias caleiras que, inclusivamente, aproveitavam a que vinha dos telhados. Quanto à datação da cisterna, pensamos tratar-se de uma construção dos finais da Idade Média ou do princípio da Idade Moderna pelas seguintes razões: apresenta marcas de canteiro nos arcos e paredes em toda a sua extensão; a porta SO, que dá acesso a uma escadaria, tem uma moldura de estilo românico, sendo gótico o arco do patim; apresenta a mesma rusticidade da cisterna pequena, tal como o sistema estrutural, os materiais e técnicas de construção e o sistema de recolha de água; justifica-se a sua edificação para abastecer toda uma vila que cresce a partir dos sécs. XIII/XIV e não tinha outro processo de se abastecer de água para além da captação da chuva; seria estranho que o Prior Frei Miguel Viegas Bravo, autor das Memórias Paroquias, desconhecesse a época fundacional da cisterna, se ela tivesse sido construída durante a Guerra da Restauração, ou seja, 100 anos antes, escrevendo tratar-se de uma cisterna do tempo dos Godos. Por outro lado, pensamos que o facto da cisterna não estar desenhada na planta do *Livro de Nicolau de Langres* (c. 1661), se explica por ser este levantamento muito esquemático (também não contemplou a cisterna pequena do segundo recinto), ao contrário da planta de 1765, que até lhe localiza as clarabóias. Finalmente, no que diz respeito à sua localização, ela é perfeitamente compreensível: no interior do Castelo era muito difícil escavar por causa da rocha; já adossada à sua entrada e a uma cota ligeiramente inferior, não só evitava a escavação como facilitava a captação de águas pluviais por gravidade, vindas do primeiro recinto do Castelo, como ainda hoje acontece.



A cisterna grande do Castelo (2015)

Após a passagem estrangulada, entramos num recinto intermédio, de reduzidas dimensões e planta trapezoidal, que possui a segunda porta da entrada, de arco redondo, com as caixas das couceiras e da tranca. Por esta porta se acede a um recinto de planta grosseiramente rectangular, dominado pela chamada “Torre da Bandeira”, que apresenta três canhoeriras no eirado. Frente a esta torre situa-se uma outra porta e escada de acesso à cisterna, e mais para NE, um pequeno cubelo que defende o terraço empedrado da cisterna⁽³⁾. Ainda mais para NE, já na muralha

O CASTELO E A CERCA URBANA

que dá para o exterior, existe outro cubelo sobre um torreão – que se escavou para alojar o actual depósito de água da vila - onde se localizava a “Bateria da Sisterna”. Regressando à zona das portas e continuando para NO, uma terceira porta da entrada, com arco redondo, caixas das couceiras e da tranca, permite-nos entrar, finalmente, para o primeiro recinto do Castelo, o albacar⁽⁴⁾.



Acesso à cisterna pelo lado norte (2015)



Extradorso da cisterna com o depósito de água actual no seu topo nascente, tendo-se escavado, para tal, a plataforma artilheira que aí existe, a defender a entrada no Castelo. Na foto de baixo, a referida plataforma vista de SE (2015)

Este recinto, de dimensões muito superiores às do segundo, com cerca de 150 m x 40 m, deveria desempenhar funções predominantemente militares e de refúgio da população, com seus gados e outros haveres, quando as fortificações da cerca urbana cedessem ao inimigo. Pensamos que a sua área nunca poderia ter confinado verdadeiramente uma vila, mas apenas as casas e infra-estruturas da guarnição: possui grandes afloramentos rochosos e um forte declive para O/SO. Acresce que também não existem vestígios arqueológicos nesta área que indiquem qualquer construção para além das que se situavam, no princípio do séc. XX, junto ao topo SE.

O albacar tem planta de desenho grosseiramente rectangular, possuindo um ângulo saliente a O - com duas canhoieiras, duas guaritas e uma retrete militar -, perto do qual se situa uma poterna de arco redondo, de dimensões generosas, muito bem dissimulada do exterior e que aparenta ter sido construída já em tempos modernos, provavelmente a partir da Guerra da Restauração. Toda a muralha, deste tramo, com parapeito de 0,53 m de espessura, possui adarve com 1 m de largura.



Poterna poente do albacar (2015), desobstruída em 1949 (ver SIPA FOTO.00167042, s. a., 1949)



Poterna poente dissimulada pelas rochas que lhe estão defronte (2015)

No tramo oposto (NE), que apresenta uma guarita, o parapeito também tem 0,53 m de espessura e o adarve 1,30 m de largura. Apresenta poterna, medieval - de lintel recto apoiado em impostas de recorte côncavo -, em tempos protegida por cubelo e barbacã que se prolongava até ao topo N do Castelo; do conjunto restam apenas alguns palmos de alvenaria.



Poterna nascente do albacar (2015), desobstruída em 1948 (ver SIPA FOTO.00166988, 1948)

No topo SE deste recinto localizam-se, do lado S, instalações sanitárias e loja – no antigo “Armazem de Petrechos” e “Casa da Guarda que dispunham, no seguimento dos dois edifícios, do “Telheiro da Carpintaria” -, e do lado E, um antigo forno militar - o “Forno do Assento”⁽⁵⁾ -, hoje bar com esplanada. Este forno tinha, adossados para poente, a “Casa da Escrituração” e o “Telheiro de Serrelheria”. Este tramo, que apresenta 0,53 m de espessura no parapeito e 1,80 m de largura no adarve, possui uma escada através do qual se acede à referida “Torre da Bandeira”. Esta torre, de base quadrada (6,10 m x 6,30 m no interior do eirado), domina todo o recinto, para NO, e toda a vila, para SE.

7.2.1.2 O SEGUNDO RECINTO DO CASTELO



A Torre de Menagem e o respectivo pátio antes da última intervenção (SIPA FOTO.00033679, Domingos Bucho, 1997)

Este segundo recinto tem planta grosseiramente rectangular, adaptado à orografia do lugar, de cerca de 46 m x 18 m, a que se acede através de uma entrada a SE. A primeira porta, aberta para NE, apresenta arco quebrado, com as caixas das couceiras e da tranca, e está guardada por uma fortificação exterior não escarpada, com duas canhoerias, a SO, designada por “Baluarte da entrada da Cidadella” (continuamos a seguir a planta GEAEM, 3151-2A-25-35). É a porta da barbacã, guardada, pelo interior, por cubelo, e daqui se acede ao interior do pátio por outra porta, em arco quebrado, possuindo as caixas das couceiras e da tranca. Transposta a porta, uma casa do lado direito (antigo paiol em 1814, “Armazem de Petrechos” na planta que seguimos) apresenta frestas para disparo de fuzis, defendendo a entrada. Antes da sua reabilitação pela DGEMN, este edifício tinha dois pisos. No ano de 2001 foi aí instalado um Núcleo Museológico Militar, com a nossa coordenação, a que se seguiu uma Secção Medieval numa das casas do topo oposto do pátio. Lamentavelmente, em vez de se conservarem e actualizarem progressivamente estas estruturas interpretativas, deixaram-se degradar e foram desmanteladas. Fica o registo de visitantes de 2001: 12.212!

O CASTELO E A CERCA URBANA



Entrada protegida, no pátio da Torre de Menagem, por parede frestada (2015)



Porta da Torre de Menagem (2015)

Do lado NE do pátio existe uma cisterna, a pequena, com a boca gradeada⁽⁶⁾. O recinto apresenta duas torres em ângulos diagonalmente opostos: uma torre de ângulo a N, chamada “Torre da Tenalha do Castello” (planta de 1812) ou “Torre do Bolo” (planta de 1765), de planta rectangular, com guarita, três canhoeriras e parapeitos inclinados para permitir o disparo de armas ligeiras, e uma torre no ângulo oposto, a de menagem. Esta torre, o “Paioi grande” (planta de 1812) (“Torre do Poluro” em 1765), de planta rectangular (10,60 m x 11,50 m), é uma construção robusta, de feição primitiva, com frestas, porta em arco semicircular, a descansar em impostas de recorte côncavo, com tímpano liso. Dá acesso a uma sala ao nível do adarve, coberta por abóbada sustentada por cruzaria de nervuras largas, bizeladas, de cantaria de granito, em arco semicircular, que partem do pavimento. A chave da abóbada está decorada com um brasão real de difícil datação⁽⁷⁾, apresentando cinco escudetes com cinco besantes cada e sete castelos; diga-se que o escudo pode datar do reinado de D. João II.



Escudo do fecho da abóbada da sala da Torre de Menagem (2015)



Núcleo Museológico Militar inaugurado em 2001



Da sala tem-se acesso, através de escadas, a um terraço empedrado sobre o extradorso da abóbada e deste acede-se por escada ao adarve do eirado, apresentando parapeito inclinado, sem ameias nem canhoeirras. A torre, como a conhecemos a partir do séc. XIX, era desprovida de qualquer elemento de defesa activa medieval. E provavelmente teve cobertura para protecção do paiol, a partir de 1831, como veremos mais à frente.

Nos restantes ângulos deste segundo recinto do Castelo, apresenta-se uma guarita, a NO, e um cubelo, a SE, que protege a entrada pelo lado exterior do recinto. Todas as quadrelas possuem adarve de cerca de 1,26 m de largura e parapeito inclinado de 0,53 m de espessura. Refira-se que o adarve do lado poente não existia na planta de 1765, o que coloca a hipótese de nunca ter existido, tornando a Torre de Menagem isolada, a funcionar com escada retrátil, como era costume nos castelos ditos românicos do período da Reconquista. E mesmo que este adarve tenha existido, ele nunca comunicaria directamente com a porta da torre. Como se pode observar na planta de 1765, o acesso à Torre de Menagem, nessa altura, fazia-se através de lanços de escadas que faziam comunicar a porta com o pátio. De referir ainda que, dentro deste recinto, se encontram duas casas no tramo NO (antigos paióis em 1814; armazéns de “Petreuchos” na planta que seguimos), a ladear um corredor, para o qual se abrem frestas para disparo de fuzilaria. Adossado à muralha poente, estava o “Paiol do Barrilame”, demolido pela DGMN durante o Estado Novo. E entre este e a Torre de Menagem estaria o “Paiol pequeno” ou o “Paiol do Cartuxame” que constam na legenda sem estarem localizados na planta (GEAEM, 3151-2A-25-35).



Os antigos paióis no topo NO do pátio da Torre de Menagem (2015)



Entrada no pátio do Castelo, através da Porta da Traição (imagem da direita), protegida por frestas para uso de espingardas (2015)

Esta passagem possui uma porta do lado do pátio, em arco redondo, com as caixas superiores das couceiras e uma caixa inferior. Através do corredor saímos do recinto do Castelo pela Porta da Traição, com lintel recto a descansar em impostas de recorte côncavo. Esta porta, que possui as caixas para as couceiras e para a tranca, dá acesso à antiga barbacã, com ligação ao exterior por túnel com bueira e porta em arco redondo. O túnel também apresenta porta a dar para o exterior, com as caixas para a couceira de um só batente. Observe-se que esta antiga barbacã possui, ao nível do adarve, uma cachorrada que serviria para aumentar a largura do adarve e, consequentemente, a liberdade dos movimentos defensivos.



Porta da Traição da barbacã e bueira defensiva no respectivo túnel (2015)

A barbacã estabelece a comunicação, através de rampas, com uma fortificação composta por um baluarte de faces e flancos irregulares a O, com nove canhoeirras (sem merlões, uma vez que não era suposto serem atacadas com artilharia naquele ponto da fortificação) e três guaritas, e outro baluarte de faces e flancos também irregulares com o ângulo saliente virado a N, igualmente com nove canhoeirras (sem merlões) e três guaritas. Este baluarte possuía, em 1916, um muro com frestas para disparo de espingardas, no flanco e em parte da face viradas para NO, para a crista rochosa próxima⁽⁸⁾. Prolonga-se para SE através de fortificação com redente, uma guarita e quatro canhoeirras, duas das quais defendiam a barbacã nascente do albacar.

O CASTELO E A CERCA URBANA



Baluartes poente (imagem de cima) e norte do Castelo (2015)

Os muros desta fortificação abaluartada apresentam-se levemente escarpados e com cordão. A refortificação foi realizada na baliza temporal de 1765-1812, sendo designada de “Tenalha do Castelo” nas plantas de 1812 (GEAEM, 3470-2A/25/35) e de 1814. Pela leitura da visitação de 1777, à Igreja de Santa Maria (de que falaremos no capítulo próprio), ficamos a conhecer um pormenor interessante: o telhado ficou danificado com a queda de pedras provenientes das obras de refortificação da Praça:

O telhado da Igr.^a e Sanchristia necessitão m.t.^o de serem Reformados por so lho terem levantado m.t.^s telhas com o temporal, e quebrado outras com as pedras, q. sobre elle cairão com o arranque da pedra q. se fez p.^a a fortificação das Moralhas desta Praça⁽⁹⁾.

Ora a data desta visitação (1777) cai dentro da baliza temporal referida, constituindo uma boa hipótese para a datação das fortificações abaluartadas do castelo e do Postigo do Torrejão. Coincide, aliás, com um período de reforma geral das fortificações do país empreendida pelo Conde de Lippe, a partir de 1762, visando preparar Portugal para resistir ao Pacto de Família (Bourbon) de 1761, cujo alvo principal era o domínio marítimo inglês, o que implicaria conflitos bélicos com o nosso país, aliado de Inglaterra. Mas temos ainda outra referência relativamente a obras de refortificação. Em documento de 1801 refere-se que

Proximo à face esquerda (olhando à campanha) do novo Baluarte de S. Joze se acha exteriormente hum lugar capaz de quinze ou vinte homens de donde pela mui pouca altura do recinto nessa parte se pode montar o parapeito com bastante facilidade⁽¹⁰⁾.

Não sabemos localizar este novo Baluarte de São José, mas ficamos a saber que, em 1801, era novo, ou seja, havia pouco tempo que tinha sido construído. Provavelmente, trata-se do baluarte O, pois resultou do prolongamento de um torreão preexistente que defendia a Porta da Traição da barbacã (comparar as plantas insertas no início do capítulo), notando-se ainda hoje a respectiva costura. Da porta desta frente abaluartada sai um caminho, coberto, entre rochas, para um posto de vigia/defesa mais avançado, cerca de 150 m para norte. Na planta militar de 1765 (GEAEM, 3134-2-21-30), este caminho prolonga-se até aos Marvôezinhos e denomina-se de “Rua Nova”.



Costura onde o baluarte O foi prolongado a partir de um preexistente (2015)

Caminho coberto que sai da Porta da Traição da barbacã do 2º recinto do Castelo para NO (2015)



O Castelo em 1916, onde se vê o muro frestado do baluarte N, hoje inexistente, e os armazéns militares no interior do 2º recinto (COELHO, Possidónio, 1916: entre as pp. 72 e 73)

De referir, ainda, a existência de uma estrutura em alvenaria de pedra seca, a c. 300 m para NO do Castelo, na zona chamada Marvõezinhos, formando muro de planta ondulada com cerca de 2 m de espessura e 1,20 m de altura, numa extensão de c. 90 m. Do lado nascente tem a parede desempenada, prolongando-se para poente até dar no muro da divisão da propriedade. Poderá relacionar-se com a pretensão de aí se construir, em 1801, uma bateria para bater a estrada de acesso a Marvão vinda de Castelo de Vide pelo Vale de Ródão ou pela Escusa. Esta estrada encontra-se a uns escassos 600 m da referida estrutura:

Em hum lugar à esquerda do Castelo de onde bellamente se domina a estrada que conduz de Castelo de Vide se deve preparar o terreno, e fazer huma plataforma em que se coloque huma peça de 18, ou 24 p.^a bater a dita estrada, e terreno adjacente, e flanquear não menos, parte do recinto⁽¹¹⁾.

- A – Provável armazém para munições
 - B – Reentrância, já parcialmente arruinada, onde estaria colocada a peça de 18 ou 24
 - C – Parapeito para infantaria de construção ondulada
 - D – Encosta do castelo que podia ser flanqueada a partir dos Marvõezinhos
- (Fotos de 2015)



E – Terreno a ser batido pela infantaria ou com morteiros
F – “Estrada que conduz de Castelo de Vide”, através da Escusa ou do Vale de Ródão.
(Fotos de 2015)



O CASTELO E A CERCA URBANA

De facto, não há vestígios de plataforma para artilharia, o que aliás faltava, em 1801, noutras zonas dentro das fortificações: “Precisão se plataformas muitas que ainda faltão na Praça⁽¹²⁾”. Mas a estrutura em causa constituiu um parapeito para infantaria que dispunha, na sua ponta norte, de uma reentrância para colocar uma peça e fazer fogo, à barbete, com o referido objectivo. Uma pequena casa, situada nessa extremidade, constituiria o armazém de munições. Todavia, são tudo suposições, embora fundamentadas, dado que não dispomos de um desenho militar com a localização da estrutura.

7.2.1.3 O CASTELO ANTES DAS INTERVENÇÕES OPERADAS PELO ESTADO NOVO

Durante o Estado Novo, concretamente a partir de 1942, a DGEMN tentou repor o Castelo na sua versão supostamente medieval, demolindo grande parte dos edifícios militares construídos a partir da Guerra da Restauração ou eliminando, noutros, nomeadamente na Torre de Menagem, reabilitações, igualmente militares, necessárias à defesa da praça.

À entrada do Castelo, do lado esquerdo - antes, portando, da passagem estrangulada entre os dois cubelos -, foi demolido um corpo de guarda em 1942 que, a ter sido conservado, desempenharia, hoje, com vantagem no capítulo da autenticidade, as funções da actual estrutura de metal e vidro.



Entrada actual no Castelo (2015)



Demolição de uma casa da guarda à entrada do Castelo em 1942 (SIPA FOTO.00167026, 1942)



Placa existente à entrada do castelo em memória dos militares do concelho mortos na Grande Guerra (1914-18), datada de 9 de Abril de 1922, 4º aniversário da Batalha de La Lys (2015)

No primeiro recinto do Castelo foram eliminados os “telheiros para oficinas” que se situavam à direita de quem entra, antes do Forno do Assento e, à esquerda, a seguir ao corpo de guarda. Estas duas instalações estão marcadas a amarelo na planta de 1814.



O albacar com os edifícios à sua entrada, demolidos uns, reabilitados outros, a partir de 1942 (ver SIPA FOTO.00167027, 1942 e 00167006, 1942). Foto publicada por COELHO, Possidónio, 1916: entre pp. 48 e 49



Demolição de edifícios militares, pela DGEMN, em 1942 (SIPA FOTO. 00167027, 1942)

No segundo recinto foram demolidos paióis que se encontravam à esquerda de quem entra, a seguir à Torre de Menagem, e eliminou-se o segundo piso do paiol que está à direita da entrada, no pátio, bem como as adaptações a paiol que a Torre de Menagem sofrera.



Fotografia de 1942 documentando a existência de dois pisos no paiol que se encontra à direita de quem entra no 2º recinto do castelo (SIPA FOTO.00167001, 1942)

O CASTELO E A CERCA URBANA



Fotografia documentando a existência de um paio que se encontrava adossado à Torre de Menagem (SIPA FOTO.00167006, 1942)



Em consequência das demolições dos armazéns adossados à muralha poente, foi (re)construído o adarve, em 1945 (SIPA FOTO.00166945, 1945). Diga-se que o anterior acesso à Torre de Menagem se fazia por escadas



Nunca a Torre teve ameias. A Torre só tinha a porta da esquerda. - Diz no verso

Fotografia com um comentário às intervenções da DGEMN, ao tempo



O pátio do Castelo na actualidade



Início da reconfiguração da Torre de Menagem, eliminando a sua anterior reabilitação para paio da pólvora e acrescentando-lhe ameias que, posteriormente, foram demolidas (SIPA FOTO.00166942, 1942)

7.2.2 A CERCA URBANA

A cerca urbana define um espaço grosseiramente trapezoidal - cerca de 460 m por 160 m -, com a mesma orientação longitudinal dos dois recintos do Castelo, ou seja, NO/SE. A muralha possui adarve em todo o perímetro, apresentando parapeito inclinado, e é interrompida, nos pontos nevrálgicos da fortificação, por torres e por fortificações abaluartadas a proteger duas portas e um postigo. Caminhando a partir do Castelo, de NO para SE, e no sentido dos ponteiros do relógio, apresentam-se:

a) Troço de muralha descendente (NO/SE), com 0,53 m de espessura no parapeito e 1,05 m de largura no adarve. De referir, neste troço, a existência de uma porta, hoje emparedada, em arco redondo e com archete, não visível da Porta de Ródão, e que, pela sua localização poderá ter tido alguma função ligada à cisterna. Aliás, ainda hoje é por aquele ponto que entra o cano de alimentação do depósito de água que alimenta a vila.

pelo adarve. Esta porta que, como já referimos, dava acesso à “Estrada (setecentista) de Castelo de Vide”, apresenta os encaixes da tranca e encontra-se protegida por um meio-baluarte constituído, de NO para SE, por: tramo de uma barbacã com adarve; cubelo com duas frestas e uma canhoeira; e troço de muralha com porta em arco redondo apresentando as caixas das couceiras e da tranca; um meio-baluarte. A fortificação abaluartada está



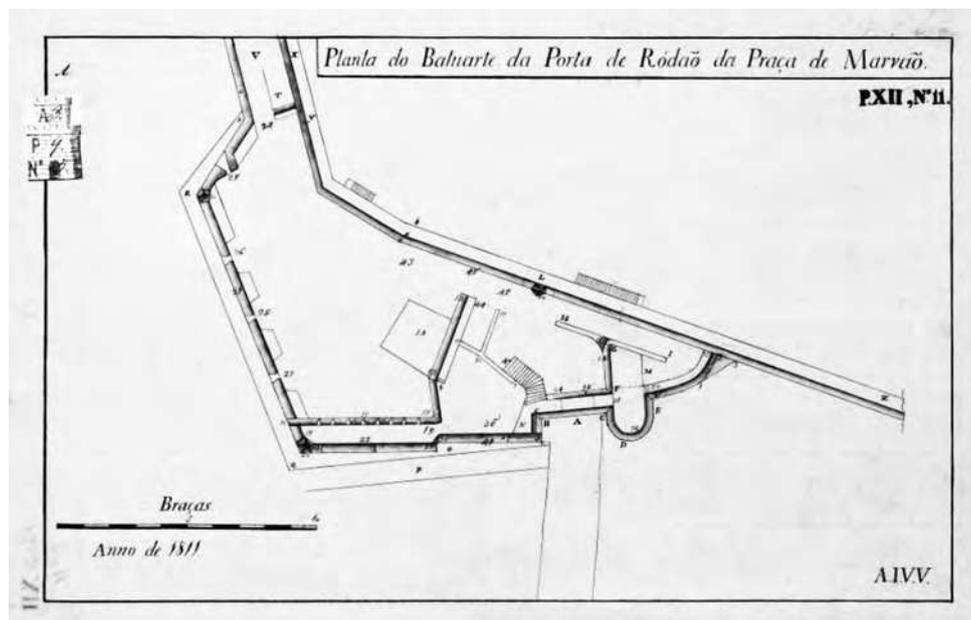
Porta emparedada no troço de muralha a norte da Porta de Ródão, no enfiamento longitudinal da cisterna grande do castelo (2015)

b) Torreão de planta rectangular, com 5,48 m de largura interna, apresentando guarita, três canhoeiros e parapeitos inclinados.

construída em terreno escarpado e a face NO é prolongada ligando-se à barbacã. Esta face é composta por duas partes, com o cordão a alturas diferentes, devido ao declive do terreno. Do cordão para cima erguem-se muros com três canhoeiros, duas delas, no piso inferior do baluarte, acasamatadas e com um depósito para munições entre elas. Inúmeras frestas para disparo de armas ligeiras cobrem toda a frente da porta e também as traseiras, por onde se podia aceder ao interior do meio-baluarte através da barbacã nascente.

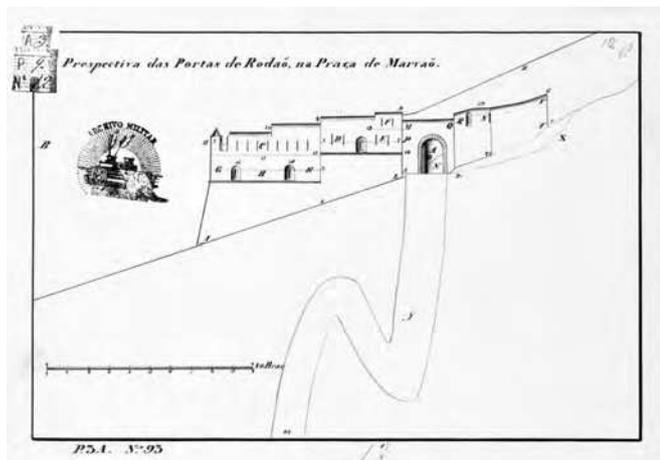
c) Troço de muralha descendente de grande inclinação (O/E), com 0,53 m de espessura no parapeito e 1,10 m de largura no adarve, estreitando à medida que se desce.

d) Porta de Ródão. A porta da cerca, em arco redondo, com protecção de arco de descarga com o mesmo desenho, é sobrepujada por uma guarita a que se acede



Planta do meio-baluarte da Porta de Ródão (1811) (GEAEM, 3147-2A-25-35)

O CASTELO E A CERCA URBANA



A face NO do meio-baluarte da Porta de Ródão (1811) (GEAEM, 3135-2A-25-35)



Piso inferior do meio-baluarte, face NO (2015)



Fotografia de cima: a frente NO do meio-baluarte com três canhoeriras e frestas. Fotografia de baixo: interior do meio-baluarte junto à porta da barbacã (2015)



O meio-baluarte da Porta de Ródão visto de N (2015)

A outra face, virada a NE, possui três canhoeriras (sem merlões) que comandam a encosta de aproximação à porta, havendo ainda uma outra no flanco que cobre a barbacã nascente da cerca urbana. Duas guaritas vigiam o exterior, uma no ângulo flanqueado e outra no ângulo de espalda. Este meio-baluarte apresenta uma “Casa da Guarda” (seguimos a planta GEAEM, 3151-2A-25-35) reabilitada para instalações eléctricas. A comunicação entre os pisos superior e inferior do meio-baluarte foi restabelecida, por nossa sugestão e orientação, no ano de 1999. Outro muro intermédio, por cima da referida Casa da Guarda, com cinco frestas, cobre a entrada que vem da barbacã nascente. Resta dizer que estas portas foram intervencionadas pela DGEMN (alargamento e alteamento) para permitir o atravessamento automóvel; também a muralha da cerca, junto à porta, foi restaurada. Todas estas obras se realizaram entre 1942 e 1947 e estão bem documentadas fotograficamente⁽¹³⁾. A porta da cerca tem 3,30 m de largura e a da barbacã 2,90 m. Por comparação, as três portas da Porta da Vila, que não foram mexidas, têm todas c. 2,53 m de largura.



A Porta de Ródão em obras de restauro da muralha (foto s. d., antes de 1947/48)



As duas portas da Porta de Ródão vistas do exterior (foto da esquerda) e do interior (2015)



A Porta de Ródão vista do Castelo (1997) (SIPA FOTO.00033674, Domingos Bucho, 1997)

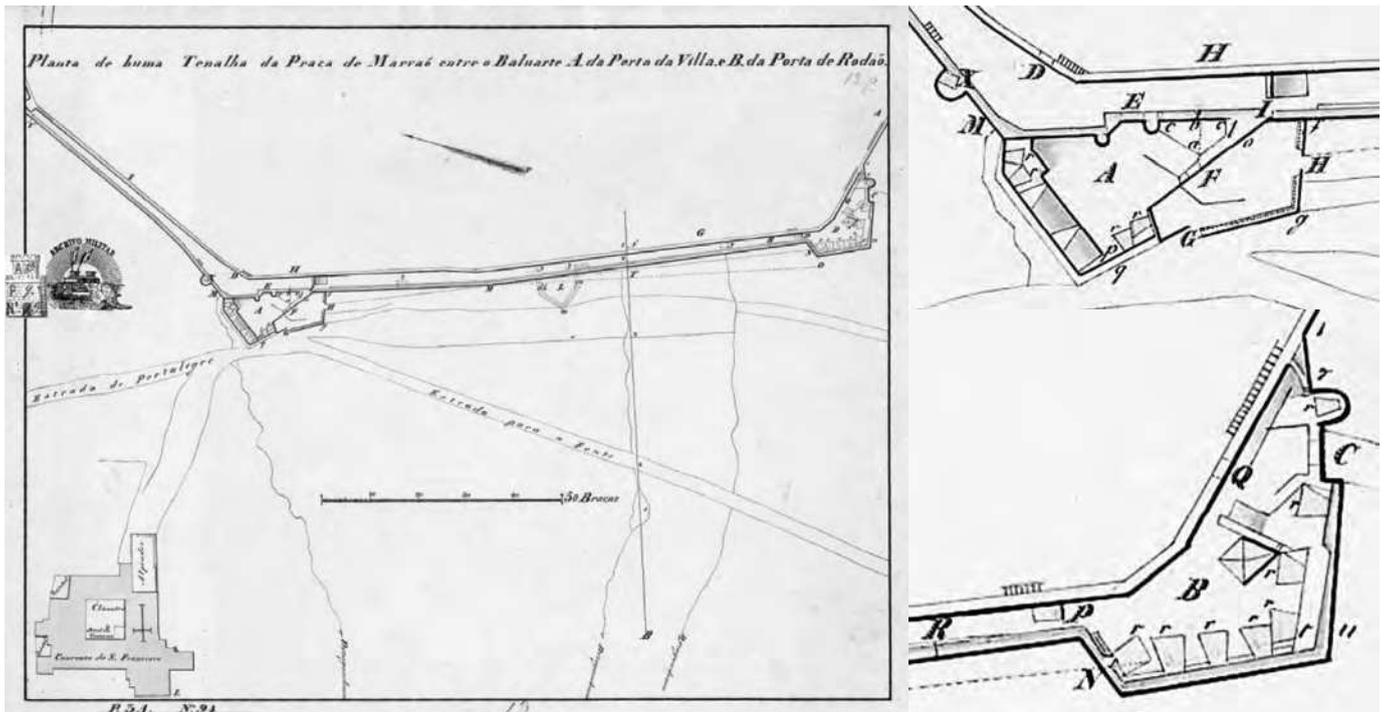
O CASTELO E A CERCA URBANA

e) Troço de muralha (NO/SE), com 0,70 m de espessura no parapeito, com adarve de largura variável, constituindo o caminho estreito entre a muralha e o tardo das habitações da Rua de Baixo; troço de barbacã com a mesma orientação, com 0,50 m de espessura no parapeito, apresentando embasamento; esta barbacã apresenta uma retrete para serviço da guarnição e, como já referimos atrás, o que parecem ter sido ameias, embora a sua configuração e largura das abertas nos levem a duvidar da sua autenticidade.

f) Porta da Vila. A fortificação desta entrada apresenta, do exterior para o interior: entrada com cancela e dois lanços de rampa; primeira porta, aberta em muro que se liga ao meio-baluarte; segunda porta, no seguimento da barbacã, ladeada por dois cubelos e o que parece ser um esporão, ou o resto de duas faces de uma torre de base rectangular; estes cubelos, tal como todos os outros, não apresentam medidas iguais, medindo um deles, de largura interior, na gola, 2,47 m, e de profundidade, também interior, 2,76 m; finalmente, entra-se na vila pela porta da cerca urbana. Todas as portas possuem arco de volta inteira, as caixas das couceiras e das trancas e têm c. 2,53 m de largura. Apesar desta coincidência, confrontando a planta de c. de 1661 com a actual constituição, que é igual à das plantas do séc XIX que temos apresentado, a porta exterior foi construída quando do levantamento da fortificação abaluartada, não correspondendo a nenhuma que existisse antes da Guerra da Restauração. O meio-baluarte, que se

dispõe para nascente do sistema de portas, apresenta face e flanco do lado E, construídos em terreno arrampado. Esta escarpa não termina em cordão, contando-se um total de quatro canhoeriras neste sector, terminando o vértice do ângulo flanqueado em guarita. Duas destas canhoeriras apresentam merlões de grande espessura, precisamente as que se encontram viradas para o convento. As outras duas defendem a barbacã existente entre esta porta e o Postigo do Torrejão, bem como a aproximação pelo sector do convento. A face N, também sem cordão e interligada com o muro que contém a primeira porta a partir do exterior, possui duas canhoeriras, sem merlões, que defendem a barbacã E da cerca urbana e a aproximação pela encosta nascente.

Foi por este sector que a praça, então na posse do exército franco-espanhol, foi tomada em 1705 (Guerra da Sucessão de Espanha) pelo exército português comandado pelo Conde de São João, distinguindo-se o ataque desferido pelo terço de infantaria portuguesa comandado pelo Conde de Coculim.



Planta das fortificações das Portas da Vila e de Ródão, de Antonio Jozé Vaz Velho (de 1827 ou posterior). Ao lado, a ampliação dos desenhos das Portas da Vila, em cima, e da Porta de Ródão (GEAEM, 3137-2A-25-35)



Porta da Vila (da muralha principal) e insculptura na sua parede interior sul, avivada a giz. O comprimento do sulco recto entre os dois círculos é de 38/39 cm, o que não corresponde a nenhuma medida linear antiga



Porta da Vila (da barbacã, ou intermédia)



Interior do meio-baluarte da Porta da Vila (visto a partir da muralha urbana principal)

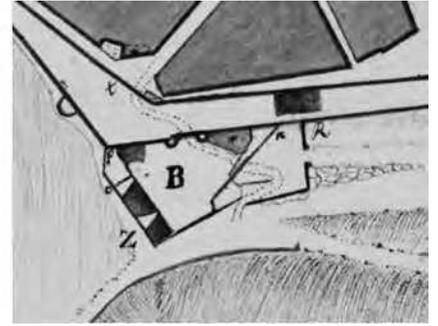
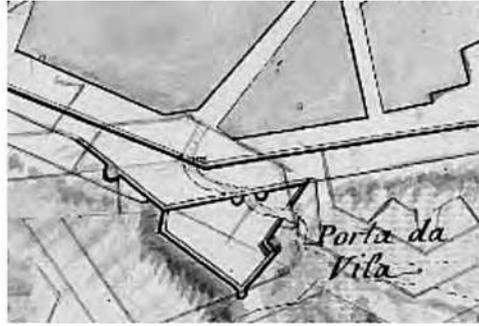
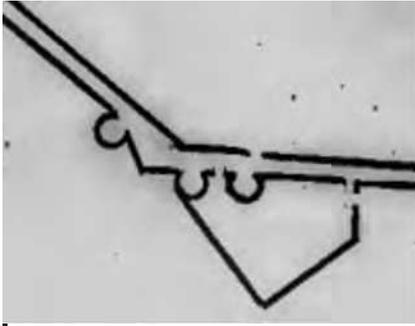


Porta da Vila (da entrada na fortificação abaluartada, ou exterior)



A fortificação abaluartada da Porta da Vila vista do exterior (SE)

O CASTELO E A CERCA URBANA



Da esquerda para a direita: extractos das plantas militares do Livro de Nicolau de Landres (c. 1661), de 1765 e de 1814. Note-se, na planta mais antiga, que a primeira porta, a partir do exterior, era lateral, e que existe um erro de localização da Porta da Vila na muralha principal

Aeternit Saer.

Immaculatissimæ Conceptioni Mariæ Joann. IV Portugali Rex una cum general Comitibus se, et regna sua sub annuo conssu tributaria publice vovit ut que Dei param in imperii catullam, redutam original perservatam perpetuo deffensor sub juramento firmavit vivere et regna Lusit. Hoc vivo memoriale perenne exarari sumpsit xpti M.D.C.XLV imperii sui (¹).

(1) ANTT, Manuscrito n.º 1911, fl. 147 (cit. in COELHO, 1988: 107)

“À Eterna e Sagrada Imaculadíssima Conceição de Maria

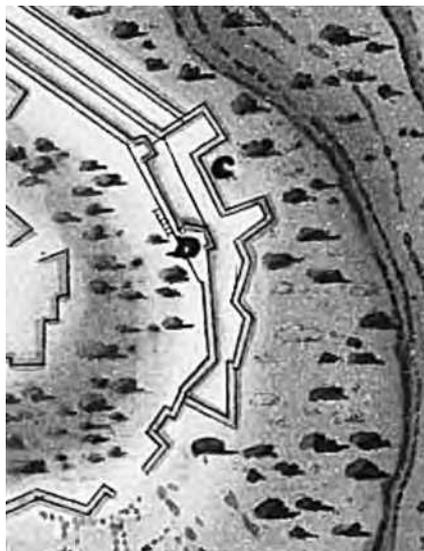
João IV, Rei de Portugal, em união e com consenso de um ano das Cortes Gerais (?), fez voto público que ele e os seus reinos tributários - e confirmou (este voto), sob juramento perpétuo - que ele - e os reinos da Lusitânia - viveria como defensor da Mãe de Deus, padroeira (?) reconduzida e originalmente preservada do império - e comprometeu-se a que, durante a sua vida, fosse esculpido este memorial perene.1645 do império do seu Cristo (?)”.

Tradução: Pe. Bonifácio dos Santos Bernardo

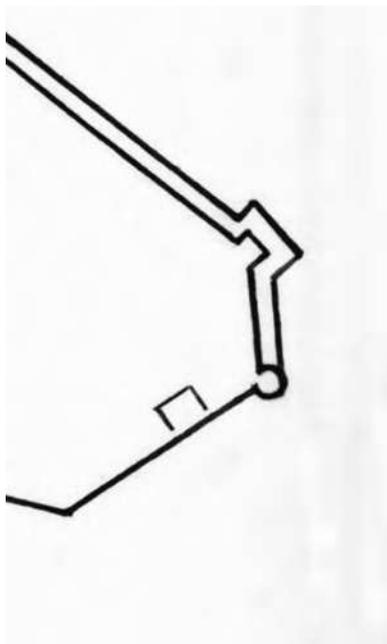
Inscrição que existia numa lápide quadrada que se encontrava no tecto de uma das Portas da Vila (porta da fortificação abaluartada ou exterior). Nossa Senhora da Conceição foi eleita defensora e protectora de Portugal na sessão de 28 de Dezembro de 1645, das cortes de Lisboa de 1645/46, ocorrendo o juramento solene a 25 de Março de 1646. Portanto, a data que a lápide exhibe não é a da sua feitura/colocação mas sim a data do acontecimento que se comemora

g) Troço de muralha N/S, com 0,43 m de espessura no parapeito e 1,39 m de largura no adarve. Possui uma guarita e uma barbacã (que era dupla em meados do séc. XVIII) com adarve, com a mesma orientação e com 0,64 m de espessura no parapeito. A barbacã apresenta um cubelo junto às fortificações da Porta da Vila, com uma canhoeira virada para a barbacã.

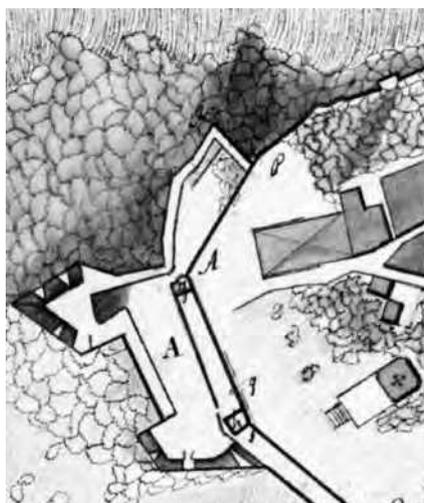
h) Fortificações do Postigo do “Torrejão” (designação da planta de 1755) ou da “Tenalha do Cabelo” (assim chamadas nas plantas de 1814 e na que seguimos para a designação dos elementos do Castelo). Como se pode verificar na planta de c. 1661 (que reproduzimos abaixo), o cubelo está desenhado, de secção circular, como lhe compete. A planta de 1755 apresenta dois torreões, um deles chamado de “Torrejão” (o que se encontra mais a sul), de secção aparentemente pentagonal mas com a face poente prolongada, sem qualquer vestígio do cubelo anterior que aparecerá na planta de 1814, o que significa que foi mal desenhado na planta em apreço. Exteriormente a estes dois torreões, está desenhado, na planta de 1755, um “Fortim” composto pelo que parecem ser dois torreões de secção rectangular, cuja altura não podemos avaliar, e um fosso que corre para poente. Esta constituição foi alterada através da construção de uma frente abaluartada que se observa na planta de 1814 (um baluarte e um meio baluarte), permanecendo o dito fosso. Provavelmente, esta intervenção ocorreu c. 1777, quando estão documentadas obras de refortificação em Marvão, já referidas atrás, ao tratarmos do Castelo.



Extracto da planta militar de 1755 com o Torrejão em forma de pentágono, mal desenhado, com o prolongamento da face poente (GEAM, 1396-3-40-PP)



Extracto da planta militar de c. 1661 com o Torrejão em forma de cubelo



Extracto da planta militar de 1814 com o Torrejão de secção rectangular, mas com os vestígios do anterior cubelo na face poente, como hoje se apresenta (GEAM, 3149-2A-25-35)

O CASTELO E A CERCA URBANA



Vestígios do cubelo (uma meia-face, arredondada, do torreão) (2015)



Postigo do Torrejão: interior do meio-baluarte NE (2015)

O postigo abre-se em troço de muralha orientada na direcção NE/SO. Franqueado o postigo, de verga recta, acede-se à barbacã, e desta, através de passagem com cancela, às fortificações que protegem esta entrada. Ladeando o postigo, dois torreões de planta rectangular a que se acede por escadas em muros adossados à muralha. O torreão NE, com 5,20 m de largura interior, apresenta três canhoeriras; o torreão SO, com três canhoeriras e uma guarita, tem 4,76 m de largura interior e apresenta a face O adossada ao que resta do primitivo cubelo. A fortificação abaluartada que defende o postigo é constituída, de NE para SO: por meio-baluarte irregular, sem cordão, com três canhoeriras com merlões; cortina com adarve; baluarte com escarpa e cordão de cantaria, apresentando quatro canhoeriras com merlões; prolongamento da fortificação para O, com fosso, muro não escarpado, adarve e parapeito.



Postigo do Torrejão: interior do baluarte SO (2015)



A frente abaluartada do Postigo do Torrejão (2015)



Postigo do Torrejão: prolongamento da fortificação para O, com fosso, muro não escarpado, adarve e parapeito (2015)

Como se pode observar pela constituição das canhoeriras, todas elas com merlões muito espessos, e pelo reforço defensivo constituído pelo fosso dotado de muro com banquetas largas e parapeito extenso para disparo de espingardas, estamos num sector frágil da fortificação.

i) Troço de muralha com 0,43 m de espessura no parapeito e adarve com 1,25 m de largura, junto ao Postigo do Torrejão, que corre na direcção do castelo. Apresenta no seu trajecto duas guaritas e duas canhoeriras: uma no Largo de Camões e outra no Largo de Santa Maria, ambas viradas para NO, protegendo a escarpa natural e a respectiva muralha. Uma poterna, desemparedada em 1948, dá acesso ao espaço extramuros na zona do parque infantil. De referir, ainda, os vestígios de uma porta em arco abatido, na mesma zona, só visível do lado de fora, descoberta recentemente por António Gil.



Poterna no troço de muralha nascente, frente à Igreja de Santiago (2015)



Porta emparedada no troço de muralha poente, junto ao actual parque infantil (descoberta por António Gil) (2015)

7.2.3 TIPOLOGIA DAS FORTIFICAÇÕES

7.2.3.1 TIPOLOGIA DAS FORTIFICAÇÕES MEDIEVAIS

O Castelo de Marvão é uma fortificação medieval, estratégica, de detenção, orientada para a fronteira. Apresenta, como referimos atrás, construções de vários períodos. Constituiu um eficaz lugar de refúgio e um extraordinário ponto de observação e vigilância, já que dominava a segunda via mais importante de penetração dos exércitos do país vizinho, a partir de Valência de Alcântara, numa vasta zona do Alto Alentejo que vai de Badajoz ao rio Tejo. A sua inserção estratégica é clara: faz parte da primeira linha de detenção, pós Tratado de Alcanizes, que vai, no actual Distrito de Portalegre, de Montalvão a Elvas.

O mais roqueiro⁽¹⁴⁾ dos castelos nacionais, constituiu-se em dois recintos contíguos que, por questões defensivas, tiveram que abarcar toda a crista rochosa mais elevada. Por seu turno, a cerca urbana ocupa os restantes rochedos, a cotas mais baixas, ainda que favorecidas por um acentuado declive exterior. Toda a fortificação é, obviamente, em relevo, favorecida por condições excepcionais de defesa natural e de grande impermeabilidade.

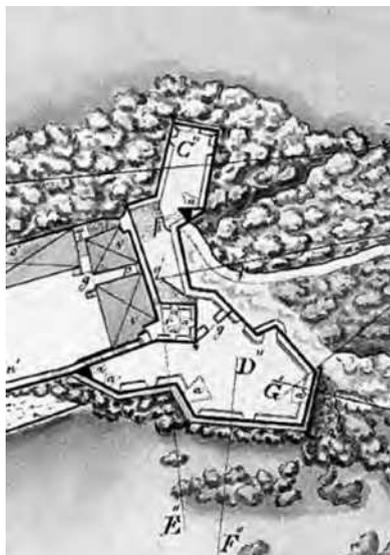
Detectam-se trabalhos de refortificação resultantes da adaptação da velha fortaleza medieval à crescente eficácia da pirobalística, embora não haja propriamente baluartes de transição⁽¹⁵⁾. Esta adaptação está patente na construção da barbacã a NE do Castelo e entre a Porta de Ródão e o Postigo do Torrejão, com cubelos flanqueando as portas, alguns munidos de canhoeriras nos eirados a que as plantas do séc. XIX chamavam “plantaformas”. De notar que o Postigo do Torrejão foi também conhecido por Baluarte do Torrejão e por Tenalha do Cubelo, em possível referência a um cubelo de transição hoje desaparecido. Também os eirados das torres de base rectangular foram adaptados para uso de artilharia, rasgando-se canhoeriras. As entradas dos primeiro e segundo recintos do Castelo foram reforçadas com cubelos. É de estranhar a inexistência de ameias e de troneiras, sobretudo nas zonas de confronto. Será que as reabilitações modernas as fizeram desaparecer?

Mas de todos os elementos arquitectónicos que nos chegaram da Idade Média, o que se apresenta estilisticamente mais recuado é, sem dúvida, a Torre de Menagem, desprovida de qualquer elemento de defesa activa (matacões, troneiras, etc.) e sem qualquer vão para além de frestas de iluminação/respiração. Este conceito de defesa passiva, de impermeabilidade, acrescido do facto de não comunicar com as muralhas próximas (como já referimos, o adarve do lado poente foi construído no século passado), usando, provavelmente, uma simples escada retrátil como acesso, lembra imediatamente as torres de menagem do período da Reconquista, como nos castelos de Guimarães ou de Belver.

O CASTELO E A CERCA URBANA

7.2.3.2 TIPOLOGIA DAS FORTIFICAÇÕES ABALUARTADAS

a) No Castelo



Pormenor da planta militar do séc. XIX nas fortificações abaluartadas do castelo (GEAEM, 3151-2A-25-35)

Estamos em presença de construções sem escola ou método, claramente adaptadas ao terreno, com ângulos de flanco obtusos, embora um deles já existisse no torreão O que se prolongou. A sua função táctica era a de defender a fortificação de um ataque de infantaria, supostamente de surpresa, a coberto das rochas que se prolongam para NO. Daí que as suas canhoieiras não apresentem os característicos merlões de grande espessura, uma vez que não se esperava um ataque com artilharia de bater. São meras aberturas ao gosto medieval por onde se poderia praticar uma artilharia ligeira (embora dificilmente, atendendo ao ângulo de tiro, muito abaixo do nível) ou assestar morteiros para dissuadir a aproximação da infantaria inimiga. O muro frestado, virado a NO, de que já falámos, dá-nos a mais importante função táctica desta fortificação: defender, com infantaria, a aproximação do inimigo que podia progredir a coberto das rochas.

b) Na cerca urbana



No sentido dos ponteiros do relógio, extractos de planta militar do séc. XIX com as fortificações abaluartadas do Postigo do Torrejão, da Porta da Vila e da Porta de Ródão (GEAEM, 3151-2A-25-35)

Em qualquer das três situações, as fortificações abaluartadas só vieram fortalecer portas da fortificação medieval, adaptando-se ao sítio, integrando barbacãs preexistentes, o que explica a sua irregularidade geométrica. Assim se pensava, ainda, em 1801:

Marvão é uma Praça fortíssima por natureza: construída sobre elevado e quase inacessíveis rochedos, reduz a sua defesa a pequeno número de pontos que devem ser postos em melhoramento, e cuidadosamente guardados, e que mediante uma ordinária, mas efectiva vigilância nos precisos lugares, em torno do restante circuito da Praça se pode fazer esta impenetrável às violentas e sanguinárias tentativas dos seus inimigos⁽¹⁶⁾.

Embora a frente do Postigo do Torrejão apresente ângulos de flanco rectos (mas sem flancos secundários), o que já não se verifica nos pequenos flancos dos meios-baluartes das Portas de Ródão e da Vila, com ângulos de flanco obtusos, nada nos transmite qualquer preocupação tratadística, onde se vislumbra a orientação proveniente de uma escola ou método, mas sim o bom senso, a experiência, a adaptação às condições concretas preexistentes, quer naturais quer das fortificações medievais. Como é evidente, os ângulos de flanco só definem escolas ou métodos quando se interligam com outras características, nomeadamente com as linhas de defesa, com a existência ou não de flancos secundários, com o comprimento das cortinas, com o desenho dos fossos, etc. Repare-se que as próprias canhoieiras nem sempre apresentam merlões porque têm à sua frente encostas íngremes que não permitem o uso da artilharia inimiga para destruir os muros. Quer por parte dos defensores, quer dos atacantes, os morteiros, depois os obuses, e as espingardas, eram com certeza as armas principais a usar nas condições orográficas que se apresentam. As peças de artilharia a usar pelos atacantes (com excepção dos morteiros e dos obuses) serviriam sobretudo para tentar meter portas adentro e não para provocar brechas nos muros. E seriam sempre em número insignificante, até pela dificuldade do seu transporte. Também os canhões pedreiros, junto às portas, para as defender dos ataques em massa da infantaria inimiga, seriam eficazes.

Terminamos com uma interessante apreciação técnica feita pelo General Sir Jonh Aitchison G. C. B., no seu diário, quando, no dia 23 de Maio de 1812, fez uma visita de reconhecimento a Marvão, servindo as forças de Wellington enquanto oficial subalterno do 3º Regimento de Guardas. No fundo, em 1812, mais não se faz do que corroborar com as apreciações técnicas anteriores:

Fui a Marvão. A força da sua fortaleza reside na sua situação. A estrada que lá vai dar é estreita, muitíssimo íngreme e em muitas zonas quase impraticável. As fortificações são, na maioria, mouriscas, e em alguns locais tão baixas que facilmente seriam escaladas se não estivessem defendidas por uma poderosa guarnição que eu contabilizo em cerca de 2000 homens. As defesas, contudo, têm sido melhoradas por contraguardas que flanqueiam os velhos muros, de modo que, no presente, as consideraria inexpugnáveis. Ataques de surpresa ou fomes são os únicos modos de obter a sua posse. Não tem poços, mas é bem fornecida de água (particularmente o castelo) armazenada em cisternas⁽¹⁷⁾.

7.3 ARMAMENTO, GUARNIÇÃO E ESTADO DA PRAÇA NOS SÉCS. XVIII E XIX



Réplica de uma canhão que pertencia ao Castelo de Marvão e que está hoje no Museu Militar de Lisboa. Foi por nós descoberto em exposição de armamento medieval em Lisboa

Como já referimos e comprovámos em fotografias e em plantas (1812 e 1814), o Castelo, no seu segundo recinto, estava como que preenchido por armazéns de armamento, munições e pólvora adossados às muralhas. Já o primeiro recinto, junto à entrada, e de ambos os lados, tinha telheiros com as oficinas necessárias às artes da guerra. Os armazéns do 2º recinto, na sua globalidade, conforme se apresentavam no século passado, foram construídos entre data anterior a 1755 (a respectiva planta já apresenta os dois armazéns adossados à muralha poente) e 1812, planta onde já constam todos.

Para termos uma ideia do armamento, munições, pólvora e apetrechos de guerra que a praça possuía em tempo de paz (1798), damos a conhecer um inventário elaborado nesta data pelo respectivo governador. Dizemos “em tempo de paz”, embora em estado de tensão devido às sucessivas alianças dos Bourbon, das coroas francesa e espanhola (1733, 1743 e 1761 renovada em 1779), contra a nossa aliada Inglaterra que dariam origem à Guerra Fantástica (1762). Mas a aliança entre a França e a Espanha continuou (dado o inimigo comum), o que explica as invasões do território nacional pela Espanha, na Guerra das Laranjas (1801), e, nove anos mais tarde, pelos exércitos franco-espanhóis durante a Primeira Invasão Francesa (1807). O reapetrechamento da praça, em termos de armazéns de guerra, terá sido, também, uma consequência da acção do Conde de Lippe a que já fizemos referência, a partir de 1762, e da preparação para as inevitáveis invasões napoleónicas.

7.3.1 ARMAMENTO, MUNIÇÕES E PÓLVORA

Logo que o Conde de Lippe foi contratado como comandante e reformador do exército português, juntamente com um número apreciável de oficiais ingleses, no âmbito da Guerra Fantástica (1762), procedeu a um levantamento geral da situação. O responsável pelo levantamento, em Marvão, foi um militar inglês de nome Parke Pepper, remetendo

o respectivo documento (aparentemente, a resposta a um questionário uniformizado para todo o país) a 25 de Julho de 1763. O ofício a que estava anexo o inquérito apresentava, desde logo, a lamentável situação geral da Praça naquele ano:

Remeto a V. Ex.^a o extracto da Artelharia e moniçoins que se acham nesta Praça. e ao pres.te A goarniça hum Capitam com seu Thenente e Alferes, e dois Sargentos hum Porta Bandeira e cinco cabos, dois Tambores, e noventa Soldados cuja Goarniçam he do Regim.to da Praça de Castello de Vide; e tres Artelheiros com hum cabo do Regimento de Estremos; e Emquanto as Muralhas se acham m.to incapases, e da mesma sorte as Portas, asim da Praça como a Primeira do Castello (...); tem esta Villa e Seu termo quinhentos, setenta e cinco homens capases de pegarem em Armas neste numero Emtram pastores; e a Praça se acha sem Armas Capases de poderem fazer efeito (...)⁽¹⁸⁾.

Segue-se a resposta ao inquérito que, resumindo os itens respondidos, apresentava os seguintes elementos e quantidades:

- Peças de Artelharia: 8 de vários calibres
- Morteiros: 2
- Arcabuzes de forquilha ou Esmerilhains: 8
- Municoins: 1837 de vários calibres
- Bombas: 25
- Ballas p.^a Arcabuzes: 235
- Cocharras: 13
- Granadas de Mão (e outras): 2119
- Cartuchos (de vários calibres): 151
- Reparos da Artelharia: 5
- Plataformas p.^a as Pessas: 2
- Cabrilhas porparadas: 4
- Alavancas: 3
- Armas de Fogo: Arcabuzes Biscainhos, 8 (Que vieram de Cast. V.e); Arcabuzes de forquilha, 193 (Incapazes); Espingardas p.^a a Infantaria, 125 (Incapazes)
- Sacatrapos: 5
- Machados Grandes: 18
- (?) e Rossadouras: 18
- Picaretas (?): 59 (E quasi todas sem cabos)
- Emxadas: 50 (E quasi todas sem cabos)
- Pas de ferro: 77 (m.to uzadas)
- Carrinhos de terra planar: 14 (e tres destes incapazes)
- Pregos de Galiota (e de meia Galiota): 2000
- Balanças ord.^{as}: 4
- Arateis de Polvora bombard.^a: 98
- Arateis de Polvora fina arrobas: 60 (Totalm.e incapas)
- Barris de Murram: 50
- Pederneiras de Espingarda: 700
- Pederneiras de Pistolla: 1500
- Pederneiras de clavina: 1500

A situação era, de facto, preocupante, desde logo porque o armamento mais importante, as armas de fogo para a infantaria, estava incapaz. Escapavam à situação 8 míseros arcabuzes biscainhos que tinham vindo de Castelo de Vide... As granadas de mão eram em número apreciável e muito importantes na defesa da Praça, para dificultar a aproximação da infantaria inimiga, mas parte da pólvora estava incapaz e as peças de artilharia eram apenas 8 (que não excediam o calibre 10). Quanto a morteiros, apenas dois. Obuses não havia, para colocar granadas explosivas à distância que rebentavam quando atingiam o alvo. Tal como não existiam canhões pedreiros, importantes para fazer face, na curta distância, às investidas em massa da

O CASTELO E A CERCA URBANA

infantaria, ou à ocupação, pelo inimigo, de posições próximas. Azevedo Fortes (1660-1749) escreveu que, no seu tempo, eram os morteiros a fazer “o officio dos canhões pedreiros antigos”, “lançar de sy hum chuveiro de pedras sobre os inimigos, quando se achão perto, como, por exemplo, de huma Praça sobre os inimigos”⁽¹⁹⁾. Pensamos que seria esta a função principal de um “pedreiro” na defesa de uma praça como Marvão e não o disparo de pelouros de pedra, função que também realizavam.

Para o fim do século, a Praça estava mais bem apetrechada, embora não satisfatoriamente. No inventário de 1798, as espingardas de infantaria já eram 401. Vejamos o inventário elaborado pelo Sargento-mor, a servir de Governador, Lourenço Loppes Franco⁽²⁰⁾.

Mapa de Artilheiria e mais Munisões q. existem nos Armazens desta Prassa de Marvão té o dia 20 de Abril de 1798

Pessas de Artr.^a de Bronze de Calibre “6” - 1 - Montada
Dittas de Ferro do calibre “12” - 4 - D.^a
Dittas de Calibre “10” - 2 - Montada 1
Dittas de Calibre “8” - 2 - Montadas
Dittas de Calibre “7” - 4 - Montadas 2
Dittas de Calibre “6” - 3 - Montadas
Armoens - 2
Reparos de 4 Rodas - 2

Pelamentas⁽²¹⁾

Coxarras - 19
Sacatrapos - 19
Bottafogos - 19
Soquetes com Lanadas - 31

Morteiros pequenos de Mam - 2

Munisões

Ballas de Artr.^a do Calibre 24 - 712
Dittas do C. 18 - 51
Dittas de C. 16 - 13
Dittas do C. 12 - 1136
Dittas do C. 10 - 365
Dittas do C. 8 - 177
Dittas do C. 7 - 220
Dittas do C. 6 - 538
Dittas do C. 5 - 366
Dittas do C. 4 - 370
Granadas de Mam - 744
Dittas Atacadas - 1060
Granadas Reais de 8 polgadas e 1/2 - 7
Dittas de 7 Polgadas - 4

Cartuxos de Polvera p.^a Artr.^a

Do C. 12 - 62
Dittos do C. 10 - 31
Dittos do C. 8 - 61
Dittos do C. 7 - 33
Dittos do C. 6 - 40
Dittos do C. 5 - 4
Dittos do C. 4 - 15

Cartuxos de Pellouro

Do C. 12 - 41
Dittos do C. 10 - 48
D.^os do C. 8 - 46
D.^os do C. 7 - 39
D.^os do C. 6 - 46

D.^os do C. 5 - 6

D.^os do C. 4 - 25

Cartuxos se Mosq.te com Balla - 3436

Sacos de Murrão p.^a as Pesas

Do C. 12 - 53
Do C. 10 - 57
Do C. 8 - 105
Do C. 7 - 83
Do C. 6 - 183
Do C. 5 - 49
Do C. 4 - 54

Petrexos nesarios p.^a a Artilhr.^a

Espeques - 99
Palmetas - 20
Xapuzes - 20
(?) das boias das Pesas - 16
Coberteiras p.^a os Ouvidos das d.^{as} - 16
Diamantes - 34
Cornetim - 1
Cabrilha - 1
Cabos de Cabrilha - 2 - Incapazes
Cabo de Linho 1 - D.^o
Cravijas Mestras - 3
Dita de ponta de Lansa - 1
Planxadas de Chumbo - 14
Montão - 1
Viradores - 4
Jogo de Ferro de 3 eSes - 1
Rascador - 1
Retenidas de Linho - 4 - Incapazes
Estrosso - 1
Compaso de Pontas Curvas - 1
Pasadareiras (sic) [passadeiras] de Pão p.^a as Balas - 5
Formas do Cartuxame - 8

Instrum.^os p.^a (?)

Marrasoes - 10
Marroes - 1
Alavancas - 3
Picaretas - 38
Enxadas - 9
Alvioes - 4
Pas - 50
Brocas - 4
Masetas - 2
Sacatrapo - 1
Atacador - 1
Pas martello - 1
Vira - 1

Arteficios

Espoletas de pao p.^a Granadas de mam - 1208 - Atacadas
Candieiros de muralha - 12
Sarilhos de Ferro - 11

Ferraria

Tampas p.^a bocas dos Fornos - 8
Ferro Velho Arrobas - 5
Fexos pedreiros - 2
Pasadr.^{as} p.^a Pelouro - 2
Grilhoes Pares - 1
Algemas pares - 2
Raseador de Espingardas - 1
Balansa grd.e com Conxão de pés - 1
Pezos de Varias Arrobas e (?) - 11
Escapulas - 57
Ferro de Marcar - 1
(Furmas?) - 1

(Bedantes?) – 2
Craveira de fazer Pregos – 1
(Tafullos?) – 2
Ponteiros – 2
Talhadeiras – 2
Armelas pequenas – 2

Armas de Fogo

Espingardas p.^a a Infantr.^a – 401
Canos de Espingarda – 10

Armas de Mam

Piques – 160
(Partazana?) – 1
Baunetas – 200
Chuxos – 4
Machados – 10
Rozadouras – 10

Polvera e seus adjuntos

Polvera Velha Arrobas – 63
D.^a em pó Arrb. – 1
Polvera em 21 Barris Arrobas – 42
Pelouro Arroba. – 133
Murrão Arroba. – 40
Pedreneiras Sortiadas – 5860

Petrexos de Madr.^a

Bancos de Carpintr.^o – 2
Escadas – 7
Estancias – 29
Tabolaxos – 26
Caxottes – 43
D.^{os} (?) – 4
Porttas grosas – 2 – Sem Ferrage
D.^{as} mais pequenas – 2
Guaritas – 2
Balde – 7
Paviolas – 7
Paos de S. João – 28
Pedr.^{as} p.^a carretar (?) – 3
Engenho de torniar Rodas de Reparo – 1
Pranxas de Carvalho – 17
Falcas de carv.^o p.^a Reparos – 3
Pinas de Azinho dobradas – 4
D.^{as} Singellas – 6
Alqueiroes – 2
D.^{os} em banzos de Paviola – 1
Burra de Pao p.^a Serrar madr.^a – 1
Eixos Curtos p.^a Reparos de 4 Rodas – 7
Banquinhos toscos – 2
Menzas – 2
Cavalos de páo pequenos – 2

Lourenço Loppes Franco
Sarg.to Mor G.dor

Artilheria e mais munisoes q. existem nos Armazens desta Prasa de Marvão q. vierão do Q.tel (Ger.^a?) de Portalegre

Sento e Sesentta e Outto arrobas de Polvera em Outenta e quatro Barris – 188
Pessas de Artr.^a de Bronze de C. 6 – 4
Reparos com todos os seus pertenses p.^a as d.^{as} – 4
Armoes p.^a as mesmas – 4
Soquetes com Lanadas – 12
Sacatrapos em Coxarras – 4
(Lencos de Conteira?) – 8
Espeques – 8

Caxas com suas Espatulas p.^a (?) – 4
Tirantes com casoletes – 16
Planxadas de Xumbo – 4
Tampas com suas Coleiras – 4
Capas de Oliado p.^a cobrir as Pesas – 4
Caxotes pertensentes aos Reparos – 8
Cadiados com suas Xaves p.^a os d.^{os} – 8
Tranqueletes com Fevellas – 16
Cartuxos de (Bactilha?) Vareos – 525
Capas de Papel enxofrado p.^a os m.mos – 525
Fundos de papel p.^a os d.^{os} – 1050
Balas de C. 6 fixas a taco de pao em 25 caxottes a 21 cada Caxotte – 525
Lenternetas de C. 6 em 6 Caxotes a 21 cada Caxotte – 126

Lourenço Loppes Franco
Sarg.t^o Mor G.dor

O facto de o material de guerra não ser satisfatório prova-se num relatório de 1801, a que também faremos referência mais abaixo, a propósito da guarnição, em que se pedem

mais doze ou quinze peças além das que há e entre estas pedidas devem vir seis de 18 ou 24, e se precisão também 4 morteiros de 10. Há 20 canhoens na Praça, alguns destes incapazes, e dous Obuzes de 6. Deve haver na Praça hum grande provimento de fachinas, e lenha, como igualmente hum destacamento de 9 ou onze Cavallos. Precizase Armazem a prova p.^a a pólvora que o não há⁽²²⁾.

Este armazém “à prova”, ou seja, à prova de bomba, com abóbada especial que Azevedo Fortes bem ensina a construir⁽²³⁾, nunca se construirá em Marvão, adaptando-se para o efeito a Torre de Menagem. Foi em 1828 que se projectou um conjunto de obras, entre as quais as (...) que se precisam fazer em uma Casa da Torre no Castelo da Praça de Marvão a fim de poder servir de Paiol permanente⁽²⁴⁾, a saber:

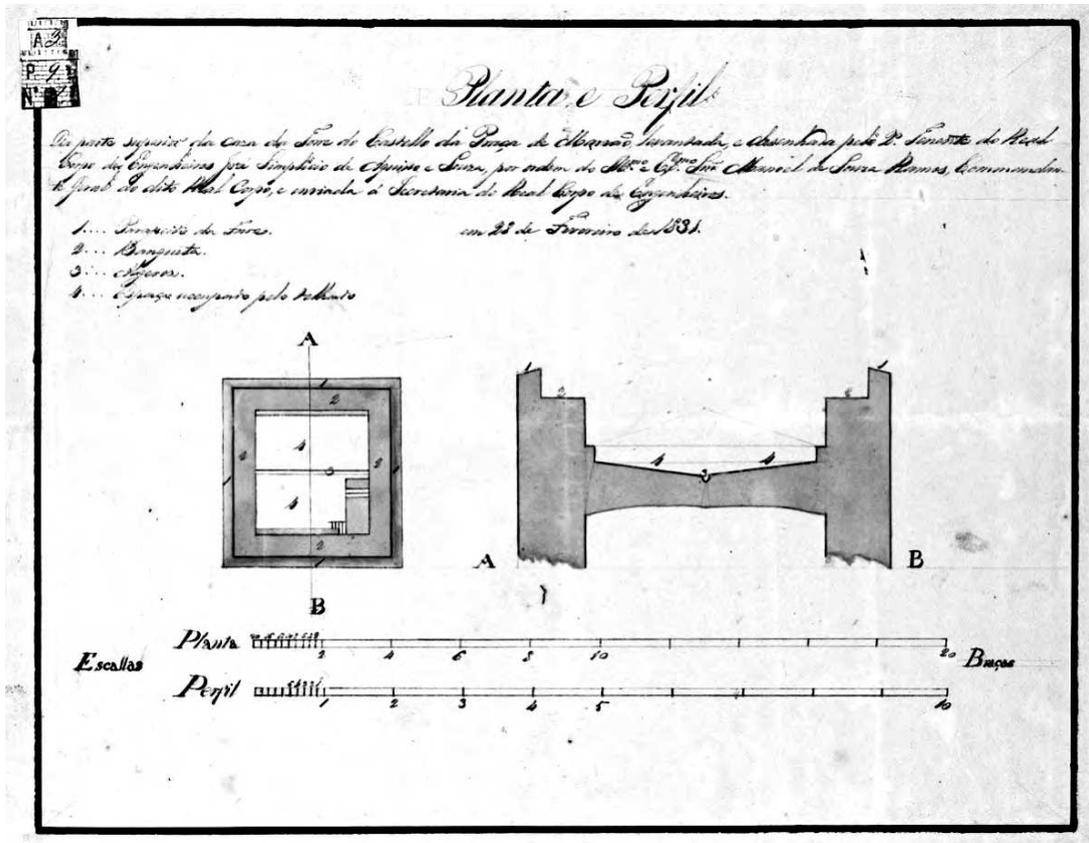
(...) a escada que nesta há e dá acesso ao terraço deve tapar-se com parede a fim de ficar independente esta serventia para o terraço da Casa de entrada, e deve então demolir-lhe parte da muralha, construir-se a escada; devem também, na Casa, reduzir-se a ventiladores as frestas; finalmente devem construir-se três portas novas (...)⁽²⁵⁾.

Esta intervenção foi realizada, como se prova pela fotografia da DGEMN, de 1942, que apresentámos atrás, neste capítulo, em que se observam ainda duas portas na Torre de Menagem: a que servia o antigo paiol permanente e a que dava acesso às escadas para o eirado. Em 1831 projectou-se a construção de um telhado, na mesma torre, para impedir as infiltrações de águas pluviais e a degradação da pólvora, mas, ao que presumimos, nunca se realizou a obra:

Existindo na Torre do Castelo da Praça de Marvão uma casa destinada a servir de Paiol permanente, succede introduzirem-se as águas da chuva no interior deste edificio manifestando-se a sua infiltração pela abóbada que o cobre. Esta infiltração principalmente procede das muralhas que formam a Torre, porque subindo elas 10 a 12 palmos acima da abóbada e existindo no seu cume uma banquetta e parapeito (em que se mostra alguma ruína), as águas da chuva que estas obras recebem introduzindo-se pelas muralhas se depositam na abóbada e penetrando esta filtram para o interior do edificio. As reparações que devem ter lugar para evitar a infiltração consistem em

O CASTELO E A CERCA URBANA

construir um telhado que cubra o terraço da abóbada e dois algerozes para darem saída às águas do telhado; rebocar todas as paredes que dão para a abóbada; ladrilhar o plano superior das banquetas; e abrir alguns bueiros no parapeito (...)⁽²⁶⁾.



Levantamento da Torre de Menagem e projecto de telhado (1831) (GEAEM, 3142, 2A-25-35)

7.3.2 GUARNIÇÃO

A guarnição de uma praça tem muito a ver com a sua função, dimensão e constituição. E, como é óbvio, as necessidades, em homens, são muito diferentes em tempo de paz e em pé-de-guerra. No extracto infra, podemos ler que a fortaleza de Marvão, caso fosse implementa-

do o projecto constante na planta de 1765, necessitava de 600 homens em tempo de paz e o dobro em tempo de guerra. Como o projecto de refortificação não foi executado, a guarnição foi sempre muito mais pequena, como veremos de seguida.



Extracto da planta de 1765 indicando que, para a construção do projecto contemplado nessa planta (abaluartamento total da praça, interligando o Convento), eram necessárias 60.000 moedas de ouro, 150 peças de artilharia de vários calibres e uma guarnição de 600 homens em tempo de paz ou 1200 em tempo de guerra. Como é sabido, este projecto não foi executado (GEAEM, 3133-2-21-30)

Num conjunto de mapas mensais “da Força com q. Se acha á Guarnição desta Praça”⁽²⁷⁾, ficamos a saber que o número de militares que compunha a guarnição de Marvão estava muito abaixo dos referidos 600 homens. De Março a Dezembro de 1755, o número de efectivos variou, mas fiquemos com os valores do primeiro destes meses:

- 1 Governador, 1 Ajudante e 2 Consinhos (desconhecemos o significado)

- Do destacamento de Infantaria de Castelo de Vide: 1 “Cap.m Comd.te da Praça”, 1 Alferes, 2 Oficiais Superiores, 1 Tambor e 25 soldados e “anspesades”⁽²⁸⁾.

- Do destacamento de “Artilharia do Regimento de Valaré” (Estremoz): 2 artilheiros

O total da “Tropa Regular” era, portanto, de 36 homens, a que se somavam as ordenanças⁽²⁹⁾: 1 Ajudante, 1 Sarg.to mor, 4 Capitaens, 5 Alferes, 29 “Ofiçaes inferiores” e 135 soldados. Totalizando, temos 211 homens.

Mapa da Força com que se acha a guarnição desta Praça.

S. Comd.te da Praça
Dezembro de 1755.

	Governador	Cap. Comd.te da Praça	Ajudante	Consinhos	Sarg. mor de ordenanças	Capitães de ordenanças	Tenentes	Alferes	Ofiçaes inferiores	Tambor	Artesãos e soldados
Pr. Plana da Corte	1	1	1	2							
Destacam. de infantaria de Castelo de Vide								1	2	1	25
Destacam. de artilharia do Reg. de Valaré											2
Total da Tropa Regular								1	2	1	27
Ordenanças			1		4		5	29			135

Vicente Maria Salgado
Cap. Comd.te da Praça

Mapa da Força com q. se acha á Guarnição desta Praça

De Marvão 31 de
Março de 1755.

	Governador	Cap. Comd.te da Praça	Ajudante	Consinhos	Sarg. mor de ordenanças	Capitães de ordenanças	Tenentes	Alferes	Ofiçaes inferiores	Tambor	Artesãos e soldados
Pr. Plana da Corte	1	1	1	2							
Destacam. de infantaria de Castelo de Vide								1	2	1	25
Destacam. de artilharia do Reg. de Valaré											2
Total da Tropa Regular								1	2	1	27
Ordenanças			1		4		5	29			135

João de Souza Queiroz de Albuquerque
Comd.te da Praça

Em ofício datado de 18 de Março 1801, Manuel Joaquim Brandão e Souza relata, ao General da Província do Alentejo, Fernando da Costa de Ataíde Teyve, o estado da Praça e suas precisões, nomeadamente em relação à guarnição: “Precizao se ao menos 600 homens de guarnição, 40 a 50 Artilheiros”⁽³⁰⁾. Repare-se que surge novamente o número de 600 homens de infantaria para a guarnição, como já se escrevia na planta de 1765, apesar do referido projecto de refortificação não ter avançado.

Mesmo em tempo de guerra, como aconteceu durante as Invasões Francesas, o número de homens esteve sempre longe das necessidades levantadas nos relatórios. Como daremos a conhecer no capítulo O Corro e o Calvário, em 1811, durante a última invasão, a guarnição da Praça era de 144 homens e em grande parte milicianos.



Uniformes do Regimento de Infantaria 8 de Castelo de Vide, que servia em Marvão, no último quartel do séc. XVIII (AHML) PT/AHM/DIV/3/26/17936-2/17 e PT/AH-MIDIV/3/26/18005/24

7.4 A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DA PRAÇA DE MARVÃO NO CONTEXTO FRONTEIRIÇO DOS FINAIS DO SÉC. XVII

Tomás de V.^a Nova e Sequeira, Tenente-coronel Engenheiro, numa “Explicação do estado da Fortificação da Praça de Marvão, e dos consertos, q. necessita”⁽³¹⁾, escrita a 11 de Agosto de 1796, dá-nos, em dois parágrafos, a importância de Marvão no contexto estratégico raiano dos

O CASTELO E A CERCA URBANA

finais do séc. XVIII:

Esta Praça está distante duas legoas de Valensa d'Alcantara, q. lhe fica ao Nascente, e a sua distansia á Raia he meia legoa. He forte pela natureza do terreno; Do lado de Portalegre he innacessivel, e para os outros lados está ventajozamente colocada. A posição, q. tem na linha da Fronteira, a faz importante para a sua defesa; porq. de Valensa d'Alcantara, ou de Albuquerque para Portalegre, para o Cratto, para Castello de Vide, e tambem para Riba-Tejo, não há outra Estrada por onde se possa conduzir Artharia, que a do Porto da Espada, que paça á vista da Praça no citio, a q. chamão o Prado; e por elle também he q. se pode levar Artilharia contra a mesma Praça.

Portanto, não só a Praça estava numa posição muito vantajosa em termos defensivos, por se situar no topo de uma crista rochosa, como dominava/comandava o território envolvente podendo opor-se à passagem de forças inimigas que, entrando em território nacional pela fronteira de Galegos, se dirigissem em qualquer dos sentidos para o interior do país. Lembremos o documento de 1801, em que ficámos a saber que se o inimigo se aproximasse, vindo de Castelo de Vide, também podia ser obstaculizado através de artilharia montada no exterior do Castelo⁽³²⁾.

Tal significa que, em finais do séc. XVIII, o poder da artilharia já era suficiente para, a partir das fortificações de Marvão, dificultar a passagem de forças inimigas no vale.

7.5 OS ALCAIDES, OS GOVERNADORES DA PRAÇA E OS ÚLTIMOS GUARDIÕES DO CASTELO

7.5.1 ALCAIDES

Compulsamos das *Terras de Odiana*⁽³³⁾, de Possidónio Mateus Laranjo Coelho, os alcaides de Marvão que este grande investigador arrolou através de documentação da Torre do Tombo:

- . Afonso Martins Telo (depois de 1287)
- . Gomes Pais Bugalho (a partir de 14 de Janeiro de 1288)
- . Esteves Pires Abelhão (a partir de 7 de Maio de 1288)
- . Aires Cabral (em 1299)
- . Gonçalo Martins (desde 6 de Janeiro de 1368)
- . Frei Álvaro Gonçalves Pereira (em 1371)
- . Frei Vasco Porcalho (desde 29 de Julho de 1373)
- . Francisco de Álvares Queiroz (até 3 de Março de 1383)
- . Frei Pedro Álvares Pereira (desde 1383)
- . Álvaro Rodriguez Redondo (em 24 de Novembro de 1422)
- . Afonso de Aramenha (em 22 de Julho de 1432 e até 1433)
- . D. Frei Álvaro Gonçalves Camelo (desde 13 de Junho de 1433)
- . Infante D. Henrique (poderá ter recebido a alcaidaria, doando-a ao fidalgo da sua casa, Rui de Sousa)
- . Rui de Sousa (de 13 de Novembro de 1433 a 1441)
- . Gonçalo Rodrigues de Sousa (a 17 de Outubro de 1441, em 15 de Dezembro de 1448 e em 1469)
- . Pero Caldeira (em 1469)
- . Henrique de Albuquerque (em 1474)
- . Pedro de Moura (até 1503)
- . Álvaro Gonçalves de Moura (desde 1503 e em 1528)
- . Condes da Atalaia / Marqueses de Tancos e seus sucessores (até à extinção das alcaidarias - pelo alvará de 6 de

Novembro de 1760, passando as suas atribuições para os governadores militares - e do respectivo título honorífico, pela legislação liberal). A alcaidaria foi recebida por D. Fradique Manuel no ano de 1542.

7.5.2 GOVERNADORES MILITARES

Compulsamos igualmente, das *Terras de Odiana*⁽³⁴⁾, de Possidónio Mateus Laranjo Coelho, todas as referências aos governadores da praça, a que juntamos informação proveniente dos rois de confessados:

- . António Pereira de Lacerda (de 28 de Janeiro de 1641 a 1645)
- . Afonso de Mesquita Pimentel (até 9 de Novembro de 1649)
- . Jorge da Silva (de 9 de Novembro de 1649 a 1657)
- . Simão Pita Porto Carreiro (de 1657 a 1662)
- . Duarte Lobo da Gama (em 1662)
- . João Carrilho Espada (em 1705)
- . José Carlos de Palma (em 1708)
- . Jozé Godinho de Carvalho (em 1762/3/4/5)
- . Capitão Brown (1762, comandante da praça nomeado pelo Conde de Lippe)
- . António Caetano de Andrade (em 1766)
- . António Caetano Freire da Fonseca (em 1767/8)
- . Moreira Falcão (em 1777)
- . Jozé Teixeira da (?) (em 1778)
- . Martinho (?) (em 1779)
- . Jozé Soares Semão (em 1781)
- . José Soares Serrão (em 1783)
- . Lourenço Lopes Franco (de 1790 a 1799)
- . José Joaquim de Salazar de Eça Jordão (de 1800 a 1801)
- . Coronel Pedro Celestino Soares (de 1801 a 1803)
- . José Xavier de Andrade (em 1803)
- . Joaquim Francisco de Sousa (em 1809)
- . André Chichorro (em Abril de 1810)
- . Joaquim Calceira do Crato (de 1820 a 1826)
- . José de Andrade (em 1828)
- . Joaq.m Caldr.ª do Crato" (em 1828)
- . Francisco Xavier da Silva Lobo (em 1832)
- . António Pinto Álvares Pereira (a partir de 1833 e em 1834)
- . Matheus F. Roma? (em 1836/7)
- . Jozé Justino Teixeira (1838)
- . Jozé Faustino Teixr.ª (1839/40/1/2/3/4)

7.5.3 OS ÚLTIMOS GUARDIÕES DO CASTELO

Após o desartilhamento da praça, restou um depósito de armamento que se situava, no séc. XX, na casa que está ao lado da Torre de Menagem. Um grupo de três militares, em situação de reserva (se bem compreendemos a situação relatada pelos familiares de um deles⁽³⁵⁾, uma vez que a caderneta militar não é esclarecedora⁽³⁶⁾), foi destacado para a guarda das fortificações e depósito de armamento. Eram eles: Manuel Inácio (2º Sargento de Artilharia Montanha), Manuel Caldeira e João Morujo. Manuel Inácio comandava o grupo e era natural de Arcozelo, onde nascera em 1875. Não sabemos, exactamente, quando veio para Marvão, proveniente de um aquartelamento de Castelo Branco, mas sabemos ter sido por volta de 1927, pois trouxe a mulher e os dois filhos – José António Alves (n. 1921) e Irene Maria Diogo Alves (n. 1923) – que já aqui fizeram a escola primária. Irene casou com António

Delgado Garcia, de que falaremos mais à frente quando tratarmos da Rua Dr. Matos Magalhães, e abriu uma mercearia na Praça, de que já falámos atrás. Também José António constituiu família em Marvão, casando-se com Maria Jacinta Manuelito Alves. Ambos trabalharam na vila: ele, no Registo Civil, nas Finanças e depois na Câmara; ela, na Delegação de Saúde e, posteriormente, no posto de turismo que abriu na Praça, nos anos de 1960, mesmo ao lado do passo processional, onde fora, aliás, o Registo Civil até à inauguração dos novos paços do concelho (1956). Em 1972, o casal foi viver para Loures, habitando, na altura da sua saída, a casa que é hoje do Sr. José Onofre, na Rua do Sabugueiro n.º 3. O Sargento Manuel Inácio veio a falecer em Marvão, em 1967, e o que é interessante é que, até ao fim da vida, por nunca ter sido substituído na sua missão militar, considerava-se ao serviço e pedia às netas que lhe escrevessem cartas, para os superiores hierárquicos, solicitando a substituição de pratos, cobertores, toalhas e outro material que já estava deteriorado. Pois as netas escreviam as cartas mas, piedosamente, fingiam que as metiam no correio. Uma última referência ao guardião-mor do Castelo de Marvão: durante a sua vida militar foi condecorado com a Medalha de Cobre da Rainha D. Amélia (O. M. 1913), com a Medalha Comemorativa da Expedição a Moçambique (O. M. 1920), com a Medalha da Victória (1919/20), com a Medalha de Prata da Classe de Comportamento Exemplar (O. E. 1921) e com a autorização para usar o distintivo da Cruz de Guerra de 1ª Classe com que foi condecorado o seu regimento pela expedição a Moçambique durante a Grande Guerra, em que “entrou em acção” contra os alemães (O. E. 1921)⁽³⁷⁾.



Manuel Inácio, sentado, e Manuel Caldeira, fardado, à sua direita

Socio n.º 3087 do
 Instituto de Registo Civil
 de Faro e Alentejo

CADERNETA MILITAR

De Manuel Inácio
 nascido a 27 de Setembro de 1875 em separado
 concelho de Trancoso
 distrito de Bragança; filho de Pedro
Alves e de Isabel
Alves
 último domicílio em separado
 lho de Trancoso distrito de Bragança
 estado casado; ocupação
inspector casou com Maria da T.
da Silva
 em 25 de Agosto de 1920

1

Filhos

Varões

Fêmeas

1

A primeira página da caderneta militar de Manuel Inácio



Marmita militar pertencente a Manuel Inácio, hoje exposta na Estalagem de Marvão

7.6 BREVE CRONOLOGIA DA HISTÓRIA MILITAR DE MARVÃO⁽³⁸⁾

GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640-1668)

1641

A 28 de Janeiro, é nomeado Governador de Marvão o fidalgo da Casa Real António Pereira de Lacerda, o qual, desde logo, tomou a iniciativa de solicitar a reparação da fortaleza, devido ao abandono de sessenta anos a que esteve votada e à iminência de um ataque espanhol.

O CASTELO E A CERCA URBANA

Em Agosto, Marvão foi alvo de um cerco por parte de tropas espanholas, numa acção que envolveu também um vigoroso ataque contra Montalvão, onde se travou um duro combate. Marvão resistiu, mas os invasores fizeram diversas incursões pelas terras vizinhas, pilhando e incendiando as povoações de Pitaranha e de Galegos. Veio em socorro da praça uma força portuguesa, comandada por D. Luís de Portugal, que se encontrava em Portalegre, e que, a 24 do mesmo mês, na impossibilidade de tomar Valência de Alcântara, saqueou e incendiou a aldeia do Pino, junto à fronteira. «Voltaram os castelhanos, fez alto D. Luís com a presa, e, mandando pôr alguns mosqueteiros ocupar os lados da estrada, estreita naquele asperíssimo sítio, onde a infantaria é superior à cavalaria, receberam os castelhanos uma carga; carregou-os a tropa que era de D. Fernando Teles, governada pelo seu tenente Martim Domingos Banha: tomou-lhes alguns cavalos e ficaram mortos 30 infantes» (Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1710).

O Duque de Medina Sidónia, acompanhado por D. Juan de Garay, Mestre de Campo General, chegou a Valência de Alcântara com algumas tropas que avançaram somente até à aldeia de Pitaranha, retirando-se em seguida. Este episódio ficou célebre no anedotário peninsular, devido à comunicação que o Duque terá feito à sua corte sobre a tomada de «la gran ciudad de Pitaraña»...

1648

A 28 de Outubro ocorreu uma nova ofensiva espanhola a partir de Albuquerque, sobre a região de Marvão, Portalegre e Castelo de Vide, comandada pelo Marquês de Lagañez, com 1500 cavaleiros e 5000 infantes. Junto a Marvão, aconteceu um recontro entre tropas portuguesas da guarnição de Castelo de Vide e uma companhia de cavalaria de Valência.

1650

Novo ataque espanhol através dos campos de Marvão, chegando até ao Crato. No regresso a Espanha, com o produto do saque, as forças invasoras foram surpreendidas, perto do ribeiro de Malrisso, por um destacamento comandado pelo Capitão Lopo de Sequeira, sofrendo importantes baixas.

1653

No mês de Fevereiro, ocorreu um combate no lugar da Nave, entre uma companhia de cavalaria de Valência e tropas portuguesas comandadas pelo Tenente Nicolau Dias Penco.

1661

Com a nova ofensiva espanhola comandada por D. João de Áustria, reforçaram-se as praças da fronteira, entre as quais Marvão. Aqui foi descoberta uma conjura, no ano seguinte, e detidas três pessoas que pretendiam entregar a praça ao inimigo.

A participação do Abade João Dama contada por Possidónio Laranjo Coelho

No ano seguinte, ao começarem as hostilidades com a Espanha (...) consegue meter no castelo da vila uma companhia de mais de cinquenta homens pagos à sua custa, com os quais assistiu

de guarda durante dois meses até se repararem as suas ruínas (...). Além destes bons serviços (...) em 1662, saindo da praça com alguma gente para reforçar e dar calor a uma força que havia saído da vila para combater (...). A esta série de serviços acresce ainda o valioso auxílio que ele prestara na defesa da praça mandando reconstruir, à sua custa, um lanço de muralha, algumas barbacãs que estavam em ruína, portas do castelo e mandando fazer também outros concertos necessários à conservação e defesa da vila. Por espaço de cinco anos (...) acompanhara o Governador de Marvão, António Pereira Lacerda, em todos os rebates que houve e nos quais se portou com tal valentia, com tanto zelo e cuidado, que a sua acção foi julgada das principais causas da praça ter resistido⁽³⁹⁾.

GUERRA DA SUCESSÃO DE ESPANHA (1702-1714)

1704

Marvão foi uma das praças tomadas durante a ofensiva franco-espanhola comandada pelo Duque de Berwick, sobre o Alentejo e Beira, Marvão.

1705

Numa contra-ofensiva coordenada com o Marquês das Minas, na Beira, forças portuguesas sob o comando do Conde das Galveias, D. Dinis de Melo e Castro, saíram de Estremoz, dirigiram-se a Arronches, entraram em Espanha e ocuparam Codiceira, Maiorga, Albuquerque e São Vicente. A 2 de Maio, o exército português, reforçado com dois regimentos ingleses e um holandês, esteve à vista de Marvão e preparou-se para atacar Valência de Alcântara, que foi tomada a 8 do mesmo mês. Depois deste êxito, o Conde das Galveias intimou o governador espanhol de Marvão a entregar a praça, mas sem sucesso. Foi imposto um cerco à vila, em articulação com algumas operações ofensivas. O Conde de Coculim, à frente de um terço de infantaria, tomou o local onde está o Convento de Nossa Senhora da Estrela. Finalmente, a praça rendeu-se ao Conde de São João, regressando à soberania portuguesa.

GUERRA “FANTÁSTICA” OU A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA GUERRA DOS SETE ANOS (1756-1763)

1762

O Conde de Lippe nomeou para comandante da praça de Marvão o Capitão Brown, oficial irlandês pertencente ao Regimento do Brigadeiro Armstrong. A 8 de Novembro, quando as hostilidades pareciam abrandar por causa do Inverno, uma força de 4 a 5000 espanhóis aproximou-se da praça, mas foi repelida com baixas. O Conde de Lippe guarneceu a região fronteiriça com o objectivo de impedir novas tentativas inimigas, fortificando as posições na Serra de São Mamede e Castelo de Vide. O posto avançado das tropas portuguesas junto a Marvão era em Pitaranha, onde estava estacionada uma força de 200 milicianos, 30 soldados ingleses e 70 de cavalaria. O seu objectivo era proteger as comunicações com Castelo de Vide através de Escusa, e com Portalegre através de Porto da Espada, onde estava uma força de 20 cavaleiros.

GUERRA DAS LARANJAS (1801)

1801

Depois da entrada das tropas espanholas em Portalegre (1 de Junho) e da rendição de Castelo de Vide (2 de Junho), uma força do Batalhão de Barbastro, comandada pelo Tenente-coronel D. Ramón Orrell, com um canhão e um obus, apresentou-se junto de Marvão, às 4 horas da manhã do dia 3, sendo de imediato recebida com intensa fuzilaria e disparos de canhão e de obus. Os espanhóis ripostaram, tentando impedir a entrada na praça de gados que estavam a ser recolhidos. No “Diario que contiene los movimientos y operaciones del exérjito contra Portugal año de 1801”:

Al amanecer se presentó delante del castillo de Marvão el Comandante Orell con las tropas de su mando y dos piezas de artilleria que habia llevado a Castel de Vide; su intimación no fué tan inesperada ni feliz como la anterior. El Comandante o Gobernador de aquella fortaleza, animado por su ventajosa situación respondió con entereza haciendo después por espacio de 14 horas un vivo fuego de canón sobre el sitiador que tuvo la audacia de escopetear los parapetos de la Plaza, viendose finalmente obligado a retirarse no obstante los refuerzos que habia recibido. Trajo consigo mucho ganado que también se entregó a la 2ª División⁽⁴⁰⁾.

Marvão não foi tomada e somente permitiu a entrada das tropas inimigas depois da assinatura do Tratado de Badajoz, a 6 de Junho de 1801. A defesa foi comandada pelo Sargento-mor de Engenheiros, João Miguel da Silva, que ali realizara, recentemente, obras de fortificação e que assumiu o comando devido à avançada idade do governador⁽⁴¹⁾.

GUERRA PENINSULAR – INVASÕES FRANCESAS (1807-1811)

No dia 25 de Junho de 1808, a Praça, governada pelos franceses, sofreu um assalto vitorioso por parte de um corpo de voluntários valencianos (Valência de Alcântara) - instigado pelo destemido Juiz de Fora da vila de Marvão -, comandados pelo Tenente-coronel D. Vicente Perez (espanhol) e pelo Tenente-coronel, graduado de milícias, D. Pedro de Magalhães, filho do arquitecto português Teodoro Magalhães⁽⁴²⁾.

“O Juiz de Fora de Marvão, pretendendo restaurar esta praça, é perseguido e foge para Espanha. Trabalhos e empresas deste ministro até que enfim consegue os seus intentos.

(...) O Juiz de Fora de Marvão, que se tinha conservado, por uma espécie de prodígio, dentro desta praça, sem exercitar jurisdição e sem ser inquietado, apenas soube da revolução de Badajoz mandou o seu escrivão Joaquim António da Cruz com uma carta ao general Galluzo, pedindo-lhe socorros para também restaurar Marvão. Foi aplaudida em Badajoz a resolução do Juiz de Fora, mas Galluzo não lhe pode mandar os socorros (...).

Desde este momento, o Juiz de Fora devia ou pôr-se a salvo, ou preparar-se para o sacrifício. Ele deixou-se ficar com o mesmo sossego em Marvão, juntando o seu pouco fato em dois baús, e pondo em cima de uma mesa cópia da carta que havia escrito a Galluzo; de forma que se lhe dessem algum assalto em casa, fosse logo vista e se conhecesse por ela que ele não tivera sócios naquela empresa: até nisto foi admirável a sua conduta, não querendo arrastar vítimas na sua desgraça.

Não se enganou nos seus cálculos. No dia 11 de Junho, passando por uma sala e deitando casualmente a cabeça à janela, viu o corregedor da comarca (é a de Portalegre) com um ajudante de ordens do general Kellerman e vários de cavalo que se encaminhavam para a sua porta (...) e retirou-se por uma porta de quintal. Ainda ouviu a voz do corregedor que perguntava por ele, e na rua passou por entre alguns da comitiva, que o não conheceram; mas o corregedor, saindo da porta e divisando-o já em bastante distância, começou a chamar por ele, dizendo-lhe que voltasse, pois somente queriam tratar com ele sobre certos aquartelamentos.

A praça tem duas portas, uma chamada da vila, e outra do Ródão, mas como nesse tempo só tinha uma diminuta guarnição, conservava-se fechada esta última. Foi para esta parte que se encaminhou o Juiz de Fora, e encontrando-se com Joaquim José de Matos, estudante de Coimbra e natural de Marvão, que se achava em férias, este o quis recolher em sua casa; mas o Juiz de Fora, vendo que o continuavam a seguir, correu sempre e precipitou-se da muralha abaixo, caindo sobre uma extensa rampa que naquele sítio se prolonga desde os seus alicerces, pela qual foi escorregando, e felizmente se achou no fim dela sem prejuízo considerável. O estudante, como tinha querido asilar o Juiz de Fora, também fugiu, e por ser de estatura pequena coube por um buraco da porta. Incorporados os dois fugitivos, dirigiram-se a Valência de Alcântara (...).

Passados três ou quatro dias o estudante, confiado na sua inocência e aborrecido do seu desterro voluntário, voltou para sua casa, ficando o Juiz de Fora em Valência. O governador de Marvão fazia entretanto bravuras. Pôs em sequestro o pobre fato do Juiz de Fora, mandou-lhe pregar as portas, e o declarou banido por meio de editais e proclamações em que fulminava grandes penas contra todo aquele que o não denunciasse, sabendo que ele se achava em terras de Portugal; e era um governador português, posto pelo Príncipe Regente de Portugal!

Estas notícias não abalaram o espirito do Juiz de Fora, mas ele ficou todo transtornado quando soube que foram presos o estudante, seu pai, o major de Ordenanças Francisco José de Matos (a quem não valeu o achar-se em uma cama doente de gota) e um médico chamado Bartolomeu Lúcio, por se julgarem cúmplices (...).

Teve meios de agregar a si alguns espanhóis e, marchando com eles para o território português, foi-lhe fácil juntar também a paisanagem daqueles sítios, que o conhecia e respeitava. Com esta comitiva se encaminhou a certo ponto da estrada entre Marvão e Elvas, para atacar a escolta e tomar-lhe os presos; mas, quando chegou, a escolta tinha passado, e soube-se que não levava os presos, porque o seu objecto tinha sido o conduzir de Marvão as munições que lhe fosse possível, e inutilizar o resto.

Como o nosso bravo Juiz de Fora se viu à frente de uma numerosa paisanagem, que lhe obedecia cegamente, aproveitou a conjuntura para uma empresa maior: esperou-se que findasse o dia e, ajudados das trevas, marcharam todos para Marvão. Era meia-noite de 24 para 25 de Junho quando as muralhas foram escaladas. O Juiz de Fora dirigiu-se logo à cadeia, com parte da sua gente, para libertar os presos, mas acontecia que o carcereiro tinha desaparecido, porque lhe fugira o estudante no dia precedente, e por isso não apareciam as chaves. Andaram-se procurando de casa em casa e, dando-se enfim com elas na de um vereador, soltaram-se os presos com muito sossego, porque a outra parte da paisanagem tinha ido entretanto segurar, no seu próprio quartel, o governador, que era o único de quem se receava oposição.

O CASTELO E A CERCA URBANA

O mais notável é que a rogos do mesmo governador acabavam de chegar 200 soldados portugueses, tirados do depósito de Elvas, para reforçarem a guarnição da praça, e nem um só saiu dos seus quartéis a embaraçar a diligência; ou não sentiram coisa alguma do que se passava, ou se fizeram desentendidos; de forma que o Juiz de Fora teve toda a oportunidade de voltar para Valência, acompanhado da sua gente, com os presos postos em liberdade e o governador preso.

À vista de uma resolução tão heróica, coroada com sucessos tão felizes, a junta de Valência não pôde mais negar-se a auxiliar os esforços do Juiz de Fora, para o que se achava já autorizada pelo governo de Badajoz. Concedeu-lhe pois uma pequena guarnição, com a qual veio no dia 26 fazer a solene entrada em Marvão, e reassumiu conseqüentemente o exercício do seu lugar, mas sem tirar ainda a vara de entre as mãos da imagem do Senhor dos Passos; o que reservava para ocasião em que o pudesse fazer com mais pompa.

(...) Na manhã de 27 publicou-se um bando aclamando por soberano de Portugal o Príncipe Regente, e fez-se tremular a bandeira nacional com muitos repiques, inumeráveis vivas e salvas de uma única peça que se achava em estado de servir, por ter sido mal encravada pelos franceses. Cuidou-se logo em desencravar a artilharia e aproveitarem-se as armas que escaparam aos franceses, e nas mais providencias proporcionadas à situação das coisas (...).

In José Acúrcio das Neves - História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração Deste Reino, Lisboa, Tomo III, 1811.

GUERRAS LIBERAIS (1832-1834)⁽⁴³⁾

Em Junho/Julho de 1833, a Praça, comandada pelo miguelista Coronel Francisco da Silva Lobo, resistiu às intimações de rendição feitas pela guerrilha constitucional, comandada pelo antigo Coronel do exército espanhol, D. Manuel Martini⁽⁴⁴⁾; neste período, Marvão servia de refúgio, base de apoio logístico e ponto de partida para incursões em Espanha, aos carlistas que acompanhavam o infante espanhol, D. Carlos Maria Isidro (1788-1855), durante a Primeira Guerra Carlista ou Guerra dos Sete Anos (1833-1839), sendo comandados pelo Brigadeiro D. Fernando Peñarola⁽⁴⁵⁾; em 12 de Dezembro de 1833, foi tomada a Praça pelas tropas liberais, reunidas sob a designação de Legião Patriótica do Alentejo, com ajuda de tropas espanholas e com a cumplicidade de elementos do interior da fortaleza; de Dezembro de 1833 a Março de 1834, Marvão sofreu um cerco pelas tropas miguelistas, sob o comando do Brigadeiro António José Doutel; as tropas liberais, comandadas pelo General António Pinto Álvares Pereira, eram abastecidas a partir do território espanhol⁽⁴⁶⁾; este último cerco é referido em documento militar de 1861, nos seguintes termos: “A esta Praça está ligado um facto histórico que muito a honra; foi o memorável sitio que ela sustentou por uns poucos de meses em 1834, tornando-se, por este feito d’armas, o baluarte da liberdade na Província do Alentejo”⁽⁴⁷⁾.

A propósito da tomada da Praça pela Legião Patriótica do Alentejo e das conseqüentes condecorações

Faz todo o sentido falar do assunto porque estamos a tratar dos “rostos de Marvão”. Damos a conhecer um pormenor absolutamente incrível sobre as condecorações

atribuídas aos “escaladores” e “surprehendedores”. Foram vinte as “Condecorações, ou Insignias de Cavalleiros da Antiga, e Muito Nobre Ordem da Torre, e Espada do Valôr, Lealdade, e Merito”, atribuídas através do Decreto de 10 de Janeiro de 1834, “em Sessão da Comissão distributiva” realizada no “Paço do Concelho e Camera da Praça e Villa de Marvão” no dia 2 de Fevereiro de 1834⁽⁴⁸⁾. Começamos por apresentar a lista dos agraciados, com a “gradação q. tinham em 12 de Dz.br.º de 1833”, resumindo, de seguida, os “motivos da distinção”:

- João Rebello da Costa Cabral, voluntário considerado como oficial, “Porque um dos Organizadores da Legião (...) em que entrou e tomou mui activamente parte” [na tomada da Praça].

- José Luis de Carvalho, voluntário considerado como oficial, “Porque um dos Organizadores da Legião (...) entrou no nobre feito mencionado, e entreteve a correspondência necessária p.ª a surprêza com o Rd.º P.e Francisco de Salles, e o Sarg.tº da Praça Manoel Matteus Brandão”.

- José Januário Teir.ª Leite e Castro, voluntário considerado como oficial, “Porque um dos Organizadores da Legião, que entrou, como seo Membro, na Operação militar (...) soltando ali os prêzos, e só os prêzos políticos (...)”.

- Francisco Bernardo da Costa Cabral, voluntário considerado como oficial, “Porque um dos Organizadores da Legião, q., como seo membro, ficou encarregado do alistam.tº, e importantes Comissoes na Hespanha (...)”.

- Joaquim Antonio Vianna, Voluntr.º Caixa pagador, “Porque um dos Organizadores, e Caixa pagador da Legião (...)”.

- Matheus Joze Roxo da Fonseca, Cap.ão de Inf.ta N.º 8, “Porque (...) pegando na escada d’um p.ª outro sitio, e sendo o 2º a subir por ella (...)”.

- Joze Justino Teixeira, idem, servindo de Major das Mel.ªs de Portal.e, “Porq.e Commandante da força da Legião, q. fez a combinada operação sobre Portalegre do dia 12 de Dezembro de 1833”.

- Pedro Antonio Pereira Campos, Tem.te d’Inf.ta N.º 8, “Por entrar na escalada, e surprêza do Castello, e Praça de Marvão, no dia 12 de Dzbr.º”.

- Diogo Bello de Sz.ª Malaquias, idem, idem.

- Joaquim Monteiro de Jezus, Ajud.e das Mel.ªs de Portalegre, “Por entrar na escalada, e surprêza do Castello, e Praça de Marvão; sendo dos primeiros Officiais a oferecer-se ao alistamento para a Legião”.

- Gaspar Barreto de Sz.ª Ramires, Alf.s de Cav.ª N.º 5, “Por ocupar, como Alferes Commd.e da Cav.ª da Legião, um ponto preciso fora da Praça de Marvão durante a sua surprêza, e escalada no dia 12 de Dezembro de 1833”.

- Francisco Xavier Tavares, Alf.s d’Inf.ta N.º 8, “Por ocupar um ponto preciso junto da fonte do Concelho, durante a surpresa, e escallada da Praça de Marvão”.

- Placido d’Almeida Barradas, Alf.s d’Inf.ta N.º 5, “Porque entrou na escalada, e surprêza do Castello, e Praça de Marvão, e foi um dos primeiros alistados na Legião”.

- João Gonçalves de Souza, Voluntário considerado Official, “Porque um dos membros da força, q. fez a combinada operação sobre Portalegre, aonde pessoalm.te capturou o ex-Gov.ºr, ex-Juiz de Fora, Escr.ão, e Meir.º do geral, e soltou com o Agraciado N.º 3 os prezos políticos”.

- Antonio Marcelino Carr.º Bello, idem, “Por mostrar sangue frio na escalada do Castello, e Praça de Marvão, sendo dos pr.ºs a subir, e animando aquelles, q. ainda estavam para subir”.

- Jozé Maria Grande, *idem*, “Por ser um dos briozos escaladores da Praça de Marvão, deixando em distancia a sua Cavalgada, p.r vir incorporado á Cav.^a, para ter a gloria de subir pela escada”.

- Jozé Antonio Roxo, *idem*, “Por entrar unido á Legião no numero de escaladores, e surprehendedores da Praça de Marvão”.

- Manuel Vicente Nogueira, Sold.^o Voluntario, “Por pertencer ao numero dos activos escaladores, e surprehendedores da Praça de Marvão”.

- O Rd.^o Fran.c^o de Salles Fazendas, Associado á Legião, “Por entreter dentro da Praça a preciza correspond.^a p.^a a surprêza da mesma com os Agraciados N.^{os} 2, e 6, unindo-se á Legião na sua marcha de Hespanha p.^a cá”.

- Manuel Matheus Brandão, Sarg.t^o da Praça, “Por entreter igual correspondência, e fazer dentro da Praça arranjos precizos p.^a a sua melhor escalada, e surpresa”.

Ora aparece, no mesmo documento do Arquivo Histórico Militar, uma “Rellação adicional, em observância da Ordem do dia N.^o 22 do Q.el General de Marvão de 2 de Fevereiro de 1834 (...)”, onde se inserem os participantes no feito que não foram agraciados:

- Manoel Maria de Mira Guião, Soldado, “Foi o primeiro, q. subiu pela escada ao Castello (...)”.

- D. Jozé Maria Cortêz, Voluntario, “Pertence á lista dos briozos Escaladores da Praça de Marvão (...) e tem-se distinguido nas acções de 25, e 31 de Janeiro de 1834”.

- Federico Tavares Bonacho, 1^o Sag.to d'Inf.ta N.^o 8, *idem*.

- Antonio de Sz.^a Pinto, B.el em Leis, “Cooperou com seos conselhos, e voto dentro da Praça p.^a a sua surpresa, e escalada”.

- Antonio Victorino da Motta, Presbitero, “Sabia da surprêza contra a Praça de Marvão, q. não divulgou, antes promoveo com seo voto”.

Curiosamente, a Comissão decidiu não condecorar nenhum dos elementos desta “Rellação adicional” pelas seguintes razões:

- O soldado, por sinal o primeiro que subiu a escada, por ser “despido das qualidades, que infelizmente faltão áquelle Bravo; julgando-o todavia merecedor duma Graça pecuniária, ou couza semelhante”. Analisando a listagem, pensamos que as qualidades referidas que faltavam ao mais bravo de todos os escaladores derivavam do facto de ser um simples soldado, quer antes quer depois do assalto. Todos os outros agraciados, ou eram sargentos ou oficiais, ou voluntários considerados oficiais, ou voluntários com funções consideradas de importância (“caixa pagador”), ou Ajudantes, ou membros do clero. O único soldado voluntário que continuou agraciado (Manoel Vicente Nogueira) passou depois para a Brigada da Legião, não se percebendo se foi esta a razão da excepção.

- O segundo e o terceiro, “por serem por outros maiores, e iguais Benemeritos preferidos”.

- “Finalmente os individuos N.^{os} 4 e 5 não estão comprehendidos na letra do referido Decreto, por não terem Praça nas classes, que Elle designa”, ou seja, por não terem passado à vida militar nos postos que o decreto apontava; António Souza Pinto ficou Juiz de Fora de Marvão e António Victorino da Motta passou a Soldado da Centúria.

Sintetizando, houve agraciados que o foram por terem sido organizadores, outros porque trataram da correspondência, outros porque foram dos primeiros a alistar-se, outros porque, simplesmente, ocuparam um ponto estratégico, outros porque libertaram os presos políticos, outros ainda porque andaram com a escada de um lado para o outro, ou porque foram dos primeiros a subir, mas...o mais bravo de todos, o primeiro a subir e que mais expôs a sua vida, não foi condecorado. Foi um “bravo”, não lhe faltava “valor”, mas esses valores estavam “despidos das qualidades”. Acusado de ter um “porte pouco regular, e a sua sôfrega inclinação p.^a o jogo, e o deboche”, impediram-no de ser condecorado. Mereceria, quando muito, “uma Graça pecuniária, ou couza semelhante”, sujeita a aprovação. Não se premiava o acto de bravura em si. Mas seria o único debochado e jogador? Ou não tinha estatuto social para o ser de forma socialmente consentida?

GUERRA DA PATULEIA (1846/1847)

No Alentejo revoltou-se Évora - onde foi constituída uma junta presidida pelo Conde de Melo -, Portalegre e Beja, mas o governo contava com praças importantes que se conservavam fiéis, casos de Campo Maior, Elvas e Estremoz. A situação geral era de imobilidade em todas as frentes. O governo controlava o centro litoral entre Lisboa e Porto, a Estremadura e o Douro Litoral. Em contrapartida, a Junta predominava a norte do Douro e a sul do Tejo. O equilibrio era evidente.

A 2 de Maio registou-se um combate junto a Setúbal entre as tropas do Conde de Melo e as do Conde de Vinhais. O coronel Wylde, que o governo britânico enviara a Lisboa para tentar chegar a um acordo entre as partes desavindas, conseguiu um armistício. A 30 de Maio, o Conde das Antas saiu do Porto para uma nova expedição ao sul, acompanhado de 2900 soldados, quando foi interceptado no mar por uma esquadra inglesa que o impediu de prosseguir. Foi um golpe mortal no potencial militar da Junta que anunciava, no dia 1 de Junho, ser forçada a aceitar um armistício em virtude da intervenção estrangeira. A 15, o Conde de Melo e Sá da Bandeira rendiam-se em Setúbal, terminando a resistência a sul do Tejo.

A 19 de Junho, o Tenente-general D. Manuel de la Concha, Conde de Cancellada, atravessava a fronteira em Mirandela com um exército espanhol, acampando, a 25, a uma légua do Porto. Outras unidades espanholas ocuparam praças portuguesas em diversos pontos da fronteira. Marvão não escapou a essa sorte, sendo também ocupado entre 23 e 25 de Julho. Era a intervenção estrangeira, çorporizada pela armada inglesa e pelo exército espanhol. À capital nortenha chegou o coronel Wylde, encarregado de negociar os termos da paz entre a Junta, Concha e Saldanha, que levou à assinatura da Convenção de Gramido, a 29 de Junho.

NOTAS

1) ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 27, fl. 5v-6v; Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, *Monumenta Henricina*, vol. VIII, Coimbra, 1967, pp. 5-8.

2) A cisterna possui, interiormente, 24,68 m de comprimento, 7,15 m de largura e 6,5 m de altura (medidas médias). Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, terá 60 côvados de comprimento, 15 côvados de largura e 12 côvados de altura. Ver MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio - "O actual concelho de Marvão e suas freguesias nas Memórias Paroquiais de 1758", *IBN MARUÁN*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 3, Câmara Municipal de Marvão, Dezembro de 1993, p. 77. A correspondência entre o côvado e o sistema métrico variou no tempo e no espaço, podendo corresponder, pelo menos, a 0,45 cm, a 0,660 m, a 0,681 m ou a 0,70 m.

Com estes valores, apenas aplicando

o mais baixo nos aproximamos das medidas actuais. Tal como a cisterna pequena, também esta está envolta em algum mistério, dizendo-se na vila que poderá ter tido uma função anterior diferente, nomeadamente religiosa. Não o cremos, já que, abaixo do nível normal do terreno, só se fazem armazéns, quase sempre de água. Contudo, em documento militar de 1861, diz-se, sem nada se provar, que "dentro do Castelo há um paiol, uma cisterna (outrora a Mesquita dos Árabes) e alguns armazéns" (ver Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 51, Número 17 (1861)). Era de facto necessário construir uma grande cisterna para recolher as chuvas e abastecer Marvão, que só por essa via podia conseguir água. Conforme as Memórias Paroquiais referidas na nota anterior, um poço aberto no Terreiro, por alturas de uma grande seca, nos anos de 1712 ou de 1713, nunca teve água suficiente para fazer correr uma fonte e acabou por ser entulhado (MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, art. cit., p. 78).

3) Sobre este terraço havia, no séc. XVIII, "um jogo de bola para divertimento de pessoas principais desta vila". Ver MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, art. cit., p. 77.

4) A configuração dos dois recintos do Castelo de Marvão aproximam-no do de Gormaz (Espanha, Província de Soria), construído no séc. X pelos muçulmanos. Não nos esqueçamos que Ibn Maruán se refugiou na fortaleza de Amaia no séc. IX. Haverá conexão tipológica?

5) Esta designação advém do facto de se fazer o registo (assento) do fornecimento de cereal/farinha, por particulares, ao exército, através de funcionários que se designavam por "assentistas".

6) O facto de há muito esta cisterna não ser visitada, não se conhecerem formas e dimensões, nunca ter sido estudada e estar envolta em mistério, podendo contribuir com informação científica importante para a caracterização e datação das fortificações, levou-nos a tentar a sua visita e estudo. Com a colaboração da Câmara Municipal, desce-mos ao seu interior, retendo os seguintes dados e conclusões: a) Dimensões: comprimento, 6 m; largura, 2,70 m, altura, 3,80; boca quadrada, de 0,75 m x 0,75 m, com a profundidade de 1,75 m; b) Planta: rectangular, quatro tramos marcados por três arcos torais de cantaria, de secção rectangular, a prolongarem-se de pilares adossados às paredes laterais; tecto de abóbada de berço perfeito; c) Materiais: pavimento, silhar, arcos e pilares, de cantaria de granito; abóbadas de tijolo, rebocadas; d) Funcionamento: a cisterna recolhia águas pluviais através de bueiras abertas na abóbada que comunicariam com uma tanqueta de recolha, à superfície, de que há vestígios; e) Pormenores: marcas de canteiro nos pilares e arcos; emparedamento do que parece ter sido uma porta na parede NE; f) Datação: medieval, a julgar pela existência de marcas de canteiro, pela localização no primeiro recinto do castelo, pelo desenho da abóbada e pela rusticidade do conjunto.

7) Brasão do IV Grupo, apresentando cinco escudetes com cinco besantes cada e sete castelos, que se usou desde 1485 a 1910, com algumas variantes. Ver FARIA, António Machado de - "Armas Nacionais", *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, vol. I, Iniciativas Editoriais, Porto, 1979, pp. 193 e 194.

8) Ver COELHO, Possidónio M. Laranjo - *O Castelo e a Fortaleza de Marvão*, Tip. Adolpho de Mendonça, Lisboa, 1916, fotografia entre as pp. 72 e 73.

9) Arquivo da Sé de Portalegre, Livro de Visitações da Igreja de Santa Maria de Marvão, visitação de 19 de Maio de 1777, folha n.º 19 v.º.



- 10) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/53/(C20)42 de 1801.
- 11) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/53/(C20)42 de 1801.
- 12) *Idem*
- 13) Confrontar fotografias das intervenções e suas datas (SIPA.FOTO.00167018, 00167032 e 00167020)
- 14) De roca (rocha, penhasco) e não de *rocca* (fortificação artilheira italiana), ou de roqueiro(a) (canhão com balas de pedra ou para lançar artificios incendiários de forma semelhante a rocas de tecer).
- 15) Sobre o processo de desenvolvimento das torres até à forma dos baluartes, ver também, PEREIRA, Mário - "Da torre ao baluarte", *A Arquitectura Militar da Expansão Portuguesa*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Porto, 1994, p. 35 ss.
- 16) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/53, n.º 1, "Cópia do ofício que remeto ao General da Província de Alentejo em 18 de Março de 1801".
- 17) JOSEPH, Michael - *An Ensign in the Peninsular War / The Letters of John Aitchison*, W. F. K. Thompson, Londres, 1981, p. 156.
- 18) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/(C2)24 de 1763.
- 19) FORTES, Azevedo – *O Engenheiro Português*, Tomo Segundo, Direcção da Arma de Engenharia, Lisboa, 1993, p. 486.
- 20) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/53/C17/39
- 21) Palamenta: conjunto de utensílios e apetrechos para as peças de artilharia.
- 22) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/53/(C20)42 de 1801.
- 23) FORTES, Azevedo, *ob. cit.*, pp. 309-315.
- 24) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/54, n.º 7 de 1828, "Real Corpo de Engenheiros / Orçamento das obras que se precisam fazer em uma Casa da Torre no Castelo da Praça de Marvão a fim de poder servir de Paiol permanente".
- 25) *Idem*.
- 26) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/54, Número 15 (1831).
- 27) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/53/(C14)36 de 1775.
- 28) Anspeçada: posto das praças imediatamente abaixo de cabo.
- 29) Tropa não remunerada, mas com privilégios fiscais no séc. XVII, constituída por moradores locais que prestavam apoio às tropas de primeira linha. As Ordenanças foram criadas no reinado de D. Sebastião, pelo Regimento de 10 de Dezembro de 1570, e retomadas em 1642 (Regimento de 29.8.1645, art.º 55), essencialmente para a defesa das praças.
- 30) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/53/(C20)42 de 1801.
- 31) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/53/(C15)37 de 1796.
- 32) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/53/(C20)42 de 1801.
- 33) COELHO, Possidónio M. Laranjo (1988), *ob. cit.*, pp. 117-127.
- 34) COELHO, Possidónio M. Laranjo (1988), *ob. cit.*, pp. 128 ss.
- 35) As netas: Maria do Céu Alves Garcia (1946-) e Maria de Jesus Alves Garcia (1952-).
- 36) A caderneta refere que Manuel Inácio passou para a 5ª Companhia de Reformados a 11 de Dezembro de 1926. E a última anotação que a caderneta apresenta está datada de 1 de Janeiro de 1941, quando transitou da 7ª Companhia de Reformados para o Quartel General da 3ª Região Militar. Provavelmente, de 1926 a 1941 esteve na situação de reserva, período em que estaria incumbido da guarda do castelo e armazém de armas de Marvão.
- 37) Notas compulsadas da caderneta militar de Manuel Inácio, na posse das suas netas Maria do Céu Alves Garcia e Maria de Jesus Alves Garcia.
- 38) Notas compulsadas da seguinte bibliografia:
COELHO, Possidónio M. Laranjo (1988), *ob. cit.*
LIMA, Henrique de Campos Ferreira - *Marvão nas Campanhas da Liberdade*, Separata de *Brados do Alentejo* n.ºs 158 a 215, Estremoz, 1934.
MENEZES, D. Luís de, Terceiro Conde da Ericeira (1632-1690) - *História de Portugal Restaurado*, 2 vols., Lisboa, 1676.
NEVES, José Acúrcio das – *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Tomo III, Lisboa, 1811.
SELVAGEM, Carlos - *Portugal Militar*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1990.
SORIANO, Luz - *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, III Época, tomo V, 1885.
VENTURA, António - "Marvão na Primeira Guerra Carlista e nas Guerras Liberais - alguns documentos da secretaria do General António Álvares Pereira", *A Cidade*, n.º 1 (nova série), 1988.
Idem - "Alguns documentos do Serviço Histórico Militar de Madrid referentes à Comarca de Portalegre (1801)", *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, n.º 8 (nova série), 1993.
- 39) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo (1988), *ob. cit.*, pp. 384 e 385.
- 40) VENTURA, António – *Guerra de 1801. Diários de Operações das Divisões Espanholas e do Exército contra Portugal*, Separata do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n.º 16 – MCMXCV, p. 215 e também nas pp. 269 e 270.
- 41) SEPÚLVEDA, Christovam Ayres de Magalhães - *História Orgânica e Política do Exército Português*, Provas, vol. VIII,

Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1919, pp. 557 e 558.

42) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, (1988), *ob. cit.*, p. 157 e NEVES, José Acúrcio das – *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Tomo III, Lisboa, 1811.

43) Sobre o tema ver o estudo, muito bem documentado, de LIMA, Henrique de Campos Ferreira - *Marvão nas Campanhas da Liberdade*, Separata de *Brados do Alentejo* n.ºs 158 a 215, Estremoz, 1934.

44) VENTURA, António - “Marvão na Primeira Guerra Carlista e nas Guerras Liberais - alguns documentos da secretaria do General António Álvares Pereira”, *A Cidade*, n.º 1 (Nova Série), 1988, p. 66.

45) *Idem, Ibidem, passim*. D. Carlos, candidato ao trono espanhol, era apoiado por D. Miguel, de Portugal, seu cunhado, sendo o outro partido o da rainha viúva D. Maria Cristina e sua filha, a futura Isabel II, apoiadas pelos liberais.

46) *Idem, Ibidem*, pp. 70 e 71.

47) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/51, Número 17 (1861).

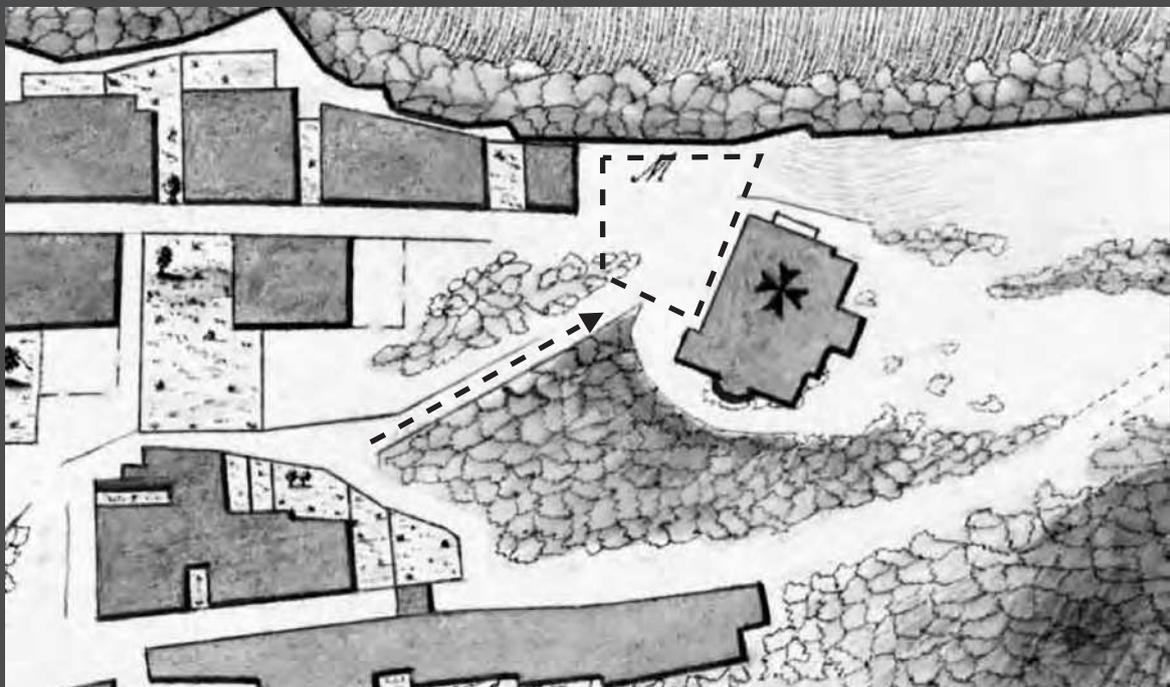
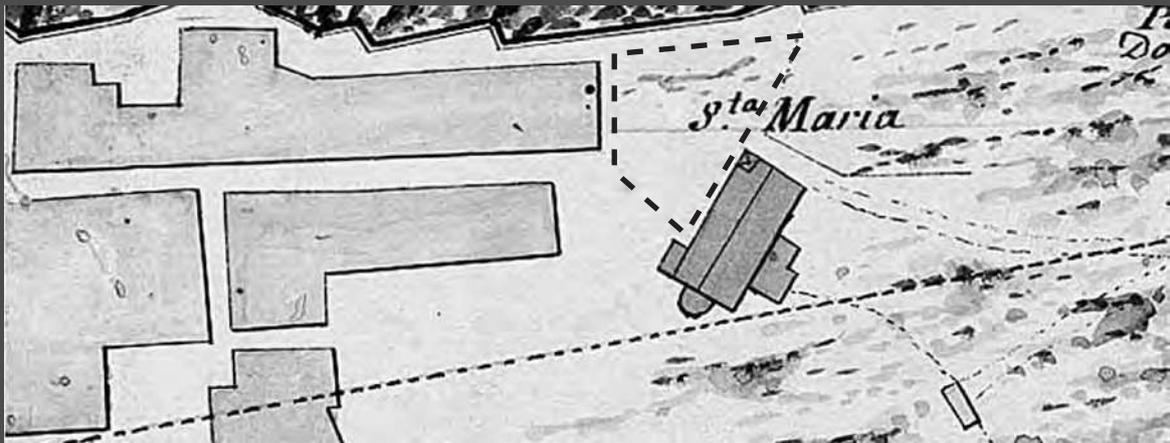
48) AHML, PT/AHM/DIV/3/9/54/21 de 1834.



PORTUGAL. - VILA DE MARVÃO. - *Vista parcial*

8

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA



O Largo e a Travessa de Santa Maria em plantas militares de 1765 (imagem de cima) e de 1814

8. LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

8.1 IGREJA DE SANTA MARIA



Igreja de Santa Maria (foto Raul Ladeira)

8.1.1 CRONOLOGIA E PADROADOS

Não é verosímil que o reguengo da Aramenha existisse e fosse doado por D. Afonso II ao Mosteiro de Alcobaça em 1217⁽¹⁾ e que o primeiro foral de Marvão tenha a data de 1226⁽²⁾, por um lado, e que só no século XIV se construísse a igreja de Santa Maria de Marvão (antes, Igreja de Nossa Senhora⁽³⁾) e se constituísse a respectiva paróquia. Ou seja, a lista de igrejas de 1320/21⁽⁴⁾, contendo a de Santa Maria de Marvão, apenas significa que a igreja existia nesse ano e não a partir desse ano. Trata-se de um “catálogo de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarves pelos anos de 1320 e 1321, com a cotação de cada uma delas. Ano de 1746”. Este documento, publicado por Fortunato de Almeida, constitui uma reprodução do manuscrito n.º 179 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Na base do catálogo está a Bula escrita em Avinhão, a 23 de Maio de 1320, pelo Papa João XXII, concedendo a D. Dinis, por três anos, uma ajuda para a guerra contra os mouros: a décima parte de todas as rendas eclesiásticas, exceptuando as que pertencessem à Ordem do Hospital. No referido catálogo encontra-se a Igreja de Santa Maria de Marvão, taxada em 220 libras, e a de São Tiago, em 350, taxas superiores, note-se, às de qualquer das igrejas de Portalegre⁽⁵⁾. Todos estes factos nos persuadem de que qualquer das duas igrejas de Marvão, e sobretudo a de Santa Maria - padroeira da maioria das primeiras igrejas a serem construídas em qualquer povoação cristã em Portugal -, foram construídas no séc. XIII. Pelo menos em 1304, a Igreja de Santa Maria já existia (Chancelaria de D. Pedro I, fls. 34 v.º e 35; A. H. de Oliveira Marques – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367), INIC, Lisboa, 1984, pp. 140-142).]

As duas igrejas da vila pertenciam ao padroado real⁽⁶⁾, antes da sua transferência para a Ordem do Hospital, mas, como já referimos, há vários emblemas templários (cruz orbicular) na vila, sinal de que constituíram propriedade nela, nesses primeiros tempos de indefinição administrativa. A atestar a importância desta primeira igreja paroquial marvanense,

podemos referir o facto de, em 1335, se reunir no seu adro o concelho camarário, produzindo-se aí uma “carta” que Laranjo Coelho deu a conhecer (COELHO, 1988: 194-196).

Depois, sabemos quando é que Santa Maria de Marvão foi doada, e porquê, à Ordem do Hospital, por D. Afonso IV, sendo possível situar esta datação numa baliza temporal relativamente estreita: (1341-1357). Mas como a doação teve por base a constituição de uma capela, por D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira, no Mosteiro de Flor da Rosa, a datação em causa pressupõe a conclusão deste, logo, terá sido em 1356/7, muito embora a data de 1356 seja atribuída por tradição.

(...) lembrarei de passagem, que sendo do Padroado Real, só entrou, ou ficou na Ordem por outra mercê, e Doação, que o Sr. Rei D. Afonso IV. fez ao Prior D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, por ocasião de este lhe dizer, que tinha feito, e fundado huma Capella á honra de Santa Maria em Flor da Rosa, termo do Crato, e que mandava em ella mantêr pobres, dizer, e cantar para sempre Missas de sobraltar, e fazer outras Obras de piedade, por serviço de Deos, e á honra da gloriosa Virgem sua Mã; e lhe pedir por mercê, que fizesse Doação de huma das suas Igrejas a essa Capella, para ajuda de poderem mantêr-se as Obras de piedade, e outros encargos della. Visto o qual peditório, o dito Sr. Rei por sua alma, para remissão de seus pecados, e para haver parte em os bens, que naquella Capella se fizessem; e além disso pelo muito serviço, que o dito Prior lhe tinha feito, e ao Reino; deo, e concedeo, e fez Doação perpetua á dita Capella de Santa Maria da Flor da Rosa, da sua Igreja de Santa Maria de Marvão, no Bispado da Guarda, e do Padroado della: “Com esta Maneyra que o Comêdador desse logo de frol da Rosa que por o tempo for possa apresentar vigairo a que assigne conjuinhauel pensom de que aguijsadamente se possa manteer E os outros fruetos & rendas dessa jgreia seiã pera o serujço de deos & obras de piedade que se ham de fazer & manteer em essa Capeela.” Tudo por Carta, que sómente se acha inserta, e confirmada (167)⁽⁷⁾, sem a data respectiva, em outra do Sr. Rei D. Pedro I, dada ao mesmo Prior em a Cidade d'Evora a 13 de Fevereiro da E. de 1397, A. de 1359; a qual apparece lançada no Liv. I. de D. Pedro I. f. 34 v. E são as referidas Cartas as mesmas, de que se lançaram os summarios no dito Registo de Leça, a f. 6 y. col. 1. n. 18⁽⁸⁾.

E como se refere nas Memórias Paroquiais, a partir do século XVI esta paróquia passou a beneficiar, também, o Convento das Maltezas de Estremoz (ou de São João da Penitência), com parte dos dízimos.

Completamos a história administrativa desta igreja citando o registo feito na respectiva ficha do Arquivo Distrital de Portalegre:

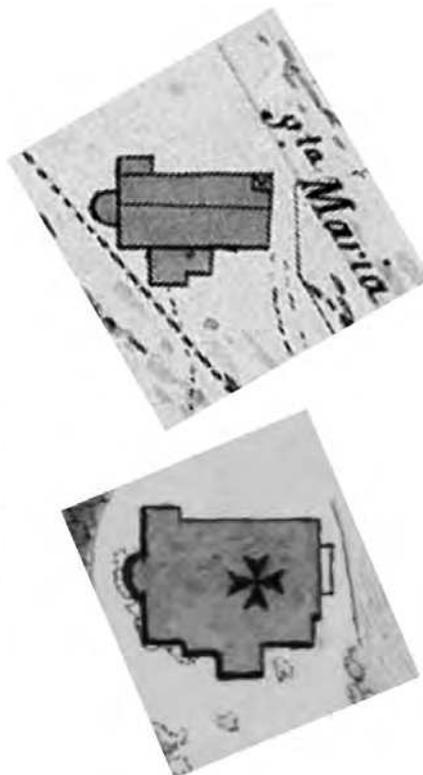
A paróquia pertenceu inicialmente ao padroado real. Passou depois para a posse da Ordem de Malta que apresentava o prior. De 1789 a 1834 pertenceu à Casa do Infantado. Posteriormente a esta data a sua administração passou para o Patriarcado. Em 1882 estava anexada à Diocese de Portalegre. Pertence actualmente à Diocese de Portalegre-Castelo Branco, Arciprestado de Castelo de Vide⁽⁹⁾.

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

8.1.2 DESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA



Igreja de Santa Maria (SIPA.DES 00000687)



Extractos das plantas militares de 1765 (figura de cima) e de 1814 apresentando a Igreja de Santa Maria

Igreja orientada⁽¹⁰⁾ de planta longitudinal sem transepto. O frontispício encontra-se a poente, com a torre sineira adossada a sul, abrindo-se o portal axial em moldura granítica rectangular, apresentando frontão interrompido com a cruz de Malta, em mármore, e janela rectangular também, sotoposta, que ilumina o coro. Esta janela terá sido mandada abrir na sequência da visitação de 1755, tendo-se aplicado “(...) p.^a a obra das portas, Baptisterio, e Fresta da porta principal quarenta, nove mil cento, e oitenta, e nove Reis (...)”⁽¹¹⁾. Refere-se fresta e não janela, é certo, mas duvidamos que em meados do século XVIII se abrisse sobre a porta principal uma simples fresta, com a estreiteza que caracteriza este tipo de vãos. Aliás, em 1757, quase por certo na mesma campanha de obras – apesar de se ter aplicado a verba em 1755, não significa que a obra se realizasse imediatamente -, todo o portal principal foi renovado:

Despeneo mais com M.el de Andr.e Pedr.º (?) das obras desta Igr.ª (...) Cento e oitenta e nove mil e seis centos reis pelas obras seg.es. (...) A entrada da Igr.ª de o liuéel com o pavim.to della, e hú portado novo Com suas portas e fecho á Romana e seu Tabolr.º de Cantaria e parede de guarda tudo a Porta p.ral⁽¹²⁾.

Voltando à dita fresta sobre a porta principal, na visitação de 1764 chama-se-lhe óculo e ficamos sem saber, ao certo, que tipo de vão havia antes da janela: “huma vidraca p.^a o Colo Sobre a porta principal”⁽¹³⁾.

Temos, posteriormente, uma referência vaga às “entradas” da igreja, através do texto de uma visitação de 1771: “O mesmo R.dº Prior (...) mandará cayar as paredes da dita Igreja por dentro; Reformar as entradas della, mandando fazer de novo as que lhe faltão e fundir o Sino que se acha

quebrado (...)”⁽¹⁴⁾. Cremos que o visitador se está a referir apenas às portas. Mas como poderiam faltar? Assim, a datação de 1757, para o portal axial (vão e portas), pensamos estar correcta.



Igreja de Santa Maria, frontispício

Transpondo a porta principal da igreja, encontramos sob o coro, suportado por abóbada de canhão com a data inscrita de 1826 no intradorso do arco que dá para a nave. O corpo da igreja é de três naves escalonadas na altura, separadas por arcaria de volta perfeita assente em dois pilares moldurados de cada lado, com bases rectangulares de reforço. A primitiva cabeceira contaria com uma só capela e uma só sacristia no lado sul. O pavimento era

de tijoleira, antes de lhe ser colocado o actual, em madeira, na reforma do museu (reaberto em 2015). Mas antes da tijoleira foi de sobrado e, antes ainda, da forma como as Memórias Paroquiais o descrevem: "(...) o pavimento do corpo da Igreja todo he de sobrado de madeiras formado de campas e caixilhos para sepulturas". Temos, aliás, uma referência de uma visitação de 1659 a "(...) huma campa que da muito ma siruintia (...) Mando que a dita Campa se meta na terra que fique igual com o plano da Igreja"⁽¹⁵⁾.

Os enterramentos na igreja constituíam, aliás, uma fonte importante de rendimento. No livro da Fábrica de Fora da Igreja encontramos os respectivos registos:

Contas q. d  o fabriqueiro da fabrica de fora da Igr.  de S.t  Maria, q. (?) da Receita das esmolas das Sepulturas do Corpo da Igr.  desde o Mês de Março da era de mil e setecentos e cincoenta e dois, Declarou, e mostrou pelo livro dos Defuntos da mesma Igr.  q. desde o dito M s de Março da era de mil e setecentos, e cincoenta e dois, athe vinte e dois d as do mês de Julho da era de mil, e sete Centos, e cincoenta e seis anos emtre as pessoas q. tinhão falecido na dita freg.  s m.te se tinhão sepultado na d.  Igr.  dezanove pessoas maiores, e três menores, em razão do que importou a fabrica quatro mil e Cem reis, por pagarem os maiores a duzentos reis, e as menores a Cem⁽¹⁶⁾.

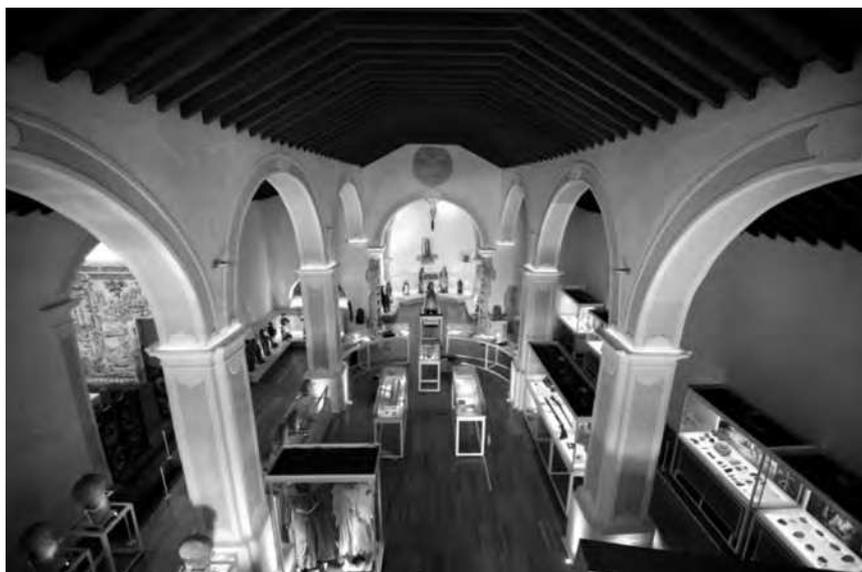
A propósito dos enterramentos na igreja, refira-se que pela leitura da visita o de 1699 ficamos a saber que também se realizavam na capela-mor, com um curioso critério estabelecido pelo R.do Simão Nunez, prior da Igreja de São Tiago, nessa altura também paróquia, e que foi constituído visitador:

(...) dentro da Capella maior se sepultau o alg as pessoaz, dando de esmola p.  a fabrica três mil reis, cada hua, e por Cauza da esmola ser tao tenue se animau o muitos a quererem sepultar- e dentro da dita capella (...) mando que de hoje em diante o R.d  Prior não consinta q.e pessoa alg a de qualquer Calidade, estado q.e seia se sepulte dentro da dita Capella maior

saluo se der quatro mil reis de esmola sendo pessoa grande e sendo pequena três mil reis⁽¹⁷⁾.

A cobertura apresenta tecto de madeira, em forma de masseira, com telhado de telha mourisca. Devido às frequentes e fortes intempéries que ainda hoje assolam a vila, foi constante, ao longo dos séculos, a preocupa o com a repara o do telhado. Na primeira visita o que se encontra disponível, de 1563, encontramos uma ordem dos visitantes, Frei Dom Pedro de Souto mayor e Frei Hyeronimo carualho, para se "(...) telhar e argamassar a capella moor em maneira que fique bem corrente (...)"⁽¹⁸⁾. Na visita o de 1725, o visitador Francisco Ribeiro Diniz mostra-se muito preocupado com o telhado: "Achej q. o Thelh do desta Igr.  estaua muy damnificado e que se senam acudir ao seu Reparo promete a Ruina (...) dentro de hum anno os mandará Reparar (...)"⁽¹⁹⁾. Acontece o mesmo com a visita o de 1777, onde se colhe o pormenor interessante do telhado ter ficado danificado com a queda de pedras proveniente das obras de refortifica o da Praça:

O telhado da Igr.  e Sanchristia necessitão m.t  de serem Reformados por so lho terem levantado m.t s telhas com o temporal, e quebrado outras com as pedras, q. sobre elle cairão com o arranque da pedra q. se fez p.  a fortifica o das Moralhas desta Praça⁽²⁰⁾.



Igreja de Santa Maria. Corpo da igreja com a cabeceira ao fundo (foto Raul Ladeira). Emblema da Ordem de Malta, sobre o arco triunfal, orlado de concheados rococó

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

Passamos à descrição da igreja no sentido dos ponteiros do relógio.

8.1.2.1 O BAPTISTÉRIO (1757)

O baptistério, antecedido por portado de madeira, é abobadado e dispõe de uma grande pia de granito, circular, assente em pé de grosso diâmetro, torneado, que ali foi colocada pela DGEMN nas intervenções que se realizaram entre 1959 e 1971. Quando Luís Keil inventariou esta igreja, descreveu a pia como “singela”⁽²¹⁾. Recuando no tempo, pela leitura do livro da fábrica referente à “R.ta e desp.z^a da fabr.c^a de St.^a M.^a deste anno de 1757”, ficamos a saber que o baptistério⁽²²⁾ foi construído nesse ano e a torre sineira reformada, com fundição de sinos novos. Aliás, se lermos a visitação de 1701⁽²³⁾, o D.^or Frey Jorge Bap.t^a Manoel, Presbytero Professo da Sagrada Religião de Maltha, refere que visitou a “Pia Baptismal” e não o baptistério. O mesmo aconteceu na visitação de 1712; o visitador Dom Álvaro Pires de Castro Noronha refere o seguinte: “E també a Pia Baptismal, q. por Ser m.t^o pequena ordenamos se ponha em seu lugar outra mayor por evitar algú Risco nas Crianças, e a velha se pode cortar por Sima, e accomodar em forma, q. sirva de agoa benta em lugar da q. tem á porta principal, por q. tambem está incapaz, e necessita de outra nova”⁽²⁴⁾. Também na visitação de 1713, o visitador Doutor Frey Fran.^o de Almd.^a repete a observação e a ordem relativamente à pia: “Vizitando a pia baptismal a achamos ser pequena aonde poderá (...) algú perigo no modo de baptizar as Crianças assim mandamos q. o R.d^o Prior logo mande fazer húa pia Capas (...)”⁽²⁵⁾.

Vejamos, então, as obras empreendidas em 1757, para além da reformulação da “entrada da Igr.^a”, a que já fizemos referência:

Despendeo mais com M.el de Andr.e Pedr.^o (?) das obras desta Igr.^a (...) Cento e oitenta e nove mil e seis centos reis pelas obras seg.es.

Húa Caza de abobeda p.^a Bauptrio com seus almarios p.^a os S.tos olios.

(...) A Reform.^am da Torre com três Sineiras de Cantaria toda guarnecida (...)

Desppendeo mais com Jozé Ant.^o fundidor da Cid.^ade de Port.e pela fund.^am do Cino gr.de desta Igr.^a (...) 134.700

Desppendeo mais com o Ferr.^o de Por.e pela ferragem badalo e varão do Cino (...) 12.930

Despendeo mais com o Carpintr.^o por fazer a porca do Cino e Carretto delle e Subilo a Torre (...) 6.410

Desppendeo Com húa Vidraça e Ralo p.^a a fresta do Bauptrio (...) 1.800⁽²⁶⁾

Na visitação de 1764, ordenava-se a feitura de “hum quadro do Baptismo de Christo”⁽²⁷⁾.



Pia baptismal de feição revivalista ou trazida de outro lugar, colocada pela DGEMN nos anos sessenta do século passado

8.1.2.2 CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

É uma capela abobadada, com tecto decorado com pintura moral de ornamentação vegetalista, policromática, antecidida por grade em ferro forjado do séc. XVII, com retábulo em talha de tendência neoclássica (1755/6). O retábulo apresenta Nossa Senhora do Rosário entronizada em camarim ladeado por dois pares de colunas de capitéis compositos, suportando um frontão em arco levemente conopial e com ressaltado sobre o qual se apresentam dois anjos. De cada lado do camarim, um anjo ceroferrário assente em mísula.



Retábulo de Nossa Senhora do Rosário (foto Raul Ladeira)

A capela tem as paredes laterais forradas a azulejo azul e branco, com paisagens, caçarias e figurações arquitectónicas barrocas, algumas delas em “trompe l’oeil” (porta do lado poente, p. ex.). A nascente abre-se a porta da sacristia privativa, onde servia a Irmandade da Cruz de Nossa Senhora do Rosário.

A primeira referência que encontrámos sobre esta capela, embora indirecta, foi na visitação de 1667, na qual se alude à existência da sua confraria: “Achei q. alguás confrarias não tinham liuros de despesa e receita e húa delas era a da Virgem Senhora Nossa do Rosairo (...)”⁽²⁸⁾. Alguns anos mais tarde, na visitação de 1686, faz-se referência directa à capela: “E porque visitando o Sacratio que esta na Capela de nossa Senhora do rozario por ser muito pequeno e estar o S.^or com muito (?) desemsia (?) mando que em termo de dous mezes se faça hum de nouo (...)”⁽²⁹⁾.

Na visitação de 1749, ordena-se a feitura de uma tribuna para que a imagem não ficasse ao alcance dos seus devotos que a ornavam em demasia:

Vizitando nos o altar de nossa Sr.^a do Rozario achamos necessitar de huma tribuna por uitar (sic) as indeCençias de publicam.te ornar a mesma Sr.^a e Seu altar por Sima delle, pello q. ordenamos, e mandamos, q. dentro do tempo de Seis meses se faça esta obra, dos Rendim.t^oos das fazendas da mesma Sr.^a (...)⁽³⁰⁾.

Interpretamos da seguinte maneira: existia originalmente um altar com a imagem da santa ao alcance dos devotos, que a decoravam, bem como ao altar, com as suas promessas e dádivas. A ordem da visitação citada foi no sentido de colocar a imagem mais alta, como que numa tribuna, fora do alcance dos fiéis, o que se conseguirá, como veremos, através de um trono dentro de um camarim.

Seis anos depois, na visitação de 1755, manda-se fazer o retábulo:

(...) ja lhe mandamos fazer hua Tribuna E agora ordenamos Se lhe faça hum Retabolo a moderna, e q. se iguale o pavimt.^o da Cap.^a com o da Igr.^a, o que tudo farão com A brevid.e possível p.^a o q. temos ja mandado fazer o Risco (...)⁽³¹⁾.

Na visitação do ano seguinte, 1756, o retábulo já tinha sido montado mas faltava a pintura:

Vizitando o altar da Sr.^a do Rozario necessita q. o Retabolo q. mandamos fazer, e está ja posto, seja pintado, e dourado, e q. o pavimento se iguale ao da Igr.^a, e q. sobre este Se ponhão as grades formando as portas nella mayores do q. São o q. a Confraria madara fazer no tr.^o de seis mezes, e o R. Parocho lle intimará esta nossa despozição⁽³²⁾.

Na visitação de 1757, o retábulo continuava por pintar e dourar:

E porque visitando esta Igreja vi que o Retabolo de Nossa Senhora do Rozario se não tinha dourado Como na Vizitação passada detreminou Sua Excellencia Reverendissima (...) me informarão, que esta obra Senão tem feito pelos officiaes Irmaons da Confraria não terem feito deligencia para se Cobraem os dinheiros que á mesma Se estão devendo⁽³³⁾.

E na mesma visitação se constata que outras obras já mandadas fazer, só tinham tido principio e outras nem isso: "(...) as portas traveças da Igreja, Baptisterio, porta principal, torre dos Sinos, pavimento da porta principal (...)"⁽³⁴⁾.

Na visitação de 1760 continuam várias obras por fazer ou concluir e aponta-se a necessidade de outras:

(...) q. Se faça huma porta para a porta da travessa"; "que também Se ponha outra porta no portado principal da Igr.^a"; "as grades do Baptisterio"; "e juntam.te humas grades p.^a o arco da cappella mor (...) também para Se administrar o Sacramento da Comunhão: todas estas obras se farão por conta da parte Respetiva que o R.d^o Prior desta Igr.^a percebe dos dízimos pertencentes a esta Igr.^a e as Religiozas Maltezas gastando-se em primeyro Lugar o q. estiver vencido das fabricas pertencentes a mesma Igr.^a, e para a obra dos telhados Concorrerão aquellas Confrarias que Se aprovejtão dos mesmos telhados (...)"⁽³⁵⁾. Também o retábulo da capela de Nossa Senhora do

Rosário continuava por dourar: *o altar de Nossa Senhora do Rozario achamos necessitar que o Seu Retabolo Se doure (...)*⁽³⁶⁾.

Na visitação de 1764 volta a pedir-se o gradeamento para o arco triunfal:

(...) humas grades p.^a o arco da Capella mor, em tal porporção q. Sirva p.^a o povo Comungar, e ultimam.te de huma tribuna p.^a a Capella mor p.^a Se expor o S.m^o Sacram.t^o: todas estas obras pertencem pelas Suas partes respectivas as Religiozas Maltezas da V.^a de Estremoz e ao R. Prior e lhes mandamos q. dentro de hum anno hajão de fazer as ditas⁽³⁷⁾.

Ainda na mesma visitação se noticia que "nesta Igr.^a houvera huma Confr.^a do menino Jesus q. por falta de Devoção não tem Continuado (...)"⁽³⁸⁾.

Sobre esta capela, é interessante o litigio entre o pároco e a confraria a propósito do direito deste ter ou não, na sua posse, a respectiva chave e o acesso ao santo lenho que o retábulo possuía. A decisão final do visitador (no ano de 1764), a favor da confraria, mostra o poder destas associações no seio da Igreja:

Queixouseme o R. Parocho de q. senão tinha a chave de N. Sr.^a do Rozario p.^a abrir em todas as oCaziois dos Baptizados nos Cazos em q. os Pays destes querião levar alguma prenda da mesma Sr.^a (...) a hajão de pedir ao Reitor da mesma Confr.^a que lha mandara abrir, e Conceder a mesma prenda de boa vontade, e fica Secando esta queixa.

Introu em duvida Se o R. Parocho lhe Competia ter bebaixo de seu poder a Reliquia do S.to Lenho q. Se acha Colocada no Sacrario do Retabolo da Snr.^a do Rozario ou ao menos ter huma chave diversa da q. tem o Reitor da mesma Com fr.^a (...) dando p.^a ella a Confr.^a trinta mil reis e o Resto o mesmo povo pelo q. Se ve que esta Reliquia não pertence a Igr.^a mas sim a Confr.^a (...) não pertence ao R. Parocho a chave da mesma Reliquia in solidum nem Cumulative Com o Reitor da mesma Confr.^a⁽³⁹⁾.

Tinha esta capela, com a sua confraria, grande actividade e proveitos económicos com o aluguer de "panos de Seda da Sn.^a do Roz.^o (...) panos 32, meios panos 13, carmezins vermelhos 20, Amarelos 18, Azuis 19, (?) 41"⁽⁴⁰⁾. Estes panos eram alugados para celebrações religiosas, as mais diversas (Semana Santa, procissões, etc.), no seio da igreja, e também a particulares, para festas de baptismos, por exemplo, quer em Marvão quer fora da vila (Escusa e Castelo de Vide, p. ex.). Em 1794, a receita proveniente destes alugueres valeu à Confraria 2.640 réis, e em 1798 chegou aos 4.110⁽⁴¹⁾.

Finalizamos com a referência ao costume quaesimal de, no principio do séc. XIX, ali se fazer a cenografia do túmulo do Senhor Morto:

Com dous carpinteiros q. desmancharão o alttar da Sr.^a do Rozario e o puzerão de modo que servisse de tumulo p.^a Sesta feira S.t^a Sabbado S.t^o e mais dias (...) 8.400⁽⁴²⁾.

8.1.2.3 A CABECEIRA COM SUAS SACRISTIAS

A cabeceira apresenta a capela-mor de face nascente arredondada, com a mesma largura da nave principal, com fresta, abobadada com cruzaria de ogivas facetadas a descansar em colunelos com capitéis de decoração

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

vegetalista espalmada. O fecho da abóbada é circular com um sol espiralado insculpido⁽⁴³⁾. A referida fresta parece ter sido aberta, apenas, em 1754: “[Despendeo] Com o caixilho da Vidraça e a abertura da sua fresta na Cap.^a mor (...) 1330⁽⁴⁴⁾. No mesmo ano consertou-se o telhado da sacristia e compraram-se “seis Candieiros de lata p.^a se accenderem noite de Natal sobre as columnas da Ig.^a (...) 1200⁽⁴⁵⁾. Esta capela comunica com duas sacristias, uma de cada lado, como se prova pela seguinte passagem da visitação de 1717: “Vendo q.e a Sacristia da (?) Ig.r^a está aRuínada, e q.e Nescissita de Repãro, e q. o R.d^o Prior está uzando da Irmand.e do Sanctissimo (...)”⁽⁴⁶⁾.

A norte estava a sacristia da igreja, propriamente dita. A sul encontrava-se a da Irmandade do Santíssimo Sacramento, aí sedead⁽⁴⁷⁾. A sacristia norte dispõe de lavatório, de que se faz referência na visitação de 1691, mandando-se construir: “(...) e na mesma sacristia mandar^a fazer hú lavatório p.^a os sacerdotes lavarem as mãos q. do vão a dizer Missa (...)”⁽⁴⁸⁾. Esta sacristia recebeu “caxoens (...) e almarios coletrais”, em 1746⁽⁴⁹⁾, e foi concertada em 1825/26. Na intervenção deste ano, entendemos o “quintal” a que se faz referência, como a parte circundante da igreja, delimitada por uma parede baixa – visível na fotografia que apresentamos no final deste capítulo - e para a qual a sacristia não tinha porta:

*Com Telha e ladrilho para o telhado da Sacristia e carroto 12.200
Com 4 moios de cal e acarreto p.^a a Sacristia e quintal 6.400
Com 4 de areia 3.200
Com a porta e vidraça da Sacristia p.^a o quintal 5.600
Com Joaq. m Antunes em o concerto da Sacristia 12 dias a 300 3.600
Com um sevente 12 dias a 200 2.400⁽⁵⁰⁾.*

A sacristia da Irmandade do Santíssimo Sacramento foi intervencionada com uma obra de vulto nos anos de 1797/98, no valor de 12.400 réis⁽⁵¹⁾. Está registada da seguinte maneira, dando a ideia de que foi uma renovação completa: “Despendeo com a obra da Sacristia desta Confraria (...)”⁽⁵²⁾. Nos anos seguintes (1798/99) aparece outro registo referente à mesma sacristia: “Despendeo com a Caação da Sanchrestia por fora e pór dentro (...)”⁽⁵³⁾. Também esta sacristia dispõe de um pequeno lavatório e de um esgrafito do séc. XVII alusivo ao Santíssimo Sacramento.



Capitel de um colunelo da capela-mor, esgrafito da sacristia da Irmandade do S. Sacramento e vestígios de arco primitivo que albergaria um altar ou capela do lado da Epístola, a que corresponderia outro do lado do Evangelho

8.1.2.4 MEMÓRIA DE ALTARES NAS PAREDES TESTEIRAS DAS NAVES

O arco triunfal – de que se vêem os vestígios das primitivas jambas, constituídas por pilar com colunelo embebido, com o intercolúnio decorado com rosetas ou páteras -, exibindo o emblema da Ordem de Malta orlado de concheados rococó, data da segunda metade do séc. XVIII. Constituiu uma intervenção importante, provavelmente com a nova arcaria ou o reforço da anterior, suportada, segundo as Memórias Paroquiais, por “collunas de mármore, de diverssas cores”. Na parede lateral norte – no topo da respectiva nave - encontramos, em nicho, uma pintura mural que os especialistas datam dos sécs. XV/XVI (AFONSO, Luís, 2009: 456-460, vol. II; RODRIGUES, Paulo, 2003: 237-261). Representa São Bartolomeu a dominar o Diabo, acorrentado, e com uma faca na mão – o seu atributo, por ter sido esfolado vivo no martírio -, ladeado por Santa Madalena, segurando o vaso de perfume, e por Santa Margarida, com a cruz com que lutou contra o dragão, e emergindo de dentro dele⁽⁵⁴⁾. Segundo a hagiografia de Santa Margarida, o dragão engoliu-a na masmorra para onde foi atirada por recusar as pretensões sedutoras do governador de Antioquia. Diga-se que as mesmas santas existem, pintadas, num sacrário de talha dourada do séc. XVI, pertencente à Igreja de São Tiago, a que Luís Keil atribuiu grande valor⁽⁵⁵⁾, o que nos alerta para a importância destas santas na vida religiosa marvanense de outros tempos.



Pintura mural em nicho do lado do Evangelho e vestígios de pintura que a ladeia; pormenor da pintura, antes e depois de uma desastrosa intervenção (2002), à margem de critérios científicos e sem o competente acompanhamento que se impunha; a valiosa e rara pintura foi, pura e simplesmente, repintada

Na parede lateral sul - no topo da respectiva nave -, encontramos os vestígios de um arco da cabeceira primitiva que albergaria um altar a que poderia corresponder outro do lado do Evangelho antes da intervenção que levou à pintura mural. Refira-se que nos dois topos das naves laterais já se encontravam aplicados dois “altares” na visitação de 1712, o que nos remete para uma hipótese de reconfiguração geral da igreja antes desta data, talvez no séc. XVII:

Vizitamos o Altar Colateral do Evang.º q. he da Invocação do Martir S. Sebastião, e tem missa todos os Domingos, q. manda dizer a Confr.ª do Anjo, q. está no mesmo Altar canonicam.te erecta. Tambem vizitamos o Collateral da p.e da Epistola, q. he da Invocação das Almas, e tem Irmand.e canonicam.te erecta, q. manda dizer missa todas as Seg.das e sextas fr.ªs de cada Semana p.las almas⁽⁵⁶⁾.

As Memórias Paroquiais confirmam a existência destes altares:

Tem esta Igreja mais dois altares colateraes fora da dita capella cada hú no fim de sua nave; O da parte direita he do Anjo Custodio deste Rejno; onde se achão tambem a Senhora da Graça, e Sam Sebastião, todas tres de vulto, e tem o Anjo Custodio sua Irmandade, ou Confraria. O altar da parte esquerda tambem corresponde á sua nave; he do Arcanjo Sam Miguel, que está em vulto; e tem este altar tambem sua Comfraria, ou Irmandade das Almas;

E através do inventário de Luís Keil, sabemos que, em 1943, estes altares, com seus retábulos, eram de alvenaria e não tinham “interesse de maior”⁽⁵⁷⁾, segundo o inventariador.

8.1.2.5 A NAVE SUL COM A PORTA DO SOL E A ENTRADA PARA A TORRE SINEIRA

A parede da nave, do lado da Epístola, dispõe de porta secundária a dar para sul (chamada “porta do Sol” nas Memórias Paroquiais), que na visitação de 1771 se mandou substituir:

Achamos necessitar a Porta travessa desta Igreja de huma porta (...) por estarem humas e outras [está a referir-se também à janela e à porta da sacristia] Tão destruídas que não podem admitir concerto; e expostas a poder-se por ellas Roubar a mesma Igreja. Pello que ordenamos ao R.dº Prior que (...) mande fazer as sobreditas Portas de boa Madeira de Castanho (...)⁽⁵⁸⁾.

Junto à referida porta encontra-se a que dá acesso à torre sineira e ao coro, através de escada em caracol, de granito, como a da torre da Igreja do Espírito Santo. Esta porta apresenta moldura antropomórfica com um enigmático pentagrama no lintel, com o monograma AM (de Ave Maria, proveniente da casa de um cristão-novo?). De facto, a jamba norte, o lintel e parte da outra jamba estavam emparedadas como material de enchimento, sendo descobertas e postas à vista em 1969 e passando a constituir a nova porta da torre, no ano de 1977, como veremos mais à frente.

A torre, reconstruída c. 1960, apresenta quatro olhais e dois sinos. De facto, os documentos arquivísticos falam sempre em dois sinos, o que Luís Keil confirma nos anos quarenta do século passado, inventariando “(...) a tórre sineira, sem cunhais, com dois olhais com sinos e outro entaipado (...)”⁽⁵⁹⁾. Em intervenção de 1828, a Fábrica de

Santa Maria interveio na “parede do quintal do adro”, ou seja, na parede que sustenta o que é hoje a rua fronteira à porta principal da igreja – visível na fotografia que publicamos no final deste capítulo -, que não tinha saída, constituindo um pequeno adro, e nos sinos da torre:

*Despendi com o pedreiro de Castello de Vide Jose Joaquim em fazer a parede do quintal do adro da Igreja 40 dias a 300 12 000
Com um servente a 200 8 000
Com barro 3200
Com mais dous moios de cal carreto e agua de todas as obras 5 300
Com a fundição do sino grande em Castello de vide carreto e porca 110 500
Com a fundição do sino pequeno em Por.te carreto e porca 62 000
Com a fundição da garrida em Valença 12 000⁽⁶⁰⁾*

No ano anterior, a fábrica tinha comprado “o Cazarão (...) a Anna Tecedeira para tirar a pedra para o adro e quintal 1920”⁽⁶¹⁾, ou seja, para fazer a pavimentação do pequeno adro fronteiro à porta principal.



Porta (foto Raul Ladeira) e escadas de acesso à torre sineira

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

8.1.2.6 O EXTERIOR DA IGREJA E SUAS FACHADAS

À volta da igreja encontramos, embutidas na parede, a ladear a porta axial, duas cruzes em pedra, outras duas dos lados norte e sul, e ainda o vestígio da base de uma outra, na cabeceira, lado norte, compondo um circuito de via-sacra. Na fachada sul, um passo processional adossado.



Igreja de Santa Maria vista de sul e abside

8.1.3 ASPECTOS CULTURAIS E DOUTRINAIS EXUMADOS DAS VISITAÇÕES

8.1.3.1 REPRESENTAÇÕES TEATRAIS NA SEMANA SANTA

Na visitação de 1749, demos conta da existência de representações teatrais, por altura da Semana Santa, proibidas, nesse ano, pelo Bispo, traduzindo a forma como o povo vivia aquela evocação histórico-religiosa. Lembremo-nos da tradição teatral natalícia, na Igreja do Espírito Santo, de que falámos atrás. Aqui fica a proibição que, ao mesmo tempo, nos informa sobre o conteúdo genérico da representação:

Constou-nos, q. nesta villa Se fazia o decedim-º da Crus Com Representaçoins ao vivo do q. se experimentavam muitos escândalos, e indeçençias, e outras couzas mais indignas de se dizerem: pelo q. ordenamos e mandamos, q. da publicação deste Cap.º em diante Se não Faça Semellante função (...)⁽⁶²⁾.

8.1.3.2 UMA PREOCUPAÇÃO ECOLÓGICA QUANDO DA VISITAÇÃO DE 1692

Nos livros das visitações costumam aparecer, para além dos “capítulos” das ditas, extensos treslados doutriniais e outros documentos, nomeadamente, apelos e proibições de aplicação mais genérica à vida dos fregueses. Aqui fica um extracto da proibição à pesca com embude, prática ainda corrente no Rio Sever.

(...) Fazemos saber q. por queixas q. se nos fez nos vejo a noticia q. muitas pessoas deste nosso Bispado desatentas ao Bem Comum infecioarão as agoas da Ribeira della pescando com (?) imbudis calmilhos e outras semelhantes machilhas q. geralmente costuma matar as pescas e suas criacois. Como também os gados q. dessa agoa bebem e q. major pirigo q. destas pescarias se sequem são as doenças com pirigo de vida q. as pessoas q. bebem dessa agoa infeccionada lhes causão e porq. Convem aos serviço de Deos e bem de nossos súbditos (...)⁽⁶³⁾.

8.1.3.3 O “INTERESSE” SALVÍFICO

Na visitação de 1749, demos conta da obrigação de informação, ao pároco, por parte do médico, do cirurgião e do barbeiro, e na sua falta, da pessoa que assistisse ao enfermo, e até do vizinho mais próximo, da enfermidade, para que o pároco confessasse o doente. Esta obrigatoriedade era quase policial, por isso a registamos:

O medico Sirurgião e barbr.º q. assistir a algum enfermo té teçeira vizita o auizara q. haja de Se Confeçar (...) e o q. aSistir ao mesmo enfermo (...) parente, ou estranho, e na falta destes o vizinho mais chegado Serâ obrigado a dar parte ao Seu pároco para, q. este haja de cumprir Com o enfermo Seu off.º, penna de Serem (aseveramente?) castigados na vizitação futura⁽⁶⁴⁾.

Damos outro exemplo deste “interesse” salvífico, relativamente aos testamentos, e na mesma visitação:

Em audiência Se nos fes queixa pelos parochos das igr.ª(s) desta villa, q. os testametr.ºs dos defuntos e Seus herdeiros não davão missas aos parochos, e clero destas freguesias, sendo justo, q. com elles Se devessem distribuir não sô pello trabalho, q. os parochos tem com Seus parochianos mas tãobem por todo o clero por conCorrer para o perceto, e necessr.º da Salvação de Suas almas (...)⁽⁶⁵⁾.

Na mesma linha de pensamento, é também interessante a justificação para a obrigatoriedade quanto ao pagamento dos dízimos:

Saibam todos os parochianos desta freguesia q. estão obrigados a pagarem os dízimos de todos os frutos, q. D.ºs lhe der assim do bom como do mau por Ser este tributo o q. se deve a D.ºs em ReConhecimento do Supremo dominio q. tem Sobre todas as Couzas, e assim de todos esperamos q. inteiramente Cumprão este preceito p.ª D.ºs lhes abençoar os seus frutos⁽⁶⁶⁾.

8.1.4 INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA DGEMN – DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (1948-1977)⁽⁶⁷⁾



Igreja de Santa Maria vista de norte

Seguidamente, sintetizamos as intervenções projectadas que tiveram maiores consequências no prospecto actual da igreja. Alertamos para o facto de que quase nunca as obras que se projectavam nas “Memórias Descritivas e Justificativas” se executavam na sua íntegra, razão que explica que, frequentemente, apareçam duplicadas em várias memórias, significando que, na campanha de obras onde se repetem, foram então iniciadas ou continuadas.

a) Intervenção projectada e iniciada a partir de 1948, no valor de 206.100\$00, sob a responsabilidade do Arq. João Filipe Vaz Martins

A memória descritiva (datada de 27 de Janeiro) apresenta a igreja em completo estado de abandono, em péssimo estado de conservação (sobretudo a cobertura) e albergando pedras provenientes da “cidade romana da Aramenha”. Alvitra-se a possibilidade da igreja vir a constituir-se em museu arqueológico.

- Reconstrução da armação e cobertura dos telhados (...).
- Demolição de um anexo que ameaça ruína.
- Rebaixamento de 0,40 de todo o pavimento da Igreja.
- Construção de pavimentos de cantaria de granito e tijolo regional.
- Limpeza de cantarias da capela mór.
- Entaipamento de rasgos e abertura de frestas.
- Vitrais de vidro catedral armados em chumbo.
- Construção e assentamento dum guarda-vento e portas.



A Igreja de Santa Maria em 1948 (SIPA FOTO.00166936, s. a.)



Interior da Igreja de Santa Maria, em 1947, vendo-se a nave central e a capela-mor (SIPA FOTO.00166835)

Comentários

A grande alteração produzida com esta intervenção foi no pavimento, com a substituição integral do seu sobrado por tijolo e granito. O anexo demolido correspondia a uma pequena edificação que, exteriormente, se situava entre o baptistério e a capela de Nossa Senhora do Rosário. De realçar, também, a colocação do guarda-vento e a substituição de portas. Quanto ao entaipamento de rasgos e abertura de frestas, não possuímos elementos que nos permitam identificar as intervenções.

b) Intervenção projectada e iniciada a partir de 1958, no valor de 141.600\$00, sob a responsabilidade do Arq. Rui Couto

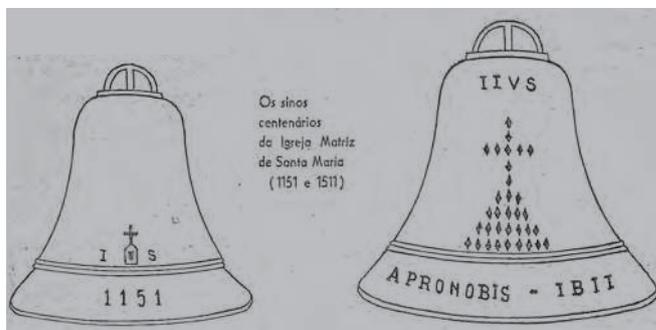
A memória descritiva é lapidar no que diz respeito às malfeitorias sofridas pela igreja até à data em que começa esta intervenção:

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

Antes de que um antigo Presidente da Câmara Municipal [Manuel Berenguel Vivas], tivesse demolido parte da sua torre sineira, e transformado a Igreja em dormitório de Seminaristas, esta construção concorria com a torre para dar mais um motivo de interesse ao perfil da Vila de Marvão. Com a referida adaptação foi deturpado o seu traçado, tendo posteriormente com o abandono a que foi votada, entrado em estado de ruína. Verificado este estado, pretende-se com as obras agora previstas, proceder-se à consolidação e reparação do edifício, além de se efectuar o seu restauro, que inclui a reconstrução da torre sineira, onde se prevê que voltem a ser colocados os antigos sinos que foram desviados por quem demoliu a torre, para a igreja de S. Tiago.

- Demolição de alvenarias, a fim de serem retirados enxertos, serem de novo abertos vãos que foram entaipados, e para modificação de vãos adulterados.
- Rebaixar o pavimento da Capela-Mor o qual foi levantado indevidamente quando da adaptação da igreja a dormitório.
- Consolidação de um altar de talha e conclusão de painéis de azulejo na Capela lateral.
- Fornecimento e assentamento, de uma pia baptismal, e de uma grade de ferro forjado para o côro.
- Retirar três janelas da fachada lateral (...).
- Mudar uma porta da fachada lateral (...).
- Execução completa da instalação de iluminação eléctrica (...).
- (...) mudança dos sinos que se encontram na igreja de S. Tiago e seu assentamento na torre a reconstruir na Igreja de St.ª Maria.

Esta campanha de obras visava, portanto, repor a igreja na forma anterior à referida intervenção que, ainda por cima, se destinava a responder a uma necessidade muito provisória, de dormitório, até que o Seminário de Portalegre estivesse concluído, o que aconteceu em 1955. Verdadeiramente inacreditável!



Desenho dos sinos publicado por Jeremias da Conceição Dias – na altura, na qualidade de Delegado Concelhio da Junta Nacional de Educação – no Jornal “A Rabeca”, de Portalegre, de 28 de Setembro de 1960, ilustrando o artigo: “Comunicado de Marvão. O Senhor Padre Augusto e as suas inconveniências”. Uma das datações não está correcta: não se trata de um sino de 1151 mas sim de 1757

Leitura dos sinos:

a) Sino do olhal sul (Igreja de Santa Maria)

Leitura:
IIUS / MARIA
REFUNDIDO EM RIO TINTO EM 1960
ORA / PRONOBIS / IBII / SANCTE IAGOBE

Tradução:
JESUS / MARIA
REFUNDIDO EM RIO TINTO EM 1960
ORA / POR NÓS / 1511 / SÃO TIAGO

b) Sino do olhal nascente (Igreja de Santa Maria)

Leitura:
SANTIAGO DE MARVAM
IHS
REFUNDIDO EM RIO TINTO EM 1960
L7S7

Tradução:
SANTIAGO DE MARVÃO
JESUS
REFUNDIDO EM RIO TINTO EM 1960
1757

Surge-nos imediatamente uma dúvida: estes sinos parecem-nos da Igreja de São Tiago, referindo o respectivo orago, enquanto que na igreja de São Tiago está, pelo menos, um sino de Santa Maria⁽⁶⁹⁾ que, inclusivamente, refere o nome do prior que nós conhecemos daquela paróquia (João Estaço Mourato). Vejamos as respectivas inscrições:



A Igreja de Santa Maria em 1950, a ser reabilitada, pela Câmara Municipal/Diocese para dormitório (SIPA FOTO. 00166843)

Comentários

Profanação foi o que, em nosso entender, se praticou na matriz primeva de Marvão, da responsabilidade da Câmara e da Diocese. Utilizamos a palavra, não só no sentido de tornar profano algo que era religioso (estivesse ou não ao culto na altura⁽⁶⁸⁾), mas também no da modificação radical, diremos mesmo, brutal, de um edifício religioso de elevado valor imaterial para a fundação medieval desta comunidade cristã no longínquo séc. XIII. Que insensibilidade... por quem a não devia ter!

c) Sino do olhal norte (Igreja de São Tiago)

Leitura:

IHS SANTA MARIA DE MARBAN SENDO PRIOR JOAO ESTACIO MOURATO ANNO DE 1826

Tradução:

JESUS SANTA MARIA DE MARVÃO SENDO PRIOR JOÃO ESTACIO MOURATO ANO DE 1826

d) Sino do olhal nascente (Igreja de São Tiago)

Leitura:

IN HOC SI[G ou C]NO[M] UINCES 1817

Tradução:

COM ESTE SINAL VENCERÁS 1817

Portanto, os sinos que agora estão em Santa Maria foram refundidos em 1960 e pertenceram a São Tiago, sendo colocados na torre reconstruída nesse ano. Foram estes os sinos salvos por Jeremias da Conceição Dias em 1959, mas foram refundidos. Lembremos, aliás, o que acima citámos do Arq. Rui Couto em 1958: "(...) que inclui a reconstrução da torre sineira, onde se prevê que voltem a ser colocados os antigos sinos que foram desviados por quem demoliu a torre, para a igreja de S. Tiago"; ao que parece, não voltaram...Convenhamos que a situação é muito confusa, mas é esta a interpretação que fazemos com os dados que possuímos neste momento.

c) Intervenção projectada e iniciada a partir de 1960, no valor de 15 000\$00, sob a responsabilidade do Arq. Rui Couto

Com a pequena verba concedida no ano corrente (...) prevê-se a reconstrução da torre sineira, que foi em parte demolida por um antigo presidente da Câmara Municipal de Marvão". (...) prevendo-se que em anos sucessivos se executem as restantes obras de restauro, que carece a Igreja.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Reconstrução de telhados da torre
- Reconstrução de paredes de alvenaria da torre
- Fornecimento e assentamento de cantaria da região, nos arcos da torre.

Comentários

Como se pode verificar, esta intervenção já estava prevista na memória descritiva de 1958, mas só se executou a partir de 1960. Como se verifica pelas fotografias datadas de 1960, as janelas abertas na fachada sul permaneceram por fechar.



A reconstrução da torre sineira, em 1960, pela DGEMN (SIPA FOTO.00166861)

d) Intervenção projectada e iniciada a partir de 1961, no valor de 10 000\$00, sob a responsabilidade do Arq. Rui Couto

Com a verba agora concedida, pretende-se proceder à reparação das zonas do telhado em mais mau estado, que são a das naves da Igreja e alguns anexos.

Comentários

Trata-se de uma simples intervenção de conservação.

e) Intervenção projectada e iniciada a partir de 1968, no valor de 249.600\$00, sob a responsabilidade do Arq. Rui Couto

Com a verba concedida no ano corrente prevê-se proceder à reconstrução de todos os telhados, que se encontram em estado de ruína e ainda ao restauro da fachada Sul, eliminando as janelas abertas quando da adaptação a dormitório, e ainda a construção de portas, caixilhos e rebocos.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Construção de telhados e beirados, empregando telhas românicas em canais e telhas de canudo em cobertas, totalmente argamassadas.
- Arranque de cantarias de vãos a suprimir e sua aplicação nos vãos a reabrir.
- Construção de alvenaria hidráulica em elevação para tapamento de vãos.
- Fornecer e assentar degraus de cantarias de granito, no exterior.
- Construção e assentamento de caixilhos e portas exteriores e interiores, empregando no exterior madeira exótica e no interior madeira de casquinha.
- Reconstrução de rebocos salitrosos (...).
- Pintura de cabeçotes de sinos.
- Remoção de duas asnas, na nave central e fixação do madeiramento dos tectos à estrutura do novo telhado.

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

Comentários

Trata-se de uma grande intervenção que previa a renovação completa da cobertura, o refechamento dos vãos da fachada sul e a reabertura dos antigos vãos, tentando recuperar a igreja que existia antes da desastrosa intervenção da sua adaptação a dormitório.

f) Intervenção projectada e iniciada a partir de 1969, no valor de 57.201\$00, sob a responsabilidade do Arq. Rui Couto

Em face das sondagens efectuadas, verificou-se que o antigo pavimento deveria andar a um nível inferior ao actual, em cerca de 0,50 m. Também as referidas sondagens puseram a descoberto o portado medieval de acesso à torre sineira, as colunas da abside e outros elementos.

Com a verba concedida no ano corrente, prevê-se proceder a rectificação dos pavimentos e outras obras, consideradas como as mais indicadas para o prosseguimento do restauro deste imóvel.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Demolição dos pavimentos das naves e das outras dependências.
- Escavação e remoção de terras (...).
- Demolição de alvenarias e divisórias.
- Fornecimento e assentamento de degraus de cantaria de granito da região.
- Construção de divisórias de tijolo para a nova instalação sanitária.
- Picagem de rebocos, no interior, para sondagens.

Comentários

Concluída a reconstrução da torre, a renovação da cobertura e a recuperação da fachada sul, iniciou-se o restauro do interior, incluindo a picagem de paredes para sondagem, com a qual se descobriu o interessante portal em vão antropomórfico, característico do período românico, de acesso à torre sineira, e que ali fora colocado, exclusivamente para fazer parede, não se podendo adivinhar a sua origem.



Descoberta de parte de um portal de vão antropomórfico que estava a fazer parede junto à porta da torre sineira (SIPA FOTO.00166883, 1969)

g) Intervenção projectada e iniciada a partir de 1970, no valor de 52.000\$00, sob a responsabilidade do Arq. Rui Couto

Escavação/remoção de terras na sacristia; emboço, reboco e esboço em paredes e abóbadas; pavimentos de tijoleira.

h) Intervenção projectada e iniciada a partir de 1974, no valor de 364.000\$00, sob a responsabilidade do Arq. Rui Couto

Com a verba concedida no ano corrente prevê-se a conclusão das obras de conservação do imóvel, de que se admite o aproveitamento como museu.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Construção de uma instalação sanitária (...).
- Construção de pavimentos de tijoleira prensada nas dependências e naves, sobre massame.
- Restauro da pia baptismal.
- Restauro da porta de cantaria de acesso à sineira, compreendendo o fornecimento e assentamento de três silhares numa ombreira.
- Fornecimento e assentamento de uma grade para o coro.
- Execução de roços, colocação de tubos e caixas para instalação eléctrica.

Comentários

Fazemos notar que, nas obras projectadas para 1958, se incluía o “fornecimento e assentamento, de uma pia baptismal (...)”, e que nesta intervenção se projectou, apenas, o “restauro da pia baptismal”. Ter-se-á optado, não pela substituição da existente, mas pelo seu restauro? Mas se assim fosse, Luís Keil não a teria classificado de “singela”. Ou será que a palavra foi empregue com o sentido de simples, sem grande exuberância de formas e ornatos, e não com o significado de pequena? De facto, a que hoje existe, parece-nos bem antiga. Realizou-se o aproveitamento do portal de vão antropomórfico que estava a fazer parede junto à porta da torre sineira, completando-o.



Igreja de Santa Maria em avançado estado de restauro, pela DGEMN, onde ainda se vê uma porta da sacristia que passará depois a janela (SIPA FOTO.00166903, 1973)

i) Intervenção projectada e iniciada a partir de 1976, no valor de 180.201\$00, sob a responsabilidade do Arq. Rui Couto

Com a verba concedida, prevê-se a conclusão das obras de recuperação deste imóvel, de que se admite o aproveitamento para museu.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Fornecimento e assentamento de degraus de cantaria de granito, com focinho, na capela e capela baptismal.
- Execução de pavimento de tijoleira na capela e capela baptismal.
- Reparação da grade de madeira da capela baptismal.
- Reparação da grade de ferro forjado da capela.
- Fornecer e assentar um cabeçote de sino.

Comentários

Trata-se da continuação dos trabalhos de conservação e restauro do interior da igreja.

j) Intervenção projectada e iniciada a partir de 1977, no valor de 104.000\$00, sob a responsabilidade do Arq. Rui Couto

Com a verba concedida no ano corrente, prevê-se a execução das obras complementares de conclusão do restauro deste imóvel.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Fornecer e assentar um cabeçote para um sino.
- Execução de cortina para guarda do coro.

Comentários

Trata-se da continuação dos trabalhos de conservação e restauro do interior da igreja.

SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES DA DGEMN

Nas várias intervenções realizadas a partir de 1948, podemos sintetizar que, na primeira delas, exactamente a partir daquela data, o objectivo foi o de proceder a uma intervenção geral de conservação, para a qual terá concorrido a classificação de todo o aglomerado urbano como Monumento Nacional (Decreto n.º 37077, DG, 2ª série de 29 de Setembro de 1948).

A partir da intervenção programada em 1958, o objectivo foi o de recuperar a igreja da desastrosa intervenção sofrida após a sua reabilitação para dormitório de seminaristas (c. 1949/50), enquanto se aguardava que o Seminário de Portalegre fosse concluído (1955). Esta verdadeira profanação, em todos os sentidos da palavra, realizada, segundo apurámos atrás, pela Câmara Municipal, em colaboração com a Paróquia e Diocese, torna-se um interessante estudo de caso, até porque ocorre quando todo o aglomerado urbano da vila acabara de ser classificado como Monumento Nacional. A recuperação restituiu a espiritualidade ao edifício, o seu simbolismo como primeira matriz da povoação cristã que recebera foral em 1226, e, também, permitiu conhecer, por sondagem, as raízes histórico-arquitectónicas do monumento e colocá-las em evidência. A sua reabilitação para museu municipal foi uma opção adequada, a carácter com o seu estatuto patrimonial.

Refira-se ainda que, em 1945, quando se ambicionava, em Marvão, a construção de uma pousada, o então Provedor da Misericórdia e, simultaneamente Presidente da Câmara, Manuel Berenguel Vivas, fez a seguinte proposta à Mesa Administrativa:

(...) comunicou que havendo a vila sido visitada há dias por personalidades competentes dos meios oficiais, tinha sido reconhecido que a melhor solução para o problema da "Pousada" era o aproveitamento do edifício da Igreja de S.tª Maria, cuja situação é um ponto de vista inigualável. Propôs, assim, que a Santa Casa procurasse o mais rapidamente possível entrar na posse do edifício da Igreja de S.tª Maria, e, se tanto para isso fôsse preciso, oferecendo a troca do referido edifício pelo da Igreja do Espírito Santo, também na vila de Marvão e pertença desta Misericórdia. Foi aprovado por unanimidade⁽⁷⁰⁾.

Como veremos no capítulo seguinte, decidiu-se construir um edifício de raiz para pousada que acabou por se constituir nos novos paços do concelho.

8.1.5 A QUESTÃO DOS SINOS E DO ESPÓLIO DA IGREJA COM DESTINO AO MUSEU

A tentativa de venda dos dois sinos não resultou de um voluntarismo puramente individual do então pároco da vila. Ela obteve a autorização da Diocese e do Ministro das Finanças:

(...) foi o Reverendo pároco de Marvão autorizado "a dar o destino que entender aos ditos sinos", por Despacho de S. Ex.ª o Ministro das Finanças, de 27/X/58, transmitido à Câmara Eclesiástica pela Direcção Geral da Fazenda Pública, em ofício de 24/X/58, 2ª Secção, n.º 16438, Proc. MJ/30⁽⁷¹⁾.

No mesmo conjunto de documentos, do arquivo da DGEMN, encontra-se uma carta de Jeremias da Conceição Dias, dirigida ao Chefe de Gabinete de Sua Ex.ª o Ministro das Finanças, tentando impedir que a firma Laurentino Martins da Costa, de Rio Tinto (Gondomar), fundisse os sinos, o que acabou por conseguir.

Relativamente ao espólio da igreja, que se destinava a integrar o futuro museu - que só abriu portas em 1987 -, também foi objecto de controvérsia. Começemos por informar que a ideia da nova funcionalidade a encontramos expressa, pela primeira vez, na primeira memória descritiva da DGEMN que apresentámos atrás, datada de 1948. Esta hipótese de reabilitação mereceu a autorização da Diocese, como se prova pela carta escrita pelo Chanceler Cónego João Marques Rosa, onde se refere: "que a Igreja de Santa Maria de Marvão possa ser aplicada a museu paroquial e também municipal, com as peças devidamente inventariadas e em zonas distintas da referida Igreja, se possível, para fácil identificação da entidade proprietária"⁽⁷²⁾.

No entanto, em 1973, o Padre Agostinho Gonçalves Dias escreve ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais apresentando uma sugestão que, na prática, tenderia a canalizar o espólio da igreja para o Museu Diocesano:

(...) como a referida Igreja se destina a funcionar como um Museu, tenho estado a guardar objectos, imagens e alfaias religiosas para ali colocar. Porém, como muitas coisas se me

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

estão a estragar, como não tenho lugar seguro para as ter, venho perguntar se não valerá mais levar estas coisas para o Museu Diocesano antes que se estraguem ou desapareçam⁽⁷³⁾.

Desconhecemos, e não investigámos, se estas peças estão hoje na posse do Museu Municipal. O que é certo é que, uma vez mais, Jeremias da Conceição Dias há muito se vinha insurgindo nos jornais, e não só, contra a depau-

peração do património móvel religioso das igrejas de Marvão, dando exemplo de peças vendidas a peso, outras, "misteriosamente desaparecidas"⁽⁷⁴⁾.

É também ele o primeiro marvanense, e na qualidade de Delegado da Junta Nacional de Educação, a preocupar-se com a pintura mural da Igreja de Santa Maria.



ESTÂNCIA DE REPOUSO

Jeremias da Conceição Dias

Tele: (fone 23 permanente) gramos: "Ninho d'Águlas"

SUCURSAL
CASA DO PASSO
MARVÃO

Ateliê Nobre e Sempre Last. Vila de Marvão

VILA MUSEU - 900 M DE ALTITUDE
O município mais antigo do Alto Alentejo

Há uma casa na serra,
Mesmo do céu à beirinha.
Vinde, amigos, que ela é vossa,
Muito mais vossa que minha.

Ao Ex.º Sr. António Dias
Monumentos Nacionais
Para providenciar e devolver.
Data 17/11/60
Engenheiro Director Geral

9-16-965

Eng.º Sr. António Dias
e Mon. Nacionais

Luís

Apim se que possa ser seguiu
modo e classificando, sendo mais,
exatidão de fotografado em ardeur, fumaça
ta - ma "he", que she comie um parte
nora a ser, da pintura mural, expi-
tente na Igreja de Santa Maria, desta Vila
como é sabido, este monumento, foi
mandado construir pelo Rei de
Alfonso Alvarez Pereira e, comemorando-se
a sentença do Bandestanez agia,
pelamos para o elevado critério
de 47 e sentimentos patrióticos no
sentido de que elevarão, se já não mais
na a com comemorações realizadas -
se ali as cerimónias respectivas, pela
inauguração do seu restauro.
depois de tiradas os elementos necessários
para a elaboração das fotografias e
para a mais clara consideração
de 47.
O delegado da J. N. E.

DIRECCÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS

18 NOV 1960

DIR. GER. DOS EDIFÍCIOS E MON. NAC.

146168: 428

8.2 OS PAÇOS DO CONCELHO (OU A POUSADA QUE NUNCA O FOI)



A Pousada de Santa Maria em 1951 (SIPA FOTO.00167130)

8.2.1 OS PASSOS DA ROCAMBOLESCA HISTÓRIA

1. António Ferro, dirigindo o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), entre 1945 e 1950, sugeriu, não sabemos quando, ao Município de Marvão, que construísse uma pousada. A Câmara deliberou fazê-la no ano de 1947, mas, já no ano anterior, solicitou ao Arq. Jorge Santos Costa, do SNI, a elaboração do projecto, o qual, por sua vez, pediu a colaboração do Arq. Marciano Rodrigues.

2. Segundo o Decreto-lei n.º 31.259 de 9 de Maio de 1941, cabia ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações construir as pousadas, segundo o Plano das Comemorações do Duplo Centenário de 1940, e, após a sua conclusão, entregá-las ao Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), depois Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) em 1945. Estes secretariados foram liderados por António Ferro desde a sua criação, em 1933, até 1950. Secretário que era, simultaneamente, o autor da ideia das pousadas. Era o SPN, depois SNI, que decidiria sobre a exploração, adjudicação e inspeção destes alojamentos turísticos. A Câmara de Marvão avançava com a responsabilidade da construção, apesar de subsidiada pelo Estado, e prometia a integração da pousada no SNI. Era uma “jogada de mestre”, uma vez que a vila de Marvão não estava contemplada no primeiro grupo de sete pousadas a construir: Santa Luzia de Elvas (1942 – Miguel Jacobetty Rosa), Santo António do Serém de Macinhata do Vouga (1942 – Rogério de Azevedo), São Gonçalo da Serra do Marão (1942 – Rogério de Azevedo), São Martinho de Alfeizerão (1943 – António Veloso Reis), São Brás de Alportel (1944 – Miguel Jacobetty Rosa); Santiago do Cacém (1945 – Miguel Jacobetty Rosa) e São Lourenço de Manteigas (1948 – Rogério de Azevedo).

3. Data de 17 de Maio de 1947, a visita a Marvão de uma importante embaixada cujo objectivo era, no local, inteirar-se sobre o valor histórico e turístico do sítio⁽⁷⁵⁾. Por certo que esta visita teve muita importância na decisão do Estado em apoiar Marvão na construção da sua pousada.

Em 17 de Maio de 1947 teve a Vila de Marvão a honra de receber a visita de Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Frederico Ulrich, do Excelentíssimo Senhor Subsecretário da Educação Nacional ao tempo Dr. Luiz Leite Pinto, do Delegado do Secretariado Nacional de Informação Dr. José Alveolos, Director Geral de Melhoramentos Rurais Engenheiro Sá e Melo, Director dos Monumentos Nacionais ao tempo Arquitecto Baltazar de Castro, Presidente da Associação de Arqueólogos Portugueses ao tempo Revd. Padre Eugénio Jallay, Professor João Pereira Vias e a do membro da Academia Portuguesa Dr. Possidónio Coelho, uns para se inteirarem no local do valor histórico, arqueológico e turístico de Marvão e os seus arredores, que desconheciam, e outros por haverem estudado bem todo o seu glorioso e valioso passado para informarem aos primeiros de quanto conheciam proveniente de estudos e investigações realizadas.

Extracto de um ofício da CMM de 28 de Abril de 1952

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

4. O anteprojecto da pousada foi enviado para a Câmara Municipal de Marvão, pelos seus autores, no dia 15 de Outubro de 1946. Constavam duas plantas e uma fotografia de um desenho perspectivado⁽⁷⁶⁾.

pagamento de pedra britada que forneceu para a Pousada de Santa Maria (...)⁽⁷⁹⁾

E os pagamentos, registados em actas, sucedem-se pelos



5. O projecto estava concluído a 3 de Fevereiro de 1948 e foi aprovado pelo SNI.

6. O Ministério das Obras Públicas aprovou o projecto e uma comparticipação de 300 contos, face ao orçamento de 975 contos, para um prazo de execução de 18 meses, no dia 24 de Julho de 1948. O ministro José Frederico Ulrich considerou, no respectivo despacho, que o projecto era “exagerado para as necessidades locais – e tanto assim que conta com um número de quartos superior aos de qualquer das pousadas do Estado. No entanto, este Ministério nada tem a opôr à execução da obra (...)⁽⁷⁷⁾. Compunham o orçamento, 80.000\$00 para Expropriações, 365.648\$00 para Jornais, 487.094 para Materiais e 42.258\$00 para Despesas Gerais.

7. As obras começaram no dia 30 de Julho de 1948⁽⁷⁸⁾, portanto, deveriam estar concluídas em final de Janeiro de 1950. Começou-se pela compra de prédios para a constituição do terreno onde se havia de construir a pousada. Mas não é de excluir que as demolições tivessem começado no ano anterior, antes da aquisição formal dos prédios, como mostra uma fotografia de 1947 da DGEMN (SIPA FOTO.OO166827) e como se pode inferir do texto de actas onde se refere a compra de casas que já estavam “destruídas”. É o que acontece na acta camarária de 28 de Outubro daquele ano, em que se procede ao pagamento de

cinquenta escudos a Fortunata da Estrela Calado como princípio de pagamento e indemnização pela compra de uma casa já destruída para a construção da Pousada de Santa Maria; oitocentos escudos a Francisco António Serrano, igualmente, como indemnização e princípio de pagamento de uma casa já destruída (...) três mil oitocentos e quarenta e um escudos e cinquenta centavos, também ao Zelador Municipal, para pagamento da folha de salários do pessoal empregado na construção da Pousada de Santa Maria (...) mil e sessenta e oito escudos a António Xavier Dias para pagamento de pedra (...) dois mil e quatrocentos escudos a Joaquim Carrilho Reia para

anos seguintes, até 1950⁽⁸⁰⁾.

8. Faltando as peças de implantação do edifício, de acordo com o Ante-plano de Urbanização, as mesmas foram enviadas por Jorge Santos Costa ao Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Magro Machado, a 21 de Outubro de 1948⁽⁸¹⁾.

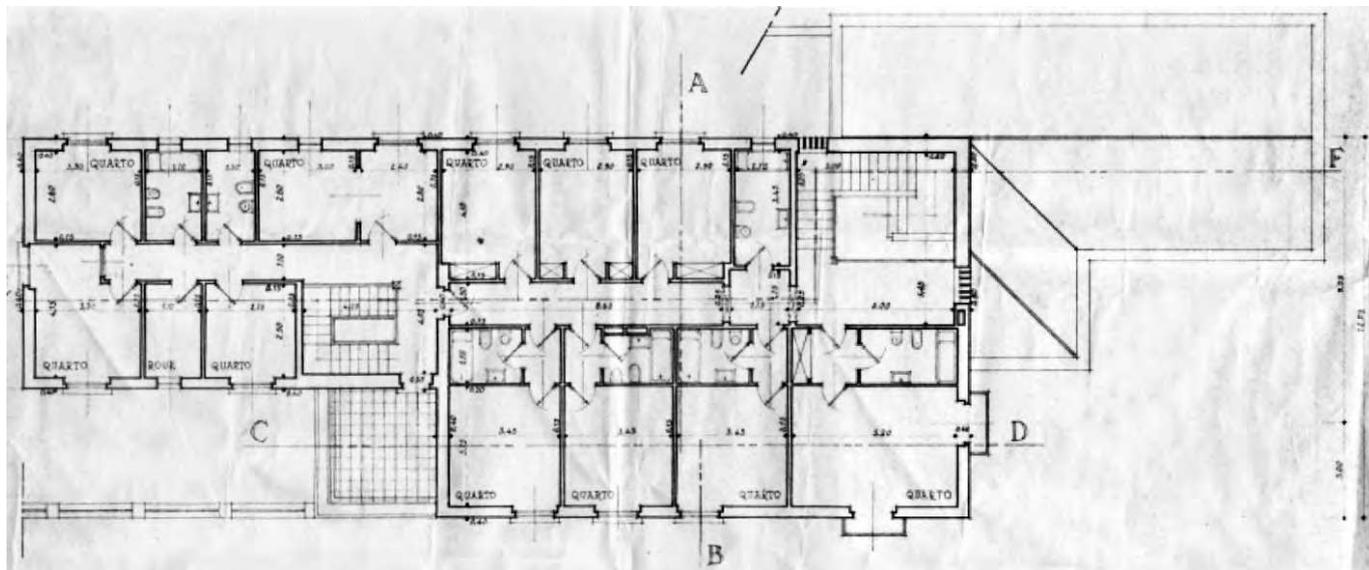


Extractos da “planta actual” (em cima) e da “planta de urbanização” de 1948, de Marciano Rodrigues, com a implantação da pousada (http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico)

9. Em finais de 1948, a Câmara prometeu integrar a pousada na propriedade do SNI⁽⁸²⁾, como os restantes estabelecimentos hoteleiros do Estado, o que foi aceite. E as obras decorriam normalmente quando António Ferro deixou o Secretariado, ou seja, em 1950⁽⁸³⁾.

fazer e que demoraram muito a ser estudadas⁽⁸⁸⁾.

15. O novo Secretário do SNI, o Dr. José Manuel da Costa (entre 1950 e 1955), mostrou a sua discordância em



Projecto da Pousada de Santa Maria, 1º andar (AHMM, Mç 118, CMMRVIL-E/05/001, s. d.)

10. A CMM pediu ao Director Geral dos Serviços de Urbanização de Lisboa, em ofício de 1 de Março de 1950, uma prorrogação do prazo [que terminara a 22 de Dezembro de 1949, segundo o ofício] para a conclusão das obras que “esta Câmara prevê não ir além de 12 meses”. O argumento apresentado foi o seguinte: “em virtude desta Câmara se ver na necessidade de dar preferência a obras tipicamente rurais, para acudir às sucessivas crises de trabalho” e ainda “porque teve que aguardar, durante largo espaço de tempo, que fosse definitivamente aprovada pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o local da sua implantação, pois esta não tinha sido prevista no respectivo projecto”⁽⁸⁴⁾.

11. A Repartição de Melhoramentos Urbanos avisou a CMM (a 28 de Fevereiro de 1951) que o prazo para a execução da pousada, “já prorrogado, expirou em 24-1-1951 o que implica os descontos legais sobre a comparticipação concedida”⁽⁸⁵⁾.

12. O Ministro das Obras Públicas “discorda da construção da garage no ponto onde foi prevista”, em Abril de 1951, o que provocou a necessidade dessa alteração ao projecto⁽⁸⁶⁾.

13. A CMM pediu, a 18 de Julho de 1951, o “arranjo da estrada de acesso à referida Pousada nomeadamente na urbanização do Largo do Calvário, pelo que está prevista a entrada na Vila da referida estrada”⁽⁸⁷⁾. Diga-se que esta entrada não a encontramos traçada no Ante-plano de Urbanização.

14. A 11 de Dezembro de 1951, a CMM pediu a prorrogação do prazo para conclusão da obra (que terminava, segundo o ofício, a 31 de Dezembro daquele ano), “por virtude de algumas alterações que foi necessário ali

relação à pousada, não sabemos a partir de que ano, porque tal não é referido por Manuel Berenguel Vivas no seu historial, mas provavelmente a partir de 1951, uma vez que data de 28 de Abril de 1952, o ofício⁽⁸⁹⁾ da CMM solicitando a visita, à vila, dos serviços do SNI, para se inteirarem da situação e confirmarem se persistiam as mesmas causas que, em 1947 e 1948, tinham levado o SNI a aconselhar a construção da pousada.

16. Não sabemos que razões tinha o novo Secretário do SNI para se opor à conclusão de uma pousada que estava em construção desde 1948, e é aqui que entronca a hipótese, ou a má-língua⁽⁹⁰⁾, do tão falado *lobby* castelovidense, uma vez que o Dr. José Manuel da Costa, tenho nascido no Vale de Ródão (Marvão)⁽⁹¹⁾, fora criado naquela vila⁽⁹²⁾ e tinha uma enorme influência no aparelho de Estado⁽⁹³⁾.

17. Com a oposição do SNI, o Ministro das Obras Públicas ordenou a adaptação do existente a Paços do Concelho, o mesmo ministro, diga-se, que havia aprovado a construção da pousada e proposto, inclusivamente, em 1951, algumas alterações. A aprovação da adaptação do edificado a Paços do Concelho, pelo Ministério das Finanças, data de 21 de Maio de 1953, e o projecto final foi aprovado pela CMM em 14 de Setembro do mesmo ano, como se refere em actas:

Tenho a honra de informar V. Ex.^a de que esta Câmara Municipal concorda em absoluto com o novo estudo elaborado nessa Direcção de Serviços, respeitante a adaptação do edifício da Pousada de Santa Maria a Paços do Concelho⁽⁹⁴⁾.

Mais me cumpre informar V. Ex.^a que há cerca de três anos que as obras se encontram paradas e que este facto ocasiona graves prejuízos pois as invernias têm deteriorado uma parte importante do trabalho que se encontra feito⁽⁹⁵⁾.

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

Publicamos o extracto do officio de Manuel Berenguel Vivas que dá conta, no historial do processo, da discordância do novo Secretário Nacional de Informação⁽⁹⁶⁾.

19. A 18 de Julho de 1952, um conjunto de notáveis marvanenses ou ligados à vila (Dr. José Martins Gralha, Padre Augusto Dias Lopes, Dr. Manuel Rodrigues Martins, Padre Francisco Lopes Valente, Joaquim Espirito Santo

Tempos depois ao novo Secretário Nacional de Informação merecia reparos a existência duma futura pousada de turismo em Marvão, que havia sido prevista para se servir o triângulo turístico de Marvão, Castelo de Vide, Portalegre que carece de Hoteis condignos. Deste facto deu conhecimento o signatário ao Exmo. Ministro das Obras Publicas, Engenheiro Frederico Ulrich, numa entrevista concedida por sua Excelência para se apreciar a situação.

No decorrer da mesma o Sr. Ministro incumbiu o Sr. Eng^a. Nazaré de Oliveira de obter uma informação do S.N.I. acerca do seu novo critério sobre este assunto.

Sabedor de que este critério era desfavoravel ao prosseguimento dos trabalhos, deliberou o Sr. Ministro que o edificio fosse adaptado à repartições publicas e nesse sentido incumbiu o Sr. Eng^a. Nazaré de Oliveira de mandar elaborar, por técnicos do Estado, o projecto de alteração.

Extracto do officio da CMM, de 3 de Novembro de 1954, onde se refere a má vontade do Dr. José Manuel da Costa contra a pousada

18. É neste contexto de opposição official à conclusão da pousada que Jeremias da Conceição Dias decide avançar, em 1951, com o seu conhecido voluntarismo e bairrismo, para a construção da Estalagem Ninho de Águias. Mas os recursos que mobilizou, as verbas que pediu emprestadas, ficaram um pouco aquém da conclusão, faltando, sobretudo, os equipamentos dos quartos, cozinha, etc.

Raposo, José Gomes Esteves, António Delgado Garcia, Dr. Manuel Ramalho Ribeiro e ainda outro que não conseguimos identificar pela assinatura), em abaixo-assinado⁽⁹⁷⁾ dirigido ao Presidente da Câmara e Vogais, depois de enaltecer o bairrismo de Jeremias da Conceição Dias pede, "devido à necessidade premente de um estabelecimento hoteleiro na vila de Marvão", e considerando que a pousada em construção não deveria abrir as suas portas nos próximos cinco anos⁽⁹⁸⁾:

1ª)-Que o Município da mui digna PRESIDENCIA de V.Exª possa reconhecer como um dos institutos de necessidade pública, a existencia em Marvão, da "ESTALAGEM NINHO DE AGUIAS".

2ª)-Que à mesma Estalagem, por semelhança com o procedimento adotado em Portalegre, Elvas, Tomar e Castelo Branco, possa ser atribuído um subsídio mensal de 500\$00 que, a título precário, não exceda o período de cinco anos.

3ª)-Que para ser viável e possível a abertura urgente das instalações da Estalagem Ninho de Aguias, a Câmara Municipal possa fazer, sendo possível, um adiantamento financeiro, a título de suprimento, da importancia mensal atrás citada, correspondente aos cinco anos que se indicam, a fim de se apetrecharem os dez quartos que comporta, com mobiliário e roupas, no valor de.....15.000\$00 trem de cosinha e acessórios, no valor de..... 5.000\$00 pequenas reparações e acabamento da casa de banho, no valor de. 5.000\$00 capital para início da exploração..... 5.000\$00

SOMA:..... 30.000\$00

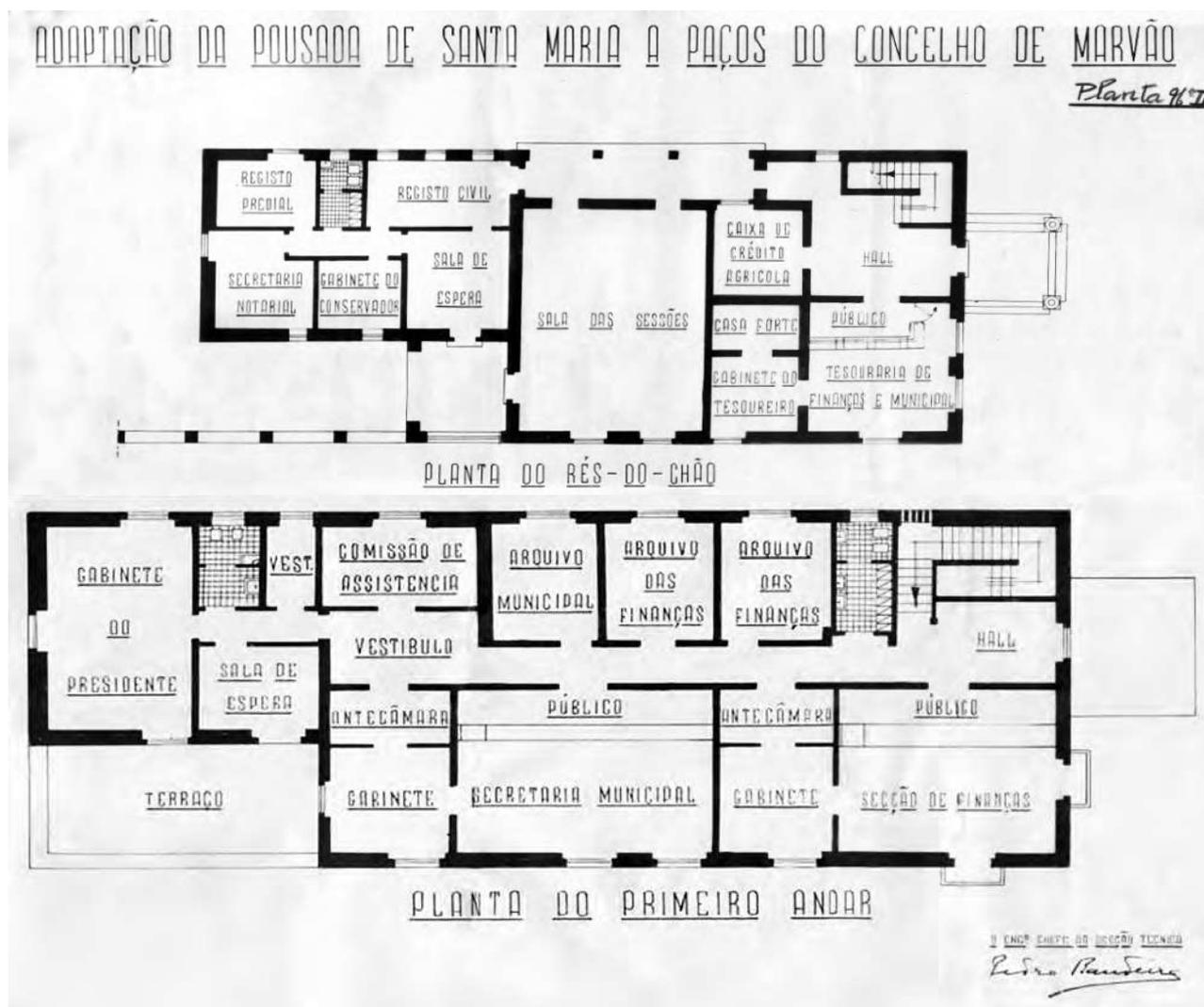
Os Exponentes,

João Estêvão Soares
Dr. Augusto Dias Lopes
Dr. Manuel Rodrigues Mendes

Francisco Lopes Valentim
João António de Almeida
Miguel Augusto
Miguel Augusto
António Augusto
Manuel Augusto

Extractos do abaixo-assinado que deu entrada na CMM a 18 de Julho de 1952

20. A 20 de Novembro de 1954 foi aberto o concurso para a adaptação do edifício da Pousada de Santa Maria para Paços do Concelho, com uma base de licitação de 260.938\$00⁽⁹⁹⁾.



Projecto de adaptação da Pousada a Paços do Concelho (1954), do Eng. Pedro Bandeira (MOP)

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

21. A CMM informa, a 24 de Maio de 1954, “que devido ao mau tempo, se encontram presentemente paralisados os trabalhos da “Obra de Construção da Pousada de Santa Maria”. Espera esta Câmara ter concluída a obra em referência dentro do primeiro semestre do próximo ano”⁽¹⁰⁰⁾.

22. Os novos Paços do Concelho estavam concluídos em 1956 e foi nesse ano que se iniciou a sua utilização.

Falta-nos a posição de Jeremias da Conceição Dias, sempre muito esclarecedora, sobre esta matéria específica. Ele, que comprava todas as guerras em prol de Marvão. Em documento anónimo intitulado “Apontamentos”⁽¹⁰¹⁾, aparecido quando da acção que o município lhe moveu por difamação, de que adiante trataremos, escreve-se, em seu abono:

(...) desfez-se de todos os seus haveres, pediu avultadas importâncias e, desinteressadamente, movido apenas por sentimentos bairristas, transformou a sua residência, em Marvão, na Estalagem “Ninho D’Aguias”, empreendimento de grande projecção turística e utilidade pública, e que foi a base ou princípio da magnífica Pousada de Santa Maria hoje existente em Marvão.

Não existe, em todo este documento, que lhe traça o currículo, uma única palavra sobre a história rocambolesca da pousada. Provavelmente, encontraríamos alguma explicação na correspondência efectuada entre ele e a Câmara, mas não encontramos esta documentação nos arquivos camarários consultados.

8.2.2 O ESTILO “PORTUGUÊS SUAVE”

Relativamente ao estilo do edificado, podemos dizer que, sem apresentar um prospecto demasiado revivalista na versão final a que chegou, estão ainda patentes os condicionamentos da “Casa Portuguesa”, nas cantarias dos vãos, nas sacadas do frontispício, nos alpendres com seus arcos plenos. A pousada, depois Paços do Concelho, apresenta similitude estética com os estabelecimentos hoteleiros projectados por Miguel Jacobetty Rosa para o Sul. E também com as criações de Read Teixeira em Portalegre, todas elas imbuídas do que ficou conhecido por “Português Suave”: o Mercado Municipal (1954) e o Centro de Assistência (1951), hoje infantário da Rua de Santo André.

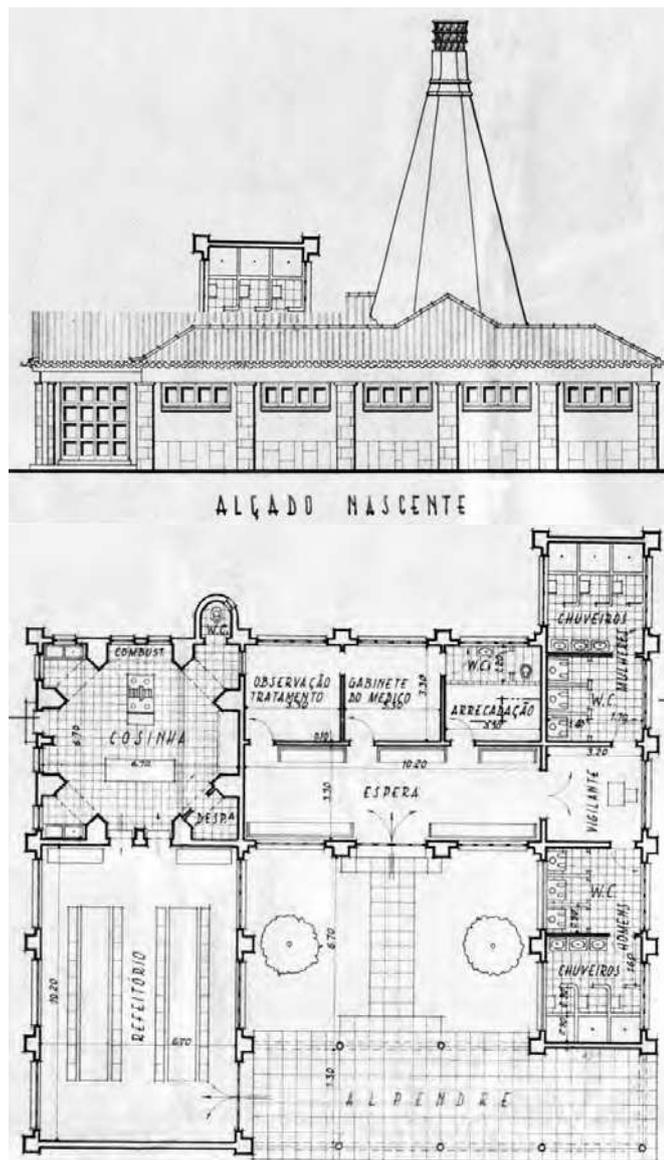


Pousadas de Santa Luzia de Elvas (1942), em cima, e de São Brás de Alportel (1944)



Pousada de Santiago do Cacém (1945), de Miguel Jacobetty Rosa, em cima, e Pousada / Paços do Concelho de Marvão de Marciano Rodrigues e Jorge Santos Costa (proj. 1948) / Paços do Concelho (1956) (foto Raul Ladeira)

8.3 O “REFEITÓRIO ECONÓMICO” QUE NUNCA PASSOU DO PROJECTO



Sem dúvida que no período de Manuel Berenguel Vivas (1945-1955), Marvão fervilhava de projectos. Aqui está outro, embora nunca tenha passado disso mesmo, de um projecto, com o traço do Arq. Vasco Pereira de Lacerda Marques, datado de 1949. Segundo a memória descritiva, o edifício “destina-se a dois fins e de serviços completamente separados. É pois um conjunto de dois edifícios, um destinado a balneário para homens e mulheres, posto médico, arrecadação e sala de espera; outro destinado a cozinha e refeitório para quarenta pessoas”⁽¹⁰²⁾. Eram preocupações higienicistas, médicas e sociais, numa vila que, em meados do séc. XX, acabava de receber a luz eléctrica e estava desprovida dos mais elementares equipamentos. Refira-se que a localização deste equipamento não estava prevista no Ante-plano de Urbanização, documento que antecede, de um ano, este projecto.

8.4 O NOVO LARGO DE SANTA MARIA

Trata-se de um largo novo, concluído nos anos 60 do século passado, na sequência da transferência dos

serviços camarários para o novo edifício (1956) e do restauro Igreja de Santa Maria (anos de 1960 e de 1970). Podemos observar na pintura que publicamos em “Notas” e na planta militar de 1814, que boa parte do que é hoje este largo estava ocupada por casas e tapadas de um lado e outro da então Rua da Corredoura que aqui começava. Também o passeio ajardinado, fronteiro ao edifício da Câmara, data dos anos de 1960/1970, na sequência da construção do Jardim de Santa Maria, de que falaremos mais à frente.



O Largo de Santa Maria (2015)



Casas que foram demolidas para se construir o Largo de Santa Maria (foto anterior a 1922)

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

8.5 A TRAVESSA DE SANTA MARIA



A Travessa de Santa Maria com a sua calçada e o passo processional que está no seu topo

A travessa está hoje morta, do ponto de vista viário, por desnecessária, uma vez que, para se aceder à igreja, se usa, na parte alta da vila, a Rua Dr. Matos Magalhães, e na parte baixa, a Rua do Castelo. Mas assim não acontecia até, pelo menos, 1934. É que a Rua do Castelo não comunicava com o que é hoje o Largo de Santa Maria. A rua que passa defronte da porta axial da igreja estava interrompida poucos metros para norte, constituindo o seu pequeno adro, conforme se vê na fotografia seguinte.

Quebra de pedras em Santa Maria

A Comissão deliberou pôr em praça a arrematação (...) a quebra de pedras em Santa Maria para abertura de nova rua que ligue a do Dr. Matos Magalhães com a de José Carrilho Videira (...). E tendo sido apresentadas diversas propostas, foi aceite a de Joaquim Fonseca por 360.00 (trezentos e sessenta escudos) (...)⁽¹⁰³⁾.



Zona norte da Igreja de Santa Maria antes de 1934

Foi em 1934 que se lançou concurso para “quebrar” a rocha e ligar o Largo de Santa Maria à Rua do Castelo, na altura designada de José Carrilho Videira.

Após a ligação, tornou-se uma rua simplesmente turística, sem uso corrente pelos marvanenses, o que talvez lhe tenha garantido o seu antigo pavimento, de grande solidez, porque as pedras foram encaixadas em molduras

de travamento e batidas a cutelo em cama de saibro. É a única rua em Marvão com pavimento antigo, com técnica semelhante à calçada que liga a vila à Portagem, mas, mesmo assim, não arriscamos uma datação anterior ao séc. XIX (repare-se que esta travessa não está desenhada na planta de 1765). A citação seguinte, retirada de uma acta de 1867, é elucidativa de que a maior parte das calçadas, mesmo anteriores às actuais, é relativamente recente: "(...) muitas ruas da Villa se achão ainda por construir e outras muito arruinadas, carecendo de prontos concertos para seu bom transito (...)"⁽¹⁰⁴⁾.

8.6 O JARDIM DE SANTA MARIA



Zona do actual jardim de Santa Maria antes de 1922



Zona do actual Jardim de Santa Maria nos anos 60
(SPA FOTO.00136488)

Este jardim, à entrada do castelo, não tem nome na vila. Quando começou a ser arranjado, nos meados dos anos sessenta do século passado, chamavam-lhe Jardim do Lago. E também outras designações, escarninhas, que sempre o português teve especial jeiteira para pôr graça e maldizer a propósito de tudo e de nada. Pois sendo um

jardim que não se pode chamar "do Castelo", para não se confundir com outro que agora existe dentro daquele último reduto defensivo; e porque o Jardim do Parque Infantil também tem lago, pois nós o baptizamos de Jardim de Santa Maria, entre outras razões porque foi construído em parte do campo-santo da antiga matriz da vila.

Há muitas fotografias que mostram o espaço completamente limpo, com a Fonte da Cisterna ao fundo, recebendo as sobras, pelo ladrão da dita, quando a chuva a enchia por completo e ela tinha necessariamente que se libertar da demasia. Diz-se na vila que a ideia do jardim

Foi Artur Marchão (1911-1996), jardineiro até c. 1976, quem iniciou o Jardim de Santa Maria. Uma referência lhe deixou a escritora Fernanda de Castro no livro *Ao Fim da Memória, vol. II (Círculo de Leitores, 2006: p. 248)*: "Também gostava de conversar com o jardineiro da Câmara, que tinha os jardins municipais tão ricamente floridos que poderia ser mestre de muitos dos jardineiros da Câmara de Lisboa".

foi de Joaquim Espírito Santo Raposo (1904-1994) que, propondo à Câmara a sua construção naquele espaço, foi de imediato apoiado. Um tanque na zona central e algumas árvores e roseiras foram o princípio dele, de que cuidava Artur Marchão. Mas o prospecto actual, com seus jogos de geometria em buxo, aos socos, a conformar

LARGO E TRAVESSA DE SANTA MARIA

canteiros das mais diversas flores, já se deve a Dionísio Gomes, “o jardineiro de Marvão”, a partir de 1975.

E não poderíamos concluir esta breve referência ao Jardim de Santa Maria sem lembrarmos que algumas das vinte e quatro cabeças de sepultura discóides, medievais, existentes no Museu Municipal, terão sido recolhidas neste espaço e alojadas depois no cemitério do Convento de Nossa Senhora da Estrela, parte sul, antes de se terem exposto no museu. Pelo menos a parte do jardim mais chegada ao frontispício da igreja, constituía o seu campo-santo. Aliás, foram encontradas ossadas quando se iniciaram os trabalhos de preparação do terreno⁽¹⁰⁵⁾. Mas também se encontraram outras ossadas frente à porta e a sul da torre sineira durante a introdução das novas infra-estruturas (c. 2005) (António Gil, 1956-) (António Silvério, 1946-).

Finalmente, aquilo que parece ser uma sepultura escavada em monólito, do lado nascente, perto do sobreiro, foi trazida da fonte e tanque de lavadeiras do Porto da Espada, onde servia de bebedouro para animais⁽¹⁰⁶⁾.



(Sepultura?) escavada em monólito no Jardim de Santa Maria



Cabeça de sepultura medieval (Museu Municipal de Marvão) (foto de Raul Ladeira)



O Jardim de Santa Maria coberto de neve (2013) (foto de Raul Ladeira)



- 1) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – *Terras de Odiana*, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e de Marvão, Lisboa, 1988, p. 189.
- 2) Ano em que D. Sancho II tentou, fracassando, conquistar Elvas, mas já a vizinha Valência de Alcântara tinha sido conquistada em 1220 pela Ordem de São João do Pereiro, que depois se fixou em Alcântara, o que leva a pensar que pontos fortificados, com suas alcarias, como Marvão, tivessem sido abandonados pelos seus habitantes e ocupados sem luta. Cáceres foi conquistada em 1227 (por Afonso IX de Leão), Mérida em 1228 (pelo infante português Pedro Sanches, ao serviço do rei de Leão), Badajoz em 1230 (por Afonso IX de Leão) e Elvas foi ocupada no mesmo ano, sem combate, por D. Sancho II.
- 3) Ver Memórias Paroquiais
(<http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvao/5182-marvao-santa-maria>)
- 4) ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Livraria Civilização-Editora, Porto e Lisboa, 1971, pp, 90 ss., Apêndice XVII.
- 5) *Idem, ibidem*, p. 140.
- 6) “Como padroeiros de várias igrejas, os reis concediam as respectivas cartas de apresentação dos párcos e também não deixavam de exigir, quando por lá passavam, a sua *colecta ou jantar*. O maior gravame do padroado régio resultava, porém, nesses tempos, de os oficiais da côrte reclamarem, pelo mesmo título, aposentadorias para si e para as comitivas.” OLIVEIRA, P. Miguel de – *As Paróquias Rurais Portuguesas sua Origem e Formação*, União Gráfica, Lisboa, 1950, p. 143. Os padroados foram integralmente transferidos para o governo através de legislação liberal de 1832 e 1833. Com a Lei da Separação (20 de Abril de 1911), os padroados voltaram ao domínio eclesiástico.
- 7) Em notas, José Anastácio de Figueiredo refere que, apesar de a carta não estar datada, ela tem de ser posterior a 1341; logo, podemos situá-la entre esta data e a morte de D. Afonso IV: 1357.
- 8) FIGUEIREDO, José Anastácio de – *Nova História da Militar Ordem de Malta (...)*, Parte II, Oficina de Simão

Thadeo Ferreira, Lisboa, 1800, pp. 377 e 378.

9) Ver (<http://digitalq.adptg.arquivos.pt/details?id=1012149>)

10) Chama-se a atenção para o facto de o pároco que a descreve, nas *Memórias Paroquiais*, ter trocado o nascente pelo norte. Aqui deixamos a descrição, também para se ter uma ideia do seu património móvel ao tempo:

“Hé pois esta Igreja Matris de Santa Maria a Igreja mais antiga desta Villa; denominábase a principio – a Igreja de Nossa Senhora, mas depois que adveio a este povo a Senhora da Estrella, como deixo dito, porque a sua Igreja se comesou a chamar Igreja de Nossa Senhora mudou esta a denominação, e comesou a chamarse – de Santa Maria.

Era do padroado; e dizem se deu a hum Infante de Portugal com outra de Sam João da Villa de Castello de Vide para este como Grão//

/p. 483/

Gram Prior deste Rejno as pensionar, como o pensionou por bulla apostolicas para o Convento de Maltezas, que fes na Villa de Estremos, que hoje he o de Sam João da penitencia; e desde amtão ficou este beneficio incluído no numero dos da Religião de Maltha, e por isso se não fás merce a ninguem deste priorado sem a clauzula de que dentro em seis mezes será obrigado a tomar o habito, e professar no gráo de Frej Capellão de Obediencia, por ser o beneficio regular. Hé pois hoje este beneficio da apresentação do Serenisimo Senhor Infante Dom Pedro Gram Prior deste Rejno de Portugal; a renda deste beneficio, assim em dizimos, como passaes da Igreja chega huns annos por outros a quinhentos mil reis; mas a pensão emtra só nos dizimos, de que lévão as ditas Religiozas Maltezas de Sam João da penitencia da Villa de Estremos duas partes, e fica ao Prior huma com os pasaes todos da mesma Igreja. Hé esta Igreja de tres naves, e a do meio se sustenta em collunas de mármore, de diverssas cores; o pavíméto do corpo da Igreja todo he de sobrado de madeiras formado de campas e caixilhos para sepulturas; o tecto do mesmo corpo da Igreja tambem he de madeiras; e só o da capella mor he de abobeda, e o seu pavimento delagiado cuberto de esteiras, quando não hé juncado, que tudo são reparos do frio; Tem dentro da capella mor dâs [sic] portas correspondentes cada hua de sua sanchrestia; a da parte do Nascente emtra para a sanchrestia da Irmandade do Santisimo//

/p. 484/

Santisimo Sacramento desta Villa, que está aneza á esta Igreja; e a da parte do Poente emtra para a Sanchrestia da mesma Igreja. O seu orago como ja dice he Santa Maria; aqual imagem hé de vulto e tem seu nicho, no altar mor da parte direita, e da esquerda lhe comrresponde o Senhor Sam Joze com o Seu Menino, e no meio asima do Sacrario está hũa Imagem do Menino Deos em grande propoção; e todas estas imagens são de vulto e vem a ser as de Jezú, Maria Jozé; adiante do Sacrario está hú Cristo Crucificado de marfim; e tudo o mais são pinturas dos misterios do Senhor em quadros; e tem a mesma Capella da parte do Nascente huma vidraça cristalina por onde o sol a emche de luzes. Tem esta Igreja mais dois altares colateraes fora da dita capella cada hú no fim de sua nave; O da parte direita he do Anjo Custodio deste Rejno; onde se achão tambem a Senhora da Graça, e Sam Sebastião, todas tres de vulto, e tem o Anjo Custodio sua Irmandade, ou Confraria. O altar da parte esquerda tambem corresponde á sua nave; he do Arcanjo Sam Miguel, que está em vulto; e tem este altar tambem sua Comfraria, ou Irmandade das Almas; Da parte do Poente tem esta Igreja huma capella de abobeda e azolejada, com seu altar, e tribuna onde se venera a Senhora do Rozario Imagem de vulto a maior, e mais especioza que ha em todo o Bispado, tem altura de nove palmos, bem propor//

/p. 485/

Poporcionada com hum Menino na mao esquerda e hum Rozario na direita; he esta Imagem de munta devoção e se tem visto prodigios nas rogativas que se lhe tem feito; tem mais este altar da dita senhora duas Imagens colateraes, a saber huma de Sam João Baptista, e outra de Santa Barbara, e ao lado esquerdo desta capella fica a Sanchrestia desta capella com huma Imagem pequena da Senhora do Rozario; Tem tambem este altar sua Irmandade, e Confraria de Crux, que he da Senhora do Rozario; e todas estas Irmandades com a que deixo dito da Senhora da Estrella no seu Convento, são da erecção do Senhor Ordinario. Da mesma parte, mais a baixo fica o Baptisterio tambem de abobeda; e seguesse logo a porta principal para o Sul, de frente da muralha; e da parte do Nascente, em frente da dita capella do Rózario tem esta Igreja a porta do Sol, ou travessa por outro nome, que comrresponde á Villa, e não he collegiada esta Igreja, mas tem coadjutor da sobredita apresentação, e a sua renda são – 400.00 – aqual está sita em todo o simo da Villa, e immediata ao castello que se lhe segue da parte do Poente trinta e cinco passos distante em subida; e tem esta Igreja duas fabricas, huma de dentro que paga o Prior, e freiras maltezas de Estremos a quem está pensionada a mesma Igreja e outra de fora, que paga o povo, e Concelho, assim por ser esta a sua Igreja em que, fas as suas prociçoens//

Marvão de Maio 2 de [1]758

O Prior Frei Miguel Viegas Bravo

/p. 486/”

In Memórias Paroquiais

(<http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvao/5182-marvao-santa-maria>)

- 11)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.^a DE ST.^a MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1755, folha n.º 76 v.º.
- 12)** AHMM, Mç 113, FISTM/01/002 (1733-1852/06/03), FÁBRICA DE SANTA MARIA, folhas n.º(s) 16 a 17.
- 13)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/003, LIVRO 3.^o DAS VEZITAÇÕES DE SANTA MARIA DE MARVÃO ANO DE 1757, visitação de 1764, folha n.º 59 v.º.
- 14)** Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DAS VISITAÇÕES DA IGREJA DE SANTA MARIA DE MARVÃO, visitação de 8 de Janeiro de 1771, folha n.º 9 v.º.
- 15)** AHMM, Mç 122, VÁRIOS (1595-1939), JPSTM/01/001 (1650/05/22-1712/08/22), LIVRO DAS VEZITAÇÕES DE ST.^a MARIA, visitação de 1659, folha n.º 8 v.º.
- 16)** AHMM, Mç 113, FISTM/01/002 (1733-1852/06/03), FÁBRICA DE SANTA MARIA, folha n.º 20.
- 17)** Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SANTA MARIA DE MARVÃO, 1699, folhas n.º(s) 2 v.º e 3.
- 18)** Arquivo da Sé de Portalegre, Visitação de 1563 (24 de Novembro), PT/ASP/IMM/001/DOC 001-1563-1564 (documento único).
- 19)** Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SANTA MARIA DE MARVÃO, visitação de 15 de Novembro de 1725, folhas n.º(s) 7 v.º e 8. Reservamos algumas dúvidas sobre esta referência uma vez que o documento foi consultado na Biblioteca do Seminário de Portalegre, de mistura com fotocópias de visitasções de originais de que se desconhece o paradeiro, o que introduziu alguma confusão. Nos nossos apontamentos, as referidas páginas estão na sequência das do documento: PT/ASP/IMM/001/DOC001-1563-1564.
- 20)** Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SANTA MARIA DE MARVÃO, visitação de 19 de Maio de 1777, folha n.º 19 v.º.
- 21)** KEIL, Luís – *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas artes, Lisboa, 1943, p. 94.
- 22)** A pia baptismal tinha levado “Tapadoria” (tampa) nova em 1755. Arquivo Histórico Municipal de Marvão, CMM, Junta da Paróquia de Santa Maria, Fábrica de Santa Maria, 1732-1892, Mç 113, FISTM/01/002, 1733, 1852/06/03, folha n.º 14 v.º.
- 23)** Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DAS VISITAÇÕES DA IGREJA DE SANTA MARIA DA MARVÃO, visitação de 24 de Agosto de 1701, folha n.º 4 v.º.
- 24)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/001, LIVRO DAS VEZITAÇÕES DE ST.^a MARIA, L.º 1.º, visitação de 1712, folha n.º 76 v.º.
- 25)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.^a DE ST.^a MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1713, folha n.º 5 v.º.
- 26)** AHMM, Mç 113, FISTM/01/002 (1733-1852/06/03), FÁBRICA DE SANTA MARIA, folhas n.º(s) 16 a 17.
- 27)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/003, LIVRO 3.^o DAS VEZITAÇÕES DE SANTA MARIA DE MARVÃO ANO DE 1757, visitação de 1764, folha n.º 59 v.º.
- 28)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/001, LIVRO DAS VEZITAÇÕES DE ST.^a MARIA, L.º 1.º, visitação de 1667, folhas n.º (s) 21 v.º.
- 29)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/001, LIVRO DAS VEZITAÇÕES DE ST.^a MARIA, L.º 1.º, visitação de 1686, folha n.º 52 v.º.
- 30)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.^a DE ST.^a MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1749, folha n.º 55 v.º.
- 31)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.^a DE ST.^a MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1755, folha n.º 74 v.º e 75.
- 32)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.^a DE ST.^a MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1755, folha n.º 81 v.º.
- 33)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/003, LIVRO 3.^o DAS VEZITAÇÕES DE SANTA MARIA DE MARVÃO ANO DE 1757, visitação de 1757, folha n.º 1.
- 34)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/003, LIVRO 3.^o DAS VEZITAÇÕES DE SANTA MARIA DE MARVÃO ANO DE 1757, visitação de 1757, folha n.º 2 v.º.
- 35)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/003, LIVRO 3.^o DAS VEZITAÇÕES DE SANTA MARIA DE MARVÃO ANO DE 1757, visitação de 1757, folhas n.º(s) 25 e 25 v.º.
- 36)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/003, LIVRO 3.^o DAS VEZITAÇÕES DE SANTA MARIA DE MARVÃO ANO DE 1757, visitação de 1757, folha n.º 26.
- 37)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/003, LIVRO 3.^o DAS VEZITAÇÕES DE SANTA MARIA DE MARVÃO ANO DE 1757, visitação de 1764, folha n.º 59 v.º.
- 38)** AHMM, Mç 122, JPSTM/01/003, LIVRO 3.^o DAS VEZITAÇÕES DE SANTA MARIA DE MARVÃO ANO DE 1757, visitação de 1764, folha n.º 60. Nas visitasções seguintes (1768, 1775, 1784, 1794 e 1799), constantes

neste livro, nada encontramos de importante no que diz respeito a intervenções na igreja.

39) AHMM, Mç 122, JPSTM/01/003, LIVRO 3 rº DAS VEZITAÇÕES DE SANTA MARIA DE MARVÃO ANO DE 1757, visitação de 1757, folhas n.º(s) 56 v.º e 58.

40) AHMM, CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, Mç 113, CFNSR/01/001 (1762-1812), folha n.º 1 ss.

41) AHMM, CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, Mç 113, CFNSR/01/001 (1762-1812), folhas n.º(s) 44 v.º e 46.

42) AHMM, Mç 113, FISTM/01/002, FÁBRICA DE SANTA MARIA (1732-1892), contas de 1815, folha n.º 27.

43) Semelhante ao que se encontra sobre a porta da torre norte do castelo de Portalegre (séc. XIII).

44) AHMM, Mç 113, FISTM/01/002, FÁBRICA DE SANTA MARIA (1732-1892), folha n.º 13.

45) *Idem*

46) AHMM, Mç 122, JPSTM/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.ª DE ST.ª MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1717, folha n.º 11.

47) As últimas contas desta irmandade, existentes no arquivo, datam de 1859. AHMM, Mç 112, 1687-1866, IRMSS/02/002, 1795/10/18, 1859/11/30, folha n.º 135. Não sabemos quando se extinguiu esta Confraria, mas em 1868 já não existia (Mç 113, JPSTM/06/004, 1868-1875, folha n.º 2 v.º.). Sabemos que em 1784, o Bispo de Portalegre, D. Manuel Tavares Coutinho e Silva, instituiu a Confraria do Santíssimo Sacramento na Igreja de Santiago. AHMM, Mç 112, 1687-1866, ISSTG/01/001, 1787/05/22, 1845/02/28, folha n.º 2. Também sabemos que esta irmandade tinha a sua festa no último domingos de Setembro, com missa cantada, dois sermões e procissão pelas ruas da vila (Mç 112 1687-1866, IRMSS/01/001, 1786/10/05, 1815/09/17, folha n.º 23 v.º.).

48) PATRÃO, José Dias Heitor – “Visitações à Igreja de Santa Maria de Marvão”, in *Ibn Maruan*, n.º 9/10, 1999-2000, p. 19.

49) AHMM, Mç 113, FISTM/01/002 (1733-1852/06/03), FÁBRICA DE SANTA MARIA, folha n.º 15 v.º.

50) AHMM, Mç 113, FISTM/01/002, FÁBRICA DE SANTA MARIA (1732-1892), contas de 1828, folha n.º 31.

51) AHMM, Mç 112 (1687-1866), IRMSS/02/002 (1795/10/18 - 1859/11/30), folha n.º 12.

52) *Idem*

53) *Idem*, folha n.º 17.

54) Acontecimento tão fantasioso que mereceu o descrédito do próprio autor da *Legenda Dourada*: “probablemente se trata de una invención”. Ver VORÁGINE, Santiago de la – *La Leyenda Dorada*, 1, Alianza Editorial, Madrid, 2006, p. 377.

55) KEIL, Luís – *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas artes, Lisboa, 1943, p. 94.

56) AHMM, Mç 122, JPSTM/01/001 (1650/05/22-1712/08/22), LIVRO DAS VEZITAÇÕES DE ST.ª MARIA, L.º 1.º, visitação de 1712, folha n.º 76.

57) KEIL, Luís – *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas artes, Lisboa, 1943, p. 93.

58) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DAS VISITAÇÕES DA IGREJA DE SANTA MARIA DA MARVÃO, visitação de 8 de Janeiro de 1771.

59) *Idem, ibidem, passim.*

60) AHMM, Mç 113, FISTM/01/002, Contas de 1828, folha n.º 31.

61) AHMM, Mç 113, FISTM/01/002, Contas de 1828, folha n.º 32.

62) AHMM, Mç 122, JPSTM/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.ª DE ST.ª MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1749, folhas n.º(s) 58 e 58 v.º.

63) AHMM, Mç 122, JPSTM/01/001, LIVRO DAS VEZITAÇÕES DE ST.ª MARIA, L.º 1.º, visitação de 1692, folhas n.º(s) n.º 64 a 65.

64) AHMM, Mç 122, JPSTM/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.ª DE ST.ª MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1749, folhas n.º 58 v.º.

65) AHMM, Mç 122, JPSTM/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.ª DE ST.ª MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1749, folhas n.º 60 v.º.

66) AHMM, Mç 122, JPSTM/01/002, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.ª DE ST.ª MARIA DE MARVÃO (1711-1757), visitação de 1749, folhas n.º 57.

67) IHRU, Arquivo do Forte de Sacavém, DGEMN, DREMS, Processo no 271 referente à Igreja de Santa Maria de Marvão.

68) Nos anos quarenta ainda esteve ao culto. Informação de João Mena (1934-)

69) João Mena (1934-2015) confirmou-nos esta situação, lembrando-se de ter içado estes sinos.

70) Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Marvão, Livro de Actas da Mesa Administrativa, acta de 4 de Agosto de 1945, folha n.º 13 v.º.

71) IHRU, Arquivo do Forte de Sacavém, DGEMN, DREMS, Processo no 271 referente à Igreja de Santa Maria de Marvão, conjunto de documentos n.º 54.

- 72)** IHRU, Arquivo do Forte de Sacavém, DGEMN, DREMS, Igreja de Santa Maria de Marvão, 12.10.02.0007, Portalegre, 036, DGEMN: DREMS 2320. (L.º corresp. N.º 135, Fls. 98, v., 22 de Dezembro de 1971).
- 73)** IHRU, Arquivo do Forte de Sacavém, DGEMN, DREMS, Igreja de Santa Maria de Marvão, 12.10.02.0007, Portalegre, 036, DGEMN: DREMS 2320.
- 74)** Jeremias da Conceição Dias, “Comunicado de Marvão. O Senhor Padre Augusto e as suas inconveniências”, in *A Rabeca* de 28 de Setembro de 1960.
- 75)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício da CMM, de 28 de Abril de 1952, dirigido ao SNI.
- 76)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), carta dos Arquitectos Marciano Rodrigues e Jorge Santos Costa para Manuel Berenguel Vivas.
- 77)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), Despacho do MOP, Processo n.º 427/UM/47, de 24 de Julho de 1948.
- 78)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício da CMM para o Eng. Director dos Serviços de Urbanização de Lisboa, de 11 de Novembro de 1948.
- 79)** AHMM, Mç00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/127, acta de 28 de Outubro de 1948, folha n.º 10 v.º e 11.
- 80)** AHMM, Mç00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/127, acta de 25 de Maio de 1950, folha n.º 60 v.º.
- 81)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), carta de Jorge Santos Costa para a CMM, datada de 21 de Outubro de 1948.
- 82)** AHMM, Mç00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/127, acta de 14 de Agosto de 1948, folha n.º 1 v.º.
- 83)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício de 3 de Novembro de 1954, de Manuel Berenguel Vivas ao Director Geral dos Serviços de Urbanização de Lisboa, historiando o processo de construção da pousada.
- 84)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício da CMM para o Director Geral dos Serviços de Urbanização de Lisboa, de 1 de Março de 1950.
- 85)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício da Repartição de Melhoramentos Urbanos de 28 de Fevereiro de 1951.
- 86)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício do Dr. Manuel Magro Machado para o Arq. Marciano Rodrigues, datado de 26 de Abril de 1951.
- 87)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício da CMM datado de 18 de Julho de 1951.
- 88)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício da CMM de 11 de Dezembro de 1951.
- 89)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício da CMM de 28 de Abril de 1952.
- 90)** PEREIRA, Nuno Teotónio – *Tempos, Lugares, Pessoas*, Jornal Público e Contemporânea, Matosinhos, 1996, pp. 12 ss.
- 91)** Consultar o seu registo de baptismo: (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/viewer?id=1030863>) (Registo n.º 16, José Manuel, 13 de Abril de 1904).
- 92)** Informação de Diogo Simão (1941-).
- 93)** O Dr. José Manuel da Costa era marvanense de nascimento (Vale de Ródão), professor universitário e vinha acumulando cargos no alto funcionalismo público: Chefe de Gabinete de Salazar (1944); Director-Geral do Ensino Liceal (1946); Secretário Nacional da Informação (1951-1955); Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho (1955)(77). Ver a sua ficha em (http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/costa_jose_manuel_da.pdf)
- 94)** AHMM, Mç00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/127, acta de 12 de Novembro de 1953, folha n.º 180.
- 95)** AHMM, Mç00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/128, acta de 9 de Outubro de 1954, folha n.º 28.
- 96)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício da CMM de 3 de Novembro de 1954.
- 97)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), abaixo-assinado que deu entrada a 18 de Julho de 1952.
- 98)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), abaixo-assinado que deu entrada a 18 de Julho de 1952.
- 99)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício da CMM de 23 de Outubro de 1954.
- 100)** AHMM, PASTA n.º 18, CONSTRUÇÕES E OBRAS NOVAS (1946-1969), ofício da CMM datado de 24 de Maio de 1950.
- 101)** Documento pertencente à família Garcia (Maria do Céu e Maria de Jesus Alves Garcia)
- 102)** AHMM, PASTA Pg 443 MU 49, “CONSTRUÇÃO DE UM REFEITÓRIO ECONÓMICO NA VILA DE

MARVÃO", 1949.

103) AHMM, Mç00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 30 de Janeiro de 1934, folha n.º 167.

104) AHMM, Mç 7, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/112, acta da sessão de 3 de Agosto de 1867, folhas n.ºs 178 e 178 v.º.

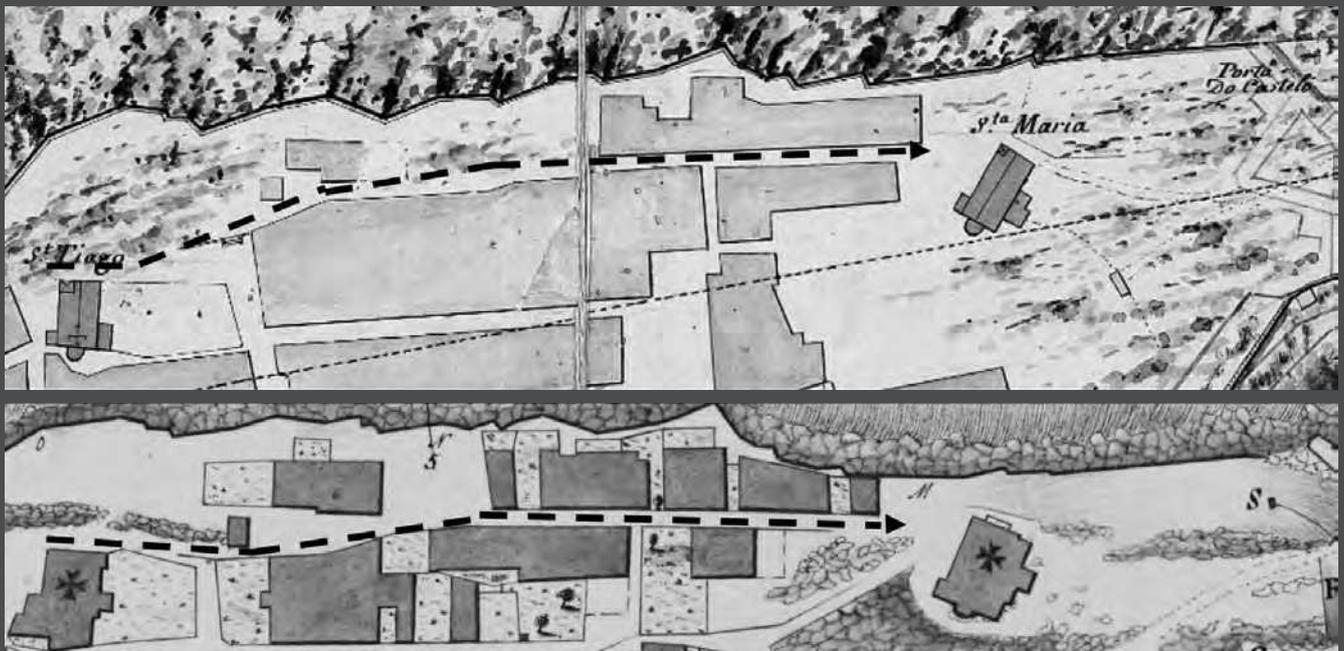
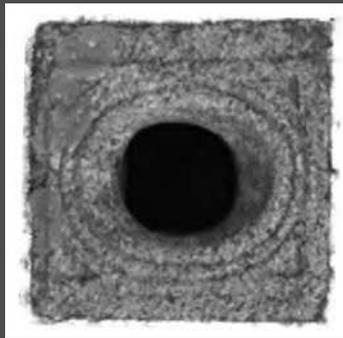
105) Ossadas que foram trasladadas para o novo cemitério (concluído em 1949), conhecendo-se, inclusivamente, o seu paradeiro. Informação de Dionísio Gomes (1952-).

106) Informação de Dionísio Gomes (1952-).



9

**RUA DR. MATOS MAGALHÃES,
ANTIGA RUA DA CORREDOURA**



A antiga Rua da Corredoura em plantas militares de 1765 (imagem superior) e de 1814

9. RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA

9.1 RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA

9.1.1 O SIGNIFICADO URBANÍSTICO

Há ruas da corredoura em muitas cidades e vilas portuguesas. O seu significado ou função urbanística era o de permitir que, por elas, o gado passasse/corresse – daí a palavra *corredoura* -, quando saía das muralhas para pastar extramuros ou quando entrava para se recolher. Esta recolha poderia acontecer em tempo normal ou em tempo de guerra. No primeiro caso, era perfeitamente usual, ainda no século passado, recolherem-se os gados intramuros. Isso acontecia em Marvão, em tempos mais recuados, no Curral do Concelho, na Rua de Baixo, e em tempos mais próximos, na barbacã nascente; de ambos os casos já falámos no capítulo Rua do Açougue. Em tempo de guerra, a recolha tinha por finalidade acautelarem-se os bens das povoações próximas, evitando que caíssem nas mãos do inimigo, e para se armazenarem víveres como acção estratégica de defesa. A palavra *albacar*, de origem árabe (*al-baqar*) com que designamos, na arquitectura medieval, o espaço, dentro do castelo, onde se recolhiam pessoas e seus haveres em situação de cerco e sobretudo quando o inimigo já tinha tomado a vila ou cidade, tem na sua raiz a palavra *vaca*⁽¹⁾. Também se designava por *albacar* a porta das fortificações destinada à serventia do gado. No caso de Marvão, a ampla zona que, já dentro do castelo, antecede o pátio da torre de menagem, chamamos-lhe *albacar* porque poderia servir para as funções referidas em tempo de guerra.

Dito isto, a Rua da Corredoura era a que, em tempos idos, que não podemos precisar, serviria o trânsito dos gados, exactamente por se encontrar afastada do centro, não perturbando a maior circulação de pessoas. Esses gados poderiam ficar encurralados em espaços mais amplos que estavam disponíveis na praça alta - zonas do parque infantil, do largo da Parada, junto à igreja de Santa Maria – ou no próprio *albacar* do castelo, em caso de guerra. A porta de serviço para o exterior deveria ser, mais frequentemente, a da vila, porque devassava menos o burgo. Refira-se, também, que as *corredouras* foram, em tempos, utilizadas para a realização de corridas, o que no caso vertente se adequava, por ser uma rua comprida e sem grandes declives. Note-se finalmente que o percurso dos gados, para chegarem à zona alta da vila, passava pela Rua do Corro e pelo próprio Corro, que, como veremos no capítulo respectivo, poderá ter sido um espaço vocacionado para jogos/diversões, nomeadamente com gado, touradas por exemplo, como acontecia com o Corro de Portalegre. O Terreiro, onde passaram a realizar-se *garraia*das no século passado, era substancialmente menos amplo do que é hoje e arrampado. Todas estas considerações - de carácter essencialmente filológico – levam-nos a considerar que, desde tempos muito recuados, o percurso que hoje se faz entre a Porta da Vila e o Largo de Santa Maria, através do Corro, era uma zona urbana destinada à circulação de gado e a diversões com touros e cavalos.

A partir de 3 de Novembro de 1910, a designação de Rua da Corredoura foi mudada para Rua Dr. António de Mattos Magalhães, homenageando-se, assim, o restaurador do concelho. Porém, o Estado Novo traria novos critérios e nova mudança foi realizada, a 22 de Setembro de 1945: voltou a Rua da Corredoura. O Dr. António Mattos Magalhães seria mesmo “desapeado” do actual Largo Camões (atribuição feita a 30 de Abril de 1927⁽²⁾), voltando aquele espaço à designação de Parada (a 22 de Setembro de 1945), porque ali se faziam as paradas militares do posto da GNR. Finalmente, a 27 de Abril de 1972⁽³⁾, o largo ganhou a actual designação por indução das Comemorações do IV Centenário da publicação de *Os Lusíadas*, topónimo que os da vila não usam, mas sim o de Parada. No princípio dos anos de 1970, não sabemos precisar, o Dr. Matos Magalhães voltou à Rua da Corredoura⁽⁴⁾.

9.1.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

A Rua da Corredoura aparece registada nos róis de confessados das duas paróquias da vila. Cremos que a delimitação passaria pelo meio da rua, ficando a parte poente na Paróquia de Santa Maria e a nascente na de São Tiago. Em apoio desta hipótese, veremos, adiante, que o “novo imposto das janelas” divide a rua em esquerda e direita que, pela identificação de duas das casas e seus moradores, correspondem, respectivamente, aos lados nascente e poente. Ora nós vamos encontrar moradores nos róis de confessados de Santa Maria (1814), inscritos, precisamente, no lado direito da rua (poente), no Imposto das Janelas (Francisco Dias Inchado e D. Mariana Mag.s).

Assim, em 1765, do lado nascente, pertencente a São Tiago, temos 26 fogos com 58 residentes. Como cabeças de casal, colocamos em evidência Fer.dº da Motta Mouzinho Morg.dº, de 37 anos, sem profissão referida, João Garção Escrivão de orphãos, o R.dº Frei An.º Sanches coadjutor desta Igreja, o R.dº João Sanches Irmão Thesoureiro e o R.do P.e M.el M.º cura de S.tº An.tº. Refiram-se, ainda, 1 barb.rº, 1 carpent.rº, 1 trabalhador, 1 tend.rº, 1 lavrador, 1 alfaiate e 6 viúvas⁽⁵⁾.

Do lado poente, de Santa Maria, contam-se 24 fogos com 98 residentes. Colocamos em evidência, como cabeças-de-casal, Fran.cº Pr.ª da Cunha Juis de Fora, de 38 anos, João Tavares Escrivão da Camara, de 48 anos, Domingos Roiz Frontr.ª Prior de São Tiago, de 52 anos, o P.e João de Matos cura de S. Julião, de 52 anos e Joze Dias Semedo, boticário. Referem-se, ainda, 1 pizeiro, 3 tecelões, 2 cardadores, 2 sapateiros, 5 trabalhadores, 4 viúvas, 1 viúvo e 1 criado⁽⁶⁾.

Em 1814, o rol de confessados da freguesia de São Tiago

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA

apresenta 10 fogos com 37 residentes, salientando-se, como cabeças-de-casal, o Major Lou.ço Marq.s Barroso, de 73 anos, o Gov.ºr Intr.º Ant.º J.e Vaz Velho, de 42 anos, e o Rd.º Coad.ºr da Ig.ª Fr. J.e Joaq.m Tav.es, de 65 anos. Referem-se, ainda, 1 jor.ºr⁽⁷⁾, 2 solteiras, 1 casada, 2 viúvas e 1 viúvo⁽⁸⁾.

Por sua vez, o rol de confessados da freguesia de Santa Maria⁽⁹⁾ apresenta, no mesmo ano, 16 fogos e 56 residentes. As profissões registadas dos cabeças-de-casal são as seguintes: 1 jor.ºr, 2 canastreiros, 1 criada, 1 trabalhador e, sem profissão, 12 registos (Izequiel G.çam Roma, casado, de 23 anos, João Mourato Sanches, Solt.º, de 60 anos, D. Manoel Henriques, de 55 anos, Joze Goncalves Pinadas, de 65 anos, Vicente Dias Inchado, casado, de 34 anos, Francisco Dias Inchado, casado, de 46 anos, D. Mariana Mag.s, solteira, de 62 anos, o Dr. Pedro Paulo, solteiro, de 80 anos, o Dr. Joaq.m, de 30 anos (a viver no mesmo fogo de D. Marianna Mag.s, como (sobrinho?), 3 viúvas e 1 homem solteiro)⁽¹⁰⁾.

9.1.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO “NOVO IMPOSTO DAS JANELAS” E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

Observando a planta de 1814, parece haver mais fogos do lado poente, o que corresponde, no registo, ao lado direito, logo, pertencente à Paróquia de Santa Maria. E como o registo seguinte é o da Rua do Sabugueiro, o levantamento ter-se-á realizado de norte para sul.

No registo do Imposto das Janelas de 1833⁽¹¹⁾ temos, do “L.dº direito”:

1. *Francisco Dias Inxado (sem janelas)*
2. *Genoveva Maria (2A-1T) (duas janelas altas e uma térrea)*
3. *Cazas de Joaquim Garcia (1A-1T)*
4. *Ditas de Joze Pinadas (1A)*
5. *Cazas de João da Silva (1A)*
6. *Ditas alugadas a Luis de Moura (1A-1T)*
7. *Ditas de Antonio Mouratto Madeira (3A-2T)*
8. *Ditas de Donna Marianna de Magalhães (2A-2T)*
9. *Cazas do Doutor Antonio Pedro de Sequeira (1A)⁽¹²⁾*
10. *Ditas de Joaquim Antonio da Cruz (3A-1T)*
11. *Ditas de Manuel Joze Murcha (1A)*
12. *Ditas de Pedro Joaquim Ignacio Mouzinho (3A-2T)*
13. *Cazas de Jacinta Maria (1A)*

O levantamento feito hoje, apresenta, do lado poente, de norte para sul, os seguintes edifícios com as seguintes janelas: Casa D. Dinis (3A-2T); Casa da família Silvério (2A-1T); Casa da Árvore, completamente remodelada; Casas dos Azevedos (3A-4T)+(6A-2T)+(3A-3T).

Rua da Corredoura L.dº esquerdo:

14. *Cazas de João Godinho de Azevedo (3A-2T)*
15. *Ditas de Manoel Lourenço (2A-1T)*
16. *Ditas dos herdeiros de Manoel Carrilho Garção (3A-1T)*
17. *Cazas do Doutor Antonio Pedro de Sequeira (4A-2T)*

18. *Ditas de Theresa de Torres (3A-1T)*
19. *Ditas da mesma Thereza de Torres (1A)*
20. *Ditas de Izabel Maria (1A)*
21. *Cazas de Joze Simoes (1A)*
22. *Ditas do Capitão Joaquim Antonio Estaço (1A-1T)*
23. *Ditas da viúva de Joze Carrilho (1A)*
24. *Ditas dos herdeiros de Joze Goncalves Pinadas (1A)*

O levantamento feito hoje, apresenta, do lado nascente, de norte para sul, os seguintes edifícios com as seguintes janelas: Café O Castelo (1T); Casa da família Garcia (3A-1T); “Casa do Brasão” (apresenta os mesmos vãos que antes da reconstrução: 4A-2T); a Escola Primária é de 1968.

Vejamos agora os proprietários registados no Imposto da Décima em 1833⁽¹³⁾:

a) Rua da Corredoura L.dº direito

- *Casas de Francisco Dias Inxado em que vive seu rendimento quinhentos reis*
- *Ditas de Genoveva Maria Viuva em que vive seu rendimento oitocentos reis*
- *Ditas de Joaquim Garcia em que vive seu rendimento quinhentos reis*
- *Ditas de Joze Pinadas em que vive seu rendimento quinhentos reis*
- *Casas de João da Silva em que vive seu rendimento quinhentos reis*
- *Ditas alugadas a Luis de Moura por tres mil reis*
- *Ditas de Antonio Mouratto Madeira em que vive foreiras por quatro mil reis*
- *Ditas de Donna Marianna de Magalhães, em que vive seu rendimento tres mil reis*
- *Ditas do Dr. Antonio Pedro Sequeira seu rendimento quinhentos reis*
- *Casas de Joaquim Antonio da Cruz em que Vive seu rendimento dous mil reis*
- *Ditas de Manoel Joze (Moura?) em que Vive seu rendimento quatrocentos reis*
- *Ditas dos baixos do Padre Joaquim Ignacio seu rendimento quatrocentos reis*
- *Ditas do mesmo Padre Joaquim Ignacio em que vive seu rendimento quatro mil reis*
- *Ditas de Jacinta Maria em que Vive seu rendimento quatrocentos reis*

b) Rua da Corredoura L.dº esquerdo

- *Cazas de João Godinho de Azevedo em que vive seu rendimento dois mil reis*
- *Ditas de Manoel Lourenço fechadas*
- *Ditas dos herdeiros de Manoel Carrilho Garção Roma seu rendimento dois mil reis*
- *Ditas do Dr. Antonio Pedro Sequeira foreiro em quatro mil reis Decima quatro centos reis, e pelas Livres avaliadas em mil reis Decima noventa reis Soma tudo quatro centos e noventa reis*
- *Ditas da Viuva de Antonio Tavares foreiras a Misericórdia não paga Decima*
- *Cazas de Thereza de (?) Viuva alugadas em mil reis*
- *Ditas da Viuva de Antonio Simoes em que vive seu rendimento quatrocentos reis*
- *Ditas de Joze Simoes alugadas a Pedro (?) por quinhentos reis*

- Ditas de Joaquim Antonio Estaco alugadas a Joze Martins por quinhentos reis
- Ditas da Veuva de Joze Carrilho em que Vive seu rendimento quinhentos reis”

Cruzando a informação proveniente dos dois registos de impostos, podemos identificar, claramente, os proprietários de dois edifícios do lado nascente:

- A “Casa do Brasão” é a maior de todas, e, por isso mesmo, a que pagava mais de Décima e de Imposto das Janelas. É também a única que apresenta 4 janelas no piso superior e 2 no piso térreo, quer hoje quer antes da reconstrução. O seu ocupante era o Dr. António Pedro Sequeira, que a tinha arrendada, bem como à casa que está na origem da actual Casa da Árvore, à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santa Maria. No século passado, a casa pertenceu ao Dr. Manoel de Jesus Portilheiro e cunhada, de Portalegre, tendo, na Matriz Predial Urbana de 1930, 10 “compartimentos” no piso térreo, 12 no 1º andar, 2 no 2º e quintal. O seu rendimento colectável era o mais elevado daquela rua, 36\$01⁽¹⁴⁾. Esta identificação também fica provada através das confrontações do prédio da família Garcia: a sul tinha o prédio do Dr. Joaquim Lopes Portilheiro Junior⁽¹⁵⁾ - doador do edifício do Teatro de Marvão, de que falaremos neste capítulo -, sobrinho do Dr. Manoel Portilheiro.

O **Dr. António Pedro de Siqueira** foi vereador da Câmara no ano de 1830⁽¹⁶⁾. Sendo natural de Castelo de Vide⁽¹⁷⁾, veio viver para Marvão no ano de 1810, para a casa de sua prima D. Marianna Jacinta, viúva de Lourenço Carrilho, na “Rua” do Padre Júlio⁽¹⁸⁾. Uma das criadas da casa (“Libania”, de 14 anos) está referenciada, nesse ano, como vinda de Coimbra. A única hipótese de relação familiar que podemos estabelecer, em Marvão, é com D. Paulla Thereza de Sequeira, mulher de Lourenço Lopes Franco, Governador da Praça em 1790, moradores na Rua da Corredoura, ficando ela viúva em 1800⁽¹⁹⁾. Em 1808, D. Marianna vive sozinha, viúva, com um criado e duas criadas, o que significa que era senhora de posses⁽²⁰⁾. No ano de 1811, ele já aparece como cabeça de casal e ela como mulher⁽²¹⁾. E no mesmo fogo aparece registada uma irmã dele: D. Maria Garçoa⁽²²⁾. A primeira vez que o casal aparece registado na Rua da Corredoura é no ano de 1817 e é neste registo que se revela o nome completo de “D.^a Marianna Jact.^a Salgd.^o Segd.^a Vas Cord.^a[Cordeira]”, o que se nos afigura ser originária de Castelo de Vide, até porque são referenciadas criadas⁽²³⁾ com esta proveniência; vivia o casal, neste ano, com duas criadas e três criados⁽²⁴⁾. No registo do ano de 1832, já aparece António Pedro de Siqueira a viver sozinho, com três criados: a mulher tinha falecido aos 66/67 anos de idade. Quanto ao brasão, o símbolo heráldico da família Sequeira é uma concha e o da família Cordeiro é precisamente um cordeiro, nada condizendo com as espadas, os coelhos e as faixas xadrezadas (dos Magalhães?)⁽²⁵⁾ que se apresentam no brasão em causa. O único Governador da Praça, com apelido Espada, foi João Carrilho Espada, Mestre de Campo, em 1705⁽²⁶⁾, ou seja, em período muito anterior ao que o estilo artístico do brasão em causa revela (Rococó), e não sabemos se este militar era nobre.

- O edifício que antecede a “Casa do Brasão”, ainda hoje

se apresenta com as 3 janelas do piso superior e 1 do piso térreo, com um rendimento considerável, devido, também, ao seu tamanho. Não pode deixar de ser o actual edifício da família Garcia que o comprou ao Dr. Manuel Magro Machado e Mulher em 1974⁽²⁷⁾. Como se referiu atrás, em 1833 estava na posse dos herdeiros de Manoel Carrilho Garção.

Manoel Carrilho Garção Roma era escrivão da Câmara no ano de 1791⁽²⁸⁾. Aparece registado no rol de confes- sados de 1790, na Rua da Corredoura, fogo n.º 19, da seguinte forma: “Manoel Gração Escrivão 34”⁽²⁹⁾. Ou seja, era um escrivão e tinha 34 anos. No registo de 1797 o nome é diferente e a idade não condiz: “Manoel Garção Roma Escrivão 46”. Partilha o fogo com “Angella M.er, Maria f.^a 13, Joaquina f.^a 12, Mariana f.^a 10, Joze f.^o 8, Izaquiel f.^o 7 e Anna f.^a 3”⁽³⁰⁾. Depois de vários anos em que este escrivão não vem registado na rua em causa, reaparece em 1808 da seguinte forma: “M.el Carr.^o Garção V.^o de Angela Margd.^a 59”⁽³¹⁾. A idade volta a não corresponder à soma dos anos que passaram, mas seria muita coincidência tratar-se de outra pessoa porque o nome da mulher é o mesmo. No ano de 1809 aparece no agregado familiar um filho, sacerdote, de 28 anos, com o nome de “O P.e Lou.ç.^o Carr.^o Garção”⁽³²⁾. No ano seguinte reaparece “Esequiel f.^o Esc.am do Jud.al 20”, ou seja, era Escrivão do Judicial, com 20 anos. A idade está correcta face aos 7 anos com que está registado em 1797. Em 1814 ressurgiu o registo do filho José: “P. Jozé Garção f.^o sacerdote”⁽³³⁾. Concluimos que, dos dois filhos que teve, um abraçou a vida eclesiástica e o outro a judicial, como escrivão. Manoel Carrilho Garção Roma, para utilizarmos todos os seus apelidos, faleceu em 1823/1824, uma vez que no registo deste último ano já só consta uma das suas filhas, “Maria Rosa da Estrella”, solteira, de 38 anos⁽³⁴⁾, a que se junta a irmã “Marianna Garçoa”, de 38 anos, no ano seguinte⁽³⁵⁾, e a irmã mais nova, “Anna Thereza”, de 34 anos, em 1831⁽³⁶⁾. Finalmente, em 1832, aparecem registadas, na casa, para além da Maria e da Mariana, uma senhora de nome “Efigenia”, também solteira, de 43 anos⁽³⁷⁾. De referir, também, que este escrivão deverá ter sido familiar do “Cap. am Victorino Joze Gração Roma”, viúvo de 62 anos”, morador na Rua da Porta da Vila em 1817⁽³⁸⁾ e que foi vereador da Câmara em 1796⁽³⁹⁾.

- A casa da família Silvério esteve na posse do Reverendo João de Mattos Magalhães (1804) e na de Dona Mariana Magalhães (1831). Será que outros membros desta família, nomeadamente o Dr. António de Matos Magalhães, habitaram esta casa? Exploreemos a hipótese porque se trata de uma personagem importante na história do concelho.

9.1.3.1 A FAMÍLIA MOUZINHO, MATTOS E MAGALHÃES NA RUA DA CORREDOURA

D. Maria Mouzinha, viúva do Dr. Jerónimo Ribeiro de Magalhães, encontramo-la a viver na Rua da Corredoura, pelo menos desde 1763⁽⁴⁰⁾ (com 43 anos), até 1804. No mesmo fogo aparecem registados os seus filhos [P.e João de Matos (23 anos em 1779), D. Catarina (35 anos em 1779) e D. Mariana (25 anos em 1779)] e, mais tarde, os seus netos (Joaquim de Magalhães, a partir de 1793, com 7 anos, e “Jasinta”, a partir de 1800, não sabemos de que filho ou filha). Esta casa corresponde hoje ao n.º 5 da Rua Dr. António de Matos Magalhães, o que se pode provar

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA

através das confrontações da casa que deu origem ao alojamento turístico “Casa da Árvore” que, em 1804, pertencia à Confraria do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santa Maria⁽⁴¹⁾.

A partir de 1805 já só encontramos “D. Mariana Mouz.ª Mag.es” (com 56 anos) à cabeça do fogo, com os sobrinhos (“Jaçinta” e o Dr. Joaquim). Em 1829 passa a viver com D. Marianna (que fez 82 anos a 12 de Julho), uma família constituída por Joze Thomaz (de 36 anos) (apelidado de Magalhães, no registo de 1834, e de Mattos Magalhães no de 1840), sua mulher Josefa (de 34 anos) e os filhos do casal: Jerónimo (9 anos) e Catharina (3 anos)⁽⁴²⁾. São os avós paternos⁽⁴³⁾ do Dr. António de Matos Magalhães, sendo o filho Jerónimo o seu futuro pai.

Em 1834 deixa de constar D. Mariana (que terá falecido aos 86/7 anos) e só aparece a família de Joze Thomas Magalhães, para deixar de estar registada, na Rua da Corredoura, em 1837. Passou a família a residir na Rua do Castelo e com mais um filho, João, de 1 ano. Em 1840 nasce mais uma filha, Senhorinha, e no ano seguinte já a família se encontra a residir na Rua do Espírito Santo, no fogo n.º 1, onde se mantém até ao ano de 1845, desaparecendo então dos registos.

Surge então a viver na Rua da Corredoura, em 1844, o Reverendo Joaquim de Mattos Mouzinho (de 58 anos)⁽⁴⁴⁾, então Prior da Igreja de Santa Maria, precisamente o neto de D. Maria Mouzinha que com ela viveu em criança, como registámos acima. No ano seguinte está acompanhado das suas irmãs Maria de Mattos Mouzinho (de 57 anos) e Senhorinha de Mattos Mouzinho (de 53 anos). Diga-se que, frequentemente, as idades não aparecem registadas correctamente e que correspondem sempre ao dia em que se faz o registo na Quaresma. A partir de 1846, o prior e suas irmãs vão viver para a Rua de João Garção, onde se encontram outros elementos da família a viver também⁽⁴⁵⁾.

A família do Dr. António de Matos Magalhães (então com 5 anos) surge a viver em Marvão, na “Rua de Sima”, em 1862: o seu pai Jerónimo (40 anos), a sua mãe Antónia (43 anos) e os seus irmãos José (9 anos) e Eduardo (8 anos)⁽⁴⁶⁾. Passam para a Rua de Baixo em 1868. E em 1873 (há uma lacuna documental de registos referente aos anos de 1870 a 72) junta-se a família na Rua da Corredoura, em dois fogos: O Prior Joaquim de Mattos Mouzinho, já com 88 anos, vivendo com sua irmã Maria, de 85, e, noutro fogo, Jerónimo de Mattos Magalhães, de 53 anos, “tabelião”, sua mulher Antónia Carolina de 52, e os filhos Eduardo, de 19, e António de 16⁽⁴⁷⁾. O último registo referente ao prior é de 1875, com 90 anos, já sem Maria, sua irmã, mas, coincidentemente, a família de António de Matos Magalhães também não consta, para reaparecer no ano seguinte, sem António, e desaparecer definitivamente a partir de 1877.

Passados quatro anos, em 1881, reaparece o irmão de António, Eduardo Augusto Magalhães⁽⁴⁸⁾ (com 26 anos), a viver sozinho, com uma criada, na Rua da Corredoura, e, em 1883 com sua mulher Maria Emília (de 25 anos), com o apelido Arouche no registo seguinte. A casa correspondente é o actual n.º 5, da família Silvério, pelas seguintes razões: a família Silvério comprou a casa à viúva de Jeremi-

as da Conceição Dias, que a tinha comprado à família Semedo Pereira, que por sua vez a adquirira, em 1922, ao proprietário matricial Eduardo Augusto de Magalhães⁽⁴⁹⁾.

Finalmente, em 1884, temos a viver na mesma rua (da Corredoura) os dois irmãos, Eduardo e António, este de 27 anos, casado com D. Maria Thereza, de 36. No ano seguinte regista-se o aparecimento de Lucrécia, filha de Eduardo, com 2 anos, sendo que esta família deixa de constar em 1887. Permanece António que, em 1890, se vê acompanhado – na rua, embora noutro fogo - de sua mãe, D. Antónia, já viúva, de 66 anos. Esta situação prolonga-se até 1897 e diga-se que não se conhecem filhos de António e Maria Teresa, surgindo registados uma média de 5 criados do casal. Assim, fica D. Antónia Carolina a residir na Rua da Corredoura, recebendo a sua cunhada, D. Senhorinha, de 64 anos, em 1904. Não sabemos o que aconteceu no ano seguinte, por lacuna documental, mas a partir de 1906⁽⁵⁰⁾ não consta nenhum elemento da família Matos Magalhães, sendo que a rua, episodicamente (em 1912 e 1913), surge designada por Rua Dr. António Magalhães.

SÍNTESE

Podemos provar que a casa da família Magalhães foi a que pertenceu a Jeremias da Conceição Dias e, actualmente, à família Silvério. Ali viveu, como referimos atrás, D. Maria Mouzinha, viúva do Dr. Jerónimo Ribeiro de Magalhães, pelo menos desde 1763 até 1804. A cabeça do fogo passou para sua filha, D. Mariana Mouzinha Magalhães, até 1833, sendo que, em 1829, esta recebe os avós paternos do Dr. António de Matos Magalhães: Joze Thomaz de Mattos Magalhães, sua mulher Josefa, e os filhos do casal, entre os quais Jerónimo, futuro pai do Dr. António de Matos Magalhães. A família passa, em 1837, para a Rua do Castelo, e, entre 1841 e 1845, reside na Rua do Espírito Santo, desaparecendo dos registos no ano seguinte. Em 1844 surge a residir na Rua da Corredoura o então Reverendo Prior da Matriz Joaquim de Mattos Mouzinho, de 58 anos, que, em criança, habitara a casa de sua avó, D. Maria Mouzinha.

António de Matos Magalhães, então com 5 anos, vem viver para Marvão com os seus pais e irmãos, para a Rua de Cima, em 1862, passando para a Rua de Baixo em 1868. Em 1873 regista-se a família Matos Magalhães na Rua da Corredoura, em dois fogos: o Prior Joaquim de Mattos Mouzinho, já com 88 anos, e o tabelião Jerónimo de Mattos Magalhães, sua mulher Antónia Carolina e os filhos Eduardo e António (de 16). O último registo referente ao prior é de 1875, mas, coincidentemente, a família de António de Matos Magalhães também não consta, para reaparecer no ano seguinte, sem António, e desaparecer definitivamente a partir de 1877. Em 1881, o irmão Eduardo vem viver para a Rua da Corredoura, até 1886, mas, em 1884, tinha-se-lhe juntado António, em outro fogo. Em 1890, a mãe de ambos – D. Antónia Carolina -, já viúva, também vem viver para a Rua da Corredoura (provavelmente para o fogo deixado por Eduardo), e o Dr. António de Matos Magalhães deixa de residir, definitivamente, nesta rua, em 1897, precisamente porque construiu a sua casa do Penedo da Rainha, na Beirã, no ano anterior. Faleceu sua mãe em 1904 ou 1905. A partir do ano seguinte não há qualquer registo da família nesta rua.

A questão que se coloca é a seguinte: a casa da família Magalhães, que identificámos desde 1763, terá servido para toda a família, ou foram alugadas outras? Cremos que terá sido sempre a mesma, a que corresponde, hoje, o n.º 5 da Rua Dr. António Matos Magalhães, pelas seguintes razões:

- D. Mariana Magalhães recebeu, nessa casa, no mesmo fogo, os avós paternos e o pai de António.
- Situação idêntica se terá verificado mais tarde (embora o registo se faça em fogos diferentes), entre o Prior Joaquim de Mattos Mouzinho Magalhães (já de 88 anos), que já tinha habitado a casa da sua avó em criança, e o tabelião Jerónimo de Mattos Magalhães, sua mulher Antónia Carolina e os filhos Eduardo e António (de 16), o que constituiu um regresso para Jerónimo.
- O mesmo terá acontecido mais tarde entre Eduardo e António, e, finalmente, entre António e sua mãe Antónia Carolina, já viúva.
- Relativamente a propriedades da família Magalhães, nesta rua, em 1833, pesquisando através do Imposto das Janelas e através da Décima, só encontramos o prédio em causa.
- As casas hoje conhecidas como “dos Azevedos”⁽⁵¹⁾, da propriedade dos descendentes da família Magalhães/Azevedo - nomeadamente de Maria Emília Magalhães Fraústo Antunes Azevedo (n. 1920), viúva de Joaquim Antunes de Azevedo (1908-1988), neta de Eduardo Augusto de Magalhães - não pertenciam à família em 1833. Se atendermos à seqüência do registo do Imposto das Janelas, de norte para sul, as referidas casas pertenceriam a Joaquim António da Cruz, a Manuel José Murcha, ao Padre Pedro Joaquim Ignacio Mouzinho e a Jacinta Maria. Refira-se, em acréscimo, que Eduardo Magalhães, registado no “Recenseamento Eleitoral de Eleitores e Elegíveis” de 1885⁽⁵²⁾, na Freguesia de Santa Maria, não apresenta

contribuição predial, ou seja, não era proprietário, ao contrário do seu irmão António que era, de longe, o recenseado que pagava maior contribuição.

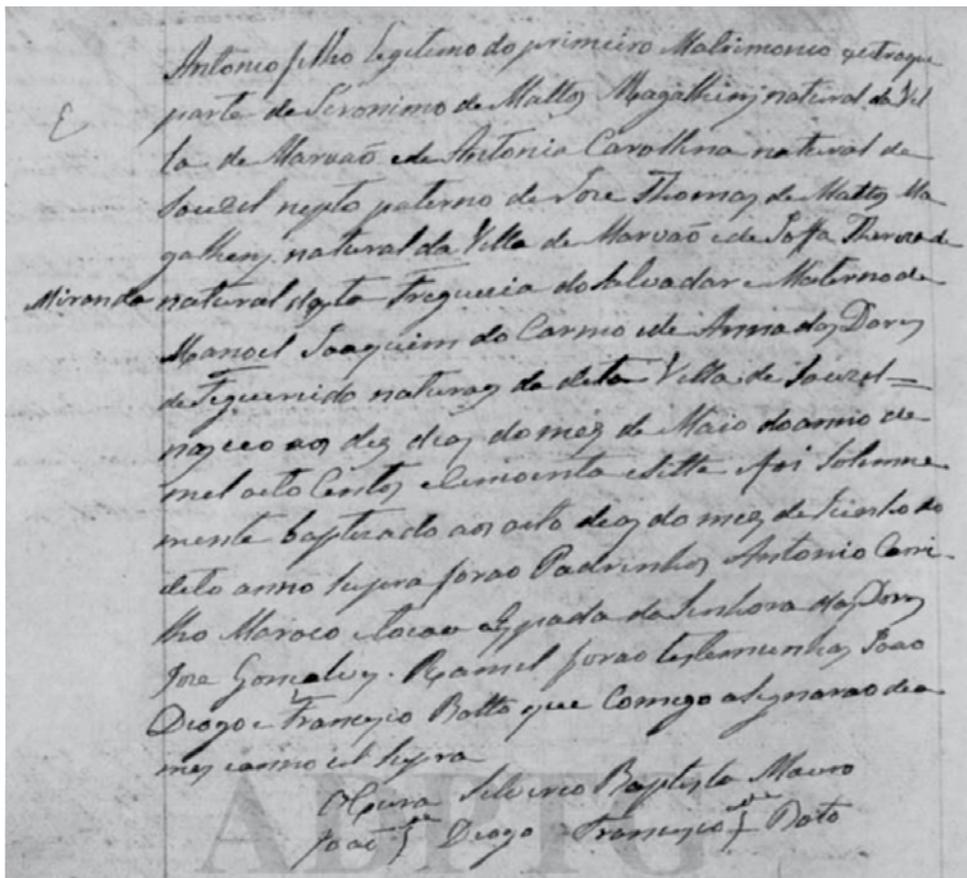
9.1.3.1.1 SÍNTESE BIOGRÁFICA DO DR. ANTÓNIO DE MATOS MAGALHÃES

O Dr. António de Matos Magalhães⁽⁵³⁾ (10 de Maio de 1857 - 15 de Agosto de 1915) foi filho de Jerónimo de Mattos Magalhães (natural de Marvão, provavelmente tabelião⁽⁵⁴⁾) e de Antonia Carolina (natural de Sousel). Foi neto, pelo lado paterno, de Joze Thomas de Mattos Magalhães (natural de Marvão) e de Josefa Thereza de Miranda (natural de São Salvador). Pelo lado materno, foi neto de Manoel Joaquim do Carmo e de Anna das Dores Feguereido (ambos naturais de Sousel)⁽⁵⁵⁾. Formou-se em direito (1884) e teve actividade governativa municipal, como presidente, nos anos de 1886⁽⁵⁶⁾ (sucendendo ao Dr. Leandro Pinto Frausto, que passou a Administrador do Concelho⁽⁵⁷⁾), 1893-95, 1898-1901 e 1902-1908. A ele se deve uma acção política decisiva para a restauração do concelho em 1898. Militou no Partido Progressista, com o Dr. Frederico Laranjo, sendo eleito deputado em 1905, muito embora, como refere Possidónio Laranjo Coelho, a sua predileção pela vida de lavrador, no ambiente da sua bela casa do Penedo da Rainha (1896), na Beirã, aldeia que queria desenvolver, não o deixassem extravasar “o brilho que era de esperar do seu talento”⁽⁵⁸⁾. Impulsionou as Termas da Fadagosa, que comprou, em hasta pública, em 1885 - perante a falta de recursos municipais -, tendo como sócio o Dr. Augusto Maria da Fonseca Coutinho⁽⁵⁹⁾, e a instrução pública nas aldeias da Beirã e da Escusa, onde nascera, mandando fazer escolas à sua custa (a da Beirã inaugurou-se em 1905).



António de Mattos Magalhães em fotografia do espólio fotográfico de JCD, composta, provavelmente, em 1963, quando da homenagem ao restaurador do concelho

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA



Assento de baptismo de António de Matos Magalhães



Homenagem ao Dr. António de Matos Magalhães, no Salão Nobre da Câmara Municipal, identificando-se, da esquerda para a direita, algumas das personalidades que discursariam nessa sessão: o Dr. Manuel Gomes Leão, advogado em Lisboa, Manuel Berenguel Vivas, então Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Marvão, o Professor Doutor Joaquim Antunes de Azevedo, marido de Maria Emília Magalhães Fraústo Antunes Azevedo, sobrinha neta do Dr. Matos Magalhães, e o Dr. Manuel Magro Machado, então Presidente da Câmara. O evento teve o impulso da Liga dos Filhos e Amigos de Marvão e ter-se-á realizado em 1963, ano em que a Liga pretendia comemorar o "oitavo centenário da fundação da nossa querida Vila de Marvão"

9.1.3.2 JOAQUIM LOPES SUBTIL (1865-1943)



Joaquim Lopes Subtil

Em 1898, residia na Rua da Corredoura Joaquim Lopes Subtil⁽⁶⁰⁾, Secretário da Câmara, casado, mas aqui destacado, tendo deixado a sua família em Alpalhão. Nas Actas de Vereação⁽⁶¹⁾, encontramos a sua presença, como secretário interino, desde 29 de Janeiro de 1898 até 9 de Fevereiro de 1899⁽⁶²⁾; entre Abril e Julho foi substituído por motivo de doença. Esta família Subtil poderá estar aparentada com a de José Xavier Mouzinho da Silveira, através de Francisco Lopes Subtil, bisavô de Joaquim, natural de Castelo de Vide: Mouzinho da Silveira era filho de D. Domingas Angélica Mouzinha Subtil, por sua vez filha do Capitão Pedro António Subtil Garção e neta de António Subtil Garção, também da vila de Castelo de Vide⁽⁶³⁾.

Uma pequena biografia de Joaquim Lopes Subtil é-nos proporcionada por Joaquim Dias Loução⁽⁶⁴⁾. Ainda jovem, alistou-se nas fileiras do Partido Progressista, então dirigido pelo Doutor José Frederico Laranjo, sendo, com João Augusto Caldeira Rebolo, a face da causa progressista em Alpalhão. Profissionalmente foi Secretário das Administrações dos Concelhos do Crato, Fronteira e Marvão, fixando-se depois como Contador da Comarca de Nisa. Na sua terra natal, Alpalhão, exerceu as funções de Juiz de Paz. Em 1905 era Administrador do Concelho de Nisa, tendo sido eleito, por diversas vezes, vereador camarário e também Presidente do Senado Municipal. Foi durante a sua presidência que Nisa assinou contrato com a Hidro-Eléctrica Alto Alentejo, L.da, para o fornecimento de energia eléctrica. Benemérito da Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão, foi, em 1927, seu Provedor. Joaquim Dias Loução sintetiza assim o seu carácter e as suas opções políticas: “homem que se batera sempre, com dedicação e pertinácia, pelo progresso da sua terra, e pela gente humilde do seu povo, em novo com a circunspecção dos velhos, e em velho com o entusiasmo dos moços”⁽⁶⁵⁾.

9.2 O ANTERIOR POSTO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A CASA D. DINIS

O antigo posto da GNR esteve instalado na “Casa do Brasão”, provavelmente desde 1911⁽⁶⁶⁾. O edifício estava em muito mau estado, havendo, por isso, necessidade de criar novas condições de funcionamento. Em acta de 1951, ficamos a saber que a Câmara Municipal decidiu comprar o edifício com o n.º de polícia 1 para nele instalar a guarda: “Compra de uma casa ao Sr. José Miranda da Silva (...) na Rua da Corredoura, desta Vila de Marvão, pela quantia de vinte e três mil escudos, para ali instalar os serviços do posto da G. N. Republicana”⁽⁶⁷⁾. Aí permaneceu a guarda até ser deslocalizada para extramuros, onde hoje funciona, corria o ano de 1978⁽⁶⁸⁾ e presidia à edilidade Manuel Pedro da Paz (1977-1985). O terreno fora doado “pelo Professor Doutor Joaquim Antunes de Azevedo e sua Excelentíssima esposa” no ano de 1973⁽⁶⁹⁾.



O anterior posto da GNR, com formatura e içar da bandeira, no dia da GNR (3 de Maio de 1956)



Antigo posto de turismo de Marvão e café “O Castelo”. (SIPA FOTO.00033662, s. d.). Antes destas funções, o edifício foi armazém de cal e de picão, onde o jardineiro Artur Marchão (até c. 1976) fazia diariamente, no período frio, as braseiras que ia instalar nos paços do concelho para aquecimento dos funcionários



A família Azevedo, provavelmente quando da homenagem ao Dr. António de Mattos Magalhães (tio-avô de Maria Emília, esposa do Professor Azevedo) no Salão Nobre dos Paços do Concelho (1963)

O antigo posto da GNR é então transformado em pensão municipal, com a designação de Pensão D. Dinis, no ano de 1982, na presidência do Sargento Manuel Pedro da Paz. E passou a ser periodicamente arrendado, juntamente com o Café "O Castelo", cujo edifício também foi reabilitado para aquele fim no mesmo ano. Foi o Sr. Manuel Joaquim Gaio o primeiro locatário desta nova estrutura turística que se impunha em Marvão como unidade de qualidade mas a preços mais acessíveis que os da Pousada.

Último passo da história do imóvel em apreço: venda da Pensão D. Dinis e do Café "O Castelo" em 2011, em hasta pública, sendo adquiridos os dois imóveis pela família Rosado, proprietária do restaurante Varanda do Alentejo. Também o antigo posto de turismo foi incorporado no referido café, estabelecendo-se a respectiva comunicação, funcionando agora como saleta de restaurante.

9.3 A CASA DA FAMÍLIA GARCIA E ONDE VIVEU BRANQUINHO DA FONSECA



Casa da família Garcia

Como já referimos (capítulo Rua do Castelo), a família Garcia veio viver para o n.º 2 desta rua cerca de 1964, mantendo-se até hoje sua proprietária. António Delgado Garcia - casado com Irene Diogo Alves Garcia que, como referimos (capítulo Praça do Pelourinho), tinha uma retro-saria/mercearia na Praça -, foi uma figura estimada na vila. Antes de ir para a tropa foi Ajudante de Farmácia, instalada na “Casa dos Azevedos”, no edifício do meio, sob a responsabilidade do Dr. Teófilo Moreira Marques (“nomeado Farmaceutico Municipal efectivo para este concelho” em 1938⁽⁷⁰⁾). Posteriormente foi Ajudante do Conservador do Registo Civil e Ajudante do Cartório Notarial. Destacamos, da sua acção cívica, os cargos de Juiz da Paz (representante da autoridade municipal para tentar conciliações e evitar litígios em tribunal), Presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo de Santa Maria, Presidente Activo da Comissão de Festas, Presidente da Direcção do Grupo Desportivo “Águias de Marvão”, Secretário da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, Secretário da Comissão de Arte e Arqueologia e Secretário da Comissão Municipal de Turismo, sobrando-lhe ainda tempo, como escreveu Fernando Carita, com muita graça, para “fazer uns deliciosos petiscos...”. Foi, também, Vereador da Câmara (1951-1954) e Vice-presidente (1957-1974), substituindo o Presidente em 1962.



António Garcia (1º da esquerda) com um grupo de amigos no castelo, em alegre petisqueira. Na foto em baixo, António Garcia a cozinhar uma caldeirada.



“Águias de Marvão”, 1946. De pé e da esquerda para a direita: E. Cebola (Director), M. Garcia, Eneias, A. Ventura, M. Gralha, J. Alves, M. Monteiro e Hermenegildo Garcia (massagista). De joelhos e da esquerda para a direita: António Garcia, Dr. Manuel Ramalho, Quitério, Sequeira e Abel Gralha

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA



Passeio a Valência de Alcântara (anos 60); da esquerda para a direita: António Rosado, António Garcia, Jeremias da Conceição Dias, Maria do Céu Garcia e Maria (quarta mulher de Jeremias)

Antes da compra da casa pela família Garcia, há memória dela ter sido a sede de um clube⁽⁷¹⁾, de que já falámos no capítulo Largo do Espírito Santo. E de 10 de Abril de 1935 a 6 de Dezembro de 1936, viveu nela o então Conservador do Registo Civil, Dr. António José Branquinho da Fonseca (1905-1974).



Branquinho da Fonseca e a lápide evocativa

Como se sabe, este jurista e escritor fundou, com João Gaspar Simões e José Régio, a revista *Presença*, em 1927, continuadora do Modernismo iniciado pela revista *Orpheu* (1915). Em “O Conspirador”, do livro *Caminhos Magnéticos*, descreve Marvão com extraordinária sensibilidade e riqueza de pormenores, melhor, com “a palavra exacta” que sempre procurava.

A muralha protege a povoação em toda a volta, para não deixar sair nem entrar nada. Não deixar entrar a civilização nem sair o ar estranho e primitivo do velho burgo. As ruas muito estreitas e torcidas, calcetadas com pedregulhos irregulares, emaranham-se todas umas nas outras, em esquinas e ângulos imprevisíveis. Há casas verdadeiramente incrustadas no monte: à frente têm três andares e atrás o telhado toca no chão. É um labirinto de escadinhas toscas e vielas íngremes. As habitações, muito caiadas, com buracos que são janelas e com portas medievais em ogiva, rodas dos séculos, estão umas a cavalo nas outras, no alto do monte, a olhar para Espanha. Torres, arcos, portas, contrafortes e trincheiras, num conjunto de feroz estratégia, cercam o casario ingénio que paira sobre a paisagem imensa. Lá para baixo contempla-se o mundo em mapa de relevo a belas cores: montes, rios, planícies, aldeias brancas, estradas, florestas. E as águias, vêem-se pelas costas, pairando em volta do despenhadeiro. Águias, corvos negros e luzidios, que têm ninhos nos buracos das pedras, milhafres, andorinhas, pardais, uma infinidade fauna alada, vivendo e morrendo nas abas do grande penhasco. Lá em baixo os montes pretos com ribeiros luminosos como fios de vidro. Ao lado: vales verdes, dum verde-vivo, fresco. Preto e verde. Por vezes as nuvens passam rápidas e encostadas aos telhados. Mas de repente abrem-se e vê-se que por cima estão outras com uma luz deslumbrante. É frequente descerem à terra, ficar cá em cima o castelo cheio de sol no céu azul e, em volta, lá por baixo um mar de nuvens, branco, parado. Então sopra um vento que, rugindo pela muralha acima, as atira com violência para o céu, em jacto contínuo, como vapor duma caldeira. Mesmo nos dias sem bulir de aragem, atira-se um chapéu para fora da muralha e ele volta para trás. (...)

lam passear na Parada, que tem trinta metros de comprimento por trinta de largura, ou para os cem metros de estrada plana que há à saída das portas da vila. Encostavam-se à muralha e olhavam o fundo do abismo ou, ao longe a paisagem sem fim. Vagabundeavam pelas ruas desertas e no largo da Igreja do Espírito Santo lá encontravam sempre os três velhos sentados num socalco de pedra, ao lado do templo arruinado. Eram reformados do exército, que já tinham contado uns aos outros, centenas de vezes, as suas façanhas de África e agora viviam calados, concentrados nesse passado que se tinha tornado maravilhoso como um sonho.

Era raro ver-se alguém nas ruas. E quase todas as casas estavam desabitadas. Nas janelas, onde o sol punha reflexos de fogo, o vento que entrava pelos tectos rotos fazia oscilar as negras cortinas de teias de aranha. Tinham um ar misterioso e trágico. Havia ruas inteiras onde não morava ninguém. Noutra, havia duas ou três casas habitadas e, no resto, há cem anos que não entrava gente. Em algumas daquelas casas abandonadas instalaram-se pedintes, velhos ou velhas, como fantasmas, que andam dias e dias por fora, a correr as aldeias, mas que regressam sempre aos seus palácios encantados. Por entre as pedras toscas das calçadas rebenta uma ervazinha rasteira, cheia de flores. E só ao meio das ruas fica um carreiro rapado pelo passar dos cães, que são às dezenas, sem dono, esqueléticos, com um olhar triste e amigo. (...) Além deles só as galinhas, que esgravatam, se espolinham onde bate o sol e dão saltos para alcançar as ervas que crescem nos muros velhos e verdes. Há também os burros que vão sozinhos à fonte beber água. As

peças que aqui vivem só saem para ir a casa dum vizinho fazer ou dizer qualquer coisa e regressam logo aos buracos. As mulheres juntam-se nos recantos soalheiros e passam ali o dia, a costurar e a falar da vida dos outros. Os homens metem-se nas tabernas a jogar o finto: três cápsulas de bala de carabina em cima dum banco eles no fundo da tasca a atirarem-lhe vinténs, com um certo jeito que faz ricochete. Estes são a arraia miúda. Os outros, cinco ou seis, reúnem-se na Sociedade Filantrópica e Recreativa, a jogar o burro. (...) O pôr-do-Sol transformava a paisagem infinita que ali tinha estendida aos pés. Caía até aos confins do mundo uma paz grandiosa, envolvendo tudo num silêncio religioso. Calaram-se e ficaram a olhar o horizonte desfeito em vermelho e roxo e azul. Da torre começavam a cair, espaçadas e tristes, as badaladas das Avé-Marias, de som lúgubre e acabado. Ficou outra vez a mesma paz e silêncio sobre o mundo. Deram mais alguns passos e envolveu-os a repentina noite das serras⁽⁷²⁾.

9.4 JEREMIAS DA CONCEIÇÃO DIAS

9.4.1 INFORMAÇÕES SOBRE O SEU NASCIMENTO, BAPTISMO, LIGAÇÕES MATRIMONIAIS E ÓBITO⁽⁷³⁾

Nasceu na Rua de Cima a 19 de Setembro de 1894, foi baptizado pelo Prior de Santa Maria, João Augusto de Paula Sequeira, no dia 17 de Dezembro do mesmo ano, e faleceu a 18 de Janeiro de 1983. Era filho de João da Conceição Dias, Secretário da Administração do Concelho, e de Antónia da Estrela Dias, residentes, na altura da sua incorporação no exército (1914), em S.ª Maria da Deveza, Castelo de Vide. Casou com Maria Matilde Tasso Rolim, em 1916, de que enviuvou em 1928. Desta senhora teve três filhos: José Pimentel Rolim Dias (n. 1917), Antónia da Estrela Pinto Rolim Dias (n. 1919) e Maria Matilde Tasso Rolim Dias (n. 1921). Casou posteriormente com Cesarina de Oliveira Bastos (1931) e ainda com Ana Transmontano (1948), sendo que, à data da sua morte (1983), vivia com outra senhora de nome Maria nesta Rua Dr. Matos Magalhães, n.º 3⁽⁷⁴⁾, em casa que comprou e que estava antes alugada a Fernando Carita⁽⁷⁵⁾.



Jeremias da Conceição Dias junto à janela da casa que alugou na Rua de Santiago, antes de comprar a da Rua Dr. Matos Magalhães

A figura de Jeremias da Conceição Dias merece divulgação, exactamente como Nuno Teotónio Pereira o definiu na louvável iniciativa de o ter dado a conhecer ao país numa das suas crónicas no *Público*, depois editada, com outras, no livro *Tempos, Lugares, Pessoas*, em 1996⁽⁷⁶⁾: "Um Pioneiro da Defesa do Património". Também nós constamos na curta lista de quem o lembrou publicamente, dedicando-lhe o livro *Fortificações de Marvão* (2001).

9.4.2 NOTAS SOBRE A SUA VIDA MILITAR⁽⁷⁷⁾



Jeremias da Conceição Dias, na foto da sua caderneta militar

- Foi atirador de 1ª classe, sendo integrado no 3º Batalhão Expedicionário do Regimento de Infantaria 15 (1914).
- Durante a I Guerra Mundial, ofereceu-se como voluntário e fez duas comissões em Moçambique (embarques: 1914 e 1917), respectivamente no 3º Batalhão Expedicionário do Regimento de Infantaria 15 e no 2º Batalhão Expedicionário da Companhia de Indígenas.
- Foi "condecorado com a Medalha da Victória "nos termos do art.º 5 de D. 6186. Estrela de prata na medalha da Victória, art.º 19 do D. 6756 de 10 de Julho de 1920 publicado na O. E. n.º 81, 1.ª série, de 17".
- Foi "condecorado com a medalha militar de prata da classe de bons serviços por se achar ao abrigo da alínea a) do § 2.º do art.º 8.º do regulamento para a concessão da medalha militar, aprovado por decreto de 28 de Setembro de 1917".
- Foi "louvado por se ter oferecido voluntariamente para auxiliar a missão de que foi encarregado o tenente do regimento de infantaria n.º 1, Joaquim dos Santos Marcelino Coelho, de instalar a sua secção de metralhadoras em posição debaixo de fogo violento dos revoltosos de 18 e 19 de Abril último, para facilitar o avanço da sua companhia (O. E. n.º 14 - 2ª Série de 31 de Julho de 1925)".
- Após as expedições a Moçambique, exerceu serviço militar no Hospital Militar de Lisboa (1921), na Comissão Técnica de Remonta (1922), no Q. G. da 2ª D. E. (1923), no Q. G. da 4ª D. E., na Inspeção das Fortificações e Obras Militares da 4ª D. E., no Tribunal Militar Territorial de Lisboa (1924) e no Arquivo Histórico Militar (1927).
- Na sequência da sua participação na Revolta Militar de 1927, foi preso no Batalhão de Caçadores n.º 7, desde 14 de Setembro, e seguidamente deportado para Angola (Sá da Bandeira). Embarcou para Luanda no dia 1 de Novembro

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA

de 1927 e regressou à metrópole no dia 25 de Novembro de 1930. Ao regressar, ficou preso na Casa de Reclusão da 1ª Região Militar, saindo a 24 de Março de 1932.

- Segundo uma sua carta à população de Marvão, no regresso de Angola esteve preso no Aljube do Porto, no Aljube de Lisboa e nas prisões de Caxias e de Peniche⁽⁷⁸⁾.
- Foi reformado compulsivamente em Janeiro de 1939.
- Foi reintegrado no serviço e promovido a Sargento-Ajudante no ano de 1966 (O. E., 3ª Série, de 30/5/66).
- Por Despacho de 10 de Agosto de 1978, foi-lhe contado, para efeitos de actualização da pensão de reforma, todo o tempo que decorreu até à sua data legal de reforma ao tempo.

9.4.3 PARTICIPAÇÃO CÍVICA EM MARVÃO

- Depois da prisão, estabeleceu-se definitivamente em Marvão.
- Fez parte da “Comissão Central das Festas de Nossa Senhora da Estrela para o ano de 1945”, conjuntamente com António F. Alcobia e Joaquim do Espírito Santo Raposo, em que se organizaria um “Cortejo de oferendas” em benefício da Misericórdia⁽⁷⁹⁾.
- Em 1953, integrou a primeira Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, na qualidade de “amigo dos monumentos e museu”, conjuntamente com António Delgado Garcia, “como vereador designado pelo Presidente da Câmara”, com o Padre Manuel Rodrigues Vermelho, “como professor” do Seminário, e com o Padre Augusto Dias Lopes, “como sacerdote”⁽⁸⁰⁾.
- Foi Delegado Concelhio da Junta Nacional de Educação (1960).
- Foi vogal do Conselho Municipal (1963).



Jeremias da Conceição Dias com Manuel Inácio: o Delegado que zelava pelos Monumentos Nacionais, em Marvão e o último guarda do castelo. Foto do amigo Óscar Azinhais, de 28 de Agosto de 1960, que escreve nas costas da mesma: “A dormir, sempre a dormir! Que vida há melhor do que esta?”

9.4.3.1 AS CAMPANHAS DE JCD

Foram muitas as suas batalhas, em prol de Marvão, contra tudo e contra todos, utilizando, sobretudo, os inúmeros jornais de que era correspondente e os seus importantes contactos no aparelho de estado.

“A PÁTRIA É DE TODOS NÓS. É DEVER INDECLINÁVEL DAS PESSOAS HONESTAS DENUNCIAR AS FALSIFICAÇÕES DA ACTIVIDADE PÚBLICA, ONDE QUER QUE ELAS APAREÇAM” *O Diário Popular* (26/12/1970)

- Transformou a sua própria casa, a partir de 1951, na “Estalagem Ninho d’Águias”, como já referimos no capítulo anterior, em reacção ao facto de, ao actual edifício da Câmara Municipal, ao tempo projectado para pousada nacional, lhe ter sido sonogada essa função.

HÁ UMA CASA NA SERRA,
MESMO DO CÉU À BEIRINHA
VINDE AMIGOS, QUE ELA É VOSSA
MUITO MAIS VOSSA QUE MINHA
Jornal do Turismo, Setembro de 1961

- Conseguiu do Ministro das Obras Públicas José Ulrich, que visitou Marvão durante o seu mandato (1947-1954), “largas dezenas de contos que foram enviados ao Município, destinado à reparação das habitações dos pobres da vila”⁽⁸¹⁾.

- Protestou contra a utilização das trincheiras (barbacãs) para a criação de porcos (1958).

- Lutou contra a venda, pelo pároco de Marvão, dos sinos da Igreja de Santa Maria, conseguindo recuperá-los (1959)⁽⁸²⁾.

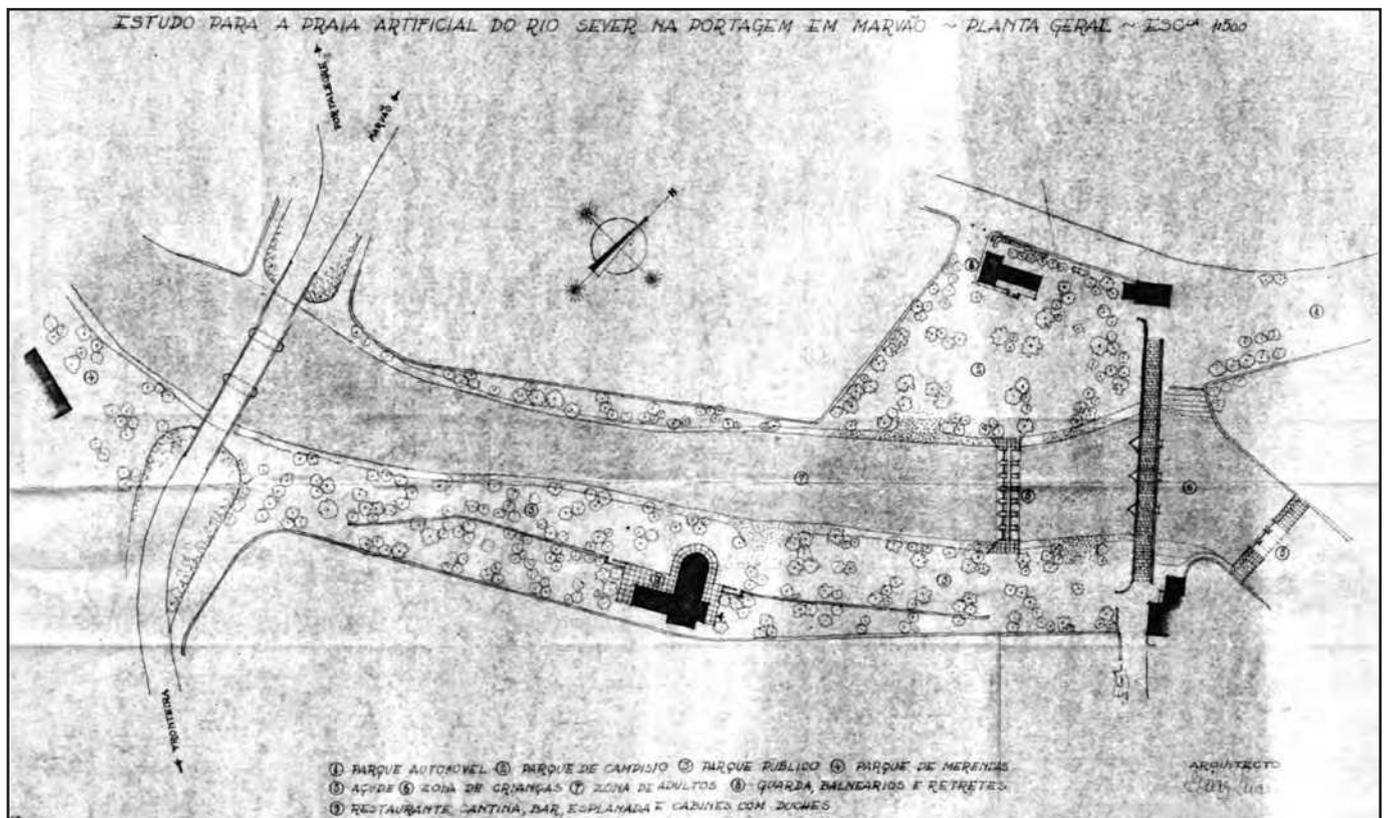
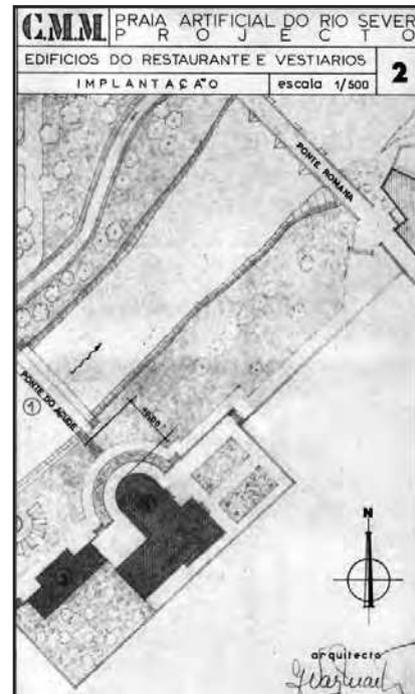
<p>HISTÓRIA DOS SINOS DE SANTA MARIA DE MARVÃO</p> <p>Os sinos, de vez em quando, Nessa Vila de Marvão Tangiam forte, chamando Os fiéis à oração.</p> <p>A Torre de Santa Maria, Com seus sinos de vós sã, De todo o lado se ouvia : Desde a Portagem à Beirã.</p> <p>Iam velhos e meninos A cumprir obrigação Ouvindo dizer os sinos : Dalim dlão, Dalim dlão!</p> <p>la o João e a Maria ; la a Rosa e a cunhada ; A Joana também ia, la toda a pequenada.</p> <p>Tambem ia a Conceição, la a Chica e mais a mãe, E na Vila de Marvão, A vida corria bem.</p>	<p>Mas um dia aconteceu Que, na Vila de Marvão, A Torre emudeceu, Sem haver uma razão...</p> <p>«Que teria acontecido?» — Perguntou o Jeremias, Que é homem decidido E que tem certas manias.</p> <p>Pé aqui, pé acolá, Lá vai ele investigar... Os sinos não estavam lá, Tinham ido passear...</p> <p>Numa longa caminhada Em sua perseguição, O homem não fez mais nada : Foi direito à fundição!</p> <p>E quando lá se encontravam, Foi tamanha a comoção, Que os velhos sinos choravam : Dalim, dlão, Dalim, dlão!</p> <p>Mas por fim lá serenaram. Numa grande animação, Ali mesmo combinaram, Voltar de novo a Marvão.</p> <p>A torre cresceu de novo, E os sinos já lá estão... Para a missa irá o povo, Dalim, dlão, Dalim, dlão!...</p> <p>Lisboa, 1 de Julho de 1961 <i>Zé das Penetas</i></p>
--	--

A história dos sinos no jornal *A Rabeca* n.º 2.150 de 30 de Agosto de 1961

- Defendeu trabalhadores municipais discriminados quando dos aumentos salariais de 1959.
- Pressionou as autoridades envolvidas face à falta de resolução de problemas de salubridade pública (mosquitos, rapas, joaninhas) (1959).
- Iniciou o processo que haveria de conduzir, mais tarde, à construção da piscina fluvial da Portagem, através de um apelo, nesse sentido, à Direcção-Geral da Hidráulica, c. 1961⁽⁸³⁾.

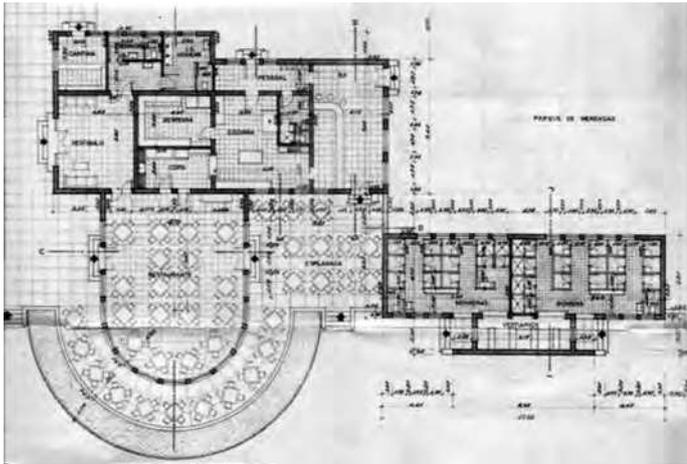


A piscina fluvial da Portagem em construção

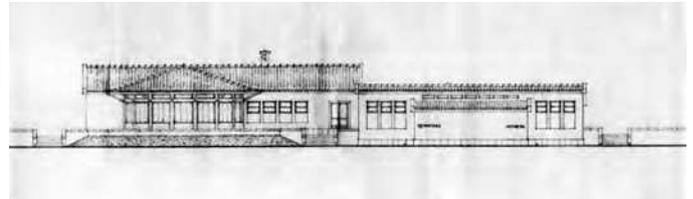


Projecto para a praia artificial do Rio Sever na Portagem em Marvão (Arq. João Vaz Martins, 1967)

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA



Projecto para a praia artificial do Rio Sever na Portagem em Marvão (Arq. João Vaz Martins, 1967)



“Restaurante, cantina, bar, esplanada e cabines com duche”

O Restaurante Sever



E não podemos falar da “Praia Artificial do Rio Sever” e do arranque turístico de Marvão sem prestarmos a nossa homenagem a mais um pioneiro, com vistas largas, em quem, na altura, pouco se acreditava. Foi João Garraio (1917-1992) quem construiu o primeiro restaurante digno desse nome, na Portagem, inaugurando-o em 1968, de mãos dadas com sua mulher, Conceição Garraio (1923-) - mais conhecida por D. Esperança -, um pilar da nova casa no sector da culinária. Depois de passar por várias vicissitudes próprias de quem começa, a sua empresa, qualificada e ampliada para a área da hotelaria por sua filha Julieta, haveria de se tornar no que são hoje os prestigiados Sever Empreendimentos Turísticos L.d^a, com importantes prémios na área da restauração.



Continuando com as campanhas de Jeremias da Conceição Dias, ele protestou contra a não realização de reuniões camarárias com acesso ao público (1963).

- Pressionou a DGEMN para a realização de obras de recuperação das fortificações e edifícios militares (1965; 1966; 1967).

- Protestou contra a falta de sinalização da fronteira de Galegos em mapa turístico nacional editado em 1968.

- Lutou pela recolha do lixo doméstico que era atirado da muralha e colocado junto às portas da Vila e de Ródão (1968).

- Protestou contra a falta de uma farmácia na vila (1968).

- Enviou apelos “de amparo patriótico para salvação desta relíquia nacional” aos principais magistrados políticos nacionais, do Presidente da República ao Governo Civil de Portalegre (1964; 1969; 1973).

- Defendeu os moradores do concelho que foram expropriados por razões urbanísticas (1968).

- Propôs a recuperação e modernização do matadouro municipal (1969).

- Realizou uma grande campanha (até 1966) pela construção da estrada Portagem-Marvão, cujo mérito lhe foi reconhecido em artigo do General Ferreira Martins, no jornal República, ao escrever:

(...) por uma bela estrada construída pela feliz intervenção do infatigável marvanense, o meu amigo Jeremias da Conceição Dias, que encontrou a compreensão do então Presidente da Junta Autónoma das Estradas, sr. general Luís Macedo (Mesquitela), para a realização desse melhoramento indispensável à vila⁽⁸⁴⁾.

- Propôs evocações públicas e a colocação de memoriais relativamente a grandes marvaneses (Dr. António de Matos Magalhães e Dr. José Martins Gralha, por exemplo) e à passagem de figuras ilustres pelo concelho, com propósitos turístico-culturais (passagem do cortejo de D. Leonor de Áustria quando se deslocou para o Crato a fim de se casar com D. Manuel I, descansando, segundo a lenda, no Penedo da Rainha, Beirã; estada do Rei D. Carlos, durante as suas caçadas, no Posto da Guarda Fiscal de Galegos, em 1907) (1971).

- Protestou contra o deplorável estado de algumas estradas do concelho (1969).

- Defendeu os produtores de leite de Marvão relativamente aos baixos preços e aos atrasos de pagamento de que eram vítimas (1969)

- Quando Salazar morreu (27 de Julho de 1970) escreveu os seguintes versos que passaram entre mãos de amigos:

*Alma vil e cruel que enfim partiste
Tão tarde – diz o povo descontente
Fica lá no inferno internamente
Que nenhum português ficará triste*

*E se lá no inferno onde caíste
Memória deste mundo se consente
Que te não esqueças nunca da lusa gente
A quem tantos maus tratos infligiste*

*Se vires que te é dado confessar
De alguma forma a dor que nos legaste
Nestes quarenta anos de penar*

*Roga a Deus em quem sempre acreditaste
Que bem cedo te faça acompanhar
Pela corja de bandidos que criaste*

O autor,
Camões⁽⁸⁵⁾

- Lutou contra a venda ilícita de bens municipais (1970; 1971; 1972).

- Protestou contra o deficiente acompanhamento médico à vila (1975).

- Denunciou o desaparecimento de armamento e de peças arqueológicas do museu municipal (1976).

- Lutou, durante anos, nas páginas do *Boletim da Misericórdia*, pela formação e desenvolvimento de uma LIGA DOS FILHOS E AMIGOS DO CONCELHO DE MARVÃO que se havia de constituir em 1962. Através da documentação existente no AHMM, que abarca o período de 1962 a 1965, ficamos a saber que, até 1964, a liga teve 179 sócios. A sede localizava-se estatutariamente em Marvão mas tinha uma delegação em Lisboa, a funcionar na Casa do Alentejo, havendo uma “sub-comissão” em Marvão de que faziam parte o Dr. José Martins Gralha, Jeremias da Conceição Dias, Joaquim do Espírito Santo Raposo, o Dr. José Capelo e António Delgado Garcia⁽⁸⁶⁾. Aqui está mais um tema a investigar que proporcionará uma imagem interessante de Marvão dos anos 60 do século passado, mas que, obviamente, como tantos outros temas levantados neste livro, não podemos aqui desenvolver.

SÓCIOS DA LIGA DOS FILHOS E AMIGOS DO CONCELHO DE MARVÃO, EM 1963, COM AS RESPECTIVAS QUOTAS⁽⁸⁷⁾

N.º	Nome	Sexo	Quota
1	João António Miranda	Mas	10000
2	Prof. João Dias Monteiro	"	10000
3	Oscar da Ressurreição P. Assinhal	"	10000
4	João Miranda Rosa	"	10000
5	João Barradas Serrano	"	10000
6	João Nunes Raposo	"	10000
7	João Neves Bugalho	"	10000
8	Gostódio Lourenço Barradas	"	5000
9	Joaquim Maria da Conceição Silva	"	10000
10	Eduardo Salgueiro Batista	"	7850
11	Severino Dias Miranda Rosa	"	10000
12	António Maria Marques	"	5000
13	João Miranda Rosa	"	5000
14	Jeremias da Conceição	"	5000
15	Marcelina Rosa	"	5000
16	Artur da Conceição Dias	"	5000
17	Artur da Conceição Miranda Rosa	"	5000
18	Augusto da Conceição Dias	"	5000
19	Manuel Miranda Rosa	"	5000
20			
21	Florival Fepe dos Reis	"	5000
22	Emília dos Santos Belo C. Branco	"	10000
23	João António da Estrêla Garção	"	5000
24	Manuel António Epifânio	"	5000
25	Dr. Manuel S. B. Gomes Lobo	"	5000
26	Manuel Dias Andrade	"	5000
27	Padre Francisco Vermeirô	"	5000
28	Ernesto Batista Castelo Branco	Ano	50000
29	João Rosa	Mas	5000
30	Joaquim Rosa Batista	"	5000
31	Isabel Herberto	"	5000
32	Adriano da Conceição Batista	"	5000
33	João Francisco Costa Caldeira	"	2850
34	Casimiro Mourato	"	2850
35	João Francisco Alberto	"	10000
36	João Gomes Dias	Mas	5000
37	João Nunes Sequeira	Mas	20000
38	Maria Benedita Parente Ferreira	Mas	5000
39	João Gomes Esteves	"	10000
40	João Meir Jacob	"	5000
41	Francisco de Assunção S. Andrade	"	3000
42	João Francisco da Fonseca	"	2850
43	Manuel Pires da Mata Raposo	"	5000
44	Carolina Rosa Gomes Dias	"	5000
45	Dr. Manuel Magro Machado	"	10000
46	António Pinto de Sousa	"	5000
47	Eduardo Antunes Cera	"	10000
48	João Maria Marques	"	5000
49	Luís Nunes da Silva Mendes	"	5000
50	Maria das Dores Lopes	"	10000
51	Manuel Barradas	Mas	20000
52	Isabel Maria dos Santos	"	5000
53	Maria Cândida Martins Santos	"	5000
54	Francisco Dias da Mata	"	5000
55	João das Dores Bugalho	"	2850
56	Abel Carrilho Gralha	"	20000
57	João Pires da Mata	"	5000
58	João de Carvalho Pinheiro	"	5000
59	João Quintino Janeiro	"	10000
60	João de Oliveira Beagala	"	10000
61	João Maria da Fonseca	"	2850
62	Amélia Dias Andrade	"	5000
63	Leonel Andrade Efe	"	5000
64	Pedro Andrade Efe	"	5000
65	Américo Belo Dias Andrade	"	5000
66	Catarina Beatriz Moura	"	5000
67	António Moura Andrade	"	5000
68	João Pinto de Sousa	"	50000
69	Januário Gonçalves Castanho	"	7850
70	João Carrilho Lourenço Ventura	"	2850
71	João Brás Cordeiro	"	5000
72	João da Conceição Serra	"	10000
73	Idílio Raposo Esteves	"	10000
74	Manuel Maria Jerónimo Cebolas	"	8000
75	João Batista Martins	"	5000
76	Francisco Batista Duarte	"	5000
77	Manuel Salgueiro Martins	"	7850
78	Constança Simões Antunes	"	10000
79	Joaquim do Espírito Santo Raposo	"	10000
80	Portunho Rosa da Fonseca	"	10000
81	Júlio Patrício de Almeida	"	7850
82	Fernando de Oliveira	"	2850
83	João Cebolas Barreta	"	5000
84	Manuel B. Vivas	Ano	50000
85	António Carmelo Pinheiro	Mas	5000
86	Joaquim Delgado	"	2850
87	João Nunes Moura	"	2850
88	Francisco Carrilho Busca	"	2850
89	João Vieira Antunes	"	2850
90	João da Fonseca	"	2850
91	Joaquim Gonçalves da Silva	"	2850
92	Joaquim da Costa Carita	"	5000
93	Manuel Inácio Cotto	"	5000
94	Joaquim Manuel Picaço Cotto	"	2850
95	Dr. Eurico Serra	"	10000
96			
97			
98			
99			
100	Estrelinda da Costa Rebelo	"	5000

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA

N.º	Nome	Período	Valor
101	João Francisco Rosado N. Vidal	Mes	10000
102	José Fernandes S. Poveas	"	5000
103	Joaquim da Silva Jobão Telo	"	10000
104	Júlio dos Santos CarçBo	"	5000
105	Dr. Orlando T. R. F. Asinheira	"	5000
106	António Martins	"	20000
107	Alice Almeida Santo Martins	"	20000
108			
109			
110	Dr. Maria E. L. S. Viegas Asinheira	"	5000
111	António José Ribeiro Miranda	"	5000
112	Ermengildo Rosado Bengala	Abó	120000
113	José Pedro Felizardo	Mes	10000
114	João Vaz Bernardo	"	5000
115	Joaquim Botelheiro Gonçalves	"	7000
116	António Realinho Carrilho	"	5000
117	Eng. José Pires Castanho	Ano	240000
118	Maria do Rosário S. Carrilho	Mes	5000
119	Manuel Carpinteiro Clével	"	10000
120	Filipe Torrezano	"	10000
121	António Delgado Garcia	"	5000
122	Silvêrio Rosado Bengala	"	5000
123			
124	Joaquim da Costa Andrade	"	5000
125	Manuel Infúcio	"	5000
126	Eugenio Santos	Ano	60000
127	João Vaz Casa Nova	Mes	5000
128	João Francisco	"	5000
129	Zacarias Dias	"	5000
130	João Pinto de Sousa Junior	"	15000
131	Manuel Nunes Vidal	"	2000
132	José Miranda Luis Calado	"	5000
133	Teotónio Serra Conchinha	"	7000
134	Cristóvão Rodrigues Rolo	"	2000
135	Fernando João "seixira rogo	"	5000
136	Soc. Ben. Ins. Rec. Portagem	"	2000
137	Adriano Garcia Dias	"	10000
138	José da Silva Casa Nova	"	10000
139	Manuel Chaimiro Calina	Abó	30000
140	Juliano Pires Raposo	"	30000
141	José Patricio	"	10000
142	Réne. A. N. R. Martins Tavares	"	5000
143	Joaquim Gonçalves Pires	"	5000
144	Francisco Rodrigues Rolo	"	5000
145	Joaquim Nunes Vidal	"	2000
146	Maria Joana Bengala	"	2000
147	Antónia da Paz	"	2000
148	Luis Pinto das D. Mousinho Silveira	"	50000
149	Francisco Carlos	"	120000
150	José Maria Pires Cardoso	"	120000

N.º	Nome	Período	Valor
151	Manuel Serra Calina	Ano	30000
152	José Indio Correia	"	30000
153	Joaquim Curado da Silva	"	30000
154	João Sequeira Carlos	"	30000
155	João Andrade Carrilho	"	30000
156	Afonso dos Santos Rolo	"	30000
157	José Maria Costa Reis	"	30000
158	Manuel Sequeira Carlos	"	120000
159	Carolina Tapadojo Monteiro	Mes	5000
160	Manuel Gonçalves Castanho	"	10000
161	João Manuel Marques Santa Cruz	"	2000
162	Manuel da Silva Chalante	"	10000
163	João da Silva Antunes	"	5000
164	Carlos Salgueiro Susano	"	5000
165	João António Branco da Fonseca	"	5000
166	João António Marcelino Serra	"	10000
167	Miguel Marques Vidal	"	7000
168	Olimpio Jaime Bengala	"	50000
169	Alcindo Henrique Barbosa	"	5000
170	Manuel da Conceição Nunes	"	5000
171	António Cachista da Silva	"	5000
172	D. Cesaltina Mimoso de Aguiar	"	5000
173	D. Virginia Alacoo de Aguiar	"	5000
174	Manuel Soares de Aguiar	"	10000
175	José da Natividade Pinto	"	5000
176	Gilberta da Paz Felix Carmelo	"	10000
177	Jacinta dos Santos Pires Dias	"	5000
178	João Curado	"	5000
179	José Pedro da Paz	"	2000
180	Maria Inês Duarte da Fonseca	"	2000
181	Maria Augusta Fonseca Campos	"	2000
182	Francisca da Fonseca Antunes	"	5000
183	Dr. Augusto de Azeredo C. Santos	"	10000
184	José Pires Janeiro	"	5000
185	Maria Henriques de Albuquerque	"	10000
186	Luis Filipe Ribeiro Serrano	"	2000
187	Rosalina Costa da Fonseca Busca	"	5000

PRÓ-COMISSÃO DA LIGA DOS FILHOS E AMIGOS DE MARVÃO
 INTEGRADA NA CASA DO ALENDEJO - Rua Portas de Santo
 Antão, 58 - LISBOA

JOÃO ANTÓNIO MIRANDA -- Presidente
 PROFESSOR MONTEIRO -- Vice-Presidente
 ÓSCAR AZINHAIS -- Secretário para a Imprensa
 MANUEL GRAIHA - Secretário p.ª Melhoramentos-Turismo e Assist.
 JOSÉ SERRANO -- Secretário
 JOSÉ MIMOSO RAPOSO -- Secretário
 JOSÉ NEVES BUGALHO -- Tesoureiro
 CUSTÓDIO LOURENÇO BARRADAS - Vogal
 JOAQUIM MARIA DA SILVA -- Vogal
 EDUARDO SALGUEIRO BATISTA -- Cultura e Propaganda
 ANTÓNIO MARQUES -- Cultura e Propaganda

SUB-COMISSÃO DA LIGA DOS FILHOS E AMIGOS DE MARVÃO
 M A R V ã O

DOCTOR JOSÉ MARTINS GRAIHA
 JEREMIAS DA CONCEIÇÃO
 JOAQUIM E. RAPOSO
 DOCTOR JOSÉ CAPELO
 ANTÓNIO DELGADO GARCIA

A constituição da Pró-Comissão da Liga e da Sub-Comissão de Marvão (doc. s. d., provavelmente de 1962). Curiosamente, o presidente João António Miranda é também eleito presidente, em 1965, da Delegação em Lisboa da Misericórdia de Marvão.

Dos estatutos aprovados em 1964 constavam os seguintes objectivos⁽⁸⁸⁾:

Sem prejuizo dos fins genericamente annunciados no Artigo 1.º, são atribuições da Liga:

- a) - Pugnar pelo prestigio da região Marvanense, promovendo o seu desenvolvimento e zelando por tudo, o que possa concorrer para o seu engrandecimento;
 - b) - Desenvolver o espirito e os laços de solidariedade espirituais e morais não só entre os associados, mas também entre todos os que, de algum modo, estejam ligados ao Concelho de Marvão;
 - c) - Proteger moral e materialmente os Marvanenses que o careçam, mantendo, para esse fim, em activo funcionamento, uma comissão de assistência;
 - d) - Prestar ou solicitar ás entidades officiais a maior colaboração em qualquer campo da sua actividade cujo fim mediato ou immediato possa interessar, desenvolver e engrandecer a região;
- § Unico - A Liga é alheia a todas e quaisquer manifestações de carácter politico ou religioso.

LIGA DOS FILHOS E AMIGOS DE MARVÃO

Assuntos a tratar com início em 1 de Outubro de 1962

- a) - Criação do ficheiro de todos os Marvanenses e amigos de Marvão, no qual constará nome, morada, filiação, profissão e fotografia (facultativo).
- b) - Criação duma quotização com o modesta quantia de 5\$00 mensais destinados às despesas correntes, e a criar um fundo de reserva para atender às necessidades de beneficência em casos de emergência, a prestar a qualquer natural do nosso Concelho.
- c) - Comunicar à Câmara Municipal de Marvão a criação da Liga, pedir-lhes colaboração dizendo seus fins etc..
- d) - Enviar circulares aos Marvanenses cujos nomes e moradas estejam ao nosso alcance, para comparecerem no dia 23 do corrente na CASA DO ALENTEJO para uma nova reunião desta Liga.
- e) - Elaborar uma carta-planta do Concelho de Marvão, realçando todos os pontos turísticos, começando pela Vila de Marvão, Santo António das Areias, Beirã, Escusa, Portagem, Galegos, S. Salvador de Aramenha, Porto da Espada etc., destacar a volta de cada povoação todos os pontos atractivos de interesse para o turista, como sejam, Calciras na Escusa, Estrada Túnel, Olhos de Água, Rio Sever, Hortas, Castiçais na parte Norte do Concelho, Soutos na parte Sul, e ainda os vales, Arrasa, Monte, Pinho, Prado etc..
- f) - Criar uma sub-comissão em Marvão de quatro a cinco membros, com o fim de divulgar a Liga por todo o Concelho, e mantendo estreita colaboração com a Comissão de Lisboa.
- g) - Estudar a maneira de comemorar no próximo ano 1963, o oitavo centenário da fundação da nossa querida Vila de Marvão.

*O Presidente
Jeremias da C. Dias*

A ordem de trabalhos de uma das primeiras reuniões (1 de Outubro de 1962) da Liga

Jeremias da Conceição Dias, de espírito irrequieto e irreverente, nunca serviu ao poder ditatorial de então para exercer qualquer cargo na Câmara Municipal. Não que defendesse qualquer opção ideológica precisa; mas tinha um partido – Marvão - que defendia de alma e coração e até às últimas consequências (“Não recuo um milímetro!”) e isso acabaria por se tornar inconveniente para o poder. Em vez de ser aproveitado/apadrinhado nas suas ideias, que eram claras – dar sustentabilidade à vila através do turismo e da valorização do seu património -, o que mereceu foi uma acusação em tribunal, quando já tinha 76 anos, de abuso de liberdade de imprensa. Condenado na 1ª instância (Portalegre), ganharia o processo no Tribunal da Relação de Coimbra. O acórdão, absolvendo-o da acusação de difamar a autarquia, porque “o réu é um defensor da sua terra natal – Marvão” (...) “criticou o acto do Corpo Administrativo, com violência (...) para defender os interesses da sua terra”⁽⁸⁹⁾, foi saudado por toda a imprensa regional e nacional, ávida de liberdade de expressão⁽⁹⁰⁾ e, também, pelo Rádio Clube Português.



Visita de Marcelo Caetano a Marvão (1971). Numa aula de Direito Administrativo, nos anos 60, em Coimbra, referiu-se a Jeremias da C. Dias como o “heróico paladino do Concelho de Marvão” (informação do Dr. Augusto Costa Santos, seu aluno)

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA



Os alunos da Escola Municipal nº 2, de Portalegre, agradeceram todas as atenções recebidas do Senhor Jeremias, durante a excursão realizada a essa "Sua Nobre e Sempre Real Vila de Marvão", em 25/4/64, e tomaram a liberdade de oferecer esta foto, uma dedicação e um desenho, alusivos a essa visita.

Igualmente agradecemos as referências feitas em vários jornais. Os seguintes alunos:

Queira Carrapiço; Florentino Miranda; Cruz Comilão; Barradas Lopes; Correia Dólos; Dalmirino Carrajola; Gaspar da Moura; Alpalhão; Mourato Balbina; Trindade Laguarda; João Mendes Augusto; Luíselha Cardoso; João Brata; Trindade Branco; etc.

1. João Matela; 2. Candeias; 3. Jeremias da Conceição Dias; 4. Prof. Francelino Matela; 5. Joaquim Carrapiço; 6. Mário Alpalhão; 7. Carlos Blanco Miranda

Após a morte de Jeremias da Conceição Dias, a casa foi comprada pela família Silvério que a habita desde 1985 e que preservou o espólio ali deixado pelo anterior morador, o que é digno de muito apreço. É também digno de nota o restauro e a preservação do pequeno vão descoberto no frontispício da casa (quando tantas vezes se esconderam, deslocaram do seu contexto ou destruíram achados e outros elementos do património da vila), provavelmente para exibição de arte sacra, com decoração ainda gótica. Relativamente a esta família marvanense - António Silvério, vindo de Campo Maior para as Finanças de Marvão em 1966, e Carminda Silvério, professora do ensino primário aposentada, natural de Porto da Espada -, queremos aqui deixar registada, porque também significativa, a sua participação na vida cívica de Marvão: António Silvério é o actual (escrevemos em 2014) Provedor da Santa Casa da Misericórdia (com sua mulher, Vogal da Mesa Administrativa), cumprindo ambos o segundo mandato seguido, desde 2010. Mas já nos anos oitenta, foi António Silvério Vice-Provedor e também Provedor, e com sua mulher num outro cargo da administração. De referir ainda, já ter passado António Silvério pelo cargo de Presidente do

Concelho Fiscal do Centro Cultural de Marvão e ter participado, com sua mulher, em inúmeras comissões de festas em honra de Nossa Senhora da Estrela.



Caçada e petisco na Herdade de Vale do Cano. António Silvério (segundo a contar da esquerda) junto a António Andrade

9.5 A “CASA DA ÁRVORE”, ANTIGO TEATRO MARVANENSE E ESCOLA DOS RAPAZES DO ASILO

Como referimos atrás, no século XIX, no lugar do n.º 8 desta rua estava um edifício da propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento que o teve alugado a vários inquilinos. Já no séc. XX, veio a albergar o Teatro Marvanense, designado por Teatro Dr. Manuel de Jesus Portilheiro, a partir de 1931⁽⁹¹⁾, por vontade do doador, o Dr. Joaquim Lopes Portilheiro Júnior - sobrinho do homenageado -, que foi Governador Civil de Portalegre (1915-1917) (1919-1919)⁽⁹²⁾ e Inspector da Região Escolar de Portalegre⁽⁹³⁾. Diga-se que já em 1929 se refere, em acta, que o Dr. Joaquim Portilheiro ia oferecer o “edifício onde se encontra instalado o teatro”⁽⁹⁴⁾. Mas a escritura é mais tardia, datada de 11 de Junho de 1934⁽⁹⁵⁾, comparecendo ao acto o referido doador e sua mulher (igualmente doadora), D. Maria Eugénia de Macedo Cordeiro Rosa Portilheiro. Destinaram o edifício para “teatro e outros divertimentos públicos”. Encontrámos, documentados, “bailes no Teatro desta Câmara”⁽⁹⁶⁾. Era um edifício de um só piso com quintal que, reabilitado posteriormente (1951), albergou, no rés-do-chão, a “Escola dos Rapazes do Asilo” até à extinção desta instituição (1967/8)⁽⁹⁷⁾. As raparigas tinham a sua escola no Convento de Nossa Sr.ª da Estrela⁽⁹⁸⁾.



O edifício do Teatro de Marvão já transformado na Escola dos Rapazes do Asilo (SIPA FOTO.00167049, 1951)



Em fotografia anterior a 1950, o Largo da Parada com o edifício do Teatro de Marvão

Não sabemos se o edifício foi comprado pela Misericórdia antes da instalação da referida escola, mas damos a conhecer que, em 1950, o Dr. José Martins Gralha propôs, à Assembleia Geral da Santa Casa, de que era presidente, a compra de “uma morada de casas na Parada da Vila de Marvão com quintal, destinado actualmente a teatro, confrontando ao Norte com D. Amélia Semedo Pereira, Sul com o Largo da Parada, nascente com a Rua Dr. António Matos Magalhães e Poente com caminho; é o artigo quatrocentos e um da Matriz. Destina-se à instalação da escola privativa da Casa de Trabalho de S. Tiago. O preço é de escudos dois mil”⁽⁹⁹⁾. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.



Edifício onde funcionou, antes da sua privatização e actual reabilitação, o Teatro de Marvão e a Escola dos Rapazes do Asilo (2015)

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA

9.6 A “CASA DO BRASÃO” E O LARGO DA PARADA, HOJE DESIGNADO POR LUÍS DE CAMÕES



“Casa do Brasão”, na altura (entre 1911 e 1950) ocupada com o quartel da GNR

Trata-se da única casa brasonada de Marvão, com escudo de mármore esquartelado dos Coelhos, dos Espadas (e dos Magalhães?), com elmo cravejado com três espadas e ornamentação de concheados característicos no estilo rococó, portanto, da segunda metade do séc. XVIII. Apresentava, também, moldura contracurvada, em trabalho de massa, terminando em motivo vegetalista. Luís Keil, no seu *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre* (1943), dá notícia deste brasão, mas nada refere sobre ele do ponto de vista do seu conteúdo. Acrescente-se, adensando o mistério, que uma fotografia que reproduzimos supra, anterior a 1950, parece não o apresentar, uma vez que, apesar do envelhecimento da imagem, sendo o brasão orlado de moldura amarelo-torrado e com fundo azul nos anos 60, dificilmente não se visualizaria/destacaria.

A mais antiga função que é conhecida ao edifício, depois de estar devoluto em termos habitacionais, foi a de posto da GNR. Como já referimos, a Guarda veio para Marvão por volta de 1911, não sabemos para que edifício, mas em 1927 projectava-se “construir na Parada (largo em frente do Posto da Guarda Nacional Republicana), um jardim, canalizando oportunamente para ali as águas da cisterna e desde que esta não faça falta”. E no mesmo ano, a “Comissão deliberou dar ao largo que actualmente é conhecido por “Paráda”, o nome de Largo do Dr. António de Matos Magalhães”⁽¹⁰⁰⁾. E damos a conhecer uma história pitoresca ligada ao edifício: conta-se na vila que uma vez apareceu um veado intramuros e que os guardas o apanharam, com grande dificuldade, e o guardaram no palacete até ser posto em liberdade na tapada de Maфра.

Devido ao estado ruinoso do edifício, a GNR passou, em 1951/52, para a actual Casa D. Dinis. Lemos no Boletim da Misericórdia, que, depois, “o edifício que ficou devoluto vai ser ocupado agora pelas camaratas, refeitórios e demais instalações da Casa de Trabalho Masculina da Santa Casa da Misericórdia”⁽¹⁰¹⁾. Não sabemos se todas estas funções se concretizaram, mas por testemunho oral, ficámos a saber que o edifício ainda albergou, cerca de 1952/54, uma oficina de carpintaria de Vitorino Rosado, uma de lapidação de vidro e uma “escola de música” onde se formou a banda do Asilo⁽¹⁰²⁾. Na sequência desta utilização, a Santa Casa adquiriu o edifício a 14 de Março de 1963, por compra a Maria Eugénia de Macedo Cordeiro Rosa Portilheiro⁽¹⁰³⁾, e vendeu-o a 3 de Setembro de 1973⁽¹⁰⁴⁾, a António Augusto de Figueiredo da Silva Martins que, por sua vez, o doou à Câmara Municipal a 14 de Janeiro de 1988, com a condição do Município realizar obras de recuperação na sua casa da Rua 24 de Janeiro n.º 11, o que aconteceu ao nível da cobertura. Actualmente⁽¹⁰⁵⁾, o piso térreo e o antar nobre são da propriedade do Estado Português, aí funcionando, respectivamente, a Conservatória de Registo Civil, Predial e Comercial e a Repartição e Tesouraria da Fazenda Pública do Concelho de Marvão. O 2º andar/sótão é de propriedade municipal convertido em habitações. As Finanças inauguraram as suas novas instalações no dia 2 de Abril de 1993⁽¹⁰⁶⁾.



“Casa do Brasão” quando da visita presidencial do General Óscar Carmona (1935). Imagens do brasão antes (em cima, 1966) e depois da reconstrução do edifício

9.7 A ESCOLA PRIMÁRIA



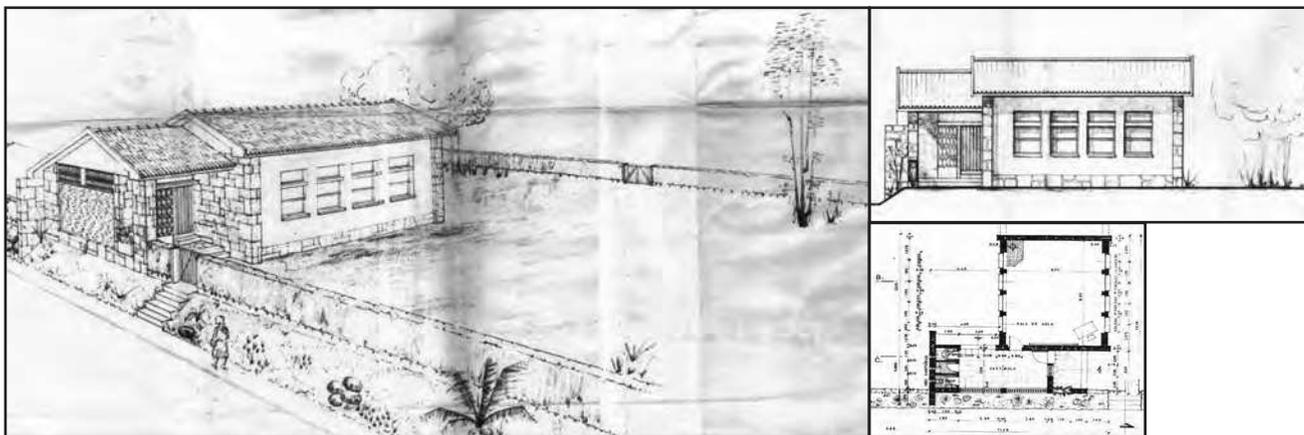
Edifício da última escola primária da vila, utilizado hoje por serviços camarários

Depois das escolas primárias da Rua de Cima e do Corro, e também das suas instalações provisórias na Rua 24 de Janeiro, foi edificada a que viria a ser a derradeira escola primária da vila de Marvão, através da benemerência de três marvanenses:

Voto de reconhecimento: Deliberou esta Câmara Municipal por unanimidade exarar nesta acta um voto de agradecimento e reconhecimento aos benfeitores desta vila Senhores Jose Pinto de Sousa, António Pinto de Sousa e Olímpio Jaime Bengala, como testemunho de gratidão desta Mui Nobre e Sempre Leal Vila de Marvão, pela generosa dádiva que lhe foi legada por estes Senhores, do edifício escolar de Marvão, que aqui fica bem patente aos olhos dos seus conterrâneos, como prova de amor e carinho para com a sua terra natal⁽¹⁰⁷⁾.

A escola importou em 218.323 escudos e 80 centavos e foi inaugurada a 13 de Janeiro de 1968, recebendo as crianças nesse mesmo dia⁽¹⁰⁸⁾.

Do ponto de vista arquitectónico, o edifício, que hoje se apresenta remodelado com intervenção recente, já pouco integra do “estilo português suave” tão característico do Estado Novo. Mas as cantarias e grades de alvenaria do alpendre ainda lembram o anterior comprometimento oficial com a “casa portuguesa”. Foi projectado pelo Eng. José Elísio Nascimento dos Santos, em 1967, da DGEMN (Delegação para as obras de construção de escolas primárias, Secção de Lisboa)⁽¹⁰⁹⁾.



Perspectiva, planta e alçado sul (principal) do projecto da escola primária (Eng. José Elísio Nascimento dos Santos, 1967)



Os últimos alunos de Marvão (2003) com a Prof.ª Lúcia Papafina; da esquerda para a direita: Vanessa Sabino, Ricardo Correia, Núria Sabino, Irene Garraio, Bárbara Gomes e Tiago Coelho

RUA DR. MATOS MAGALHÃES, ANTIGA RUA DA CORREDOURA

9.8 AS “CASAS DOS AZEVEDOS”

Trata-se de um conjunto de três edifícios adossados que, pelo confronto entre a planta de 1765 e a de 1814, terão sido construídos entre estas duas balizas temporais. A pré-existência que se apresenta na planta de 1765, de reduzidas dimensões e em posição oblíqua, poderá ter constituído um edifício que foi demolido para dar lugar aos actuais, de maior escala. Também estilisticamente, as sacadas do edifício principal, que está a sul, se integram num Barroco pobre, com aquela sobreverga em trabalho de massa, embora o gradeamento da sacada que dá para a rua já seja em ferro fundido.

As funcionalidades dos três edifícios, durante o século passado, foram as seguintes de norte para sul:

- 1.º edifício: foi adaptado, em 1950/51, para fundição (onde se faziam, por exemplo, relhas de arado) e sapataria da Casa de Trabalho Masculina do Asilo dos Rapazes. Aí funcionaram estas oficinas até à sua transferência, em 1954, para a Rua 24 de Janeiro⁽¹¹⁰⁾. De passagem, refira-se que, em 1956, a Misericórdia pediu ao então proprietário (Doutor Joaquim Antunes de Azevedo) “a caridade de ceder definitivamente a esta Instituição a casa onde noutro tempo funcionou a Fundição e sapataria, lembrando ao mesmo Senhor que a Misericórdia gastou na reconstrução da referida casa, para cima de 20 contos, aliás com grande sacrifício”⁽¹¹¹⁾. Tal “caridade”, porém, não foi conseguida.
- 2.º edifício: foi farmácia, da responsabilidade do Dr. Teófilo, nela trabalhando António Delgado Garcia, como já referimos neste capítulo.
- 3.º edifício: ali se alojavam os chefes da repartição das finanças na sua rotação de seis em seis anos⁽¹¹²⁾.

Uma última referência para o portal norte, renascentista, que dá para o Largo da Parada, com o vão moldurado a granito esquadrihado, ladeado por colunas jónicas que sustentam uma arquitrave onde se levanta um frontão com óculo e base para uma possível cruz, ladeado por dois ornatos constituídos por pequenas bases com bola. Segundo testemunhos que nos chegaram, trata-se de um portal para aqui trasladado por Manuel Berenguel Vivas (ao tempo Presidente da Câmara e Provedor da Misericórdia), em 1951, vindo do claustro do Convento de Nossa Senhora da Estrela⁽¹¹³⁾. A ser verdade (não vislumbramos lugar onde este portal exterior possa ter estado), trata-se de um exemplo do que nunca se deve fazer em termos patrimoniais:



As “Casas dos Azevedos” e a zona hoje ocupada pelo jardim junto ao Parque Infantil (anos 40)

a transferência do portal empobreceu o edifício de onde foi retirado e não enriqueceu o que o recebeu, por completa falta de autenticidade. Refira-se, também, que está registada na ficha IPA.000032222 do Núcleo Urbano da Vila de Marvão (www.monumentos.pt), a seguinte referência a obras que a Santa Casa realizou no Largo da Parada, não sabendo nós, se se trata desta se da transformação do antigo teatro, se das duas, uma vez que se realizaram na mesma altura: “1950 - pedido de embargo das obras da Casa de trabalho masculino, no Largo da Parada, pertencente à Santa Casa da Misericórdia, por não ter sido pedida autorização”.



Portal renascentista do claustro do Convento de Nossa Senhora da Estrela que foi para aqui trasladado, por Manuel Berenguel Vivas, em 1951 (foto de baixo SIPA FOTO.00166957, 1951)

NOTAS

1) Ver (<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/albacar>)

2) AHMM, Mç00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/003 (1926/07/25 - 1929/12/31), folha n.º 21 v.º.

3) AHMM, Mç00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/134 (1969/12/26 - 1972/05/25), folha n.º 193.

4) Informação de Maria de Jesus Alves Garcia (1952-), moradora na rua em apreço.

5) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1764-1770, folhas n.º(s) 24 v.º a 25 v.º.

6) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/001 (1763-1780/04/200), folhas n.º(s) 26 a 27 v.º.

7) Pensamos tratar-se da abreviatura de jornaleiro, ou seja, de um trabalhador que anda à jorna, pago ao dia, embora as letras terminais apareçam sempre trocadas.

8) AHMM, Mç 121, JPSTG/01/007 (1808-1826), folha n.º 68 v.º.

9) A seguir está o registo da Rua do Sabugueiro e da Rua do Castelo.

10) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS (1763 - 1865), Mç 123, JPSTM/02/004 (1814-1835), folha n.º 1.

11) AHMM, CMM, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05 - 1834/07/28), folhas n.ºs 4 a 6 v.º.

12) Esta casa era propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento que a tem inscriturada nas suas contas, do lado da receita, com a seguinte referência: "R o foro das casas pequenas do Dr. Antonio Pedro 1200".

AHMM, Mç 112, vários documentos, IRMS-S/02/002, 1795/10/18, 1859/11/30, 1833, f. 64 v.º.

A casa consta aforada ao D.ºr Joze Antonio do Valle, por 1200 réis, em 1790, em 1801 e em 1810.

Em 1811 passa o foro para D. Maria do Valle pela mesma renda. E assim consta até 1814/15. Deixa de constar em 1816 e passa, em 1817, para Joaq.m Pedro, ainda pela mesma renda. Repete-se o registo até 1829, com a mesma renda, constando Joaquim Pedro Reixa em 1822, por ex.; outras vezes não vem registado o rendeiro. Mas em 1830 aparece, pela primeira vez: "O foro das casas da corredoura que comprou Antonio Pedro", ainda por 1200 réis (note-se que é o foro que é comprado, ou seja, o direito a ser rendeiro, e não o edifício em si. No ano seguinte (1831) confronta-se o prédio: "O foro das casas do Dr. Ant.º Pedro pegadas com o quintal de D. Marianna 1200". No registo de 1832 colhe-se mais um pormenor de localização: "O foro das casas do Dr. Antonio Pedro fronteiras as g.des 1200". Este rendeiro tinha, portanto, duas casas aforadas na mesma rua: umas "grandes" (por 2400 réis) e outras pequenas (por 1200 réis), e ainda uma vinha na Asseiceira (registo de 1839 a folhas 74). Todas estas propriedades pertenciam à Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em 1851/2 e até 1857/8, o foro vem em nome de D. Maria Benedicta que também tem o foro da referida vinha. Recuando agora no tempo, no "Inventario dos bens e fazendas que possui esta Confraria de S.mº Salvamento [sic] da Igreja Matriz desta V.ª de Marvão", feito a partir do ano de 1804, inscreve-se, na folha n.º 122, "Huma morada de cazas na Rua da Corredoria desta Villa que partem de presente com quintal do Reverendo João de Mattos Magalhaes e Rua publica (?) aforadas em foro (?) ao Dr. Jozé Antonio do Valle em mil e duzentos réis (...), avançando assim mais um pormenor da sua localização. "Morreo e ficou sua filha D. Maria do Valle, casada em Por.gre com Joaq.m Pedro Reixa herdeira deste foro (...)". AHMM, Mç 112, IRMS-S/02/002, 1795/10/18, 1859/11/30. Conclui-se que este prédio é a actual Casa da Árvore, porque é a única que, a norte, dava para um quintal, hoje garagem da família Silvério, pertencente, ao tempo (1831), a Donna. Marianna de Magalhães e, antes (1804), ao Reverendo João de Mattos Magalhaes; a sul, tinha e tem uma rua; em frente, tinha e tem as casas grandes (Casa do Brasão) onde morava o Dr. Antonio Pedro Siqueira. Podemos concluir que a "Casa do Brasão" e a "Casa da Árvore" foram propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento e alugadas à mesma pessoa: o Dr. Antonio Pedro Siqueira.



Aquarela de João Lino (2002)

Podemos também identificar antigos moradores (e proprietários) da actual casa da família Silvério: a família Matos Magalhães.

- 13) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/03 (1832/04/02 - 1834/07/28).
- 14) Arquivo do Serviço de Finanças de Marvão, Matriz Predial Urbana de 1930, folha n.º 4 v.º, Art.º 18.
- 15) Assim o refere uma certidão da Conservatória do Registo Predial de Marvão que nos foi apresentada pelas herdeiras.
- 16) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMM/CMM/B-A/01/101 (1829.01.01-1830.12.31), folha n.º 60 v.º.
- 17) AHMM, Mç 33, RECENSEAMENTO ELEITORAL DE ELEITORES E ELEGÍVEIS, CMMRV/6/01/001 (1842/06/21 - 1851/07/20), Freguesia de Santa Maria, folhas n.º(s) 32 v.º.
- 18) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808-1826), folha n.º 25 v.º.
- 19) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/003 (1794-1813/05/02), ano de 1800.
- 20) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808-1826), folhas n.º 4 v.º e 16 v.º.
- 21) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808-1826), folha n.º 38.
- 22) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808-1826), folha n.º 38.
- 23) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808-1826), folha n.º 111.
- 24) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808-1826), folha n.º 102.
- 25) Ver (http://old.geneall.net/B/fam_page.php?id=563)
- 26) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo - *Terras de Odiana*, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e de Marvão, Lisboa, 1988, p. 183.
- 27) Assim o refere uma certidão da Conservatória do Registo Predial de Marvão que nos foi apresentada pelas herdeiras.
- 28) AHMM, Mç 05, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/072 (1791.00.00-1791.12.31), folha n.º 26.
- 29) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/002 (1781-1793/04/20), folhas n.º(s) 105 a 106 v.º.
- 30) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/003 (1794-1813/05/02), folha n.º 37.
- 31) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/01/007 (1808-1826), folha n.º 4 v.º.
- 32) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/01/007 (1808-1826), folha n.º 16.
- 33) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/01/007 (1808-1826), folha n.º 68 v.º.
- 34) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/01/007 (1808-1826), 1824, folha n.º 172 v.º.
- 35) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/01/007 (1808-1826), 1825, folha n.º 184.
- 36) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/01/008 (1827-1839), 1831, folha n.º 40 v.º.
- 37) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/01/008 (1827-1839), 1832, folha n.º 46 v.º.
- 38) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808-1826), folha n.º 106.
- 39) AHMM, Mç 05, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/077 (1796.01.06-1796.12.31), folha n.º 16.
- 40) Não há registos anteriores a esta data nos róis de confessados disponíveis.
- 41) AHMM, Mç 112, vários documentos, IRMSS/02/002, 1795/10/18, 1859/11/30. No ano de 1831, confronta-se o prédio, hoje “Casa da Árvore”: “O foro das casas do Dr. Ant.º Pedro pegadas com o quintal de D. Marianna 1200”.
- 42) Esta família morava na Rua do Castelo em 1825. Os filhos registados são: Francisco de 6 anos e Jerónimo de 4. AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/004, 1814-1835.
- 43) Ver o registo de baptismo (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/viewer?id=1012241>)
- 44) Não pode ser o neto de que falámos acima, dada a idade referida.
- 45) Em 1845: Doutor Joaquim Joze de Mattos Magalhães Baxarel (63 anos), Dona Thereza da Trindade Mouzinho sua Mulher (61 anos), Doutor Leandro Pinto Frausto Genro Cazado (30 anos), Dona Constancia da Estrela Mouzinho sua Mulher (29 anos).
- 46) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, 1862.
- 47) AHMM, Mç 124, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/016 (1873/02/13-1876/06/13), folha 2 v.º.
- 48) AHMM, Mç 124, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/017 (1877/01/25-1882), folha 99 v.º.
- 49) Informação de António Silvério (1946-) conjugada com a descrição do prédio 6, Art.º 7, folha 2 v.º, da Matriz Predial Urbana de 1930, Arquivo do Serviço de Finanças de Marvão. Nesta matriz, o proprietário vem referido como Eduardo Augusto de Magalhães – Barquinha, exactamente porque fora Tesoureiro da Fazenda Pública no Concelho da Barquinha, pelo menos em 1912/13, conforme se pode ler nos Diários n.º(s) 156 de 5 de Julho de 1912, p. 2414 e Diário n.º 150 de 30 de Junho de 1913, p. 2392, em que ao mesmo eram concedidas licenças para tratar da saúde.
- 50) AHMM, Mç 125, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/021, 1906/06/03, JPSTM/02/022 (1907-1913).
- 51) Actualmente, os prédios em questão estão registados com os seguintes artigos nas Finanças: Artigo 393 – casa sul: Maria Emília; Artigo 486 – casas norte: Maria Emília, herança de Lucrecia. O cadastro urbano data de 1937 e o rústico de 1965.
- 52) AHMM, Mç 33, RECENSEAMENTO ELEITORAL DE ELEITORES E ELEGÍVEIS, CMMRV/6/01/009 (1885/02/05 - 1885/08/24), Freguesia de Santa Maria, folhas n.º(s) 11 v.º ss. Curiosamente, o Presidente da Comissão era Jerónimo de Mattos Magalhães, provavelmente o pai de António.
- 53) Filho de Jeronimo de Mattos Magalhens (natural de Marvão) e de Antonia Carollina (natural de Sousel), era neto, pelo lado paterno, de Joze Thomas de Mattos Magalhens (natural de Marvão) e de Soffia Thereza de Miranda (natural de

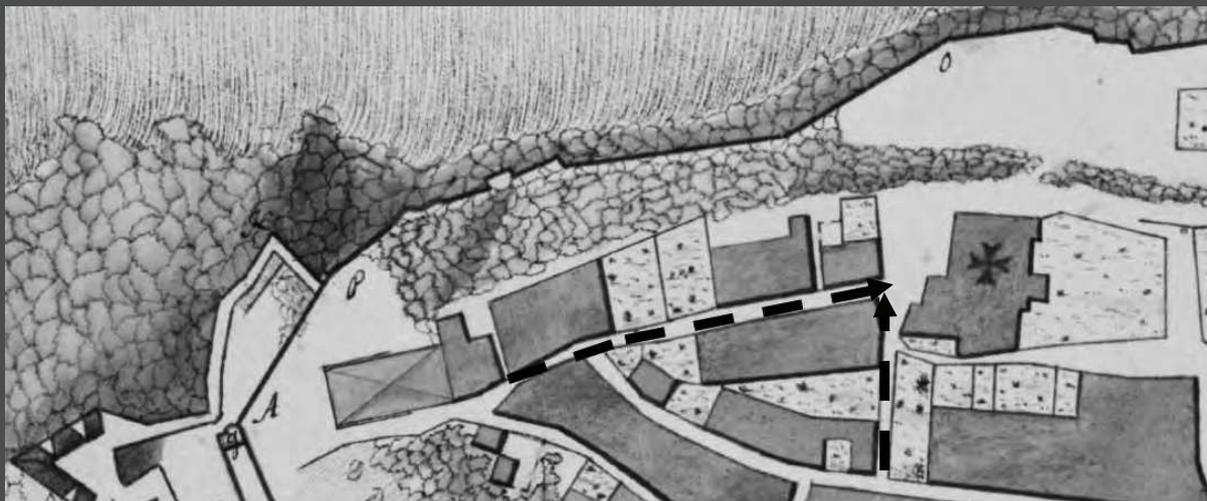
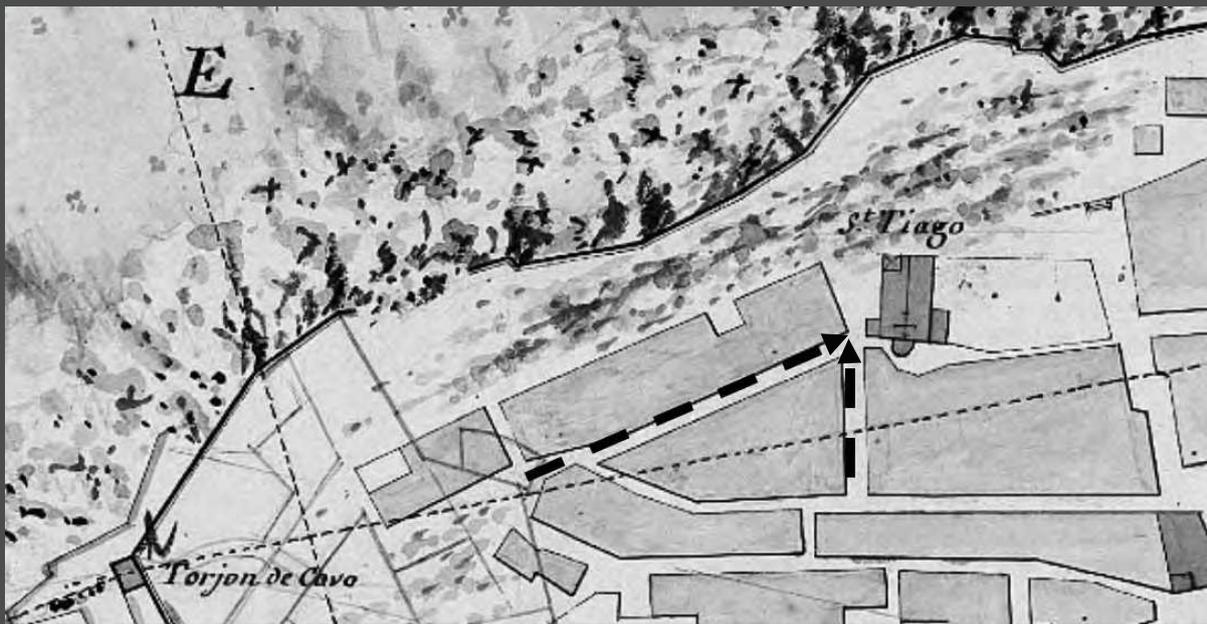
- São Salvador), e, pelo lado materno, de Manoel Joaquim do Carmo (natural de São Salvador) e de Anna das Dores Feguereido (natural de Sousel). Casou com Maria Teresa Pinto Frausto de Matos Magalhães, filha de Leandro Pinto Frausto e de Constança da Estrela de Matos Magalhães.
- Ver registo de baptismo (8 de Junho de 1857) (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/viewer?id=1012241>) (folha n.º 163 v.º)
- 54)** Ver (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=993838>)
- 55)** Ver registo de baptismo (8 de Junho de 1857) (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/viewer?id=1012241>)
- 56)** Em 1887 realizaram-se novas eleições para o triénio de 1887-1889, após a saída do Dr. António de Mattos Magalhães, não se tendo completado o triénio previsto de 1886-1889. Foi eleito presidente José António Serrano.
- 57)** AHMM, Mç 57, ACTAS DAS SESSÕES, PT/CMM/CMM/B-A/01/117, folha n.º 168 v.º.
- 58)** COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – *Terras de Odiana*, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, Lisboa, 1988, p. 388.
- 59)** AHMM, Mç 51, ACTAS DAS SESSÕES, PT/CMM/CMM/B-A/01/117, acta de 27 de Dezembro de 1885.
- 60)** AHMM, Mç 125, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/020, 1895-1904/07/18, folha n.º 82º.
- 61)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, livro de 1893 a 1911, folhas n.º(s) 50 v.º a 68.
- 62)** No ano em que deixou Marvão, 1899, nasceu o seu filho Ernesto Amaro Lopes Subtil (1899-1984), já em Alpalhão, que se havia de destacar como advogado, publicista e político. Foi Conservador do Registo Civil de Ponte de Sor e depois Secretário-Geral do Governo Civil de Portalegre, durante 22 anos. Em 1932 foi encarregado, pelo governo, de redigir o Código das Misericórdias.
- 63)** LOUÇÃO, Joaquim Dias – *In Memoriam Joaquim Lopes Subtil* (1865-1943), *Separata do Correio de Portalegre*, n.º 126 de 29 de Janeiro de 1948, sem página.
- 64)** LOUÇÃO, Joaquim Dias, *ob. cit.*
- 65)** LOUÇÃO, Joaquim Dias, *ob. cit.*
- 66)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/001 (1911/02/09-1918/12/31), acta de 20 de Julho de 1911.
- 67)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/127 (1948/08/14-1954/05/13), acta de 23 de Agosto de 1951, folha n.º 101.
- 68)** Informação de Joaquim Diogo Simão (1941 -), cabo do posto da GNR de Marvão entre 1969 e 1996.
- 69)** AHMM, Mç00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMMRV/B-A/01/135, acta de 3 de Fevereiro de 1973, folha 61 v.º.
- 70)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/122 (1938/04/09-1939/08/19), acta de 18 de Junho de 1938, folha n.º 29.
- 71)** Informação de José Pinheiro (1931-) e de Maria do Céu Garcia (1948-) que a recebeu de seus pais.
- 72)** BRANQUINHO DA FONSECA – “O Conspirador”, in *Caminhos Magnéticos*, Portugal, Lisboa, 1967.
- 73)** Arquivo Distrital de Portalegre (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/viewer?id=1012165>) e Ministério da Defesa, Arquivo Geral do Exército, Folha de matrícula de Jeremias da Conceição Dias, S.º Mec. 52873011.
- 74)** Antes de comprar a casa da Rua Dr. Matos Magalhães, alugou o n.º 11 da Rua de Santiago [informação de Maria do Céu Alves Garcia (1948-)].
- 75)** Informação de Maria de Jesus Alves Garcia (1952-). Fernando da Cruz Correia Carita, natural de Castelo de Vide, foi escriturário da Câmara de Marvão (1950-1965) e casou com Maria José Saraiva Barbas, professora primária das meninas do Asilo. Durante a sua passagem pela vila, pertenceu à Direcção da Casa do Povo, foi Mesário da Santa Casa da Misericórdia, Director dos Bombeiros Voluntários e Director da Banda Infantil de Marvão. Em 2002 publicou um artigo na revista *Ibn Marwan*, n.º 12, intitulado “Toponímia do Concelho de Marvão”, em que dá notícia das alterações toponímicas na vila após a implantação da República (1910).
- 76)** PEREIRA, Nuno Teotónio – *Tempos, Lugares, Pessoas*, Contemporânea / Jornal Público, Lisboa, 1996.
- 77)** Todas as informações que se seguem foram compulsadas do documento: Ministério da Defesa, Arquivo Geral do Exército, Folha de matrícula de Jeremias da Conceição Dias, S.º Mec. 52873011.
- 78)** Informação compulsada da sua carta à população de Marvão, datada de 1 de Maio de 1975: “Presados Conterrâneos e Amigos”.
- 79)** Livro de Actas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Concelho de Marvão (1944-1957), acta de 24 de Abril de 1945, folha n.º 49.
- 80)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/127 (1948/08/14-1954/05/13), acta de 13 de Agosto de 1953, folha n.º 172 v.º.
- 81)** Documento “Apontamentos”, anónimo, que traça o currículo de JCD, na posse de Maria do Céu e de Maria de Jesus Alves Garcia.
- 82)** Curiosamente, já na visitação à Igreja de Santa Maria, de 1687, se mandava que o “R.do Prior faça fazer outro sino em termo de dois meses”, porque “(...) vendeo o metal do sino q se quebrou e q o din.rº delle esta na sua mão”. Ver PATRÃO, José Dias Heitor – “Visitações à Igreja de Santa Maria de Marvão”, in *Ibn Marwan*, n.º 9/10, 1999-2000, p. 17.
- 83)** AHMM, Pasta: P.º n.º 10/MU/64, 3 vols., Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Melhoramentos Urbanos. Designação da obra: Construção da Praia Artificial do Rio Sever.
- 84)** Ver *A República* de 30/1/1966.
- 85)** Note-se que JCD assinava, por vezes, os seus artigos, com o pseudónimo “C.”; de Camões?

- 86)** AHMM, DOSSIÊ DA LIGA DOS FILHOS E AMIGOS DO CONCELHO DE MARVÃO, DS1, LAMRV/C-B/01/001 (1962-1965).
- 87)** AHMM, DOSSIÊ DA LIGA DOS FILHOS E AMIGOS DO CONCELHO DE MARVÃO, DS1, LAMRV/C-B/01/001 (1962-1965).
- 88)** *Idem*, extracto dos estatutos.
- 89)** Ver *Voz Portalegrense* de 10 de Março de 1973.
- 90)** Ver *Diário de Lisboa* (23/2/73), *Capital* (23/2/73), *O Diário Popular* (24/2/1973), *A República* (26/2/1973), *O Século* (24/2/1973), *O Comércio do Porto* (23/2/1973), *A Rabeca* (1 e 8/3/1973), *O Distrito de Portalegre* (3/3/1973), *A Província de Angola* (3/3/1973), *O Jornal de Elvas* (15/3/1973), *Rádio Clube Português* (24/2/1973), *Vida Mundial* (9/3/1973), *Jornal do Comércio* (15/3/1973), *Linhas de Elvas* (17/3/1973), *Gazeta do Sul* (31/3/1973).
- 91)** AHMM, CMMRV/B-E/01/004 (1930/01/30 - 1934/07/31), ACTAS DE VERAÇÃO, acta de 25 de Março de 1931, folha n.º 42 v.º. O Presidente da Comissão Administrativa, José Domingos de Oliveira, propusera ao Dr. Joaquim Portilheiro que autorizasse a atribuição do seu nome ao teatro, mas este declinou a proposta e propôs que fosse o seu tio o homenageado.
- 92)** Arquivo Distrital de Portalegre (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1001174>)
- 93)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/003 (1926/07/25-1929/12/31), acta de 31 de Agosto de 1929, folhas n.º 92 e 92 v.º.
- 94)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/003 (1926/07/25-1929/12/31), acta de 31 de Agosto de 1929, folhas n.º 92 e 92 v.º.
- 95)** Livro de escrituras e autos de arrematação, Livro 8, folhas n.º(s) 47 a 48 v.º de 9 de Fevereiro de 1934. Elementos retirados de certidão camarária de 9 de Fevereiro de 1971 (espólio de Jeremias da Conceição Dias).
- 96)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/123, (1939/08/19-1941/04/19), folha n.º 167.
- 97)** Não conseguimos encontrar documentação para fundamentar estas datas. Informação de Margarida Morgado (1954-).
- 98)** Informação de Maria de Jesus Garcia (1952-).
- 99)** Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Marvão, Livro de Actas da Assembleia Geral, acta de 15 de Outubro de 1950, folha n.º 7.
- 100)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/003 (1926/07/25-1929/12/31), acta de 30 de Abril de 1927, folha n.º 21 v.º.
- 101)** AHMM, *Boletim da Misericórdia*, n.º 2, de 1 de Dezembro de 1951, p. 2.
- 102)** Informação de Leandro Rosado (1940-).
- 103)** A compra foi efectuada pelo valor de dez mil e oitocentos escudos. Foi lavrada escritura no Livro n.º 259, fls. 66 a 68 v.º do Cartório Notarial de Marvão (escritura actualmente arquivada no Arquivo Distrital de Portalegre). Informação de José Rijo (Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Marvão).
- 104)** Pela importância de vinte mil escudos. Informação de José Rijo (Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Marvão).
- 105)** O artigo actual é o n.º 734, sendo o antigo, o n.º 397.
- 106)** Informação de António Andrade (1938-).
- 107)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/133 (1967/04/13-1969/12/11), acta de 11 de Janeiro de 1968, folhas 63 e 63 v.º.
- 108)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/133 (1967/04/13-1969/12/11), acta de 8 de Fevereiro de 1968, folhas 72 ss.
- 109)** AHMM, Pasta: Construção do Edifício Escolar de Marvão (DGEMN – DOCEP)
- 110)** Informação de João Mena (1934-).
- 111)** ASCMM, Livro de Actas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Concelho de Marvão (1944-1957), acta de 6 de Abril de 1956, folha n.º 85.
- 112)** Informação de António Andrade (1938-).
- 113)** Informação de António Andrade (1938-) e de António Gil (1956-).



10

**RUA DE SÃO TIAGO
E ANTIGA TRAVESSA/RUA DO ADRO**



A Rua de São Tiago e a antiga Travessa/Rua do Adro em plantas militares de 1765 (imagem superior) e de 1814

10. RUA DE SÃO TIAGO E TRAVESSA/RUA DO ADRO

10.1 RUA DE SÃO TIAGO

10.1.1 TOPONÍMIA

Como é óbvio, a rua deve o seu nome à igreja paroquial com que termina a norte. Com o período republicano, a rua passou a 28 de Janeiro (a 3 de Novembro de 1910), comemorando a tentativa, gorada, de golpe de Estado, naquele dia de 1908. Regressou à anterior designação a 22 de Setembro de 1945.

10.1.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURALS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Em 1765, esta rua tinha 16 fogos e 52 residentes⁽¹⁾. Relativamente às profissões dos seus moradores, refiram-se: 1 alfaiate, 2 sapateiros, 2 canasteiros, 1 lavrador, 2 trabalhadores, 3 serradores, 1 caçador, 2 religiosos (R.dº Frei Ant.º Carr.º Coadjutor [de St.ª Maria] e o R.dº P.e Fran.cº Xavier) e 1 morgado. Aparecem registadas 2 viúvas e uma “mulher”.

Em 1814, apresentava 14 fogos e 47 residentes⁽²⁾. As profissões registadas dos chefes de família eram as seguintes: 1 carpinteiro, 1 ferrador, 1 jornaleiro, 1 poma-reiro, 1 caçador, 1 cardador e 1 barbeiro. Aparecem registadas 3 viúvas, 2 mulheres solteiras e mais dois residentes sem profissão referida.

10.1.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

No registo do Imposto das Janelas de 1833⁽³⁾ temos, do “L.dº direito”:

1. *Maria Rodrigues* (1A-1T)
2. *Joaquina de Torres* (1A)
3. *Padre Joze Rodrigues Leitao* (4A-2T)
4. *Lino Abelho* (2A)
5. *Veuva de Benigno Aragonés* (2A-1T)
6. *Joaquim Ramillo* (1A)
7. *Joaquim Ramillo* (1A)
8. *Joaõ Bengalla* (1A)

No “L.dº esquerdo”:

1. *Francisco Joze* (1A)
2. *Veuva de Joaõ da Roza* (1A-1T)
3. *Donna Maria Duroa* (1A)
4. *Jacinta de Torres* (2A-1T)
5. *Joaquina de Torres* (1A)
6. *Roza de Torres* (2A-1T)

Vejamos agora os proprietários registados no Imposto da Décima em 1833⁽⁴⁾:

a) *Rua de SanThiago Lado Direito*

- *Cazas do Padre Joze Rodrigues Leitao em que vive (...)* (90)

- *Cazas de Joaquina de Torres fechadas* (0)
- *Ditas do Padre Joze Rodrigues Leitao em que vive (...)* (360)
- *Ditas da Veuva de Benigno Aragonés em que vive (...)* (45)
- *Ditas de Joaquim Ramillo alugadas (...)* (90)
- *Ditas do mesmo a lugadas a Mathias (Lucas?) (...)* (45)
- *Ditas de Joaõ Bengalla em que vive (...)* (36)

b) *Rua de SanThiago Ld.º Esquerdo*

- *Casas de Francisco Joze em que vive seu rendimento quinhentos reis Decima trinta e seis reis* (36)
- *Ditas da Veuva de Joaõ da Roza em que vive (...)* (45)
- *Ditas de Donna Jacinta Torres (...)* (360)
- *Ditas de Joaquina de Torres em que vive* (90)
- *Ditas de Roza de Torres em que vive (...)* (180)

O levantamento feito hoje, apresenta, do lado poente, de norte para sul, os seguintes edifícios com as seguintes janelas: casa da família Carita (n.º 11) (no adro: 2A+1T+fresta; na rua: 3A+2T); casa municipal dita “paroquial” (1A+1T); casa da família Andrade (n.º(s) 9 e 9A) (3A+1T); casa da família Teotónio Pereira (n.º 7) (2A+fresta); casa da família Madeira (n.º 5) (2A); casa da família Gil (n.º 3) (1A+1T); casa da família Pires Garcia, onde reside a família Canuto (n.º 1) (1A+1T).

No lado nascente apresenta, de norte para sul, os seguintes edifícios com as seguintes janelas: garagem da Santa Casa da Misericórdia que ocupa a antiga Travessa/Rua do Adro (n.º 14) (1A); casa municipal onde reside a família Batista (n.º 12) (3A+2T); casa da família Onofre (n.º 10) (2A+1T); casa da família Silva (n.º 8) (1A+1T); casa da família Reia onde reside a D. Júlia Lourenço da Silva (n.º 6) (2A+1T); casa da família Serrano (n.º 4), com entrada pelo quintal, não tem janelas para a rua; casa do Dr. João Magro (n.º 2), com entrada pelo quintal, não tem janelas para a rua.

Conjugando a informação, podemos concluir que, tal como aconteceu na Rua da Corredoura, o lado da rua a que os registos chamam de direito corresponde ao lado poente porque tem maior número de fogos. A identificação de algumas casas, através dos Impostos das Janelas e da Décima, conjugados, vêm confirmar esta identificação. Assim, as duas maiores casas eram, do lado nascente, a actual casa da família Onofre, que pagava 360 réis de Décima e que apresentava, então, como hoje, duas janelas de altos e uma térrea. Nela vivia Donna Jacinta Torres, mulher de posses e estatuto social, a julgar pela forma como é tratada: “Donna”. Do lado poente, a casa que pagava mais imposto da Décima e que tinha mais janelas, corresponde à actual casa da família Andrade que, na altura, estava unida à actual casa municipal, dita “paroquial”, apresentando, como hoje, quatro janelas de altos e duas de baixos (apesar de uma delas ter sido renovada). A posterior divisão desta casa foi-nos confirmada pelo actual proprietário, António Andrade, o que

RUA DE SÃO TIAGO E ANTIGA TRAVESSA/RUA DO ADRO

aconteceu na altura em que a adquiriu⁽⁵⁾. O edifício pertenceu ao Padre Joze Rodrigues Leitaõ que nele vivia em 1833. Em outras duas casas são identificáveis os seus antigos proprietários pela estabilidade das respectivas frontarias: a casa da família Teotónio Pereira, que pertenceu a um tal Lino Abelho, e, do lado contrário, a garagem, de um Francisco Joze, bem como a casa onde reside Júlia Lourenço Batista, na altura, da propriedade de Roza Torres que nela vivia.

10.1.4 MORADORES COM PESO NO PASSADO RECENTE DA VILA

Dentro das balizas temporais a que nos cingimos (até ao 25 de Abril de 1974), não podemos esquecer duas figuras indissolvelmente ligadas à história da vila, possuindo casa nesta rua: o Arq. Nuno Teotónio Pereira e o senhor António Moura Andrade. O primeiro, que conhecemos no âmbito da campanha eleitoral de 1975, sendo ele o cabeça de lista pelo Movimento de Esquerda Socialista no distrito, e nós, imberbes revolucionários do mesmo partido, cheios de ilusões. O segundo, o marvanense que foi escolhido, após a implantação da democracia - o que é para nós um indicador de grande importância cívica -, para presidir à Comissão Administrativa (21.IX.1974) camarária que haveria de gerir o concelho até à realização das primeiras eleições verdadeira e inteiramente livres em Portugal.

10.1.4.1 ARQ. NUNO TEOTÓNIO PEREIRA



Nuno Teotónio Pereira, com o A., na Pousada de Marvão, por altura da visita presidencial de Jorge Sampaio (Setembro de 2002)

Para deixarmos, neste livro, uma referência à sua ligação a Marvão, nada mais autêntico e completo do que o discurso que o mesmo escreveu e foi lido, por seu neto Tiago, natural de Marvão, na sessão de homenagem que o município lhe prestou a 8 de Setembro de 2010:

A Câmara Municipal de Marvão entendeu por bem atribuir-me a Medalha de Mérito, alegando o meu "contributo na divulgação do concelho de Marvão.

Tendo nascido em Lisboa, desde jovem me interessei por entender Portugal, sobretudo a partir da minha profissão de arquitecto, que me levou a procurar conhecer os monumentos e as regiões mais notáveis e, muitas vezes, menos divulgadas. Foi neste contexto que descobri Marvão, nos anos 60 do século

passado, após uma subida penosa por uma estrada muito sinuosa e esburacada, tendo ficado deslumbrado pelo seu conjunto monumental integrado numa magnífica paisagem. O que me fascinou especialmente foi a vila medieval encimando uma cumeada surpreendente e muito bem aconchegada na encosta.

De tal maneira ficámos apaixonados pelo lugar, que em 1966 eu e minha mulher acabámos por aí comprar uma casa para passarmos as férias, numa altura em que foi já mais suave a subida da encosta, visto ter sido recuperada aquela estrada, a qual ficou conhecida como a estrada do Jeremias, fruto do seu empenho na sua recuperação. Esta casa serviria igualmente de ponto de encontro e de estadia a numerosos amigos que, também eles, tiveram a oportunidade de aprofundar a sua relação com a região.



Nuno Teotónio Pereira com a família nas traseiras da sua casa (finais dos anos 60).

Da esquerda para a direita, NTP, Helena, Natália, Luísa e Miguel

Foi nessa altura que a casa de Marvão serviu como ponto de apoio para actividades em que ambos estivemos envolvidos, no âmbito do combate à ditadura salazarista. A esse propósito, foi-me mais tarde relatado por um elemento da GNR que, se algum carro estacionasse com alguma demora à nossa porta, deveria ser enviado um sinal para a PIDE de Portalegre, utilizando a seguinte expressão: "chegou a encomenda!", sendo que pouco depois um carro dessa corporação estacionava junto da casa com o fim de identificar os visitantes.

Pela mesma época, tirando partido do conhecimento que tínhamos das redondezas e das rotas utilizadas no contrabando, organizámos várias fugas de jovens mobilizados para a guerra colonial que decidiam sair do país clandestinamente. Juntamente com os nossos filhos, para dar um aspecto de passeio, rumávamos por um caminho estreito até à localidade fronteiriça de La Fontañera, onde uma antiga ponte de pedra possibilitava o atravessamento do rio Sever, que demarcava a fronteira; entretanto, um carro de algum amigo atravessava legalmente a fronteira, indo recolher os fugitivos pelo lado espanhol e conduzindo-os até à cidade mais próxima servida por transportes colectivos, que eles livremente tomavam, na direcção da fronteira francesa.



Foi neste quadro que fiz parte, em 1969, da lista da CDE (Comissão Democrática Eleitoral) nas eleições para a Assembleia Nacional, pelo círculo de Portalegre. Tendo tentado entregar as assinaturas necessárias para o efeito, foi-nos barrado o acesso ao Governo Civil de Portalegre por já passarem 30 minutos da hora estabelecida. Este atraso ficou a dever-se ao facto de uma grande parte das pessoas abordadas, apesar de algumas serem conhecidas por oposicionistas, terem tido receio de colocar na lista o respectivo nome. Apesar deste fracasso, procurámos, aproveitando as liberdades concedidas durante esse período, desenvolver uma activa campanha contra o regime ditatorial. Em 1975, fui cabeça de lista do Movimento de Esquerda Socialista (MES) nas eleições para a Assembleia Constituinte, no distrito de Portalegre, e, anos mais tarde, mandatário do Bloco de Esquerda em eleições legislativas. Actualmente, sou filiado no PS.

Postal ilustrado enviado de Marvão, por Nuno Teotónio Pereira, ao casal de amigos e antifascistas, José e Elisette Felicidade Alves, dando conta da "busca exaustiva" feita pela PIDE/DGS à sua casa em 1971.

Pertenciam todos ao grupo GEDOC (Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações e Experiências, constituído em 1969). O texto fala também das "saudades" por Maria Natália (1930-1971), falecida a 23 de Abril daquele ano, com quem havia casado em 1951 e de quem teve três filhos: Luísa, Miguel (que habita a casa de Marvão desde 1985) e Helena. Maria Natália Teotónio Pereira, poetisa, distinguiu-se pela sua intensa actividade antifascista desde a Campanha de Humberto Delgado em 1958.

(Ver Fundação Mário Soares, <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07499.065.001>).



Fuga organizada de um grupo de jovens mobilizados para a guerra colonial, através de La Fontañera (finais dos anos de 1960). Os filhos de NTP também iam, para dar aspecto de passeio ao campo.

Mais tarde, fui encarregado de fazer os planos de urbanização de Castelo de Vide e Póvoa e Meadas, o que me levou, durante alguns anos, a utilizar a casa de Marvão com bastante frequência. Estas deslocações, somando-se às estadias nas férias grandes, levaram-me a tecer laços fortes com o concelho e os seus habitantes; também as aproveitava para levar comigo pessoas amigas a quem, com frequência, emprestava a casa para períodos de férias; para todas essas pessoas, Marvão passou a ser uma referência.



Convívio na casa de Marvão, com militantes do MES, na passagem do ano de 1978

De então para cá, sempre tenho estado ligado a Marvão, dado que a nossa casa passou a funcionar como residência permanente da família de meu filho Miguel Teotónio Pereira.

Neste momento tão especial quero também congratular-me com a homenagem que é, finalmente, prestada a Jeremias da Conceição Dias, por mim reclamada em artigo publicado no Jornal Público em 10/10/1994, de quem tive o privilégio de ser amigo e admirador da sua luta incessante pela defesa do património de Marvão.

Marvão, 8 de Setembro de 2010
Nuno Teotónio Pereira

RUA DE SÃO TIAGO E ANTIGA TRAVESSA/RUA DO ADRO

10.1.4.2 ANTÓNIO MOURA ANDRADE



O senhor Andrade, assim o tratamos na vila, foi o marvanense que, logo a seguir ao 25 de Abril, no período revolucionário mais exacerbado, foi o escolhido, o homem de confiança da povo e das forças armadas, para gerir a câmara até às primeiras eleições do Portugal Democrático. Bastaria este facto para lhe conferir estatuto: de democrata, de pessoa competente, sensata e não sectária. Aliás, a sua aceitação no seio do concelho prolongou-se no tempo, tendo sido eleito como independente, nas listas do PPD/PSD, como vereador, de 1980 a 1985, e como Presidente da Câmara, de 1986 a 1997. Com 20 anos na administração autárquica (contando os da Comissão Administrativa, 1974-1976), o senhor Andrade é, de longe, o marvanense que mais tempo esteve na governança do concelho em todo o século XX, com um sublinhado nosso que fazemos questão de referir: tal aconteceu em tempo de liberdade! E não podemos deixar de sublinhar aqui outro facto da maior importância para aquilatar da pessoa e do político que foi: em Setembro de 2015 foi homenageado com a medalha de ouro do município, por proposta do PS!



Durante a 1ª Festa da Castanha (1984), da esquerda para a direita: António Silvério, João Sousa, José Alves, António Andrade, Arlindo Rego e Benvindo Canuto

Não vamos falar da sua obra, porque aí ultrapassaríamos os limites cronológicos que estabelecemos e entraríamos demasiadamente nos nossos dias, sendo que, para a análise e o registo históricos, é sempre conveniente deixar que o pó do tempo assente para vermos mais claro. Mas podemos deixar algumas referências de tempos mais recuados, precisamente os que este livro contempla: funcionário das Finanças de profissão, foi responsável/en-saiador do Rancho de Marvão para os cortejos de oferendas à Santa Casa; fez parte de dois grupos de teatro amador em Marvão, como se há-de documentar em capítulo próprio; pertenceu à Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Estrela, durante mais de 20 anos, assumindo, inclusive, a sua coordenação; nos anos 60 foi Secretário da Direcção da Casa do Povo e também Presidente.



António Andrade, à esquerda, representando na peça Os Clandestinos (1967)



António Andrade confraternizando com amigos nos anos 60, na Casa do Povo. À sua esquerda Marcelino Baptista, Padre Nuno Tavares, Padre Chamiço e ainda um outro sacerdote que não conseguimos identificar

10.2 TRAVESSA/RUA DO ADRO

Esta pequena travessa ligava a Rua de Santiago à Rua de João Garção, saindo a sul da Pousada, onde agora se encontra um pequeno parque de estacionamento. Foi fechada (em meados do século passado⁽⁶⁾) com a garagem que se encontra encostada à fachada sul da igreja, concretamente ao tardo da capela de Nossa Senhora da Conceição. Apresentava, em 1765⁽⁷⁾, 3 fogos com 19 residentes (1 oficial de carda, 1 trabalhador e um viúvo de profissão ou ocupação não declarada). Em 1814⁽⁸⁾, residia uma só família: era o viúvo Vent.^a Dias Leittaõ, sem profissão declarada, com sete filhas e um criado. De referir que no registo deste ano de 1833 não se designa o local de travessa (ou de rua, como em 1808), mas simplesmente de Adro.

Também sofreu alterações toponímicas: a 28 de Setembro de 1933 passou para Rua Sacadura Cabral, regressando à designação inicial a 22 de Setembro de 1945⁽⁹⁾.

10.3 IGREJA DE SANTIAGO



Igreja de São Tiago, frontispício

10.3.1 CRONOLOGIA E PADROADOS

Esta igreja consta no “catálogo de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarves pelos anos de 1320 e 1321, com a cotação de cada uma delas”⁽¹⁰⁾. Ou seja, já existia naquela data, podendo ter sido construída no século anterior.

Em 1783 foi suprimida a propriedade do priorado – que pertenceu primitivamente ao rei e, na altura, ao Grão Prior do Crato -, sendo integrado, tal como a igreja, com todos os seus bens, no Convento de São João da Penitência da Vila de Estremoz, da Ordem de Malta, a que já pertencia a matriz desde os séc(s). XIV (no que diz respeito à Ordem) e XVI (no que diz respeito ao Convento das Maltezas de Estremoz). Vejamos o edital da supressão:

Edital de Supreção e extincção deste Priorado, e anexação delle ao Conv.º de Estremos (...). O D.r Manoel Gomes Ferreira do Concelho de S. Mag.e (...) Faço saber aos que o presente Edital

virem q. o S.t.º Padre Pio Sesto (...) p.ª feito da Supreção, e perpetua extinção da Igreja Paroquial de S. Thiago de Marvão, e uniaõ, e incorporação da mesma Ig.ª e Seu Priorado ao Conv.º das Rellig.ªs de S. Joaõ da Penitencia da Villa de Estremos. (...) sendo igualmente por mim applicados todos os seus bens, e fazendas, propried.es, frutos, Reditos, e proventos, e tudo o mais a ella pertencente ao d.º Mostr.º das Rellig.ªs Maltezas de Estremos, a q.m ficaõ desde já pertencendo (...). Dado em Lisboa sob o meu Signal e sello de S. Mag.e em 18 de Junho de 1783 (...) Vig.º Fr. Pedro Joze de Almd.ª Madr.ª⁽¹¹⁾.

Mais tarde, no ano de 1789, foi a própria administração do Priorado do Crato que foi incorporada na Casa do Infantado, através da bula *Expediit quam maxime* (24 de Novembro)⁽¹²⁾.

Estas alterações foram confirmadas por D. Maria I, a 31 de Janeiro de 1790, ordenando, também, “que a administração do Grão-Priorado do Crato ficasse unida à Casa do Infantado [criada por D. João IV no ano de 1654, maioritariamente com bens pertencentes a apoiantes de Espanha durante a Guerra da Restauração e destinada aos filhos

segundos]. Assim permaneceu até 1834, ano da extinção das Ordens Militares e Religiosas”⁽¹³⁾.

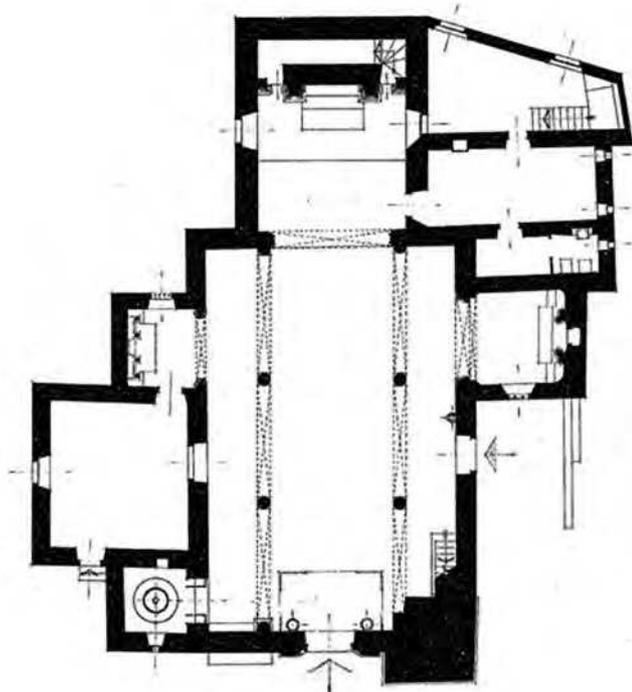
Em 1836 é difundida uma portaria em que se estabelece que os

passaes⁽¹⁴⁾ da ditta Igreja dos quais estarão de posse as Religiozas Maltezas da Villa d'Estremoz (...) devem entrar na Regra Geral das Outras Parochias do Reijo depois da extincção dos Dizimos, e pertencer inteiramente ao Parocho actual e a Seus Successores no Beneficio, descontando-se a importancia delles na Congrua provisoria do mesmo Parocho na conformidade do Artigo 3.º da Carta de Leij de 20 de Dezembro de 1832. Passo de Cintra em 16 de Julho de 1836 = Joaquim Antonio d'Aguiar⁽¹⁵⁾.

Era a desvinculação total da igreja relativamente ao anterior padroado e respectivos benefícios, ou seja, a sua independência.

RUA DE SÃO TIAGO E ANTIGA TRAVESSA/RUA DO ADRO

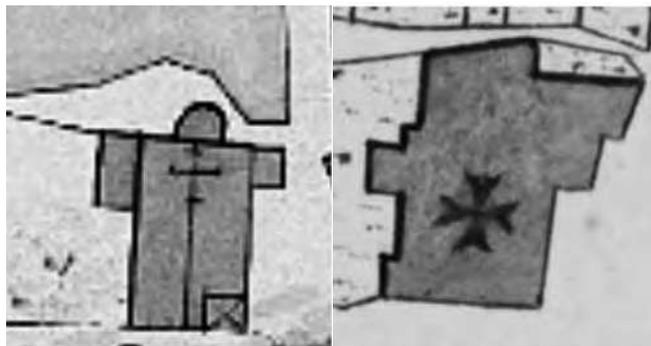
10.3.2 DESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA



Planta da Igreja de São Tiago (SIPA DES. 00000681, s. d.)

Igreja orientada a nascente, de planta longitudinal e sem transepto. O frontispício da igreja encontra-se a poente, com a torre sineira adossada a sul, com três olhais, terminação semiesférica e quatro coruchéus. A cobertura da igreja é de telha mourisca. O portal axial abre-se em moldura granítica em forma de gablete terminado em cruz flor-de-lizada, lembrando a de Santiago. Dentro do gablete abre-se o vão da porta, com duas arquivoltas quebradas, modeladas em toro, a descansar em dois colunelos que apresentam impostas salientes, marcadas, na sua terminação, com cruzes (grega a norte e de Santo André a sul). Sobre o portal, uma janela rectangular que se fez no ano de 1756⁽¹⁶⁾. No topo da empena uma cruz. As outras fachadas apresentam a irregularidade resultante dos acrescentos que o edifício foi recebendo: baptistério, capelas, sacristias. Na fachada sul abre-se uma porta secundária de moldura simples, rectangular.

Entrando na igreja – que tinha, até 1756, degraus, tanto do lado de fora como do lado de dentro porque “estava sobre huma pedra viva”⁽¹⁷⁾, mandando-se então regularizar -, ladeiam a porta duas pias de água benta de granito, gomadas, assentes em pilares boleados. Entra-se para um guarda-vento de madeira, aí colocado no século passado, substituindo, no mesmo lugar, um coro e um outro guarda-vento que ainda aí existia em 1950. Provavelmente, este guarda-vento que se substituiu foi o que se preparou em 1756 “p.^a a porta principal acrescentandose em Redondo e pondoselhe Rodas e varoins de ferro como se lhe Serve e pintou-se e oleou-se”⁽¹⁸⁾. O corpo da igreja é de três naves escalonadas na altura, separadas por arcaria quebrada assente em quatro pilares de granito oitavados e cabeceira de uma só capela com sacristia a sul. Integra-se na mesma tipologia da igreja de Santa Maria. O tecto é de



Extractos das plantas militares de 1765 (à esquerda) e de 1814 com a igreja de São Tiago

forro de madeira em forma de masseira. O pavimento é de tijoleira que substituiu o sobrado existente em 1950. Passamos a descrever as capelas e outros elementos importantes, a partir da entrada e no sentido dos ponteiros do relógio.

10.3.2.1 BAPTISTÉRIO

Tem abóbada de canhão, portadas antigas de madeira, pia e decoração azulejar recente, revivalista. Curiosamente, o painel de azulejos, com o Baptismo de Cristo, veio substituir “hum quadro do Baptismo de Christo q. se pos no baptisterio” logo após a morte do Prior Domingos Roiz Fronr.^a (Setembro de 1755)⁽¹⁹⁾.



Igreja de São Tiago, baptistério. A antiga pia, encontrada no quintal da igreja, está hoje no fontanário do Largo de Nossa Senhora da Estrela

10.3.2.2 CAPELA LATERAL DO LADO DO EVANGELHO, DA ANTIGA INVOCAÇÃO DA SANTÍSSIMA TRINDADE

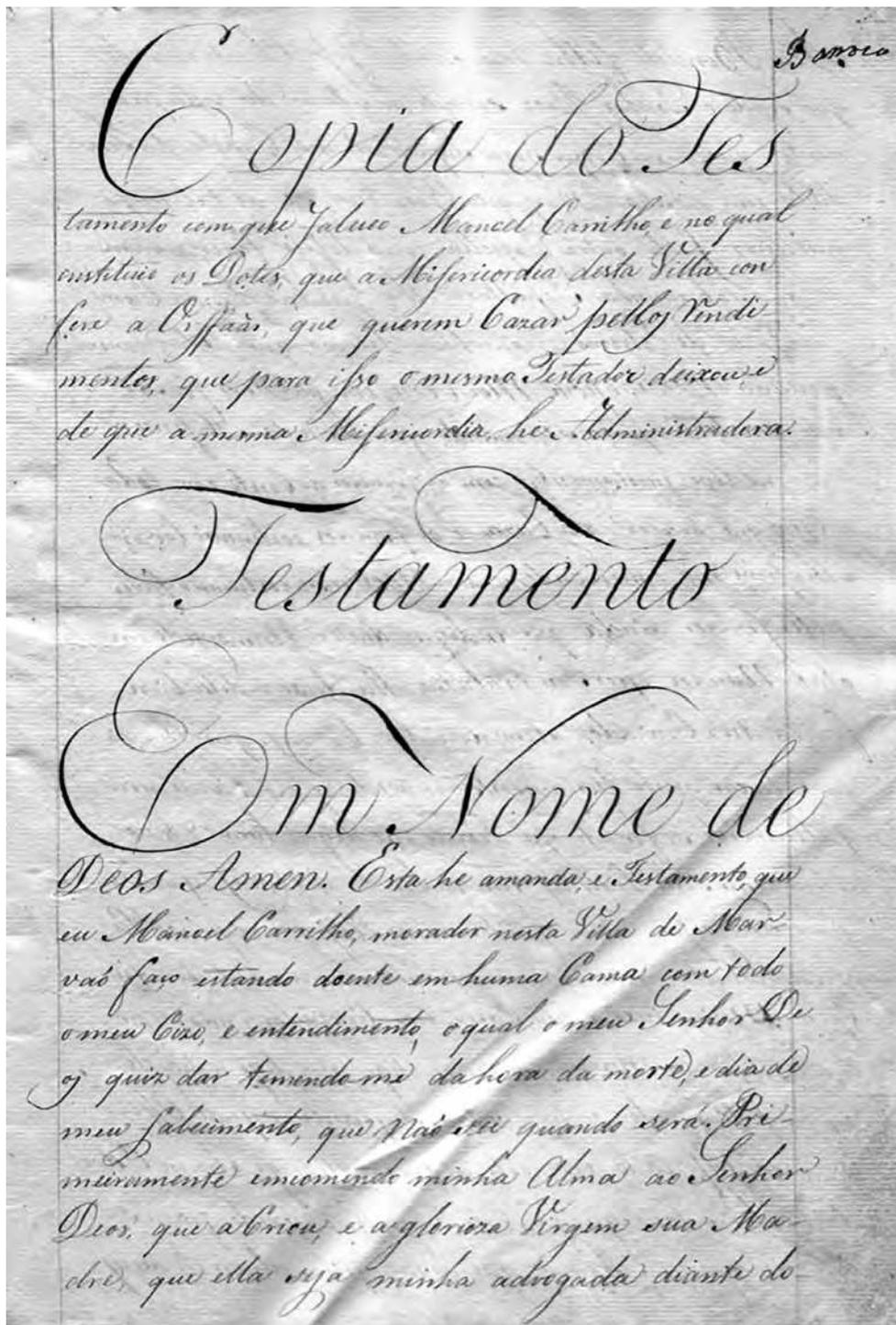


Igreja de São Tiago, capela da Santíssima Trindade

A sua arquitectura é gótica, abrindo-se para a nave em arco quebrado, feito em granito a descansar em colunelos de capitel liso. A pequena abóbada é suportada por cruzaria de ogivas simples, em arco redondo, que partem de quatro mísulas incrustadas nos quatro cantos da parede; o fecho da abóbada é liso. Pois o estilo está de acordo com a referência documental que encontramos numa visitação datada de 1760: "(...) e Como esta Capella foi feita e Edeficada por João Fernandes Gração e Sua mulher Brittes Gonsalves o que fazendo testam.t^o no anno de 1447 impondo lhe varios encargos de Missas e tendo na m.^a Capella Sepultura (...)"⁽²⁰⁾. Nas Memórias Paroquiais alude-se a uma outra instituição de capela pertencente ao mesmo altar: "(...) a instituio hum Manoel Carrilho desta Villa (...)"⁽²¹⁾. Interpretamos da seguinte maneira: Manoel Carrilho é o instituidor de uma capela (doação de rendimentos para o pagamento de serviços religiosos em benefício da alma de alguém) erecta naquela capela (física, arquitectónica) que João Fernandes Gração mandou edificar através do seu testamento de 1447. Note-se que é a mulher deste Manoel Carrilho que está sepultada na capela-mor e que morreu "no anno de oitenta", com certeza que do séc. XVI, uma vez que o testamento do marido data de 15 de Março de 1580⁽²²⁾. Tentámos, neste testamento, identificar a mulher do testador que está sepultada anonimamente (para lhe fazer alguma justiça), mas em vão, nunca é nomeada. Curiosamente, a certa altura está escrito:

(...) sendo o Senhor Deos servido me levar da vida presente, que meu Corpo seja sepultado na Capela da Trindade com minha May que Deos tem, se a tal tempo não tiver feito outra Capella como desejo fazer e mando que sobre minha Sepultura lhe ponhão huma Campa Raza de Estremoz, com um litreiro, que declare meu pecedor Nome, e posto Mez, e era, em que Deos foi servido me levar para si (...)⁽²³⁾.

Pode-se inferir que Manoel Carrilho pertencia à família do instituidor e edificador da Capela da Santíssima Trindade (João Fernandes Gração), o que aliás se confirma quando refere, no citado testamento, que deixa, para "huma Capella quotidiana conforme ao Rezar Romano na Capella da Trindade donde meu corpo for sepultado", várias propriedades, entre as quais, as "Casas que foraõ de meu Avõ Joaõ Graçaõ, que estão na mesma [rua?] de Joaõ Graçaõ onde viveo Manoel Gomes, e assim mais o Pizaõ que tenho, que foi de Joaõ Graçaõ, e assim como o eu possuo"⁽²⁴⁾. Ou seja, Manoel Carrilho teve um avõ, proprietário, de apelido igual ao referido João Fernandes Garção. Aqui está uma boa pista para identificar o marvanense que teve nome de rua (João Garção), actualmente designada de Rua 24 de Janeiro.



Primeira folha do traslado (1712) do testamento de Manoel Carrilho (1580) em que institui "Dotes" para assistirem ao casamento de órfãos sem posses para tal; deixa várias propriedades sob administração da Santa Casa

A capela tem um retábulo de talha de inspiração no "estilo nacional", sendo claramente barroca a pequena Nossa Senhora que está na mísula do lado nascente. Do lado poente, a mísula correspondente apresenta um Menino Jesus onde, em 1776, como veremos mais abaixo, estava um São Caetano, necessariamente, também uma figurinha pequena se estivesse na mísula. Este não pode ser o retábulo que Manoel Carrilho deixou testamentado em 1580, altura em que seria estilisticamente impossível a sua

concepção: "(...) e tao bem mando, que se ponha hum Retabullo da dita invocação [da Santíssima Trindade] com hũa Vidraça na fresta com sua Rede de fora (...)"⁽²⁵⁾. Já a Santíssima Trindade que está hoje no Museu Municipal (referida nas Memórias Paroquiais: "o Padre Eterno com hum Crucifixo em os braços, e a Pomba em o peito"), poderá ser uma das peças do retábulo que o referido instituidor mandou fazer, uma vez que não tem características estéticas/estilísticas tão avançadas em relação ao tempo

de Manoel Carrilho. Por altura das Memórias Paroquiais, a capela era administrada e tinha por capelão o Reverendo Prior de São Martinho da cidade de Portalegre. Por que razão? Por disposições testamentárias de Manoel Carrilho, a capela seria sempre administrada por

Clerigo de minha geração da parte de Minha May o mais Chegado que houver (...) e não havendo parente Clerigo da dita Linha a dará ao Leigo, no mesmo grão com tal Condição que seja Mosso de bons Costumes que logo se ponha no Estudo á Custa do restante que sobejar da Obrigação, que deixo, para que com muito fervor se faça Clerigo com toda a brevidade possível, e ficará com o mesmo encargo que asima digo (...) ⁽²⁶⁾.

O retábulo é uma peça alegre, colorida a vermelho, a dourado e a azul, com quatro colunas salomónicas, de reduzida secção, que se prolongam, após a arquitrave denticulada, para o frontão semicircular. Este frontão encontra-se dividido em sectores circulares com decoração fitomórfica (folhas de acanto e flores). Ao centro do retábulo, numa edícula em arco redondo, está uma Nossa Senhora de Fátima, de colocação recente, portanto, ao passo que a imagem que deu nome à capela está, incompreensivelmente, no Museu Municipal.

Em inventário realizado em 1776, a capela tinha “hum Retabolo, Com a jmgem da Santissima Trind.e, Com hũ Crucifixo E Em huma peanha do lado de Evangelho huma jmgem de Sam Caetamno, que vejo da jrmida de S. Domingos, que se mandou Demolir”⁽²⁷⁾. No mesmo inventário, refere-se que a capela tinha “humas grades de pao Com sua Fechadura (...)”⁽²⁸⁾. Como estas grades de madeira chegaram ao século XX, Luís Keil enganou-se ao inventariar, nos anos 40 do século passado, para o mesmo lugar, “uma grade de ferro forjado, do séc. XVII”⁽²⁹⁾, como existe na capela correspondente da Igreja de Santa Maria.



Imagem de Nossa Senhora em estilo barroco (foto Raul Ladeira)



O “Padre Eterno”, ou a Santíssima Trindade, hoje, desajustadamente, no Museu Municipal (foto António Gil)

A capela dispõe de porta para poente, comunicando com uma sala ampla (hoje arrecadação), à maneira de antiga sacristia que dá para a nave e para o quintal da igreja. Diga-se que em 1756 “acrescentouse a parede do quintal e entulhouse este (...)”⁽³⁰⁾. Ora continua a ser nesta sala que se encontra, armazenado, um sacrário renascentista sobre o qual Luís Keil (1943) chamou a atenção para a sua riqueza artística, considerando-a uma “excelente peça da época”, apesar de se encontrar, como ainda hoje, em péssimo estado de conservação. É uma caixa paralelepípedica, de concepção arquitectónica, em talha dourada, de madeira de carvalho nas faces principais, com gaveta e incompleta na sua cobertura. Tendo em conta as suas dimensões, pensamos que, a pertencer a esta igreja, só teria lugar no altar-mor: 58 cm de largura na face frontal, 42 cm de profundidade nas faces laterais e 48 cm de altura. Infelizmente, a sua proveniência não pode ser deduzida a partir das Memórias Paroquiais ou de qualquer outro inventário ou visitaçao que tenhamos lido.



O sacrário renascentista da Igreja de Santiago

As três faces apresentam painéis pintados com a temática da Ressureição, moldurados com predelas e frisos decorados com querubins, a que já faltam as cabeças, e faixas verticais nas esquinas insculpidas com grutescos: motivos vegetalistas, arco e cesto de flechas, couraça e pendurados. Sobre estas faixas estavam elementos decorativos que também desapareceram. Os quatro pés da base, sobressalientes, estão decorados com volutas.

Face principal com a porta do sacrário e face do lado da Epístola com Santa Maria Madalena (fotos António Gil)



O sacrário com a porta aberta e a face do lado do Evangelho com Santa Marta

Na face principal, a da porta - rectangular, com fechadura -, onde se inscreve um portal clássico de arco pleno a descansar em colunas, figura Cristo ressuscitado com seu estandarte, todo vermelho (sangue) com a cruz mais escura sobre o pano triangular de um vermelho mais claro. Os soldados, de tez morena e vestidos de feição oriental, apresentam-se numa atitude mista: dois a dormir e um, que acordou, observa Cristo resplandecente, incrédulo.



Pintura com o tema da Ressurreição na porta do sacrário (foto António Gil)

Na face do lado da Epístola, Madalena – a quem Cristo ressurrecto primeiro apareceu (S. Marcos 16-9) -, de cabelos loiros, aureolada, de porte elegante e elegantemente vestida, exibe o vaso dos perfumes com que ungiu Jesus. Caminha com suavidade, como se desfilasse, reclina levemente a cabeça e sorri: a beleza clássica numa pintura de qualidade infelizmente deteriorada.

Na outra face outra mulher, também aureolada, de porte igualmente elegante, mas de rosto compungido e vestida de forma muito mais humilde, embora de vermelho, tal como as outras duas figuras, com o simbolismo do sangue de Cristo. Exibe um cálice de onde emergem uma palma e um dragão. Luís Keil identifica esta personagem como Margarida, talvez por causa do dragão. Não o cremos: Margarida viveu em tempos de Diocleciano (sécs. III e IV), não fazendo qualquer sentido a sua inclusão no sacrário, no contexto da Ressurreição. Também não nos parece reportar-se a uma das Três Marias, irmãs da Virgem (Maria de Cleofás e Maria de Salomé) porque, apesar de, por vezes, figurarem na História da Arte munidas de unguento, este apresenta-se sempre em recipiente com tampa, não em cálice, e o dragão quedava sem explicação. Já a palma é um símbolo da Paixão mais genérico que poderia admitir-se. Pensamos tratar-se, com algum fundamento, de Santa Marta, irmã de Maria e de Lázaro que recebeu Jesus por duas vezes em sua casa e daí o epíteto de “hospedeira” com que por vezes é qualificada. O vaso, a palma e o dragão poderão relacionar-se com a cena da sua hagiografia em que, já na Provença, em acção evangelizadora -



*Santa Maria Madalena com o vaso do perfume
(foto António Gil)*



*Santa Marta com o cálice de água benta com que aspergiu o dragão
(foto António Gil)*

e acompanhada de Madalena, lembre-se a propósito -, eliminou milagrosamente um dragão fluvial, aspergindo-o com água benta.

Analisando a peça numa das suas visitas a Marvão, Vítor Serrão anotou no seu inseparável caderno, ser “boa pintura de meados (segundo terço) do século XVI, ainda inspirada em modelos renascentistas flamenguisantes, bem visíveis na pose das figuras na Ressurreição e no modelo aristocrático das figuras femininas, como damas de corte”.

Uma última referência para a gaveta (a que falta o puxador), sob a porta do sacrário, onde se poderiam guardar as hóstias antes da sua consagração, uma vez que, transubstanciadas no Corpo de Cristo, se guardariam na píxide dentro do sacrário, onde poderia estar, também, o

ostensório. Repare-se nas costas da porta, pintadas a vermelho, do sangue de Cristo, e não de azul celeste, embora com decoração estelar.

O sacrário, ou tabernáculo, tinha necessariamente que materializar-se numa espécie de cofre para guardar a maior preciosidade litúrgica: o Corpo de Cristo. Sempre foi, por esta razão, uma peça artisticamente rica, colocada a meio do altar-mor, por onde passou, necessariamente, toda a evolução artística. Mas antes de incorporar o retábulo, o que acontecerá no período barroco, o sacrário era peça solta, como esta que aqui tratamos, uma pequena arquitectura aos pés de uma maior que cenografava o palco eucarístico, antes que a escultura dos entalhadores dominasse completa e avassaladoramente as capelas, a partir do último quartel do séc. XVII, com o estilo nacional.

10.3.2.3 CAPELA-MOR

Em 1950, a cabeceira ainda apresentava uma teia em madeira que a separava do corpo da igreja, construída em 1756⁽³¹⁾. O arco triunfal é de volta inteira e assenta em pilares facetados, encostados aos últimos pilares das naves. A abóbada da capela-mor, de arco semicircular, apresenta o tecto trabalhado em relevos de massa, pintada de branco, com geometrismos decorados com motivos florais e pontas de diamante; no centro, a cruz de Malta. As Memórias Paroquiais já fazem referência a este trabalho. Note-se que esta capela apresenta dimensões algo desproporcionadas para o corpo da igreja, o que sugere que, ao ser construída, tenha eliminado a antiga cabeceira gótica. Comunica, a sul, com dois espaços de sacristia, abobadados, o maior dos quais dispõe de lavatório⁽³²⁾ e de um armário grande que foi inventariado, em 1780, pelo Prior Frei Pedro José de Almd.^a Madr.^a, da seguinte maneira: “Trastes de Madeira / Na Sacristia hum caxão em q. Se Revestem os P.es já antigo o q.^{al} consta de três Gavetoens, e dois Almarios Lateraes Com Suas Xaves e fechaduras”⁽³³⁾.



Igreja de São Tiago, capela-mor (foto Raul Ladeira)



Paramentos da igreja de São Tiago, datados, pela Doutora Maria João Pacheco Ferreira, dos finais do séc. XVI, princípios do séc. XVII, hoje expostos na nave, em armário adequado, por iniciativa do novo pároco de Marvão, padre Marcelino Marques



Igreja de São Tiago, capela-mor (foto Raul Ladeira)

O retábulo é de alvenaria colorida com imitações de mármore, embora na visitação de 1756 se ordene “que se Reforme a pintura do Retabolo do altar mor, e seja com óleo”⁽³⁴⁾, o que nos faz pensar em retábulo de madeira. Aliás, encontramos no “Inventario de todas as Alfayas desta Ig.^a (...)”, sem data, mas inserto no Livro 3^o das visitas, que foi aberto em 1783, a seguinte informação: “Todos os três Altares da Ig.^a São forrados de Madr.^a (...)”. E mais à frente: “O Retabollo da Capella Mor e Trono he pintado e dourado e tem duas portas aos lados com fechaduras e huma xave, q. serve em ambas”⁽³⁵⁾. Em conclusão, parece ter fundamento a hipótese deste altar de alvenaria ser de construção posterior a 1783.

Ao centro uma edícula, com trono, ladeada por colunas clássicas compósitas e encimada por frontão interrompido com decorações de concheados. As duas mísulas, simétricas em relação à edícula, apresentam: Santiago Maior, ou Apóstolo, do lado do Evangelho, e Santa Maria com o Menino, do lado da Epístola. Por altura das Memórias, estava nesta segunda mísula Santa Maria Madalena, e no inventário de 1780, Santo Amaro⁽³⁶⁾. Uma Nossa Senhora do Socorro – que foi a encarnar e a pintar em 1756⁽³⁷⁾ - estaria colocada, segundo interpretamos nas Memórias⁽³⁸⁾, no trono do camarim. Uma sepultura, com tampa de mármore, a que já fizemos referência, encontra-se no centro do pavimento da capela, apresentando a seguinte inscrição: S^a DE M[anu]EL CARRILHO QUE FALLECEO NO ANO DE OITENTA. Como referimos, a falecida não mereceu a inscrição do seu nome na própria sepultura, mas o do marido, como se fora uma simples coisa da sua propriedade, como o eram, diga-se de passagem, a sua escrava Antónia e o seu escravo Braz. A primeira ficou forra por disposição testamentária, já o escravo foi dado, com o cavalo, a António de Morim. Aparece ainda uma “mossa Leonor” a quem Manoel Carrilho doa “estas Cazas em que vivo com huma Cama de Roupa com todas suas pertenças”, e ainda, “dous Arcazes, e Cadeiras, e bancos e duas Arcas desta Caza, mando, que a vistão de hum vestido muito bom como pertence (...)”⁽³⁹⁾.

10.3.2.4 MEMÓRIA DE ALTARES NAS PAREDES TESTEIRAS DAS NAVES

Lateralizando a capela-mor, estavam construídos dois altares com seus retábulos encostados aos topos das naves. Estes altares ainda são referidos por Luís Keil (1943) e existe uma fotografia da DGEMN, de 1950, que os mostra. Num deles, refere Keil, estava inscrita a data de 1757. Esta datação corresponde, de facto, à da sua construção, uma vez que nas “Obras que se mandarão fazer na Igr.^a de S. Thiago desta V.^a de Marvão depois de falecido o Prior da m.^a o P.e Domingos Roiz Frontr.^a por conta da Sua herança (...) e Senão acharem feitas ao tempo de Sua Morte q. foi em Sept.^o de 1755”, vêm referidos “Os Retabolos dos Altares de S. Pedro e S. Miguel como hoje se acham”⁽⁴⁰⁾. Também na visitação de 1755 se haviam mandado construir “dous Retabolos hũ p.^a o altar de S. Pedro e outro p.^a o de S. Miguel”⁽⁴¹⁾, o que abre a hipótese, pela forma como está escrito, dos altares já existirem, pedindo-se apenas a renovação do retábulo. Aliás, na visitação de 1749 esta hipótese está confirmada através da seguinte passagem em que se pede a construção de uma imagem nova para S. Miguel: “Vizitando nos os altares collateraes (...) lhe mandamos q. faça para o altar de S. Miguel p.^a o qual mande fazer huma nova imagem do mesmo Santo sem a figura do demonio (...)”⁽⁴²⁾. Podemos concluir que os altares colaterais setecentistas que chegaram ao séc. XX já existiam anteriormente, sendo apenas renovados naquele século.

O altar de São Pedro situava-se do lado do Evangelho e o do Arcanjo São Miguel do lado da Epístola. Numa visitação datada de 1816 colhemos informação sobre os materiais usados na sua construção bem como na escultura das suas imagens, o que confirma as anteriores referências: “Os Retabolos dos dous altares lateraes tão bem São de Madr.^a e no lado da Epistolla está a Imagem do Anjo S. Miguel tão bem de Madr.^a: e no do Evangelho o do Apostollo S. Pedro q. he de pedra”⁽⁴³⁾. Junto a estes altares, mas incrustadas nas paredes das naves, estão duas pedras de granito com volutas e encimadas por bolas, onde aparecem esculpidas chaves e lanças. Constituirão reminiscências dos antigos altares colaterais da invocação de São Pedro e de São Miguel Arcanjo, a julgar pelos atributos. Refira-se, finalmente, que o altar de São Miguel foi declarado “altar privilegiado perpetuo”⁽⁴⁴⁾ em Breve do Papa Pio VI de 7 de Junho de 1791, ou seja, conferia-se indulgência plenária⁽⁴⁵⁾ à alma a que se aplicava a missa que se mandava dizer neste altar.

10.3.2.5 CAPELA LATERAL DO LADO DA EPÍSTOLA, DA INVOCAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

É da invocação de Nossa Senhora da Conceição que apresenta em edícula central do seu retábulo de mármore de Estremoz, preto e branco. É uma obra já neoclássica, com suas colunas de capitéis compósitos, animadas de um certo movimento posicional, e frontão em arco conopial. Pelas mesmas razões que referimos atrás, se “Todos os três Altares da Ig.^a São forrados de Madr.^a (...)”, também este foi construído posteriormente a 1783. No tímpano do frontão apresenta-se a lua, atributo da Conceição⁽⁴⁶⁾, sobreposta a uma nuvem por detrás da qual erradia o sol. A escultura da Senhora é anterior ao retábulo,

suportada nas nuvens e pelos anjos, sobre a meia-lua e calcando o mundo com seus demónios, aqui representados por um lagarto. Apresenta-se coroada, uma consequência histórica da atitude de D. João IV em coroar a imagem de Nossa Senhora da Conceição da igreja de Santa Maria do Castelo de Vila Viçosa, em 1646. Como já referimos no capítulo O Castelo e a Cerca Urbana, a propósito de uma lápide que existia numa das Portas da Vila, lembre-se que a Imaculada foi eleita nas cortes de 28 de Dezembro de 1645 como defensora e protectora de Portugal, protecção divina que só seria reconhecida pelo Papa depois da guerra, em 1671. Pois à Padroeira de Portugal também aqui se erigiu um altar, provavelmente ainda no séc. XVII, datação que está de acordo com os azulejos que decoram a parede onde se abre o arco redondo da capela. São azulejos policromos, de maçoaroca, apresentando, ao alto, uma cabeça de anjo alada, ladeada por dois anjos de corpo inteiro e duas albarradas. O que falta ao conjunto é o primitivo retábulo, que consta no referido inventário de 1776:

Tem esta Cappella hum altar com seu retabollo dourado com tres nichos no mejo esta a imagem de Nossa Senhora e do lado digo com sua coroa de prata lavrada e do lado do Evang.º a imagem



Igreja de São Tiago, capela de Nossa Senhora da Conceição (fotos Raul Ladeira)

de S. Martinho. No lado da epistola a imagem de S. José com outra do Menino Jezus, e na Banqueta hũ sacrário com sua fechadura e chave⁽⁴⁷⁾. As imagens de Nossa Senhora e de São Martinho ainda constam no retábulo.

Na construção fundacional, o vão para iluminação da capela deveria estar situado na parede do retábulo, a julgar pela seguinte ordem emanada da visitação de 1756: “§ 3º Vizitando nos o altar da Sr.ª da Conceição vimos necessitar q. a fresta da d.tª Cap.ª Se mude, e ponha frontr.ª ao altar Com Sua vidraça e caixilho com Rede por fora (...)”⁽⁴⁸⁾. Foi então construída uma janela na parede poente. Esta capela (arquitectónica) tinha uma instituição de capela feita pelo Padre Diogo Aparisso que era administrada pela Confraria de Nossa Senhora da Conceição⁽⁴⁹⁾.

10.3.2.6 PORTA SUL E ESCADAS PARA A TORRE SINEIRA

Na nave lateral sul abre-se a referida porta e, ao fundo da nave, sobem as escadas para a torre – que levou porta em 1756⁽⁵⁰⁾, embora volte a ser requerida em 1760⁽⁵¹⁾ - que, em dois dos seus três olhais, apresenta sinos. O do olhal norte tem a seguinte inscrição: IHS SANTA MARIA DE MARBAN SENDO PRIOR JOAO ESTACIO MOURATO ANNO DE 1826. Trata-se, portanto, de um sino que pertenceu à matriz, mandado fazer por este sacerdote de que já falámos abundantemente no capítulo Rua do Espírito Santo. No sino do olhal nascente está escrito: IN HOC SI[G ou C]NO[M] UINCES 1817 (COM ESTE SINAL VENCERÁS 1817). Refira-se, finalmente, que o olhal sul, que não tem sino, foi acrescentado posteriormente a 1950, uma vez que uma fotografia com esta data pode provar a sua inexistência.

Relativamente a enterramentos nesta igreja, eles também se faziam, conforme se constata pela referência seguinte: “Na Igreja de S.tª Maria pagaõ jazigo os Freguezes, que ahy se fazem sepultar, na de S. Thiago hé de graça o enterramento de todos”⁽⁵²⁾. E é interessante referir, também, que os membros do clero reivindicaram para si, o que foi atendido, um lugar apartado para serem sepultados: “Os Sacerdotes, e os mais do estado Ecleziastico desta V.ª nos Requererão q. querião ter Sepultura Separada da dos Seculares nesta Igr.ª (...) Ordenamos q. os Sacerdotes Se Sepultem entre as Grades e a Cap.ª mor, e os Seculares no Corpo da Igr.ª⁽⁵³⁾”. Quanto a enterramentos no exterior, sabemos apenas, por testemunho oral (António Gil, 1956-), que no princípio dos anos de 1980 foram descobertas muitas ossadas no jardim fronteiro, entre o parque infantil e o lago.

10.3.2.7 A COMPARTIMENTAÇÃO DA IGREJA ATRAVÉS DE GRADES DE MADEIRA

Nas fotografias que publicamos abaixo, de 1950, podemos verificar que as naves ainda tinham o antigo gradeamento a dividi-las, existindo grades, também, a vedar a capela-mor e altares colaterais – “p. o povo Comungar”⁽⁵⁴⁾ –, bem como nas capelas das naves laterais. A razão para a sua colocação colhemo-la nos “capítulos” da visitação de 1760: “Vizitando o Corpo da Igr.ª achamos necessitar de huma thea na nave do meyo para evitar assim os



Interior da igreja de São Tiago (SIPA FOTO.00166822, 1950)
(SIPA FOTO.00166821, 1950)

escandalos que tem havido em se juntar homens, e mulheres na m.^a Igr.^a Sem separação (...)”⁽⁵⁵⁾.

10.3.2.8 O ADRO E A SUA PROTECÇÃO

Apesar de não ser visível nas plantas de 1765 e de 1814, existia uma parede que conformava o adro e o protegia da entrada de animais. Logo após 1755, levantou-se a “parede do adro q. estava so Com os alicerces”⁽⁵⁶⁾. A necessidade desta parede é justificada da seguinte maneira:

Constou nos cainda Se mostra, q. o adro, q. cerca a igr.^a estava com paredes mais levantadas de sorte, q. Se impedia para elle o ingresso dos animaes, cremus, q. hoje Se patentea aos mesmos o q. he indigno pelo q. ordenamos e mandamos ao R.d^o Prior desta igr.^a dentro de seis mezes o mande por em o antigo estado de Sorte n. nelle não entrem os animais (...)”⁽⁵⁷⁾.

10.3.3 IRMANDADES E CAPELAS INSTITUÍDAS

As irmandades eram duas: a da Senhora da Conceição, que tinha como espaço religioso a capela do mesmo nome, na nave lateral, do lado da Epístola, e a do Apóstolo São Pedro, constituída pelos padres da vila. Esta irmandade – que tinha uma instituição de capela pelo Padre Pedro Dias Tarejo⁽⁵⁸⁾ - estava extinta quando da visitação de 1749⁽⁵⁹⁾, aparecendo já restaurada, e com estatutos novos, na visitação do ano seguinte⁽⁶⁰⁾.

Tem mais esta freguezia huã cappella ou oratorio da qual hé orago o Senhor Jessus aonde se dis missa para Conssolassão dos prezos, aqual instituhio huã Catherina Viegas desta terra e esta lhe deixou algúns béns para que dos rendimentos se chamasse da qual he Cappellão o Reverendo Prior de Sancta Maria Matris desta Villa, e à Cappella da Sanctissima que está nesta Igreja de São Thiago como já diçe, a instituhio hum Manoel Carrilho desta Villa da qual hé administrador e Cappellão o Reverendo Prior de São Martinho da cidade de Portalegre declaro que hé da Sanctissima Trindade a Cappella de que falo.

Esta capela instituída por Manoel Carrilho também se encontra documentada na visitação de 1756⁽⁶¹⁾. Para além das instituições de capelas já referidas, aparecem mais duas tombadas nos capítulos da visitação de 1756:

(...) também a que Instituiu João Videira, de que são adeministradores os herdeiros de Manoel de Videira, e a que Instituiu Gaspar Fernandes Garção de que são adeministradores o Padre Manoel Carrilho Garção, e Antonio Manoel de Torres⁽⁶²⁾.

10.4 O ORATÓRIO DO SENHOR JESUS E AS ERMIDAS EXTRAMUROS

Como referimos atrás, as Memórias Paroquiais dão-nos conta de uma capela ou oratório onde se dizia missa para consolação dos presos. Veio-nos à memória, de imediato, a capela que, para o mesmo fim, se abriu na casa fronteira à prisão do Crato. Tentando localizar a de Marvão, que obviamente hoje já não existe, podemos começar por assentar que a mesma pertencia à freguesia de Santiago e que, para consolo dos presos, teria que se localizar no edifício fronteiro às grades das celas da Câmara Velha, necessariamente no prédio que, como já dilucidámos no capítulo Praça do Pelourinho, constituía, em 1746, as “cazas aonde mora o Prior de Santa Maria”. Considerando que, como lemos acima, o capelão desta capela ou oratório era o Prior de Santa Maria, ou seja, o proprietário do edifício onde a mesma existiria, tudo se ajusta para dar coerência à nossa hipótese de localização. Note-se, finalmente, que existe um passo processional nessa fachada virada para a prisão. Seria ali o oratório?

Encontramos, na visitação de 1764, nova referência a esta estrutura física que, neste ano, é designada, erradamente, por “Hermida”, e que confirma a nossa hipótese de localização, ou seja, “defronte dos prezos”, como não podia deixar de ser:

Nesta vizitação nos constou q. na Hermida q. esta defronte dos prezos em q. se diz missa aos mesmos e ao povo se abriera huma tribuna das Cazas emediatas a mesma Hermida o q. he contra a disposição de Direito, e introduzir nos Lugares Sagrados huma Servidão pelo q. ordenamos as Senhorias das mesmas cazas q. tem esta tribuna p.ª q. dentro em oito dias perentorios não so hajão de fichar a tribuna mas Repor a parede no antigo estado. O R. Prior haja logo q. publicar este Cap.º intimalo as sobreditas p.ª q. enviolavelm.te o Cumprão, e observem, e não cumprindo no dito tempo Com o treslado deste Cap.º dara Conta ao N. R. D.r Provizor p.ª proceder contra eles na fr.ª de Direito⁽⁶³⁾.

A tribuna de que fala o texto será impossível de localizar pelas referências dadas, podendo ter sido aberta em qualquer dos edifícios que dispõem de fachadas viradas para o referido passo processional. Também importa sublinhar que, a este serviço religioso, assistiam não só os presos como também o povo que aí acorresse.

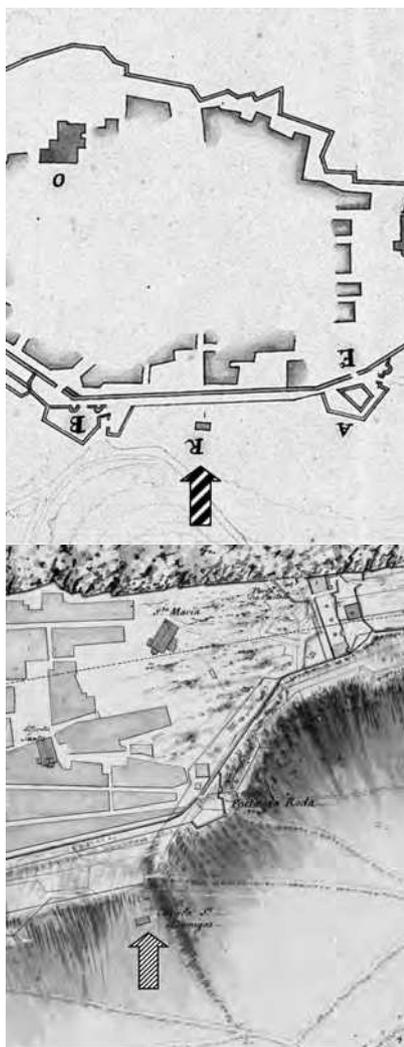
Mas podemos recuar ainda mais para termos uma primeira referência a esta capela onde se dizia missa para consolação dos presos. Com efeito, na visitação de 1712, à igreja de Santa Maria, escreveu-se: “(...) proibimos q na lgr.ª da Miz.ª; e Capella dos prezos da Cadea se digão missas no mesmo tempo em q se diser a Conventual (...)”⁽⁶⁴⁾.

Relativamente a ermidas, as Memórias Paroquiais dão-nos

conta de uma série destas construções adstritas às paróquias da vila e que eram administradas por estas em alternância anual: São Sebastião, nos Galegos (que passa a pertencer apenas a São Tiago em 1835)⁽⁶⁵⁾; Santo António dos Barros Cardos, no sítio da Ponte Velha; São Brás, na encosta nascente da vila (festa a 3 de Fevereiro); Calvário, entre as muralhas e o Convento de Nossa Senhora da Estrela, que trataremos no capítulo O Corro e o Calvário; São Domingos, de que se perdeu a memória, mas que, curiosamente, aparece localizada em mapa militar de 1755, de Miguel Luiz Jacob, precisamente onde hoje está a ermida de São Brás; trata-se de um erro, como veremos a seguir. Num inventário de 1776 encontramos a explicação para a sua não identificação: foi mandada demolir⁽⁶⁶⁾. Aliás, já em 1749, na visitação que nesse ano se fez à igreja de Santa Maria, se escreveu:

Visitando nos a ermida de S. Domingos a achamos destituída de todo o ornato pelo q. Rogaremos e pedimos ao povo desta villa Cuide (?) prover do necessário penna de procedermos Contra ella na forma de direito (...)”⁽⁶⁷⁾.

Como se pode observar em plantas militares de 1758 e de 1765, a Ermida de São Domingos (“Capela de St. Domingos”) está correctamente localizada, a nascente da Porta de Ródão, o que prova que a sua demolição ocorreu entre 1765 e o ano em que se realizou o inventário (1776), onde ela já não consta.



A Ermida de São Domingos localizada em plantas militares de 1758 (GEAEM, 3139-2A-25-35) (imagem de cima) e de 1765 (GEAEM, 3133-2-21-30)

RUA DE SÃO TIAGO E ANTIGA TRAVESSA/RUA DO ADRO

Sobre o serviço religioso prestado a pessoas que não tinham residência permanente em Marvão, embora lá tivessem casa, é curiosa a determinação que se fez na visitação de 1756:

§1º Constounos nesta viz.ªm q. m.t.ªs Pessoas q. não morão, nem assistem nesta V.ª nem Rezidem nella a mayor p.te do anno, não tendo nella Família alguma Se querem fazer seos fregueses So por nella terem cazas com alguns trastes do q. Rezulta grade perjuizo na Repartição dos dízimos e outras concequencias gravis (...) p.l.º q. conformandonos com a despozição de direjto ordenamos aos R. dos Parochos desta Ig.ª q. não Reconheção a estas taes Pessoas por Suas freg.zas, nem as assentem no L.º dos Condessados Como athe agora fazião o q. lhe ordenamos Com pena de Suspensão de Suas ordens ipso facto (...)⁽⁶⁸⁾.

Ou seja, ao tempo, a questão dos dízimos pagos à igreja e da sua repartição no seio da mesma, sobrepunha-se a outras razões menos economicistas mas mais cristãs. Dito de outro modo, se os fiéis tinham casa na vila e pagavam o dízimo noutro lugar, então, deveriam solicitar atendimento religioso junto dos párocos a quem o pagavam. A lógica compreende-se, mas nem sempre seria fácil que as famílias vivessem de forma tão compartimentada em termos geográficos. Deixamos a justificação para o pagamento do dízimo, a sua fundamentação, constando na visitação de 1749, por nos parecer muito clara:

Saibão todos os parochianos desta Freg.ª que estão obrigados a pagarem os dízimos de todos os frutos q. D.s lhe der assim do bom, como do maõ, por Ser este tributo o q. Se deve a D.s em Reconhecim.t.º do Supremo domínio, q. tem sobre todas as Couzas (...)⁽⁶⁹⁾.

Esta obrigação religiosa pesadíssima, porque não tinha em conta os custos de produção, foi abolida por Mouzinho da Silveira, em decreto de 1832, aplicado após o triunfo do Liberalismo. Lembremo-nos que, para além do dízimo, o povo pagava, entre outros, o imposto da Décima, ao Estado, desde a Guerra da Restauração. Apesar de o dízimo não ser, de jure, um imposto, a sua cobrança era muito mais eficaz do que a da Décima e superior em termos absolutos: “montam em somma muito superior à proveniente de todas as contribuições restantes”⁽⁷⁰⁾. Através destes rendimentos, cada igreja pagava o que era devido ao pároco, ou seja, a sua cõngrua, para além de outras benesses:

Nomeamos ao Padre Fr. Pedro Joze de Almeida Coadjutor actual da mesma Igreja para Prior encomendado della, (...) e lhe assignamos a Congrua de dez mil Reis por mez, que lhe serão effectivam.te Satisfeitos pelo Rendimento da Refferida Igreja, e o Seu pé de Altar que lhe pertence como Prior, com obrigação de Missa quotidiana⁽⁷¹⁾.

10.5 INTERVENÇÕES PROJECTADAS PELA DGEMN (1970-1974)

- a) Intervenção projectada em 1970 para recuperação da cobertura, no valor de 52 000\$00.
- b) Intervenção projectada em 1971 para dar continuação à recuperação da cobertura e para “abertura e restauro de um olhal da torre sineira, que se encontrava entaipado”⁽⁷²⁾, no valor de 103 998\$00.
- c) Intervenção projectada em 1971 para dar continuação à recuperação da cobertura, no valor de 52 000\$00.

d) Intervenção projectada em 1974 para renovação dos tectos de madeira nas naves, rebocos, recuperação de porta e caiação de paredes interiores e exteriores. “Transporte e depósito de cantarias de uma pia baptismal”⁽⁷³⁾.

Na cronologia constante na ficha de inventário IPA da DGEMN, registamos uma curiosa alusão ao pedido de dois retábulos para esta igreja que se encontrava em obras em 1949, sem que possamos certificar-nos sobre a satisfação deste pedido⁽⁷⁴⁾.

SÍNTESE

Para além da recuperação da cobertura e da abertura de um olhal na torre sineira que estava entaipado, nada de importante resultou das intervenções da DGEMN para o prospecto actual da igreja. Registe-se a data da substituição da pia baptismal (1974).



A Igreja de São Tiago em estado ruinoso (SIPA FOTO. 00166823, 1950)



A Igreja de São Tiago em obras de conservação e restauro (SIPA FOTO.00166814, 1971)

10.6 VALORES ARQUITECTÓNICOS DA RUA DE SÃO TIAGO

Trata-se de uma rua com casas de porte médio, com boas cantarias a guarnecer os vãos, evidenciando, nos seus antigos detentores, alguma capacidade económica. Destacamos, logo na primeira casa do lado poente (n.º 11), um dos cinco passos da via-sacra utilizados na Procissão do Senhor dos Passos, tradicionalmente organizada em Marvão pela Irmandade das Chagas da Igreja do Espírito Santo. Não conhecemos a sua datação exacta, mas sabemos que, em 1739, já se “armavam”. Têm uma configuração muito semelhante a outros existentes em Portel (séc. XVII), em Santo Antão do Tojal (séc. XVIII) e na Azambuja. Já ao fundo da rua, são de destacar as frontarias dos números 7 e 5. A primeira, com uma janela de moldura esquadrinhada e dois cachorros, típica dos sécs. XV/XVI, a segunda, do mesmo período, mas com sobreverga e frontão de volutas, mais erudita. Fazem, com as casas que estão mais abaixo, apresentando arcos quebrados, um conjunto harmonioso e muito fotografado na vila.



Passo da via-sacra da Rua de São Tiago n.º 11



Edifício da Rua de Santiago n.º 5 (pertencente, hoje, à família Madeira) com a constituição que apresentava em 1951, durante as obras de introdução dos esgotos (SIPA FOTO.00167048)



As mesmas fachadas na actualidade; a janela de arco quebrado foi aberta pela família Gil, actual proprietária da casa, há cerca de 30 anos, no antigo vão da porta da “loja” e com pedras existentes no edifício, muito embora o lintel original da referida porta fosse “redondo” e tenha desaparecido quando o vão foi fechado



Óleo de Joaquim Magalhães (1997)

- 1) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1764-1770, folhas n.º(s) 17 v.º-18 v.º.
- 2) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007, 1808-1826, folhas n.º(s) 67 v.º a 68 v.º.
- 3) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05 -1834/07/28), folhas n.ºs 9 a 11 v.º.
- 4) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/03 (1832/04/02-1834/07/28), folhas n.º(s) 7 v.º a 8 v.º.
- 5) Informação de António Andrade (1938-).
- 6) Informação de João Mena (1934-).
- 7) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS (1753-1807), JPSTG/01/002, 1764-1770, folhas n.º(s) 17 v.º a 18 v.º.
- 8) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS (1808-1844), folha n.º 69.
- 9) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 28 de Setembro de 1933 (folha n.º 154 v.º) e CMMRV/B-A/01/126, acta de 22 de Setembro de 1945 (folha n.º 18).
- 10) ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Livraria Civilização-Editora, Porto e Lisboa, 1971,

pp, 90 ss., Apêndice XVII.

11) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Edital de Suprecaõ e extincçaõ dete Priorado e anexação delle ao Convt.º de Estremos (...)”, 1783, folhas n.º(s) 40 e 40 v.º.

12) PINHARANDA, J. Gomes – *História da Docese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981, p. 53.

13) (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3910400>)

14) Passais ou “passales” ou “dextros” era o espaço delimitado por uma “pequena cerca, em redor do edifício religioso, correspondente ao adro actual”; “no geral, se destinavam 12 passos a cemitério e 72 a logradouro dos clérigos ou monges. Esses recintos eram privilegiados (...) Todavia, as terras pertencentes à igreja, o *testamentum ecclesie*, alargavam-se para além do aro privilegiado e chegavam a abranger grande parte da vila, em pomares, campos, soutos e matas”. OLIVEIRA, P. Miguel de – *As Paróquias Rurais Portuguesas, sua Origem e Formação*, União Gráfica, Lisboa, 1950, pp. 101 e 102.

15) Arquivo da Sé de Portalegre, CAPITULOS DE VIZITAS DE S. THIAGO DE MARVÃO, Livro 3º, com abertura no ano de 1783, folha n.º 46 v.º.

16) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Obras que se fizeram por Conta dos Rendim.ºs da Igr.ª em q.e (...) no anno de 1756”, folha n.º 18 v.º.

17) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Obras que se fizeram por Conta dos Rendim.ºs da Igr.ª em q.e (...) no anno de 1756”, folha n.º 18 v.º.

18) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Obras que se fizeram por Conta dos Rendim.ºs da Igr.ª em q.e (...) no anno de 1756”, folha n.º 18 v.º.

19) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Obras que se mandarão fazer na Igr.ª de S. Thiago (...)”, logo após 1755, folha n.º 17 v.º.

20) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, § 5º, folha 62 v.º.

21) (<http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvao/5187-marvao-santiago>)

22) AHMM, SCMM, Caixa n.º 4, SCMMV/E/01/001.

23) *Idem*, folha n.º 2 v.º.

24) *Idem*, folha n.º 3.

25) *Idem*, folha n.º 5 v.º.

26) AHMM, SCMM, Caixa n.º 4, SCMMV/E/01/001, folha n.º 3 v.º.

27) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701), Inventário de 1776, folhas n.º(s) 28 v.º e 29.

28) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701), Inventário de 1776, folha n.º 29.

29) KEIL, Luís, ob. cit., p. 93.

30) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Obras que se fizeram por Conta dos Rendim.ºs da Igr.ª em q.e (...) no anno de 1756”, folha n.º 18 v.º.

31) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Obras que se fizeram por Conta dos Rendim.ºs da Igr.ª em q.e (...) no anno de 1756”, folha n.º 18.

32) Num terceiro espaço, a nascente, de construção muito recente, funcionam os aparelhos das antenas de telemóveis montadas na torre sineira, dispendo de comunicação com o exterior.

33) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), Inventario / De todas as Alfayas desta Paroq.ª Igreija de San=Thiago de Marvão (...)”, folha n.º 38 v.º.

- 34)** Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, Folha n.º 28.
- 35)** Arquivo da Sé de Portalegre, CAPÍTULOS DE VISITAS DE S. THIAGO DE MARVÃO, Livro 3º, com abertura no ano de 1783, folha n.º 36.
- 36)** Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capitulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), Inventário de 1780, folha n.º 39.
- 37)** Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capitulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Obras que se fizeram por Conta dos Rendim.º(s) (...) no anno de 1756”, folha n.º 18.
- 38)** Santiago, 1758, Maio, 15, Memória Paroquial da freguesia de Santiago, comarca de Portalegre [ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 22, n.º 74a, pp. 499 a 502] /p. 499/
Excelentissimo e Reverendissimo Senhor satisfazendo à cartta em que Vossa Excelencia me manda responder aos interrogatorios incluzos, informo sobre elles na forma seguinte = pello que respeita a ésta Igreja de São Thiago a terra em que está chamase Marvão, hé Villa muito antiga com seu termo, hé de El Rei, antigamente teve Juizes Ordinarios e hoje tem Juiz de Fora, fica em a Provincia do Alentejo, e pertence o Bispado, e Comarca da Cidade de Portalegre, hé praça de armas, ou prezidio com seus muros ainda que muito aruinados, a guarnissão para ella de soldados vem da Villa de Castello de Vide, que fica distante hũa legoa, aonde está o regimento; Tem ésta Villa duas freguezias, hũa hé da Invocassão de Sancta Maria que hé a Matris, e outra de São Thiago, que hé ésta da qual dou a informação pedida por ser Prior Emcomendado actualmente della, hũa e outra são Priorados; Tem ésta freguezia de São Thiago, cento oitenta e nove vizinhos, e pessoas por todas setecentas oitenta e sete, porem tem muitos pardieiros, porque caza que cae, não se levanta, fica em hum monte muito elevado ésta Villa, e della se descobrem varias terras cujas distancias não digo, porque o Reverendo Prior da Igreja Matris, as referio na sua informassão, e por não repetir o mesmo, a que me remetto, e reporto em tudo; He o Orago desta Parochia o Apostolo São Thiago, tem cinco altares, o altar mor, aonde está o dicto Apostolo, outro collateral do Apostolo São Pedro, e outro tão bem collateral do Archanjo São Miguel, huã Cappella da Sanctissima Trindade, e outra da Senhora da Conceissão, tem mais esta Igreja em o dicto altar mor Sancta Maria Magdalena em correspondencia de São Thiago, a Senhora do Socorro em hum nicho, e a dicta Senhora está no meio em seu nicho, e a Cappella da Sanctissima Trindade tem o Padre Eterno com hum Crucifixo em os braços, e a Pomba em o peito, e todas as Imagens asima dictas estão em vulto, he o pavimento desta Igreja todo estradado e o tecto hé de madeira e a Cappella mor hé de abobeda com suas mólaturas muito bem feitas, tem taobem ésta Igreja tres naves, que e sustentão em columnas de alvaneria tem duas Irmadades hua da Senhora da Conceissão aqual tem rendimentos para seu ornato, e outra do Apostollo São Pedro da qual são Irmãos os Reverendos Padres desta Villa, e tão bem tem rendimentos tem três portas, a principal que fica para o Poente, e duas travessas, hua para Norte, e outra para Sul. O Senhor Grão Prior do Cratto hé quem apresenta éste beneficio, que hé da religião de Malta, hé Priorado, e agora se acha vago, e quem serve hé Emcomendado, rende huñs annos por outros seiscentos mil reis, não tem beneficiados, está pensionado com cem mil reis, que cada hum anno se pagão, pagão para Lisboa a dois cappelains do dicto Senhor Infante tem este beneficio hum Coadjutor Collado a quem cada hum anno se dão quarenta mil reis, e hum thezoureiro tão bem collado a quem se dão oito mil reis cada hum anno dos rendimentos deste beneficio, a hum e outro; /p. 500/
Tem ésta freguezia extramuros huã Hermida de São Sebastião, outra de São Bras, outra de São Domingos, e outra do Calvario, as quais por alternativa pertencem hum anno à Matris e outro a esta de São Thiago, e outro de Santo Antonio, que se fes agora de novo a qual administra os collegiais do Spiritto Sancto da Villa de Castello de Vide aos quais deixou hum clerigo desta Villa chamado o Padre Manoel Tavares que andou nas partes ultramarinas, todos os seus bens com pensão de mandarem edificar a dicta Hermida de Santo Antonio e como este presente anno pertence a esta Igreja de São Thiago a Hermida de São Sebastião e ésta se acha em hũa aldeia que se chama dos Gallegos tem ésta aldeia, com outra que se chama da Pitaranha e alguns cazais mais que estão disjunctos, quarenta e nove vizinhos, e pessoas por todas duzentas trinta e hua; Tem mais esta freguezia huã cappella ou oratorio da qual hé orago o Senhor Jessus aonde se dis missa para Conssolassão dos prezos, aqual instituhio huã Catherina Viegas desta terra e esta lhe deixou algúns béns para que dos rendimentos se chamasse da qual he Cappellão o Reverendo Prior de Sancta Maria Matris desta Villa, e à Cappella da Sanctissima que está nesta Igreja de São Thiago como já diçe, a instituhio hum Manoel Carrilho desta Villa da qual hé administrador e Cappellão o Reverendo Prior de São Martinho da cidade de Portalegre declaro que hé da Sanctissima Trindade a Cappella de que falo; Pertencente a esta freguezia não há engenhos mais do que hum moinho de cubo que agora, se fés de novo, em a dicta aldeia dos Gallegos; Dista ésta terra da Capital do Bispado, que hé a cidade de Portalegre, como já disse duas legoas, e da Capital do Reino// /p. 501/
Do Reino trinta e cinco, e como das mais terras que desta se avistão, deu copiosa informassão o dicto Reverendo Prior de Sancta Maria Matris, como taobem dos mais interrogatorios, dou a minha informassão por acabada por não repetir aqui o mesmo que está dicto com toda a exacção, e elegancia e só me remetto, e reportto em tudo, e por tudo ao que elle dice, e os Reverendos Padres Curas das freguezias do termo desta Villa, pois tem o termo três freguezias, huã e a principal he o Caes Salvador da Aramenha, e outra de Santo Antonio das Areias, e a outra hé de São Jullião de Severa

e assim satisfasso ao que Vossa Excelencia me imcumbio e para tudo o mais fico as ordens de Vossa Excelencia que Deus Guarde como dezejo
Marvão 15 de Maio de 1758.

Menor Subdito de Vossa Excelencia Reverendissima

O Prior Emcomendado Domingos Rodrigues Fronteira [assinatura autógrafa]

39) AHMM, SCMM, Caixa n.º 4, SCMMV/E/01/001, folhas n.º(s) 6 v.º e 9 v.º.

40) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Obras que se mandarão fazer na Igr.ª de S. Thiago (...)”, logo após 1755, folha n.º 17 v.º.

41) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, folha n.º 22.

42) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, folha n.º 8 v.º, § 8º.

43) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), Inventario de todas as Alfayas desta Ig.ª de Sant=Iago de Marvão (...)”, Visitação de 16 de Julho de 1816, folha n.º 36.

44) Arquivo da Sé de Portalegre, CAPITOLOS DE VIZITAS DE S. THIAGO DE MARVÃO, Livro 3º, com abertura no ano de 1783, folha intercalada, colada, entre as folhas n.º (s) 40 e 41.

45) Por indulgencia plenaria se entiendo de toda la pena temporal merecida por el pecado, de tal modo que no es necesaria ninguna otra expiación en el Purgatorio.” Enciclopedia catolica online:
http://ec.aciprensa.com/wiki/Indulgencias#Varios_tipos_de_Indulgencias

46) Atributo com significados diversos e muito antigos, ligados à fecundidade (ligação ao ciclo menstrual feminino e à influência na germinação de sementes na agricultura), à capacidade para renascer, à sua posição celestial e como símbolo da mudança sobre a qual Maria permanece. Ver ZUFFI, Stefano – *Episodios y personajes del Evangelio, Electa*, Barcelona, 2003, p. 36.

47) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Cappella de N. Sr.ª da Conçeissaõ”, folha n.º 30 v.º.

48) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, folha n.º 32, § 3º.

49) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, folha n.º 35.

50) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Obras que se fizeram por Conta dos Rendim.ºs da Igr.ª em q.e (...) no anno de 1756”, folha n.º 20.

51) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, folha n.º 60 v.º: “(...) e que na esquada da torre Se haja de por huma porta para a fechar para evitar o vento que por ella entra (...)”.

52) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Copia de huma Conta que dej ao Ill.mº R. Senhor Provizor do Cratto (...)”, folha n.º 44.

53) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, § 9º, folha n.º 92.

54) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, folha n.º 28 v.º.

55) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, folha n.º 60 v.º.

56) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capítulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas), “Obras que se mandarão fazer na Igr.ª de S. Thiago (...)”, logo após 1755, folha n.º 17 v.º.

57) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, folha n.º 8.

58) *Idem*, folha n.º 35.

59) *Idem*, folha n.º 10 v.º.

60) *Idem*, folha n.º 12 v.º.

61) *Idem*, folha n.º 35.

- 62) *Idem*, folha n.º 34 v.º.
- 63) *Idem*, folhas n.º(s) 90 v.º e 91.
- 64) AHMM, Mç 122, LIVRO DAS VEZITAÇÕES DE ST.ª MARIA, L.º 1.º, JPSTM/01/001 (1650/05/22-1712/08/22), visitação de 1712, folhas n.º (s) 77 v.º e 78.
- 65) Arquivo da Sé de Portalegre, CAPITOLOS DE VIZITAS DE S. THIAGO DE MARVÃO, Livro 3º, com abertura no ano de 1783, folha n.º 46 v.º.
- 66) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DOS CAPP.OS DA IGREJA Q. COSTUMÃO FAZER OS VISITADORES (...) NESTA PAROCHIAL DE SANTIAGO DE MARVÃO, Capitulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701), Inventário de 1776, folhas n.º(s) 28 v.º e 29.
- 67) AHMM, Mç 122, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.ª DE ST.ª MARIA DE MARVÃO, (1711-1757), JPSTM/01/002 (1711/07/14-1757/04/12), visitação de 1749, folhas n.º 56 v.º.
- 68) AHMM, Mç 122, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.ª DE ST.ª MARIA DE MARVÃO (1711-1757), JPSTM/01/002 (1711/07/14-1757/04/12), visitação de 1756, folhas n.º 80 e 80 v.º.
- 69) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO que começa no ano de 1749, Visitação de 1756, folha n.º 9, § 3º.
- 70) Miguel de Bulhões - *A Fazenda Pública de Portugal (...)*, Cf. relatório sobre a extinção dos dízimos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1884, pp. 18-19.
- 71) Arquivo da Sé de Portalegre, LIVRO DE VISITAÇÕES DA IGREJA DE SÃO TIAGO DE MARVÃO QUE COMEÇA NO ANO DE 1749, folha n.º 105 v.º
- 72) IHRU, Arquivo do Forte de Sacavém, DGEMN, DREMS, Igreja São Tiago, S.12.10.02/001, DGEMN: DREMS 0272, 264/3 (1971).
- 73) IHRU, Arquivo do Forte de Sacavém, DGEMN, DREMS, Igreja São Tiago, S.12.10.02/001, DGEMN: DREMS 0272, 264/4 (1974).
- 74) "1949, 19 janeiro - pedido de dois altares para colocar no edifício, que se encontra em obras (SIPA: txt.01979260); 23 fevereiro - é oficiado que o pedido de cedência de retábulos deve ser feito à Fazenda Pública (SIPA: txt.01979262); 1949, 12 março - é sugerida a cedência de um dos altares da Igreja de Almoester (SIPA: txt.01979268)." (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26534)

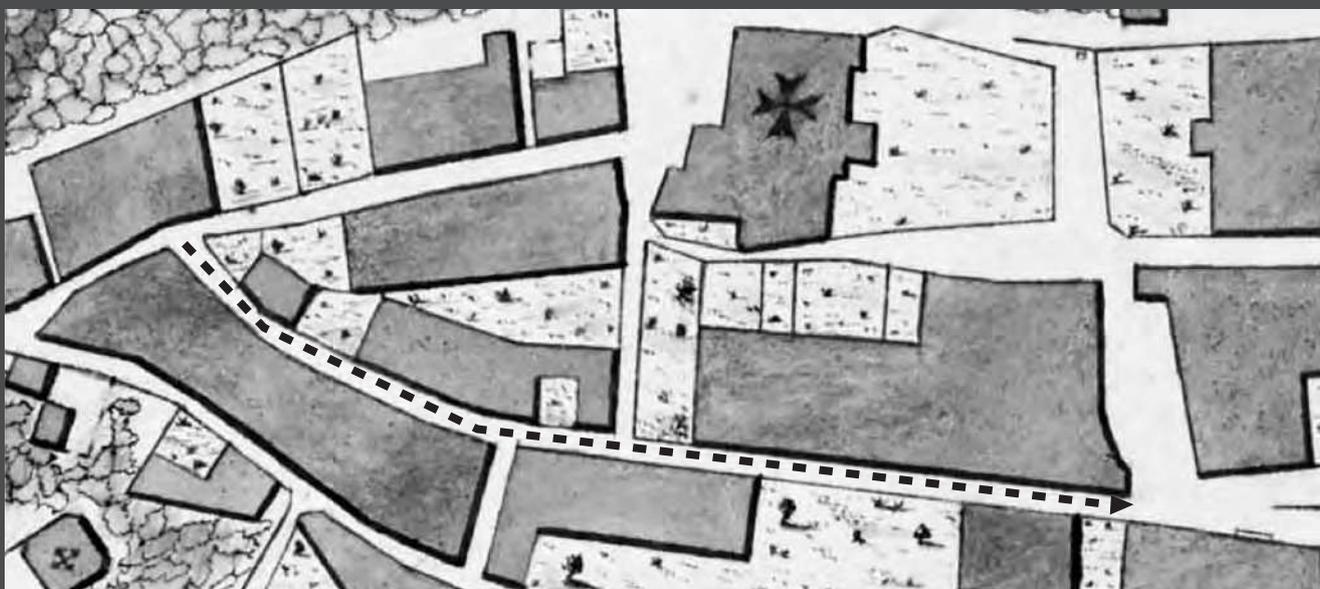
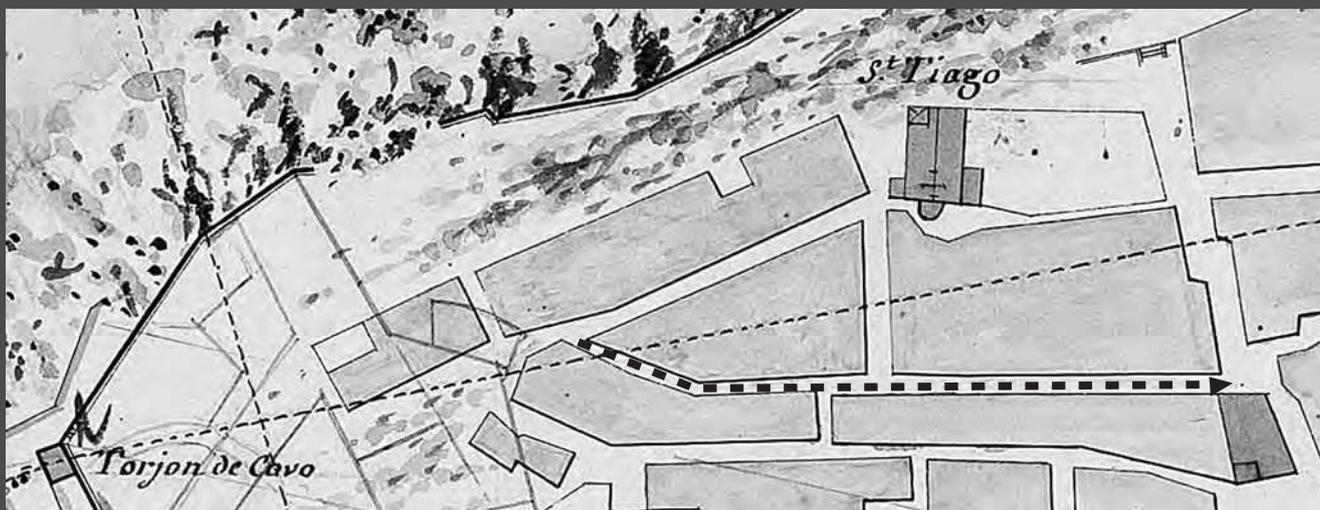


Pintura mural, representando São Jerónimo, que se encontra na casa da família Andrade (Rua de Santiago, n.º 9); fazia parte de um conjunto de cinco e foi datada por Vitor Serrão para os sécs. XVII-XVIII. Ao lado, a referida rua em pintura de Artur Figueiredo (c. 1987)



11

**RUA 24 DE JANEIRO,
ANTIGA RUA DE JOÃO GARÇÃO**



A Rua de João Garção em plantas militares de 1765 (imagem de cima) e de 1814

11. RUA 24 DE JANEIRO, ANTIGA RUA DE JOÃO GARÇÃO

11.1 TOPONÍMIA

Quem terá sido este João Garção? O Padre João Garção da Companhia de Jesus, Cancelário da Universidade de Évora e insigne matemático de que nos fala o Padre Miguel Bravo, autor das Memórias Paroquiais? Não o cremos. Se fosse, o topónimo teria necessariamente o título de “Padre” a anteceder o nome, como a Travessa do Padre Júlio, por exemplo. Cremos que o João Garção que deu nome à rua foi um proprietário que viveu no séc. XV e que edificou, em 1447, a Capela da Santíssima Trindade da Igreja de São Tiago, onde está sepultado, facto que demos a conhecer no capítulo anterior. A fundamentação é a seguinte: como referimos, também, no capítulo anterior, Manoel Carrilho, ao instituir, em 1580, uma missa na referida capela, faz a doação de umas “Cazas que foraõ de meu Avõ Joaõ Graçaõ, que estão na mesma de Joaõ Graçaõ onde viveo Manoel Gomes”⁽¹⁾. Esta expressão “na mesma” tem que se entender (na mesma rua) porque, em 1756, quando na visitação da Igreja de São Tiago se transcreve o testamento do Padre Diogo Aparisso (que seria, ao tempo, descendente/administrador da capela de Manoel Carrilho) para a instituição de uma missa quotidiana, repete-se o texto supra introduzindo a palavra “rua”: “Cazas q. foraõ de meu Avo Joaõ Garçaõ, q. estão na mesma Rua de Joaõ Garçaõ, aonde Viveo M.el Gomes”⁽²⁾. Deduzimos, então, que existiu um João Garção no séc. XV que viveu naquela rua, em casas próprias, e que lhe deu o nome. A rua já assim era conhecida em 1580.

No primeiro rol de confessados de que o arquivo dispõe, o de 1753⁽³⁾, a rua já apresentava a referida designação que havia de conservar até à República. A 3 de Novembro de 1910, a Rua de João Garção passou a Rua 5 de Outubro, embora, no rol de confessados de 1918, ainda apareça registada com a antiga designação⁽⁴⁾. A 28 de Setembro de 1933⁽⁵⁾, a Rua do Açougue passou a 24 de Janeiro e, pela alteração toponímica de 22 de Setembro de 1945, a Rua 24 de Janeiro (pensamos que da Câmara Velha para norte) passou novamente a Rua do Açougue e a Rua 5 de Outubro a 24 de Janeiro.

11.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Em 1765, a rua tinha 22 fogos ocupados com 84 residentes. Relativamente às profissões dos cabeças-de-casal, registaram-se: 1 alfaiate, 1 forneiro, 5 lavradores, 1 padeiro, 1 sapateiro, 1 tecelão, 3 trabalhadores, 2 religiosos (P.e M.el Carr.º Garção, de 45 anos, e o R.dº P.e L.çº Marques Ram.º, de 43 anos), 2 homens sem profissão e ainda duas outras profissões que não conseguimos ler; aparecem registadas 3 viúvas⁽⁶⁾.

Em 1814, estavam ocupados 21 fogos com 64 residentes. Relativamente às profissões dos cabeças-de-casal, registaram-se: 1 alfaiate, 1 cardador, 3 ferradores, o Pároco da Ig.ª Fr. Pedro J.e de Almd.ª de 63 anos, M.el Luiz soltr.º alcaide da Vara, de 46 anos, Joaq.m Cast.º Disimr.º de 32 anos, o Major João God.º, viúvo de 54 anos, 3 homens sem profissão/ocupação definida e 1 jor.or. Aparecem ainda

registadas 2 mulheres solteiras (uma das quais com o tratamento de D. Ther.ª Caettana Carrasca), 2 mulheres casadas e 5 viúvas⁽⁷⁾.

Durante as Guerras Liberais (1828-1834), moravam nesta rua jornaleiros (5), um vigário (Fr. Joze Carrilho Vilhena), um “doutor” que era vereador⁽⁸⁾ (Joaquim J.e de Mattos Magalhães, de 49 anos, do lado poente, 3º registo em 10⁽⁹⁾), um forneiro (Domingos Carrilho Pinto, do lado poente, 7º registo em 10⁽¹⁰⁾), um pomareiro, um serrador e outros homens sem profissão que viveriam das suas propriedades, como Vitorino Gração Roma, de 77 anos⁽¹¹⁾, vereador da Câmara⁽¹²⁾. Provavelmente, o referido forneiro trabalharia no edifício que vem descrito no livro do Imposto da Décima como: “Cazas do forno de Boaventura Leitão seu rendimento dois mil reis Decima cento e oitenta reis”⁽¹³⁾, constituindo o 7º registo do lado direito (nascente).



Rua 24 de Janeiro (fotos s. d., anteriores aos anos 80)

RUA 24 DE JANEIRO, ANTIGA RUA DE JOÃO GARÇÃO

11.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

No registo do Novo Imposto das Janelas, de 1832/33, a Rua de João Garção apresenta os seguintes elementos⁽¹⁴⁾:

a) Rua de João Garção Ld.º direito

1. Casas de Raimundo Pinheiro (2A)
2. Casas de Pedro da Fonseca (1A)
3. Ditas da Veuva de Antonio Joze Pires (1A)
4. Ditas de Calisto Goncalves (1A)
5. Casas de Maria Pinheira Veuva (1A)
6. Ditas de Cesilia Calada (1A)
7. Ditas do forno de Boaventura Leitão (1A)
8. Casas do Celeiro de Santa Maria não tem janela
9. Ditas de Joaquina da Conceição (1A)
10. Ditas de Jose Rodrigues (1A)
11. Ditas de João Pires (1A-1T)
12. Casas de Simpliciana Maria Veuva (1A-1T)
13. Ditas de Jose Simoes (1A)
14. Ditas de Lourenco Jose Simoes (1A)
15. Ditas das casas onde vive (2A-1T)
16. Ditas de Gertrudes Barradas (1A)
17. Casas do Celeiro de Santhiago não tem janelas
18. Ditas de Joaquina Maria (1A)

b) Rua de João Garção L.dº esquerdo

1. Casas das Maltezas de Estremoz (3A-1T)
2. Ditas de Joaquina Maria Veuva (2A)
3. Casas do Doutor Joaquim Joze de Mattos Magalhaes (6A-1T)
4. Ditas de Roza Barradas (5A-2T)
5. Ditas de Francisco Delicado (1A)
6. Casas de Joaquina Machado (1A)
7. Ditas de Domingos Pinto (1A)
8. Ditas de Francisco da Roza (1A)
9. Ditas da Veuva de Jeronimo Machado (1A)
10. Casas de João Dias (1A-1T)

Vejamos agora os proprietários registados na Contribuição da Décima em 1833⁽¹⁵⁾:

a) Rua de João Garção Ld.º direito

1. Casas de Raimundo Pinheiro em que vive (45)
2. Ditas de Pedro da Fonseca foreiras (90)
3. Ditas da Veuva de Antonio Jose Pires fechadas (0)
4. Ditas dos herdeiros de Calisto Goncalves em que vive (45)
5. Ditas de Maria Pinheira em que vive (45)
6. Ditas de Cecilia Calada em que vive (45)
7. Casas do forno de Boaventura Leitão (180)
8. Ditas de Joaquim da Conceição em que vive (45)
9. Ditas do Seleiro de Santa Maria (270)
10. Ditas de Jose Rodrigues Cassador em que vive (45)
11. Ditas de João Pires em que vive (45)
12. Casas de Simpliciana Maria em que vive (45)
13. Ditas de Jose Simoes foreiras a Manoel Dionisio de Castello de Vide (72)

14. Ditas do mesmo foreiras (180)
15. Ditas de Gertrudes Barradas em que vive (270)
16. Casas do Celeiro de Santhiago (270)
17. Casas de Joaquina Maria alugadas (45)

b) Rua de João Garção Ld.º esquerdo

1. Casas das Maltezas da Villa de Estremoz valem de renda tres mil reis Decima duzentos e setenta reis (270)
2. Ditas de Joaquina Maria em que vive (45)
3. Ditas do Doutor Joaquim Jose de Mattos Magalhaes em que vive (360)
4. Ditas de Roza Barradas onde vive (270)
5. Casas de Francisco Delicado em que vive (45)
6. Ditas de Joaquim Machado (45)
7. Ditas de Domingos Pinto em que vive (45)
8. Ditas da Veuva de Francisco da Roza em que vive (54)
9. Ditas da Veuva de Jeronimo Machado em que vive (45)
10. Casas de João Dias em que vive (54)

11.3.1 A CASA DAS MALTEZAS DE ESTREMOZ E OS CELEIROS DE SANTA MARIA E DE SANTIAGO

O lado esquerdo da rua está identificado com a designação de uma casa que não nos merece qualquer dúvida e que constitui logo o primeiro registo: “Casas das Maltezas de Estremoz”, apresentando, ao tempo, “três janelas dos altos” e “huma terra”⁽¹⁶⁾. Trata-se do actual edifício da Rua 24 de Janeiro n.º(s) 6 e 8 que faz esquina com a Travessa do Padre Júlio e que exhibe um emblema oval, de mármore, com a cruz de Malta em círculo central relevado, decorado com volutas.

A explicação, pelo menos indirecta, para a existência deste edifício com a antiga designação que possuía (Casas das Maltezas de Estremoz), deve-se ao facto de, a partir do século XVI, quando D. Manuel I - ou o seu filho segundo, D. Luís, Grão-Prior do Crato (1527-1555) - criou o Convento das Maltezas de Estremoz (ou de São João da Penitência), o ter beneficiado com parte dos dízimos da paróquia de Santa Maria (que também pertencia ao Priorado), conforme se refere nas Memórias Paroquiais. Esta ligação, que já referenciamos no capítulo Largo e Travessa de Santa Maria, terá dado origem à casa.

Hé pois hoje este beneficio da apresentação do Serenisimo Senhor Infante Dom Pedro Gram Prior deste Rejno de Portugal; a renda deste beneficio, assim em dízimos, como passaes da Igreja chega huns annos por outros a quinhentos mil reis; mas a pensão emtra só nos dízimos, de que lévão as ditas Religiozas Malthezas de Sam João da penitencia da Villa de Estremoz duas partes, e fica ao Prior huma com os pasães todos da mesma Igreja⁽¹⁷⁾.



Casa das Maltezas de Estremoz, com o emblema da Ordem

A Casa das Maltezas de Estremoz tem, de facto, uma curiosa história funcional, uma vez que albergou as Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública (na década de 50 do séc. XX, até à inauguração do novo edifício da Câmara, em 1956, para onde passariam as referidas repartições, juntamente com o Registo Civil⁽¹⁸⁾), a Escola Primária (entre 1960 e 1968), o talho da Sr.^a Amélia Ramos (após a transferência da escola primária para o novo edifício, em 1968, e durante alguns anos da década de setenta) e, finalmente, transformou-se em residência, com dois fogos, arrendados pelo município, até aos nossos dias.

Acrescente-se que já antes, no séc. XIX, era o edifício da

Administração e Repartição da Fazenda, conforme se pode constatar no Inventário de Bens e do Arquivo (1868-1895):

N.º 2 Predio de casas, em que estava a administração e repartição da fazenda do suprimido concelho de Marvão, tendo no pavimento superior seis casas e no inferior duas lojas e uma casa de entrada. Confronta pelo norte com casas dos herdeiros do D.ºr Leandro Pinto Frausto, pelo sul e não pelo norte esta confrontação, pelo nascente com rua de João Garção e pelo norte com travessa do Padre Julio e, pelo poente com casas de Joaquim da Fonseca.

À margem: “Carta de arrematação de 7 de julho de 1883”⁽¹⁹⁾. O proprietário da casa adossada a norte era o “Bacharel Leandro Pinto Frausto”⁽²⁰⁾, Presidente da Câmara entre 1883 e 1885.

De referir ainda, no que concerne à Ordem de Malta e à presente rua, que o edifício fronteiro à Casa das Maltezas também pertenceu à mesma ordem, como o atesta o emblema de granito que se encontra sotoposto à padieira da sua porta, o n.º 5.



O outro edifício, fronteiro à Casa das Maltezas, que também pertenceu à Ordem de Malta, como o respectivo emblema o atesta

11.3.2 RESIDÊNCIA DO DOUTOR JOAQUIM JOSÉ DE MATTOS MAGALHÃES

Do lado esquerdo da rua (ou seja, do lado poente, do mesmo lado da Casa das Maltezas de Estremoz), a casa que pagava mais de Décima (360 réis) e que apresentava maior número de janelas (6 de altos e 1 térrea) só poderia ser a que veio dar origem à Fundação e, posteriormente, à ampliação da Pousada de Santa Maria, de que trataremos mais abaixo. Estava esta casa adossada, para sul, à das Maltezas, com uma outra de permeio que, ao tempo, tinha duas janelas de altos (de Joaquina Maria, em que vivia). Como veremos com mais detalhe, estavam ambas na posse da Câmara quando foram doadas à Santa Casa, em 1946, designando-se, na altura, por “Casas do Doutor Leandro”.

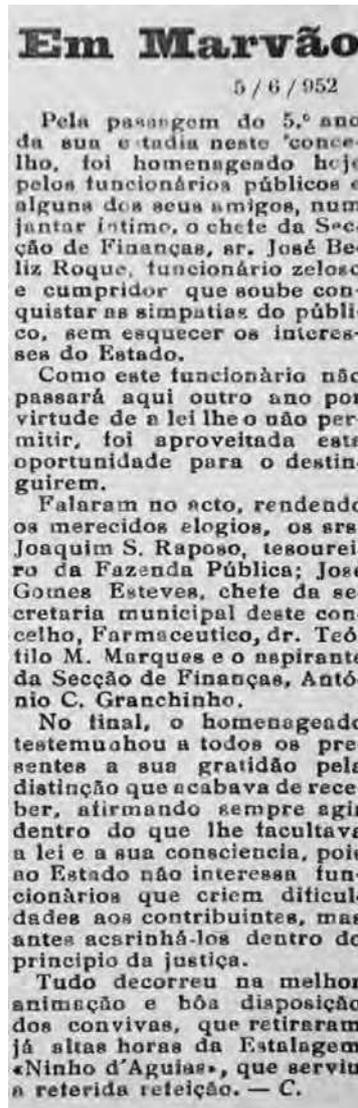
O Doutor Joaquim é-nos apresentado por Possidónio Laranjo Coelho como “filho de Francisco José de Matos Magalhães, formado em leis na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1808-1809”⁽²¹⁾. Vivia, em 1833 (ano a que se referem os impostos acima apresentados), nesta Rua de João Garção, contando 49 anos de idade, com sua mulher D.^a Theresa da Trindade, de 48 anos, e com sua filha D. Constança, de 17 anos⁽²²⁾.

Encontramo-lo na mesma rua, em 1846, com 64 anos (este, ou o registo anterior, não podem estar correctos no que diz respeito às idades, porque se trata da mesma pessoa), a viver com a mulher, D. Theresa da Trindade, de 62 anos, e, no mesmo fogo, o seu genro, Doutor Leandro P.^o Frausto, de 31 anos, casado com a filha do Doutor Joaquim, D. Constança da Estrella, de 30 anos⁽²³⁾. Ora parece-nos que será este herdeiro (Doutor Leandro) que dará o nome à casa quando ela foi doada pela Câmara à Misericórdia, em 1946, como se refere acima.

Finalizamos, lembrando que já no capítulo Rua Dr. Matos Magalhães falámos deste Joaquim: o sobrinho de D. Marianna de Magalhães, com quem vivia, em 1814, na então Rua da Corredoura, contando nessa altura 30 anos de idade.

11.3.3 DA ESTALAGEM NINHO D’ÁGUIAS À POUSADA DE SANTA MARIA

Pois a antiga Rua de João Garção, ou a actual Rua 24 de Janeiro, com que os republicanos a baptizaram, é referenciada por todos, na vila, como a “Rua da Pousada”. O aglomerado de edifícios da Pousada de Santa Maria de Marvão incorpora, assim, o actual *genius loci*. Foi aqui que se disponibilizou, a partir de 1952, o primeiro estabelecimento hoteleiro digno desse nome, depois de algumas estalagens/pensões que houve na vila. Ecos da Estalagem começam a aparecer nos órgãos de comunicação social, nesse mesmo ano. Por exemplo, o jantar de homenagem a um chefe da Secção de Finanças de Marvão.



In A Rabeca n.º 1.683 de 18 de Junho de 1952



Poderá tratar-se do jantar de homenagem em causa, a julgar pelas cadeiras, que identificam a Estalagem Ninho de Águias, e pela presença de alguns dos comensais citados

Outro exemplo de jantar de homenagem, um pouco mais tarde: em notícia do *Boletim da Misericórdia*, refere-se ter-se realizado, na “Estalagem Ninho de Águias”, no dia 4 de Fevereiro de 1954, um jantar oferecido ao “sr. José Maria Garcia, por ter atingido o limite de idade que a lei estabelece para os funcionários, quer do Estado quer das Autarquias locais”⁽²⁴⁾.

Deve-se a iniciativa da Estalagem, ao já assinalado indefectível defensor dos interesses da vila, Jeremias da Conceição Dias (1894-1983). Desgostoso com o facto da projectada pousada vir a ter uso completamente diferente, servindo, já depois de parcialmente construída, para os novos Paços do Concelho, decidiu transformar a sua própria casa na Estalagem Ninho d’Águias, disponibilizando cinco quartos, uma sala de jantar e uma pequena sala de estar.



A Estalagem Ninho de Águias no ano da conclusão das obras de construção civil (1951), com JCD em baixo, à esquerda. Foto oferecida pelo amigo Domingos José Pereira que anota o evento nas costas da fotografia



A Estalagem Ninho de Águias, foto/postal promocional



Turistas estrangeiros na Estalagem Ninho de Águias, com quem JCD tirava frequentemente fotografias (foto s. d.)

Passados cerca de 10 anos, a Estalagem seria adquirida pelo SNI – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo que, após reestruturação e ampliação, a reabriria em 1967, agora com a designação de Pousada, com 8 quartos e um panorâmico restaurante construído no antigo terraço. Jeremias da Conceição Dias comprou então a sua definitiva casa na Rua Dr. Matos Magalhães n.º(s) 3 e 5, onde lhe foi descerrada, em 2010, uma lápide em sua memória.

Transcrevemos Fernanda de Castro, contando-nos como foi alojar-se à Pousada de Marvão, vinda de uma festa na Vidigueira, com Natália Correia, Dórdio Guimarães e José Carlos Ary dos Santos, poucos dias depois da sua reabertura:

Quando a festa acabou, a Natália perguntou-me, de repente: - Ouvi dizer que abriu por estes dias a Pousada de Marvão. E se telefonássemos para lá a saber se há quartos vagos? Já é tarde para ir para Lisboa e Marvão é uma beleza. Já lá foi? Não? Então vai ver que fica entusiasmada como eu. O Dórdio telefonou, havia lugares na pousada e assim partimos para Marvão, onde chegámos depois da meia-noite. A pousada era bonita, os quartos bem mobilados e agradáveis, de modo que nenhum de nós se arrependeu de ter aderido a esta inocente fantasia da Natália⁽²⁵⁾.

Nova ampliação se concretizou em 1987, oferecendo agora a pousada treze quartos, que passariam a vinte e oito e uma suite no ano de 1992, depois de se integrar um edifício grande que existia do lado poente. Este prédio, como veremos de seguida, albergava uma série de oficinas, entre as quais uma fundição, onde os rapazes do Asilo aprendiam uma profissão.

Em 2004, a Pousada integraria mais outro edifício (o n.º 5 da respectiva rua), acrescentando mais duas suites à sua oferta, ao mesmo tempo que ampliava os seus espaços de estar. Em boa verdade, há fortes razões para que a rua seja conhecida na vila por Rua da Pousada: metade dela pertence-lhe!

RUA 24 DE JANEIRO, ANTIGA RUA DE JOÃO GARÇÃO

11.3.4 A FUNDIÇÃO

Em meados do século passado, a Misericórdia integrava, como “serviços próprios”, o Hospital, o Albergue e o Asilo. Como “Instituições dependentes”, o Centro de Assistência Social Materno-Infantil e as Casas de Trabalho do Espírito Santo e de Santiago, sendo a primeira feminina e a segunda masculina⁽²⁶⁾. Estas casas de trabalho recebiam crianças de todo o país. Na acta de 28 de Julho de 1949 damos conta da admissão de 31 rapazes e de 17 raparigas⁽²⁷⁾. Foram implementadas e funcionavam da seguinte forma em 1956:

- A Sociedade Metais, Aços e Ferro, “M. A. F.”, despendeu elevadas quantias nas “obras de construção e beneficiação dos edifícios situados nas proximidades da igreja de S. Tiago e outros pertencentes a esta Santa Casa”.
- As “máquinas, ferramentas e utensílios, existentes na Casa de Trabalho Masculina pertencem na sua totalidade à M. A. F. a qual os empresta graciosamente (...)”.
- Toda a “matéria prima por ela fornecida e consequentemente a obra produzida pertencem à M. A. F.”.
- A formação profissional era feita por “dois mestres que (...) instruem os aprendizes, sem haver encargo ou remuneração material da nossa parte”.
- A “orientação, disciplina, etc dentro da oficina sempre pertence à Misericórdia que a exercerá por via de um delegado e que providenciará para colocar os menores sempre que reconhecer estarem aptos para o trabalho ou, atinjam mais de 18 anos”.
- “Por se tratar de uma situação agora provisória, a Misericórdia vai diligenciar junto das entidades oficiais no sentido de obter os meios necessários para a instalação nesta escola profissional, de material, ferramentas, utensílios e mestres próprios (...)”⁽²⁸⁾.

Relativamente à acomodação dos rapazes, ela acontecia em várias casas da vila, reconhecendo-se, em 1956, a “necessidade absoluta da construção de um pavilhão a situar na cerca desta Instituição, para a Secção Masculina do Asilo, até agora dispersa por diversas casas mais do que impróprias para o fim em vista”⁽²⁹⁾.

O delegado indicado pela Misericórdia, de que se faz referência supra, era o Padre Francisco Vermelho, em Dezembro de 1956, tendo sido nomeado Pároco de Marvão, em Janeiro de 1957, e editor do *Boletim da Misericórdia* em Julho deste ano⁽³⁰⁾. A ideia para a criação deste boletim foi do Provedor Manuel Berenguel Vivas, em 1951, para dar

(...) informações resumidas respeitantes à actividade assistencial da Misericórdia, à vida do Município, à vida religiosa da região e bem assim, informações agrícolas e semelhantes. Esta sugestão discutida com interesse, foi imediatamente aprovada por unanimidade, ao mesmo tempo que se decidiu consultar a Comissão de Censura, para que informasse a Mesa Administrativa, de quais as formalidades a cumprir para a publicação mensal do citado boletim⁽³¹⁾.

O *Boletim da Misericórdia* haveria de se publicar a partir de 1951 (o n.º 1 tem a data de 1 de Novembro) constituindo, hoje, uma preciosa fonte para a história local de Marvão.

Recorrendo exactamente a esta fonte, ela dá notícia de uma “Nova Fundação” que passou a funcionar em 1954, o que significa ter havido uma anterior; vejamos o texto:

Encontra-se já em plena laboração, a nova Fundação de Metais, instalada agora com melhores e mais eficientes condições de trabalho. As obras realizadas para o efeito tornaram esta importante actividade, à qual se abre futuro promissor, mais económica, mais perfeita, ocupando também mais braços. Com excepção de ferro, fazem-se trabalhos em todos os metais⁽³²⁾.

E o boletim começa a fazer publicidade aos produtos da Fundação, solicitando encomendas, sendo que, o primeiro e último dos boletins com esta publicidade – respectivamente, n.º(s) 36 e 72 - correspondem às balizas temporárias de 1 de Outubro de 1954 a 1 de Dezembro de 1957.



Rua 24 de Janeiro com o edifício da futura Fundação em obras (princípio dos anos 50)

Chamava-se esta estrutura da Misericórdia, naquele ano de 1954, “Casa de Trabalho de S. Tiago, Oficinas-Escola”. Anteriormente (1951), era designada “Casa de Trabalho Masculina da Santa Casa da Misericórdia”⁽³³⁾ e tinha como director, em 1952, o Padre José Brás Jorge, e como encarregado dos rapazes, António Alves⁽³⁴⁾. Diga-se que as “Casas de Trabalho”, cuja primeira notícia aparece em 1951⁽³⁵⁾, também dispunham de uma secção feminina que produzia trabalhos de malha de lã e algodão e, mais tarde, mantas de trapos (1956)⁽³⁶⁾, conforme o boletim publicitava. De notar que em anúncio de 1953, ainda não aparecem os produtos da Fundação⁽³⁷⁾.

Como já referimos (capítulo Rua Dr. Matos Magalhães), a primeira fundição e sapataria funcionaram, até cerca de 1954, na chamada “Casa dos Azevedos”. E também a oficina de lapidação de vidro se situava próximo, na “Casa do Brasão”⁽³⁸⁾. Os rapazes também aprendiam outras profissões, como sapateiro e ajudante de farmácia. E aprendiam música, tendo constituído uma banda de que falaremos em capítulo próprio. Quanto às raparigas, tinham a sua Casa de Trabalho numa dependência do Convento de Nossa Senhora da Estrela.

MALHAS Preferir os trabalhos confeccionados nas oficinas das Casas de Trabalho da Misericórdia é comprar bem e ajudar a viver os nossos internados. Temos à venda trabalhos de malha de lã e algodão: pulovers, giletes, vestidos para senhoras e crianças, camisolas interiores e exteriores, boleros, meias, peúgas, etc.. Executam-se com a máxima brevidade todos os artigos no género.

A Fundição de Metais
— DA —
Santa Casa da Misericórdia

Aceita encomendas para trabalhos em todos os metais, exceptuando o ferro

SECRETARIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO — TELEF. 8

MANTAS DE TRAPÓS

Na nossa casa de trabalho, secção feminina, onde se realizam toda a espécie de trabalho de malhas, há também em funcionamento desde algum tempo, alguns teares para tecelagem de mantas, tapetes e passadeiras de trapos. Temos algumas encomendas entre mãos e agradecemos quaisquer outras com que nos queiram favorecer

Dar trabalho às nossas Casas de Trabalho é um óptimo meio de auxiliar a nossa Instituição.

A partir de 1954, a Fundação e a oficina de Lapidação de Vidros passaram para o grande casão da Rua 24 de Janeiro, sendo orientada, esta última, por um lapidário que veio propositadamente da Marinha Grande, de nome António Rodrigues⁽³⁹⁾. Agradecia-se a iniciativa ao “Sr. Manuel B. Vivas como Presidente da Câmara e Provedor desta instituição”. Este agradecimento poderá relacionar-se directamente com a cedência⁽⁴⁰⁾, a título gratuito, à Misericórdia, do edifício em questão, que era propriedade camarária, conforme se depreende da seguinte passagem da acta de 13 de Abril de 1946:

Casas do doutor Leandro – Tendo o Governo autorizado a Câmara a ceder, a título gratuito, à Santa Casa da Misericórdia de Marvão as duas casas de que é proprietária, sitas na Rua vinte e quatro de Janeiro, desta vila, conhecidas pela designação de “Casas do Doutor Leandro”, deliberou a Camara que essa cedência se torne efectiva e se faça a respectiva escritura, conferindo ao senhor Presidente plenos poderes para autorgar em seu nome⁽⁴¹⁾.

Cruzando esta citação com a que fizemos acima do Inventário de Bens e do Arquivo (1868-1895), facilmente podemos concluir que se trata das mesmas casas que confrontavam, a norte, com a Casa das Maltezas de Estremoz.

Deram origem as “Casas” a um só edifício, grande, de dois pisos, com entrada pelas traseiras e pela Rua 24 Janeiro, dispondo de duas portas cujas jambas e padieiras permaneceram no edifício reabilitado, tendo sido emparedadas os vãos e construídas janelas. Com a extinção do Asilo dos Rapazes (c. 1965⁽⁴²⁾), o edifício ficou abandonado e seria aproveitado para teatro, casamentos, baptizados e festas em geral. A juventude marvanense fazia ali os bailaricos da festa – a da Senhora da Estrela, claro, a única que poderia ser identificada com “a festa” -, sobretudo se chovia. Limpava-se o 1.º andar, com porta no topo sul, ornamentava-se com mantas e contrariava-se o tempo⁽⁴³⁾. Assim acontecia em finais dos anos 60, princípio dos anos 70. Relativamente ao asilo das raparigas, encerrou mais tarde, cerca de 1972⁽⁴⁴⁾.

Publicidade aos produtos das Casas de Trabalho da Misericórdia. Boletins da Misericórdia de 1954, 1955 e 1956

RUA 24 DE JANEIRO, ANTIGA RUA DE JOÃO GARÇÃO



Cinzeiros executados na fundição de Marvão, propriedade da família Garcia



A Rua 24 de Janeiro no ano de 1962. Do lado esquerdo temos o muro de um quintal que pertencia à casa seguinte, da Menina Maria, depois os edifícios da Fundação e a antiga Casa das Maltezas. Do lado direito, a Estalagem Ninho de Águias, recentemente adquirida pelo SNI. O muro que se vê do lado esquerdo, onde hoje está um pequeno parque de estacionamento e as escadas de acesso à Travessa de São Tiago, foi demolido quando da ampliação da Pousada de 1992



O mesmo troço da Rua 24 de Janeiro hoje, com o parque de estacionamento e o arco da Pousada construídos na ampliação de 1992

11.4 UMA JANELA ANTIGA

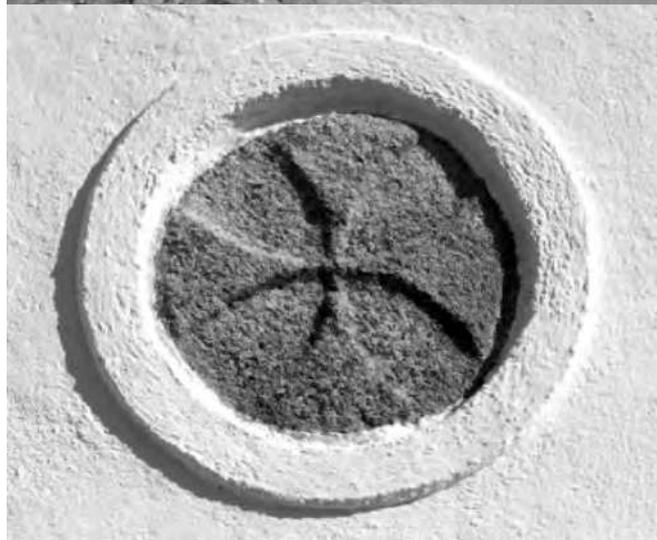
Na foto infra, surpreendemos uma rua habitada, com vasinhos à janela, canteiros a servir de rodapé das casas e até um passarito dentro de uma gaiola. Sinais de gente! Ao fundo, o edifício que é agora a Pousada. Uma janela de arco conopial de dois centros – característicos dos séculos XV/XVI -, também visível na foto, atesta a antiguidade da rua e da respectiva casa que é ou foi pertença do último proprietário, privado, da Casa do Brasão (António Augusto de Figueiredo da Silva Martins).



Rua 24 de Janeiro (foto s. d.) e janela de arco conopial pertencente ao n.º 11

11.5 MARCA TEMPLÁRIA

Os dois edifícios que acabam a rua, do lado nascente, já são obras de total renovação, concluindo-se o n.º 15 no princípio dos anos 80 do século passado e o n.º 17 na década seguinte. Uma chamada de atenção para o emblema com a cruz dos Templários incrustado sobre a porta do primeiro dos referidos, marca de propriedade daquela ordem religiosa militar que controlou Marvão nos seus princípios cristãos. O emblema e a janela térrea, de moldura esquadrihada (sécs. XV/XVI), pertencente ao mesmo edifício, atestam a antiguidade das ruínas⁽⁴⁵⁾ de que partiu o Arq. João Sousa Lino para levantar a sua casa, bem integrada, onde viveu entre 1981 e 2004.



Antiga casa do Arq. João Sousa Lino, com o emblema templário. Pertence hoje à família Lima

RUA 24 DE JANEIRO, ANTIGA RUA DE JOÃO GARÇÃO

11.6 MEMÓRIAS DO SÉC. XX

No edifício fronteiro à porta principal da Câmara Velha (n.º 2), esteve instalada, a seguir à II Guerra Mundial, a Intendência Geral de Abastecimento que surgiu na sequência da Comissão Reguladora de que falámos no Capítulo Rua do Espírito Santo. A sua missão era continuar a racionar e otimizar o difícil abastecimento no período que sucedeu à guerra. Publicamos, abaixo, um edital da referida Comissão Reguladora, de 1943, autorizando o avio de alguns géneros, onde não poderia faltar o imprescindível fiel amigo⁽⁴⁶⁾.

Comissão Reguladora do Comércio de Marvão

Serviços de Racionamento e Abastecimento de Géneros

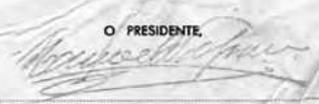
É autorizado a partir de 13 de Abril até 24 de Abril de 1943, o avioamento das senhas abaixo indicadas

AÇÚCAR	Senha N.º	54
ARROZ	Senha N.º	54
BACALHAU	Senha N.º	54
SABÃO	Senha N.º	54
TOUCINHO	Senha N.º	54
AGRITE (a)	Senha N.º	54
	Senha N.º	
	Senha N.º	

(a) Nenhum retalhista poderá aviar menos de 250 de azeite por cada pessoa.

Marvão, 16 de Abril de 1943.

O PRESIDENTE,



NOTAS

- 1) AHMM, SCMM, Caixa n.º 4, SCM-MV/E/01/001, folha n.º 3.
- 2) Arquivo da Sé de Portalegre, Livro de visitas da Igreja de São Tiago de Marvão que começa no ano de 1749, folhas n.º(s) 35 e 35 v.º.
- 3) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/001.
- 4) AHMM, Mç 125, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/027, 1918.
- 5) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 28 de Setembro de 1933, folha n.º 154 v.º.
- 6) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, folhas 16 v.º a 17 v.º.
- 7) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007, folhas 67 a 67 v.º.
- 8) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/101.
- 9) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01, folha n.º 13 v.º, registo n.º 77.
- 10) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01, folha n.º 14 v.º, registo n.º 81.
- 11) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/008, folha 56 ss.
- 12) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/101, folhas n.º 61 v.º e 62. Nome completo: Victorino Jose Garção Roma.
- 13) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/014, folhas 9 v.º a 10.
- 14) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01, folhas n.º (s) 11 a 15.
- 15) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/02, folhas n.º(s) 9 à 11 v.º.
- 16) No registo do imposto da Décima, este edifício também está em 1.º lugar. AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/014, folhas 9 v.º a 10.
- 17) Memórias Paroquiais de Santa Maria de Marvão. (<http://www.portugal1758.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvao/5182-marvao-santa-maria>)
- 18) Informação de Maria de Jesus Alves Garcia (1952 -) e de Maria do Céu Alves Garcia (1948-)
- 19) AHMM, Mç 25, INVENTARIO DE BENS E DO ARQUIVO, CMMRV/C-F/01/005, folha n.º 3 v.º. A arrematação não está documentada no arquivo.
- 20) AHMM, Mç 06, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/D/02/00, folha n.º 76.
- 21) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo (1988), *ob. cit.*, p. 387.
- 22) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/008, folha n.º 56.
- 23) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/005, folha n.º 177.
- 24) *Boletim da Misericórdia*, n.º 29 de 1 de Março de 1954.
- 25) CASTRO, Fernanda – *Ao Fim da Memória II*, 1939-1987, SPA e Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2006, pp. 239 e 240.
- 26) ASCMM, Livro de Actas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Concelho de Marvão (1944-1957), acta de 25 de Junho de 1949, folha n.º 49.
- 27) ASCMM, Livro de Actas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Concelho de Marvão (1944-1957), acta de 28 de Julho de 1949, folha n.º 51.



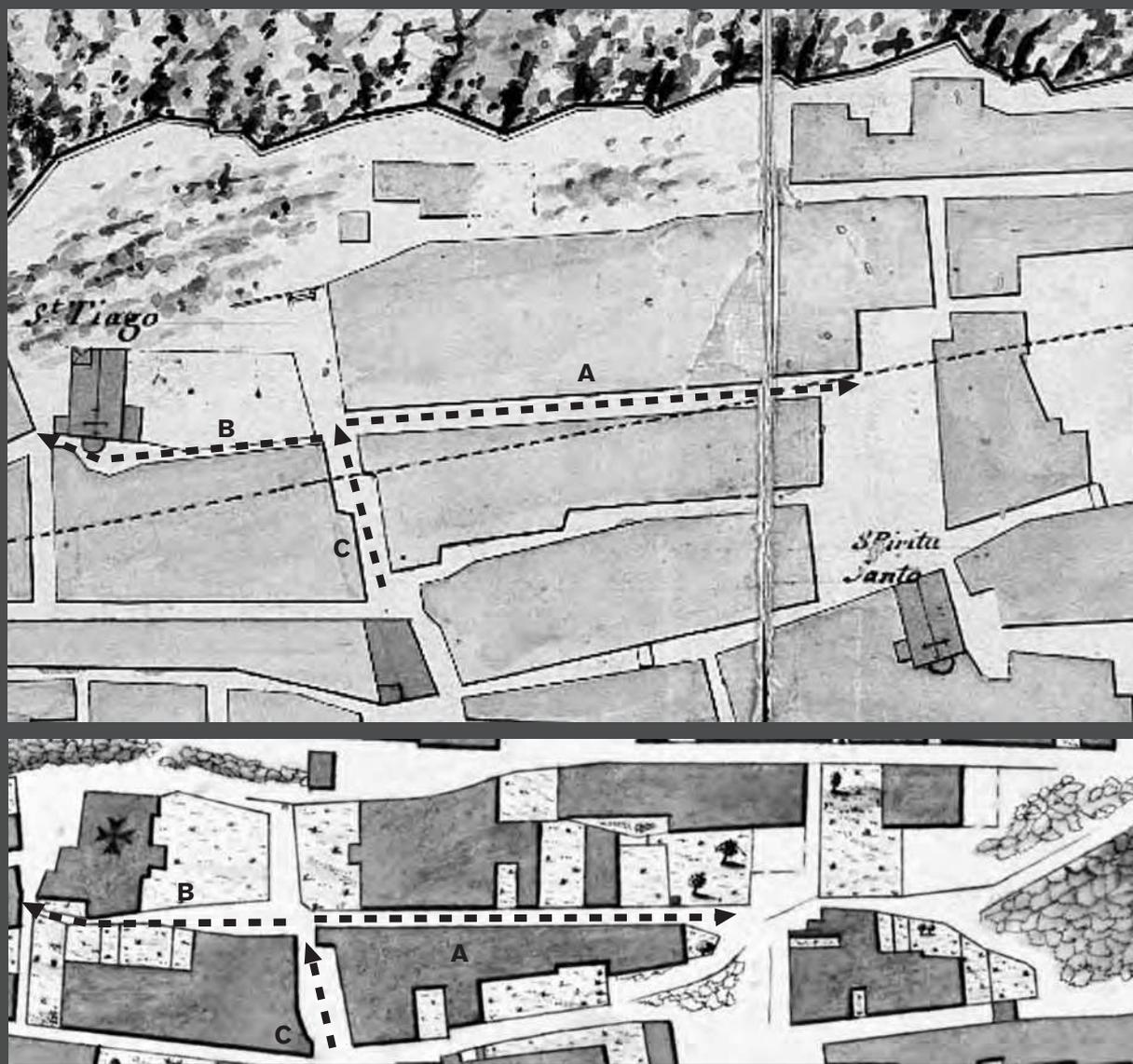
Desenho de João Bucho (2003)

- 28)** ASCMM, Livro de Actas da Mesa Administrativa (1944-1957), acta de 22 de Novembro de 1956, folhas n.º 88 a 88 v.º.
- 29)** ASCMM, Livro de Actas da Mesa Administrativa (1944-1957), acta de 6 de Abril de 1956, folhas n.º 84 v.º.
- 30)** ASCMM, Livro de Actas da Mesa Administrativa (1944-1957), actas de 26 de Dezembro de 1956, de 12 de Janeiro de 1957 e de 4 de Julho de 1957, folhas n.º 90, 91 e 96.
- 31)** ASCMM, Livro de Actas da Mesa Administrativa (1944-1957), acta de 16 de Abril de 1951, folha n.º 60.
- 32)** *Boletim da Misericórdia*, n.º 35 de 1 de Setembro de 1954.
- 33)** *Boletim da Misericórdia*, n.º 2 de 1 de Dezembro de 1951.
- 34)** *Boletim da Misericórdia*, n.º 10 de 1 de Agosto de 1952.
- 35)** *Boletim da Misericórdia*, n.º 2 de 1 de Dezembro de 1951, referindo-se à “Casa de Trabalho Masculina da Santa Casa da Misericórdia” e noticiando que “O edifício que ficou devoluto vai ser ocupado agora pelas camaratas, refeitórios e demais instalações”.
- 36)** *Boletim da Misericórdia*, n.º 54 de 1 de Abril de 1956.
- 37)** *Boletim da Misericórdia*, n.º 17 de 1 de Março de 1953.
- 38)** Informação de João Mena (1934-) e de António Moura Andrade (1938-)
- 39)** *Boletim da Misericórdia*, n.º 31 de 1 de Maio de 1954.
- 40)** Esta cedência foi autorizada pelo Ministro do Interior por portaria de 29 de Dezembro de 1945, Diário de Governo de 5 de Janeiro de 1946, 2ª série. ASCMM, Livro de Actas da Mesa Administrativa, acta de 7 de Fevereiro de 1946, folha n.º 20 v.º
- 41)** AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/126, acta de 13 de Abril de 1946, folha n.º 68.
- 42)** Informação de Angélica Sousa (1949-).
- 43)** Informação de Maria do Céu Alves Garcia (1948-).
- 44)** Informação de Margarida Morgado (1954-).
- 45)** Informações do Arq. João Sousa Lino.
- 46)** AHMM, Cx 126, EDITAIS (1856-1974).



12

**RUA DO SABUGUEIRO E TRAVESSAS
DE SÃO TIAGO E DO PADRE JÚLIO**



A Rua do Sabugueiro (A) e as Travessas de São Tiago (B) e do Padre Júlio (C) em plantas militares de 1765 (imagem de cima) e de 1814

12. RUA DO SABUGUEIRO E TRAVESSAS DE SÃO TIAGO E DO PADRE JÚLIO

12.1 RUA DO SABUGUEIRO



Rua do Sabugueiro

12.1.1 TOPONÍMIA E DIVISÃO PAROQUIAL

É, por certo, uma das ruas menos frequentadas da vila. Corre, meia escondida, entre a Rua Dr. Matos Magalhães e a Rua do Açougue, não dando acesso a nenhum local específico de grande importância, turística, nomeadamente. Um sabugueiro, cujas bagas, noutros tempos, ajudavam a combater maleitas, lhe terá conferido o nome. Após a implantação da República, a rua passa a designar-se de Rua Machado dos Santos (alteração toponímica de 3 de Novembro de 1910), voltando à designação primitiva com a alteração de 22 de Setembro de 1945.

A Rua do Sabugueiro aparece registada nos róis de confessados das duas paróquias da vila. Cremos que a delimitação se faria como na Rua da Corredoura, ou seja, passaria pelo meio da rua, ficando a parte poente na Paróquia de Santa Maria e a nascente na de São Tiago. Em apoio desta hipótese, constatamos que na freguesia de Santa Maria, em 1765, apenas constam 2 fogos com 8 residentes, sendo que, na freguesia de São Tiago, estão registados, no mesmo ano, 9 fogos com 30 residentes. Observando a situação actual, temos apenas um edifício do lado poente, em ruína, enquanto que, do lado nascente, a rua está conformada por 4 edifícios, dois deles (segmento sul) de dimensões generosas.

12.1.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Em 1765, esta rua tinha, como já referimos, na Paróquia de São Tiago, 9 fogos e 30 residentes⁽¹⁾. Relativamente às profissões dos seus moradores, refiram-se: 1 ferreiro, 1 “carduçador”, 1 tecelão, 1 sapateiro, 1 ajudante e o “juis da Alfandega” Ant.º Vas Serrão. Aparece registada 1 viúva e outros dois residentes: um sem profissão referida e outro que não conseguimos ler. Na Paróquia de Santa Maria, e

no mesmo ano, constam 2 fogos com 8 residentes, sendo as profissões dos chefes de família, um “serieiro” e uma viúva sem profissão⁽²⁾.

Em 1814, apresentava, na Paróquia de São Tiago, 7 fogos e 20 residentes⁽³⁾. As profissões registadas dos chefes de família eram as seguintes: 3 pomareiros e 1 ferreiro. Aparece registada 1 viúva e mais dois residentes: um deles sem profissão referida e outro que não conseguimos ler. Na Paróquia de Santa Maria, a rua tinha, no mesmo ano, 2 fogos e 9 residentes, sendo uma viúva e um homem casado, sem profissão declarada, os chefes de família⁽⁴⁾.

Conclui-se então que, em ambos os anos, a parte pertencente à Paróquia de São Tiago apresenta muitos mais fogos, sendo muito reduzidos os que pertencem a Santa Maria. Também nos Impostos das Janelas e da Décima, há um lado – o “direito” – com muito mais proprietários do que o outro, o “esquerdo”. Relativamente aos nossos dias, a existência de apenas uma casa do lado poente explica-se pela construção e posterior ampliação da escola primária e pelo polidesportivo que veio ocupar o pátio da primitiva escola.

12.1.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

Observando a planta de 1814, há mais fogos do lado nascente, o que corresponde, nos registos, ao lado direito.

No registo do Imposto das Janelas de 1833⁽⁵⁾ temos, do “L.dº direito”:

1. Casas de Rogerio da Silva (3A)
2. Ditas de Thereza Rolla (1A)
3. Ditas de João António (?) (1A)
4. Ditas de Caetana Maria (2A-1T)
5. Cazas dos herdeiros de Antonio Pires da Ignacia (2A)
6. Ditas de João Martins Magno (3A-1T)
7. Ditas da Veuva de Manoel do Nascimento (3A-1T)
8. Ditas do Capitão Jozé dos Santos Bicho (2A-1T)
9. Cazas de João Lopes Abelho (1A)

O levantamento feito hoje, apresenta, do lado nascente, de norte para sul, os seguintes edifícios com as seguintes janelas: casa do Maestro Christoph Poppen (n.º 1) (1A-1T); casa da família Onofre (n.º 3) (2A-2T); casa da família Galvão Lucas (n.º 5) (4A-3T); casa da família Espinosa (n.º 7) (3A-2T). Este reduzido número de fogos (4), comparativamente ao que existia em 1833 (9), terá resultado da fusão de vários que antes existiam independentes e da demolição dos que deram lugar ao actual quintal da família Espinosa. Por esta razão, torna-se imprudente fazer correspondências.

RUA DO SABUGUEIRO E TRAVESSAS DE SÃO TIAGO E DO PADRE JÚLIO

Vejamos, para o mesmo imposto, a “Rua do Sabugueiro L.dº esquerdo”:

10. *Cazas de Francisco (Aragones?)* (1A)
11. *Ditas de João Calado* (1A)
12. *Ditas da Veuva de Joze (?)* (1A)
13. *Cazas de Marianna Leitao* (2A-1T)

O levantamento feito hoje apresenta, do lado poente, um único edifício, em ruína, com 2 janelas de altos e 1 térrea. Trata-se do primeiro edifício que observamos na planta de 1814, de norte para sul, e que corresponderá à referida casa de Marianna Leitão. Todos os outros, como já referimos, foram demolidos quando da construção e ampliação da escola primária e seu polidesportivo.

Vejamos agora os proprietários registados no Imposto da Décima em 1833⁽⁶⁾:

a) Rua do Sabugueiro Ld.º direito

- *Casas de Rogerio da Silva em que Vive Seu rendimento quinhentos reis Decima quarenta e cinco reis* 45
- *Ditas de Theresa Rolla em que vive (...)* 45
- *Ditas de João Antonio Rozado foreiras (...)* 90
- *Ditas de Caetana Maria veuva em que vive (...)* 90
- *Ditas dos herdeiros de Antonio Pires da (?) alugadas a Pedro Motta (...)* 270
- *Cazas de João Mathias Magro em que vive (...)* 90
- *Ditas da veuva de Manoel do Nascimento foreiras (?) (não refere a décima)*
- *Ditas de Joze dos Santos Bicho em que vive (...)* 270
- *Ditas de João Lopes Abelho em que vive (...)* 45

b) Rua do Sabugueiro Ld.º esquerdo

- *Ditas de Francisco Aragones em que vive (...)* 54
- *Cazas de João Calado em que vive* 90
- *Ditas da Veuva de Joze (?) em que vive (...)* 45
- *Ditas de Marianna Leitão (não refere se vive) (...)* 90

Note-se que em ambos os impostos as casas de Marianna Leitão surgem em último lugar, o que significa que o levantamento se efectuou de sul para norte.

O único residente que haveria algum interesse em identificar a sua casa seria, pela profissão que exercia, o Juiz da Alfândega, António Vaz Serrão. No entanto, como o nome da família não se prolongou no tempo e na respectiva rua, não é possível fazer esta identificação.

12.1.3.1 SOBRE A ALFÂNDEGA DE MARVÃO

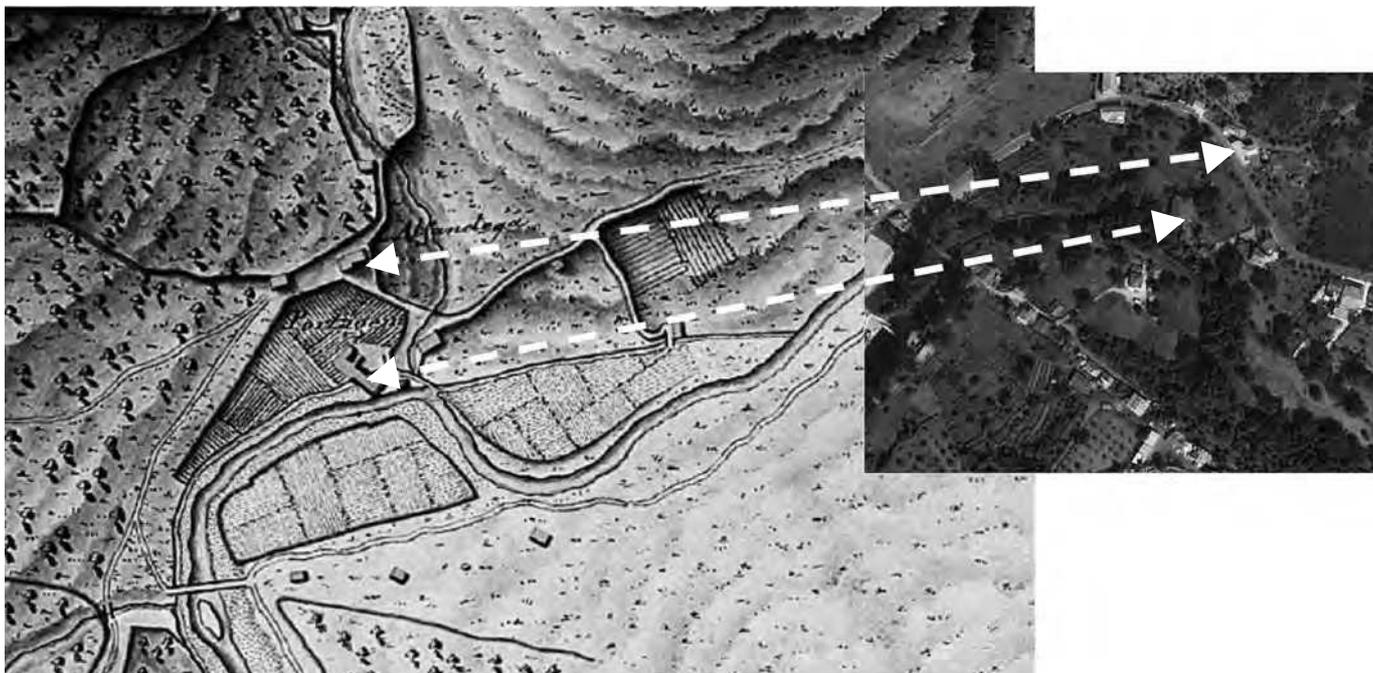
Quer no primeiro foral de Marvão (D. Sancho II, 1226), quer no segundo (D. Manuel I, 1512), fala-se abundantemente de portagens – e também de alfândega, neste último - sobre mercadorias entradas na vila e no seu termo. Porém, nunca se identifica qualquer lugar como posto de cobrança. Portagem era o termo primitivamente aplicado aos direitos que se cobravam às portas das povoações e (ou) nos portos secos e molhados compreendidos na área de determinado concelho. Deixamos, como nota, que a alfândega, pelo menos no que diz respeito às transações com Espanha, ter-se-á estabelecido, em data que desconhecemos, na Portagem, na torre que se encontra junto à Ponte Quinhentista (vulgarmente dita “romana”), precisamente numa herdade chamada “da portagem” na carta de doação, da mesma, feita por D. João I a D. Iria Gonçalves, mãe de D. Nuno Álvares Pereira, na era de 1433 (ano de 1395). Curiosamente, encontramos referência às “Cazas da Alfândega á Portagem” em documento do séc. XVIII onde se faz referência ao testamento de Eugenia Dama:

(...) principal.te a faz.dª q. tenho he hūas Cazas em que Vivo nesta V.ª Cazas da Alfandega á Portagem, e no mesmo Sítio pomar pequeno Com Sua Caza, pomar grande Souto Com Sua Caza hūa fazenda aSeiçeira a tapada do Valle da Escusa (...) hūa á fonte do Penedo, outra ao Chão do Bucho (...)⁽⁷⁾.



A ponte da Portagem de Marvão em gravura antiga a partir da fotografia de Carlos Augusto de Sousa Pimentel (?-1912) (s. d.)

Embora não saibamos a data do referido testamento, sequer o século, mas apenas que a visitação que o refere data de 1756, podemos afirmar que houve “Alfandega” estabelecida, com edifício próprio, na Portagem. A planta militar de Pedro Folque, de 1818, permite-nos localizá-la: estava sediada no início da calçada para a vila, em edifício do lado direito. A referência também é dada pelo moinho dos Araújo, mais abaixo, junto ao rio. O meandro do rio, desenhado, corresponde exactamente ao actual. E faz todo o sentido que a alfândega estivesse onde a localizamos, uma vez que, vindo as mercadorias de Espanha, teriam que entrar na calçada para alcançar a vila.



Extracto de planta militar s. d. (GEAEM, 3150-V-2A-25-35) localizando a “Alfandega” de Marvão. Ao lado, extracto de fotografia aérea mostrando o meandro feito pelo rio Sever. Através de linhas tracejadas estabelece-se a correspondência entre os edifícios dos Araújos e a Alfândega nas duas imagens

Uma outra referência medieval diz respeito ao ano de 1378, em que se arrendou a cobrança de impostos de portagem (com certeza que em todo o concelho) a Vicente Martins de Portalegre⁽⁶⁾. É também importante lermos o que sobre a Portagem, a sua ponte e a torre anexa, se refere no *Tratado da Cidade de Portalegre* de Diogo Pereira de Sotto Maior (ca. 1550-1632), concluído em 1619:

Foi esta cidade [Ammaia] muito célebre entre as da nossa Lusitânia, muito grande, como as suas ruínas o mostram, e muito rica. Nela parece ainda hoje ua porta inteira, defronte da qual estava ua ponte que eu ainda vi em pé, muito forte, onde ainda se parece o lastro que nunca o rio pôde desfazer. Foi dirrubada e disfeita por cobiça de se dizer que furtavam por ela os direitos das mercadorias que passavam para o reino de Castela. Em seu lugar se fez outra mais abaixo, sobre o mesmo rio, onde está ua torre que está mais abaixo da cidade, que se chamava a Portagem. Ali costumavam residir os guardas do reino e se despachavam os direitos d'el rei⁽⁹⁾.

A nossa interpretação é a seguinte: este autor diz-nos, por testemunho pessoal, coevo, portanto, que a torre a que fizemos referência se chamava Portagem, que nela haviam residido, noutro tempo, os guardas alfandegários, e que a ponte que lhe está cerca foi ali construída no seu tempo [balizas temporais máximas: ca. 1550-1619] para, por ela, passarem as mercadorias que cruzavam a fronteira e pagavam os respectivos direitos. Antes, muitas mercadorias furtavam-se ao pagamento de portagem porque passavam, não junto à referida torre – supostamente atravessando o rio a vau -, mas por uma ponte (necessariamente sem guarda) que se situava junto às ruínas da cidade romana de Ammaia e que, por isso mesmo, foi derrubada, também no seu tempo.

Para termos uma ideia do movimento de mercadorias na fronteira, nos dois sentidos, no primeiro trimestre de 1820, compulsamos, de Possidónio M. Laranjo Coelho⁽¹⁰⁾, as seguintes notas:

a) Para Espanha passava: sardinha, cal, laranjas, estopa, sal, limões, pedreneiras, burel, cera, ferro velho e vaquetas (peles curtidas); valor total: 11 645 réis de direitos.

b) Em Portugal entravam azeite, pimentão, figos, louça de barro, pano branco e alfazema; valor total: 25 340 réis de direitos.

A alfândega de Marvão foi suprimida em 1846 e transferida para Castelo de Vide, regressando a Marvão (Beirã) em 1883, por se encontrar, nesta aldeia, a última estação ferroviária portuguesa da respectiva linha. Pouco tempo depois regressou a alfândega a Castelo de Vide, localizando-se junto à estação de caminho-de-ferro (lugar da Senhora da Luz), saltando depois para a própria vila. Abreviando este saltitar que espelha a rivalidade entre os dois municípios, quando foram abolidas as fronteiras fiscais, em 1993, a alfândega estava na Beirã.

12.2 TRAVESSA DE SÃO TIAGO



Travessa de São Tiago com a casa de João Carlos e Maria João Mena

Na planta de 1948 que serviu de base ao Ante-Plano de Urbanização, esta travessa vem identificada por Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e prolongava-se pela Rua do Adro que ainda não tinha sido encerrada. Não aparece nos róis de confessados nem nos Impostos das Janelas e da Décima. A razão para tal ausência dever-se-á ao facto de ser composta, p. ex. em 1814 e provavelmente também no séc. XVIII, na sua parte sul, por quatro quintais pertencentes a casas da Rua de João Garção, e na parte norte, por uma possível casa (que vem representada na planta de 1948) que se contabilizaria na Rua do Adro. Tenha-se em conta que pela alteração toponímica de 22 de Setembro de 1945, a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral (topónimo que passou a designar a Rua do Adro a 25 de Outubro de 1933) regressou a Rua do Adro, e que a Travessa São Tiago ficou com a mesma designação. Concluindo, trata-se de uma travessa que, na melhor das hipóteses, apenas teve uma habitação no período contemporâneo, como ainda hoje acontece (casa de João Carlos e Maria João Mena, concluída em 1993), estando interligada, toponimicamente, com a Rua/Travessa do Adro que entretanto desapareceu (em meados do século passado), originando alguma confusão/dificuldade interpretativa para a destrinçar, historicamente. Refira-se que o fecho de abóbada que se encontra incrustado na frontaria da referida casa e as pedras antigas que formam os vãos da porta, da janela do rés-do-chão (com a data insculpida de 1880) e da janela norte do piso superior (de moldura esquadrihada, sécs. XV/XVI), foram peças que, segundo o testemunho dos proprietários⁽¹¹⁾, estavam na casa arruinada a partir da qual construíram a sua.



Extracto da planta de 1948 com a localização da Travessa de São Tiago, ao tempo chamada de Gago Coutinho e Sacadura Cabral (http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico)

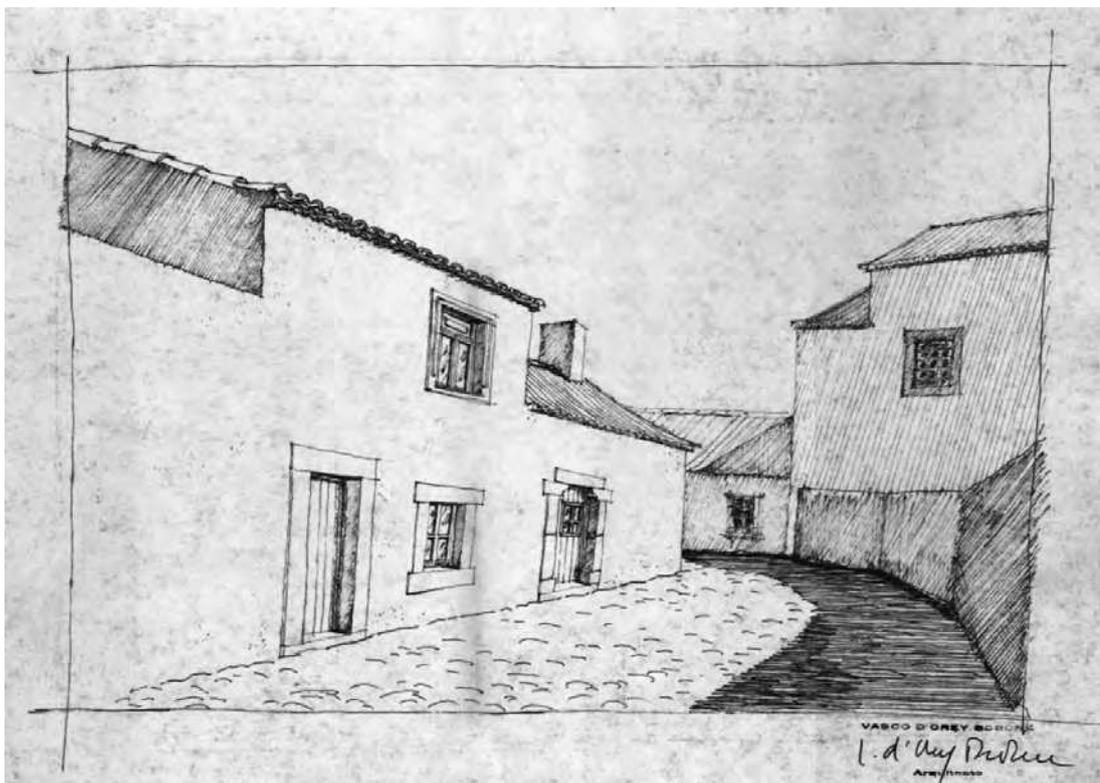


Fecho de abóbada e data inscrita no lintel da janela do rés-do-chão



Casa de João Carlos e Maria João Mena. Janela norte do piso superior

E esta casa arruinada também tem uma história romântica, mais uma, a acrescentar a tantas outras de que Marvão é pródiga. Mas esta não tem um final feliz. Contaram os actuais proprietários que, pelos anos 60 do século passado, uma professora do ensino secundário que veio dar aulas para Portalegre (Ivone Silva de Lacerda), visitou Marvão com o seu companheiro e estenderam a sua paixão também à vila. Vai daí compraram a dita casa arruinada e mandaram fazer um projecto (1964) de que publicamos o desenho abaixo. Projecto que nunca se concretizou por falecimento do senhor em desastre de automóvel. A senhora professora nunca mais veio a Marvão, entristecida, e foi a custo que os actuais proprietários conseguiram localizá-la e comprar a casa arruinada em 1988.



Projecto de recuperação da casa da família Mena na Travessa de São Tiago (perspectiva) (Arq. Vasco D'Orey Bobone, 1964)

12.3 TRAVESSA DO PADRE JÚLIO



Travessa do Padre Júlio com o antigo edifício da padaria do lado esquerdo e com a Câmara Velha ao fundo

12.3.1 TOPONÍMIA

Não temos qualquer referência a este sacerdote, mas terá vivido em período anterior ao que estamos a estudar, uma vez que o topónimo existe desde os primeiros registos dos róis de confessados. Em data que não conseguimos apurar, passou a designar-se por Travessa José Duro, voltando à primitiva designação com a alteração de 22 de Setembro de 1945.

12.3.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Para 1765 não temos registos no rol de confessados. Em 1814, apresentava 4 fogos e 13 residentes⁽¹²⁾. As profissões registadas dos chefes de família eram as seguintes: 1 cardador, 1 jornaleiro e 1 doutor (Ant.º Pedro de Sidr.^a, a que já fizemos referência no capítulo Rua Dr. Matos Magalhães, antiga Rua da Corredoura). Aparece registado mais um residente mas sem profissão referida.

12.3.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

a) Imposto da Décima⁽¹³⁾ (não discrimina os lados direito e esquerdo, o que significa que esta rua, no período em estudo, nunca teve residentes do lado sul).

1. *Cazas de Boaventura Leitão em que vive (...)* 180
2. *Ditas de Thobias Calado em que vive (...)* 45
3. *Cazas de Catherina Ribeira em que vive (...)* 45

4. *Ditas de Joze Carrilho Vilhena em que vive (...)* 270
5. *Ditas de João da Silva (Torres?) em que vive (...)* 90
6. *Cazas da Misericórdia fechadas*

b) Imposto das Janelas⁽¹⁴⁾ (não discrimina os lados direito e esquerdo pela razão já apontada)

1. *Cazas de Boaventura Leitão (3A-1T)*
2. *Ditas de Thobias Calado (1A)*
3. *Ditas de Catherina (Ribeira?) (1A)*
4. *Cazas do Padre Joze Carrilho Vilhena (3A-1T)*
5. *Ditas de João da Silva Torres (2A)*
6. *Ditas da Misericórdia ã tem janella*

O levantamento feito hoje apresenta, do lado norte, o edifício da antiga padaria, de Joaquina Reia da Silva Nunes (n.ºs 4 e 4^a; apesar dos algarismos não constarem no lintel das portas, assumem-se a partir da primeira casa, que apresenta o n.º 2, do mesmo lado), com três janelas de altos e uma de baixos, e o edifício de esquina com, apenas, uma janela de altos. A diferença entre o número de fogos só poderá dever-se a uma hipotética fusão de edifícios que deram origem ao da antiga padaria. Mas não é possível localizar nenhum dos residentes, nomeadamente o Padre Joze Carrilho Vilhena.

12.3.4 O FORNO DA “POIA” E A PRIMEIRA PADARIA DE MARVÃO (1943)

Antes de existir padaria em Marvão, cada família amassava para consumo próprio e ia cozer o pão a um forno que ainda hoje existe, algo desmantelado, precisamente na Rua do Forno. Por cada fornada pagava, o respectivo dono, ao proprietário do forno, que era também o forneiro, a chamada “poia”. Este termo também se utilizava na Beira Interior e em Trás-os-Montes. Designava, não só, a forma de pagamento pelo serviço de cozedura do pão, mas também pelo de moagem da azeitona, constando, neste caso, de uma porção de azeite. No Alentejo, o pagamento do serviço de moagem para a produção de farinha, de azeite ou o serviço de destilaria para a produção de água-ardente nos alambiques, tinha por termo maquia. Note-se que no caso de Marvão, não se tratava de um forno comunitário mas de um “forno de poia”. No caso dos fornos comunitários, o forno era, obviamente, da comunidade e quem quisesse cozer pão tinha que tratar de tudo, nomeadamente de arranjar lenha para aquecer o forno⁽¹⁵⁾.

Ora a primeira padaria estabelecida em Marvão, com forno próprio, foi da iniciativa do Dr. Teófilo (farmacêutico), a que já fizemos referência no Capítulo Rua Dr. Matos Magalhães, antiga Rua da Corredoura. O forno foi construído na Travessa do Padre Júlio n.º(s) 4 e 4A e veio um padeiro de Santa Combadão ensinar a trabalhar com ele⁽¹⁶⁾. Terá iniciado a sua laboração em Junho de 1943, conforme se depreende do seguinte extracto de acta camarária:

A Câmara deliberou que se oficiasse aquele senhor Presidente [da Câmara da Castelo de Vide], informando-o que a partir de trinta de Junho não mais seria passada qualquer guia na secretaria desta Camara Municipal, para aquisição de pão no Concelho de Castelo de Vide, visto haver hoje a sua padaria no Concelho que se comprometeu a assegurar o abastecimento de pão à sua população⁽¹⁷⁾.

Aquele que viria a ser “o padeiro de Marvão”, o sr. Silvestre Andrade, foi trabalhar para este forno com 16 anos, em 1944, e, mais tarde, compraria a padaria e desenvolveria o negócio. Ele, a sua mulher, Joaquina Rosa Carrilho, e mais tarde a sua filha e o seu genro (Joaquina Reia da Silva Nunes e Ilídio Nunes), passaram a vida a trabalhar nesta verdadeira instituição da vila que fechou as suas portas no final do ano de 2012.



Silvestre Andrade e Joaquina Rosa Carrilho



Joaquina Reia da Silva, no último dia de laboração da padaria



Ilídio Nunes (falecido em 2015)



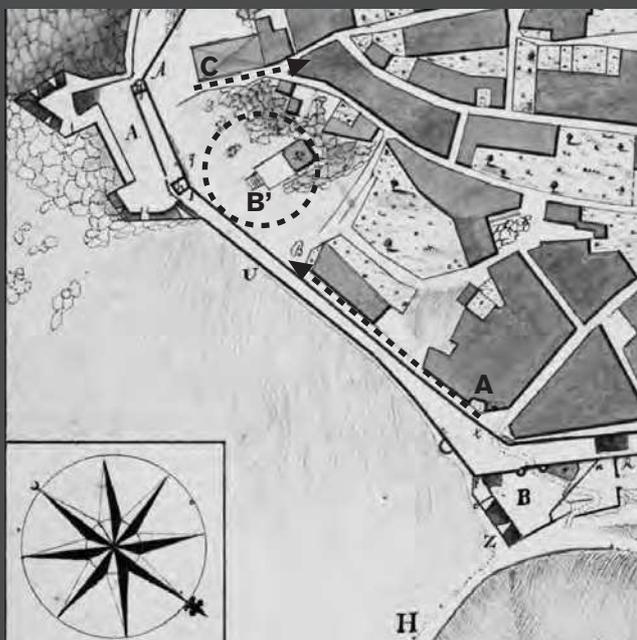
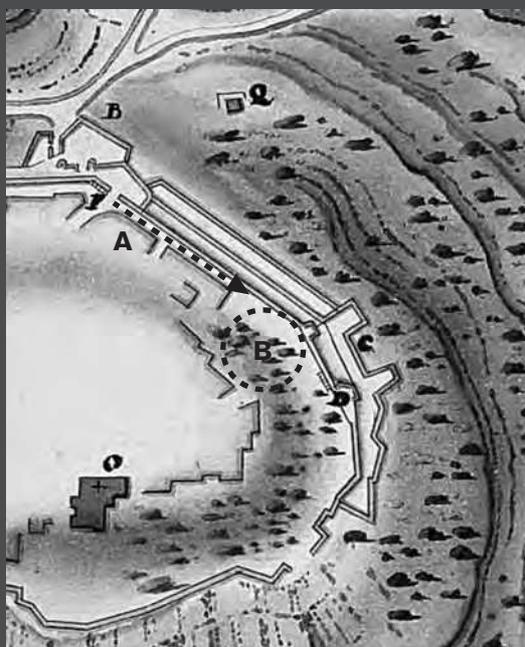
Desenho de João Bucho (2016)

- 1) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS (1753 - 1807), JPSTG/01/002, folhas n.º 15 ss..
- 2) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/001, folha n.º 25 v.º ss.
- 3) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007, folha n.º 69.
- 4) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/004, folha n.º 2 ss.
- 5) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01, folhas n.º(s) 7 a 8 v.º.
- 6) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/013, folhas n.º(s) 6 a 7.
- 7) Arquivo da Sé de Portalegre, Livro de visitasões da Igreja de São Tiago de Marvão que começa no ano de 1749, folha n.º 36.
- 8) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – *Terras de Odiana, Câmaras Municipais e Castelo de Vide e de Marvão*, 2ª edição, Lisboa, 1988, pp. 285 e 286.
- 9) MAIOR, Diogo Pereira Sotto – *Tratado da Cidade de Portalegre*, INCM-CMP, Portalegre, 1984, p. 37.
- 10) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, pp. 285-293.
- 11) Testemunho de Maria João Mena (1964-) e de João Carlos Mena (1965-).
- 12) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007, folhas n.º(s) n.º 69 e 69 v.º.
- 13) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/013, folhas n.º(s) 7 e 7 v.º.
- 14) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01, folhas n.º(s) 8 v.º e 9.
- 15) Questão esclarecida com a colaboração de Joaquina Rosa Carrilho (1928-) e de António Lourenço Marques (1949-).
- 16) Informação de Joaquina Rosa Carrilho (1928-).
- 17) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/125, acta de 22 de Junho de 1943, folha n.º 46.



13

O CORRO E O CALVÁRIO



O Corro e o Calvário em plantas militares de 1755 (imagem da cima), de 1765 (em baixo à esquerda) e de 1814 (A - Rua do Corro; B - Lg. do Corro / B' - Lg. do Calvário; C - Rua do Calvário)

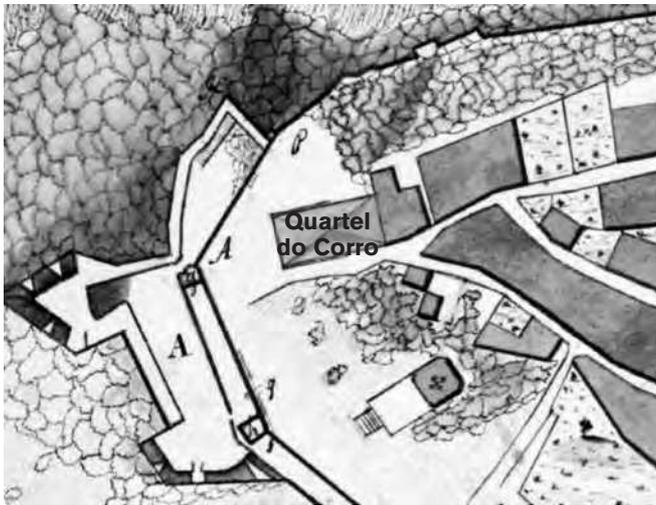
13. O CORRO E O CALVÁRIO

13.1 O SIGNIFICADO URBANÍSTICO DO CORRO E A TOPONÍMIA DA ZONA

O topónimo “corro” aparece em inúmeras povoações portuguesas e sempre aplicado a um espaço urbano amplo que o andar dos tempos transformou em largo ou em praça mais ou menos edificada. Tanto pode localizar-se intramuros (caso de Marvão e de Sortelha) como extramuros (caso de Portalegre e de Serpa). Situa-se, geralmente, perto de uma das portas da muralha. Por ser amplo, este espaço urbano ficou historicamente ligado a actividades tradicionais que exigiam tal desafogo, tais como mercados e feiras, campos de festas e jogos tradicionais, lugares de corridas de touros, etc., e, complementarmente, a curros, ou seja, a espaços destinados à guarda de animais. No caso de Marvão, o que aconteceu foi que a Rua do Corro ganhou tal designação porque ia desembocar no “sito do Corro” (1777) que, por sua vez, passaria a Calvário depois que recebeu aquela ermida em 1804.

Na alteração toponímica de 3 de Novembro de 1910, não se mencionam as ruas deste espaço urbano. Na de 28 de Setembro de 1933, a Rua do Corro passa para Rua Dr. António José de Almeida. Na alteração de 22 de Setembro de 1945, passa para Rua do Corro e Calvário, estando hoje, estas duas ruas, diferenciadas: a primeira, vai da Porta da Vila ao Largo do Calvário; a segunda, do Largo do Calvário à Rua de São Tiago.

13.2 O QUARTEL DO CORRO E A DELICADA QUESTÃO DO ABOLETAMENTO DA TROPA



Extracto da Planta de Marvão de 1814 onde localizamos o Quartel do Corro

A questão do aboletamento dos soldados nas vilas e cidades de fronteira, transformadas, quase todas elas, em grau mais ou menos profundo, em cidades-quartel, foi sempre muito polémica. O povo via as suas casas devassadas pela soldadesca e a ter que arrumar também os seus cavalos e mulas. Os ajuntamentos populares, pedin-

do providências às câmaras municipais, foram, por essa razão, uma constante entre os séculos XVII e XIX. Marvão não escapou a este incómodo, agravado por um espaço urbano pequeno e com um conjunto de edifícios maioritariamente de pequena escala. Começemos por ler atentamente um documento de 1777 que expõe a situação na vila:

*Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus christo de mil e Sete cemptos e Setemta e Sete annos aos oito dias do mês de Abril do ditto anno nesta Villa de Marvam estamdo em casas de Sua morada o Douitor Juis de fora José Antonio do Valle e os deputados do Povo Joam de Videira e Ignacio de Mattos que todos Saseemtaram para efeito de darem porvidemcia ao ultimo a zamgamento dos quarteis dos Soldados que vem para esta Villa destacados todos os meses em rezam de haverem ainda **algumas dezordens a respeito dos alojamentos dos mesmos Soldados porque fazemdo a obra no sito do Corro para os Seus quarteis e depois desta estar completa Se aumemtou mais o numero dos Soldados no ditto destacamento** ficamdo por esta cauza couza de Vimte Soldados pouco mais ou menos Sem os Seus Competentes quarteis e comados e que queremdoce evitar para total mente o Povo desta Villa ficar livre de Semilhante onus se fes hum adjumto do Povo em nove de Junho de mil Sete centos e Setemta e Seis para efeito de se dar porvidemcia a fazer nova obra e caza para acomodaçam dos ditos vimte Soldados que Se aumemtaram em numero do destaçamemto antigo mamdamdoce outro Sim fazer emxergas cobretores e mais perparos afim de que Se nam Vexace o Povo e como tudo nesta parte a Sim se tenha praticado com zello e desvello atemndendo as despesas que ouve nas ditas obras camas e cobretores e todos os mais trastes precisos para Soldados e oficiais e nascerem aquellas ditas despesas do pouco e demunuto Sendo que existia pertemcemte (ao?) bens do Povo e dar este adjuditorio dos (cararetos?) dos metriais cujo exseso tem chegado ao presente **nam haver fumdo e dinheiro em que se poça de novo irigir outras casas para acomodação dos vimte Soldados e destaçamemto de cavalharia a Remdamdoce para este fim huma morada de cazas em a Rua do Spirito Sancto e ainda com estas a Remdadas nam haver acomodação para os Soldados de Cavallo** em damdo estes em vir certos e continuas mudamças de quarteis pella impossibilade dos moradores desta Villa o que tudo atemndido (?) determinado no adejumto do Povo Sobredito que Se acha a folhas SeSemta e oito Verço no Livro dos acordons do Povo e camera determinaram que em lugar das Cazas novas que Se haviam de fazer para os quarteis dos vimte Soldados e cavalharrice para os cavallos se comprace huma morada de cazas que thivecem (?) para todo o Referido porque desta forma ficava tudo completo Sem em nada Se vexar o Povo e indepemdente de quarteis porcaza (dos?) moradores da Villa em cuja Rezoluçam Se justtava mumto em quase a terça parte da despeza que se havia de fazer e irigimdoce de novo as ditas cazas **e elegeram Se comprace para o ditto fim huma morada de cazas sita a porta da Villa que de prezemte Se serve de estalagem em que mora Manoel Fernamdes Cerspo** a qual primeiro focem avaliadas por dois Mestres hum pedreiro chamado Antonio de Andrade e outro carapimteiro chamado Manoel de Araujo ambos moradores nesta Villa aos quais primeiro se lhe definira juramento dos Sanctos Evangelhos e depois da avaliação assim feita Se notificava o Senhorio das*

O CORRO E O CALVÁRIO

ditas cazas para Se fazer a competente Venda pagase a Siza e a Sinarce a escriptura a fim de ficarem pertencendo e Sendo propios dos bens do Povo para (?) dito Menisterio (?) despoziçam fica tudo inteiramente cumprido E por este modo houveram este auto por geito que todos aSinararam. eu Manoel Antonio da Cruz⁽¹⁾.

Infelizmente, os militares destacados em Marvão não eram, por estes tempos, registados no rol de confessados, o que nos permitiria compreender, com mais detalhe, o problema do alojamento militar em 1776/7. Mas o documento dá-nos informações importantes. A primeira delas é que o quartel que aparece na planta de 1814 já existia em 1776, procurando-se, com ele, obviar aos problemas do aboletamento em casas particulares. Aumentando o número de soldados destacados, o Quartel do Corro tornou-se insuficiente. Arrendou-se então uma “morada de casas” na Rua do Espírito Santo, provavelmente, as “Ditas [cazas] do Concelho ocupadas com a Tropa”⁽²⁾ ou “Cazas do Concelho servem de aquartelar os officiaes da Tropa”⁽³⁾. Mas o problema não ficou resolvido, nomeadamente para os soldados de cavalaria. Pensou-se então em construir mais um quartel, mas o dinheiro disponível não era suficiente, pelo que se decidiu comprar “huma morada de cazas sita a porta da Villa que de prezemte Se serve de estalagem em que mora Manoel Fernandres Cerspo”, acomodando nela os vinte soldados que quedavam por arrumar e seus cavalos. Assim se procurava evitar: “a zangamentos”, “dezordens a respeito dos alojamentos”, tornando o povo “independente” do aquartelamento e com isso não o “vexar”.

O documento que transcrevemos supra informa, também, que a solução para o problema ficou exarada “a folhas SeSemta e oito Verço no Livro dos acordons do Povo e camera”, o que de imediato nos induziu na sua procura. Felizmente existe, quer o livro quer o acordo, o que nos permite colher mais informação, nomeadamente sobre as medidas que se tomaram para obviar à despesa em causa; transcrevemos o extracto:

*E outro Sim se propos ao dito Povo e Nobreza delle que visto **esttarse fazendo a obra dos quarteis e acrecer o alojamento no numero dos Soldados ficando por esta Cauza o mesmo Povo Susjeito aquelle vaxame que antigamente.e Padeciam se uniformarão todos acrecentar a ditta obra com comodo mais para vinte Soldados por cuja (?) acrecendo (?) mais parte as despezas e não ter os bens do Povo com que suprir a estas se detriminou quartaremse os Partidos de medico cirurgiam e Boticario a saber dandosse ao medico Somente a quantia de secenta mil reis q.e lhe são confirmados por hũa (?) Regia ao Boticario metade Somente do seo Partido e ao cirurgiam do mesmo modo (?) sem elle isto tudo tendo Somente efeito em quanto durar as despezas da ditta obra e empenho da mesma que athe este totalmente senão satisfazer não podem os ditos Partedistas asima nomeados emtrar na ditta cobrança de seos Partidos. E outro sim também se detreminia que visto o orçamento que acreceo no numero dos Soldados se fizessem mais as despezas seguintes. A saber caza ou comodos para mais vinte Soldados, vinte emxergas de Estopa com as suas competentes coberturas mais dois colxois e duas emxergas para os officiaes do ditto destacamento oito lançois para uso das mesmas e também p.^a duas toalhas de mezas quatro guardanapos foronhas e toalhas de mãos e hum candeeiro e o mais necessário para a compozição da mesma casa de forma que não***

seja percizo vexarse o Povo com alojamentos, e para Relação de cujos trastes e despezas se comprara hum livro que sendo Rubricado delle hade consttar o mencionado entreguandosse ao Procurador do Povo nomeado Manoel do salvamento na mão do qual deve parar⁽⁴⁾.

Relativamente à datação exacta do Quartel do Corro, fica uma dúvida: o documento de 1777 diz que havia quartéis já concluídos (“fazendoce a obra no sito do Corro para os Seus quarteis e depois desta estar completa Se aumemtou mais o numero dos Soldados”) e que no adjunto do Povo de 9 de Junho de 1776 se decidiu acrescentar essa obra. Já o documento de 1776 refere que os quartéis se estavam a fazer naquele ano (“esttarse fazendo a obra dos quarteis”) e que se decidiu acrescentar esse projecto (“se uniformarão todos acrecentar a ditta obra com comodo mais para vinte Soldados”). Portanto, já concluídos, ou em conclusão, a construção do Quartel do Corro ou a sua reabilitação datam dos referidos anos.

13.2.1 A GUARNIÇÃO DE MARVÃO DURANTE AS INVASÕES FRANCESAS

Que número de militares estaria destacado em Marvão, constituindo a sua guarnição? Sabemo-lo com exactidão e até os seus nomes e postos, por altura das Guerras Peninsulares. A relação começa a ser introduzida no rol dos confessados de 1809 com o seguinte título: “Individuos pertencent.es ao Destacamt.º de Artilheiros q.e presentem.e guarnece esta Praça, Residentes no Quartel do Corro desta Freg.^{am}⁽⁵⁾. Eram ao todo 45 militares: o Cap.am Ant.º Gomes de Almd.^a, 2 tenentes, 2 sargentos, 4 cabos, 1 tambor e 35 soldados. Contudo, é em 1811 que a guarnição é mais numerosa, e por isso mesmo a damos a conhecer.

Artilheiros do Regimt.º N.º 3^o q.e guarnece esta Praça

- 1 O 1º Tent.e M.el Thimotheo
- 2 O 2ª Tent.e J.e Joaq.m Barreiro
- 3 1º Sargt.º J.e Maximo Rigueiro
- 4 O 2º d.º [dito] Ant.º Nunes
- 5 O 2.º d.º Ant.º J.e Boquetta
- 6 O Cabo Antt.º Joaq.m Botilhr.º
- 7 d.º Ant.º J.e Dias
- 8 d.º Jose da Costa Reboxo
- 9 d.º Ant.º José de Faria
- 10 d.º Ant.º Joaq.m Torres
- 11 d.º João Lopes Rea
- 12 d.º Joaquim Nunes
- 13 Tambor Ant.º João

Soldados

- 14 Antt.^a Glz. Da S.^a (Silva?)
- 15 José Palmeiro
- 16 José Ant.º
- 17 Jose Ant.º de Sousa
- 18 Joaq.m Soares
- 19 Paschoal Ouguella
- 20 Joaq.m Ant.º
- 21 José Ant.º Serpa
- 22 José Falido
- 23 João Bapt.^a Vidal
- 24 Eustaquio Miz.
- 25 M.el Ant.º Camarada
- 26 Jose Joaq.m Nunes
- 27 Fran.co J.e Raposo
- 28 João Xaves

29 Manoel João
 30 Jose de Olivr.^a
 31 Gregorio da S.^a
 32 Jose M.el M.t.^o
 33 Joaq.m j.e Abelho
 34 Pedro Glz. Mariquitto
 35 Jose Ant.^o 1.^o
 36 M.el Ant.^o da V.^a
 37 M.el Glz.
 38 Caetano da S.^a
 39 Luiz Madr.^a
 40 Vict.e Domingues
 41 M.el da Silva
 42 Manoel Ignacio
 43 Manoel Carr.^o
 44 Ant.^o Pedro
 45 José Francisco Manços
 46 Ant.^o Carr.^o
 47 Mathias J.e Serra
 48 Ant.^o José
 49 Jose Joaq.m Ribr.^o
 50 João de Menna
 51 José M.el 2.^o
 52 Narciso dos Sanctos
 53 Manoel Saraiva
 54 Joaq.m Mineira
 55 Fran.co Luiz
 56 Ant.^o Roiz
 57 João Miz.
 58 Ant.^o José Soares
 59 Fran.co José
 60 Ant.^a Cord.^o Bravo
 61 Joaq.m José 1.^o
 62 João Ant.^o Cast.^o
 63 José dos Sanctos 3.^o
 64 José Glz. Pinadas
 65 João Glz.
 66 Silvestre Ribr.^o
 67 Ant.^o Joaquim
 68 José Ant.^o Pinhasco
 69 Thomaz d'Aquino
 70 José do Carmo
 71 Francisco Neves
 72 Manoel Ant.^o da 7.^a
 73 Ant.^o Alvz.
 74 Pedro Pires
 75 Joaq.m J.e Ramalho
 76 Chrispim Pires

Milicianos da Companhia de Granadeiros do Regimt.^o de
 Milicias de Port.e que guarnece igualmt.e esta Praça

1 O Cap.am Luiz Ferr.^a da Roxa
 2 O Tent.e Ant.^o de Moura Rosa
 3 O Alferes Ant.^o Mauricio Lobbo
 4 O Sargt.^o Franc.co Marq.es (Sarruo?) de Frontr.^a
 5 O Furriel Damaso Mendes de Port.e
 6 O Cabo Vict.e Mousinho d'Alegrette
 7 O Cabo Joaq.m Vasco de Frontr.^a
 8 O Cabo Niculao de M.tos
 9 Ansp.ca (?) M.el Nunes
 10 d.^o Fran.co Caçolla de Port.e
 11 d.^o João Migue[n]s Gil d'Alpalhão
 12 d.^o José Perdigão do (Canno?)
 13 d.^o Joaq.m Lameira do Cratto
 14 d.^o José de Mira (?)

Soldados

15 Alex.e J.e Furtado d'Alegrette
 16 José M.^a do Assumar
 17 Ant.^o Glz.

18 Thomaz Gomez da Escusa
 19 João Carr.^o Ribr.^o da Escusa
 20 M.el Nabeiro da Escusa
 21 Jose Bernardo
 22 Domg.os Loppes
 23 Ant.^o Manoel Gomes de Cast.^o da V.e
 24 Manoel Carr.^o
 25 Simão da S.^a de Montalvão
 26 Ant.^o Bello M.tos de Montalvão
 27 Jose Mimoso
 28 Ant.^o Montr.^o de Port.e
 29 Bernardo Xeo
 30 Manoel Caçolla
 31 Jose Joaq.m Cordoeiro de Port.e
 32 Jose Pedro Nisa
 33 João Ant.^o Carr.o
 34 Jose Gomez Menino de Port.e
 35 Jose M.^a M.to
 36 Ant.^o Pirez de Nisa
 37 Felipe Coelho
 38 Marcelino Dias
 39 Jose Franco
 40 José Ancelmo
 41 José Sovereira de Nisa
 42 José Semedo Serra de Nisa
 43 Germano Miz.
 44 Jeronimo da S.^a
 45 Luiz da S.^a
 46 Jacincto de Siqr.^a
 47 Joaq.m Dordio da V.^a do Canno
 48 Amaro Fran.co
 49 Ant.^o Lou.co Infante
 50 José Branco
 51 M.el da Cruz do Cratto
 52 M.el Callado
 53 Ant.^o Nunes Camello
 54 Ant.^o de Olivr.^a
 55 José Roiz. Do Cratto
 56 Gregorio Ant.^o
 57 Jose Gomes
 58 Joaq.m José do Vimieiro
 59 Joaquim Correa
 60 Ant.^o Rosado do Vimieiro
 61 Joaq.m Nunes
 62 Joaq.m Caeiro
 63 Fran.co Rosado
 64 Lourenço Caeiro
 65 Faust.^o Jose Ramalho
 66 Jose Roiz Viana
 67 Bento Miz.
 68 Fran.co Gasalho de Port.e

(...)

Fogos dentro da Villa -----156

(...)

Dittas [almas] dentro da Villa ----- 578

(...)

Artilheiros ----- 076

Milicianos ----- 068⁽⁷⁾

O CORRO E O CALVÁRIO

13.3 A ESCOLA PRIMÁRIA DO CORRO/CALVÁRIO

No local onde se erigiu o Quartel do Corro, foi construída uma escola primária que, entrando em processo de degradação, foi substituída, c. 1960, provisoriamente, por edifícios camarários na Rua 24 de Janeiro: a Câmara Velha e as moradias, quase fronteiras, correspondentes aos números de polícia 6 e 8⁽⁹⁾. Não sabemos em que ano foi construída esta escola, substituindo a da Rua de Cima; apenas sabemos que em 1935 já funcionava⁽⁹⁾. Só a partir de 1968 a vila dispôs de nova escola primária, como referimos no capítulo Rua Dr. Matos Magalhães. No lugar da antiga foram construídas três moradias camarárias que não apresentam números de polícia e que constituem três dos seis fogos actuais da Rua do Calvário.



Escola Primária do Corro (foto s. d.). Em 1975, este espaço urbano ainda apresentava as mesmas edificações (consultar SIPA FOTO.00167195/6)

A ESCOLA DO ESTADO NOVO EM TESTEMUNHOS “INACREDITÁVEIS”

Segundo Celeste Marchão Mendes (1945-), filha do então jardineiro municipal, no seu tempo de aluna da Escola do Calvário, a professora, no fim das aulas, ia com alunos a sua casa, na outra ponta da vila, para que o marido os castigasse. Também a sua irmã, Matilde Marchão Pinheiro (1950-), nos relatou episódios da vida miserável desses tempos, vendo-se crianças pobremente vestidas e algumas de pés descalços. Na “cantina” fornecia-se comida que raramente agradava, sendo os alunos obrigados a lavar as tigelas de barro com sabão e água fria que pediam a uma vizinha. Não havia, na escola, nem casas de banho nem tão pouco água.



Edifício actual da antiga escola

13.4 A RUA DO CALVÁRIO

A propósito desta rua, que antes fazia parte do Corro, ela só ganhou a actual designação muito depois da construção da nova igreja do Calvário (1804). Com efeito, a primeira vez que a detectamos, não como rua, mas simplesmente como lugar – Calvário –, foi no rol de confessados de 1916, com apenas um fogo⁽¹⁰⁾. Pelo menos nos dois róis de confessados anteriores (1914/15), o lugar não vem mencionado. Mas não podemos garantir que este fogo corresponda a algum da actual Rua do Calvário ou a alguma casa das que se observa a poente da ermida na planta de 1814.



Rua do Calvário

13.4.1 O CALVÁRIO

Como não podia deixar de ser, o Calvário de Marvão situa-se extramuros, a exemplo de todos os calvários, uma vez que também o “Lugar da Caveira” (Mateus 27:33) de Jerusalém, onde Cristo foi cruxificado, se situava numa colina fora de portas desta cidade. Foi erigido na zona onde hoje está o Posto da GNR, a sul da Porta da Vila, como se pode observar nas plantas da Praça de Marvão de 1755 e de 1765. Posteriormente foi demolido por razões militares: poderia servir de protecção aos atacantes numa zona muito exposta da fortificação.

é telhada em dois níveis: um primeiro que corre no topo das paredes e um segundo, semiesférico, apoiado no tambor da cúpula, encimado por cruz de ferro com bandeira contendo a abreviatura de Jesus: IHS. Já no interior, a parede norte apresenta o único altar existente, com duas mesas escalonadas sob um painel moldurado a massa, de terminação redonda, decorado no topo com símbolos da Paixão de Cristo: as cinco chagas, as palmas e os três cravos. No interior do painel estaria um crucifixo. Ladeando o altar estão, nas duas faces pequenas correspondentes, duas mísulas de granito que teriam imagens historicamente enquadráveis no episódio do Calvário. Maria seria



O Corro com o Calvário na actualidade

Há uma fotografia impressionante da zona do Corro (a que reproduzimos na capa deste capítulo), não datada, onde foi construída a nova igreja, de prospecto escalavrado, pouco urbanizado e evidenciando a degradação que a própria igreja já apresentava. Esta ermida (pela sua localização isolada dentro da vila) é constituída por um só compartimento de planta octogonal, com quatro faces maiores e outras tantas menores que facetam um quadrado principal. Ou seja, é uma igreja de planta centralizada, como tradicionalmente se construíram os calvários por toda a Idade Moderna. Em termos estruturais, as faces menores justificam-se para a construção do tambor onde assenta cúpula. A entrada está a sul, constituída por porta de moldura granítica, rectangular, encimada por lápide onde se informa: “ESTE TEMPLO MANDOU FAZER O / R. D.r JOAM RODRIGUES RAMILLO POR / SUA SOBRINHA E TESTAMENTEIRA CA / THARINA MARIA DO MININO JESUS EM / MDCCCIV. Por cima da lápide, um vão para entrada de luz e para arejamento. A cobertura

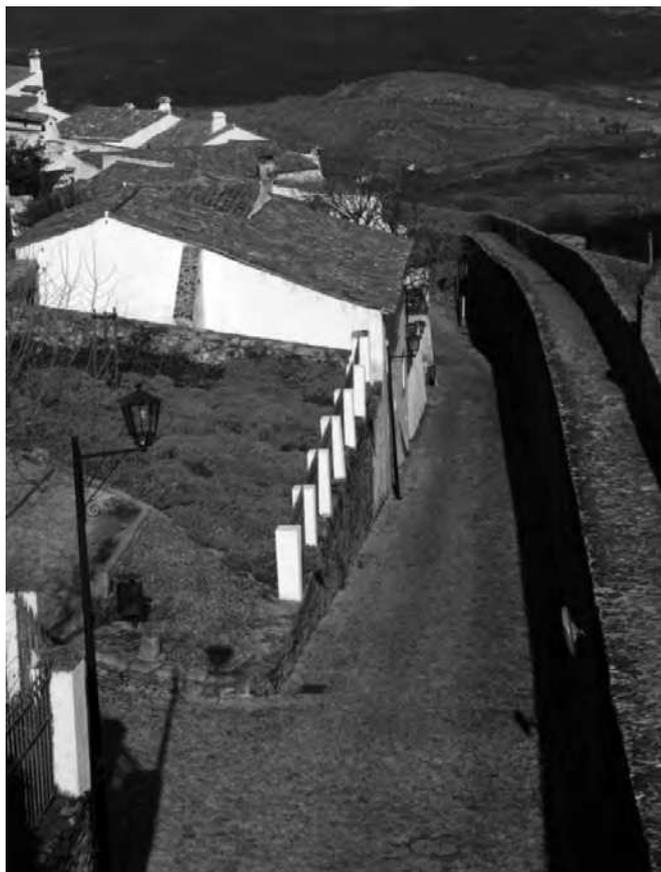
uma delas, com certeza. Todas as faces e altar apresentam molduras de massa branca sobre fundo amarelo, com decoração fitomórfica e com os símbolos da Paixão já referidos. A abóbada, rebocada e caiada, é decorada, no fecho, com um ornato redondo, em massa, também fitomórfico. Uma última referência para a pia de água benta granítica que se encontra à direita de quem entra na igreja.

O Calvário, e terreno anexo, foram cedidos ao município no ano de 1946, conforme se pode concluir da seguinte passagem da acta camarária de 13 de Abril daquele ano:

Capela do Calvário – Pela senhora Dona Francisca Rego do Espírito Santo, foi comunicado que tanto ela como seus sobrinhos estão dispostos a ceder à Câmara a capela do Calvário e terreno anexo conforme lhe foi solicitado⁽¹¹⁾.

O CORRO E O CALVÁRIO

13.5 A RUA DO CORRO



Rua do Corro vista das muralhas

13.5.1 DADOS DEMOGRÁFICOS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Em 1765, esta rua tinha 4 fogos e 21 residentes⁽¹²⁾. Relativamente às profissões dos seus moradores, refiram-se: 1 alfaiate, 2 lavradores e 1 trabalhador. Os registos apresentam, ainda, 1 homem solteiro e 1 viúva, ambos sem profissão definida.

Em 1814, a rua apresentava 3 fogos e 16 residentes⁽¹³⁾. As profissões registadas dos cabeças-de-casal eram as seguintes: 1 jor. °r e o Major Fran.c° J.e de M.tos Mag.es (65 anos). Os registos apresentam, ainda, 1 casado sem profissão referida.

13.5.2 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

No registo do Novo Imposto das Janelas, de 1832/33, a Rua do Corro apresenta os seguintes elementos⁽¹⁴⁾:

1. *Cazas dos herdeiros de Antonio Dias Marques (1A-1T)*
2. *Ditas de Donna Mareanna de Magalhaes (2A-1T)*
3. *Ditas de Anna Maria (1A)*
4. *Cazas de Manoel Rapozo (1A-1T)*

Vejamos agora os proprietários registados na Contribuição da Décima em 1833⁽¹⁵⁾:

1. *Cazas dos herdeiros de Antonio Dias Marques fechadas*
2. *Cazas dos herdeiros de Andre da Costa fechadas*
3. *Ditas dos herdeiros de D. Theresa Videira em que vive (180)*
4. *Ditas de Jeronimo Francisco (36)*
5. *Ditas dos herdeiros de Maria Candeias em que vive seu filho Antonio (36)*

Não podemos identificar, com segurança, a casa de nenhum dos moradores ou proprietários pelas seguintes razões:

- Regista-se um desfasamento entre o número de casas registadas nos dois impostos.
- Não sabemos se Donna Mareanna de Magalhaes era uma das herdeiras de Andre da Costa e o terceiro registo da Contribuição da Décima refere que a casa era dos herdeiros de uma D. Theresa Videira que, afinal, morava nesse edifício, o que também é estranho.
- A primeira casa do cimo da rua, com maior número de janelas, parece-nos ter uma delas, no primeiro andar, de abertura recente, e das duas de baixo, uma delas poderia não ser considerada para efeitos de imposto, por não ser “de peito”.

Não podendo, pelo exposto, estabelecer relações seguras entre edifícios e proprietários/moradores, deixamos, contudo, uma pequena nota sobre uma das moradoras: Donna Mareanna de Magalhaes. Era solteira, de 46 anos, e confirmámos a sua residência no respectivo rol de confessados⁽¹⁶⁾. Pertencia, provavelmente, à família de que nasceria, em 1857, o Dr. António de Matos Magalhães. No entanto, esta Donna Mareanna não coincide, pela idade, com a mulher do mesmo nome (e da família do restaurador do concelho) que encontramos na Rua da Corredoura.



Aquarela de Zenoviy Klymco (2013)

- 1) AHMM, Mç 14, ARREMATACÕES DOS BENS DO CONCELHO, CMMRV/D/04/001 (1776/08/04-1795/01/02).
- 2) AHMM, Mç 15, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV / F-A/01/001, 1820/05/13, Prédios Urbanos, 1820, lançamento n.º 216.
- 3) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV / F-A/01/013 (1832/04/02-1834/07/28), 1832, folha n.º 24.
- 4) AHMM, Mç 03, ACTAS DE VEREAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/02/001 (1753.01.20-1802.09.13, “Camara e adjunto do Povo de 9 de Junho de 1776”, folhas 67 vº a 69 vº; o extracto está nas folhas 68, 68 vº e 69. O documento tem referência ao escrivão da Câmara - João Tavares Cid. Delicado – e as assinaturas do Juiz de Fora – doutor Jozé Antonio do Vale -, dos vereadores – Antonio vas Serrão e Lourenço Marques Barrozo -, do Procurador do Consselho - Bartholomeo Carrilho (Biscajo?) - e de outros elementos do povo, em número total de 23 participantes, sendo que o Alferes Manoel Carrilho Salgado e Manoel do Salvamento foram eleitos Procuradores do Povo.
- 5) AHMM, Mç 121, ROL DOS CONFESSADOS / RECEITA E DESPESA, JPSTG/01/007 (1808–1826), folhas 21vº e 22.

6) O Regimento de Artilharia de Estremoz passou a designar-se por Regimento de Artilharia n.º 3 em 1808; esteve sediado em Elvas em 1815 (BUCHO, Domingos – *CIDADE-QUARTEL FRONTEIRIÇA DE ELVAS E SUAS FORTIFICAÇÕES*, CME, Elvas, 2013). Terá sido de uma destas cidades que viria o destacamento de artilharia que guarnecia Marvão neste altura.

7) AHMM, Mç 121, ROL DOS CONFESSADOS / RECEITA E DESPESA, JPSTG/01/007, 1811, folhas 43v.º a 45.

8) Informações prestadas por Maria de Jesus Garcia (1952-) e por Maria do Céu Garcia (1948-).

9) Informação do Prof. José Pinheiro (1931-).

10) AHMM, Mç 125, ROL DOS CONFESSADOS (1895-1918), JPSTM/02/025.

11) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/126, acta de 13 de Abril de 1946, folha n.º 66.

12) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1764-1770, folhas n.º(s) 22 a 22 v.º.

13) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808-1826), folhas n.º(s) 71 e 71 v.º.

14) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05-1834/07/28), folhas n.º (s) 25 a 2 v.º.

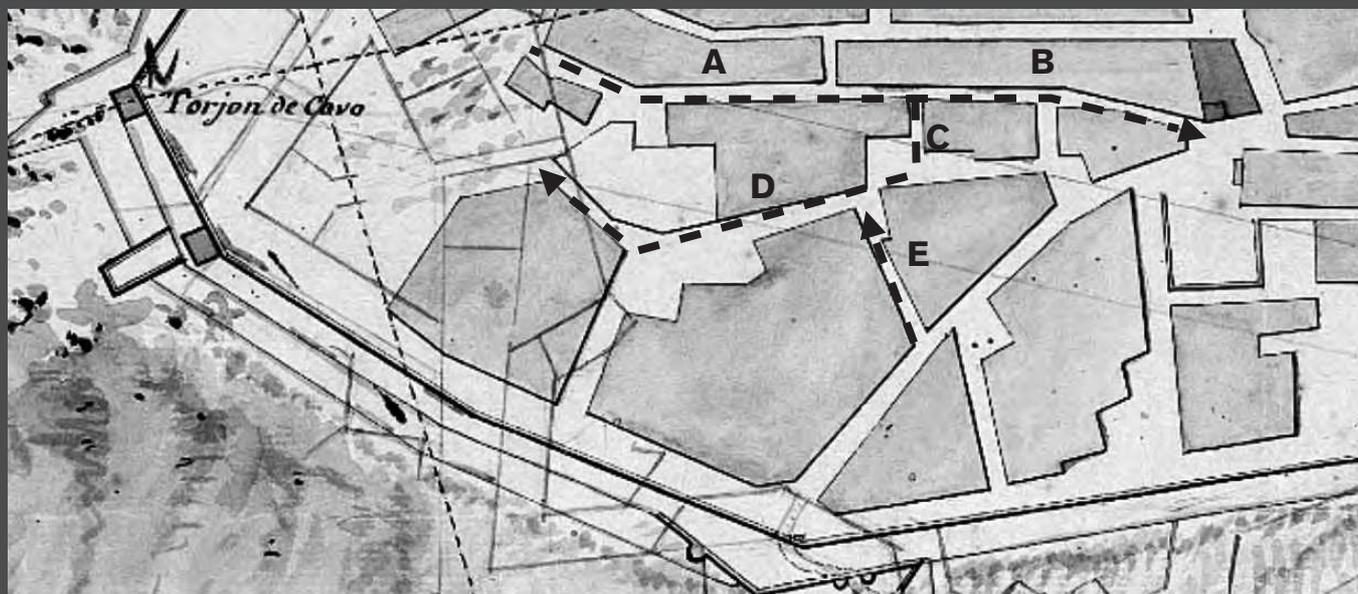
15) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/02 (1831/03/22-1834/07/28), folhas n.º(s) 17 a 17 v.º.

16) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/008 (1827–1839), folha n.º 58 e 61v.º e 62 (Rua da Corredoura).



14

**RUA DO RELÓGIO, TRAVESSA DOS MAIORROS,
RUA DO FORNO, RUA DO QUEBRA COSTA
E RUA DO EMBIQUE**



A zona SE da vila nas plantas militares de 1765 (imagem de cima) e de 1814. Localização da Rua do Embique (A), Rua do Relógio (B), Travessa dos Marroios (C), Marroios (D) e Rua do Quebra Costa ou do Forno (E)

14.1 RUA DO RELÓGIO, TRAVESSA DOS MAIORROS, RUA DO FORNO, RUA DO QUEBRA COSTA E RUA DO EMBIQUE

14.1.1 TOPONÍMIA

Como é óbvio, esta rua ganhou o topónimo decorrente da instalação, nos sécs. XV/XVI, do relógio do concelho, que tratamos no capítulo próprio referente à Praça e ao edifício da câmara.



Rua do Relógio a embicar na Praça (1972). À esquerda, o quintal da Pousada (SIPA FOTO.00167149)



Por decisão camarária de 28 de Setembro de 1933⁽¹⁾, a rua passou a designar-se por Rua da Liberdade, voltando à anterior designação com a alteração de 22 de Setembro de 1945.

14.1.2 A MEMÓRIA DE UM PORTAL

Pensamos de interesse referir que do lado poente, e em 1939, apresentava-se um muro que ameaçava ruir, onde se inscrevia um “pórtico que é digno de ser conservado pelo seu estilo”. O Presidente da Câmara propôs, então, “que o vereador Snr. Jeronimo de Oliveira dê o seu parecer para que a camara resolva o que tiver por conveniente, e bem assim para que o proprietário do muro possa ser coagido á sua reconstrução”⁽²⁾.



Portal e janela de um edifício da Rua do Relógio hoje inexistente (SIPA FOTO.00167021) (1946)

Este portal acabou por ser trasladado para o Convento de Nossa Senhora da Estrela, sendo aplicado na actual entrada entre o ano da fotografia supra, 1946, e o de 1952⁽³⁾. É um arco duplo, de volta inteira, com ressalto, apoiado em impostas e apresentando as aduelas molduradas com sulcos paralelos a profundidades diferentes. Parece fazer parte de um antigo edifício arruinado, com alguma nobreza arquitectónica, a julgar, também, pela janela de moldura boleada que também foi apeada e aplicada no piso superior da entrada do referido convento. Diga-se que só a janela, em granito, que ficou a encimar o arco, é original, sendo as restantes copiadas e feitas em argamassa.



O portal actual da Santa Casa



A entrada para o Hospital da Santa Casa, antes e depois da colocação do portal (fotos s. d.)



A janela original da Rua do Relógio e uma das cópias (em cima). Ao lado, o que aparenta ser o cachorro original da janela



14.1.3 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTUAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Em 1765, esta rua tinha 4 fogos e 18 residentes⁽⁴⁾. Relativamente às profissões dos cabeças-de-casal, refiram-se: 1 lavrador, 1 trabalhador e 1 serrador. Aparece também registada uma solteira sem profissão.

Em 1814, apresentava, também, 4 fogos e 8 residentes⁽⁵⁾. Não foram registadas quaisquer profissões dos cabeças-de-casal: 2 viúvas, 1 mulher solteira e um outro residente.

O número reduzido de fogos deve-se ao facto de, ao tempo, apenas existirem habitações ao fundo da rua, já quase na Praça, duas do lado nascente e uma ou duas (a avaliar pelas portas hoje existentes) do lado poente. O conjunto de habitações camarárias que hoje se apresenta do lado nascente foi concluído em meados dos anos 80 do século passado⁽⁶⁾, com projecto do Arq. João Lino.

14.1.4 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

Nos registos do Imposto das Janelas e do Imposto da Décima, de 1832/33, esta rua não consta, devendo ter sido incluída na Rua do Embique^(7/8), como adiante explicaremos.

14.2 RUA DO EMBIQUE

14.2.1 TOPONÍMIA

O significado do topónimo parece-nos de natureza direcional, viária, ou seja, a rua ganhou a designação porque se dirigia (embicava ou imbicava) à Praça, estreitando, ou seja, formando bico. Ou então, com menos razoabilidade, porque nela embicavam outras, nomeadamente as travessas que vêm da Rua de João Garção e dos Marroios. Pela alteração toponímica de 22 de Setembro de 1945, a Rua da Liberdade voltou a designar-se por Rua do Relógio e Rua do Embique, o que significa que, muito provavelmente, quando em 1933 a Rua do Relógio passou a Rua da Liberdade, esta designação se estendia também à Rua do Embique, embora esta não apareça na acta onde se registou a decisão camarária.



Rua do Embique, lado nascente, na actualidade



A Rua do Embique em 1954 (SIPA FOTO.00167051)



Ao fundo, a "Rua do Embique", que se prolonga pela Rua do Relógio, a embicar na Praça

14.2.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFRENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Em 1765, esta rua tinha 37 fogos e 133 residentes⁽⁹⁾. Relativamente às profissões dos seus cabeças-de-casal, refiram-se: 1 tecelão, 6 trabalhadores, 1 serrador, 3 pedreiros, 3 lavradores, 1 tendeiro, 3 almocreves, 1 soldado, 1 pescador, o R.d^o P.e João Roiz Ram.º Vig.rio da Vara (com 50 anos), M.el dos S. tos Guarda da Alfandega (com 46 anos), o Capp.ão Jozé da Cruz (com 48 anos). Aparecem registadas 6 viúvas, 1 viúvo e 7 homens sem profissão referida, seis deles solteiros.

Em 1814, apresentava 20 fogos e 63 residentes⁽¹⁰⁾. As profissões registadas dos cabeças-de-casal eram as seguintes: 1 pomareiro, 5 (jor.or?), 2 ferradores, 1 alfaiate e 1 forneiro. Aparecem registados 3 mulheres solteiras, 1 casada (Ana Viegas m.er do P.e Glz Marquitto), 4 viúvas e ainda 2 homens, todos sem profissão referida. O número de habitações, hoje existente, na rua do Embique, é muito reduzido e apenas do lado nascente, com duas propriedades urbanas com quatro portas. Deve-se tal facto ao desaparecimento das casas que existiam do lado poente, onde se localiza hoje o parque de estacionamento da Pousada de Santa Maria e quintais contíguos, a sul, onde ainda se vêem janelas nos muros. Também a nascente do Calvário existiam casas, onde se formava uma rua que na vila era conhecida pela Rua dos Quartéis (parte sul da Rua do Embique), exactamente porque desembocava no Quartel do Corro⁽¹¹⁾. Note-se que a rua que hoje passa a nascente do Calvário e que prolonga a primitiva Rua do Embique, não existia em 1814 (ver planta). O caminho simplesmente curvava para poente, junto às escadas, e, por cima das rochas, desembocava junto ao quartel.



A Rua do Embique em 1962, com casas arruinadas onde hoje existe o parque de estacionamento da Pousada (SIPA FOTO.00167259)



O referido parque de estacionamento em 1972 (SIPA FOTO.00167160)



Rua do Embique onde curvava, à direita, para o Quartel do Corro. Na parede do lado direito, a moldura de uma janela documentando ter existido ali uma habitação (hoje simples muro de quinta)

14.2.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

No registo do Imposto das Janelas de 1832/33⁽¹²⁾ temos, do “Ld.º direito” (lado nascente, pela localização da Câmara Velha no lado contrário) e de sul para norte:

1. *Victorino Luis (Forte?)* (1A-1T)
2. *Christovaô Luis Forte* (2A-1T)
3. *Joaô Rapozo* (2A)
4. *Joaô Calado* (2A-1T)
5. *Antonio Joze da Motta* (1A-1T)
6. *Veuva de Antonio Semedo* (1A-1T)
7. *Jeronimo Francisco* (1A)
8. *Felizardo Araujo* (1A-1T)
9. *Joze Barqueiro* (1A-1T)
10. *Joaquim Luis* (1A)
11. *Henrique Custodio* (1A-1T)
12. *Veuva de Manoel Cordeiro* (1A)
13. *Francisco Lopes?* (1A)
14. *Joaô Castanho* (1A)
15. *Joaô Galhardo* (1A)
16. *Antonio da Motta* (1A)

Do “L.dº esquerdo” (lado poente, pela localização da Câmara Velha neste lado) e de sul para norte, porque o registo termina nas casas da Praça):

1. *Manoel Botilheiro* (1A)
2. *Joze Castanho* (2A-1T)
3. *Joaquim Ramillo* (1T)
4. *Paulla Antonia* (1A)
5. *Manoel Botilheiro* (1A)
6. *Joaô Moedas* (1A)
7. *Joaquim Luis da Ignacia* (1A)
8. *Ditas do Concelho onde se aquartelaõ os officiaes da Tropa que vem de guarniçaõ para esta Villa* (4A)
9. *Cazas do Concelho que servem de apousentadoria para os Ministros* (7A)
10. *Ditas do mesmo Concelho chamadas da Camara, nos baixos servem de prisão* (6A-2T)
11. *Cazas do Hospital da Mizericordia* (3A)

Vejamos agora os proprietários registados no imposto da Décima em 1833⁽¹³⁾:

a) *Rua do Embique L.do direito* (nascente)

1. *Cazas de Victorino Luis Forte fechadas* (0)
2. *Cazas de Christovaô Luis Forte alugadas a Joze da Graca* (...) (90)
3. *Ditas de Joaô Rapozo em que vive* (...) (90)
4. *Ditas de Joaô Calado em que vive* (...) (90)
5. *Ditas de Antonio Joze da Motta em que vive* (...) (90)
6. *Ditas da Veuva de Antonio Semedo em que vive* (...) (90)
7. *Cazas de Jeronimo Francisco em que vive* (...) (36)
8. *Ditas de Felizardo Araujo em que vive* (...) (90)
9. *Ditas de Joze Barqueiro em que vive* (...) (90)
10. *Ditas de Joze Castanho em que vive* (...) (45)
11. *Cazas de Henrique Custodio em que vive* (...) (45)

12. *Ditas da Veuva de Manoel Cordeiro fechadas* (0)
13. *Ditas de Francisco Lopes Serpa em que vive* (...) (45)
14. *Ditas de Joaô Castanho fechadas* (0)
15. *Ditas de Joaô Galhardo em que vive* (...) (45)
16. *Ditas de Mathias Luis fechadas* (0)

b) *Rua do Embique L.do esquerdo* (poente)

1. *Cazas de Manoel Botilheiro em que vive* (...) (27)
2. *Ditas de Joze Castanho em que vive* (...) (45)
3. *Ditas de Joaquim Ramillo alugadas* (...) (90)
4. *Ditas de D. Maria dAprezentaçaõ alugadas* (...) (90)
5. *Cazas de Gustavo Luis em que vive* (...) (45)
6. *Ditas de Paulla Antonia em que vive* (...) (45)
7. *Ditas de Manoel Botilheiro em que vive* (...) (45)
8. *Ditas de Joaô Moedas em que vive* (...) (45)
9. *Ditas de Joaquim Luis da Ignacia fechadas* (0)

Não podemos identificar nenhuma das casas e respectivos moradores porque os registos apresentam várias incongruências e dúvidas insolúveis:

a) No Imposto das Janelas, do lado esquerdo, o registo finaliza com casas sobejamente identificadas, pertencentes à Rua do Espírito Santo e à Praça, mas colocadas ao contrário, ou seja, o registo faz-se do prédio da Rua do Espírito Santo n.º 3 para sul; este facto torna todo o levantamento, desse lado, incompreensível, ou seja, não fiável.

b) Os inventários do lado direito são quase coincidentes, ou seja, das dezasseis casas, só em duas os seus proprietários não coincidem, entre os Impostos das Janelas e da Décima; mas de nada nos vale esta concordância porque não compreendemos onde poderiam existir tantas casas do lado nascente.



Portais de feição medieval na Rua do Relógio, lado nascente, antes da reabilitação do edifício para instalações técnicas da Pousada (2004)

14.3 ZONA OU RUA DE MAIORROS OU MARROIOS



Zona dos Marroios em 1962 (SIPA FOTO.00167261)



Travessa dos Maiorros

14.3.1 TOPONÍMIA

Primitivamente foi Maiorros, nos róis de confessados do séc. XVIII e até do séc. XIX. Só mais recentemente passou a Marroios. A primeira palavra não a encontramos dicionarizada, pelo que poderá tratar-se de uma forma popular de designar a planta “marroio”: género de lamiácea, medicinal, com propriedades antipiréticas, expectorantes, diuréticas, estimulantes do coração e digestivas. Esta planta dá-se na encosta de Marvão e foi-nos apresentada pelo jardineiro local⁽¹⁴⁾ que ainda se lembra do seu emprego medicinal. Será que havia muitos marroios nesta zona da vila? Relativamente a alterações toponímicas, as que vimos citando, de 1910, 1933 e 1945 não fazem qualquer referência a esta zona/rua.



Cruzes insculpidas na ombreira do n.º 2 da Travessa dos Marroios



Rua dos Marroios e sua antiga ligação à Rua do Embique

14.3.1 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIO-CULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Esta rua não consta no rol dos confessados de 1765. Pensamos estar englobada na Rua do Embique pelas seguintes razões:

- Em 1765, a Rua do Embique tem 37 fogos com 133 residentes.
- Em 1766, a Rua de Maiorros já consta com 12 fogos e 42 residentes, passando a Rua do Embique a ter apenas 18 fogos e 75 residentes. Faltam explicar 7 fogos – que poderiam, simplesmente, não ter ninguém a residir -, mas não encontramos outra hipótese de explicação.
- Por sua vez, a razão para o facto da Rua de Maiorros ter tantos fogos (12), comparativamente aos três que hoje tem a Travessa dos Marroios, dever-se-á ao facto de a Rua do Forno não constar nos róis de confessados de 1764/65/66, o que significa que se englobaram os seus fogos na rua com que comunica (Maiorros). Repare-se que no imposto das Janelas de 1833, vêm referidas, na Rua de Maiorros, as Cazas do forno de Joze Cozinheiro (1A) que se situam hoje, precisamente, na Rua do Forno. Refira-se, finalmente, que esta rua tinha uma casa de habitação do lado contrário ao forno (sul), e outras na actual Travessa do Corro (ver planta de 1814), que entretanto foram demolidas para alargamento do quintal da casa da Dr.^a Fernanda Gomes Rosa.

Em 1814, apresentava apenas 7 fogos e 18 residentes⁽¹⁵⁾, ou seja, menos de metade dos que possuía em 1766⁽¹⁸⁾. Relativamente às profissões registadas dos cabeças-de-casal, apenas poderemos apontar uma, com dois casos, embora, como já referimos antes, não saibamos a que se refere a abreviatura: 2 jor. or (?). Também aparecem registados 1 mulher solteira e exposta, 3 viúvas e 1 viúvo, todos sem profissão referida.

14.3.2 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

No registo do Imposto das Janelas de 1832/33⁽¹⁶⁾ temos:

1. Antonio Candeias não tem janella de peito (0)
2. Padre João Marchão (1A)
3. Eufrazia Araujo (1A)
4. Casilia da (?) (1A)
5. Joze Sabino (1A)
6. Joze Pinadas (2A)
7. Antonio da Nuna? (1A)
8. Antonio Goncalves dAbegoa (1A-1T)
9. Cazas do forno de Joze Cozinheiro (1A)

Vejamos agora os proprietários registados no Imposto da Décima em 1832⁽¹⁷⁾:

1. Cazas de Manoel Rapozo alugadas (45 reis)
2. Cazas do Padre João Marchão alugadas a Vicente Mamede (180 reis)
3. Ditas de Gertrudes Barradas alugadas (180 reis)
4. Ditas de Cecília da (Nuna?) Alugadas (180 reis)
5. Ditas de Jose Sabino em que vive (36 reis)
6. Ditas de Jose Pinadas em que vive (36 reis)
7. Cazas de Antonio da (Nuna?) em que vive (45 reis)
8. Ditas de Antonio Goncalves fechadas

9. Ditas do Forno de Jose Cosinheiro fechadas

Para além da identificação da casa do forno, não é seguro fazer corresponder as casas existentes às inventariadas no Novo Imposto das Janelas. Falta uma sequência de, pelo menos 3, em que se verifique a tipologia de janelas (de altos e térreas) arroladas no respectivo imposto.



Rua do Forno / Rua do Quebra Costa



Rua do Forno com as “Cazas do forno”. Janela com arco de cortina na mesma fachada, estando a pedra do peitoril com trabalho de inscultura iniciado

14.4 RUA DO QUEBRA COSTA



*A Rua do Forno / Rua do Quebra Costa em 1962
(SIPA FOTO.00167253)*

Também surge nos róis de confessados, embora com raridade, a Rua do Quebra Costa, que localizamos na zona de Maiorros, podendo corresponder à Rua do Forno, por ser tão inclinada. Analisemos esta sequência⁽¹⁸⁾:

Em 1794, registaram-se:

- a Rua do Embique, com 17 fogos;
- a Rua do Quebra Costa, com 9 fogos;
- a zona de Maiorros, com 3 fogos;
- a Rua do Corro, com 6 fogos.

Nota: registaram-se, portanto, todos os topónimos em causa.

Em 1804, registaram-se:

- a Rua do Embique, com 19 fogos;
- a Rua do Quebra Costa, com 10 fogos;
- a Rua do Corro, com 4 fogos.

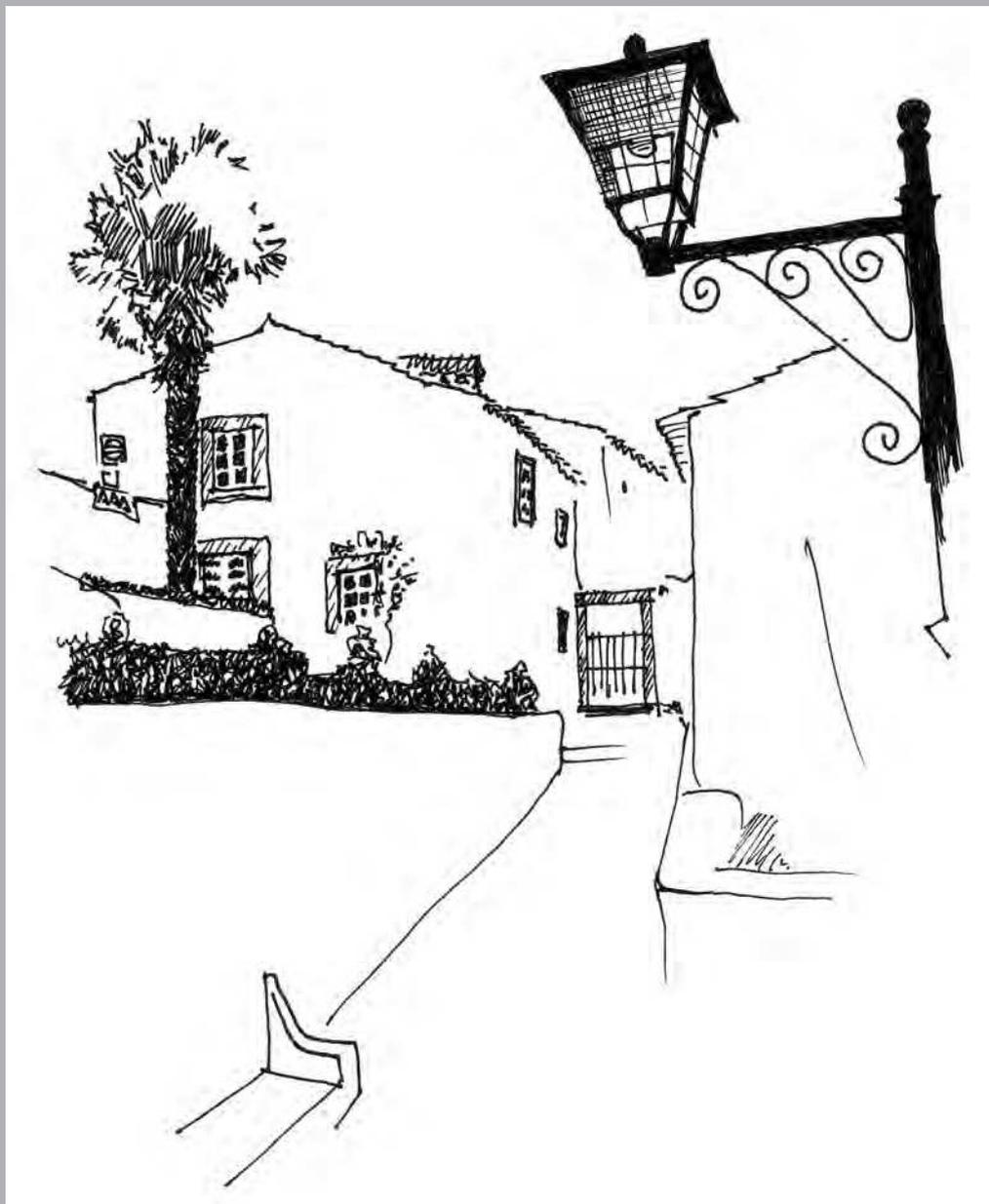
Nota: não se encontra registada a zona dos Maiorros e a Rua do Quebra Costa tem 10 fogos.

Em 1806 (não há registo de 1805), registaram-se:

- a Rua do Embique, com 16 fogos;
- a zona de Maiorros, com 11 fogos;
- a Rua do Corro, com 4 fogos.

Nota: desapareceu a Rua do Quebra Costa e, em sua substituição, os Maiorros aparecem com 11 fogos, quase tantos como os que a Rua do Quebra Costa tinha no ano anterior; por outro lado, a Rua do Corro não sofre alteração e no que diz respeito à Rua do Embique, a diferença de fogos não é significativa.

Concluimos, então, que a Rua do Quebra Costa se situava na zona de Maiorros e que poderia corresponder à Rua do Forno, pela sua inclinação e por esta rua e zona não aparecerem registadas simultaneamente (ou raramente – 1794 – ficando, neste caso, a zona de Maiorros quase esvaziada de fogos).



Desenho de João Bucho (2016)

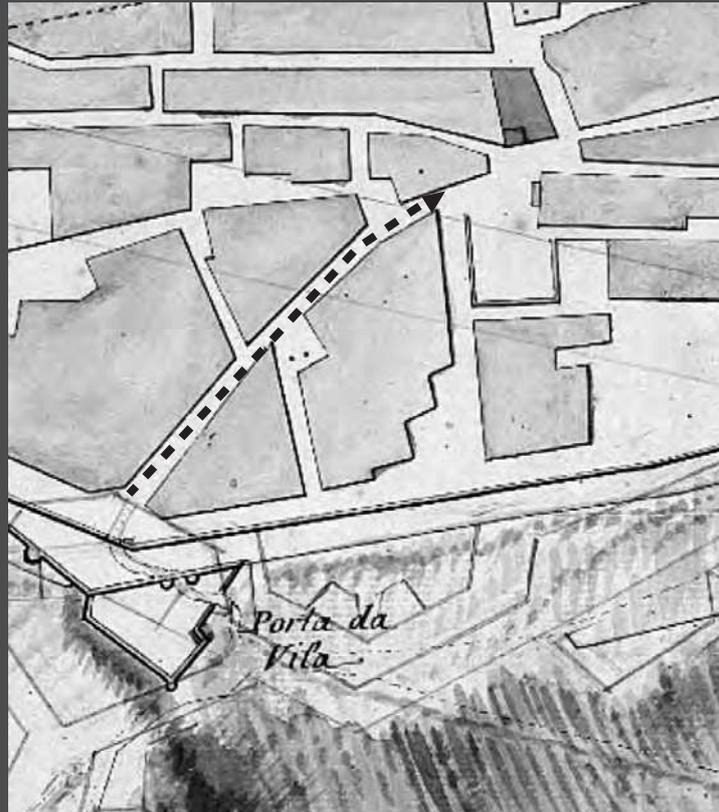
- 1) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 28 de Setembro de 1933, folha n.º 154 v.º.
- 2) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO CMMRV/B-A/01/122, acta de 22 de Abril de 1939, folha n.º 147 v.º.
- 3) O *Boletim da Misericórdia* n.º 12, de 1 de Outubro de 1952, apresenta uma fotografia já com o portal.
- 4) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002 (1764 -1770), folha n.º 23 v.º.
- 5) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808–1826), folha n.º 70.
- 6) Câmara Municipal de Marvão, Proc. Obras Camarárias, Pasta 34-OC (1984).
- 7) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05-1834/07/28).
- 8) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA (1827-1833), CMMRV/F-A/01/013 e CMMRV/F-A/01/014.
- 9) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002 (1764–1770), folhas n.º(s) 18 v.º e 20 v.º.
- 10) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808–1826), folhas n.º(s) 70 a 71.
- 11) Informação de Joaquim Diogo Simão (1941 -).
- 12) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05-1834/07/28), folhas n.ºs 33 a 37.

-
- 13)** AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/03 (1832/04/02-1834/07/28), folhas n.º(s) 24 a 26 v.º.
- 14)** Informação de Dionísio Gomes (1952-).
- 15)** AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808-1826), folha n.º 71.
- 16)** AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05-1834/07/28), folhas n.ºs 25 v.º a 26.
- 17)** AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/03 (1832/04/02-1834/07/28), folhas n.º(s) 18 V.º a 19 v.º.
- 18)** AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/006 (1794-1807).



15

**RUA DA PORTA DA VILA,
TERREIRINHO E SUA TRAVESSA**



A Rua da Porta da Vila em plantas militares de 1765 (imagem de cima) e de 1814

15.1 RUA DA PORTA DA VILA, TERREIRINHO E SUA TRAVESSA

15.1 IMPORTÂNCIA URBANÍSTICA E TOPONÍMIA

Era esta a rua que conduzia da porta principal da vila até à Praça e daqui em direitura até ao castelo. Em termos de malha urbana, ou de rede viária, constituía o eixo principal. A sua vetustez fica atestada pela existência de portais que podem remontar à Idade Média: dois com vãos antropomórficos e três com arcos quebrados. Um pouco mais tardio, de uma tipologia frequente no séc. XVI, é o portal com arco abaulado e chanfrado do n.º 7B. De realçar, também, as três fachadas de bela arquitectura vernácula, uma delas [(n.º(s) 6 e 6A)] apresentando as molduras dos vãos decoradas com almofadas que, note-se, também existem debaixo da sacada seiscentista da Rua do Espírito Santo.



Rua da Porta da Vila n.º(s) 14 e 7A (em cima) e 7B



Rua da Porta da Vila n.º(s) 6A e 6 com o pormenor da sua janela

Como veremos de seguida, a importância desta rua no séc. XVIII - por onde se entrava na vila através da sua porta principal -, fica igualmente comprovada por nela residir um número apreciável de pessoas de uma certa importância ocupacional: 3 militares (oficiais), 1 membro do clero, 1 doutor, 1 lavrador e outro indivíduo de 47 anos que deveria ser proprietário, uma vez que não se lhe refere profissão. Sendo a mais importante, a Porta da Vila apresentava, por razões defensivas, um traçado sinuoso, razão porque, com o aparecimento do automóvel, se tornou secundária. Dela partiam duas calçadas importantes: uma para a direita de quem sai (sul), dirigindo-se para Portagem/Portalegre; outra para a esquerda, em direcção à Fonte do Concelho, a única nascente que abastecia a vila.

Relativamente à toponímia, a 3 de Novembro de 1910 a rua passou a designar-se Rua Cândido dos Reis, voltando à primitiva designação a 22 de Setembro de 1945.

RUA DA PORTA DA VILA, TERREIRINHO E SUA TRAVESSA

Contrariamente à designação existente nos róis de confessados e nas actas camarárias do séc. XX - nas referidas datas -, a placa hoje existente apresenta a designação no plural: "Portas"; desconhecemos o fundamento para tal alteração.

15.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Em 1765, esta rua tinha 22 fogos e 101 residentes⁽¹⁾. Relativamente às profissões dos seus moradores, refiram-se: 1 sapateiro, o Capp.^{ao} Joaõ de Vid.r.^a (41 anos), 1 "oficial de carda", 1 barbeiro, o D.^{or} Ant.^o Dias Bicho (53 anos), 1 lavrador, 5 trabalhadores, o Alferes Simao Fr.c.^o (53 anos), o Capp.^{ao} Joaõ Viegas (63 anos), An.t.^o de Car.^o Vasconcellos Morg.d.^o (47 anos) e 1 carcereiro. Os registos apresentam, ainda, 1 mulher solteira, 4 viúvas, 2 viúvos e 1 homem, todos sem profissão definida.

A seguir, e no mesmo ano e rua, os registos apresentam 5 presos e outros 7 fogos, com 32 residentes, cujas profissões dos cabeças-de-casal são as seguintes: Joaõ Glz.^o de Cord.^o Ajudante (64 anos), o D.^{or} (?) Fazendas Morgado (38 anos), o D.^{or} M.el de Faria Frausto (63 anos), 1 trabalhador, 1 "oficial de carda" e 2 mulheres solteiras sem profissão referida. Como este rol de confessados não apresenta a Praça⁽²⁾, tal significará que estes 7 fogos, registados a seguir aos "Prezos", lhe pertencem.

Em 1814, a rua apresentava 16 fogos e 63 residentes⁽³⁾. As profissões registadas dos cabeças-de-casal eram as seguintes: 1 ferrador, 1 alveno, 1 barbeiro, 1 pomareiro, 1 trabalhador, 3 (tav.^{or}?), 1 (Cappr.^o ?) e o Cap.^{am} Vict.e J.e G. ^{am} Roma v.^o (59 anos). Os registos apresentam, ainda, 2 mulheres solteiras e 4 residentes, sem profissão referida.

Ao contrário do anterior, este rol de confessados discrimina a "Praça", com 7 fogos e 24 residentes, sendo as profissões dos chefes de família, 1 (tav.^{or}?) e 2 (jor.^{or}?). Vêm registadas, também, 3 viúvas. Prova-se, assim, que os 7 fogos do registo de 1765, arrolados a seguir aos "Prezos", correspondiam à Praça, que não vem discriminada. Refira-se, também, que o Terreirinho e respectiva travessa deverão estar englobados nos registos desta rua, uma vez que não aparecem individualizados nos róis de confessados em questão.

15.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

No registo do Novo Imposto das Janelas, de 1832/33, esta rua apresenta os seguintes elementos⁽⁴⁾:

- a) Rua da Porta da Villa Ld.^o direito
1. O Padre Joaquim Vicente Barradas (2A-1T)
 2. Casas de Manoel Rapozo (2A)
 3. Ditas de David Madeira (1A)
 4. Ditas de Christovaõ Luis Forte (4A)
 5. Casas de Vctorino Luis Forte da Caza dos altos (2A)
 6. Ditas de Marcelino Aragoes (1A-1T)

7. Ditas de Joze Cjpriano Duraõ (1A)
8. Casas de Antonio Joaquim Botelheiro (2A)
9. Ditas de Joaquim Padeiro (1A)
10. Ditas de D. Gerarda Joaquina (4A)



As três casas com uma seqüência de janelas que corresponde exactamente ao registo: (2A-1T) (2A) (1A). A fotografia de cima não tem data e a de baixo é actual

b) Rua da Porta da Villa Ld.º esquerdo

1. *Cazas da Veuva de Joaquim Fazendas* (3A)
2. *Ditas de João Baptista Botelho* (1A)
3. *Ditas de Joze Rodrigues Rollo* (2A)
4. *Cazas de Joaquim Antonio Rollo* (2A-1T)
5. *Ditas de Quiteria Maria Veuva* (1A)
6. *Ditas de Cecilia Antonia* (2A-1T)
7. *Cazas de João Lopes Serpa* (1A)
8. *Ditas dos herdeiros do Padre Pedro Fernandes* (4A-1T)
9. *Ditas de Manoel Lourenço* (4A)
10. *Cazas dos herdeiros de Joze Lourenço* (2A)
11. *Ditas de Joze Alves* (2A)
12. *Ditas de David Madeira* (3A)

Vejam agora os proprietários registados na Contribuição da Décima em 1833⁽⁶⁾:

a) Rua da porta da Villa Ld.º direito

1. *Cazas do Padre Joaquim Vicente Barradas (...)* (180)
2. *Ditas de Manoel Rapozo em que vive (...)* (90)
3. *Ditas de David Madeira (...)* (36)
4. *Cazas de Christovão Luis Forte em que vive (...)* (144)
5. *Ditas de Victorino Luis Forte em que vive (...)* (90)
6. *Ditas de Manoel Lourenço (...)* (180)
7. *Ditas de Joze Cjpriano Duraõ em que vive Catherina Calada (...)* (36)
8. *Ditas de Antonio Joaquim Botilheiro em que vive (...)* (144)
9. *Cazas de Francisco Padeiro em que vive (...)* (36)
10. *Ditas da Praca onde se vende o piexe fechadas*
11. *Ditas de D. Gerarda Joaquina Veuva foreiras (...)* (270)

b) Rua da porta da Villa Ld.º esquerdo

1. *Cazas da Veuva de Joaquim Fazendas em que vive (...)* (180)
2. *Ditas de Joaõ Baptista Botilheiro fechadas*
3. *Ditas de Joze Rodrigues Rollo em que vive (...)* (45)
4. *Cazas de Joaquim Antonio Rollo em que vive (...)* (180)
5. *Ditas de Quiteria Maria Veuva em que Vive (...)* (90)
6. *Ditas de Cesilia Antonia em que vive (...)* (90)
7. *Ditas de Joaõ Lopes Serpa foreiras a Mizericordia não paga Decima por não ter aumento*
8. *Ditas dos Herdeiros do Padre Pedro Fernandes em que vive Sua Irmã (...)* (180)
9. *Ditas de Manoel Lourenco em que Vive (...)* (180)
10. *Cazas dos herdeiros de Joze Lourenco da Silva foreiras (...)* (108)
11. *Ditas de Joze Alves em que vive (...)* (45)
12. *Ditas de David Madeira em que vive (...)* (90)

Refira-se que, quer o registo da Contribuição da Décima quer o do Novo Imposto das Janelas, não discriminam a Praça, pelo que a mesma se deve considerar incluída, em ambos os casos, na Rua da Porta da Vila^(6/7). No levantamento actual, de sul para norte, do lado poente, identificamos três casas, seguidas, cujas janelas coincidem exactamente com a sequência do respectivo registo, do lado direito:

- Os n.º(s) 1 e 1A, pertencentes à Dr.ª Fernanda Gomes Rosa, que noutro tempo eram casas diferenciadas, têm, precisamente, o primeiro, duas janelas de altos e uma térrea, e o segundo, duas de altos (a janela de rés-do-chão que se vê na fotografia antiga resultou do emparedamento de uma porta, como se prova na actualidade).

- A casa seguinte, n.º 3, pertencente à família Bugalhão (Joaquim Bugalhão e Dionísia Antunes), era o “palheiro” onde o Sr. João Viegas Antunes – que criava gado caprino e ovino e o vendia na sua taberna/talho, mais conhecida pela Taberna da Tia Amélia, sua mulher, (n.º(s) 3A e 3B – enxugava as peles do gado para as vender posteriormente⁽⁸⁾. Note-se que esta pequena casa pagava apenas 36 réis de Décima, o que constitui mais um argumento a favor da nossa localização.



A Taberna da Tia Amélia. Homens a jogar ao xito e o casal de proprietários: João Viegas Antunes e Maria Amélia Ramos. Em baixo, da esquerda para a direita: Joaquim Diogo Simão, João Mena, Manuel da Paz, João Esteves e José Galacho. Imagens captadas a partir de um vídeo de Pedro EFE (1999).

RUA DA PORTA DA VILA, TERREIRINHO E SUA TRAVESSA



Três turistas na Taberna da Tia Amélia, com locais ao fundo (foto s. d.)

- Observe-se que este lado da rua apresenta, na parte final do arrolamento, um prédio designado “Ditas da Praca onde se vende o peixe fechadas”, provando-se, assim, que o registo se fez de sul para norte. Esta casa, onde se vendia o peixe, pode corresponder ao antigo talho do Ti Chico Passarito (família Antunes), de onde se veio a fazer o primitivo Restaurante Varanda do Alentejo. Repare-se que logo a seguir aparece o registo que paga mais Contribuição da Décima em toda a rua (270 réis), o que só pode corresponder ao enorme casarão que fecha a Praça a nascente, na altura, de “D. Gerarda Joaquina Veuva foreiras”. Está esta casa registada, no Novo Imposto das Janelas, com quatro janelas de altos, das quais, hoje, existem pelo menos três (e uma térrea) com molduras antigas, duas delas esquadrihadas, características dos sécs. XV e XVI. Diga-se que no século passado, antes da última intervenção de que esta casa foi alvo, as janelas não tinham molduras de pedra, pelo menos à vista (ver fotos do Capítulo II).



Praça, edifício poente



Janelas com elementos decorativos característicos dos sécs. XV/XVI

- Não resistimos à tentação de tentar localizar a “morada de cazas sita a porta da Villa que de prezemte Se serve de estalagem em que mora Manoel Fernandes Cerspo”, comprada para nela se acomodarem os vinte soldados que quedavam por arrumar e seus cavalos. Estávamos no ano de 1777 e já abordámos o assunto no capítulo O CORRO E O CALVÁRIO. Tentando localizar este Manuel F. Crespo, no rol de confessados respectivo, para nos apercebermos da posição do seu fogo no seio da rua, desde logo nos surpreendemos pelo facto de não estar registado na Rua da Porta da Vila mas sim em Maiorros. De facto, o texto original não diz que a casa em questão estava localizada “na” rua da Porta da Vila, mas sim “à” Porta da Vila, ou seja, na zona. Neste ano de 1777, no 3º dos 9 fogos registados, aparece “M.el Fez. Crespo Cazado em 2ª estalajad.r.º”, de 31 anos de idade. Foi esta estalagem convertida em quartel. No ano seguinte, este estalajadeiro já não consta em Maiorros, sinal de que a sua anterior moradia mudou de função. Mas ficamos sem saber onde se localizava, precisamente, a estalagem e

depois quartel, tão simplesmente porque, como o referimos no capítulo próprio, esta realidade urbana que dava pelo nome de Maiorros (depois Marroios), não estava bem definida, situando-se algures entre, por um lado, as ruas da Porta da Vila e do Corro, e, por outro, as do Embique e do Relógio. Tentando, uma vez mais, fazer luz sobre a questão, fizemos o levantamento total das ruas em 1777 e encontrámos Maiorros com 9 fogos, depois a “Travessa” com 5 e logo a seguir a “Rua da Porta da Villa” com 19. Atendendo à sequência, esta travessa deve ser a do forno (que não aparece no conjunto das ruas deste ano), até porque nela residia Manuel Dias M? Cazado forn.º[forneiro] de 34 anos. Onde localizar, então, os Maiorros? Tavez no que é hoje a Travessa dos Marroios e a Travessa do Corro, onde existia, nesta última (ver planta de 1814), uma casa destacada com dois quintais que foram posteriormente alargados e hoje pertencem à casa da Dr.ª Fernanda Gomes Rosa.

- Finalmente, queremos deixar a nossa estranheza pelo facto de, no lado nascente, não aparecerem registadas, no Novo Imposto das Janelas, as casas que nos parecem não ter sido mexidas. Referimo-nos aos n.º(s) 6, 6A, 6B, 8 e 8A. São três casas outrora independentes, todas elas com uma janela de altos. As duas primeiras, que pertencem hoje ao mesmo proprietário (Antero Teixeira), também em 1833 pertenciam a proprietários da mesma família, a julgar pela sua posição no registo: Jozé Rodrigues Rollo e Joaquim Antonio Rollo. Quanto às casas que apresentam maior número de janelas - [Ditas dos herdeiros do Padre Pedro Fernandes (4A-1T) e Ditas de Manoel Lourenço (4A)] – elas só podem corresponder ao prédio do Prof. Pinheiro (n.º 12), sendo que a penúltima desse lado, o n.º 16 - o alojamento turístico Varanda do Alentejo -, também apresenta o mesmo número de janelas que no séc. XIX. Estes casos ajudam a fundamentar a nossa identificação inicial dos lados direito e esquerdo da rua.



Rua da Porta da Vila n.º(s) 8A, 8, 6B, 6A e 6

15.4 O CAFÉ MOKA

Deixamos aqui uma pequena nota sobre a abertura, nesta rua, no n.º 16 - onde hoje se localiza o alojamento turístico Varanda do Alentejo -, de um estabelecimento comercial denominado Café Moka, propriedade do sr. José Bugalho. Este café, onde pela primeira vez, em Marvão, se pôde desfrutar publicamente de uma televisão, esteve nas mãos do citado proprietário até meados dos anos 60, sendo tomado pelo casal Joaquim e Antónia (Estriga), pais da D. Hermínia Caldeira que antes possuía uma taberna/mercearia na Travessa do Terreirinho (ver, também, o subcapítulo A Loja do Sr. Manuel Bugalho, no capítulo Rua de Cima, Travessa do Hospital e Caganita). O Café Moka esteve a funcionar até aos primeiros anos da década de 70.

15.5 A CASA DOS MÉDICOS JOSÉ MARTINS GRALHA E JOÃO GOMES ROSA



José Martins Gralha

João Gomes Rosa e Hilda Neto (anos 50)

Na primeira das casas morava, em 1833, o Padre Joaquim Vicente Barradas, e, já no século passado, depois que veio para Marvão, em 1921, trabalhar como facultativo municipal, o Dr. José Martins Gralha (Lisboa, 1894 – Marvão, 1964), assumindo o cargo de subdelegado de saúde, ainda no mesmo ano. Em 1928, tornou-se médico municipal efectivo, sendo lavrado em acta camarária o seguinte parecer para a sua promoção:

O Doutor José Martins Gralha, durante o tempo em que interinamente tem desempenhado o lugar de facultativo municipal deste concelho, isto é, desde 1921, até hoje, fê-lo de forma tal que captou as simpatias da população do concelho, mostrando no desempenho do referido lugar, muitos e vastos conhecimentos profissionais, aliados a um trato claro e afável, para com os doentes a seu cargo⁽⁹⁾.

A partir de 1943, passou a colaborar com a Casa do Povo. Também o Hospital da Misericórdia beneficiou dos seus préstimos, nomeadamente da sua generosidade enquanto cidadão, realizando algumas obras por sua conta. Pelo seu profissionalismo e altruísmo, nunca se esquivando, como autêntico João Semana, a calcorrear os caminhos do concelho, e não só, muitas vezes de burro e de carroça, para cuidar de quem precisava, granjeou grande admiração e amizade entre os Marvanenses. Pelos vinte e cinco

RUA DA PORTA DA VILA, TERREIRINHO E SUA TRAVESSA

anos da sua carreira, formou-se uma comissão para o homenagear que propôs, à Câmara, que efectuasse “as competentes diligências precisas para que ao doutor José Martins Gralha seja concedido um galardão na Ordem da Benemerência. A Câmara, apreciando o assunto, deliberou não só atender o alvitre, mas também associar-se a tão justa e merecida homenagem⁽¹⁰⁾. O Dr. José Martins Gralha foi efectivamente condecorado pelo Presidente da República, António Óscar de Fragoso Carmona, como Oficial da Ordem da Benemerência, em 1947⁽¹¹⁾. Refira-se que já tinha havido uma proposta de condecoração, em 1933, que não foi atendida⁽¹²⁾.

Já perto do fim da sua vida, foi homenageado pela Liga dos Filhos e Amigos de Marvão, a 21 de Março de 1963, na Casa do Alentejo, de que publicamos a folha do Boletim que noticia o evento. Quando faleceu, a Câmara Municipal lavrou em acta⁽¹³⁾ o seguinte voto de pesar:

O senhor Presidente informou a Câmara do falecimento do Senhor Doutor José Martins Gralha, ocorrido na madrugada do dia vinte e cinco do corrente mês. Depois de lamentar a morte daquele que durante mais de três dezenas de anos, fora sempre distinto médico municipal e subdelegado de saúde deste concelho, grande amigo dos pobres, a quem, além dos seus serviços clínicos, oferecia e distribuía os respectivos medicamentos, daquele que não sendo natural do concelho de Marvão, aqui se radicou, aqui dedicou toda a sua vida profissional nesta obra de bom fazer e que a todos deixou saudades, pois que foi, além de mais, um homem honesto, de carácter íntegro, chefe de família exemplar e dedicado defensor dos interesses de Marvão, o senhor Presidente propôs que ficasse exarado em acta um voto de pesar, o qual foi aprovado por unanimidade. O senhor Presidente comunicou ainda que o Município se tinha feito representar com o seu estandarte e edilidade, em todos os actos fúnebres e que, como última homenagem, tinha sido oferecida uma coroa de flores.

Quando da comemoração do oitavo centenário da conquista de Marvão aos Mouros, em 1963⁽¹⁴⁾, a Câmara deliberou que o pequeno largo fronteiro à casa do Dr. Gralha, para onde dava a janela térrea do seu consultório, recebesse o topónimo de Largo Dr. José Martins Gralha. Acrescente-se que este larguinho se chamou, noutro tempo (1777), Terreiro da Porta da Villa⁽¹⁵⁾.

A casa veio a ser adquirida, em 1972, por um casal de médicos: o Dr. João Fernando de Maia Lamarão Gomes Rosa (1921-2011), cirurgião, e a Dr.^a Hilda Regina Neto (1922-2010) que ao tempo exerciam em Lisboa, residindo em Linda-a-Velha. Um dia vieram visitar a vila e ficaram alojados na Pousada, corria o ano de 1971. E foi mais um caso de paixão, tão comum na história da vila. Estavam a jantar naquela sala-miradouro da Pousada, era Agosto, o pôr-do-sol era magnífico e decidiram: vamos comprar aqui uma casa! Tornou-se, então, a casa de férias desta família, que ainda hoje a detém, nela residindo uma filha do casal que, também por paixão, escolheu Marvão para viver e trabalhar como professora: a Dr.^a Fernanda Gomes Rosa, a actual proprietária⁽¹⁶⁾.

Do ponto de vista arquitectónico, o n. 1 apresenta um frontispício interessante, desde logo porque, sendo o edifício de planta rectangular, perpendicular à rua e com uma cobertura de duas águas, a sua terminação seria em

empena. Ora para se esconder essa terminação angular, esteticamente irregular no conjunto de fachadas da respectiva faceira, elevou-se o beirado acima da cumeeira do telhado, como se fosse uma platibanda, ficando paralelo à rua, e dotou-se de cimalha em pedra, como no edifício da Caixa Geral de Depósitos, na Rua do Espírito Santo. Os seus vãos são guarnecidos a granito com a sobreverga característica do estilo barroco na janela no 2º andar e na sacada do 1º. Esta sacada apresenta decoração pelo intradorso e está assente em modilhões, em tudo igual à do edifício camarário onde está sedeadada a Caixa Geral de Depósitos (Rua do Espírito Santo n.º 8). O gradeamento da sacada, em ferro forjado - que nos parece autêntico, ou seja, do séc. XVII -, embora simplificado, tem algumas semelhanças com o da referida sacada da Rua do Espírito Santo. A casa anexa (n.º 1A) apresenta a porta principal, hoje transformada em janela, e a porta da “loja” ou “aloja”, com vestígios da manjedoura. Como referimos acima, era uma casa independente, ainda no séc. XIX, que acabou por se ligar ao edifício adossado a sul (n.º 1), através de vãos novos abertos ao nível do rés-do-chão e do 1º andar.



Sacada decorada pelo intradorso e gradeamento em ferro forjado

LIGA DOS FILHOS E AMIGOS DE MARVÃO

A G R A D E C I M E N T O: A Liga dos Filhos e Amigos de Marvão vai começar a publicar a partir do presente Boletim uma informação mensal dos acontecimentos mais salientes na sua vida, levando assim ao conhecimento de todos os Marvanenses e Amigos de Marvão os assuntos tratados nas suas reuniões e bem assim os factos mais notáveis ocorridos através do mês. Neste primeiro número de colaboração sente-se já bastante credora da amizade com que o Provedor da Misericórdia, Exmo. Sr. Manuel Berenguel Vivas a tem distinguido desde o primeiro dia da sua existência. É mais um favor a juntar aos muitos que a Liga deve já ao Sr. Vivas, este de nos ter franqueado tão amavelmente as colunas do Boletim para a divulgação dos nossos noticiários mensais. Ao Sr. Vivas, portanto, e bem assim à Mesa Administrativa da S. C. M. de Marvão muito obrigado da

Liga dos Filhos e Amigos de Marvão

- HOMENAGEM AO DR. JOSÉ MARTINS GRALHA

- A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL

- O CORTEJO DE OFERENDAS A FAVOR DA CONSTRUÇÃO DO MESMO.

- O NOME DO DR. JOSÉ MARTINS GRALHA ASSOCIADO AO NOVO HOSPITAL

+++

A ÚLTIMA REUNIÃO - Foi na noite do pretérito dia 21 de Março, numa sala da Casa do Alentejo em Lisboa, que teve lugar a mais recente reunião da Liga dos Filhos e Amigos de Marvão. Os Marvanenses residentes na capital acorre-

ram num número razoável à Casa do Alentejo, mas também muitos amigos de Marvão ali marcaram a sua presença, salientando-se o ilustre escritor alentejano Francisco Ventura, autor do conhecido auto sobre Marvão e galardoado no ano transacto com um prémio do SNI atribuído à sua peça Casa de Pais.

A Liga quiz nesta reunião prestar uma singela mas sentida homenagem ao ilustre médico Dr. José Martins Gralha, que foi convidado pelo Presidente da Liga Sr. João A. Miranda, para presidir à sessão que se efectuou. O Dr. Martins Gralha, durante os longos anos que viveu em Marvão foi o homem de que dependeram mil vidas e uma existência a que se prenderam muitas outras existências. Com o Afastamento do Dr. Gralha da medicina e da Vila de Marvão o povo do concelho perdeu o seu amigo mais desvelado, mais valioso e mais solícito. Foi o Sr. Manuel B. Vivas a pessoa encarregada de em nome da Liga, saudar o Dr. Gralha e esboçar os predicados morais e profissionais do homem que em Marvão exerceu a medicina como autêntico sacerdote, palmilhando os mais recondidos atalhos e caminhos, para levar o remédio e a palavra confortante e resignativa que sempre lhe aflorava nos lábios.

O Sr. Vivas divulgou finalmente o projecto da construção do Hospital Regional de Marvão e as deligências que para tal se têm efectuado. Submeteu depois à aprovação dos assistentes a ideia da realização em Setembro dum Cortejo de Oferendas a favor da construção do novo Hospital. A ideia, como era de esperar, foi entusiasticamente aplaudida e logo foram nomeadas várias comissões de homens e senhoras que na Capital irão trabalhar para levar o contributo da Liga ao Cortejo a realizar.

As considerações feitas pelo Sr. Manuel Vivas à pessoa do Dr. Gralha foram em seguida confirmadas pelo distinto advogado Dr. Manuel Gomes Leão, que afirmou que a melhor homenagem que poderíamos prestar ao Dr. Gralha seria a de associar o seu nome ao futuro Hospital a contruir. A assistência delirou com tão cativante ideia que aprovou com uma longa salva de palmas, enquanto que a figura veneranda do Dr. Gralha, comovidamente se levantava e agradecia na mesa da presidência.

A reunião terminou com aquele entusiasmo que reina sempre no espírito da Liga. Era já tarde - hora avançada. O empregado da Casa do Alentejo prevenia-nos que teríamos que sair. Os Matavanenses ^{da capital} trabalham agora afanosamente para que possam contribuir com a sua ajuda para o Hospital Dr. José Martins Gralha.

RUA DA PORTA DA VILA, TERREIRINHO E SUA TRAVESSA

15.6 A CASA DA FAMÍLIA PINHEIRO



Casa da família Pinheiro, com fachadas para a Rua da Porta da Vila e Terreirinho, e traseiras para a Rua do Terreiro. Na foto da esquerda, a antiga porta e montra da loja de Jaime Pinheiro

O n.º 12 desta rua não passa despercebido. É uma casa de grandes dimensões cujos proprietários possuíam, também, as casas da frente da Rua da Porta da Vila, n.º(s) 7A e 7B, onde se localizava a adega, a outra casa do Largo do Terreirinho n.º 2, entre outras na mesma rua. Era e ainda é, a casa da família Pinheiro. O proprietário que deu nome à casa foi Jaime Rodrigues Pinheiro (1897-1945), nascido na Siborra, por baixo da ermida de São Brás, que subiu à vila e ali se instalou com o seu negócio, depois de lhe nascer o primeiro filho, em 1928, o médico Fernando Carvalho Pinheiro, na Rua de Cima n.º 25. Já o segundo filho, o Prof. José de Carvalho Pinheiro (1931-), nasceu na casa em apreço e é o actual proprietário.



Jaime Rodrigues Pinheiro

Jaime Pinheiro foi um proprietário com alguma dimensão, possuindo cerca de duas dezenas de propriedades rústicas, embora pequenas, para além das urbanas, e montou uma loja nos baixos da sua casa, a dar para a rua principal, a da Porta da Vila. A porta com o número 12 era a da loja, sendo a do Largo do Terreirinho a da casa de família. Vendia de tudo um pouco: solas, cabedais, fazendas, mercearia, salsicharia, drogas, etc; na cave, tinha um armazém onde conservava as mantas de toucinho. A janela que está ao lado da porta era a montra da loja, mas, curiosamente, as instalações comerciais estendiam-se até ao rés-do-chão da actual residência do Sr. Francisco Rosado. Jaime Pinheiro era, também, “correspondente” dos bancos Nacional Ultramarino e Lisboa e Açores, intermediando os negócios bancários.



Jaime Pinheiro e sua esposa, Luzia Forte de Carvalho Pinheiro (1892-1932), em quadros bordados e assinados por ela, com escama de peixe, datados de 1918 e 1912, respectivamente

Para além de proprietário e comerciante, foi político na vereação municipal: desde 1930 a 1934 desempenhou o cargo de vereador, sendo vice-presidente nos três últimos anos do mandato de José Domingos de Oliveira⁽¹⁷⁾. Chegou a vice-presidente substituto do presidente em 1941, no mandato do Major António Monteiro (1939-1941). Segundo informação do seu filho⁽¹⁸⁾, também foi membro da Junta Distrital.

26-5-1934

-Edital-

Jaime Rodrigues Pinheiro, Administrador do Concelho de Marvão:

Faz público, de harmonia com o que lhe é facultado pelo art.º 15 do Decreto n.º 9660, que desta data em diante, é permitida a abertura das tabernas e quaisquer outros estabelecimentos de bebidas desde as sete até às vinte e duas horas nos meses de Abril a Setembro inclusivé, e das oito ás vinte e uma nos meses de Outubro a Março, inclusivé, podendo ainda os seus proprietarios usar de uma tolerancia de quinze minutos, quér para a abertura, quér para o encerramento.

E para constar, e se não possa alegar ignorancia, se passou este, e outros de egual teor que vão ser afixados nos logares publicos do costume.

Marvão e Secretaria da Camara Municipal aos vinte e seis de Maio de mil novecentos e trinta e quatro.

O Administrador do Concelho

Jaime Rodrigues Pinheiro

Edital assinado por Jaime Rodrigues Pinheiro, como Administrador do Concelho, estabelecendo o horário de abertura das tabernas

15.7 O NOVO RESTAURANTE VARANDA DO ALENTEJO (2013)

A família Rosado, que ao longo do século passado deixou marcas do seu empreendedorismo na Praça do Pelourinho, contribuiu uma vez mais para a qualificação da oferta turística na vila através da renovação completa do seu antigo restaurante. O projecto é do Arq. João Bucho e insere-se numa linguagem assumidamente contemporânea, cuja integração estética no ambiente urbano da vila se faz, sobretudo, através dos materiais que privilegia: a pedra e a madeira. O imóvel ocupou, quer a área do antigo restaurante, de dimensões muito reduzidas, quer a do quintal anexo que lhe servia de esplanada no verão. A nova escala, imprescindível para a rentabilidade do projecto, respeitou, contudo, a cêrcea preexistente e manteve alguns elementos arquitectónicos antigos, como foram a grande parede do quintal e os vãos das portas, uma vez que toda a restante edificação, sem qualidade arquitectónica, datava de 1987. Também a relação básica espaço-

-função foi mantida, renovando-se o café do piso térreo, também com a função de sala de espera do restaurante. Em termos genéricos, o conceito seguido foi o de construir uma sala aberta para a paisagem – tentação quase inevitável em Marvão e que já havia sido seguida pelo restaurante da Pousada de Santa Maria (1967) -, o que implicou, necessariamente, a construção de grandes vãos envidraçados, marcados agora por pilares de granito maciço e sem decoração, ao contrário das colunas do referido restaurante dos anos 60, a cair num certo revivalismo neoclássico, serôdio, tão ao gosto do Estado Novo. Em sítios e espaços urbanos de património tão denso, como Marvão, também há lugar ao contributo dos novos tempos, aliás, como sempre aconteceu. Só se pede autenticidade e uma certa contenção/respeito/bom senso na diferença, o que pensamos ter acontecido neste caso.

RUA DA PORTA DA VILA, TERREIRINHO E SUA TRAVESSA

15.8 A RUA DE ENTRE MUROS

Há uma ocorrência esporádica, nos róis de confessados, de uma “Rua d’Entre Muros”⁽¹⁹⁾ que poderá corresponder à barbacã nascente, onde vemos construída uma casa na planta de 1814, embora com uma coloração que a sinaliza como edifício militar. No entanto, em 1833, o registo do respectivo rol apresenta, na dita rua, 1 fogo, com 5 residentes, podendo ter acontecido que aquele antigo (armazém?) militar passasse a moradia. Podemos, inclusivamente, observar o edifício em foto da DGEMN de 1948.



Restaurante Varanda do Alentejo



Um antigo armazém militar na barbacã que poderá ter servido de moradia (SIPA FOTO.00166989) (1948)

Esta barbacã vem a ser vendida, mais tarde, em 1902, em hasta pública, a Christovam Forte Carvalho, conforme documento que reproduzimos abaixo. O novo proprietário era tio do Prof. José Pinheiro, pela parte da mãe. E foi o dito sobrinho que a herdou e vendeu novamente ao Estado durante o Estado Novo. A sugestão (melhor dizendo, a pressão) para tal partiu de Jeremias da Conceição Dias, então Delegado dos Monumentos Nacionais, cujo objectivo era o de acabar com a utilização da liça como curral e o de proporcionar a sua disponibilização aos turistas.

Dom Carlos, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Faço
saber aos que esta Carta de pura e irrevogável venda virem, que, precedendo as diligencias,
annuncios e solemnidades da lei e estylo, arrematou em hasta publica na repartição
de fazenda do districto de Portalegre, no dia vinte e nove
de novembro de mil quatrocentos e dois, Christovam
Forte Carvalho

pela quantia de Cincoenta mil e cem
réis, na conformidade das Leis de 13 de julho
de 1863 e 22 de dezembro de 1870, o seguinte predio, que pertencia á fazenda nacional
pela

e sob o numero quatorze
foi posto á venda na lista mil quatrocentos e nove B.
a saber: Quocella de charvão - Thu fasso na Porta
da Vila e de Ródão, freguesia de Santarreja
na Praça de charvão; eufrenta do norte
suje oeste com a muralla e leste com as q.
plauadas,

Extracto da "Carta de pura e irrevogável venda" da barbacã a Christovam Forte Carvalho



PORTUGAL. - VILA DE MARVÃO. - Vista parcial

Fotografia da barbacã que foi vendida em 1902, entre as Portas da Vila e de Ródão, em postal ilustrado da
coleção de Cezar dos Reis (anos de 1930)

NOTAS

1) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002 (1764–1770), folhas n.º(s) 22 v.º a 24.

2) São as seguintes, as ruas apresentadas: Corredoira, Travessa do Adro, Rua do Sabugueiro, Rua de João Garçaõ, Rua de S. Thiago, Rua do Embique, Rua do Rellogio, Rua de Cima, Rua de Bacho, Rua do Corro, Rua da Porta da V.ª e Prezos; a seguir vem o “Campo”. AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002 (1764–1770).

3) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808–1826), folhas n.º(s) 71 v.º e 72.

4) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05-1834/07/28), folhas n.º (s) 27 v.º a 30. Neste ano, o imposto foi cobrado por um dos moradores da rua, “Christovão Luis Forte Recebedor que foi do Imposto das Janellas no anno de 1832 e 1833” (folha n.º 38).

5) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/03 (1832/04/02-1834/07/28), folhas n.º(s) 18 v.º a 20 v.º.

6) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/012 (1831/03/22-1834/07/28). Ruas registadas: Rua da Corredoura, Rua do Sabugueiro, Rua do Padre Julio, Rua de S. Thiago, Rua de João Garçaõ, Rua de Sima, Rua da Caganita, Rua de baicho, Terreiro, Rua dos Marroios, Rua da porta da Villa, Rua do Espirito Sancto e Rua do Embique.

7) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05-1834/07/28).

8) Informação prestada por Joaquim Diogo Simão (1941 -)

9) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV (B-E/01/003), acta de 27 de Outubro de 1928, folhas n.º(s) 70 e 70 v.º.

10) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV (B-A/01/126), acta de 23 de Novembro de 1946, folhas n.º(s) 108 v.º e 109.

11) <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=125066> (Decreto de concessão de 12 de março de 1947).

12) “Proposta do Ministro do Interior, de 21 de novembro de 1933, para o grau de Oficial. Solicitados mais esclarecimentos. Nova proposta do Ministro do Interior, de 1 de março de 1947, para o mesmo grau. Decreto de concessão de 12 de março de 1947”. (<http://arquivo.presidencia.pt/details?id=125066>).

13) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/131, acta de 27 de Agosto de 1964, folhas n.º(s) 131 e 131 v.º.

14) Em acta de 24 de Outubro de 1963, damos conta da preparação da primeira reunião para a organização das comemorações. AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/131, acta de 24 de Outubro de 1963, folha n.º 61.

15) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/003 (1771 – 1778), folha n.º 71.

16) Informação de Fernanda Gomes Rosa (1956-).

17) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004 (1930/01/30-1934/07/31).

18) Informações de José Pinheiro (1931-).

19) Por exemplo, em AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/008, ano de 1833, folha n.º 61.



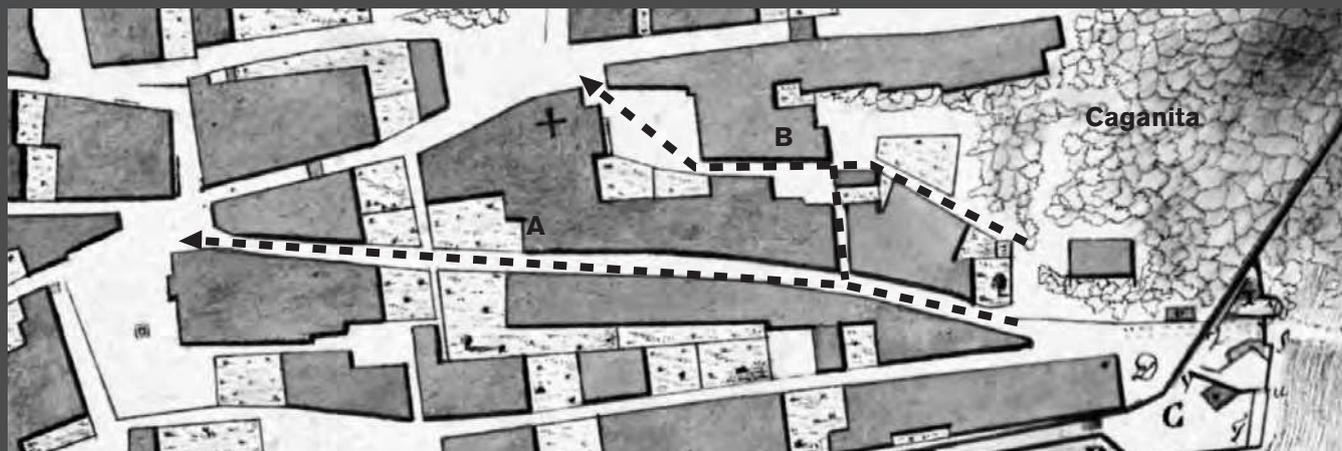
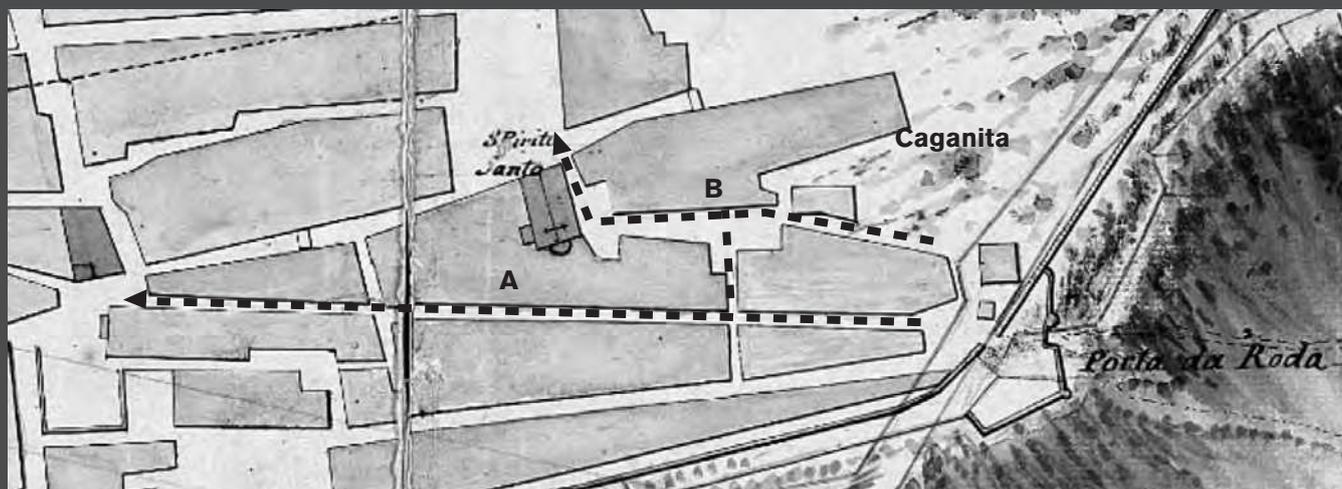
Desenho de João Bucho (2005)



Portas de Rodão – Uma das entradas da Vila de Marvão.

16

**RUA DE CIMA, TRAVESSA DO HOSPITAL
E CAGANITA**



Rua de Cima (A), a Trav. do Hospital (B) e a Caganita nas plantas militares de 1765 (imagem de cima) e de 1814

16.1 RUA DE CIMA, TRAVESSA DO HOSPITAL E CAGANITA

16.1.1 IMPORTÂNCIA URBANÍSTICA E TOPONÍMIA

Conjuntamente com a Rua de Baixo, tem uma designação caracteristicamente medieval porque estabelecida pela tradição. É hoje uma das ruas mais movimentadas da vila porque conduz directamente da Porta de Ródão ao centro, ou seja, à Praça, por automóvel, o que é impossível acontecer através da Porta da Vila, com um trânsito demasiado sinuoso e apertado. Este acréscimo de importância viária obrigou ao alargamento/alteamento dos arcos das duas portas (cerca urbana e barbacã) no ano de 1957, obviando a “uma séria dificuldade de manobra para os veículos dos turistas que pretendem entrar na vila”⁽¹⁾.

Entre 3 Novembro de 1910 e 22 de Setembro de 1942, esta rua teve a designação de Rua da República, desembocando na Praça do Pelourinho que, na altura, se chamava Praça da República.



Zona da Caganita (foto anterior a 1945)

16.1.2 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

Esta era outra das ruas segmentadas, pertencente às duas freguesias. Muito provavelmente, a divisória seria a actual Travessa do Chabouco, pertencendo o segmento norte, com muito mais fogos, a Santa Maria, e o segmento sul a São Tiago.

Em 1765, a parte de São Tiago tinha 6 fogos e 18 residentes⁽²⁾. Relativamente às profissões dos cabeças-de-casal, refiram-se: 2 militares (o Tenente M.el Fra.º Patrão, de 50 anos, e o Alferes João de Mattos, de 38) e um sacerdote (R.dº P.e João Viegas). Aparecem também registadas 2 viúvas e um residente sem profissão (Na.º M.el Cotão, de 40 anos).

No mesmo ano, na parte da rua pertencente a Santa Maria, constam 13 fogos com 44 residentes: o escrivão Vitor Grasão Roma, 1 cardador, 1 moleiro, 1 carpinteiro, 1 trabalhador, 1 lavrador, 1 sapateiro, 2 indivíduos sem

profissão referida, 2 mulheres solteiras, 2 viúvas e 1 viúvo.

Em 1814, a parte respeitante a São Tiago apresentava 8 fogos e 26 residentes⁽³⁾. As profissões registadas dos cabeças-de-casal eram as seguintes: 1 ferrador, 1 madeireiro e 1 militar (Capitão J.e Ant.º Serpa, de 62 anos). Aparecem também registadas 2 viúvas, 1 mulher solteira e 2 residentes sem profissão (Joaquim Lopes Serpa, de 54 anos, e Joaquim Glz Pinnadas, de 25).

Na parte de Santa Maria, com 17 fogos e 74 residentes, não se registaram as profissões para a maioria dos cabeças-de-casal: 1 carpinteiro, 1 mulher solteira, outra viúva e 14 homens dos quais apenas um é mencionado ser D.ºr (doutor): Gregório do Nascim.tº⁽⁴⁾.

16.1.3 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

Observando as plantas de 1765 e de 1814, não podemos destrinçar o lado esquerdo do lado direito da rua, uma vez que a extensão do edificado é praticamente a mesma.

No registo do Novo Imposto das Janelas de 1833⁽⁵⁾ temos, do “L.dº esquerdo”:

1. *Cazas de Manoel Antunes* (1A)
2. *Cazas de Manoel Nunes de Sequeira* (1A)
3. *Ditas de Lourenço Mauricio* (2A)
4. *Ditas de Carlos Antunes* (1A)
5. *Ditas de Joze Antonio (?)* (3A)
6. *Cazas de Francisco Martins Roma* (2A-1T)
7. *Ditas de Carlos Simoes* (1A-1T)
8. *Ditas de Joaquina Gonçalves Pinadas* (1A)
9. *Cazas de Joaquina Antunes* (1A)
10. *Ditas dos herdeiros de Francisca Marchoa* (2A)
11. *Ditas de Joaquim Pinadas* (3A)
12. *Ditas do Reverendo Prior da Matris* (2A-1T)

O mesmo imposto, do lado direito, apresenta⁽⁶⁾:

13. *Cazas da Viuva de Joze Martins* (3A)
14. *Ditas de Joaquim Antonio Rosa* (2A-1T)
15. *Cazas de João Baptista Botelho* (1A-1T)
16. *Ditas de João Rodrigues (Cassador?)* (2A)
17. *Ditas de Valentim Machado* (1A)
18. *Ditas do mesmo Valetim Machado* (3A)
19. *Cazas do Padre Francisco (do Lopes?)* (4A)
20. *Ditas de Jeronima Joaquina* (2A-1T)
21. *Cazas de Francisco Carrilho* (1A)
22. *Ditas de João Lopes Abelho* (1A)
23. *Ditas de Joze Maria Carneiro* (2A)
24. *Ditas de Jozefa Clara* (1A)
25. *Cazas de Joze de Oliveira* (1A)
26. *Ditas de Luis Nunes* (1A-1T)

RUA DE CIMA, TRAVESSA DO HOSPITAL E CAGANITA

Observando o património edificado que chegou aos nossos dias, verificamos que as casas foram muito mexidas, quer por junção de unidades, dando origem a edifícios maiores, quer na renovação de fachadas, não se podendo saber que janelas possuíam antes das intervenções. Assim sendo, resta-nos apenas destacar os edifícios que nos parecem não intervencionados nos tempos mais próximos e tentar, através deles, saber a que pontos cardeais correspondem os lados esquerdo e direito do registo dos impostos. Do lado nascente, seleccionamos, por exemplo, a casa da família Mota, n.º(s) 9 e 9A (3A-1T); no entanto, nenhum registo do Imposto das Janelas pode corresponder-lhe. Outra casa que nos parece pouco alterada é a casa da família Alves, n.º(s) 19-19A (2A), que podemos fazer corresponder a duas situações do lado esquerdo e a outras duas do direito. Relativamente à casa dos herdeiros de Manuel Garcia (n.º 5) (2A-1T), sabemos, por testemunho da família, que a janela de baixo não existia, por isso, consideramos apenas as duas dos altos, o que também tem correspondência nos dois lados. Do lado poente apontaremos somente a fachada do n.º 2 (casa da D. Lurdes Efe) (1A), apresentando uma janela do piso térreo que, claramente, resultou de uma antiga porta; mas para esta casa temos várias correspondências no levantamento do imposto em causa e para os dois lados. Concluindo: com as informações que hoje possuímos, é impossível fazermos qualquer identificação segura.

Também a Contribuição da Décima não faz luz sobre o problema porque as casas que pagavam maior imposto não podem ser identificadas, hoje, devido às intervenções que tiveram lugar nos séculos XIX e XX. Contudo, deixamos o registo deste imposto em 1833⁽⁷⁾:

a) Rua de Sima Ld.º direito

- *Cazas da Viuva de Joze Martins Cavaco em que vive (...)* 90
- *Ditas Joaquim Antonio Rolla alugadas a Joaquim Abelho (...)* 270
- *Ditas de João Baptista Botelho em que vive (...)* 90
- *Cazas de João Rodrigues Cassador em que vive (...)* 90
- *Ditas de Valentim Machado alugadas (...)* 90
- *Ditas do mesmo em que vive (...)* 180
- *Ditas dos herdeiros de Antonio Silverio em que vive (...)* 270
- *Ditas de Jeronima Joaquina em que vive (...)* 180
- *Cazas de Francisco Carrilho Vilhena em que vive (...)* 45
- *Ditas de João Lopes Abelho alugadas (...)* 90
- *Ditas de Joze Maria Carreira em que vive (...)* 90
- *Ditas de Jozefa Clara em que vive (...)* 45
- *Ditas de Joze de Oliveira em que vive (...)* 45
- *Cazas de Luis (?) de Sequeira em que vive (...)* 72

b) Rua de Sima Ld.º esquerdo⁽⁸⁾

- *Cazas de Manoel (Antunes?) em que vive (...)* 90
- *Ditas de Manoel Nunes de Sequeira em que vive (...)* 72
- *Ditas de Lourenço Mauricio em que vive (...)* 45
- *Cazas de Carlos Antunes em que vive (...)* 36
- *Ditas de Joze Antonio (?) em que vive (...)* 180
- *Ditas de Francisco Martins Roma em que vive (...)* 180
- *Ditas de Carlos Simoes em que vive (...)* 72
- *Ditas dos herdeiros de Antonio do Sacramento fechadas*

- *Cazas de Joaquina Antonia foreiras a Misericórdia não paga Decima*
- *Ditas dos herdeiros de Francisca Clara Veuva alugadas (...)* 45
- *Ditas de Joaquim Pinadas fechadas*
- *Ditas do Reverendo Prior da Matris alugadas a Victor da Roza (...)* 45



Início da Rua de Cima (foto posterior a 1947)



A Rua de Cima em 1967 (SIPA FOTO.00167129)

16.1.4 A ESCOLA PRIMÁRIA PARA AMBOS OS SEXOS

Pelos anos 60 do séc. XIX, a Câmara adquiriu, nesta rua, um edifício pertencente à família Matos Magalhães para nela instalar uma nova escola primária para ambos os sexos e onde viria a habitar, também, a respectiva professora. Este edifício situava-se no lado nascente, no espaço onde hoje está a Casa do Povo, n.º(s) 11-15. A intensão de compra aparece na acta camarária de 17 de Agosto de 1867, referindo-se o seguinte: "(...) para a aquisição da casa que se tem projectado comprar a Jeronimo de Mattos Magalhães na rua de Sima desta Villa afim de nellas se collocarem as duas escolas do sexo masculino e feminino existentes na mesma villa (...)"⁽⁹⁾. A compra efectivou-se nesse mesmo ano, uma vez que na acta da sessão de 31 de Agosto de 1867, faz-se referência a um orçamento suplementar para as "casas que se comprarão a Jeronimo de Mattos Magalhães para se alargarem as sallas e casas para as duas escolas d'ensino primário desta villa, e conserto de alguns assoalhados (...)"⁽¹⁰⁾. E se consultarmos o tomo das propriedades municipais (1868-1895), este prédio está registado:

N.º 5 Predio de casas na villa de Marvão, rua de Cima, em que funcionam as escolas de instrucção primaria de ambos os sexos e onde reside a professora; tem quintal contiguo e confronta pelo norte com prédio de casas e quintal de Margarida da Conceição Ferreira, pelo sul com Chabouco e casas de Pulcheria; viúva de Jose Luiz da Ignacia, pelo nascente com rua de Baixo e pelo poente com rua de Cima". À margem: "Adquirido por escriptura de compra de 22 de agosto de 1867 lavrada na acta da Camara"⁽¹¹⁾.



Traseiras da Rua de Cima. Foto s. d. tirada da Praça

Cruzando e interpretando a informação, podemos concluir que já existiam, ao tempo, duas escolas primárias, cada uma para seu sexo, que foram transferidas para o edifício que se comprou em 1867, nesta rua, e se reabilitou para o efeito. Daqui passariam para a Escola do Corro que funcionou até c. 1960. O edifício da Rua de Cima pertencia à família Mattos Magalhães, para onde veio viver o futuro doutor António de Mattos Magalhães, em 1862, com seus pais (Jerónimo e Antónia) e irmãos (José e Eduardo). Sendo adquirido pela Câmara em 1867, obrigou a que a referida família se realoiasse na Rua de Baixo. Acrescentamos, ainda, que o edifício da antiga

Escola da Rua de Cima foi arrendado a Fernando Machado Medeiros, por 40 escudos por mês, no ano de 1947 (acta camarária de 12 de Abril).

Ainda a respeito de escolas, colhemos a seguinte informação, de difícil interpretação, em acta de 1933: foi convertida em mista a "escola feminina", "que passou a funcionar no edifício das extintas escolas masculinas, deliberou a Comissão oficial á Direcção da Sociedade Recreativa Marvanense, agradecendo a cedência que fizeram de umas salas para instalação das escolas femininas e pedindo notas das importâncias (...) pela cedência das respectivas salas"⁽¹²⁾. No capítulo Bandas, Sociedades Recreativas e Actividade Teatral, voltaremos a falar desta sociedade.

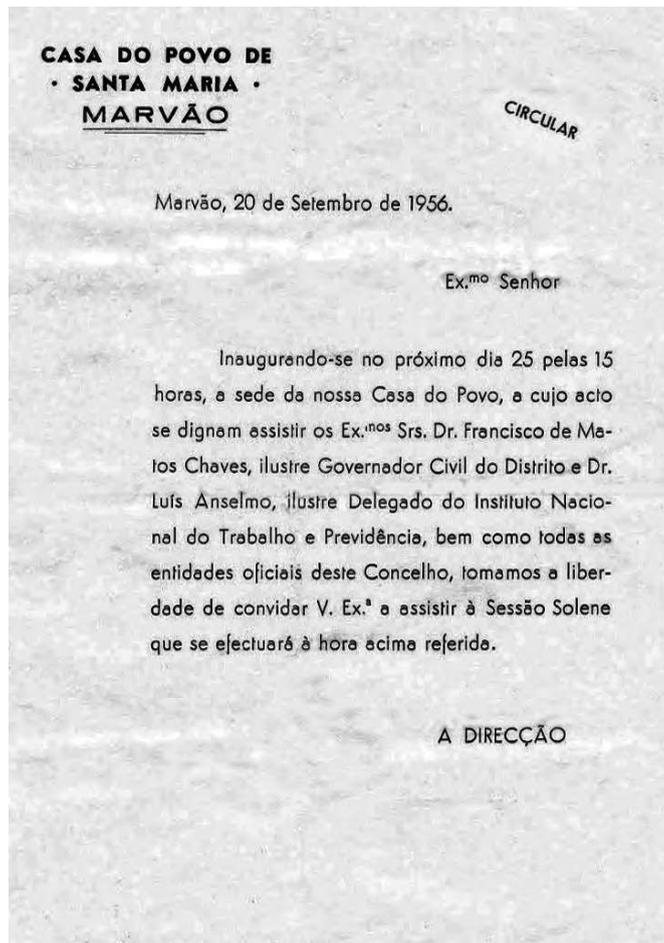
16.1.5 A NOVA SEDE DA CASA DO POVO

Com a criação das Casas do Povo (Decreto-Lei n.º 23 051 de 23 de setembro de 1933) – organismos dotados de personalidade jurídica com a missão de colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades rurais e zelarem pela respectiva previdência social -, veio a destinar-se, em 1949, para a sua instalação definitiva, o espaço ocupado pelo edifício da referida escola primária. Como já referimos no Capítulo Rua do Espírito Santo, a Casa do Povo esteve instalada no actual edifício da mercearia e Estalagem de Marvão. Foi, de facto, em 1949, que se realizou a "Venda da antiga Casa da Escola à Casa do Povo de Santa Maria. O senhor Vice-Presidente informou a Camara de que estava a mesma já superiormente autorizada (...)"⁽¹³⁾. A nova e definitiva sede da Casa do Povo, que se veio a construir por fases, seria inaugurada no dia 25 de Setembro de 1956. Registe-se aqui a falta de invenção do seu projectista que, desculpável pela integração do projecto no revivalismo serôdio do Estado Novo, a que muitas vezes se era pura e simplesmente obrigado pelas autoridades, se limitou, no caso do portal, a copiar o do n.º 19 da mesma rua, poucos metros mais acima.



A Rua de Cima, em 1962, mostrando, do lado esquerdo, a Casa do Povo com terraço cobrindo o piso térreo (SIPA FOTO.00167251)

RUA DE CIMA, TRAVESSA DO HOSPITAL E CAGANITA



Convite para a inauguração da Casa do Povo a 25 de Setembro de 1956 (doc. avulso do espólio de António Garcia)



A Casa do Povo, hoje. Ao lado, a esplanada do bar sobre a paisagem

16.1.6 OS PETISCOS DO MARCELINO E O BAR DA CASA DO POVO

Com uma existência curta, o bar do Marcelino (Rua de Cima, n.º 3) também confeccionava petiscos. Abriu as suas portas no ano de 1981. Marcelino Gavancha Baptista fora o rendeiro, desde os anos 60 do século passado, do bar da Casa do Povo, de onde saiu para entrarem, no dia 1 de Julho do referido ano, os actuais arrendatários: José Manuel e Irene Mena.



O Bar da Casa do Povo no princípio dos anos 60. Da esquerda para a direita: António Garcia, José Bugalhão, João Mena e Fernando Carita



António Andrade e Marcelino Baptista, petiscando no bar da Casa do Povo, enquadrados por uma farta garrafeira

Até à sua morte (2007), a casa do Marcelino era bem conhecida dos amantes da cozinha regional, ficando famosas as sopas de sarapatel e o ensopado de borrego que ganharam fama ainda na Casa do Povo. Vinha gente de Portalegre, de Castelo de Vide e também de Espanha, satisfazendo-se esta última clientela com pratos de uma culinária mais "extremeña", com forte presença do pimentão-doce que não agradava muito aos locais⁽¹⁴⁾. A viúva (Maria Mendes Baptista) manteve a casa aberta durante alguns anos, mas funcionando apenas o sector das bebidas.



O Bar da Casa do Povo na actualidade

Pois o bar da Casa do Povo, com José Manuel e Irene, continuou, até aos nossos dias, servindo boa cozinha regional no restaurante com entrada pela Rua de Cima ou, quando o tempo o permite, na esplanada de onde se desfruta, para os lados de Espanha, um panorama soberbo.

16.1.7 OUTROS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Pelos anos de 1940, lembra-se Edite Mourato Silva (1931-) que no n.º 21 o Manuel Monteiro cortava barba e cabelo e arrancava dentes, como era costume acontecer nas barbearias antigas. Já no n.º 23, tinha as portas abertas da sua loja o Sr. Caldeira, representante das máquinas Singer, padrinho da nossa testemunha.

Uma pequena referência à loja do Sr. José Bugalho, cujo vão da montra ainda hoje se pode observar no n.º 17, entaipado com madeira. Era mais uma daquelas lojas que vendiam de tudo um pouco, mas sobretudo mercearias. A certa altura passou o seu estabelecimento para a Rua da Porta da Vila n.º 16, onde hoje se localiza o alojamento turístico Varanda do Alentejo, renomeando-o Café Moka com o acrescento desta actividade comercial. E ficou na história: para a sua casa veio a primeira televisão na vila. José Bugalho, que era também alfaiate, fechou o seu estabelecimento nos meados da década de 60, indo viver para Lisboa. O comércio foi então tomado pelo casal Joaquim e Antónia (Estriga), pais da D. Hermínia Caldeira - assim os referenciam na vila -, que por sua vez encerraram o estabelecimento nos primeiros anos da década de 70⁽¹⁵⁾. Este casal possuía uma taberna/mercearia mais abaixo, na Travessa do Terreirinho, nas primeiras portas do lado sul.

Pelos finais dos anos 60 e até princípio dos 70, registe-se, ainda, a existência de uma taberna popularmente chamada da Tia Maria do Matias, na mesma porta onde está hoje a loja de artesanato Poial da Artesã, de Luísa Assis (n.º 4A). E fica registada com uma pequena nota interessante: tinha vinho produzido na zona dos Marvõezinhos, onde ainda se detectam algumas cepas.

RUA DE CIMA, TRAVESSA DO HOSPITAL E CAGANITA

16.1.8 VALORES ARQUITECTÓNICOS

Apesar de muito mexida, como já o salientámos, esta rua ainda apresenta casas de arquitectura vernácula de bom porte e com algum grau de conservação. Mas é sobretudo na decoração de vãos que merece referência o n.º 19, pertencente à família Alves: um portal mudéjar (sécs. XV/XVI), de arco em cortina, com carranca ao alto e jambas facetadas com moldura na base e imposta saliente a meio, decorada com geometrismos. Curiosamente, este portal tem outro muito semelhante, em Castelo de Vide, na Rua de Santo Amaro. Uma das janelas do edifício apresenta, gravada em relevo, uma cruz de Cristo (?) com dois botões no braço de baixo. Seria a marca do proprietário, neste caso da Ordem de Cristo? Não esqueçamos que o Infante D. Henrique (Grão-Mestre da Ordem a partir de 1420) poderá ter recebido a alcaidaria em 1433, doando-a ao fidalgo de sua casa Rui Sousa.



Elementos arquitectónicos e decorativos do edifício da Rua de Cima n.º 19

Refira-se, também, uma janela do prédio fronteiro (n.º 16), esquadrihada, com sobreverga e dois cachorros, decoração de vão que podemos enquadrar no séc. XVI.



Janela da Rua de Cima n.º 16

16.2 CAGANITA E TRAVESSA DO HOSPITAL

Uma pequena nota para justificar a toponímia. Relativamente à travessa, é facilmente compreensível que assim se chamasse, uma vez que corria ao lado do Hospital da Misericórdia. Relativamente à Rua da Caganita - embora geralmente não apareça como rua mas como sítio -, trata-se de uma zona pedregosa, alcantilada e esconsa onde os habitantes da vila faziam as suas necessidades, a exemplo de outros locais, com a mesma designação, noutras cidades (Portalegre, por exemplo). Não esqueçamos que os esgotos só se constroem em Marvão nos anos quarenta do séc. XX e que, ainda em 1861, se autorizava os moradores, em postura municipal, a deitarem "ourinas" para a rua a partir de determinada hora da noite.

16.2.1 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

A) CAGANITA

Em 1765, esta rua tinha 4 fogos e 19 residentes⁽¹⁶⁾. Relativamente às profissões dos cabeças-de-casal, refiram-se: 1 serrador, 1 sapateiro, 1 cardador e 1 mulher de um ermitão.

Em 1814, apresentava 3 fogos e 9 residentes⁽¹⁷⁾. Como profissões dos cabeças-de-casal, refiram-se 2 jor.ros, aparecendo também registada uma viúva.

B) TRAVESSA DO HOSPITAL

Em 1765, esta rua tinha 6 fogos e 30 residentes⁽¹⁸⁾. Relativamente às profissões dos cabeças-de-casal, refiram-se: 1 lavrador, 1 porteiro, 1 hospitaleiro, 1 auzente, 1 cardador e um almocreve.

Em 1815 (não há registos nesta rua no ano anterior), apresentava 3 fogos e 13 residentes⁽¹⁹⁾. Nos cabeças-de-casal aparecem registados 1 homem sem profissão definida, 1 mulher solteira e 1 viúva.

16.2.2 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

No registo do Novo Imposto das Janelas, de 1833⁽²⁰⁾, temos, na Rua da Caganita:

1. *Cazas do Bacharel Grigorio do Nascimento Canario* (6A)
2. *Ditas de Victorino Dias Marques* (2A)
3. *Ditas de João Dias da (Maseira?)* (1A)
4. *Cazas dos herdeiros de João Pacheco de Castello de Vide* (1A)
5. *Ditas de Francisco Antunes* (1A)
6. *Ditas de João Fatela* (1A)
7. *Ditas da Veuva de Fellix Correia* (1A)

Na Contribuição da Décima, a mesma rua apresenta⁽²¹⁾:

1. *Cazas do Dr. Grigorio do Nascimento Canario alugadas* (360)
2. *Ditas de Victorino Dias Marques em que vive* (90)
3. *Ditas dos herdeiros de Francisco do Valle fechadas*
4. *Ditas dos herdeiros de João Pacheco de Castello de Vide alugadas* (180)
5. *Ditas de Francisco Antunes fechadas*
6. *Ditas de João Fatella em que vive* (45)
7. *Cazas da Veuva de Fellix Correia em que vive* (45)

Dado o número de casas arroladas nesta rua e pela ausên-

cia de registos referentes à Travessa do Hospital, concluímos que estão aqui englobadas as casas de ambas as ruas. Repare-se que o somatório de fogos registados em 1814/15, referente a ambas as ruas, é de 6, passando para 7 em 1833, o que parece confirmar a nossa suposição. Também consideramos que o que é hoje a Travessa da Silveirinha estaria englobada, em termos de registo, na Travessa do Hospital. A não ser assim, como justificar a existência de 6 fogos na Travessa do Hospital? Nota-se que num muro desta travessa, sem reboco, do lado poente, pertencente a um quintal de uma das casas da Rua do Castelo, existem vestígios de vãos, posteriormente emparedados, que pertenciam à fachada de uma moradia. Mas uma casa desaparecida não é suficiente para imaginar onde poderiam localizar-se os sete fogos da Rua da Caganita em 1833.

Seríamos tentados a colocar a hipótese de ter funcionado aí uma dependência do Hospital da Misericórdia que, ao desaparecer, teria dado lugar ao topónimo Travessa do Hospital Velho (ver capítulo Largo do Espírito Santo). Mas também esta hipótese não é sustentável porquanto não encontramos qualquer referência à existência de instalações hospitalares, no sítio, no respectivo Tombo. Permanecerá um mistério por descobrir.

Relativamente à tentativa de fazer corresponder moradores dos séculos XVIII ou XIX às casas que actualmente existem, pensamos que, apesar das modificações operadas, só há uma casa na zona que poderá ter tido 6 janelas de altos e pagar 360 réis de Décima: a casa onde vive a família Tavares, isolada, à direita de quem entra pela Porta de Ródão. Pertencia ao “Dr. Grigorio do Nascimento Canario” que a tinha alugada.



A antiga zona da Caganita na actualidade



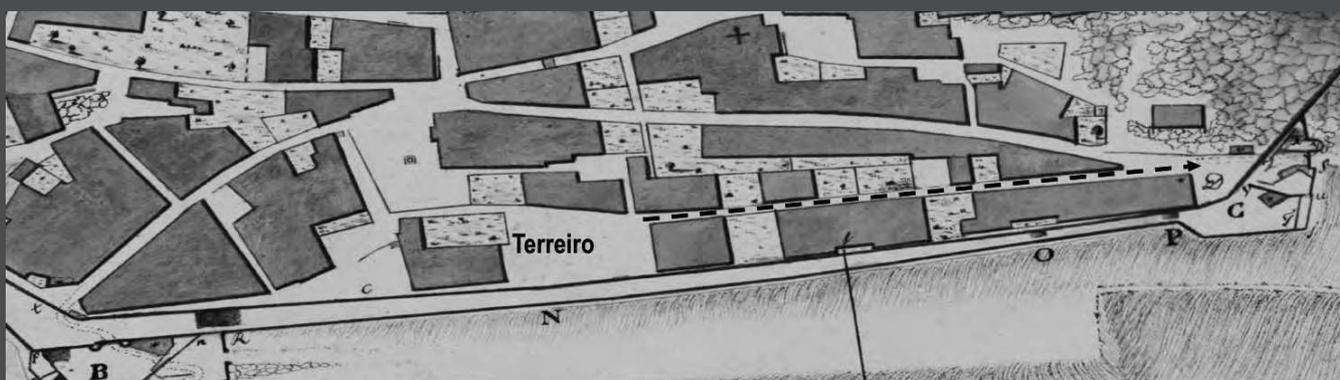
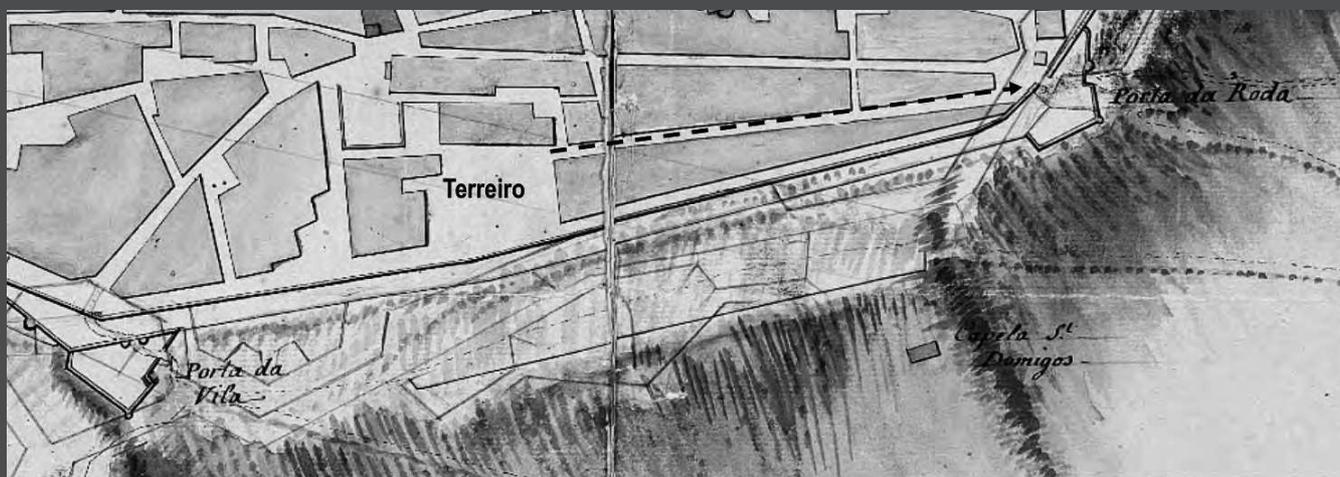
Óleo de Renato Torres (Casa-Museu José Régio), s. d.

- 1) Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1957.
- 2) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002 (1764-1770), folhas n.º(s) 20 v.º e 21.
- 3) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808-1826), folha n.º 69 v.º e 70.
- 4) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/04 (1814-1835), folhas n.º (s) 3 v.º a 4 v.º.
- 5) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05-1834/07/28), folhas n.º(s) 17 a 18 v.º.
- 6) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05-1834/07/28), folhas n.º(s) 15 a 17.
- 7) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/013 (1832/04/02-1834/07/28), folhas n.º(s) 11 a 13.
- 8) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/013 (1832/04/02-1834/07/28), folhas n.º(s) 13 a 14.
- 9) AHMM, Mç 7, ACTAS DE VERAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/112, acta de 17 de Agosto de 1867, folhas 181 e 181 v.º.
- 10) AHMM, Mç 7, ACTAS DE VERAÇÃO, PT/CMM/CMM/B-A/01/112, acta de 31 de Agosto de 1867, folhas 182 a 183.
- 11) AHMM, Mç 25, INVENTARIO DE BENS E DO ARQUIVO, CMMRV/C-F/01/005 (1895/10/20), folha n.º 4.
- 12) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 29 de Abril de 1933, folha n.º 126 v.º.
- 13) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VERAÇÃO, CMMRV/B-A/01/127, acta de 10 de Fevereiro de 1949, folha n.º 20.
- 14) Informações de António Andrade (1938-), Joaquim Diogo Simão (1941-) e José Rijo (1968-).
- 15) Informação de Maria do Céu Alves Garcia (1948-), Joaquim Diogo Simão (1941-) e Angélica Sousa (1949-).
- 16) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/001 (1763-1780/04/20), folhas n.º(s) 13 v.º e 14.
- 17) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/004 (1814-1835), folha n.º 3 e 3 v.º.
- 18) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/001 (1763-1780/04/20), folha n.º 13 v.º.
- 19) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/004 (1814-1835), folha n.º 8 v.º.
- 20) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 (1832/07/05-1834/07/28), folhas n.º(s) 19 a 19 v.º.
- 21) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/012 (1831/03/22-1834/07/28), folha n.º 14.



17

RUA DE BAIXO E TERREIRO



A Rua de Baixo e o Terreiro em plantas militares de 1765 (imagem de cima) e de 1814

Em cima: sequência de vãos, junto ao passo processional do Terreiro, em 1948 (SIPA FOTO.00166965, pormenor)

17. RUA DE BAIXO E TERREIRO

17.1 IMPORTÂNCIA URBANÍSTICA E TOPONÍMIA

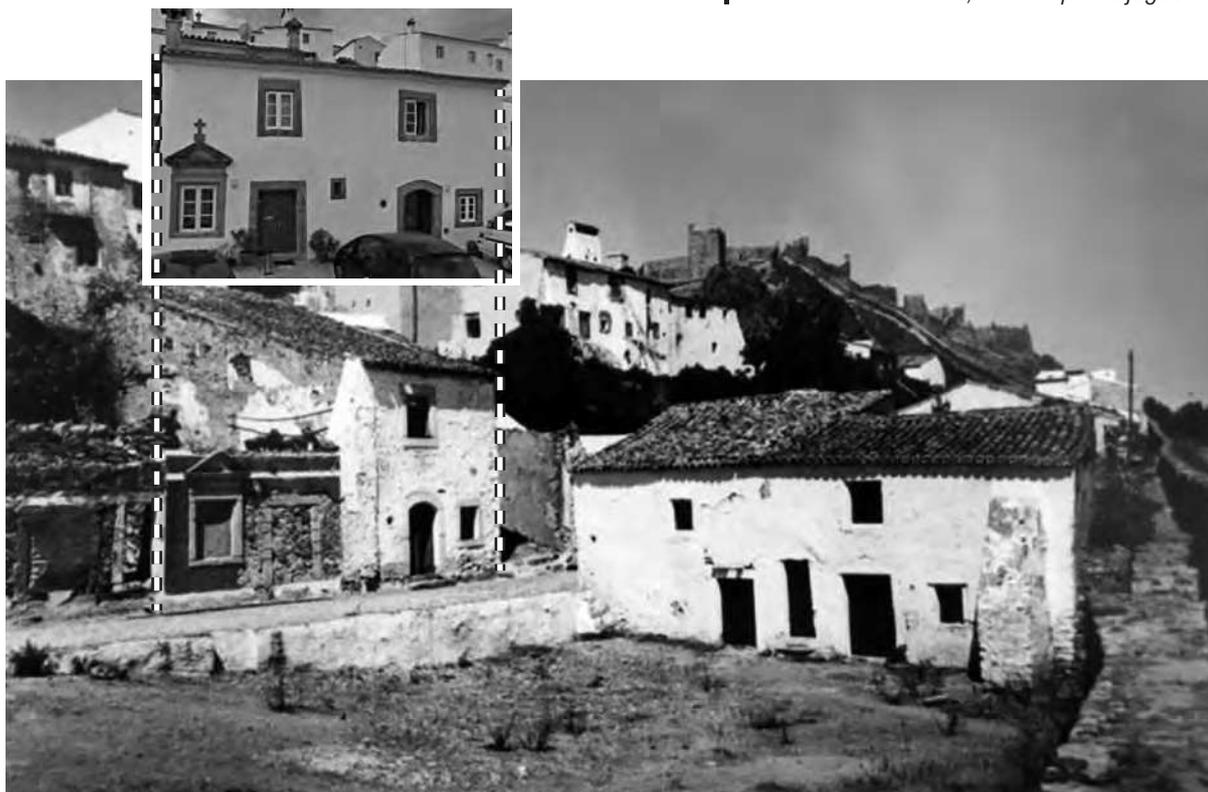
Como já referimos a propósito da Rua de Cima, a Rua de Baixo também tem uma designação caracteristicamente medieval porque estabelecida pela tradição. É hoje uma das ruas mais movimentadas da vila porque, começando na Porta de Ródão, inicia a circunvalação à vila, de automóvel, encostada à muralha, dando acesso à praça alta, nomeadamente à Conservatória de Registo Civil, Predial e Comercial, à Repartição e Tesouraria da Fazenda Pública, à Câmara Municipal e ao castelo. Entre 3 de Novembro de 1910 e 22 de Setembro de 1942, teve a designação republicana de Rua Miguel Bombarda. Por sua vez o Terreiro, passou a Largo de Olivença a 28 de Setembro de 1933⁽¹⁾, voltando à primitiva designação em 22 de Setembro de 1942. Pela mesma alteração toponímica anterior, a Rua do Terreiro, que conduz à Porta da Vila, passou a chamar-se Rua do Infante D. Henrique – alcaide de Marvão⁽²⁾, voltando ao nome primitivo em 1942. Finalmente, um engano engraçado: em 1806, o pároco que fez o assento dos confessados enganou-se e escreveu no rol, TERREIRO DO PAÇO⁽³⁾, designação que não aparece antes (1805) nem depois (1807).

A Rua de Baixo era, até meados do século passado⁽⁴⁾, uma rua muito mais extensa, exactamente porque o Terreiro tinha menos de metade da área que hoje apresenta, terminando a Rua de Baixo, lado nascente, mais a sul do que as

actuais escadas que dão acesso à Praça e à Rua de Cima. Aliás, no rol de confessados de 1765, o Terreiro não consta, ou seja, não está urbanisticamente diferenciado. Façamos contas: nesse ano, a Rua de Baixo tinha 22 fogos; em 1777, ao conjunto das ruas pertence agora o “terr.º do forno”, situado entre a “Rua de baixo” e o “Terr.º da Porta da V.ª”, nele vivendo o forneiro Fran.º Xavier, de 33 anos (6º fogo)⁽⁵⁾; ora nesse ano de 1777, a rua tinha 17 fogos e o terreiro 6⁽⁶⁾, o que significa que, antes, em 1765, por exemplo, o terreiro estava englobado nos registos da Rua de Baixo.



O Terreiro em fotografia aparentemente datada de 23.II.1958. As rampas foram eliminadas levantando-se o terreno do lado da muralha. Ao fundo, um campo de jogos



O Terreiro (1ª metade do séc. XX), ainda com uma casa a sul das escadas que dão para nascente. Não constando esta casa na planta de 1814, prova-se que a sua construção é posterior à data daquela planta. Segundo o Prof. José Pinheiro, habitavam a casa o João Lateiro e o Tio Lucas. Foi demolida em meados do século passado. Repare-se que a rua corre do lado poente sendo o restante terreno arrampado até à muralha

RUA DE BAIXO E TERREIRO



Inauguração do Largo de Olivença, provavelmente no ano em que recebeu esta nova designação (Acta de Vereação de 28.IX.1933). Veja-se o pormenor do pano que tapava a placa toponímica. De realçar, também, que só em Março de 1933 se mandam “modificar as rampas do Terreiro, de forma a facilitar o transito de vehiculos automóveis”, situação que não está ainda contemplada na foto. Durante as touradas, a banda tocava no então chamado “Quintal da Música”, espaço público onde agora está uma garagem, a norte do edifício que se vê na imagem. Identificação de três pessoas presentes: 1: Artur Bengala, irmão de Silvéria Bengala, madrastra do Prof. José Pinheiro; 2: Victorino, regente da banda; 3: Jaime Pinheiro, pai do Prof. José Pinheiro que identificou as três pessoas

17.2 DIVISÃO PAROQUIAL

Em 1765, a Rua de Baixo tinha, na parte pertencente a Santa Maria, 16 fogos com 48 residentes⁽⁷⁾, e na parte pertencente a São Tiago, 22 fogos com 83 residentes (o Terreiro não constava no registo)⁽⁸⁾.

Em 1814, a Rua de Baixo tinha, na parte pertencente a Santa Maria, 17 fogos com 47 residentes⁽⁹⁾, e na parte pertencente a São Tiago, 10 fogos com 45 residentes, apresentando o Terreiro com 4 fogos e 17 residentes⁽¹⁰⁾.

Com alguma probabilidade, a divisão paroquial far-se-ia na zona onde hoje desembocam as escadas que vêm da Rua de Cima. Repare-se que a parte norte da rua, logicamente pertencendo a Santa Maria, apresenta uma grande estabilidade de fogos e residentes nos dois anos considerados, ao passo que a parte sul, de São Tiago, varia consideravelmente. Também o Terreiro variou muito na sua área e edifícios construídos, como veremos mais à frente, o que terá provocado uma alteração correspondente no número de fogos e de residentes.

17.3 DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS REFERENTES AOS SÉCS. XVIII E XIX

a) Rua de Baixo

Em 1765, esta rua tinha 22 fogos e 83 residentes⁽¹¹⁾. Relativamente às profissões dos cabeças-de-casal, refiram-se: 1 cassador, 1 serrador, 1 prioste, 5 lavradores, 1 pescador, 2 sapateiros, An.tº Mri. de Carv.º Escrivão (55 anos), o Re.dº P.e M.el Roiz Sanches (49 anos), Francisco Xavier Sarg.tº Mor (30 anos), Mel Rebocho Port.rº (51 anos). Os registos apresentam, ainda, 2 solteiros, 4 viúvas e 1 outro homem, todos sem profissão definida. Note-se que este rol de confessados não tem qualquer referência ao Terreiro, à Rua do Terreiro ou à Travessa de Terreirinho, pelo que se considera que a Rua de Baixo englobava, neste ano, pelo menos, os actuais Terreiro e Rua do Terreiro.

Em 1814, a rua apresentava 10 fogos e 45 residentes⁽¹²⁾. As profissões registadas dos cabeças-de-casal eram as seguintes: 2 serradores, 2 jor.ºr, 1 pomareiro, 1 fornr.º e Ant.º Correa Nery (63 anos). Os registos apresentam, ainda, 3 viúvas sem profissão referida. Como é óbvio, e ao contrário do anterior, este rol de confessados discrimina o Terreiro mas não a rua do dito nem a Travessa do Terreirinho.

b) Terreiro

Em 1814, este largo apresentava 4 fogos e 17 residentes⁽¹³⁾. As profissões registadas dos cabeças-de-casal eram as seguintes: 1 canastreiro, 1 carpinteiro e o Alferes Vict.º Miz. de Crav.º (64 anos). Os registos apresentam, ainda, 1 mulher solteira sem profissão referida.

17.4 TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE ANTIGOS MORADORES DE ALGUNS EDIFÍCIOS, ATRAVÉS DO NOVO IMPOSTO DAS JANELAS E DO IMPOSTO DA DÉCIMA

No registo do Novo Imposto das Janelas, de 1832/33, a Rua de Baixo apresenta os seguintes elementos⁽¹⁴⁾:

a) Rua de baicho Ld.º direito:

1. *Cazas de Thome de Oliveira* (1A-1T)
2. *Ditas dos herdeiros de Joaquim de Oliveira* (2A)
3. *Ditas de Manoel (Concelho?)* (1A)
4. *Ditas de Joze Antonio (?)* (1A-1T)
5. *Cazas da Veuva de João Patrão* (1A)
6. *Ditas de Silverio do Carmo* (1A)
7. *Ditas de Joaquim Galeano foreiras a Joaquim Rodrigues Rollo* (1A)
8. *Ditas de Manoel Luis* (1A)
9. *Cazas da Veuva de Joaquim (Cassador/Capador?)* (2A-1T)

b) Rua de baicho Ld.º esquerdo:

1. *Cazas de Joaquim Patrão* (1A)
2. *Ditas da Veuva de Christovão da Nuna* (1A)
3. *Cazas de Lino Abelho* (1A-1T)
4. *Ditas de Manoel Luis da Ignacia* (1A)
5. *Ditas de Joaquim Abelho* (1A)
6. *Cazas de Luiza Paulla* (1A)
7. *Ditas do Doutor Antonio Pedro de Sequeira* (4A-1T)
8. *Ditas de Maria Clara* (4A)
9. *Cazas de João Fellix Correa* (3A-2T)
10. *Ditas dos herdeiros de Joaquim Marques* (2A-1T)
11. *Ditas de Joze (Cesio?)* (1A)
12. *Cazas do Hospital da Mizericórdia* (1A-1T)
13. *Ditas de Francisco Viegas* (1A)
14. *Ditas de Placido Joze de Carvalho* (1A-1T)
15. *Ditas de Joaquina Videira* (2A)

No registo do Novo Imposto das Janelas, de 1832/33, o Terreiro apresenta os seguintes elementos⁽¹⁵⁾:

1. *Cazas do forno de Pedro Antonio Garcão de Mattos não tem janelas*
2. *Ditas do mesmo Pedro Antonio* (5A-1T)
3. *Ditas de Francisco Rapozo* (2A-1T)
4. *Cazas de Jozefa Maria* (1A-1T)
5. *Ditas de Joze Pedro Mouratto* (3A-1T)
6. *Ditas de Antonio Lopes Serpa* (1A-1T)
7. *Cazas de João Araujo* (2A)
8. *Ditas de João de Almeida* (1A)
9. *Ditas da Veuva de João Pedro* (3A)

Vejamos agora os proprietários registados na Contribuição da Décima em 1833⁽¹⁶⁾:

a) Rua de baicho Ld.º direito

1. *Cazas de Thome de Oliveira em que vive* (45)
2. *Ditas da Veuva de Joaquim de Oliveira em que vive* (45)
3. *Ditas de Manoel (Concelha?) em que vive* (36)
4. *Ditas de Joze Antonio Ruivo fechadas*
5. *Ditas da Veuva de João Patrão fechadas*
6. *Ditas de Silverio do Carmo em que vive* (45)
7. *Casas de Joaquim Rodrigues foreiras* (270)
8. *Ditas de Gustavo Luis foreiras* (270)
9. *Ditas da Veuva de Joaquim (Cassador/Capador?)* (90)

b) Rua de baicho Ld.º esquerdo

1. *Cazas de Joaquim Patrão em que vive* (45)
2. *Ditas de Christovão da Nuna da Veuva* (45)
3. *Cazas de Lino Abelho em que vive* (45)
4. *Ditas de Manoel Luis da Ignacia em que vive* (45)
5. *Ditas de Joaquim Abelho alugadas* (90)

6. *Ditas de Luiza Paulla fechadas*

7. *Ditas do D.r Antonio Pedro de Sequeira alugadas ao Governador desta Praça* (540)
8. *Ditas de Maria Clara em que vive* (90)
9. *Cazas de João Felix em que vive* (180)
10. *Ditas dos herdeiros de Joaquim Marcos em que vive* (36)
11. *Ditas de Joze (Lucio?) em que vive* (36)
12. *Ditas da Mizericórdia não paga Decima*
13. *Ditas de Francisco Viegas de Carvalho fechadas*
14. *Ditas de (?) Joze de Carvalho em que vive* (45)
15. *Ditas da Veuva de Patricio Antonio* (90)

c) Terreiro⁽¹⁷⁾

1. *Cazas do forno de Theresa (?) Veuva* (270)
2. *Ditas da mesma Veuva em que vive* (90)
3. *Ditas de Francisco Rapozo em que vive* (90)
4. *Ditas da Veuva de Joze Luis da Matta em que vive* (45)
5. *Ditas de Joze Pedro Mouratto foreiras* (240+72=312)
6. *Cazas de Antonio Lopes Serpa em que vive* (90)
7. *Ditas de João de Araujo em que vive* (90)
8. *Ditas de João de Almeida alugadas a Maria Lina Mouxinha* (90)
9. *Ditas da Veuva de João Pedro em que vive* (45)

A casa que pagava maior Contribuição da Décima (540 réis) e que tinha maior número de janelas (4A-1T) situava-se a meio do registo. Pertencia ao Dr. António Pedro de Sequeira de quem já falámos ao tratarmos da Travessa do Padre Júlio e da Rua da Corredoura. Curiosamente, em 1833, estavam alugadas ao Governador da Praça, provavelmente D. Francisco Xavier da Silva Lobo (que já era governador no ano anterior), uma vez que Marvão só foi tomada pelos liberais - Legião Patriótica do Alentejo – na manhã do dia 12 de Dezembro daquele ano⁽¹⁸⁾. Foi depois nomeado, como novo governador de Marvão e do Alto Alentejo, o Brigadeiro António Pinto Álvares Pereira que estava preso (“arrancado do meio das enxovias”⁽¹⁹⁾). Ora a casa em questão só poderá ser a da D. Matilde Ferreira (n.º 2), situando-se do lado nascente, porque o número e tipo de janelas que dão para a rua é precisamente esse. É também esse o lado que parece apresentar maior número de casas, por ter, no mapa de 1814, maior área edificada.

17.5 A PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MARVÃO E A SUA SEDE NA RUA DE BAIXO

Foi o n.º 14 da Rua de Baixo, onde hoje é o Posto de Turismo, que recebeu, em 1950, a primeira sede dos Bombeiros Voluntários de Marvão, entidade que, por motivos económicos e falta de voluntários, havia de epilogar seis anos depois.

O edifício em questão (...) foi adquirido a um particular pela quantia de 9.500 escudos e, por ser bastante funcional, serviu não só de sede como de garagem e arrecadação de material. A Associação conseguiu adquirir este imóvel através das quotas pagas pelos sócios (2.50 escudos por mês) e das entregas feitas pela Câmara Municipal relativas ao imposto de incêndios^{(20)/(21)}.

RUA DE BAIXO E TERREIRO



O edifício da sede dos bombeiros de Marvão antes da sua reabilitação para posto de turismo

O material para combate de incêndios era muito reduzido e o número de bombeiros era inferior ao número de elementos dos corpos gerentes⁽²²⁾:

- Relação do material existente em 1951 e entregue aos Bombeiros Voluntários de Portalegre em 1960:

- 1 moto-bomba Aspi
- 2 canhões de moto-bomba e um reboque
- 4 junções de 70 e 50 mm
- 2 chaves de cruzeta e 2 chaves mistas
- 2 chupadores
- 2 agulhetas de 50 e 70 mm
- 1 disjuntor de duas saídas
- 4 escadas de molas e 1 escada de gancho
- 2 forquilhas
- 5 lanços de mangueira de 50 mm e 5 lanços de mangueira de 70 mm

- Bombeiros: Anastácio da Fonseca Ventura; António Maria Alberto Paulino; Fernando; João da Encarnação Moura Andrade; José Lourenço Ribeirinho Carlos; Manuel; Manuel Joaquim Dias Botelho; Vitorino

- Corpos gerentes (1952): Assembleia-geral (Presidente: Dr. José Martins Gralha; 1º Secretário: António Delgado Garcia; 2º Secretário: João Luíz Forte); Conselho Fiscal (Presidente: José Gomes Esteves; Vice-presidente: Domingos Andrade; Secretário: José António Alves); Direcção (Presidente: Manuel Berenguel Vivas; Vice-presidente: Padre Francisco Lopes Valente; 1º Secretário: Dr. Manuel Ramalho Ribeiro; Tesoureiro: Jeremias da Conceição Dias; Vogal: Francisco Lopes Paiva; Vogal: Fernando da Cruz Correia Carita).

Sobre o difícil processo de constituição e sobrevivência (não conseguida) dos bombeiros de Marvão, deixamos aqui, e integralmente, o texto disponível on-line, da autoria da Dr.^a Catarina Bucho Machado, que o produziu enquanto responsável pelo Arquivo Histórico Municipal de Marvão⁽²³⁾:

"A Primeira Associação dos Bombeiros Voluntários de Marvão

Apesar de serem louváveis os fins humanitários por que se regem os inúmeros corpos de bombeiros espalhados pelo país, a verdade é que muitos surgiram sem terem sido asseguradas

as condições mínimas essenciais à sua sobrevivência, pelo que, muitos deles, viriam a desmobilizar-se face às dificuldades que tiveram que enfrentar. Tal foi o caso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marvão, criada na década de 50 do século XX, extinta passados poucos anos de vida, e que só viria a renascer no início do século XXI.

A criação da Associação, embora só tenha sido efectuada no início da década de 50, teve, contudo, a sua génese, em meados dos anos 40, como prova a documentação que subsistiu e se encontra depositada no AHMM. Para além da documentação, temos também a memória de Fernando da Cruz Carita, octogenário e vogal da então Direcção dos Bombeiros de Marvão que amavelmente nos forneceu preciosas informações.

Segundo Fernando da Cruz Carita, o principal impulsionador dos Bombeiros Voluntários de Marvão foi Teófilo Moreira Marques que, na década de Quarenta, exercia na vila de Marvão o cargo de farmacêutico municipal. Devemos ainda referir o papel preponderante do então Presidente da Câmara, Manuel Berenguel Vivas, pessoa que, segundo Fernando Carita, tinha "muitos conhecimentos em Lisboa" e foi responsável por angariar verbas e a documentação necessária à criação do Corpo de Bombeiros. Outra figura de destaque é ainda José Gomes Esteves, o então chefe da secretaria da Câmara Municipal de Marvão e responsável pelos indispensáveis contactos estabelecidos com o Governo Civil de Portalegre. Os Bombeiros de Marvão surgiram assim, e à imagem de muitas outras corporações espalhadas pelo país, com fortes ligações ao município onde se encontravam inseridas.

Em Outubro de 1945, a Inspecção de Incêndios da Zona Sul remeteu ao presidente da Câmara Municipal de Marvão, Manuel Berenguel Vivas, uma circular onde refere que: "Porque em todas as localidades existem homens de bem, dispostos a dar o seu esforço em favor do semelhante e porque é necessário, para que a sua acção seja mais frutuosa, organizá-los, dotá-los com o material indispensável e instruí-los no sentido de os tornar senhores dum pequeno número de preceitos que lhes são indispensáveis, venho solicitar os bons ofícios de V. Exa. no sentido de que sejam expendidos esforços tendentes à criação dum corpo de Bombeiros nesse concelho, Voluntário ou Municipal, consoante as possibilidades e as conveniências locais."

Através da análise da correspondência trocada entre a Câmara Municipal de Marvão e a Inspecção de Incêndios da Zona Sul, podemos comprovar que até ao final da década de 40 continuaram os esforços tendentes à criação do Corpo de Bombeiros Marvanense, nomeadamente ao nível burocrático, esforços estes que finalmente culminaram com a sua aprovação pelo alvará nº 22 de 13 de Julho de 1950 do Governo Civil de Portalegre.

Aprovada legalmente em Julho de 1950, a Associação de Bombeiros Voluntários de Marvão tratou imediatamente de adquirir equipamento, sede própria e, inclusive, de contratar um funcionário. Com o apoio do Comissariado do Desemprego, o funcionário designado para trabalhar como escriturário na Associação foi Manuel Carrilho Sapage, residente na Vila de Marvão. A ele lhe competiu, entre 1951 e 1954, fazer diariamente a escrituração, correspondência, orçamentos e elaboração de contas.

Confirmando que o ano de 1951 foi de facto o mais activo para os Bombeiros Voluntários de Marvão, temos então a aquisição de um imóvel para sede da corporação. Recebendo subsídios anuais por parte do município e da Inspecção de Incêndios da Zona Sul, os Bombeiros de Marvão puderam ainda apetrechar-se com algum material.

Pensando na possibilidade de assegurar também o serviço de saúde, os Bombeiros de Marvão tentaram ainda, em Agosto de 1951, e junto do Subsecretário da Assistência, diligenciar a concessão de um subsídio para a compra de uma ambulância; em ofício bem demonstrativo das dificuldades vividas pela população do concelho no que toca à assistência médica, pode ler-se: "O transporte de feridos e doentes para o hospital de Portalegre constitui um grave problema para a população deste concelho, pois só as pessoas de meios podem arcar com as despesas de aluguer de um automóvel em Castelo de Vide ou Portalegre (em todo o concelho de Marvão há apenas um carro de aluguer quase sempre ocupado) e por outro processo a condução torna-se extremamente lenta e perigosa pois esta vila dista 22 quilómetros, por más estradas, da sede do Distrito. Assim, esta Associação entende ser da maior urgência a aquisição de uma ambulância, com a qual se resolveria nesta região o melindroso problema." Esta justa pretensão acabou por nunca se efectivar.

Em Junho de 1951, Carlos Maria Chagas, então Presidente da Comissão Administrativa da Associação de Bombeiros Voluntários de Marvão, remeteu à Inspeção de Incêndios da Zona Sul um ofício onde se comunicava os nomes do primeiro e segundo comandantes do Corpo de Bombeiros.

Sem surpresas, a nomeação para Primeiro Comandante recaiu em Teófilo Moreira Marques, químico farmacêutico analista, natural de São Pedro de Alva e nascido em 1910. Para Segundo Comandante foi escolhido António Eduardo Diabinho Martins, subdelegado da Intendência Geral dos Abastecimentos, natural da freguesia de São Lourenço, em Portalegre, nascido em 1922.

Foi-nos impossível apurar se algum dos comandantes escolhidos tinha formação ou experiência no combate aos incêndios; fica, contudo, registado, a título de curiosidade, o testemunho de Fernando da Cruz Carita acerca do referido Primeiro Comandante: "Teófilo Moreira Marques foi o comandante de uma corporação que teve poucos bombeiros, no entanto, depressa adquiriu uma farda de bombeiro para ele e outra para a sua mulher, D. Catarina. Quando saía para fora em representação dos Bombeiros, nomeadamente para Valência de Alcântara, em Espanha, ia sempre fardado e por conseguinte toda a gente lhe prestava continência. O que poucos sabiam era que este farmacêutico de profissão, que eu me lembre, nunca saiu para apagar um fogo."

Em documentação datada de Julho de 1952, surgem os corpos gerentes da Associação que contava, já na altura, com cerca de 36 sócios. A documentação apresenta, a relação nominal de todo o pessoal que constitui o Corpo de Bombeiros. Para a história, fica então o nome dos primeiros bombeiros Marvanenses, todos eles pertencentes à categoria de Aspirante.

Com sete bombeiros, dois comandantes e cerca de 36 sócios da Associação, não será complicado perceber a dificuldade que foi manter a corporação activa. A este respeito, Fernando da Cruz Carita relata que: "Comprou-se a sede, a Direcção foi constituída, tratou-se da parte burocrática mas depois faltou-nos o cereal para o pão, a massa humana, pois na altura em Marvão éramos cerca de 205 pessoas. Inicialmente pensávamos que poderíamos contar com os rapazes internados na Santa Casa da Misericórdia, pois nessa altura a Santa Casa tinha inúmeras oficinas onde muitos rapazes aprenderam o seu ofício, mas as coisas foram falhando porque esses rapazes iam saindo de Marvão quando atingiam a idade adulta".

É então a partir de 1954 que a impossibilidade de prosseguir com os esforços de organização deste Corpo de Bombeiros mais se evidencia, ideia esta que é reforçada com o pedido de devolução de mobiliário que se encontrava na sede da Associação. O Núcleo de Marvão da Legião Portuguesa, cujo

Delegado e comandante concelhio era à altura, curiosamente, também, Teófilo Moreira Marques, pede por ofício ao Presidente da Associação dos Bombeiros Marvanenses, a devolução do mobiliário que lhe pertencia, esclarecendo que: "(...) sou a pedir este favor, não só pelo facto de me ver na necessidade de reunir todo o mobiliário da Legião Portuguesa e ainda por reconhecer que os referidos já a essa Associação não devem fazer falta". Este pedido acaba assim por ser uma confirmação, por parte do próprio Comando dos Bombeiros, de que a actividade da Corporação era nula.

Ao mesmo tempo, o Presidente da Câmara Municipal de Marvão e também Presidente da Direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários, Manuel Berenguel Vivas, enviou ofício ao Exmo. Sr. Governador Civil do Distrito de Portalegre propondo a dissolução da Associação, pretensão esta que viria a ser adiada ainda por mais um ano: "o reduzido número de habitantes na sede do Concelho obriga a Associação a organizar-se em moldes diferentes de outras congéneres o que dá motivo a dificuldades que não podem ser resolvidas com a prontidão desejada pelo Conselho Nacional dos Serviços de Bombeiros (...). Aconselhado pessoalmente por V. Exa. a reconsiderar sobre esta dissolução, cumpre-me manifestar-lhe que durante mais um ano vamos pensar levar a efeito uma organização eficiente da referida Associação de Bombeiros".

Através da consulta das Actas de Vereação da Câmara Municipal de Marvão, no período em estudo, conseguimos apurar qual a nova organização pensada pelo Executivo Camarário. Em acta de 23 de Agosto de 1956 (ultrapassando o prazo dado pelo Governador Civil do Distrito de Portalegre), a Câmara Municipal de Marvão manifesta a dificuldade de recrutar massa associativa e pessoal indispensável ao normal funcionamento da corporação, acrescentando ainda que: "todavia, está a actual vereação convencida que estes serviços poderão funcionar normalmente com a sua municipalização, cuja resolução já tomou, estando presentemente a proceder às necessárias demandas para tornar tão eficiente como possível o seu corpo de bombeiros".

Não conseguimos apurar quais as dificuldades por que passou a Câmara para transformar os seus bombeiros voluntários em municipais, mas a verdade é que a população do concelho, nesse mesmo ano, se manifestou preocupada quanto à falta de protecção relativamente à ocorrência de incêndios. Quanto a este ponto, importa referir a queixa manifestada pela Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Santo António das Areias, por não ter sido contemplada (como outras localidades do concelho) com bocas de incêndio.

Com o pedido de extinção feito ao Governador Civil de Portalegre, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Marvão viu ainda cancelar uma das suas principais fontes de receita, o imposto para o serviço de incêndios, cobrado pela Câmara e posteriormente encaminhado para os bombeiros. Em acta de 13 de Dezembro lê-se que: "Tendo-se verificado não ser possível a manutenção de um corpo de bombeiros voluntários este concelho, em virtude da escassez da massa associativa e pessoal indispensável ao seu funcionamento (...) e não havendo já motivo para o lançamento do imposto para os serviços de incêndios, deliberou esta Câmara Municipal, por unanimidade, extinguir do seu orçamento a verba proveniente da cobrança do dito imposto".

Em 1956, passados apenas 6 anos após o início efectivo da actividade, extingue-se então a Corporação de Bombeiros do Concelho de Marvão, mas porque nada acontece em vão, resta ainda referir que o material da extinta associação foi entregue aos Bombeiros Voluntários de Portalegre, em 1960".

RUA DE BAIXO E TERREIRO

17.6 A ESTALAGEM DO SÉC. XVIII

O Tombo de 1746 regista uma “estalagem” no Terreiro, obviamente de propriedade municipal, provida de celeiro. Ainda que não a possamos localizar, nem tão pouco compreender a sua configuração através da descrição confusa - e talvez errada porque apresenta duas medições diferentes, a nascente, sem as destrinçar – do documento em causa, não queremos deixar de a registar transcrevendo os termos do seu assento:

“Medição da estalagem

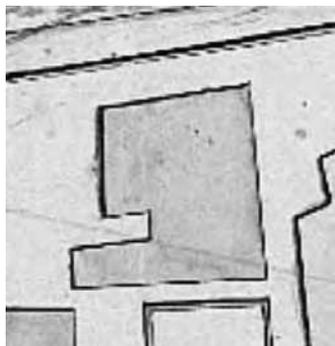
Aos seis dias do mez de Setembro de mil settecentos quarenta e seis annos nesta Villa de Marvão no Terreyro della adonde eu escrivão fuy com o Doutor Provedor, arbitros, medidores, eu procurador do Tombo ahi se medio a estalagem, que tem da parte do nascente da Casa do Cappittão Manoel Marquez de Mattos athe a quina tres vâras e meya, e da parte do poente tem vinte vâras, e da parte do norte tem quatro vâras e meya, e da parte do nascente tem doze vâras, e do canto a canto para o norte tem trez vâras, e a Casa dianteyra Lá em sima tem de Largo seis vâras, e de fundo quatro, e o seleyro tem de Largo seis vâras, e de fundo seis, de que o Doutor Provedor mandou fazer este termo que com os medidores e procurador do Tombo assignou, Manoel Ayrez Baptista que o escrevi “Levoim” Manoel de Faria Frausto “Simão Luiz” Pedro Soares⁽²⁴⁾.

Situando-se no Terreiro, pensámos de imediato em tentar a correspondência com o edificio do actual hotel ou parte dele, uma vez que era composto por uma casa de habitação, do lado sul, e uma casa térrea com quintal do lado norte. Mas é impossível seguir a descrição do tomo. Note-se, aliás, que a planta destas construções era diferente em 1765.

Em conclusão, a Estalagem municipal em causa tanto poderia corresponder ao antigo edificio do actual hotel como a outros edificios do lado poente do Terreiro. Mas



Extracto da planta militar de 1814 como edificio que daria origem ao actual hotel El-Rei D. Manuel. Em baixo, o edificio antes da sua reabilitação.



Planta do edificio em 1765, sem diferenciação do quintal. Em baixo, o edificio antes da sua reabilitação.



quanto a este, não temos dúvida sobre a sua localização. Aliás, acrescenta-se, complicando ainda mais a identificação dos edificios em causa, que o Tombo de 1764 regista, ainda, “hum assento de cazas que he do conselho, E está ao Terreyro da Estalagem (...) tem pelo nascente seis varas e meya, E pelo norte nove vâras (...)”⁽²⁵⁾. Falando com o proprietário do hotel⁽²⁶⁾, no local, chegámos à conclusão que este “assento de cazas” poderia corresponder ao antigo casão que dava para o Terreiro, uma vez que o edificio demolido teria, sensivelmente, aquele comprimento de fachada norte (c. 10 m). Outra curiosidade levantada nesta conversa foi a de que, na rua que passa entre a fachada nascente do hotel e a muralha, foram detectados doze esqueletos humanos, de ambos os sexos e de várias idades, quando se conduzia a saída dos esgotos pluviais do Terreiro para a muralha. Esclareça-se que as ossadas poderiam ser em número superior, continuando a escavar para sul.

17.7 O CURRAL DO CONCELHO

Como já referimos no Capítulo Rua do Açougue, dispunha o município do “Curral do Concelho”, arrematado a um curraleiro que zelava pela guarda e alimentação dos animais, com obrigações e forma de pagamento que tivemos ocasião de tratar. Preocupemo-nos agora com a localização deste espaço municipal.

No “Inventário de Bens e do Arquivo” do séc. XIX, sabemos-lo “na rua de baixo desta Villa, que confronta pelo norte com cazarão de Antonio Fernandes da Cruz, e pelo sul com cazas de Antonio Mourato Madeira”⁽²⁷⁾. Observando a planta de 1814, podemos concluir que só há dois espaços, entre edificios, onde o curral poderia funcionar. Pensamos tratar-se do quintal sul, do lado nascente da rua, pelas seguintes razões:

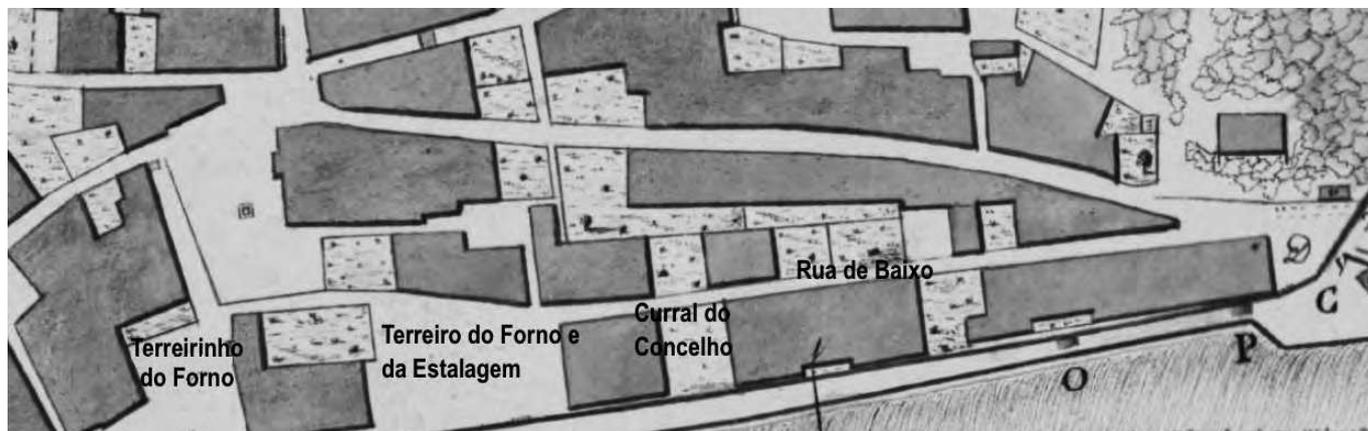
a) No lado poente da rua não poderia localizar-se o curral porque a via é delimitada por muros altos de suporte de terras e rocha a uma cota muito superior.

b) Do lado nascente, o quintal norte é muito pequeno e o “cazarão de Antonio Fernandes da Cruz” só pode corresponder à actual casa da D. Matilde Ferreira, já que é o único grande edifício que ali persiste e com quatro janelas de altos e uma térrea, conforme descrevemos acima.

c) A tradição oral⁽²⁸⁾ coincide com a nossa localização: o espaço a sul da primeira casa da actual Rua de Baixo, no sentido Terreiro - Porta de Ródão, tinha a designação de Curral do Concelho. A casa que lhe estava a sul - “casas de Antonio Mourato Madeira” - foi demolida, como referimos atrás, em meados do século passado.

d) A última informação que colhemos sobre o Curral do Concelho data de 1933, quando a Câmara lavrou em acta que havia intimado a detentora da sua chave para a entregar no prazo de trinta dias:

A Comissão tendo conhecimento de que Maria Antonia da Fonseca, por tempo se encontrar abusivamente de posse do curral do concelho, apesar de já anteriormente ter sido avisada para o entregar, deliberou que a mesma seja intimada para no prazo de trinta dias, que findam em 31 de Outubro, fazer entrega da chave do mesmo curral que se encontra em seu poder⁽²⁹⁾.



Localização do Curral do Concelho e dos Terreiros na planta de 1814

17.7 O ALARGAMENTO DO LARGO DO TERREIRO, A COMISSÃO DE INICIATIVA E TURISMO E A COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA VILA DE MARVÃO

Tudo leva a crer que o Lg. do Terreiro, com a dimensão que lhe conhecemos hoje e com a possibilidade de se tornar transitável por automóvel, terá sido o resultado de obras de beneficiação alvitadas por uma Comissão de Iniciativa e Turismo a partir de 1933. Dizemos “uma Comissão” porque, de facto, não sabemos de que comissão se trata, uma vez que Marvão não tinha sido classificada como “estância de turismo”, não podendo, por isso mesmo, formar uma das referidas comissões⁽³⁰⁾. Por outro lado, a primeira destas entidades, na região, foi constituída em Portalegre, em 1933, imediatamente a seguir à classificação da cidade como estância turística (Decreto-lei n.º 23 282, de 2 de Dezembro de 1933), pelo que a comissão de que fala a acta camarária marvanense, de 29 de Março

de 1933, alvitando melhoramentos na vila, não era, pelo menos, oficial, ou seja, constituída segundo a lei. Diga-se, também, que estas comissões só serão substituídas por Comissões Municipais de Turismo a partir de 1936, com a implementação do novo Código Administrativo de 1936-40⁽³¹⁾. Vejamos o que diz a acta:

Melhoramentos na Vila. Pela Comissão de Iniciativa e Turismo foram alvitados diversos melhoramentos, tendo esta Câmara deliberado, por unanimidade: (...) Mandar proceder imediatamente à modificação das rampas do Terreiro, de forma a facilitar o transito de vehiculos automóveis⁽³²⁾.

Esclareça-se que as escadas que hoje dão acesso ao adarve eram muito mais altas nesse tempo, tendo cerca de 12 degraus⁽³³⁾, o que obrigou a que se fizesse um considerável aterro para que o largo adquirisse a planura que hoje apresenta. Na mesma acta, decide-se pedir autorização para proceder a outras intervenções interligadas com a primeira: “Lembrar à Comissão a conveniência de instar junto do Ministerio da Guerra, para ser concedida autorização para o corte dos Arcos da Porta de Rodão⁽³⁴⁾ e do passeio de ronda às muralhas do Terreiro⁽³⁵⁾. Ainda na mesma acta se refere que a instalação de um campo de jogos no castelo também dependia de autorização do referido ministério.

A Comissão de Iniciativa e Turismo de que fala a acta supra, era, de facto, a de Marvão⁽³⁶⁾, se bem que não detectássemos a classificação da vila como “estância turística”. Conhecemos alguns dos seus elementos: José Martins Gralha, Joaquim António Lopes, Matias de Andrade Sequeira Júnior, Carlos Alberto Furtado e Joaquim Espírito Santo Raposo⁽³⁷⁾. Esta comissão fazia propostas à Câmara, por ofício, e esta aceitava umas e achava descabidas outras, como por exemplo, a ideia de tapar as janelas da prisão do edifício da Câmara, com estruturas amovíveis, a pretexto de que, turisticamente falando, eram de “péssimo efeito”⁽³⁸⁾.

Como já referimos, Marvão não estava classificada de “zona turística”⁽³⁹⁾, o que levou a Câmara a deliberar

solicitar de Sua Ex.ª o Ministro do Interior, por intermédio do Governo Civil de Portalegre que este concelho seja considerado oficialmente zona de turismo, visto ter todos os requisi-

RUA DE BAIXO E TERREIRO

tos para tal, e já há muito, embora extra-oficialmente, ser considerada como fazendo parte do triângulo de turismo de Portalegre - Castelo de Vide - Marvão⁽⁴⁰⁾.

Nesta pretensão, que não sabemos, até ao momento, se foi concretizada, terá tido a colaboração da Comissão Municipal de Turismo de Portalegre, com a qual trocava muitos ofícios ao tempo, onde damos conta de inúmeras iniciativas conjuntas⁽⁴¹⁾. Não esqueçamos que também por este tempo (1939), a Comissão Municipal de Turismo de Portalegre foi presidida pelo Eng. Manuel do Carmo Peixeiro, também vereador, que, como já referimos atrás, tinha comprado uma casa na Rua do Castelo, em 1938.



Desdobrável com mapa turístico de Marvão, s. d., colecção do A.



Postais editados pela Comissão de Iniciativa e Turismo de Portalegre, da autoria de João Tavares (os dois de cima em 1937)



Painel de azulejos promovendo turisticamente Marvão, colocado em Portalegre, junto à Porta da Devesa, no âmbito das actividades do "triângulo turístico" (anos 30)

Para além da Comissão de Iniciativa e Turismo, foi criada, em 1938⁽⁴²⁾, a Comissão de Melhoramentos da Vila de Marvão, aliás, como em todas as povoações do concelho, cujo objectivo era apresentar, à Câmara, propostas que beneficiassem a vila. Esta comissão ainda existia em 1959, com a designação mista de "Melhoramentos e Iniciativas", conforme se pode verificar pelo programa de Festas de S. João por ela organizado.



Programa das festas de S. João de 1959

17.9 A PENSÃO DA TIA MARIA VICÊNCIA

Chamemos-lhe pensão... Mas era tão só uma casa particular, grande, da avó materna da D. Matilde Ferreira (actual proprietária) – Maria Vicência Simões Antunes -, que servia refeições, permitia algumas dormidas e até recebia, por vezes, casais que costumadamente passavam férias no Verão (Rua de Baixo n.º 2). Os clientes do dia-a-dia, nos anos 60 do século passado, eram, sobretudo, funcionários públicos (da Câmara e das Finanças) que ali se alojavam durante os dias de semana⁽⁴³⁾. Falecida a Tia Maria Vicência, ficou a explorar o negócio a D. Maria Antónia Barradas (conhecida na vila pela Tia Maria Cavaca, cunhada de D. Constância Antunes, mãe da actual proprietária), até ao encerramento da pensão, corria o ano de 1970⁽⁴⁴⁾. Não conseguimos apurar o número de anos em que a pensão esteve aberta, mas sabemos que nos anos 50 do século passado já estava a funcionar, e que ali pernoitavam, por vezes, clandestinos que passavam a fronteira a salto para irem trabalhar para o estrangeiro⁽⁴⁵⁾. Resta anotar que antes da pensão se estabelecer no Terreiro, ainda funcionou na Rua de Cima, no prédio que agora apresenta os n.º(s) 21/21A/21B⁽⁴⁶⁾.

17.10 O TERREIRO E O TERREIRINHO DO FORNO

Em 1777, já existia, urbanisticamente diferenciado, um terreiro que ganhou a designação de “Terreiro do Forno”, sabendo-se inclusivamente o nome do forneiro: Francisco Xavier, de 33 anos. Relativamente à localização deste terreiro, tanto poderia ser o que está a norte como o que está a sul do actual hotel, uma vez que ambos existem entre a Rua de Baixo e o então Terreiro da Porta da Vila.

Em 1833, no Novo Imposto das Janelas, aparece novamente uma alusão ao forno, agora da propriedade de Pedro Antonio Garcão de Mattos, instalado no Terreiro, numa casa sem janelas. Por sua vez, o referido proprietário, constando no registo imediatamente seguinte, habitava uma casa com 5 janelas de altos e 1 térrea. Estamos em crer que esta casa foi a que deu origem ao actual Hotel El-Rei D. Manuel, inaugurado em 1999, uma vez que só ela poderia, na altura, ter aquele número de janelas. Num painel de azulejos existente no hotel e nas fotografias que reproduzimos abaixo (ponto 17.10 O TOURIL), podemos observar uma casa térrea, servida de portão, com um quintal do lado poente com o qual comunicava por porta, ou seja, uma casa dotada do necessário espaço para receber a lenha para o forno: giestas, estevas, carqueja, rama de oliveira, etc. Perguntando ao proprietário do hotel, por vestígios do forno, respondeu que não havia, mas sim de uma manjedoura. No entanto, o Prof. José Pinheiro, que em criança brincava muito por ali (anos 30), tem uma leve recordação da sua existência, podendo acontecer que o forno se tivesse entretanto desmontado para aproveitamento de cantarias.



Painel de azulejos existente no hotel, com a casa e quintal que existiam no Terreiro, no lugar onde se edificou o actual hotel

Outras testemunhas informaram-nos de que, pelos meados do século passado, se chamava “Terreirinho do Forno” ao larguinho a sul do actual hotel, exactamente porque, a dar para esse larguinho, e nas traseiras da casa do Prof. José Pinheiro, funcionava um forno (que ainda existe) no referido período. Era da propriedade do Sr. Jaime Pinheiro (pai do Prof. Pinheiro) e foi construído entre 1939 e 1941⁽⁴⁷⁾. O povo servia-se dele para os assados e bolos da Páscoa⁽⁴⁸⁾. Aliás, note-se que o próprio diminutivo – terreirinho – serviria para o destrinçar do Terreiro, a norte do hotel. O Prof. José Pinheiro lembra-se de nele brincar com os netos da D. Benta, casada com o Sr. Simões, tesoureiro da Câmara, que habitavam o edifício que deu origem ao hotel.

Em conclusão, a hipótese com maior fundamento para a localização do “Terreiro do Forno” é a que o localiza a norte do actual hotel, coincidindo com o terreiro da estalagem. Já o “Terreirinho do Forno” só pode corresponder ao largo que está a sul.

17.11 O TOURIL

Touril é um espaço fechado, com porta, onde se guarda o gado das touradas, junto ao respectivo recinto. Ora o Terreiro sempre serviu para estas lides, o que levou à construção de uma estrutura própria, com carácter permanente, para servir de touril, na travessa que liga este largo com a Travessa do Terreiro. Do lado norte, a rua foi bloqueada com parede, ficando apenas o vão para a colocação de uma porta amovível. Do lado sul, colocavam-se uns paus que encaixavam no muro da Praça e na parede poente do que é hoje o hotel.



O Prof. José Pinheiro junto ao forno da sua casa



O touril, em cima, e uma garraçada a decorrer no terreiro (fotos s. d.)



Portal gótico que existia no edifício que deu origem ao hotel El-Rei D. Manuel



Hotel El-Rei D. Manuel, de Manuel Joaquim Gaio, inaugurado em 1999, com projecto da Arq.ª Ana Pestana (foto promocional do hotel)

17.12 O CENTRO CULTURAL DE MARVÃO (CCM)

No Largo do Terreiro, em espaço sem pré-existências edificadas, foi construída uma infra-estrutura com finalidades socioculturais, de que muito carecia a vila, inaugurada em 1993, quando António Andrade presidia à Câmara. O projecto foi da autoria de uma equipa do Gabinete de Apoio Técnico de Portalegre liderada pelo Arq. João Lino⁽⁴⁹⁾. Consta de um bar com esplanada, uma ampla sala de eventos com palco e, no piso térreo, para além das salas de sócios e da direcção, possui cozinha e uma outra sala, relativamente ampla, onde se realiza o mercado semanal, tradicionalmente às quintas-feiras. Recentemente (2014), beneficiou de uma intervenção de conservação e reabilitação que incidiu sobretudo no piso térreo, com projecto do Arq. João Bucho, durante a presidência de Jorge Rosado. Esta infra-estrutura, da propriedade da respectiva associação (Centro Cultural de Mavão, que existe, pelo menos, desde 1992), é uma espaço aberto a todas as actividades socioculturais da vila, desde as simples festas de aniversário, casamentos e baptizados, a actividades desportivas e às mais variadas actividades culturais, sobretudo tradicionais, como a matança do porco, as noites de fados, as festas dos santos populares, os jantares das comadres, etc. Saliente-se, também, que o Centro Cultural de Marvão foi a primeira entidade a gerir e a dinamizar o castelo, desde 2013, após concurso lançado pela Câmara Municipal.



O espaço renovado do mercado



Jeremias da Conceição Dias no Terreiro, vendo-se, por detrás, o quintal onde foi construído o CCM



O Centro Cultural de Marvão na actualidade



II JANTAR CONVÍVIO COMADRES À MODA ANTIGA

CENTRO CULTURAL DE MARVÃO
LARGO DE OLIVEIRA
27 FEV
5ª-FEIRA 19h30

ANIMAÇÃO COM MÚSICA AO VIVO!
INSCRIÇÕES: 963 112 159
centroculturalmarvao@gmail.com



Traga a sua loiça, o seu homem... e venham divertir-se!

PRÓXIMA ACTIVIDADE | SÁBADO 24 DE MARÇO | CENTRO CULTURAL DE MARVÃO | COM O APOIO
V MATANÇA DO PORCO DE MARVÃO
MONITORIA: PORCO NO ESTATO E ANIMAÇÃO GANHEM-LÁ O SEU LUGAR. INSCRIÇÕES LIMITADAS

Programas de eventos recentes do Centro Cultural de Marvão



- 1) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 28 de Setembro de 1933, folha n.º 154 v.º.
- 2) *Idem*
- 3) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/006, 1806, folha n.º 131.
- 4) Informação de João Mena (1934-) e de António Andrade (1938-).
- 5) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/003, 1777, folha n.º 70.
- 6) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/001, 1777, folhas n.º (s) 150 v.º e 151 v.º.
- 7) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/001, 1765, folha n.º 20 ss.
- 8) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1765, folha n.º 21 ss.
- 9) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/004, 1814, folha n.º 4 v.º ss.
- 10) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007, 1814, folha n.º 72 v.º ss.
- 11) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/002, 1765, folhas n.º(s) 21 a 22.
- 12) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007, 1814, folhas n.º(s) 72 v.º e 73.
- 13) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007, 1814, folhas n.º(s) 73 e 73 v.º.
- 14) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01 1832/33, folhas n.º (s) 20 a 23.
- 15) AHMM, Mç 43, NOVO IMPOSTO DAS JANELAS, CMMRV/F-B/02/01, 1832/33, folhas n.º (s) 23 v.º a 24.
- 16) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/02, 1832/33, folhas n.º(s) 14 v.º a 16.
- 17) AHMM, Mç 16, CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA, CMMRV/F-A/01/02, 1833, folhas n.º(s) 16 v.º a 17.
- 18) SORIANO, Luz – *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1866-1890, 3ª época, tomo V, p. 183.
- 19) *Idem, ibidem, passim*
- 20) Catarina Bucho Machado (<http://bombeirosdemarvao.no.sapo.pt/historia.htm>)
- 21) Não sabemos que outras voltas deu este prédio, mas na acta de 10 de Março de 1973, da Santa Casa da Misericórdia, refere-se que se pediu autorização à Direcção-Geral de Asstência para se venderem alguns prédios da propriedade da instituição, nomeadamente o das “garagens das Portas de Ródão”, no valor aproximado de

20 000\$00, e o prédio do Largo do Espírito Santo, junto à igreja do mesmo nome, pelo valor de 80 000\$00. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, Livro de Actas (Maio de 1972 – Novembro de 1988), acta de 10 de Março de 1973, folha 4.

22) Catarina Bucho Machado (<http://bombeirosdemarvao.no.sapo.pt/historia.htm>).

23) Catarina Bucho Machado (<http://bombeirosdemarvao.no.sapo.pt/historia.htm>).

24) AHMM, Mç 13, TOMBO DE 1746, CMMRV/D/01/001, folha n.º 33.

25) AHMM, Mç 13, TOMBO DE 1746, CMMRV/D/01/001, folha n.º 17 v.º.

26) Manuel Joaquim Candeias Gaio (1957-).

27) AHMM, Mç 25, Inventário de Bens e do Arquivo, CMMRV/C-F/01/001 (1866/10/10).

28) Informação de João Mena (1934-).

29) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 28 de Setembro de 1933, folha n.º 151.

30) Lei n.º 1152, Diário do Governo, I Série, n.º 84, de 23 de Abril de 1921.

31) Decreto-Lei n.º 27 424, de 31 de Dezembro de 1936 e Decreto-Lei n.º 31 095, de 31 de Dezembro de 1940.

32) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 29 de Março de 1933, folha n.º 122.

33) Informação de João Mena (1934-).

34) Esta intervenção de alargamento das Portas de Ródão só será concretizada em 1957: 16ª Intervenção (1957) - *Obras de conservação* no valor de 10 300\$00. Previa-se o alargamento do arco das Portas de Ródão, tentando obviar a *uma séria dificuldade de manobra para os veículos dos turistas que pretendem entrar na vila*. Previa-se igualmente pequenas obras de conservação no troço de muralha adjacente. Não existem elementos gráficos no processo de obras. Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1957.

35) *Idem*

36) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 29 de Abril de 1933, folha n.º 127.

37) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 29 de Abril de 1933, folhas n.º(s) 127 v.º a 128.

38) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/004, acta de 29 de Abril de 1933, folha n.º 128.

39) Estas zonas de turismo eram, segundo o Código Administrativo de 1936, entidades turísticas que poderiam ser criadas «nos concelhos em que existam praias, estâncias hidrológicas ou climatéricas de altitude, de repouso ou de recreio, ou monumentos e lugares de nomeada (art.º 101.º)».

40) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-E/01/006, acta de 19 de Fevereiro de 1938, folha n.º 183.

41) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/122 (1938/04/09-1939/08/19).

42) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/122, acta de 24 de Dezembro de 1938, folha n.º 88.

43) Informação de António Alves (1943-) que foi cliente entre 1962 e 1964 e no ano de 1968.

44) Informação de Maria Teresa Sabino Rosado (1941-) e de Maria do Céu Garcia (1948-).

45) Informação de Maria Teresa Sabino Rosado (1941-).

46) Informação de Maria Teresa Sabino Rosado (1941-).

47) Informação de José Pinheiro (1931-).

48) Informação de Angélica Sousa (1949-).

49) Arquivo da Câmara Municipal de Marvão, PROC. OBRAS CAMARÁRIAS M-18C79 (GAT).

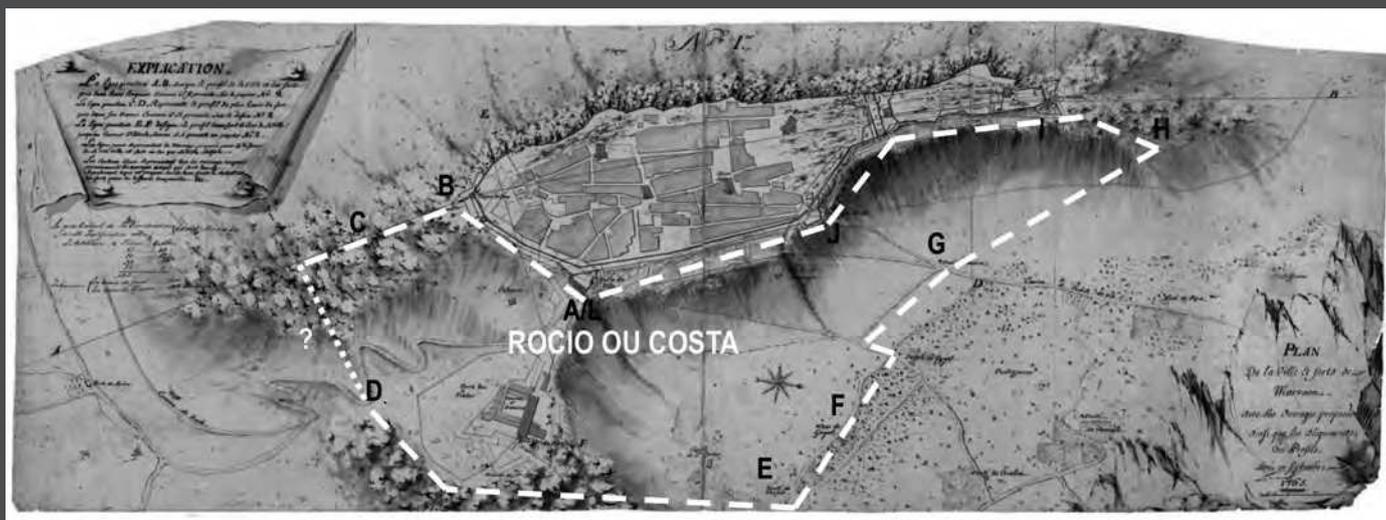


Vista parcial da vila, com o convento, seguramente anterior a 1966 (ausência da estrada alcatroada)



18

O ROCIO OU COSTA



Delimitação grosseira do Rocio, na planta militar de 1765, segundo a descrição no Tombo de 1746.

O ponto D, em que a delimitação deixa a Calçada para contornar a cerca do convento em direcção à Fonte do Concelho, é chamado, na descrição de 1746, de "Cruz quebrada"; pensamos tratar-se da Cruz de São Bartolomeu, aí localizada na planta militar de 1818 (GEAM, 3150-I-2A-25-35). Deparámo-nos com um problema insuperável para uma cartografia fiável: a descrição atribui 18 varas (19,8 m) à distância entre a "quina do forte da porta da villa e (...) á quina da Torre do Corvo", o que nos parece erro. A distância real são c. 205 m, o que exigiria varas, não de 1,10 m, mas de, pelo menos, dez vezes mais (11 m), ou seja, cordas de 10 varas. Entre o percurso C e o ponto D não conseguimos interpretar a descrição da delimitação, sobretudo se levamos em conta a distância referida: 130 varas, quando os dois anteriores troços são de 18; nesta zona, a descrição de 1866 é muito mais perceptível: "da penha do Cobello direito á Cruz do Arieiro, daqui por de traz do Convento"

PONTOS/PERCURSOS IDENTIFICÁVEIS COM SEGURANÇA

(A) quina do forte da porta da villa (B) quina da Torre do Corvo (C) virando para nascente pelo fio das peñaz a baixo (D) Cruz quebrada (E) fonte do Conselho (F) Calçada ásima (G) Crus (H) meyo da penha do Corvo (I) Torre do cobello (J) porta do Rodão (L) quina do forte onde se Comessou

Na página anterior: vista parcial da encosta nascente de Marvão (foto s. d., provavelmente da 1ª metade do séc. XX, atendendo à existência do cemitério do Convento de Nossa Senhora da Estrela. Tenha-se em conta que, embora o novo cemitério municipal fosse inaugurado a 1 de Novembro de 1948, o do Convento não foi, acto contínuo, destruído, sabendo-se que só em 1977 foram cortados os ciprestes)

18. O ROCIO OU COSTA

18.1 O SIGNIFICADO URBANÍSTICO DOS ROSSIOS

Os rossios foram, na história das cidades, espaços desafogados, logradouros de fruição pública, exactamente porque, na sua origem, eram baldios. Muitas vezes a sua designação confunde-se com a de arrabalde. A localização dos rossios nas partes baixas das povoações foi uma consequência da progressiva e bélica formação do território nacional, de norte para sul, numa conquista progressiva que chegou ao Algarve em 1249. Com efeito, a constituição defensiva das povoações em sítios de cota mais elevada, fez com que esses espaços se localizassem, logicamente, nas zonas de cota mais baixa, para onde, terminada a Reconquista, as vilas e cidades se estenderam, saindo do aperto dos seus muros medievais. Para darmos exemplos bem conhecidos, lembremo-nos dos rossios de Lisboa, de Estremoz, de Monforte, de Portalegre, todos eles com a localização típica que explicámos. Aí se cruzavam os caminhos em direcção às localidades mais próximas, aí se mercadejava em feiras e mercados, aí se passeavam os burgueses que, também aí, realizavam boa parte das suas festas e divertimentos.

E Marvão também teve o seu rossio, necessariamente do lado nascente da vila, uma vez que do lado poente estão os altos penhascos que sempre lhe deram uma defesa natural. Foi nesse “rocio” ou “costa” que foi possível aos franciscanos construir o seu convento no séc. XV, a edificação a sua fonte (Fonte do Concelho) no séc. XVIII, e que, no último quartel do século passado, se levantaram, progressivamente, várias edificações públicas, já em terrenos de propriedade privada: o posto da GNR (1978), as oficinas camarárias (1987) e o Centro de Saúde (1988).

Estes terrenos baldios eram arrematados pela edilidade a proprietários de gado que neles apascentavam os seus animais. E foi com o dinheiro dessas “ervagens” que, por exemplo, a Fonte do Concelho de construiu, como já referimos. Lembremos, também, o que escrevemos no capítulo Rua do Açougue: quem arrematasse este lugar de abate e venda de carne, tinha à sua disposição uma coutada para pastagens que de costume lhe estava adstricta: a dos “canchos do Arieiro”. Progressivamente, os baldios foram sendo vendidos pelos municípios, muitas vezes de forma abusiva e com o pretexto de constituírem terras incultas. O movimento inicia-se na segunda metade do séc. XVIII e tem o seu auge com a Lei da Desamortização dos Baldios de 1869. Claro que esta desamortização também passou por Marvão, restando uma pequena parte dos antigos baldios concelhios. Sabemos que, em 1939, o Município ainda era proprietário, na freguesia de Santa Maria, dos baldios designados por Costa e Coutada⁽¹⁾.

18.2 OS BALDIOS MUNICIPAIS EM 1866

O tomo dos bens do concelho, de 1866, designado por “Novo Tombo dos Bens do Concelho de Marvão⁽²⁾”, apresentava, naquela data, os seguintes bens de raiz, rurais:

Baldios e Maninhos

- O chamado Rocio da Villa (...)
- O terreno chamado o Sapoio (...)
- Os canchos chamados do Arieiro – a partir da Cruz do Arieiro e vertente do Cobello para baixo (...)
- A serra chamada do Cabeço de Mouro (...)
- Um pedaço de terra maninha ao simo da Figueira da Botina (...)
- O Cancho chamado do Areal (...)
- Um pedaço de terra baldia por sima da fonte da Ladeira da Escuzza (...)
- Outro pedaço de terra baldia, e maninha no Cabeço da Urra (...)
- Uma grande porção de terra maninha e de Jouna que está dentro de uns tapumes de Francisco Marques da Escuzza, na Serra da Urra (...)
- Um bocado de terra Concelhia dentro de um tapume de Vicente Pedro Bonacho na serra do Cabeço da Urra (...)
- Outro pedaço de terra maninha e Concelhia que está dentro de uma tapada de João Ventura no Cabeço da Urra (...)
- Um bocado de terra Concelhia que está dentro de um curral de Antonio Ventura no Cabeço da Urra (...)
- O terreno Concelhio de um curral de Arcenia Roza por sima da fonte na Ladeira da Escuzza (...)
- A serra chamada de São Mamede ao simo das Revelladas e do Gafete (...)
- Uma porção de terreno baldio por baixo da serra de São Mamede (...)
- Um bocado de terra baldia, concelhia no sitio do Jogo da Bola (...)

18.3 A DESCRIÇÃO DO “ROCIO” NOS TOMBOS DE 1746 E DE 1866

A descrição que se segue permite-nos ficar com uma ideia muito aproximada da delimitação deste baldio no séc. XVIII, muito embora, se a tentássemos efectivamente cartografar, deparar-nos-íamos com algumas situações de difícil ou impossível resolução, fruto de toponímia desaparecida, da alienação de algumas partes a particulares e também das medições apresentadas que, na parte sul, constituem uma aparente impossibilidade.

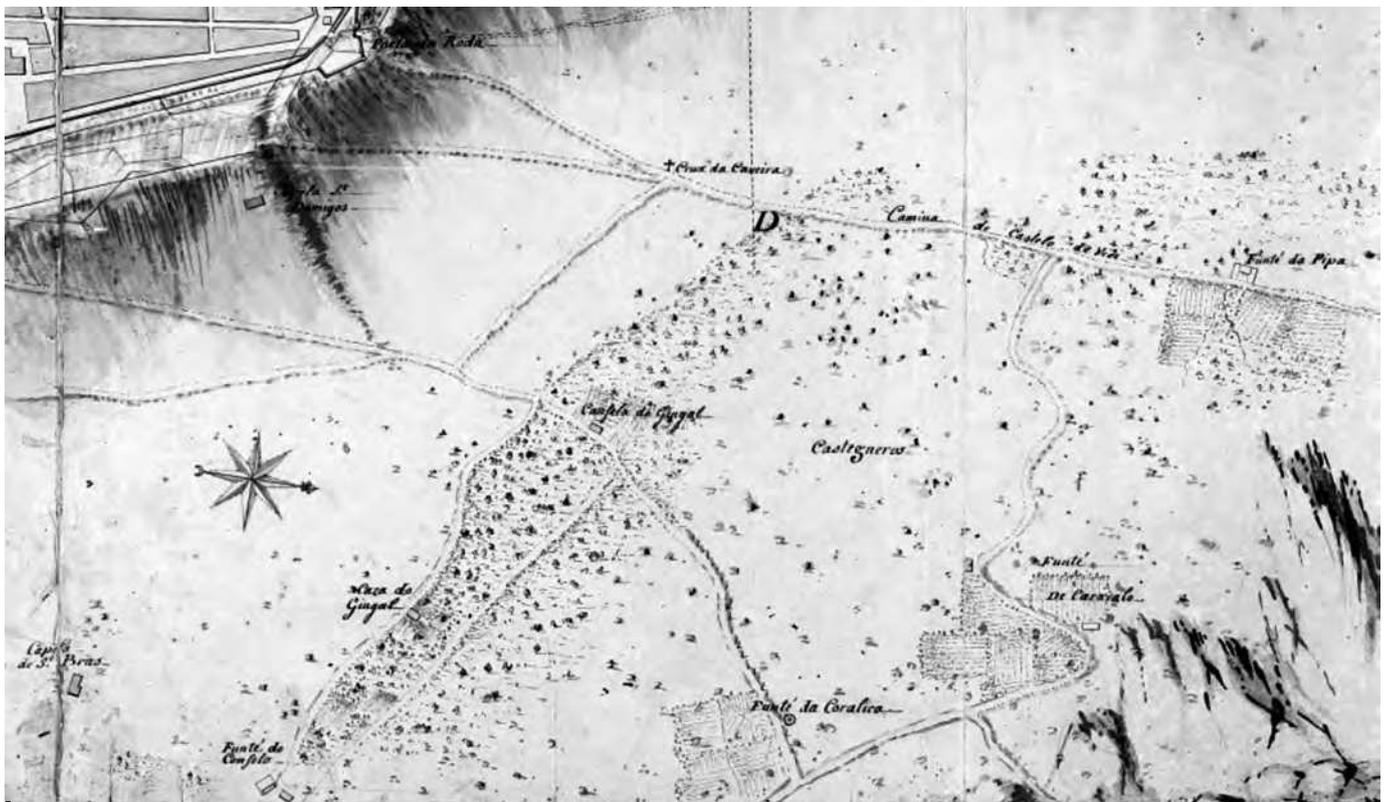
a) A descrição de 1746

Medição do Roxio da Villa

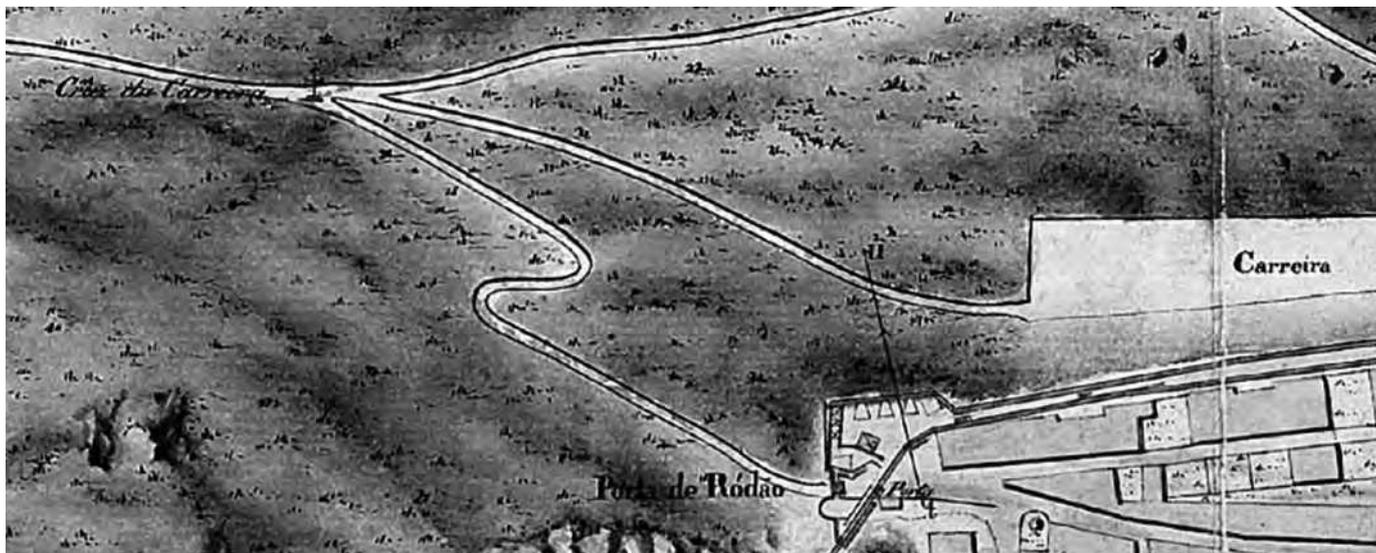
*Aos trez dias do mês de Setembro de mil Sete Centos quarenta e Seis anos, nesta villa de Marvão e Roxio da Villa desta, adonde foy o Doutor Provedor Comigo e escrivão e procurador do Tombo, medidores, e árbitros atrás nomeados, e Logo Semedio o Roxio da Villa, e Cômessou a medição da **quina do forte da porta da villa** e dahi Caminhando para o Sul ao Redor do fosso athe dar á **quina da Torre do Corvo**, onde fazem dezoyto vâraz, e dahi **virando para nascente pelo fio das peñas a baixo** athé dar á **peña defronte da calçada do areeyro** fâzem dezoyto vâraz, e dahi virando para o norte **direyto da Calçada athe dar da mesma Calçada á Cruz quebrada** tem Cento e trinta vâras, e dahi virando para o norte athe dâr na **quina da Serca dos fradez** Caminhando Sempre agoas vertentes athe dâr á **pédra alta Redonda por baixo da serca dos fradez de nossa Senhora da Estrella**, e athe ahi tem duzentas e vinte vâras, e Caminhando direyto **há horta dos frades da mesma Senhora, tendo-sse Sempre a devizão pelas paredez do vergonteal da Siborra** e athe hi fazem*

O ROCIO OU COSTA

duzentas, e quarenta vâras e Caminhando direyto à **fonte do Conselho** e ao Redor da parede das hortaz, Caminhando a calçada asima athe dár á **porta do Ginjal de João de Castilho**, á quina da calçada fazem duzentas e Setenta, e Sette vâraz, e Caminhando a **Calçada ásima athe dár á quina da parede do ditto Ginjal** fazem athe ahi oitenta vâras, e voltando para o poente ao Redór da mesma parede athe dár á **penha por cima do ditto Ginjal de fronte da Crus** tem Cento e vinte vâraz e **Caminhando direyto ao meyo da penha do Corvo**, fazem athe ahy duzentas e vinte e sinco vâras, e Caminhando ao Redor da penha da parte do nascente athe dar na **Torre do (co)bello** tem Cento e Setenta vâras, e dahy virando para o nascente **ao Redor da muralha athe dar á porta do Rodão**, tem duzentas e oitenta vâraz, e Caminhando Sempre ao Redor da muralha e fosso **athe a quina do forte onde se Comessou** a medição tem duzentas quarenta e sette vâraz, de que o Doutor Provedor mandou fazer este termo, que Com o procurador do Tombo, e medidores assignou Manoel Ayrez Baptista escrivão o escrevi / Levoim / Manoel de Faria Frausto / Pedro Soarez / Simão Luiz⁽³⁾.



Extracto da planta militar de 1765 localizando vários topónimos da descrição do "Rocio" de 1746 (GEAEM, 3133-2-21-30)



Este cruzeiro, implantado na calçada para Castelo de Vide, vem designado, na planta militar de 1765, elaborada por técnicos estrangeiros que usam a língua francesa, como "Cruz da Caveira". Trata-se, quase por certo, de um erro: o cruzeiro não tem vestígios de caveira e na planta portuguesa de 1818 (do Real Corpo de Engenheiros) é designado por Cruz da Carreira, exactamente porque desembocava na Carreira, espaço terraplanado frente à muralha nascente onde circulavam carros de tracção animal que se dirigiam à Porta da Vila (ver extracto da planta de 1818 que publicamos acima, GEAEM, 3150-I-2A-25-35), uma vez que o acesso à Porta de Ródão era demasiado declivoso

b) A descrição de 1866

Esta descrição é muito mais sintética permitindo-nos, por análise das duas, identificar pontos de referência comuns.

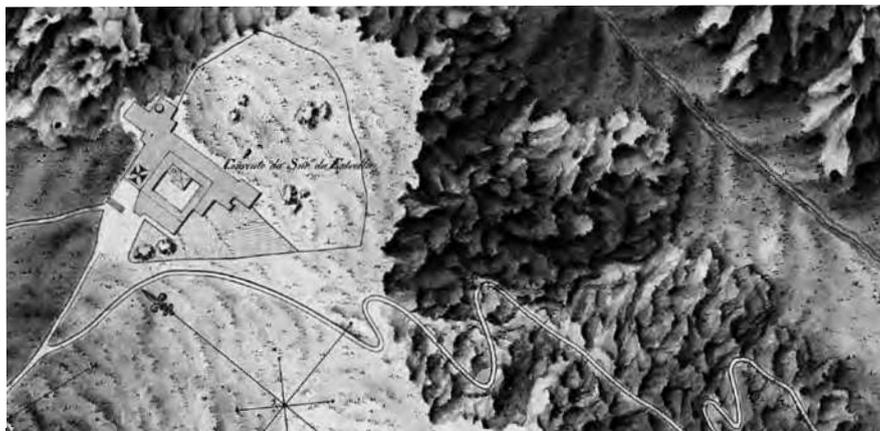
Baldios e Maninhos

O Chamado Rocio da Villa – antigo logradouro dos vizinhos da mesma, que compreende o terreno baldio em frente da Villa da parte do nascente, da penha do Cobello direito á Cruz do Arieiro, daqui por de traz do Convento ás paredes da tapada de São Braz, á fonte do Concelho, pelas paredes do Ginjal da Torres, do Souto de Rosa Rolla, e do Ramillo, pelas abas dos Soutos bravos direito aos Marvonzinhos⁽⁴⁾.

c) Síntese

Grosso modo, podemos dizer que o "Rocio" de Marvão tinha como limites extremos, do lado poente, ou seja, da vila, toda a sua muralha, desde o Postigo do Torrejão, ou do Cubelo⁽⁵⁾, a sul, até aos Marvõezinhos, ou seja, até ao final da crista quartzítica que se prolonga para norte do castelo. Dos Marvõezinhos partia uma linda, necessariamente poligonal, que chegava ao ponto mais a nascente do baldio - a Fonte do Concelho -, e daí seguia, pelas traseiras do Convento, até à Cruz do Arieiro⁽⁶⁾ - na calçada que vai para a Portagem -, invertendo para poente até ao Postigo do Torrejão. Este cruzeiro será, com grande probabilidade, a "Cruz de S. Bartholomeu" que está desenhada em planta militar de 1818.

O ROCIO OU COSTA



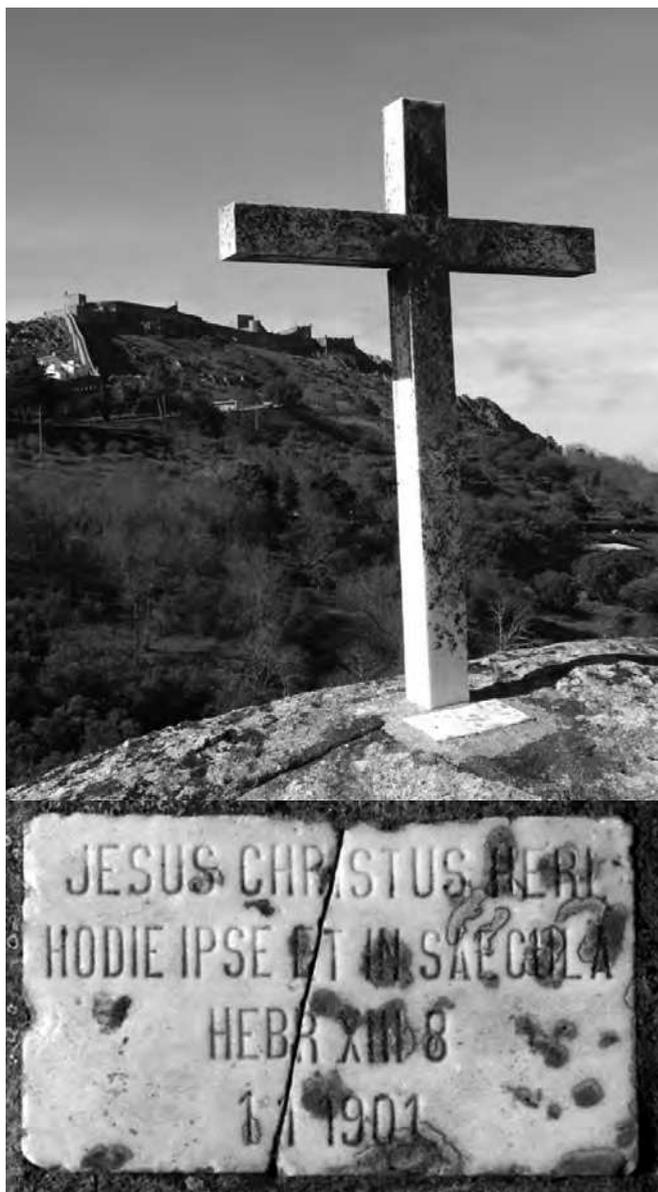
Extracto da planta militar de 1818 (GEAEM, 3150 -I-2A-25-35) localizando a "Cruz de S. Bartholomeu"



Estradão paralelo à muralha nascente, antes da construção da estrada alcatroada - que estava pronta em 1966 - que se mantém, na memória dos da vila, com a designação de "Carreira"



O Rocio ou Costa, junto às muralhas de Marvão, em 1946 (SIPA FOTO.00167019); são visíveis a Carreira e, a meia encosta, a calçada para Castelo de Vide e para a Fonte do Concelho



Cruzeiro sobre a "pédra alta Redonda por baixo da serca dos fradez", aí erigido em 1901, conforme lápide assente na base. Tradução da lápide: "JESUS CRISTO, O MESMO, ONTEM, HOJE E PELOS SÉCULOS. HEBREUS, 13, 8. 1.1.1901" (tradução do Padre Bonifácio Bernardo)

18.4 O PROTESTO DOS MILITARES, EM 1877, CONTRA A DESAMORTIZAÇÃO DE BALDIOS

Damos a conhecer um ofício⁽⁷⁾ escrito pelo Director Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, datado de 12 de Junho de 1877, sem destinatário expresso, mas com certeza dirigido aos seus superiores do Ministério da Guerra, protestando contra os abusos da desamortização dos baldios do Rocio ou Costa que considerava territórios de servidão militar e, por isso mesmo, sujeitos à respectiva autorização para efeitos de uso.

Estes documentos⁽⁸⁾ mostram sem contestação que a Praça tinha esplanada, e que se estendia a muito mais dos 32,97 m além da raiz das muralhas; é de supor que todo o terreno em roda da praça, que a condescendência tornou em logradouros comuns, fossem terrenos militares dos quaes a Camara Municipal de Marvão seguindo o exemplo de muitas outras se apoderou para fazer dinheiro, considerando como seu o que era pertença do Estado.

A espoliação verificou-se portanto com a sancção do ministério da fazenda, que não se mostra remisso em anunciar a venda dos bens incluídos nas leis de desarmotização (sic), porque supõe que os interessados reclamarão contra ella. (...) o que me parece porem fora de duvida è que as propriedades confinantes da praça estão sujeitas á servidão implícita no decreto de 17 de maio de 1865, e que os possuidores dos terrenos, embora se lhe não queira contestar a posse, não podem sem licença do ministério da guerra lavar a zona de defeza que ultimamente foi demarcada. Neste sentido julgo procedente a acção intentada primeiramente contra o Bacharel Leandro Pinto Frausto, e ultimamente contra Jeronimo de Mattos Magalhães⁽⁹⁾, a quem aquelle vendeo os terrenos de que se trata (...).

*Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra
O Director Geral
José Manços de Faria
Gen.al de Div. ão*

Conjuntamente com este ofício está a cópia de outro documento relacionado, de datação anterior mas do mesmo ano (3 de Março de 1877), onde o Secretário da Direcção Geral d'Engenharia, Tenente Coronel de Engenharia, Eduardo Oliveira, se insurge contra a utilização abusiva, por parte de Jerónimo Magalhães, do fosso do Postigo do Torrejão (a julgar pelos seus 72 m de comprimento, segundo o documento), que não lhe pertencia, por não estar contemplado na escritura de compra dos terrenos a que se refere o ofício anterior.

Levo ao conhecimento de V. Ex.cia que pelo lado do nascente, na muralha do castello desta praça e próximo á caserna existe um portado de alvenaria que dava sahida para um pequeno fosso e antiga bateria redonda já em ruinas⁽¹⁰⁾, tendo este outro portado aberto que dá comunicação para a esplanada, que já se acha lavrada.= Por parte que me foi dada pelo ajudante desta praça, haverá 3 dias que foi lavrado o terreno do dito fosso por João d'Oliveira ou Joaquim Sargedas, com authorisação ou por mandado de Jeronjmo de Magalhães, todos d'este concelho, cujo fosso o referido Magalhães não pode considerar terreno baldio na escriptura de compra, como considerou o terreno da esplanada, que n'este e outros pontos se acha lavrado e cavado, e em parte semeado; mas sim ao Ministerio da Guerra julgo cabe o direito por lei e antiga posse para poder considerar e classificar o referido fosso como pertences ao edificio do Estado. (...) Não pode ficar em silêncio sem manifestar a V. Ex.cia a referida occorrença por ser diferente da questão que

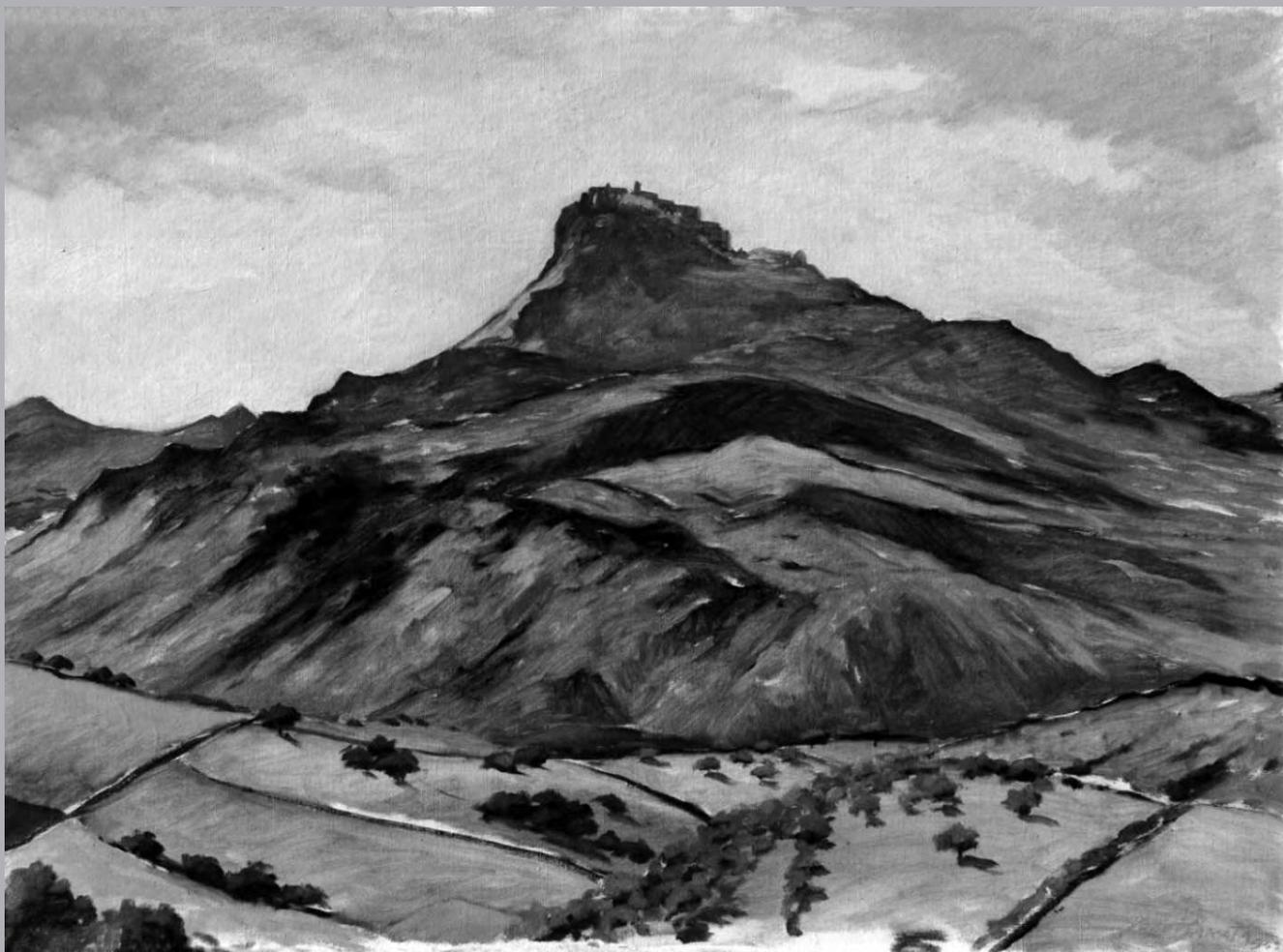
tem havido com o referido Magalhães, a respeito do terreno da esplanada que julga como seu, assim como quer também possuir o dito fosso sem ter sido vendido nem incluído na escriptura de compra do referido terreno baldio.= Aproveito tambem esta ocasião de remeter incluso a V. Ex.cia uma nota das dimensões que tem o referido fosso (...).

*Quartel na praça de Marvão 25 de Fevereiro de 1877
João Gonçalves Ramalho, Major reformado, comandante militar (...)*

*Comprimento metros.....72
Largura..... ".....4
Altura..... ".....1,82
Espessura ou grossura da parede...0,55
Resto de uma bateria redonda na extremidade do fosso do lado do sul, junto ao portado....2,5
Portado do fosso_altura_metros.....2
Largura do dito.....".....1,20
Bateria redonda altura.....".....2,50⁽¹¹⁾*



Já vimos que a calçada para Portalegre tinha o Cruzeiro de São Bartolomeu e que a calçada para Castelo de Vide tinha o Cruzeiro da Carreira. Pois esta curta calçada que dava acesso ao Convento de Nossa Senhora da Estrela também tinha um pequeno cruzeiro, embebido na parede. Para quem entrava e para quem saía da vila, aventurando-se pelos caminhos que nem sempre eram pacíficos, agradecia-se ou pedia-se a Deus a graça de uma boa viagem



Óleo de João Barata (1953)

- (1) AHMM, Mç 00, ACTAS DE VEREAÇÃO, CMMRV/B-A/01/122, acta de 17 de Junho de 1939, folha n.º 169 v.º.
- (2) AHMM, CMMRV/D/01/005, “NOVO TOMBO DOS BENS DO CONCELHO DE MARVÃO”, 1866, folhas n.º(s) 7 v.º a 12 v.º.
- (3) AHMM, Mç 13, TOMBOS DE BENS DO CONCELHO, CMMRV/D/01/001, folhas 12 a 13.
- (4) AHMM, Mç 13, TOMBOS DE BENS DO CONCELHO, CMMRV/D/01/005, 1866, folha 7 v.º.
- (5) Ver a planta militar de 1814, onde se designa esta parte da fortificação como “Tenalha do Cabelo”.
- (6) Este cruzeiro já não existe e diz-se que duas das suas pedras foram utilizadas na reconstrução do pelourinho. Informação de Joaquim Diogo Simão (1941-).
- (7) Arquivo Histórico Militar de Lisboa, doc. 3/9/54/31 de 1877.
- (8) Refere-se à planta de 1814 que temos utilizado.
- (9) Esclareça-se que, em 1877, o Dr. Leandro Pinto Frausto era o Administrador do Concelho, ou seja, o zelador da boa aplicação das leis e regulamentos da administração pública, na dependência directa do governador civil. Jerónimo de Mattos Magalhães, pai de António de Matos Magalhães, era tabelião e compadre do Dr. Leandro, uma vez que o seu filho António casou com D. Maria Theresa Pinto Frausto.
- (10) Esta bateria redonda, em ruínas, “na extremidade do fosso do lado sul, junto ao portado”, estava localizada do actual torreão sul (ver Capítulo O Castelo e as Restantes Fortificações).
- (11) AHML, doc. 3/9/54/31 de 1877.

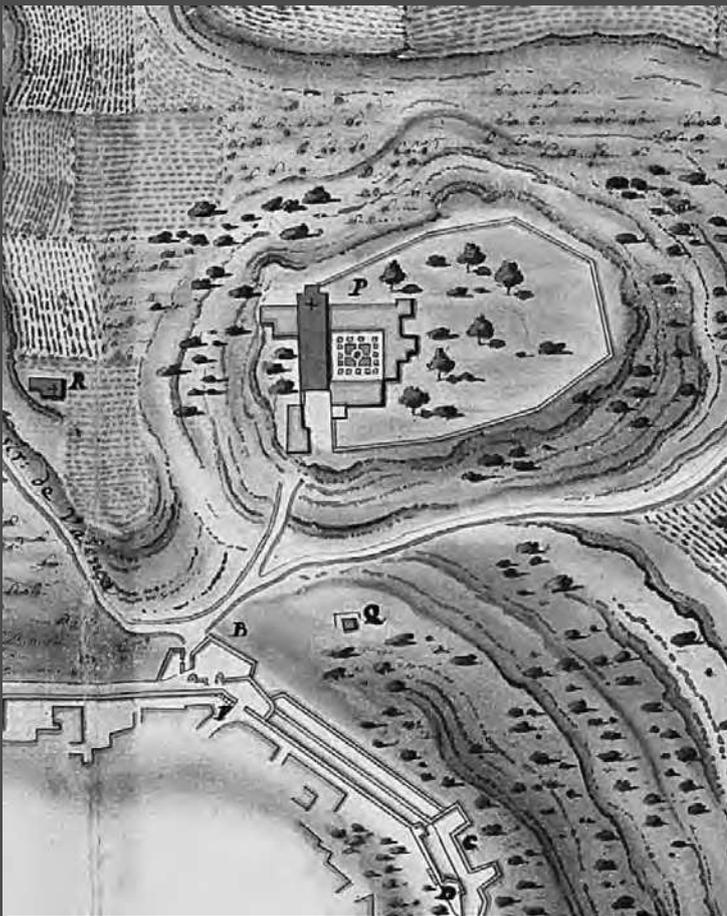


PORTUGAL - VILA DE MARVÃO

Igreja da Senhora da Estrela e Antigo Convento de frades menores de S. Francisco (hoje Hospital da Misericórdia)

19

**CONVENTO DE NOSSA SENHORA
DA ESTRELA**



O Convento de Nossa Senhora da Estrela em plantas militares de 1755 (imagem da esquerda) e de 1765

19. O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA

19.1 OS PRIMEIROS FRANCISCANOS EM MARVÃO E A FUNDAÇÃO DO CONVENTO



O Convento visto das muralhas da vila

Ao contrário do que escreveram alguns cronistas da Ordem de São Francisco, como Frei Fernando Soledad⁽¹⁾, parece-nos plausível o aparecimento dos Frades Menores, em Marvão, antes da bula de 1448 que autoriza a construção do convento. Foi Possidónio Mateus Laranjo Coelho quem deu a conhecer uma referência ao facto inserta num códice da Torre do Tombo. Nesse documento, escrito em 1680 por Frei João de Santo Estevão, sobre a origem dos diversos conventos franciscanos da Província dos Algarves, onde Marvão se integrou em 1584⁽²⁾, pode ler-se sobre a antiguidade do convento:

(...) et quod Alex. 4 eas [indulgentias] confirmaverat et tunc denuo Julius 3. Nunc ad conjecturam antiquitatis conventus. Alex. 4 obiit 8 kal. Julii an. 1260 se dedit tantummodo an 6. Si confirmavit privilegia conventus, ut patet, patet etiam eius antiquitas et quod habuit principium penes 1258⁽³⁾.

Tradução:

(...) e que o Papa Alexandre 4º confirmara-as (as indulgências) e então, finalmente, o Papa Júlio 3º (também as confirmou). Agora, quanto à conjectura sobre a antiguidade do convento: Alexandre 4º faleceu no dia 24 de Junho de 1260, deu-se [a sua morte] no ano 6 [do seu pontificado]. Se confirmou os privilégios do convento, como é evidente, também é evidente a sua antiguidade, e [é evidente] que teve princípio cerca do ano de 1258⁽⁴⁾.

Reforce-se que esta confirmação de indulgências por parte do Papa Alexandre IV (1254-1261) já está referida, anteriormente, numa certidão de Frei Bernardino de Tomar, guardião de Xabregas, datada de 30 de Junho de 1551 (ver Cronologia Geral no final deste capítulo). Foi, uma vez mais, Possidónio M. L. Coelho quem leu este documento e o citou na sua obra que aqui seguimos, considerando-o “o que há no convento de mais antigo”.

§ XXVI
De Conventu S. N. S. Stella de Marvao.
Convento 13

Marvao est oppidum sic situm in districtu à Sarracenis quem
daturum tempore quo Hispaniam occuparunt, ut traditio tradit, in
Oceumque Alifimii montis monti Firmine oppidum in Conventu
Epianensi, in cuius loco alio est Conventus Dom. N. S. Stella de
Cano, antequam situs se ad hunc apparet, hunc Conventu manum
Tandem termino est, ea scriptura constat, quia tunc initium, si
cui Chronica Generalis narret, ea apparitione virginis Desana, cui
dam pastoris, de qua sua exaltatione coram. Et antiquissimum exaltat
vno Conventu parat concepit, ut statim videlicet, ut enim in an
vno Conventus authenticum diploma P. B. Bernardini de Tomar
Guardiani de Conventu de Xabregas L. S. Provincia Conventu Jan
nalis Nacionalis fratrum Minorum Conservatorio de Judicio Regali
vltimo Conventu de Stella, quod scriptum cum sigillo pendente infra
L. S. 30 Junij an. 1551, quo statim gratias omnibus fratribus
Conventu alijque Regali Praeterea, omnes servas servas Libe
raliter concessit magnas indulgentias, et locum istum Conventu de
Xabregas, de quibus in multitudine fratibus placare recitacionibus de
Cronica Historiae de P. M. de M. Maria cum gloria L. S. jubet itaqz
de Judicio Conservatorio suo gratias Conventu authenticum factis, et im
plications, prout ipsi vno indulgentias de quibus Alexander. Tunc confir
maverat, in anno domini Julij. Tunc ad Conventum a relictis (sic
denovo) Alexander. 4. Obiit 8. Kalend. Julij an. 1260 se dedit tantummodo
an 6, si confirmavit privilegia Conventus, ut patet, patet etiam eius
antiquitas, de quibus habuit principium penes 1258.

Extracto da cópia do documento referido supra, obtida pela Dr.ª Catarina Bucho Machado (enquanto responsável pelo AHMM), na Torre do Tombo, com a seguinte referência: Manuscritos da Livraria, n.º 525 - "Memorial terceiro da Santa Província dos Algarves por frei João de Santo Estevão", 1680, fls. 21-22. Atente-se que embora o documento refira, antes de mencionar a confirmação das indulgências por Alexandre IV, que Leão X concedeu indulgências, o Padre Bonifácio Bernardo, na tradução que realizou, é de opinião que o autor do texto não está a colocar os respectivos factos por ordem sequencial.

Nossa Senhora da Estrela, Manuscritos da Livraria, n.º 525 – fl. 21 a 22 (IANTT) (1680)

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA

Esta datação do aparecimento, mais ou menos eremítico por se tratar de Marvão e em sítio exterior às muralhas - prática cara a São Francisco de Assis (1182-1226) e mais tarde a São Francisco de Paula Eremita (1416-1507) que fundou a Congregação Eremitica / Ordem dos Mínimos (1506) -, de um necessariamente pequeno grupo de Franciscanos na vila, não nos causa qualquer estranheza. Estes mendicantes já andavam na região - a *instabilitas loci*⁽⁵⁾ que caracterizava a sua missão apostólica errante -, datando de 1266 o documento mais antigo que chegou até nós para o caso de Portalegre (doação de uma fonte aos frades, no Corro)⁽⁶⁾ e de 1239, a fundação do Convento de São Francisco de Estremoz⁽⁷⁾. Por outro lado, Franciscanos e lugares ermos e (ou) no seio da natureza, sempre foram realidades que a história casou, quer antes quer depois da fundação do cenóbio marvanense, estando, aliás, previsto na regra⁽⁸⁾. Como exemplos paradigmáticos, antes de Marvão, apontaremos, desde logo, as primeiras quatro fundações franciscanas em Portugal: em 1216/17, Alenquer, a partir de um eremitério preexistente⁽⁹⁾; em 1217, o Convento de São Francisco de Lisboa, no Monte Fragoso, então ermo e despovoado⁽¹⁰⁾; e também Guimarães, em 1217, e Coimbra, que já existia em 1220, foram, no seu começo, simples eremitérios⁽¹¹⁾. No séc. XVI, podemos referir os Conventos "Capuchos" da Arrábida e da Serra de Sintra, fundados, respectivamente, em 1542 e em 1560, por iniciativa da nobreza. Diga-se que, no caso da Arrábida, antes da construção do convento existia a Ermida da Memória, "local de grandes romarias, junto da qual, durante dois anos, viveram, em celas escavadas nas rochas, os primeiros quatro frades arrábidos"⁽¹²⁾.

Devemos ter presente que o eremitismo/monaquismo sempre foi seguido pelos Franciscanos ao longo da sua história, sobretudo a partir do movimento da Observância, após o Concílio Ecuménico de Viena (1311/12), acontecendo, ao longo do séc. XIV, a divisão da Ordem entre Conventuais ou Claustrais e Observantes que, por sua vez, se subdividirão, mais tarde, entre "Estrita Observância", a mais rigorosa, e "Observância". Era esta última que se praticava na Província dos Algarves, onde o convento de Marvão se integrou no ano de 1584, depois de terminar a Custódia do Porto, de Observantes, onde se integrou inicialmente com a extinção dos Claustrais em 1568. Sobre esta extinção, comenta Frei Fernando Soledade: "em que nós arrancámos totalmente da feira de nossa Religião o joyo da propriedade"⁽¹³⁾. As Memórias Paroquiais, referentes à Paróquia de Santa Maria, referem que os franciscanos de Marvão foram, inicialmente, Claustrais. Contudo, Frei Jerónimo de Belém, na sua *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves (...)* (1753, Livro VI, Cap. XIV, pp. 51 e 52), argumenta que o convento foi fundado para os Observantes, atendendo ao texto da própria bula. Mas como em 1550, Júlio III autoriza o convento a possuir rendas e propriedades, tal significa que neste ano já estaria na posse dos Claustrais. Depois de 1568, "os franciscanos portugueses acabaram por se reunir todos no ramo da Observância, constituindo sete províncias, nomeadamente a de Portugal e a dos Algarves no âmbito da "Observância", e as da Piedade, da Soledade, de Santo António, da Conceição e da Arrábida, no âmbito da "Estrita Observância" (Capuchos); acrescenta-se que tal integração partiu de um pedido feito nesse

sentido pelo Cardeal D. Henrique, nesse tempo regente, que obteve o acordo papal em 1567, sendo executado no ano seguinte⁽¹⁴⁾.

Contudo, não podemos confundir a existência de um grupo de frades em Marvão, já dotados de privilégios papais, aconchegados pela comunidade e nela trabalhando, como o aconselhava a sua regra⁽¹⁵⁾, com a instituição e a construção do convento que chegou aos nossos dias (*stabilitas in congregatione*). E admitimos que antes da conventualização pudesse haver um simples oratório, na gruta, e, eventualmente, instalações franciscanas rudimentares tão ao jeito de um grande ideal da Ordem: *zelare sacratissimam paupertatem*⁽¹⁶⁾. Refira-se, a propósito, que em São Francisco de Évora, fundado em 1224, segundo crónicas da Ordem, o claustro, ou seja, as instalações conventuais propriamente ditas, só foram construídas no séc. XIV⁽¹⁷⁾. Aliás, as Memórias Paroquiais marvanenses apontam no sentido de se ter construído, inicialmente, "huma casa de louvor"⁽¹⁸⁾. Em outra parte do texto refere-se "hum grandiozo templo, em que Deos he louvado por meio da Senhora da Estrela" e onde o movimento de peregrinação se terá iniciado, provavelmente sob dinamização franciscana. E só depois "passou este templo a ser Convento de Religiosos Claustráes; e depois de muntos annos a ser o que hé hoje, convento de observantes da primeira ordem de Sam Francisco da Provincia de Xabregas". Portanto, as nossas fontes indicam, claramente, que, antes do convento, houve edificações. Mas nunca nas Memórias Paroquiais se data o aparecimento da imagem que motivou toda a actividade religiosa posterior. Para alguns cronistas da Ordem, esse início é mesmo lendário (Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, Título III), recuando até à reconquista definitiva da região aos Muçulmanos (finais do séc. XII, princípios do séc. XIII). A única referência, embora lacónica, à datação do aparecimento da imagem que conhecemos está escrita no frontão setecentista de uma das portas da Capela de Nossa Senhora da Estrela: "apareceu em hvma roxa antes do anno de 1440". Cronistas da Ordem e o pároco de Santa Maria revelam nos seus escritos não ter a mínima ideia da localização temporal do aparecimento. Temos de concluir que o início do fenómeno religioso em causa é bastante mais recuado do que a bula quatrocentista que estabeleceu o convento fundacional.



Ex-voto s. d. (foto António Gil)

É também pela leitura da bula, autorizando a fundação do convento, que podemos acentuar a hipótese da existência de Franciscanos em Marvão antes do convento:

"Ut observantes domum recipiant prope Villam Marvani.

Ex lib. 2 de diversis formis, anno 2 fol. 242.

Dilecto filio Officiali Egitaniensi.

Fidelium votis, illis praesertim, qui salutem animarum, nec non Divini cultus augmentum respiciunt, libenter annuimus, etc, ut optatum fortiantur effectum, libenter interponimus sollicitudinis nostrae partes. Sane pro parte dilectorum filiorum nobilis viri Henrici Ducis Viseu et infantis Portugaliae; nec non hominum, et communis Villae de Marvan Egitanien. Dioecesis. petito continebat, quod in quadam vicino dictae Villae loco, in quo sue Ecclesia, nec Oratorium fundata comperiuntur, Altissimas sua ineffabili providentia visibus humanis, meritis gloriosae Virginis Mariae pene innumerabilia miracula his temporibus demonstrare dignatus fuerit, de praesentique demonstret, ipsique Dux, homines et Commune, occasione hujusmodi moti, ac zelo devotionis, quam ad. eandem Beatam Mariam gerere comprobantur; accessi: in dicto loco unam domum cum Ecclesia, campanili, Officinis, pro usu, et habitationem Fratrum Minorum sub Regula Sancti Francisci degentium, de bonis à Deo sibi collatio de novo construere proponant: Quare pro partae praedictorum ducis, hominum, et Communis nobis fuit humiliter supplicatum. Nos igitur discretioni tuae mandamus, quatenus si est ita, dictis Duci, hominibus, et Communi domum hujusmodi, et praemittitur, pro usu, et habitatione ditorum Fratrum, juxta Ordinis ejusdem sancti *Observantiam*, degentium, jure salvo fundado — licentiam largiaris. Non obstantibus felicitis recordationis Bonifacii Papae VIII. Fratribus, qui in ipsa domo — singulis privilegiis uti, et gaudere valeant, indulgemus. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae. M.CCCCXLVIII. Nonio Julii anno secundo".

Texto da bula de Nicolau V, lida e publicada por Possidónio M. L. Coelho (1988: 326)

A talho de foice, convém informar que se indica outra bula referente ao convento, denominada *Fidelium vota*, do papa Nicolau V, de 7 de Junho de 1445, mas com o mesmo teor, podendo tratar-se de erro historiográfico⁽¹⁹⁾. No texto apresentado por Possidónio M. L. Coelho, a bula é dirigida ao Bispo da Egitânia (Guarda), dando conta de uma petição dirigida ao Papa por parte de Henrique, Duque de Viseu e Infante de Portugal, de outros homens e da Comuna (Comunidade) de Marvão, em que os requerentes pedem licença para edificar uma casa, com igreja, campanário e oficinas para uso e habitação dos Frades Menores de São Francisco, no lugar em que a Bem-aventurada Virgem Maria concedia graças. Neste contexto, diz o nosso tradutor que aparece uma frase fulcral sobre a questão da datação das primeiras actividades religiosas franciscanas em Marvão: "*de novo construere proponant*". Como entendê-la? Uma casa a edificar de raiz ou aumentar/reconstruir uma existente? O Padre Bonifácio Bernardo inclina-se para esta última interpretação. Aliás, a bula, na sua parte final, refere que o Papa Nicolau V concede aos Frades Menores que venham a habitar o convento, a possibilidade de usarem e gozarem dos privilégios, supondo-se, portanto, antes concedidos.

A miraculosa imagem das Memórias Paroquiais:

Em tempo que Castella dominou a este Reino, dizem que os castilhanos, abismados dos muntos prodigios desta Santa Imagem, tentarão por varias vezes levalla para Castella escondidamente; mas ainda que ella, se deixava tomar dos Castelhanos, nunca quis passar para Castella porque levandoa fechada; ao passar do Rio Sever, onde devide Portugal de Castella,

abrindo o cofre, nunca a podião achar, e se vião, dezião ellas, empanados da portuguezita. Assim a tratavão por este diminutivo por ser tão Pequena esta Immagem da Senhora da Estrella, que apenas tem de comprida pálmo e meio, mas sendo esta Imagem tão pequena, he o seu pezo de couza munto grande (...) (In Memórias Paroquiais de 1758, Paróquia de Santa Maria)



Suposta imagem original de Nossa Senhora da Estrella, em pedra, com 39 cm de altura (sem contar com o resplendor), mandada restaurar/repintar por Rui Sequeira em finais dos anos 80 do séc. passado. Está, presentemente, danificada, com a cabeça partida. Não sabemos se o resplendor é de origem. Com a altura que apresenta, é a única que corresponde às descrições do séc. XVIII. As suas proporções atarracadas e a boniteza do seu rosto (desproporcionadamente grande) conferem-lhe uma factura não erudita, se bem que o drapejado do manto anime a figurinha e a retire claramente de um artesanato ingénuo. Esta imagem estava, nos anos 20 do século passado, sobre o trono do seu retábulo, em oratório de madeira, e tinha sido "recentemente restaurada na sua antiga pintura de azul celeste e doiradas estrelas" (COELHO, 1988: 340). Esta pintura não é a que a imagem hoje apresenta: embora o manto seja azul, é muito escuro para ser celeste e não está decorado com estrelas, mas sim com elementos vegetalistas



Uma das imagens mais antigas (sécs. XV ou XVI) de Nossa Senhora (c. de 68 cm de altura), esculpida em pedra calcária e com restos da primitiva policromia, ao estilo gótico e erudito, evidenciado pela feição naturalista e algo alongada da Senhora, bem como no desenho levemente contracurvado (S) do seu corpo

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA



Uma outra imagem de Nossa Senhora, em prata, com 37 cm de altura sem contar com a coroa, de proporções elegantes, com vestuário áulico, tiara e coroa, animada de um movimento teatralizado que podemos enquadrar no Barroco. Na sua mão esquerda segura uma pera que o Menino Jesus procura atingir, mas este "jogo" não lhe afecta o rosto imperturbável (clássico). Os cabelos das duas personagens estão finamente esculpidos. Poderá datar-se do séc. XVII ou já do séc. XVIII, para alguns especialistas, ou ainda do séc. XVI (Luis Keil) (fotos António Gil)



Pormenor da decoração azulejar do sítio onde apareceu a referida imagem de Nossa Senhora a um pastor, com vestígios da parede da segunda capela (1726-28). Ao cimo, pormenor do painel com uma estrela e a seguinte legenda: OMNIBUS SOLATIS FUNDIT (DERRAMA TODO O CONFORTO)



Inscrição que encima uma das portas da Capela de Nossa Senhora da Estrela, junto à qual esteve, no exterior, sobre uma rocha, até ao ano de 1726, a imagem milagrosa

O pedido da miraculosa imagem:

O seu principio, dis a tradição que foi por este modo; vinha sobindo por este monte hum pastor com o seu gado a horas de meio dia; e ali na gruta que dá principio ao cabeço deste monte, lhe appareceo esta Sagrada Imágem, sobre aqual se devizara hũa formozissima lux á maneira de Estrella, de cuja a[d]miração attrahido o pastor, qual outro Mouzés a examinar as chamas da sarça chegou a ver as luzes daquella estrella; e assim como a Mouzés falou o **Senhor das chamas, assim a este pastor falou a Senhora da Estrella, e lhe dice foce àquelle povo vezinho expor que era sua vontade que ali se lhe fizesse huma caza de louvor**; veio o povo a este avizo, e vio no ár a estrella, e na grúta a Senhora, por cuja razão a tratou desde logo com o titullo de Senhora da Estrella (...)

(In Memórias Paroquiais de 1758, Paróquia de Santa Maria)

O grande lapso de tempo que vai da suposta chegada dos Franciscanos à vila até à construção do convento quatrocentista (190 anos) também não nos deve causar estranheza. E também não sabemos se essa presença foi contínua. Com efeito, o clero secular, nomeadamente o paroquial, exercia uma forte oposição a que o clero regular se instalasse nas suas áreas, uma vez que representava concorrência em termos de influência sobre as populações e no que diz respeito à captação de receitas. Aliás, situação repetidamente exposta pelos cronistas da Ordem que se queixavam do que apelidavam de "commercio de caridade". Com a protecção papal – por constituírem um instrumento de reforma geral da Igreja contra os excessos do clero secular e também contra as heresias que grassavam no séc. XIII -, os mendicantes (ou predicantes) foram penetrando no território, ajudados sobretudo pelas famílias reais. Se em Portalegre conhecemos as ajudas de D. Afonso III e de D. Dinis para que os Franciscanos se instalassem, também aqui a fundação se fez com o patronato da família real, como lemos na bula: foi o Infante D. Henrique quem, após lhe ser atribuído, pelo rei, a alcaidaria do castelo de Marvão, em 1433, fez também sua a pretensão da Câmara e povo da vila em ter junto a si os irmãos franciscanos.

19.2 INTERPRETAÇÃO ARQUITECTÓNICA

Vários documentos provam que as obras andaram devagar nas primeiras décadas de construção, a poder de esmolas, de benesses régias e de indulgências papais, e que, quando se completavam num sector, já a ruína grassava noutro. A grandiosidade do convento é comentada do seguinte modo na “Discripção” de 1787 (ANTT/PT/TT/PALG/008/002/mç 95/doc.7): “Foi antigamente dos Claustrais e por isso hé Caza grande”. Grandiosidade a que não pode ser estranha, a julgar pelas Memórias Paroquiais, a grossa captação de esmolas dos romeiros que, durante todo o ano - e particularmente durante as Festas de 8 de Setembro -, vinham implorar a intercessão da milagrosa Senhora.

Há, na igreja, restos de um edifício anterior que corresponderá às primeiras edificações quatrocentistas (sobretudo as 4 bases de colunas, de cada lado, adossadas às paredes da nave, para além de muitas pedras aparelhadas dispersas pelos claustros) que não podemos reconstituir nem, tão pouco, saber se esse edifício alguma vez existiu completo, com unidade de estilo, tantas são as referências à lentidão e aos avanços e recuos do processo. Mas podemos concluir, após a análise dos vestígios existentes, o seguinte:

a) As medidas interiores da nave são de 32 m x 9,5 m, existindo 4 bases de colunas encastradas na parede do lado do Evangelho, a que correspondem outras tantas na parede oposta, em que assentavam colunas também encastradas na parede, com 32 cm de diâmetro, onde poderiam descarregar arcos torais da abóbada. Os intervalos entre os centros das colunas medem, de poente para nascente, do lado do Evangelho, 432 cm, 439 cm e 440 cm. A ter sido construída, a abóbada poderia ter 6 tramos, contando com 2 no actual espaço ocupado pelo coro alto (que tem 837 cm da parede do frontispício até à primeira base) e 1 na zona dos actuais confessionários que dispõe de 654 cm de comprimento. Acrescente-se que esta estrutura onde as colunas estão embebidas atravessa toda a espessura da parede norte, podendo observar-se no exterior, onde os intervalos medidos entre os meios dessas estruturas são os seguintes e no mesmo sentido: 425 cm, 425 cm e 430 cm. Ou seja, apesar das esperadas distorções, os intervalos exteriores correspondem aos interiores, posicionando-se os maiores no mesmo lugar.



Base de coluna na nave da igreja

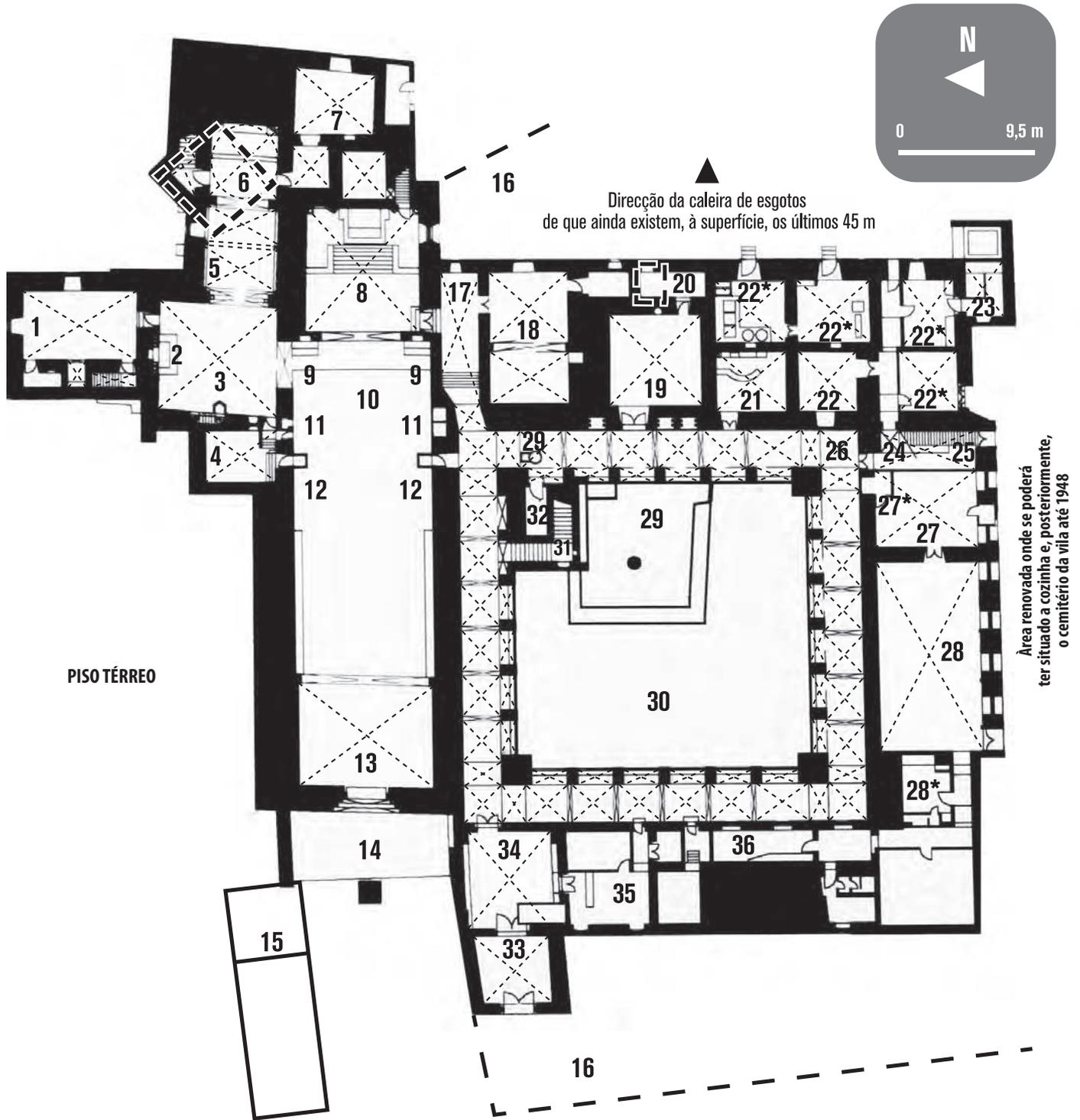


Base de coluna na nave da actual Capela de Nossa Senhora da Estrela



Pedaços de pedra aparelhada e lavrada dispersos nos claustros, sendo que o de cima, em mármore, parece uma pedra de fecho de um arco importante, p. ex., do arco triunfal da primitiva capela-mor; repare-se que tem estrelas de seis pontas esculpidas em relevo

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA



Legenda

1. Sacristia ou Casa de Despacho da Irmandade da Ordem Terceira
2. Capela da Irmandade da Ordem Terceira
3. Púlpito gótico
4. Acesso coberto ao púlpito e confessionário da igreja
5. Capela de Nossa Senhora da Estrela (1772). Nave construída com cantaria gótica da antiga nave da igreja conventual
6. Local onde estava a imagem de N. S. E., numa gruta, e posteriormente, a capela construída em 1726 (ver planta de 1765)
7. Sacristia da Irmandade de N. S. da Estrela
8. Capela-mor da igreja
9. Capelas colaterais
10. Nave da igreja
11. Confessionários
12. Púlpitos
13. Espaço sob o coro alto
14. Entrada com adro e cruzeiro manuelino

15. Hospedaria de fora (duas casas independentes nos altos, cavalaicha nos baixos e quintal)
16. Cerca (demolido quando do sítio de 1833/34)
17. Corredor de ligação entre a igreja, a sacristia e os claustros
18. Sacristia da igreja com lavatório junto à janela (exposto hoje no claustro)
19. Sala do Capítulo
20. Cárcere desaparecido, com tarimba de pedra e janela gradeada, com acesso por escada na espessura da parede junto à actual porta nascente da Sala do Capítulo
21. Casa de estudo de Gramática Latina (em 1784/5)
22. Zona da adega, três arrecadações e Casa da Procuração (provavelmente, uma das que têm degraus de pedra para o exterior (22*); em 1726, e ao contrário das outras "offiças", mandou-se calçar "por não ser duravel nella o ladrilhado"
23. Provável localização das latrinas, construindo-se posteriormente um forno e, mais recentemente, as caldeiras do aquecimento central; o actual compartimento poente

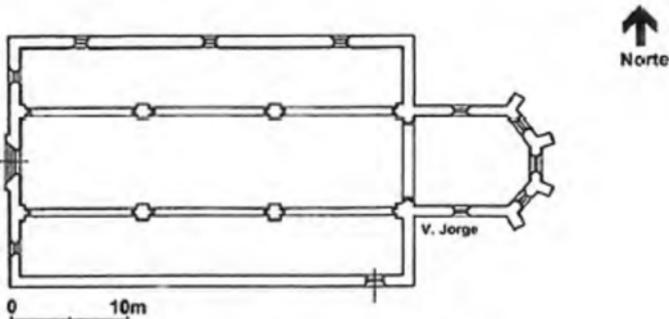
- dispunha de um tanque em cantaria (para receber águas usadas que serviriam para lavagem de dejectos?)
24. Portal gótico com as couceiras para a porta, revelando ser um acesso condicionado (ver n.º 22)
25. Escada regral
26. Porta de acesso à "offiças" do lado nascente
27. De Profundis com porta (27*) posteriormente emparedada; poderia apresentar o lavabo do refeitório
28. Refeitório que tinha "junto" a cozinha, provavelmente para poente (compartimento muito alterado, 28*) ou então para sul, em edifícios desaparecidos
29. Bocas da(s) cisterna(s)
30. Claustro com seus corredores abobadados
- 31 e 32. Escada das matinas e arrecadação
- 33 e 34. Anteportaria - onde se proibiu a entrada a mulheres em 1736 (COELHO, 1988: 335) - e portaria
35. Cavalaicha com duas manjedouras e palheiro
36. Casa da lenha

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA

b) Como as bases das colunas da nave são exactamente iguais às que se encontram na Capela de Nossa Senhora da Estrela, poderíamos admitir tratar-se da mesma campanha de obras, ou seja, de vestígios do convento quatrocentista construído a seguir à bula. Campanha de obras que, necessariamente, incluiria o claustro gótico de arcaria geminada que hoje se pode descobrir embebido no claustro seiscentista/setecentista. No entanto, a referida capela não está desenhada nas plantas militares de 1755 e de 1765, o que significa que só terá sido levantada na campanha de obras de 1772, como adiante explicaremos.

c) Repare-se no espaço fronteiro à Capela (privilegiada) da Ordem Terceira que mais se assemelha a um adro interior, para receber peregrinos, dotado de púlpito gótico. Possui uma fresta de iluminação também gótica que lhe introduzia a luz (hoje tapada por uma saleta construída no exterior, c. de 1698, para dar acesso ao novo púlpito da nave e respectivo confessionário). Tal significa que o acesso à dita capela se fazia, originalmente, como ainda hoje acontece, através da nave da igreja.

d) A nave deveria ter sido sempre única, a avaliar pela sua largura interior de 9,50 m, a que corresponde um comprimento superior ao triplo desta medida (32 m). Refira-se, por comparação, que a primitiva Igreja de São Francisco de Évora apresentava c. 32 m de comprimento interior por 19,7 m de largura, portanto, um rácio de c. 1,6⁽²⁰⁾.



Reconstituição da planta primitiva da Igreja de São Francisco de Évora por Virgolino Ferreira Jorge

e) Apontando as bases das colunas referidas para uma cobertura em abóbada, não compreendemos porque razão foi substituída pela actual, de canhão, passados apenas 250 anos (1698-1448). Inserindo-se na mesma tipologia básica das igrejas que os Observantes construíram nos sécs. XVII e XVIII, não é destituído de sentido admitirmos que a remodelação geral empreendida nestes séculos procurasse esconder o artificioso convento dos claustrais, tornando-o arquitectonicamente mais humilde. Lembremos os Estatutos da Arrábida de 1698: “Morando nós em Casa do Rey Celestial, que por nós se fez pobre em este mundo, em pobres, & humildes Casas convem que moremos”⁽²¹⁾.

f) Toda a infância gótica, quatrocentista, quer da igreja (de que não conhecemos as dimensões pristinas) quer nos claustros, ficou embebida no todo que chegou aos nossos dias. Na igreja, a data (1698) no lintel do atarracado con-

fessionário, do lado do Evangelho, parece registar a sua renovação. O retábulo da capela-mor, sabemo-lo com segurança, foi iniciado em 1802. Nos claustros, conhecemos uma importante campanha de obras datada de 1726 (dormitórios e oficinas do piso térreo, bem como os sanitários)⁽²²⁾, sendo provavelmente deste século a sua reforma geral que embebeu todo o existente quatrocentista.



O confessionário do lado do Evangelho com a data inscrita de 1698

Curiosamente, nas Memórias Paroquiais colhemos que, até 1726, as receitas que o convento realizava eram consideráveis, situação que se alterou quando se destruiu a primitiva capela, na gruta, e se construiu a segunda, em 1726 (ver planta de 1765):

*Pello que de todos povos desta Provincia hera em todo o anno e todos os annos huma continuá da procição de romagem, sem nunca amtrar nenhum romeiro que já mais ficase satisfeito de todo de ver quanto queria a Senhora, nem sahisse sem grande saudade do que vio, e por isto, e pello continuado dos milagres da Senhora herão tantas a[s] esmollas, e pezos de trigo, e de sera e mortalhas, que **houve guardião que por todos os dias do anno o menos que recebeo forão des, e doze mil reis de esmollas, excepto as das missas.***

*(...) Porem há trinta annos a esta parte, **depois que por ordem do Ordinario daquele tempo, se tirou a Senhora da gruta, e a poder de polvora se quebrou o rochedo, em que se virão alguns prodigios, e se fes capella, onde as luzes do dia demóstrão a Senhora, menór haja a davoção e menos são já a[s] esmollas, porque tirado o povo de Castello de Vide donde em todos os dias e em todas as suas alliçoens são continuas as vezitas e romarias, para esta Senhora. De todos os mais povos desta Provincia somente nos mezes de Setembro, e Outubro he em todos os annos a Romágem continua***⁽²³⁾.

Apesar de transfigurado pela passagem do tempo, este convento franciscano exemplifica a nova religiosidade das ordens mendicantes que despontaram no séc. XIII. Os mosteiros estão para a vida contemplativa e de clausura, como os conventos estão para a vida activa, extramuros, onde os frades projectavam a sua religiosidade, prenhe de preocupações sociais. É por isso que as suas igrejas

estão de portas abertas para a urbe. Repare-se como o cruzeiro manuelino está no exterior, a exercer a atração que lhe advém da sua beleza, a um tempo mística e artística - quase uma figura de convite -, bem no centro de um amplo adro calcetado, tudo a conduzir para o portal gótico da igreja. Portal a um tempo elegante e austero, inscrito em gablete, lembrando o da Igreja de São Tiago, mas com, pelo menos, um século e um lustre de permeio. Sobreposto, o janelão decorado com labores setecentistas, com a estrela e o emblema franciscano, e ainda, um pouco recuada, a torre sineira, num conjunto claramente apelativo. Esta igreja, aberta ao culto público, é bem o exemplo contrário das chamadas igrejas para culto privativo, ou clericais, dos templos monásticos.



O adro da igreja conventual, o cruzeiro e o emblema franciscano (fotos Raul Ladeira)

Ao entrarmos, apercebemo-nos da grandeza extraordinária do edifício, o que só se justifica por ser de peregrinação. A sua tipologia, de nave única com entrada sob o coro alto, abóbada de canhão, capela-mor rectangular, mais estreita e baixa, duas pequenas capelas colaterais, um confessionário e um púlpito de cada lado, é frequente nas igrejas franciscanas observantes construídas nos sécs. XVII e XVIII (FIGUEIREDO, Ana, 2009). Acrescente-se, ainda, a frequência com que se construía como que um falso transepto: um arco de cada lado para acesso a uma capela

lateral e à zona claustral (no caso de Marvão, apenas um arco e uma porta de acesso ao claustro no interior da capela-mor). As paredes estão despidas, de branco de cal, banhadas por uma luz natural açucarada, como é timbre franciscano e alentejano, mas também dos Franciscanos Observantes. No amplo espaço, de geometria clara, sem os obstáculos de naves laterais que dificultariam a visibilidade para o altar-mor, pondo em destaque os labores coloridos dos altares, construídos a partir de 1802, mas ainda numa transição para o Neoclassicismo⁽²⁴⁾. Os pregadores dispunham dos fiéis (nessa altura em grande número) sem qualquer obstáculo arquitectónico. A forma do amplo salão abobadado tem, necessariamente, uma explicação litúrgica que se prende com a passagem do conceito de templo (espaço de adoração que, neste caso concreto, ficou restringido à capela de Nossa Senhora da Estrela) a eclésia (assembleia). Desde o séc. XVI que as igrejas vinham sofrendo transformações no sentido de constituírem espaços mais funcionais para a comunicação com os crentes, avançando os púlpitos da zona da cabeceira para o interior das naves (adossados a paredes ou a pilares). As conhecidas igrejas-salão proliferaram, nomeadamente ao nível das novas catedrais austeras, de arquitectura-chã, de D. João III (Portalegre, por exemplo), dando origem, dentro do mesmo conceito, às igrejas de nave única tão ao gosto do estilo jesuítico de inspiração nacional. Curiosamente, São Francisco de Évora foi o seu protótipo.



Interior da igreja com os altares e retábulos da cabeceira (nave, foto Raul Ladeira)

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA



O coro alto esgrafitado (foto Raul Ladeira)

Do lado do Evangelho, abre-se a parede da nave, em arco, para as Capelas da Irmandade da Ordem Terceira e de Nossa Senhora da Estrela. O espaço encanta pelas reminiscências góticas, sobretudo pelo ingénuo púlpito no espaço que antecede a capela, com certeza para permitir a concentração de peregrinos. Uma chamada de atenção para a balança que servia o pagamento de promessas e, também, para a mesa de reuniões da Misericórdia – que para aqui se transferiu no dia 28 de Maio de 1903 -, em toco castanho, instalada na Casa de Despacho da referida Irmandade. Na mesma sala, existe um conjunto de quatro varas que poderão ter pertencido à Misericórdia.

Já o novo retábulo setecentista da Capela de Nossa Senhora da Estrela, antecedido pela pequena nave “neogótica”, constitui uma obra erudita, de um Barroco esculpido em mármore, com labores *rocaille*. Foi obra secular do Bispo de Portalegre (1772) que, como já referimos, passou a administrar os bens do convento quando este, a partir de 1568, se tornou observante. “Enfim, um sinal de novas épocas e de sensibilidades artísticas emergentes (...) cuja glória e “luxo para Deus” constituiu um testemunho exteriorizado de fé e teve reflexos na mutação das normas (...)”⁽²⁵⁾. Esta capela tem, para sul, a sacristia da Irmandade de Nossa Senhora da Estrela.

Como já referimos, a nave gótica foi construída cerca de 1772, com cantaria vinda da antiga nave da igreja conventual. Não consta nas plantas militares de 1755 e de 1765. Repare-se nas dimensões desproporcionadas das chaves da abóbada e no facto da chave nascente apresentar nervuras que depois não têm continuação, prova de que não foi talhada para aquele lugar. Antes, em 1726, “se fes capella” (Memórias Paroquiais) “aonde está o pedestal do retabolo da parte do evang.º e se veneroo athe o de 1772”, como se refere na lápide sobre a porta norte e como está desenhada na planta militar de 1765. Para esta terceira capela se trasladou a sepultura do Conde de Val dos Reis, protector da Irmandade de N. S. da Estrela que tinha capela própria, “abullida” (ANTT, PALG, 008, 0002, mç 95, doc 7). Segundo as Memórias Paroquiais, esta capela “abulida” corresponde à segunda (1726).



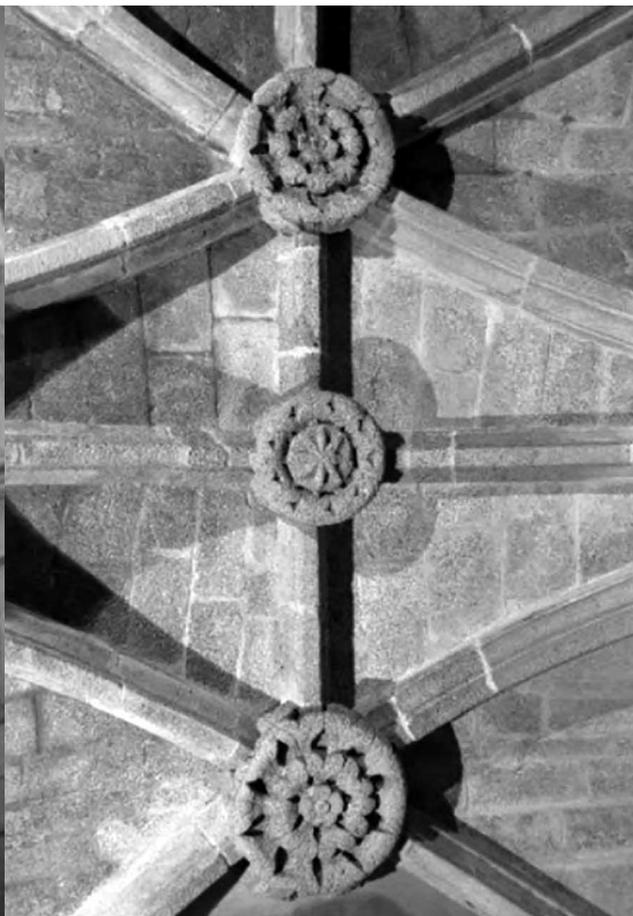
Antigo púlpito gótico



A cadeira do Provedor na antiga mesa e bancos da Misericórdia



Conjunto de varas que, provavelmente, pertenceram à Misericórdia (foto António Gil)



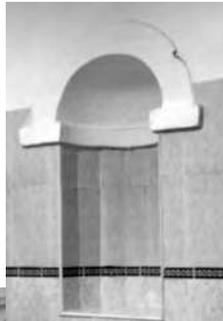
Resta falar do claustro, remodelado nos sécs. XVII/XVIII, com tramos de abóbadas de aresta, no piso térreo, e de abóbadas de canhão nas galerias do piso superior. Conhecemos, como já referimos, um importante contrato, datado de 1726, em que se prossegue, na ala sul do claustro, a uma profunda remodelação nos seus dois pisos (ADP/CNPTG/02/001/0004). Na ala nascente do piso térreo, a maior das salas, com nicho na parede posterior, era a Sala do Capítulo, com porta ladeada por duas janelas góticas de cada lado e conservando, até hoje, um nicho na parede do fundo. Comunicava com o cárcere através de escada construída na espessura da parede, junto ao actual vão da parede nascente. No piso superior situavam-se os dormitórios (ver planta) que, segundo o inventário de 1795 (ANTT, PT/TT/CNSEM/001/0001), se designavam por “Dormitorio da p.te da Villa” e “Dormitorio da p.te de Castella”. Mas o claustro primitivo, com a sua arcaria quebrada de colunelos geminados – como nas clarissas de Portalegre (f. 1376), com os capitéis mais simplificados -, ainda está aparente, aqui e além, notando-se que a intervenção seiscentista/setecentista os incorporou nas novas alvenarias. Sob a galeria inferior, uma boca de cisterna, com o respectivo bocal, permitia o abastecimento de água; a um dos cantos do jardim, outra boca de cisterna dava de beber ao vergel franciscano.

Capela de Nossa Senhora da Estrela com seu retábulo e abóbada

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA



O claustro com a boca da cisterna (foto Raul Ladeira)



Entrada da antiga Sala do Capítulo, no piso térreo do claustro, do lado nascente. Ao lado, um nicho existente no interior da sala de que há memória ter encimado um altar. Olhando a porta de frente temos, à nossa esquerda, uma janela emparelhada e o princípio do arco de uma segunda, a que correspondem outras duas do lado direito, completamente embebidas na parede. Estas últimas foram postas a descoberto em 2016 com a nossa orientação. Serviam para iluminar a sala durante as sessões

19.3 POPULAÇÃO E ESCOLA CONVENTUAL

O número de religiosos, estabelecido estatutariamente, era de 12, o que está de acordo com a população que usualmente tinham as fraternidades menoritas. Número que, por outro lado, lhe confere um certo timbre eremítico. Mas este número contrasta, claramente, com a grandiosidade, relativa, que o convento, como edifício, conseguiu atingir, o que só se pode explicar, como já se referiu, pelo êxito religioso das peregrinações. Em documentos de 1457 e de 1551, sabe-se que havia, respectivamente, 25 e 10 frades; no arrolamento de 1698 constavam 20⁽²⁶⁾. E foi sempre assim, entre uma e duas dezenas, o número dos habitantes do convento, entre “religiosos”, “coristas”, “leigos”, “donatos” (leigos serventes) e “pupilos”. Conhece-se, aliás, uma estatística de meados do séc. XVIII que refere a existência, em Portugal (continente e ilhas), de cerca de 180 conventos com uma população global de cerca de 4.000 religiosos, o que dá uma média de 22 frades por unidade⁽²⁷⁾.

Teve o convento noviciado, pelo menos no séc. XVI, existindo, por essa altura, uma livraria com 164 volumes⁽²⁸⁾. Em 1784, a rainha D. Maria I subsidiou, por três anos, “huma Escola de Ler, Escrever e contar”, e no ano seguinte, a cadeira de Gramática Latina. Um dos franciscanos de Marvão chegou mesmo à notoriedade: no princípio do séc. XIX, Frei Luís Inácio dos Remédios era doutor e lente de Teologia na Universidade de Coimbra.

19.4 CONFLITOS PERMANENTES COM O CLERO PAROQUIAL

Registaram-se muitos conflitos com os párocos da vila (ver Cronologia Geral), o que se explica pela animosidade latente entre clero secular e regular que referimos no início. E por alturas da implantação do Liberalismo, foi claro o apoio de alguns franciscanos (por exemplo, de Frei António da Puríssima Conceição Loureiro) à nova causa, a exemplo dos seus irmãos de Castelo de Vide que chegaram a pegar em armas. Como foi claro o apoio do pároco da matriz, João Estação Mourato, à causa absolutista, como amplamente tratámos no Capítulo III. Aliás, também em Portalegre são sobejamente conhecidos estes conflitos - neste caso, entre Franciscanos, por um lado, e o Bispo com os Jesuítas por outro, no ano de 1605, tornando-se necessária a interferência real - que levaram à expulsão dos Franciscanos “e vieram outros de novo”, depois de cenas de pancada nas ruas, nada edificantes, junto à Porta de Alegrete. “E foram tantas as pedradas que tiraram contra o bispo que, se não foram os homens nobres que o ampararam, sempre houvera de sair escalavrado”⁽²⁹⁾.

Na visitação de 1728, à Igreja de Santa Maria, noticia-se, inclusivamente, a excomunhão do Guardião do Convento nos seguintes termos:

(...) *faço Saber que a mim me foy remetida hũa portaria de Sua (?) de q. do Presente mês de Julho em hũa Conta dada pelo R.dº Vig.rº da Vara desta V.ª Se deo publico, e notorio escandalo Com que Se (?) o R.dº P.e Fr. M.el do (Desterro?) g.ªm actual do Conv.tº de N. S.ª da estrella na porçissão do Corpo de Deos em Vinte e quatro do mes de Junho proximo passado e informando nos Judicialm.e achej ser em tudo Verdade.rº e mandando dar custa dos autos ao D.ºr Provedor Respondeo*

devia mandar passar denunciatória p.^a que os moradores da mesma V.^a Soubessé ao Sobre.t^o R. por inCurso na penna de excomunhão maior imposta pelo dir.t^o da Constituição deste Bispado (...)⁽³⁰⁾.

O texto não informa explicitamente qual a razão da excomunhão, apenas referindo que o comportamento do guardião, na Procissão do Corpo de Deus, foi “escandaloso”, aos olhos do clero secular, claro está. Já em 1701, se tinham registado conflitos entre os frades e os párocos da vila que não consentiam que os franciscanos cantassem os responsos nos enterros. Para ajuizarmos sobre toda esta questão conflitual que ocorria em cerimónias religiosas, tenha-se em conta, também, que estes serviços religiosos eram pagos.

Terminemos a matéria com a transcrição de um desses conflitos registados em “Cousas memoráveis (...)” (PT.TT.PALG.008.NSEM, mc 95, n.º 7): “Em 27 de agosto de 1734, porq. hum clerigo chamado Miguel Viegas Bravo mormurou da comuni.de em Comum dizendo q. erão huns bebados; o esperou hum frade sacerdote em huma azinha-ga por baxo dabegoa e Com hum chicote o massou com panquadas”.

19.5 ESPÍRITO FRANCISCANO



Casa adossada ao convento, pelo norte, que poderia ter sido uma das tradicionais casas de apoio a viandantes e doentes, já representada na planta de 1755. Aqui viveu, na segunda década do século passado, Jeremias Delgado (serrador), sua mulher Maria José Mouzinho e filhos, entre os quais Ana Delgado (Anica), mãe da marvanense Angélica Sousa (1949-), que testemunhou. Nos baixos existia um estábulo (foto de 1943)

A actual realidade deste convento, apesar do corte liberal de oitocentos, parece vir na sequência da socialização que era apanágio dos conventos franciscanos, tão abertos ao mundo. Pelo menos, permanece o espírito de São Francisco, no carinho que a Irmandade da Misericórdia vota, abnegadamente, aos velhinhos do seu Lar. Aqui serviram as Filhas de Maria Mãe da Igreja desde o dia 22 de Abril de 1945 até 11 de Setembro de 2013.



Na primeira fila, da esquerda para a direita, duas irmãs que não conseguimos identificar, seguidas da Madre Saturnina, tendo à sua esquerda Maria Isabel C. Z. Vivas, esposa do Sr. Manuel Vivas (identificação por Margarida Morgado)



Utentes do lar de idosos praticando actividades lúdicas e ajudando na vindima (fotos da SCMM)

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA

19.6 OS CORTEJOS DE OFERENDAS À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA E A FESTA DA SENHORA DA ESTRELA

O séc. XX trouxe uma enorme quebra dos legados pios para encargos da alma, essa fonte de receita que enriqueceu as misericórdias. O dinheiro a juros continuou a emprestar-se, a exploração de propriedades, através de rendeiros, continuou a fazer-se, mas as santas casas tiveram que inventar novas fontes de receita, ao mesmo tempo que os subsídios do Estado se iam tornando imprescindíveis para a sua sobrevivência. As crises agudizaram-se, sobretudo, em consequência das duas guerras mundiais. Lançava-se mão de iniciativas de natureza cultural e desportiva⁽³¹⁾ e a quotização dos sócios impunha-se. Mas foram sobretudo os cortejos de oferendas que ganharam a adesão das comunidades, após a II Grande Guerra, por constituírem, simultaneamente, momentos de festa, de criatividade, de coesão social e de enriquecimento cultural identitário. Esta prática teve o seu auge nos anos 50 e 60, chegando, nalguns casos, aos anos 90. Em Marvão, estes cortejos realizaram-se, pelo menos, desde 1945, tendo como delegados para a sua organização, Joaquim Espírito Santo Raposo e Esteves d'Anunciada Cebola, estando como provedor Manuel Berenguel Vivas⁽³²⁾.

Os cortejos ficaram célebres em Marvão, não só pelos valores ofertados, que equilibravam as contas da instituição - sobretudo as do Hospital -, mas também pelo desfile em si, naquilo que ele representava de criatividade popular. Relativamente aos montantes oferecidos, podemos dar dois exemplos, próximos no tempo: em 1972, recolheu-se em dinheiro 182.360\$00 e 42.615\$00 em géneros⁽³³⁾; em 1987, 1.028.114\$00 em dinheiro mais os géneros que não aparecem contabilizados⁽³⁴⁾. Os grupos que vinham das freguesias e sítios exteriores à vila concentravam-se junto à Fonte da Pipa para depois subirem organizadamente, com suas carroças e camionetas engalanadas (que traziam os géneros) e com os seus grupos de figurantes a que se chamava ranchos. Desfilavam e cantavam ao som da concertina, muitas vezes com cestos à cabeça, contendo ofertas. O cortejo da vila esperava que os de fora subissem e passassem junto à tribuna que estava montada junto à entrada para o convento, integrando-se então.



Cortejo de oferendas passando à frente da tribuna. O cavaleiro do lado direito é o padre Valente, e o do lado esquerdo, o Dr. Manuel Ramalho

Os ranchos exibiam os seus trajes, concebidos colectivamente e destrinchando as diversas freguesias e sítios, num despique saudável. Após as oferendas, percorriam a vila, entoando as suas marchas e dançando, orientados pelos seus ensaiadores. Em Marvão, Fernando Carita foi um deles, e também João Nunes Vidal, que chegou a constituir o Rancho da Misericórdia, durante três anos, extinguindo-se com o encerramento dos asilos de rapazes e de raparigas que o alimentava, nos finais dos anos de 1960.



RANCHO FOLCLÓRICO INFANTIL DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO

Celestino e Fátima

Ó alta, ó alta noqueira,
Cá no cimo levas as nozes,
Canta lá ó castanheira
Que te quero ouvir as vezes.

Pediste-me pra cantar
Vou-te a fazer a vontade,
Não sei que gesto há-de achar
Ouvir cantar quem não sabe.

Cantas bem, fica a saber,
Cá tua mãe assim era,
Costuma-se a dizer,
Quem sai aos seus não desuera.

(Das estórias Notadas)



AZEITONEIRA

Falando do Rancho

MARVÃO, linda varanda do Alto-Alentejo, apertada na cintura das suas muralhas á, para quem a visita, uma lição de História Pátria. Fundada por um moço, Marwan, que segundo a tradição lhe deu o nome, foi incorporada na monarquia portuguesa por D. Afonso Henriques, que a conquistou aos inídeus há precisamente 500 anos. Tudo em Marvão nos leva do passado. Quem a visitar, terá de deixar atrás das costas, os tranços de porcos das suas muralhas, este século XX da era atómica e das viagens espaciais e transportar-se à época medieval para poder melhor saborear a beleza das suas ruas estreitas e escadadas, das suas portas ogivas e grades de ferro torçido, antes de subir a esse castelo alentejo dando-se domínio um panorama magnífico e vastíssimo por terras de Beira-Baixa, do Alto-Alentejo e da vizinha Extremadura espanhola.

Possoi Marvão, como muitas outras terras do País, a sua Santa Casa da Misericórdia fundada em 1778. É aqui que se albergam mais de 200 internados, velhos e crianças, a quem a sorte não quis proteger, mas que nele

Laura

Desdobrável (1966) de divulgação do Rancho Folclórico Infantil da Misericórdia de Marvão onde se refere a sua estreia em Setembro de 1965, nas Festas da Senhora da Estrela. As duas imagens seguintes pertencem ao mesmo desdobrável. Algumas crianças foram identificadas por Margarida Morgado (1954-)



Em cima, da esquerda para a direita, Honório, Silvério e Benjamim. Em baixo, no mesmo sentido, Rosa e Carolina na ponta direita



Em cima, da esquerda para a direita, Fátima, Margarida, Lúcia, Lurdes e Rosário. Em baixo, no mesmo sentido, Laura (1ª), Celestino (5º), Margarida (6ª), Fátima (8ª), Manelinho (3 anos) (9º) e na ponta, Honório



As meninas do Asilo da Santa Casa. Na foto de cima, ao centro, a Madre Saturnina com Maria Isabel Vivas. Na foto de baixo, as meninas com a Irmã Soledónia, com a Madre Saturnina ao meio e com a Irmã Maria do Céu à direita. A menina de lacinho na cabeça, junto à madre, é a Margarida Morgado (fotos s. d.)



As meninas do Asilo da Santa Casa no adro da igreja do Convento de Nossa Senhora da Estrela (foto s. d.)

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA



*O Rancho da Misericórdia em actuação na Casa de Trabalho e nas festas da Senhora da Estrela c. 1964.
Na foto de cima, a segunda menina é a Margarida Morgado, actualmente a residir na vila*



Maria do Céu Alves Garcia e Maria de Jesus Alves Garcia com o traje do rancho de Marvão. O rancho de Marvão com o seu ensaiador, António Andrade (1963).

Os desfiles realizavam-se na manhã de 8 de Setembro, dia de Nossa Senhora da Estrela, integrando-se no programa das festas. Ao meio-dia celebrava-se a “missa cantada solene”⁽³⁷⁾, à qual assistiam todos os participantes, cada qual com seu traje ou fato “de ir ver a Deus”. À tarde, depois do “almoço de confraternização”⁽³⁸⁾ que se adquiria à Misericórdia, tinha lugar o concerto pela banda contratada, abria-se a quermesse e um grupo de meninas ocupava-se da “venda da flor” (de papel e massa, com um alfinete que se prendia nos casacos, angariando-se mais alguns fundos). Pelas 17 h, depois do sermão, decorria a “imponente procissão com a imagem de Nossa Senhora da Estrela”⁽³⁹⁾. E à noite tinha lugar o arraial (“canções populares, cantares e danças regionais”⁽⁴⁰⁾), animado por banda ou por um conjunto/orquestra, e o “deslumbrante fogo de artifício, preso e do ar (...) por afamados pirotécnicos”⁽⁴¹⁾. No segundo dia, havia missa às 11h, tourada à tarde e baile à noite.

Divulgamos os rostos das comissões e subcomissões que organizaram os cortejos de 1963, anexando aqui, integral

Número 138 Marvão, 1-8-963

Boletim da Misericórdia

PUBLICAÇÃO MENSAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CONCELHO DE MARVÃO

PROPRIEDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Composto e Impresso na Gráfica Sorense, Lda. - Ponte do Sor - Distribuição gratuita aos Irmãos e Benfeitores da Misericórdia

O Cortejo de Oferendas

Um grupo de amigos da Santa Casa da Misericórdia do Concelho, com o apoio das autoridades respectivas, propõe-se realizar no próximo dia 8 de Setembro um Cortejo de Oferendas cujo produto há-de reverter a favor da construção das enfermarias de que tanto se carece no nosso Hospital.

Assumi a presidência deste movimento colectivo, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Capelo, ilustre Presidente da Comissão Municipal de Assistência. A sua volta encontrará, o Ex.^{mo} Presidente da Comissão Municipal de Assistência toda a população do Concelho disposta a colaborar, vincando em termos bem acentuados a solidariedade que o caso requiere e se espera de quantos podem dar o seu contributo a favor dos que precisam.

Pratica-se assim um acto de justiça: Com efeito, nenhuma instituição social fez ainda tanto, com tão poucos recursos, como faz a nossa Santa Casa, para remediar as desigualdades da sorte e para fazer irmãos iguais, diante de Deus, a todos os homens... Aqui não é a administração pública ou municipal que, pelos princípios da economia política, vai em auxílio dos que não possuem, não é a polícia que manda velar nos indigentes, curar enfermos, enterrar os mortos... são os irmãos mais afortunados que se juntam ao redor do altar do Deus da Misericórdia para ir em socorro de seus irmãos infelizes, é o rico dando o braço ao pobre, é o proprietário repartindo com o proleário, é o pai de família aquinhoando o pão de seus próprios filhos com o engeitado

que não tem pai, é a caridade levando alimento e remédios aos pobres e miseráveis... e por fim, dá-os a Terra com o fervor de uma oração.

É assim o espírito com que se trabalha na Santa Casa da Misericórdia do Concelho de Marvão.

É portanto, muito preciso que este espírito de renascente caridade cristã seja afirmado, excitado e amparado para que não arrefeça a sua dedicação generosa e divina, na criação das crianças, na sua educação, na distribuição de esmolas, na cura dos enfermos, no amparo da velhice, no auxílio ao agonizante, no dar piedosa sepultura ao morto, no repartir doutrina, consolação e ensino ao ignorante, aos que erram, aos que sofrem, em to-

das as práticas, enfim, do grande Código suplementar o Decálogo que a perfeição do cristianismo tão justamente chama — Obras de Caridade —.

O homem, dotado de corpo e alma, não pode deixar de ser o que é. A caridade é ternura do coração, por isso o povo do Concelho de Marvão a compreende e a ela se associa.

Nesta dobra dos tempos para um amanhã que poderá antever-se tenebroso e confuso, no meio de um mar alto cortado de profundos abismos tingidos de sangue e povoados de tragédia, o Ex.^{mo} Presidente da Comissão Municipal de Assistência do Concelho de Marvão, através do Cortejo de Oferendas para que se convoca toda a população, lança o seu pregão de caridade; ouvi-lo é dever que se impõe a todas as almas bem formadas.

Bem a merece esta magnífica Instituição de Caridade, pela modestia que a ilustra e pelo BEM que com tanta abnegação pratica.

O hospital é, inequivocamente, o principal órgão destinado a proteger a vida ameaçada ou diminuída pela doença, e constitui por isso o mais importante meio de defesa social, formando a guarda avançada do fortalecimento da raça, com salutar projecção na vida nacional.

O hospital da Misericórdia do Concelho de Marvão, carece de enfermarias condignas, vamos colaborar todos na solução deste grave problema concelhio pois ele merece o maior cuidado, para convenientemente extensão nas realizações sociais do nosso tempo.

OBRAS
DA
Misericórdia

Dar de comer a quem tem fome. Dar de beber a quem tem sede. Vestir os nus. Dar pousada aos Peregrinos. Assistir aos enfermos. Visitar os presos. Enterrar os mortos. Dar bom conselho. Ensinar os ignorantes. Corrigir os que erram. Consolar os tristes. Perdoar as injúrias. Sofrer com paciência as fraquezas do próximo. Rogar a Deus por vivos e defuntos.

Noticiário Municipal Aniversários

Requerimentos



A Câmara Municipal deferiu os seguintes pedidos.

PARA OBRAS:

José Nunes da Silva, Abegoa; João Maria Sarzedas, Beirã; José Carrilho, Barretos; Joaquim Diogo Serrano, Beirã; Afonso dos Santos Rolo, Portagem, Padaria Alagoense, Ld.ª, Portalegre; Casa do Povo de Santa Maria de Marvão; Estevão Garraio Serra, Escusa; José Gonçalves Soares, Prado; João Manuel Pires, Mosqueiros; Joaquim da Piedade Batista, Beirã.

Requerendo licença para condução de velocípedes:

João Maria Caldeira Antunes, Pereiro; Eleutério Tavares Janeiro, Galegos; João da Costa Mourato, Cabeço; José Carrilho Serra, Fadaçosa; Cecília Rosa da Estrela Cristino, Tintos; Francisco da Costa Nabeiro, Barretos; José Batista Branco, Bica; José Maria da Conceição Mouzinho, Fonte Salgueiro.

Pela Câmara Municipal foram passadas guias de admissão de doentes, para os seguintes Hospitais:

MARVÃO—Possidónio Picado Augusto, Cabril; Maria Dias, Ramila; Ana da Conceição Cordas, Cabeçudos; Cristóvão Rodrigues Rolo, Marvão; Vitorino Nunes da Conceição, Asseiceira; João da Conceição Martins, Torre; Ana Joaquina Gavanha, Fonte de Souto; João da Conceição Gaspar, Beirã.

PORTALEGRE—Cecília Nunes da Paz, Ranginha; Maria José Batista, Beirã; Maria da Glória Batista Oliveira, Pereiro, Jacinta Odete Pinheiro Dias, Barretos; Manuel Cesário Batista, Relva; José Maria Nabeiro, Vale de Rodão; Maria da Conceição Gavanha Sabino, Fonte de Souto; João Miranda, Beirã; Josefa Maria Escarameia Cordas, Reveladas; Ana da Conceição Serpa Rosado, Abegoa; Possidónio Picado Augusto, Cabril.

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA—Romão Batista, Cabe-

çudos.

HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA—José Pedro da Paz, Vale de Rodão.

HOSPITAL DO CRATO—José Maria do Nascimento Casa Nova, Chorilhas.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA—Maria Luíza Forte Paz Nunes, Santo António das Areias.

HOSPITAL DE SANTA MARIA—João Miranda, Barretos; Francisco Benigno Carrilho, Pitaranha.

HOSPITAL DE S. JOSÉ—Isabel Maria Marques Carlito, Santo António das Areias.

Noticiário

Já se encontra provisoriamente montado o açudo da futura praia artificial, que a Câmara Municipal deste Concelho vai construir no Rio Sever, no lugar de Portagem.

Tem sido, embora em condições ainda precárias grande a afluência de turistas, que nestas tardes calmozas, ali se vão refrescar.

Sabemos já existirem ali 3 barracas que servem de vestiários, aguardando, dentro de dias a montagem de um bar.

Segundo temos conhecimento, fazem anos no mês de Agosto, os seguintes irmãos:

DIA 1—Miguel dos Santos Galacho, Hermenegildo Rosado Bengala, D. Antónia da Conceição Ventura;

2—João António Viriato;
3—Padre Alberto Ramiro Reis, Saul da Silva Andrade, António Marques da Mota;

5—Joaquim Pires Trindade Guerreiro, Manuel Baptista Almeida;

6—António dos Prazeres Oliveira, Manuel Dias Andrade; José Nunes Barreiros, João Rodolfo;

7—Manuel Vitorino Gralha, Francisco Carlos;

8—D. Elvira Maria da Silva, António Carrilho Pires;

9—Joaquim Diniz Curado da Silva, D. Maria Ana Moraes, D. Maria Ana Casa Nova Travassos;

10—José Manuel Andrade Serra Júnior, Carlos Catafo Condesso, Carlos Alberto Magro Nunes;

12—António Casa Nova Tavares Travassos;

13—A. Silva Matos;

14—José Carrilho Martins Gralha;

15—Cristóvão da Conceição Mourato, Ilídio Castelo Lopes;

17—José Maria de Andrade Machado, Manuel Joaquim de Oliveira Mourato, Joaquim Maria dos Santos Galacho;

19—António Maria Martins;

21—Serg. António Bruno Alegria;

24—Manuel Nunes Miranda;

25—Bento Sanches, Alberto Eusébio, D. Emilia Rolo Costa Branco;

26—Abel Macedo Rosa Portilheiro, Júlio Picado Trindade;

28—José Gonçalves Diniz;

30—D. Antónia da Conceição Baptista, Joaquim da Costa Carita, Vidal do Nascimento Patrício.

PROPOSTA

À Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Marvão:

Rogo a U. S.ª me inscrevam como irmão dessa Instituição a partir do dia _____ de _____ de 19_____

com o donativo mensal de Esc. \$ (_____)

Assinatura do interessado, _____

Morada: _____

Data do nascimento _____/_____/_____

O irmão que o propõe, _____

As pessoas que pretendam inscrever-se como irmãos da nossa Instituição podem preencher esta proposta e enviar-no-la pelo correio.

Cortejo de Oferendas

No dia da Festa de Nossa Senhora da Estrela

SETEMBRO

8

1963

Mais uma vez se vai realizar no nosso Concelho o **CORTEJO DE OFERENDAS**. É no panorama social do País das coisas mais belas e mais lindas.

Não tem ficado Marvão, como em coisa alguma, atrás desse generoso movimento dos Cortejos de Oferendas que por todo o País se têm realizado. Os Cortejos de Oferendas dos anos anteriores são penhores e garantia do colorido, da alegria e da generosidade do presente. É admirável como o nosso povo sabe fazer o Bem de uma maneira simples e alegre. Sejam generosos, façamos bem aos pobrezinhos, contribuamos com a nossa ajuda pessoal para que o nosso Cortejo de Oferendas não desdiga dos anteriores e sentiremos todos a alegria de ter contribuído para que a construção de um Pavilhão Hospitalar, que tanto se faz sentir nesta Vila, seja em breve uma realidade.

A seguir se transcreve os nomes das individualidades, que compõem a Comissão Central e das Sub-comissões, criadas respectivamente em Marvão e nos diversos aglomerados populacionais do Concelho de Marvão, com o fim de angariarem donativos, com vista à construção do Pavilhão Hospitalar:

Comissão Central

Dr. José Augusto Capelo, Manuel Berenguel Vivas, Dr. Manuel Magro Machado, António Delgado Garcia, Francisco Carlos, João Serrano Sequeira, Dr. Henrique Pereira de Matos, Dr. Joaquim Cordeiro Farraia da Graça, Dr. João Batista Mouro, Padre Francisco Vermelho, Manuel Pinto Peixoto, José Gomes Esteves, Joaquim do Espírito Santo Raposo, Fernando da Cruz Correia Carita, José Carrilho Lourenço Ventura, João Diniz Carita, Manuel Vaz Filipe Telo, Manuel Trindade Caldeira.

Sub-Comissão de Abegoa

Joaquim Nunes da Mota, Miguel dos Santos Galacho, Manuel Joaquim de Oliveira Mourato, António dos Prazeres Oliveira, Joaquim da Rosa Bicho, João Mourato Guapo, João Morgado, Marcelino Gavanha Batista, Joaquim Nunes da Silva.

Sub-Comissão de Alvarrões e arredores

Jaime Tavares Travassos, Joaquim da Silva Barbas, Júlio da Silva Barbas, Joaquim

dos Santos Barbas, Francisco da Conceição Barbas, Mateus Fitas Lourenço, Joaquim Maria da Silva Barbas, António Ribeiro Salgueiro Lourenço, João Miranda dos Santos, João Mourato Pinto, José Transmontano, António Batista Pires, Francisco Antunes Barbas, João da Mata Pires, Manuel Antunes Barbas, José Miranda Barbas, Júlio da Silva Barbas.

Sub-Comissão de Asseiceira, Aires e Relva

João Costa, João dos Santos Neto, João Dias, José da Silva Costa, Joaquim da Estrela Neto, Manuel Gordo Semedo, João Batista Serrano, José Barrento, António Machado, João Guedelha Nunes Serigado, João Inácio Dias, João Bonacho.

Sub-Comissão de Beirã

António Teixeira Cardoso, Manuel Joaquim Marques, Francisco Diniz Carita, José da Conceição Batista Mouro, Elídio Castelo Lopes, Manuel Calcinha Ruivo, João Batista Viegas, João Viegas Batista, Joaquim da Costa Andrade, Saúl da Silva Andrade.

Sub-Comissão de Escusa

Joaquim Curado da Silva, Vitorino Augusto Martins, António Maças da Costa, Joaquim Bugalho, António Nunes Ventura, José Machado, José Inácio Correia, Manuel Casimiro Calha, Manuel Serra Calha, Francisco Marques Bernardo, Francisco Andrade Ramiro, Joaquim Batista Trindade Guerreiro.

Sub-Comissão de Galegos

Manuel Pedro da Paz, José da Silva Duarte, Manuel Inácio Cotão, António Picado Nunes, Manuel Carrilho Lourenço Ventura, Francisco Nunes Casanova, João Rodolfo, José António Lourenço, Diogo Nunes Fernandes, Manuel da Encarnação Carrilho, José Pires Serrano, Manuel Batista Carrilho, Manuel Mourato Garraio, Joaquim Machado Garraio, Joaquim Armando Pereira, Joaquim Manuel Picado Cotão.

Sub-Comissão do Pereiro

António Maria de Oliveira, José da Estrela Marques Maroco, José Maria Garcia, João Francisco Martins, António Maria Aço.

continua na 5.ª página

Noticiário

Cortejo de Oferendas em Marvão

É geral a animação que reina em todo o Concelho de Marvão, a favor do Cortejo de Oferendas a realizar no próximo dia 8 de Setembro.

A boa gente deste abençoado Concelho, sempre caritativa, responde generosa e prontamente à chamada dos responsáveis pelo bom êxito do Cortejo, no intuito de se angariar meios que se possa construir o tão necessário pavilhão hospitalar, nesta Vila.

A todas as pessoas que de qualquer maneira contribuam com as suas esmolas, aqui lhes fica já, antecipadamente, o nosso melhor agradecimento e a certeza de prosseguirmos na nossa missão de bem-fazer, sem olhar a quem, mas, sempre em nome do bom povo deste abençoado Concelho, para quem pedimos as melhores bênçãos do Céu, como reconhecimento do seu esforço, a BEM DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA.

Funcionalismo

O senhor Jaime Martins Namorado, aspirante de Finanças na Secção em Marvão, foi transferido para Portalegre, onde exerce identicas funções.

—No dia 23 de Julho último, o chefe da Secção de Finanças deste Concelho, perante grande número de funcionários, conferiu posse ao sr. António da Conceição Semedo Alves, que vem desempenhar as funções de aspirante da referida secção.

O Boletim da Misericórdia augura-lhe as maiores felicidades no desempenho da sua missão.

Dr. Henrique P. Matos

Encontra-se desde meados do mês de Julho, ausente desta Vila, o sr. Dr. Henrique Pereira de Matos, Subdelegado de Saúde neste Concelho, por ter sido convocado pelo Ministério do Exército, para fazer parte da Junta que faz inspecção, para recrutamento de mancos, na área de Lisboa.

Desportos

No passado dia 18 de Julho, efectuou-se na vizinha povoação de Beirã, um encontro de futebol "internacional", entre a equipa formada por "Estrela" dos grupos desportivos daquela localidade, Santo António das Areias e Marvão, com o grupo desportivo de Valência de Alcantara-Espanha, tendo a equipa da casa, ganho o prélio por 2-1.

O Grupo Desportivo "Águias de Marvão", deslocou-se no passado dia 14 de Julho findo, a Santo António das Areias, a fim de disputar com o grupo local, um desafio de futebol, tendo a equipa visitante ganho por 7-2.

O árbitro do encontro foi o sr. Sanches, cuja actuação não desagradou.

Tourada

Dentro do programa elaborado com vista à angariação de fundos para esta Santa Casa de Misericórdia, realizou-se no passado dia 21 de Julho no sítio de Portagem, mais um espectáculo taurino "Ferra Alentejana".

Férias

Em gozo de férias encontra-se na praia, em S. Pedro de Muel, acompanhado de sua Esposa e Filhinha, o sr. Dr. José Augusto Capelo, distinto advogado, notário e Conservador, em Marvão.

Pela Misericórdia

Esteve há dias em Marvão, onde se deslocou propositadamente, a fim de tratar de assuntos relacionados com a construção do novo hospital, nesta Vila, o sr. Arquitecto Fernando José Estevão da Silva, funcionário da Comissão de Construções hospitalares.

O sr. Dr. Carvalho da Fonseca, Director do Instituto de Assistência aos Inválidos, esteve há dias nesta Vila, inteirando-se das dificuldades desta Misericórdia, pelo que já estão em curso estudos sobre adaptação.

rando-se das dificuldades desta Misericórdia, pelo que já estão em curso estudos sobre adaptação.

Caridade

"De cada probresinho é Deus o fiador,

"Sendo a esmola, por isso, empréstimo seguro.

"Se o pobre não pagar o que pedir... melhor;

"Deus tudo pagará: o capital e o juro".

Eugénio de Castro

Cinema

A Delegação da F. N. A. T., em Portalegre, levou a efeito no passado dia 18 de Julho, na Casa do Povo de Santa Maria de Marvão, uma sessão de cinema, intitulada "Cais do Sodré".

Verdades... Soltas

*Estás farta de apregoar
O teu passado seguro,
Eu, que sei bem o passado,
Duvido do teu futuro.*

*Casadinha duma noite
Chora em ter feito o que fez.
A cerveja é sempre amarga
Bebida a primeira vez.*

*Juras tu, se eu morrer,
Há-des sempre ser viuva.
Tal e qual o guarda-sol:
E' p'ra o Sol e guarda a Chuva.*

*E dizes, se te eu deixar,
Nunca queres mais nenhum
home'.*

*O burro, quando está farto,
Nunca sabe o que é ter fome.*

*E' bem pesado o teu luto
Com que opções a certos ditos.
Há casas que se alugam
E nunca tiram os escritos.*

*Estás farta te alardear
O passado que tens tido.
A Morte nunca matou
Quem já tivesse morrido.*

*Fazes mal em te gabares
Do que me andas a fazer:
Só podes sujar a água
Que, mais tarde, há-des beber.*

Mês das Maias, de 1963.

C. Fontes

Liga dos Filhos e Amigos de Marvão

CASA DO ALENTEJO—Rua Portas de St.º Antão, 58—Lisboa-2

Ex.ª Senhor

Os componentes da Liga dos Filhos e Amigos do Concelho de Marvão, com sede em Lisboa, têm o coração em fogo.

Os sentimentos, da solidariedade, que são a sua força, bem se empenham por acendê-los no peito de todos quantos se encontram ligados, ao Concelho de Marvão, por laços de diversa natureza, amando-o como o lavrador o campo que semeia. Da confiança na força deste ideal, vem ao nosso agrupamento, a própria força.

Vimos pois, apelar para quantos, até agora, fora do termo de Marvão temos vivido ignorantes ou desatentos aos problemas com que ali se debatem os nossos conterrâneos, os amigos, as pessoas de família ou mais ainda, os humildes que tanto carecem do nosso apoio.

Tomemos a consciência da responsabilidade que nos cabe na colaboração que muito bem, daqui podemos dar àquelas gentes, modestas e boas tão dignas do nosso esforço e compreensão.

Ao claro abraçador desta contenda, nítido surge aos nossos olhos que o primeiro dos problemas a resolver, o problema que presentemente tem prioridade sobre todos os demais, é sem dúvida o da construção das Enfermarias de que tanto se carece no Hospital Concelho da Misericórdia, prestigiosa instituição que lão caridosamente ampara cerca de 300 indigentes e enfermos, sem contar com mais recursos do que os provenientes dos seus benfeitores.

Basta recordar a enternecedora e elucidativa legenda que se encontra exarada no pórtico da entrada do Hospital «Confiança—amor e fé sustentam esta casa em pé».

Há absoluta necessidade de proporcionar aos pobres do termo de Marvão, duas enfermarias e algumas dependências hospitalares modestas mas condígnas. Para tal está em marcha uma campanha no Concelho de Marvão com o objectivo de realizar um cortejo de oferendas a favor de tão indispensáveis obras. Somos poucos na capital!

Embora poucos foram suficientes os homens que restauraram o Concelho de Marvão, noutras eras, porque era então feixe único a grei Marvanense, consolidada e unida pelas amaras inquebrantáveis da Fé e do Idealismo que lhe insoflavam energias sobre-humanas para bem servir a gente Marvanense. E exprimindo e representando esta finalidade comum a todos, que a Liga vem junto de V. Ex.ª solicitando-lhe acuda a este chamamento, juntando-se a esta causa que estamos certos há-de merecer a vossa valiosa adesão e simpatia.

Com este objectivo será V. Ex.ª visitado muito em breve pela Comissão que na capital e arredores tomará a seu cargo a reunião de todos os donativos dos Marvanenses aqui residentes. Assim, no dia 8 de Setembro, dia da nossa Padroeira Nossa Senhora da Estrela, teremos a nossa representação no Cortejo de Oferendas e juntamente com todas as localidades

concelhias faremos a entrega do nosso óbulo para a concretização da grande obra que sempre tem sido e continuará a ser orgulho de todos os Marvanenses.

Agradecendo antecipadamente o bom acolhimento que se digne dispensar a este nosso apelo, nos subscrevemos atentiosamente.

A Bem do Concelho de Marvão

A L I G A

Ex.ª Senhor

A Liga dos Filhos e Amigos do Concelho de Marvão em colaboração com a Empresa de Autocarros Lusitana, Lda.ª leva ao conhecimento de V. Ex.ª a realização de uma grandiosa excursão que se efectuará nos dias 7, 8 e 9 de Setembro por ocasião das festas em honra de Nossa Senhora da Estrela Padroeira do Concelho.

E' nossa intenção proporcionar a todos um óptimo passeio à nossa querida terra a um preço que não recela concorrência, portanto ao alcance de todos, e ao mesmo tempo teremos uma magnífica oportunidade para confraternizar com todos os que nos são queridos, que vivem e labutam no nosso Concelho.

O trajecto será o seguinte:

Lisboa, partida às 15 horas de Sábado dia 7 passando por Vila Franca, Santarém, Abrantes, Gavião, Alpalhão, Castelo de Vide, Marvão com chegada provável às 21 horas.

Segunda-Feira dia 9 visitar-se-á o azeitado local de Portagem, a futura piscina e junto à Ponte Romana, os Olhos de Água. O autocarro sairá de Marvão às 10 horas e regressará às 12. A partida de Marvão para Lisboa será às 18 horas do dia 9.

Do programa das festas em honra (de Nossa Senhora da Estrela da Padroeira do Concelho) destacamos o cortejo de oferendas, este ano a favor do novo hospital em Marvão em que colaboram vários ranchos folclóricos; arraial, guermesse e tradicional toureada à Alentejana, bailes abrilhantados por orquestras, bandas de música etc., etc., etc..

O preço do passeio é de 125\$00 por pessoa (só viagem) estando assegurado o alojamento e pensão para todos que o desejarem.

Não deixe pois de assistir às festas (e visitar os seus) inscrevendo-se desde já pelos telefones 675027, ... ou directamente na Lusitana, Lda., telefone 766115/6 ou ainda na Casa do Alentejo às 2.ª, 4.ª e Sábados, onde um membro da Liga o atenderá dando-lhe todos os esclarecimentos necessários.

A Bem do Concelho de Marvão

A L I G A

Vai ser brevemente posto a concurso, a obra de electrificação de S. Salvador de Aramenha.

Cortejo de Oferendas

CONTINUAÇÃO DA 3.ª PÁGINA

Sub-Comissão de Ponte Velha e Ramila

Francisco Maravilhas Videira, João José Barreiros Nunes, Manuel Picado Fernandes Botelho, Diogo Raimundo Cachatra, Bartolomeu da Mota Raposo, José Ramos Garção, Jeremias Meira, Manuel Mourato Ramos, João Mourato Madeira, Vitorino Vicente Marques.

Sub-Comissão de Portagem e Jardim

Jerónimo de Oliveira, João Andrade Garraio, Domingos Alexandre Gonçalves, José Mão de Ferro Calha, João da Encarnação Delgado, Afonso dos Santos Rolo, João Alves Sarnadas, João Pires Raposo, Silvestre Amador Correia, Miguel Batista Carrilho, João Batista Carrilho, José Pires Barbacena, João Nunes Bonacho, Joaquim Videira Raposo, João dos Santos Rolo, Casimiro dos Santos Rolo, José dos Santos Rolo, Manuel Nunes Vidal, António Pinto, Manuel Francisco Realinho Barradas, Casimiro Garraio Calha, José Correia Garção, António Mourato Cordeiro, João Casimiro Calha.

Sub-Comissão de Porto da Espada

João Sequeira Carlos, Eng. Fortunato Picado Lourenço Ventura, Eleutério Fernandes Tavares, Manuel Ventura Sequeira, Joaquim Carrilho Lourenço-Golas, Francisco Rodolfo, Manuel Rodolfo, Francisco Carrilho Lourenço Ventura, João Batista Sequeira, António Rodolfo Ventura, José António Trindade da Mata, Joaquim Lourenço Rodolfo, Manuel Lourenço Carrilho, Joaquim Miranda dos Santos, Jorge Picado da Silva Reis, Joaquim Rodolfo Ventura, Júlio Batista Moura, João Pires Bravo, João Maria Pires da Costa, João Batista Ventura, Joaquim da Silva Reis, Celestino Rodolfo Ventura, Carlos Fernandes Vicente Alfeiate-Muro, Valentim Fernandes Alfeiate, António Carrilho Lourenço-F. Carvalho, Manuel Vaz Nunes, Joaquim Manuel Nunes.

Sub-Comissão de Ranginha e Cabeçudos

Manuel Batista Ramiro, Romão Batista Carrilho, Casimiro Meira Conchinha, José António Pires Serra, Joaquim Pires Nunes, Joaquim da Silva Nunes, José da Costa Bonacho, Manuel Carrilho Felizardo, João Ma-

Continua na 6.ª página

TEMA DE ESTUDO

Qual é a tua vocação?**Os 4 Estados de Vida****1—A Vocação-Divina-Sobrenatural**

Por vocação-divina-sobrenatural, o homem deve, como ficou dito na lição anterior, viver neste mundo em graça, para uma vida feliz e eterna de glória, no Céu. E esta dupla vocação à graça santificante e ao Céu é privilégio de todos os homens sem excepção visto que Deus quer a salvação de todos e para tal nos criou. Por todos Cristo morreu na Cruz e a todos proporciona ainda hoje meios necessários de santificação e salvação.

2—O Estado de Vida

Para concreta realização da sua vocação-divina-sobrenatural, o homem é chamado por Deus a um determinado ESTADO DE VIDA. A vocação divina designará assim em linguagem cristã e de modo bem particular, um chamamento de Deus, um convite que Deus faz a toda a criatura humana, para se enquadrar e como que comprometer num dos 4 possíveis estados de vida. E é neste sentido preciso que empregaremos a palavra VOCAÇÃO.

3—Que é, então, o Estado de Vida?

Poderemos defini-lo assim: UM MODO ESTÁVEL DE VIVER, com determinadas obrigações, em ordem à perfeição evangélica: «SEDE PERFEITOS, COMO VOSSO PAI CELESTE É PERFEITO.»

Nesta vocação universal devem convergir as chamadas vocações divinas aos Estados de Vida, mediante os quais se conseguirá uma realização verdadeiramente humana e cristã.

4—É Deus quem grava, na alma de cada criatura humana, a sua Vocação.

Seria um erro supor que Deus se desinteressa pelo ESTADO DE VIDA que o homem venha porventura a realizar. Esta realização é objecto da sua solicitude, ao ponto de se dignar manifestar-lhe a sua vontade a tal respeito. De facto, nada interessa Deus como a santificação e salvação dos homens, porque nisso está o fim de todas as iniciativas do seu GOVERNO DIVINO. E a escolha judiciosa de um Estado de Vida exerce influencia

decisiva na vida cívica, religiosa e moral—numa realização humano-cristã, mediante a qual uma criatura racional deve conseguir a sua salvação eterna.

5—Os 4 Estados de Vida**O MATRIMÓNIO**

Deus chama o maior número dos homens a santificar-se e salvar-se pelo cumprimento dos deveres de uma vida cristã ordinária. É o cristão que não tem vocação superior não é, salvo raras excepções, destinado a viver só: «NÃO É BOM QUE O HOMEM ESTEJA SÓ». E criou Deus a primeira mulher, dando-a a Adão como esposa. O MATRIMÓNIO é o Estado de Vida normal do homem—A VOCAÇÃO ORDINÁRIA.

CELIBATO CRISTÃO

A castidade perfeita é já um Estado de Vida superior. Por mais santo que seja, o Matrimónio, sob o ponto de vista da perfeição sobrenatural, é o menos perfeito dos estados de vida.

A VIDA RELIGIOSA

Consagração completa do homem ao culto de Deus. Mais perfeito ainda que o CELIBATO CRISTÃO, o ESTADO RELIGIOSO consiste numa vida conforme não apenas, como todos os cristãos, aos Mandamentos de Deus e da Igreja, mas ainda aos três conselhos evangélicos: POBREZA, OBEDIÊNCIA e CASTIDADE.

A VIDA SACERDOTAL

O mais perfeito dos Estados de Vida é o ESTADO SACERDOTAL. Cristo, por infinita bondade, quis associar certos homens ao seu Sacerdócio: os Apóstolos, os seus sucessores, os Bispos e depois os Padres, que não agem senão em nome e pelo poder que o mesmo Cristo lhes comunicou. São instrumentos do único e verdadeiro Sacerdote: O FILHO DE DEUS.

É em face de uma verdadeira vocação, a que Deus certamente nos chama, o nosso dever é aceitar sem reservas o ESTADO DE VIDA em que

Cortejo de Oferendas*Continuação da 5.ª página*

ria Teixeira, Joaquim Ramos, Francisco dos Santos Rodrigues, João Pereira, João Clemente Pereira, Manuel (?).

Sub-Comissão de Rosa e Reveladas

Joaquim Salgueiro Neves, José Maria Salgueiro, Marcelino Neves Salgueiro, João Moura Caldeira, Manuel Ramiro Trindade, José Fernandes Maças, João Vaz Picado, Lourenço Correia Garção, Joaquim Tapadinhas Soares, Joaquim Almeida da Silva, José Maria Picado Lourenço, Casimiro dos Santos Barbas, António Garção, Júlio Meira, Leandro Garção.

Sub-Comissão de S. Salvador

Manuel Sequeira Carlos, José Maria Pires Cardoso, Paulo Garrão Serra, Manuel Lourenço Sequeira, Henrique Garrão Serra, Joaquim Picado Reis, Joaquim Tapadinhas Soares, José Ramiro Garção, Joaquim de Oliveira Bonacho, Dionísio Rodrigues Caçador, João André Sarzedas, José Fernandes Cordeiro, Padre António Nunes Ribeiro Martins Tavares.

Sub-Comissão de Santo António das Areias

Manuel Afonso Mexia, Manuel Vaz Filipe Telo, Manuel Garcia Gavancha, João Lourenço Maças, José Maria Boto, José Fernandes Boto, Artur Serrano Sequeira, Manuel Barradas, José Forte de Oliveira, José Batista Mamede, José Manuel Andrade Serra Junior, José de Brito, Alfredo Eduar-Pinto, José Madeira Calado, José Eurico Gavancha Pinto, José Mimoso Batista Vaz, Prof. Jorge Forte Oliveira, Mário do Nascimento Vaz Nunes, Joaquim Mendes, José Manuel Martinho Trindade, Francisco do Nascimento Mota, Joaquim da Conceição Lourenço.

Sub-Comissão de Vale de Rodão

José Carrilho Tapadinhas, Francisco Dias Alegre, Cristóvão da Conceição Mourato Guapo, José Nunes Fernandes Maroco, Manuel Lourenço Rosado Tapadinhas, Manuel Pedro Carrilho Mimoso.

nos poderemos realizar como homens e cristãos, destinados à vida eterna, felizes com Deus, no Céu.

Questionário

- 1—A quem se destina e em que consiste a Vocação-Divina-Sobrenatural?
- 2—Como se concretiza e realiza?
- 3—Que se entende por Estado de Vida?
- 4—Quem é o verdadeiro autor da Vocação a um estado de Vida?
- 5—E quais são os 4 Estados de Vida?
- 6—Qual o mais perfeito?
- 7—Qual será, então, o nosso dever, em face de uma verdadeira Vocação?

Marvão realizou o Cortejo de Oferendas para o seu Hospital

Marvão viveu com o cortejo das oferendas para a Santa Casa da Misericórdia, realizado em 8 do corrente, um dia de inesquecível emoção.

A população do concelho demonstrou mais uma vez como é elevado e belo o seu sentimento de caridade cristã, concorrendo siegre e espontaneamente com o spolio material para minorar o infortúnio daqueles que sofrem.

O Cortejo das Oferendas, ao mesmo tempo que serviu para auxiliar aquela Casa de Caridade, foi protexido de reunião e confraternização do caritativo povo do concelho, a ele assistindo mais de 5 000 pessoas.

Viam-se muitas pessoas dos vizinhos concelhos de Castelo de Vide, Nisa e Portalegre, não faltando os Marvanenses que por todo o País labutam pela vida.

O dia que se apresentou corrançado, com nuvens negras, concorreu para o brilhantismo da festa, secundando durante muito tempo o Sol, evitando assim que os seus raios abrasadores prejudicassem os míseros oferendados, a graça e a juventude dos rapazes e raparigas dos ranchos com que cada região se fez representar.

Logo de manhã cedo começou a chegar gente de todos os pontos do concelho, utilizando os mais variados meios de transporte, em ar festivo, os carros caprichosamente enfeitados, e muitas pessoas ocupavam lugares no intuito de escolher o melhor sítio para assistir ao espectáculo que lá desenvolveram-se.

Faziam-se previsões e cálculos sobre a qualidade e quantidade das oferendas, e os mais optimistas viram depois largamente excedidas as suas suposições, apesar do péssimo ano agrícola e da dificuldade de tr. sportes.

Entretanto mais e mais carros com forasteiros iam chegando, e uma hora antes do início do Cortejo já a vasta encosta fronteira ao Hospital ao longo do trajecto, as muralhas e até o Castelo estavam cobertas de povo ansioso por observar o desfile que foi maravilhosos.

Estrelavam foguetes e a cerca de 4 quilómetros ultimava-se a organização final do Cortejo.

Cerca das 11 horas chegou Sua Excelência o Senhor Governador Civil do Distrito de Portalegre, Dr. Antonio Afonso Salavisa, que se dignou presidir a esta manifestação, acompanhado do Secretário Geral do Governo Civil, Dr. Ernesto Subtil e Presidente da Acção Católica de Portalegre, Dr. Antonio Soares, e procedeu-se à distribuição de fatos oferecidos a crianças pobres pelo Fundo Desemprego.

Iniciaram-se as cerimónias religiosas que faziam parte do programa e findas estas se entendeu o fofinho e particular e muitas senhoras tomaram lugar na tribuna localizada em frente do Hospital.

Às doze horas precisas, como estava marcado, come-

çou a desfilar o cortejo, o que foi assinalado por uma ovação geral, muitas palmas e foguetes.

A frente a banda de música da Casa do Povo de Santo Antonio das Areias dava um ar festivo. Seguiu-se-lhe o rancho dos Alvarões, com bandeiras indiativas da freguesia, e pendão indicativo do lugar, ladeado pelos membros respectiva comissão. Chegado em frente da tribuna o rancho fez a sua exhibição entoadando cantigas alusivas ao acto a comissão subiu à tribuna a entregar o Escellentissimo Governador Civil artistico pasta contendo relação minuciosa e individual de todos os géneros que iam ser entregues, e por fim duas interessantes raparigas do rancho subiram também à tribuna a distribuir pequenas lembranças, em nome do povo.

Novas rovasas de palmas assinalou estes actos e por fim desfilaram os 12 carros transportando em quantidade os mais variados géneros, como lenha, trigo, milho, centeio, azeite, batatas, frutas, hortaliças, legumes, aves, animais, ovos, peixe, etc., com que a região dos Alvarões concorreu.

Ainda o ultimo carro não tinha passado e já se ouviam os alegres cantares do novo rancho, o de Escous, terra da cal, e que entre todos conquistou a "comissão amarela".

As mesmas formalidades — exhibição do rancho, entrega de pasta e distribuição de lembranças, — acompanhadas de aclamações infundidas, e desfilaram os carros transportando os géneros e enorme variedade, desde a cal à batata. Interessante o primeiro carro, no qual dois pequenos rapazes exibiram as mãos cheias de notas do Banco que também foram entregues ao hospital.

Novos ranchos, novas e entusiasmadas aclamações. Protergem com interessante rancho, Porto da Espada, o de maior quantidade de géneros, as Reveladas, e tinha Jesuíta à primeira parte do Cortejo — a freguesia da Arameña.

São mais de treze horas e ainda nem metade chegou ao seu destino.

Mais carros desfilar. Outros ranchos se exibem, ansiosos por virem a sua passagem e todos são acolhidos com fartos aplausos.

Desfilou agora a freguesia de Areias. A frente o rancho de Santo António, sem duvida um dos mais apreciados, e a enorme quantidade das suas valiosas ofertas, incluindo um bezerro, a que no final se juntou também a mãe.

Abegos, Cabeçudos (em cujo grupo vinha integrado um individuo cujo gesto sensibilizou toda a assistência: traçava portava um cantaro de agua da fonte da sua distante aldeia) oferta humilde mas das mais valiosas entre o cortjo, e a Relva com os seus ranchos constituiu a representação da freguesia de Areias.

Seguiu-se a Beira, cujas representantes usavam largos chapéus de palha produzindo vistoso efeito.

Por fim a freguesia de San-

ta Maria iniciou a sua representação com o rancho dos Galegos, seguindo-se a Ribeira.

As manifestações de regozijo continuam. Os aplausos repetem-se. A multidão vibra ruidosamente.

Repentinamente faz-se silencio. Todos os corações palpitam. Os peitos arfam desordenadamente. Todas as almas se sentem profundamente comovidas, e em muitos olhos brilham lágrimas.

Exibira-se o rancho de Vale Rodão, uma fértil região do concelho inenarrável a veiculou de qualquer especie, pelo que as suas oferendas são tão transportadas em animais. A frente destes, num nobre exemplo de caridade, fraternidade, exibindo a riqueza da sua alma, vê-se Manuel Machado, um infeliz sem eira nem beira, sem familia, vivendo da caridade e que transportava ás costas um feixe de giestas, producto natural da terra que sie, á falta de outros bens, não quiz deixar de ir pessoalmente oferecer á Misericórdia.

Foi um momento de comocção que a todos se propagou que todos avalisaram devidamente, em silencio, rompendo depois em franquias aclamações que acompanharam a que labou alma até ao Hospital.

Surge por fim um carro transformado em fortaleza, representando o histórico a heróico Castelo de Marvão, precedido por um grupo de gentis senhoras, e com que fechoou o cortejo.

Mais aplausos, mais e entusiasmadas aclamações da multidão que mostra o seu contentamento por ver bem correspondido o polo da Misericórdia, e o transitio flou interrompido por momentos numa extensão de mais de 1 500 metros.

Repentinamente procedeu-se á desorganização das oferendas chegadas, os ranchos vieram postar-se em frente da tribuna, e toda a enorme multidão os envolveu. Is falou o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Marvão, sr. Manuel R. Vivas.

Num eloquente oração agradeceu ao bom povo do concelho o caritativo auxilio e informou que ultimamente o Governo, por intermédio da Direcção Geral de Assisténcia concedera á Misericórdia um subsídio de 30.000\$00. Neste momento novas aclamações se produziram, ouvindo se vivas ao sr. Provedor, ao sr. Governador Civil, ao Governo e ao Estado Novo.

Seguiu-se-lhe no uso da palavra o ex.º sr. Governador Civil que se confessou imensamente comovido e deslumbrado pela prova de fraternidade de que acabava de ser testemunha, e pelo exemplo de altruismo do concelho de Marvão, aconselhando o sr. Provedor a proseguir na tarefa de ressurgimento da Santa Casa da Misericórdia.

Apoteósicas aclamações accleraram as palavras de sua ex.º

Eram cerca de 16 horas. Serviu-se depois um almoço de cerca de 250 talheres, nos claustros do Hospital, no qual foram convidados de honra os pobres do concelho, que alternadamente tomaram os seus

lugares entre as senhoras e cavalheiros para Me inscritos.

Na mesa de honra tomaram lugares o sr. Governador Civil, Secretário Geral do Governo Civil, Presidente da Acção Católica de Portalegre, Provedor da Misericórdia, Director do hospital, etc., cada um ladeado por dois pobres convidados.

Voltemos a usar da palavra as Senhoras Provedor e Governador Civil, José Domingos de Oliveira e Dr. Joaquim Valentim, que num vibrante discurso affirmou sentir-se patrioticamente satisfeito pela prova de amor ao proximo dado pelo povo do concelho de Marvão. Todos louvaram a acção da Mesa Administrativa da Misericórdia pela organização do Cortejo das Oferendas a acção desenvolvida a favor do Hospital.

Ao termino do almoço o entusiasmo dos presentes tingiu o rubro e o senhor Provedor da Misericórdia foi levado em triunfo.

De tarde fez-se a procissão com a nova imagem de Nossa Senhora da Estrela, que percorreu as principais ruas da Mui Nobre e Sempre Leal Vila de Marvão.

Entretanto procedia-se á verificação e contagem das oferendas entradas nesse dia no Hospital, já que se anteriormente recebidas, e as que posteriormente se estão recebendo, não foi possível contar, constata-se que: Foram 96 os carros e 32 os animais de carga que transportaram os seguintes géneros:

4 200 litros de trigo; 10 657 quilos de batatas; 640 litros de milho; 1 580 litros de centeio; 30 litros de cevada; 270 litros de azeite; 25 carros de lenha; 200 arrobas de cal; 94 quilos de cebolas; 10 alqueires de feijão; 2 suínos; 1 bezerro; 1 vaca; dois carneiros; 1 cabra; 3 chibos; 2 perús; 3 pator; mais de 100 galos; galinhas e frangos; 30 coelhos; pimentos, feijão verde, peras, uvas, maçãs, pêssegos, palha de centeio, palha de milho, palha de feno, 1 marquessa, cestos grandes e pequenos, giestas, água, avelãs, nozes, figos secos, aguardente, vinho, mel, pão, farinha, grão de bico, azeite, arroz, café, bolos, marmelos, feijões, lençóis, cobertores, etc., etc., e cerca de 25.000\$00 em dinheiro.

Além disto há a acrescentar grande numero de dias de trabalho oferecido por vários homens e mulheres, e frete de carros.

Ao serem tornados publicos estes numeros, inensas pessoas se dirigiram novamente ao templo de Nossa Senhora da Estrela, anexo ao hospital, agradecendo em fervorosa oração tão magnifico resultado.

Começou já a debandada dos veiculos que em numero superior a 200 transportaram gente de todos os pontos do concelho, e pela noite fora continuou a sentir-se o rodar das retardatárias.

Pindam o dia do Cortejo das Oferendas para a Santa Casa da Misericórdia do Concelho de Marvão, que por muito tempo viveu na lembrança daqueles que tiveram a fortuna de o assistir.

Através da imprensa local — A Voz Portalegrense —, obtivemos uma reportagem com todo o colorido e pormenor dos cortejos de oferendas à Misericórdia do ano de 1945. Optamos, também neste caso, por deixar o leitor com o documento, porque o consideramos insubstituível para a "visualização" destes memoráveis e emocionantes dias na vila de Marvão.

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA



Comissão de benfeitores do Porto da Espada e respectivo rancho de oferendas à Santa Casa: num dos cartazes lê-se: "AVANTE O NOVO HOSPITAL" (c. 1963)



Programa das festas em honra de Nossa Senhora da Estrela (1963)

19.7 O AMBICIONADO SANATÓRIO DISTRITAL

Não deixaremos de registar um projecto da Misericórdia que alteraria, talvez profundamente, o convento, mas que ajudaria a dinamizar a vila. Por volta de 1945, as autoridades sanitárias regionais procuravam um sítio para a instalação de um sanatório distrital. Um sítio que, necessariamente, teria que possuir bons ares. A Santa Casa moveu as suas influências junto do Subsecretário de Estado da Assistência, mas o parecer técnico dos “delegados” que tinham essa incumbência foi desfavorável. Não por o conjunto de edifícios existentes não apresentar potencialidades para o efeito e muito menos pela falta dos ares puros necessários para a doença em causa, mas, dizemos nós, por “ares a mais”... Transcrevemos o extracto da acta onde mais esta hipótese de trazer alento à vila se gorou:

A esses Delegados, como esclareceu, fora pedida informação sobre as condições técnicas das instalações constantes do projecto respectivo, e eles foram mais longe e deram o seu parecer também acerca das condições climáticas, de maneira desfavorável, aconselhando a construção do Sanatório Distrital na Serra de Portalegre (...)⁽³⁵⁾.

Remate-se o assunto referindo que, a ser instalado o sanatório no convento, projectava-se transferir o hospital para as “Casas do Dr. Leandro”⁽³⁶⁾, de propriedade camarária, na Rua 24 de Janeiro, onde se instalou, mais tarde, a fundição.

19.8 CRONOLOGIA GERAL

1258 - Data atribuída, em notícia inserta em manuscrito, à constituição da primeira comunidade franciscana (ANTT, códice n.º 525 – *Origo Provinciae Algarbiorum Erektionis Conventum Fratrum et Monialium*). (COELHO, 1988: 326)

1445 – Bula *Fidelium vota*, do papa Nicolau V, de 7 de Junho (pode tratar-se de um erro historiográfico na medida em que o conteúdo referido é igual ao da bula de 1448 e não encontramos o documento original).

1448 – Bula do Papa Nicolau V, de 7 de Julho, autorizando a fundação do Convento, pedida pelo Duque de Viseu, D. Henrique, pela Câmara e povo da vila; D. Henrique era sobrinho de D. Afonso V e recebera do rei a fortaleza de Marvão. (COELHO, 1988: 326)

1451 – Carta de D. Afonso V onde se prova que as obras seguiam devagar, a poder de esmolas; o rei concede todos os “Residos” – importâncias destinadas, em testamento, para obras pias, e outros remanescentes testamentários - da vila e seu termo ao Convento, até este estar pronto. (COELHO, 1988: 331)

1453 – Um preso de Olivença – Gonçalo do Cano – veio cumprir os cinco meses da pena que lhe faltavam, para a obra do Convento. (COELHO, 1988: 329 e 330)

1457 – “(...) em Abril, já estava povoado como demonstra um documento da época, relativo ao pedido de traslado de uma provisão régia, solicitado pelo guardião de

Santarém, frei Álvaro de Almada, e destinado aos frades e Convento de Santa Maria da Estrela. A comunidade tinha vinte e cinco frades”.

(<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375719>)

1465 – Nova carta de D. Afonso V onde se prova que as obras seguiam devagar, a poder de esmolas. (COELHO, 1988: 331)

1519 - O padre guardião do convento recebia do almoxarife de Portalegre 400 réis de esmola, que o rei D. Manuel anualmente lhe mandava dar para o convento.

Consultar o ANTT (<http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3798981>)

Código de referência: PT/TT/CC/2/84/120

Cota atual Corpo Cronológico, Parte II, mç. 84, n.º 120

1531 – Havia grande peste em Castelo de Vide, tendo-se realizado uma grande procissão até ao Convento, em que o provedor e os irmãos da Misericórdia daquela vila se deslocaram descalços. Durante o período de Maio a Outubro daquele ano, acolheram-se inúmeros peregrinos de Castelo de Vide que vinham pedir à Senhora da Estrela que acabasse com a peste. (COELHO, 1988: 327)

1550 – “(...) o Convento obteve do papa Júlio III, licença para possuir rendas e propriedades”.

(<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375719>)

Do mesmo, obteve “graças e indulgências” para os peregrinos (ANTT/PT/TT/MF-DGFP/E/001/00252)

1551 – Certidão de Frei Bernardino de Tomar, guardião de Xabregas, segundo a qual o convento possuía 10 frades e 164 volumes na livraria. Na mesma certidão certifica-se que o papa Alexandre IV, entre outros, confirmou indulgências. (COELHO, 1988: 327)

D. João III e D. Sebastião (1556) – Confirmam autorização aos frades para que peçam esmola para as obras. (COELHO, 1988: 331)

Alvará de D. João III – concedendo aos religiosos autorização para pedirem esmola “por si ou por seus mamposteiros” nos bispados de Portalegre, Lisboa, Évora e Guarda. (COELHO, 1988: 327)

1556 – Bula de Paulo IV, concedendo indulgência plenária e remissão dos pecados a quem visitasse o Convento durante a Quaresma e festas de Cristo e de N. S. da Estrela. (COELHO, 1988: 332)

[Extinção do ramo dos Franciscanos Conventuais por bula do Papa Pio V]

1568 – “(...) passou da claustra à observância, e os seus bens foram entregues à administração do bispo de Portalegre”.

(<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375719>)

1584 – “(...) foi incorporado na Província dos Algarves”.

(<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375719>)

Esta província foi criada em 1532.

1584/85/91 – O Convento foi casa de noviciado. (COELHO, 1988: 343)

(BELEM, Fr. Jeronymo de – *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves (...)*, 1750, p. 53)

1590 (Filipe I) – Doação de um “frontal e vestimenta para a capella de Nossa Senhora da Estrela que está na villa de Marvão, no bispado de Portalegre, a qual capella está no mosteiro de São Francisco da dita villa”. Vítor Serrão estuda o testamento, de 1590, de um convertido de Ormuz, o príncipe persa D. Afonso de Norandim, que viverá alguns anos junto aos frades agostinhos de Lisboa, no mosteiro de Nossa Senhora da Graça, como protegido por Matias de Albuquerque e Jerónimo de Mascarenhas, casa onde faleceu em 1590, e de onde fará importantes dotes de obras de arte (têxteis chineses, pratos, retábulos, etc) para diversos conventos de Lisboa, Leiria e Marvão. O facto demonstra a importância do Convento de Nossa Senhora da Estrela no tempo de Filipe I de Portugal. (SERRÃO, Vítor, 2007: 63-99)

Filipe III – Provisão para que a Câmara dê esmola ao Convento, para sua subsistência e para reparo do mesmo. (COELHO, 1988: 327)

1621 – Bula do Papa Gregório XI, confirmando outra do Papa Sixto V, concedendo indulgência plenária a quem visitasse o convento, desde as vésperas de São Francisco (4 de Outubro) até ao sol-posto do dia seguinte. (COELHO, 1988: 332)

1662 – Conflitos entre os frades e os párocos da vila com apresentação de recurso ao rei. (COELHO, 1988: 333)

1698 – Data inscrita no lintel do confessionário, do lado do Evangelho.

1698 – Em arrolamento dos religiosos, constavam: 1 guardião e confessor, 1 confessor e presidente, 7 pregadores, 1 confessor, 6 frades de coro, 1 corista e 3 leigos, totalizando 20; os Estatutos determinavam que fosse 12 o número de religiosos. (COELHO, 1988: 344/5)

1701 – Conflitos entre os frades e os párocos da vila que não consentiam que os franciscanos cantassem os responsos nos enterros. Em sentença de 11 de Agosto daquele ano, o tribunal eclesiástico deu razão aos Franciscanos. (COELHO, 1988: 333)

1702 – A Câmara dá licença ao convento para a construção de um forno, em “Barros Cardios”, para fabrico da telha necessária às obras do convento, estando também autorizados a recolher lenha para tal. (COELHO, 1988: 331)

1724 – O guardião Frei José de Santa Bárbara mudou a imagem de N. S. da Estrela, de uma pequena capela/gruta, onde estava desde o início do culto, para a capela interior. (COELHO, 1988: 329)

1726 – Abobadaram-se e pavimentaram-se as oficinas que estavam debaixo do dormitório e construíram-se as retretes do mesmo. (ADP-CNPT, 02/001/0004)

1735 – Conflitos entre os frades e os párocos da vila. (COELHO, 1988: 335)

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA

1755 – Provisão que proíbe a Ordem Terceira da vila de usar os mesmos hábitos dos frades (COELHO, 1988: 334)

1765 – Data de um dos sinos da torre, com a seguinte inscrição: *SENDO GUARDIAM ORDO PF FR IOSE ANTO DESTA BRA*

1772 – Conclusão da sacristia da capela de N. S. da Estrela e, possivelmente, do novo altar desta capela. (COELHO, 1988: 340)

1779 – Havia obras que não estavam completas e parte delas já estava em ruína; pedia-se esmola em Castelo de Vide para acudir aos edifícios. (COELHO, 1988: 331)

1784 – D. Maria I subsidia, por três anos, o ensino no Convento. (ANTT: PT/TT/CNSEM/005/0001/mç 1, doc. 1)

1785 – D. Maria I concede, à escola do Convento, e por período de três anos, a capacidade para regerem a cadeira de Gramática Latina, devidamente subsidiada (ANTT: PT/TT/CNSEM/005/0001/mç 1, doc. 2). Por protesto da Câmara, esta cadeira, que já existia na vila, passará a ser regida por professor leigo, na vila, e, em 1855, passará para Castelo de Vide. (COELHO, 1988: 346)

1802 – Construção do actual altar-mor da igreja conventual. A obra foi ajustada por Frei Francisco de Santa Clara Gomide, Pregador e Guardiã do convento, ao “Sr. João dos Reis para a fazer de Estuque por preço de quatrocentos e quarenta mil reis, na forma, qualidade e condições que vão juntas a Este Escrito, assignadas pelo sobredito João Reis, e por mim (...)”.(COELHO, 1988: 339)

1821 e 1829 – Conflitos entre os frades e os párocos da vila, nomeadamente com o pároco da matriz João Estação Mourato. (COELHO, 1988: 337/8)

1823 – O Governador da Praça Joaquim Caldeira do Crato, fez directamente um pedido ao Intendente Geral da Polícia para que fosse permitido correr touros na Festa da Senhora da Estrela, obtendo essa autorização. (COELHO, 1988: 351)

1834 – Extinção do convento.

1861 – Data de um dos sinos da torre, com a seguinte inscrição: *IHS MARIA IOZE*

De 1834 até final do século XIX - Permaneceu o culto a N. S. da Estrela e a realização da sua festa anual, no dia 8 de Setembro, organizada pela respectiva Irmandade.

1901, Setembro – A Santa Casa da Misericórdia obtém autorização oficial para ocupar o Convento (Autorização de 30 de Setembro publicada no D. G. n.º 227 de 9 de Outubro de 1901.)

1903, 28 de Maio – Transferência da Santa Casa da Misericórdia para o Convento.

1922 – É classificado o cruzeiro como Monumento Nacional (Dec. n.º 8.228, DG 133 de 4 de Julho de 1922).

1945 – Instalou-se na Santa Casa a Congregação das Filhas de Maria Mãe da Igreja, a 22 de Abril, permanecendo até 11 de Setembro de 2013.

1948, 1 de Novembro – O cemitério anexo ao convento deixa de funcionar.

1977 – Os ciprestes do antigo cemitério são cortados e inicia-se a construção da ala sul da Santa Casa da Misericórdia, destinada a crianças com deficiência mental que se haveriam de reinstalar no Centro de Recuperação de Menores do Assumar (inaugurado em 1968) nos meados da década seguinte.

1982 – Classificação do Convento como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 28/82, DR, 1.ª série, n.º 47 de 26 Fevereiro 1982) / Incluído na Zona Especial de Proteção do Castelo de Marvão (v. PT041210020001) / Incluído na Área Protegida da Serra de São Mamede (v. PT041214020015) (www.monumentos.pt)

1987 – Construção das Oficinas Camarárias na antiga “Cerca dos Frades”

1988 – Construção do Centro de Saúde de Marvão adossado à ala sul da Santa Casa.





MARVAO: – EGREJA DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELLA, segundo uma photographia do dr. A. S. de Magalhães

1) SOLEDAD, Frei Fernando - *História Seráfica Cronológica da Ordem de São Francisco* (...), Tomo III, Officina de Manoel J. L. Ferreyra, Lisboa, 1705, pp. 53 ss.

2) ANTT, (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375719>).

3) ANTT, códice n.º 525 – *Origo Provinciae Algarbiorum Ereccionis Conventum Fratrum et Monialium*, referência apresentada por COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, p. 326. Com a referência actual: Manuscritos da Livraria, n.º 525 - *Memorial terceiro da Santa Província dos Algarves por frei João de Santo Estevão, 1680, fls. 21-22.*

4) Tradução do Padre Bonifácio Bernardo que nos remeteu o seguinte comentário:

1 - Alexandre IV foi eleito Papa a 12 de Dezº de 1254, consagrado no dia 20 seguinte, e morreu a 25 de Maio de 1261 (não a 24 de Junho de 1260, como diz o documento transcrito). O ano 6 do seu pontificado seria

portanto 1259-1260. Tenhamos em conta, porém, a incorrecção da data da morte de Alexandre IV.

2 - O Papa Júlio III foi eleito Papa em 07.fevº.1550, consagrado no dia 22 seguinte e faleceu no dia 23 de Março de 1555. No contexto, o texto quer referir que também este Papa confirmou anteriores privilégios do dito convento.

3 - Traduzo "penes 1258" por "cerca do ano de 1258". Literalmente, 'penes' significa "dentro de". Se Alexandre IV tivesse morrido no ano 6º do seu pontificado - o que não aconteceu, como digo - então "dentro do ano de 1258" não estaria certo, pois o ano 6º do pontificado tem que ser de 12 de dezembro de 1259 a 11 de dezembro de 1260. Por isso, a melhor tradução é "cerca do ano de 1258".

4 - Coloco entre parêntesis o texto que se subentende, para melhor compreensão da tradução.

5) JORGE, Virgolino Ferreira – "As igrejas medievais dos Franciscanos em Portugal. Síntese de caracterização tipomorfológica", Lisboa, 2011, p. 10. (<https://www.academia.edu/5669125/>)

6) MATTOSO, José – *História de Portugal*, II, Estampa, Lisboa, 1997, p. 234.

[ver também, ANTT (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1001113>)]

7) *Idem, Ibidem, passim* [ver também, ANTT (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379961>)].

8) Capítulo 7, 13. *Guardem-se os frades, onde quer que estejam, em eremitérios ou outros lugares, de apropriar-se de lugar algum ou de impedi-lo a alguém.* Consultar (<http://procamig.org.br/portal/index.php/regra-nao-bulada/>)

9) ANTT, (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4379946>).

10) ANTT, (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379965>).

11) AZEVEDO, Carlos (Dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores, vol. (C-I), S. L., 2000, p. 273.

12) Fundação Oriente (<http://www.foriente.pt/64/historia.htm#Vr2lavmLTIU>).

13) SOLEDAD, Frei Fernando, *ob. cit.*, p. 58.

14) ANTT, (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1462561>). Ver também, AZEVEDO, Carlos, *ob. cit.*, p. 275.

15) Regra própria, de São Francisco, aprovada pelo papa Inocêncio III, em 1223.

Capítulo 7 - Do modo de servir e de trabalhar

1. Todos os frades, em qualquer lugar em que estiverem em casa de outros para servir ou trabalhar, não sejam mordomos nem chanceleres nem estejam à frente das casas em que servem; nem recebam algum emprego que cause escândalo ou produza detrimento para sua alma (cfr. Mc 8,36);

2. Mas sejam menores e submissos a todos que estão na mesma casa.

3. E os frades, que sabem trabalhar, trabalhem e exerçam o mesmo ofício que sabem, se não for contra a salvação da alma e puder ser feito honradamente.

4. Pois diz o profeta: "Comerás os trabalhos dos teus frutos; és feliz e estarás bem" (Sl 127,2);

5. E o apóstolo: "Quem não quer trabalhar, não coma" (cfr. 2Ts 3,10);

6. E Cada um fique na arte e ofício em que foi chamado (cfr. 1Cor 7,24).

7. E pelo trabalho possam receber tudo que for necessário, menos dinheiro.

8. E quando for necessário, vão pela esmola como os outros pobres.

9. E possam ter ferramentas e instrumentos convenientes para seus ofícios.

10. Todos os frades esforcem-se por suar em boas obras (S Greg M Hom 13 in Ev.), porque está escrito: Faz sempre alguma coisa boa, para que o diabo te encontre ocupado (S Jeron Ep 125,11).

11. E ainda: "A ociosidade é inimiga da alma" (S Bern Reg 48,1).

12. Por isso os servos de Deus devem insistir sempre na oração ou em alguma obra boa.

13. *Guardem-se os frades, onde quer que estejam, em eremitérios ou outros lugares, de apropriar-se de lugar algum ou de impedi-lo a alguém.*
14. *E quem quer que venha a eles, amigo ou adversário, ladrão ou assaltante, receba-se benignamente.*
15. *E onde quer que estejam os frades e onde quer que se encontrem, devem voltar a ver-se e honrar-se espiritual e diligentemente "mutuamente sem murmuração" (1Pd 4,9).*
16. *E cuidem de não se mostrar tristes por fora e sombrios hipócritas; mas se mostrem alegres no Senhor (cfr. Fl 4,4) e bem-humorados e convenientemente amáveis.*
- Consultar (<http://procamig.org.br/portal/index.php/regra-nao-bulada/>)
- 16) Constituições Gerais da Ordem de São Francisco (Narbonenses, 1260, n.º 1.8)
- Consultar (<http://individual.utoronto.ca/jwrobinson/texts/constitutiones-generales-ofm.pdf>).
- 17) Consultar (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2724).
- 18) Memórias Paroquiais de Santa Maria de Marvão
- Consultar (<http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvao/5182-marvao-santa-maria>).
- 19) A bula de 1448 não consta na "Collecção e Inventario de todas as Bullas Breves, e Transumptos Pontificios (...) athe o fim do anno de 1751" da Torre do Tombo (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202512>). O seu texto foi divulgado por COELHO, Possidónio M. L., *ob. cit.*, pp. 326 e 327. Por outro lado, colhemos uma informação no ANTT indicando uma outra bula: "Em 1445, pela bula *"Fidelium vota"*, do papa Nicolau V, de 7 de Junho, a pedido do infante D. Henrique, foi concedida autorização para a fundação do Convento. Foi edificado fora dos muros da vila de Marvão, próximo do local onde, segundo a piedade popular, a Virgem tinha aparecido e feito alguns milagres, recebendo, por isso, uma invocação mariana. No entanto, os cronistas Soledade e Jerónimo de Belém indicam a bula de Nicolau V, de 5 de Junho de 1448 para a fundação do Convento". (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375719>).
- 20) JORGE, Virgolino Ferreira, *art. cit.*, p. 21.
- 21) *Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrabida (...)*, Na Oficina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1698, p. 77. Ver também, para a Idade Média: Carta oficial do Ministro-Geral Boaventura (1257), Rubrica III – A observância da pobreza, Cf. "Epistola lad omnes Ministros Provinciales et Custodes O. F. M.", em S. Boaventura – *Opera omnia*, t. VIII, Quaracchi/Florença, 1898, pp. 468-469, *cit. in* JORGE, Virgolino Ferreira – "As igrejas medievais dos Franciscanos em Portugal. Síntese de caracterização tipomorfológica", Lisboa, 2011, p. 6. (<https://www.academia.edu/5669125/>).
- 22) Consultar (ADP, CNPTG/02/001/0004).
- 23) Memórias Paroquiais de Santa Maria de Marvão.
- Consultar (<http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvao/5182-marvao-santa-maria>)
- 24) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, pp. 339 e 340.
- 25) JORGE, Virgolino Ferreira, *art. cit.*, p. 13. (<https://www.academia.edu/5669125/>).
- 26) COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, pp. 325 - 354. (Ver também a Cronologia (1457)).
- 27) Consultar (<http://www.editorialfranciscana.org/portal/index.php?id=5653>).
- 28) *Idem, Ibidem*, p. 343.
- 29) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira – *Tratado da Cidade de Portalegre*, INCM/CMP, Lisboa/Portalegre, 1984, p. 136
- 30) AHMM, Mç 122, SEGUNDO LIVRO DAS VIZITAÇÕES DA IGR.^a DE ST.^a MARIA DE MARVÃO (1711-1757), JPST-M/01/002, visitação de 1728, folha n.º 28.
- 31) "Em 1926 a Misericórdia de Portalegre organizou jogos de futebol para se financiar, a de Amarante, em 1934, promovia saraus culturais, e até as salas de cinema serviram para o efeito". Ver *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Coord. Científica de José Pedro Paiva, *Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*, vol. 9, tomo I, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2010, p. 35. Ver no tomo II do volume anterior o documento com o n.º 226. Ver também LOPES, Maria Antónia – "As Misericórdias: de D. José ao final do século XX". In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Coord. Científica de José Pedro Paiva. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, vol. 1, p. 105.
- 32) ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 31 de Agosto de 1945, folha n.º 14 v.º.
- 33) ASCMM, LIVRO DE ACTAS (Maio de 1972 – Novembro de 1988), acta de 7 de Outubro de 1972, folha n.º 3. A preços constantes, estas importâncias correspondem, respectivamente, a 41 937,42 € e 9800,19 € (com base na aplicação do INE: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ipc>).
- 34) ASCMM, LIVRO DE ACTAS (Maio de 1972 – Novembro de 1988), acta de 10 de Setembro de 1987, folha n.º 83 v.º. A preços constantes, esta importância corresponde a 15 990,78 € (com base na aplicação do INE: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ipc>).
- 35) ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 10 de Março de 1947, folha n.º 37 v.º.
- 36) ASCMM, LIVRO DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA, acta de 4 de Agosto de 1945, folha n.º 12 v.º e 13.
- 37) AHMM, PASTA DOS PROGRAMAS DE FESTAS, programa de 1963.
- 38) AHMM, PASTA DOS PROGRAMAS DE FESTAS, programa de 1963.
- 39) *Idem*
- 40) *Idem*
- 41) *Idem*



20

**A CASA TÍPICA DE MARVÃO
E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA**



20. A CASA TÍPICA DE MARVÃO E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA

20.1 OS ESPAÇOS E AS SUAS FUNÇÕES

A primeira condicionante das características arquitectónicas das casas de Marvão diz respeito ao solo onde as mesmas se implantam, nomeadamente à sua orografia e à sua constituição geológica. A vila está assente numa rocha muito dura, quartzítica, compacta, que aflora em crista na zona alta da vila (a poente) e que, depois, desce para nascente, por vezes de forma abrupta e em faces lisas. Assim sendo, a única forma de implantar os edifícios foi encostar, quase deitar, as casas nesses rochedos, endentando os seus alicerces onde era possível, o que originou, nas casas localizadas do lado poente das ruas, frontispícios altos, que chegam aos três pisos, enquanto que os tardozeiros se ficam por um só, por vezes com os beirais a cota mais baixa do que as rochas próximas.



A crista quartzítica que desce para nascente e os tardozeiros a tocar nas rochas.

Nas casas localizadas no lado nascente das ruas, os frontispícios raramente ultrapassam os dois pisos – frequentemente designadas nos documentos oitocentistas por casas de “altos e bacos” –, mas o tardozeiro pode chegar aos três, constituindo o primeiro deles a cave, pelas mesmas razões já invocadas, mutatis mutandis. Tal implantação comporta uma consequência geométrica facilmente compreensível: os pisos térreos são geralmente de área reduzida, ao passo que os últimos pisos dispõem de um espaço generoso. É óbvio que tal acontece porque a rocha não foi removida, dada a sua dureza. Aliás, é frequente vê-la no interior das casas, como se fizesse parte da mobília, ou então escondida em bancadas corridas na base das paredes dos pisos baixos.



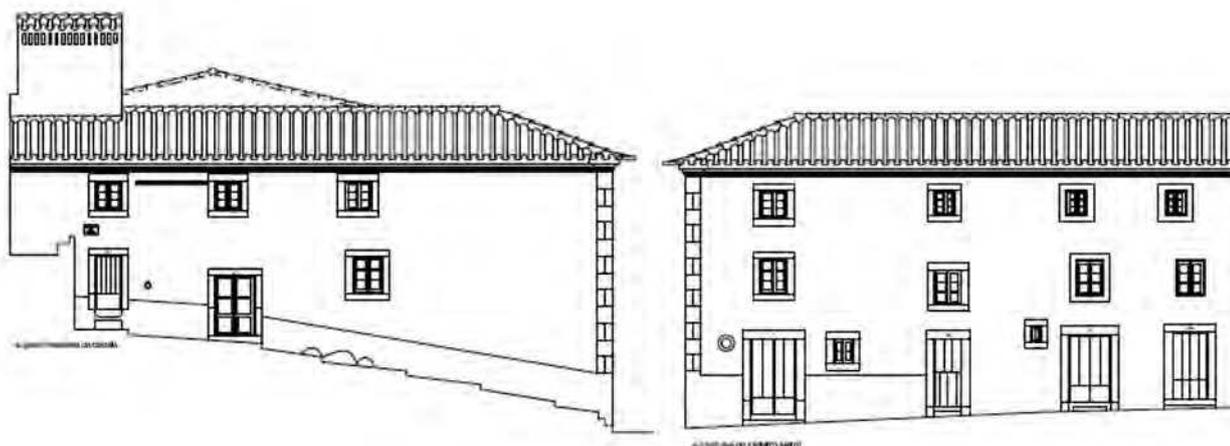
*Rua de Cima
Casas do lado nascente: frontarias de dois pisos.
Casas do lado poente: frontarias de três pisos*



Rua do Castelo: tardozeiros de três pisos e quintais das casas do lado nascente



Exemplo do edifício que foi reabilitado para a Merceria e Estalagem de Marvão: a área disponível aumenta do rés-do-chão para o 2º andar devido à existência de rocha nos primeiros dois pisos (desenhos do Arq. João Buchó)



O edifício que foi reabilitado para a Merceria e Estalagem de Marvão: fachada lateral sul mostrando uma implantação declivosa e frontispício (lado poente da Rua do Espírito Santo) (desenhos do Arq. João Buchó)

a) Rés-do-chão

Este primeiro piso, ou térreo, era quase sempre destinado a alojar (daí o termo “loja” que se aplica tradicionalmente em Marvão ao piso térreo) o animal de transporte e trabalho (burro, mula ou cavalo). Após as mais recentes reabilitações, as manjedouras foram desaparecendo, mas, a título de exemplo, dos 10 fogos da Rua do Castelo, ainda existe um edifício com manjedoura (n.º 1) e a memória da sua existência recente (2ª metade do séc. XX) em mais quatro casos [n.º(s) 3, 10, 12 e 16]⁽¹⁾. É frequente os edifícios apresentarem duas portas, lado a lado: a principal, geralmente mais estreita, que dá acesso à escada para o 1º andar, frequentemente iluminada através de um óculo ou vão rectangular, e a porta da “loja”, mais larga, por onde entrava o animal (p. ex., no n.º 1A da Rua da Porta da Vila – que era a porta da “loja”, com vestígios da manjedoura; no n.º 8 da Travessa dos Marroios; no n.º 19 da Rua de Cima).



Casas com duas portas (Travessa dos Marroios e Rua de Cima), sendo a mais larga a da "loja"



*Rua de Santiago n.º 7 (à esquerda) e n.º 10
Casas de uma só porta com fresta rectangular ou com óculo
para iluminar a escada*



Até em casas de escala muito reduzida aparecem as duas portas, como neste caso, na Rua do Relógio

No caso do n.º 5 e 5A da Rua de Santiago, a porta da loja era, em meados do séc. XX, a mais pequena, rectangular. Conhecida por loja da Tia Maria Joana, era uma mercearia que vendia de tudo um pouco e de que ainda resta o painel de azulejos anunciando a venda de vinho e de leite. Este painel encontra-se aplicado no quintal do outro lado da rua – logradouro que pertencia à mesma propriedade mas que hoje é independente –, cujo proprietário, José Serrano, em boa hora o guardou⁽²⁾. Resta dizer que a Tia Maria Joana transferiu a sua loja para o Largo do Pelourinho (n.º 2A), nos anos 50, trespassando-a mais tarde para o senhor António Rosado.

A CASA TÍPICA DE MARVÃO E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA



Rua de Santiago n.º 5 e 5A. A porta da mercearia era a de moldura rectangular



Rua de Santiago n.º 8: a porta principal foi transformada em janela e a da loja passou a principal



Azulejo da loja que existia na Rua de Santiago n.º 5 (Mercearia da Tia Maria Joana)

Muitas vezes, a porta da “loja”, como é a maior, passou a principal, e a que anteriormente era a principal foi transformada numa janela (p. ex., no caso da Rua de São Tiago n.º 8).



Rua de 24 de Janeiro n.º 18: a porta da loja (vão intermédio) foi transformada em janela

Era também neste piso térreo o lugar do armazém: da palha, da lenha, dos produtos hortícolas que se guardavam (batatas, cebolas, alhos), do azeite, do vinho, da salgadeira do toucinho, das ferramentas, etc. O pavimento poderia ser de tijoleira, de calçada ou mesmo de terra. Da “loja” acedia-se ao patim da escada, geralmente através de um vão em arco. Quando o edifício não era, exclusivamente, de habitação, a parte da “loja” poderia estar ocupada com uma taberna ou uma mercearia, e até alojar, cumulativamente, um animal em compartimento paralelo à taberna (p. ex., na Rua do Espírito Santo n.º 3 e 3A). Mesmo nas casas que não têm duas portas para a

rua, o mesmo vão podia servir as duas funções referidas, alojando-se o animal no piso térreo, depois de cruzar um hall de entrada (p. ex., na Rua Dr. Matos Magalhães n.º 3, que ainda dispõe de manjedoura; note-se que a actual entrada para o quintal é recente). Obviamente que nem todas as casas chegaram aos nossos dias de forma a podermos ler os vestígios destas antigas funcionalidades.



A salgadeira (família Alves Garcia, Rua Dr. Matos Magalhães n.º 3)



Manjedoura rehabilitada para prateleira de livros (família Alves Garcia, Rua Dr. Matos Magalhães n.º 3)

E mesmo que a casa não dispusesse de instalações próprias para alojar um animal, essa parte do edifício servia quase sempre para arrumos e armazenamento, ou dava acesso, através de corredor, para o quintal nas traseiras, onde as referidas funções poderiam ter lugar. Pormenor interessante: quando as casas se encontram “deitadas” nas rochas, as águas pluviais escorrem ao longo das superfícies impermeáveis das mesmas, sob o edifício, e vêm sair ao rés-do-chão, havendo casos em que o proprietário conduz essas águas para a rua através de drenagem construída para o efeito (p. ex. na Rua de Santiago n.º 7 e na Rua do Castelo n.º 3).

b) Quintais

Observando a planta de 1814, constatamos que rara era a casa que não dispunha de quintal, geralmente adossado ao tardo, mas também lateral, e até mesmo do outro lado da rua, com ou sem outras edificações, anexos que justificaram a construção dos três passadiços sobre arcos ainda hoje existentes. O arco da Pousada de Santa Maria, na Rua 24 de Janeiro, ligando edifícios de ambos os lados da mesma rua, é o exemplo recente de uma justificação bem antiga. Muitos destes quintais dispõem de porta própria, com acesso pelas ruas das traseiras ou laterais (p. ex. os n.º(s) 1 e 3 da Rua do Castelo ou os n.º(s) 2, 4 e 6 da Rua do Embique). E voltando ao alojamento de animais nos pisos térreos, o edifício n.º 4 desta última rua ainda possuía a manjedoura, no piso térreo do tardo, com entrada pelas traseiras (quintal), na primeira década do presente século.



Quintais nas traseiras da Rua do Castelo, lado poente

c) Primeiro andar ou principal

As escadas, geralmente de granito, dão acesso à sala de estar, o mais amplo de todos os compartimentos, em soalho de castanho, com janelas para a rua, geralmente munidas de conversadeiras ou namoradeiras. Esta sala dá acesso a alcovas (quartos de dormir), muitas vezes sem janelas, à cozinha, situada na zona das traseiras, a dar para o quintal, e à escada de acesso ao sótão ou ao 2º andar.

A CASA TÍPICA DE MARVÃO E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA



Um sótão muito pequeno com o respectivo quartinho (Travessa dos Marroios n.º 8, ano de 2004)



Janelas com conversadeiras (Rua do Espírito Santo n.º 1, em 2011) e sala do antigo tribunal da Câmara Velha

d) Segundo andar e sótão

Quando as casas têm segundo andar, esse é o piso dos quartos. Nas casas mais humildes, é frequente ver-se um simples sótão com um quartinho e espaço para arrumos. O sótão possui, frequentemente, paredes de tabique (ou simplesmente de madeira, geralmente caiada) que tapam as zonas de pé-direito mais baixo. O tecto poderá ser, simplesmente, a estrutura da cobertura, à vista: madres, barrotes, esteira e telha. Ou então, um forro de madeira emparelhada que esconde a referida estrutura. Mas há outra tipologia nas casas com segundo andar: a sala continua a estar localizada no primeiro andar, mas a cozinha, com a respectiva chaminé, está no segundo, havendo também quartos.



Paredes de tabique numa casa da Rua 24 de Janeiro (2015)

e) O caso especial da cozinha e da lareira

Em fotografias antigas pode observar-se que rareavam as chaminés em Marvão, nomeadamente no princípio do século passado. Aliás, no capítulo anterior reproduzimos um texto do séc. XVII que o confirma e até explica:

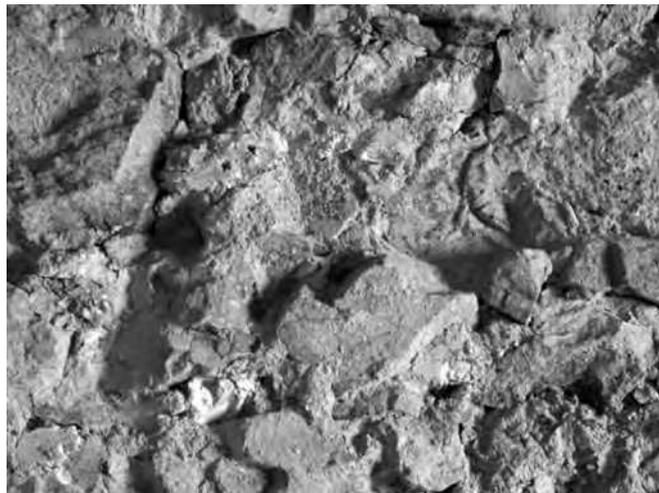
& no tempo do inverno são taes os ventos, que com grandes pedras não podem livrar dellas (sic) as telhas das casas, que pela mesma razão não tem chaminés, & fazem o fogo ao canto dellas, & com o fumo parece cada casa hum inferno (...)⁽³⁾.

Tal facto obrigava a que o lume se fizesse no último piso, com excepção do sótão, em cozinha que geralmente tinha pavimento de tijoleira assente em estrutura de madeira. O fumo saía pela chaminé, ou então pela chamada “telha-vã”, no caso de não existir tal estrutura. Ainda observámos uma destas lareiras, sem chaminé, no edifício que se reabilitou para dar origem à actual Casa da Silveirinha, na Travessa da Silveirinha n.º 1. Em ambos os casos, era frequente o uso de fornalhas de alvenaria, a funcionar com carvão, e era neste espaço, sobretudo dentro das chaminés, que se conservava a carne de porco, em fumeiro, através dos tradicionais enchidos. Se observarmos com atenção as chaminés do casario, facilmente nos apercebemos de que são recentes. Uma das mais antigas, a julgar pela sua construção mais elaborada, pode observar-se na Rua do Embique n.º 6.



Chaminé "modernizada" mas com o fogão a gás apoiado nas antigas fornalhas (Travessa dos Marroios n.º 8 (2004)

Com as cabeças das pedras a fazer o paramento, dispostas à fiada e assentes com a máxima estabilidade (ou seja, as pedras mais pequenas podiam preencher lacunas mas não deviam calçar as pedras maiores), garantia-se a regularidade das superfícies murárias. O elemento de ligação é a argamassa de cal, da Escusa, mas também se construíram alvenarias de pedra e saibro amassado.



Argamassa de saibro, num tom amarelado, numa casa da Rua 24 de Janeiro



Uma das chaminés mais antigas de Marvão, datada de 1955 (Rua do Embique n.º 6).

Já as pedras, quando são de enchimento, podem ser da rocha que aflora na vila (o quartzito); mas para degraus, molduras de vãos e outras obras do género, utiliza-se só o granito, mais trabalhável, recolhido na encosta a cotas mais baixas. Para os vãos, na falta da pedra utilizava-se o tijolo burro. E os lintéis eram frequentes vezes construídos com barrotes ou tabuado grosso de castanho que depois ficava escondido com a aplicação da argamassa. Resta dizer, sobre a alvenaria de elevação das paredes, que estas se travavam nos cunhais através de perpianhos e que os vãos, de alguma dimensão, levavam archetes sobre as vergas, para que estas aguentassem as cargas verticais.

20.2 MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

Num brevíssimo resumo, podemos dizer que, com pedra, argamassa de cal, saibro, madeira de castanho, tijolo burro, tijoleira, telha mourisca e leite de cal, construía-se toda uma casa. Como já referimos, os alicerces eram endentados na rocha, fazendo-se os seus caboucos onde era possível. As paredes começavam a subir desempenadas pelo exterior e perdendo ligeiramente a espessura pelo interior, com a altura. Uma casa de rés-do-chão, primeiro andar e sótão, pode apresentar paredes exteriores e mestras de cerca de 60 cm de espessura (c. de 2 pés portugueses: $0,33 \text{ m} \times 2 = 0,66 \text{ m}$). As casas com segundo andar podem apresentar até 3 pés na base e chegam ao beirado com c. de 2 pés⁽⁴⁾.



Vão interior executado com tijolo burro e escadas de granito

A CASA TÍPICA DE MARVÃO E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA



Portas de rua com archete aparente

Quando as paredes alcançavam o nível de algum pavimento, fazia-se o ensoleiramento com pedra mais regular e embutiam-se as madres e os barrotes de castanho onde se havia de pregar, mais tarde, o soalho. Esta estrutura da madeira escorava as paredes e permitia assentar pranchas para continuar o trabalho de crescimento das paredes. Nas paredes exteriores vão-se construindo os agulheiros onde se apoiam as varas dos andaimes. Estes agulheiros, quando do reboco, tapam-se superficialmente com tijoleira para se abrirem mais tarde quando necessário. O reboco era sempre feito com argamassa de cal. Os beirados tradicionais eram construídos com uma cimalha moldurada, com uma ou duas fiadas de telhas ou ainda, mais raro, em pedra.



Paramento sem reboco mostrando a fiada de pedra mais regular que serviu para fazer o ensoleiramento para colocação de barrotes onde assentará o respectivo piso, neste caso de uma sobrecama (Rua 24 de Janeiro)



Beirado com uma fiada de telhas e em pedra (Rua do Espírito Santo)

Já na cobertura, as paredes mestras servem de apoio às madres que, por sua vez, aguentam os barrotes e estes a esteira e as telhas, acompanhadas ou não de argamassa de cal. Mas as chaminés crescem primeiro, para que depois a cobertura as envolva e o mestre faça o remate das telhas junto às suas paredes, o que não era tarefa para qualquer um.



Tecto com madres, barrotes e esteira



Tecto com madres, barrotes e esteira



Tecto com forro de madeira emparelhada (família Alves Garcia)

Os pavimentos dos pisos superiores eram quase sempre de castanho, mas também de tijoleira apoiada nos barrotes, por exemplo nas cozinhas.



Pavimento de soalho, de pinho e de castanho, da Sala do Tribunal da Câmara Velha.

Era também frequente a construção, nas paredes, de armários e nichos de volumetria diversa, com portas de rótula e fechos de tramela ou de ferro. Ou então ficavam a descoberto, com prateleiras de madeira ou de pedra, onde se colocavam os cântaros, por exemplo. Os vãos exteriores, sendo janelas, tinham portadas pelo lado de dentro, geralmente dotados de postigo; no caso das portas da rua, todas elas tinham um ou dois postigos, ferrados, que à noite se fechavam. Muitos destes vãos exteriores ainda apresentam, do lado de dentro, os buracos na parede, de um e outro lado, para a tranca de madeira.



Armário de parede com portas de rótula e fecho de ferro



Portadas com postigo

A CASA TÍPICA DE MARVÃO E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA

20.3 O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA EM 1826

20.3.1 A HERANÇA DE CATHARINA DO MENINO JEZUS RAMILLA

A proprietária, Catharina do Menino Jezus Ramilla, de 86 anos de idade, residia, no ano de 1825, na Rua do Embique, com a herdeira, Maria da Apresentação, de 16 anos, juntamente com duas criadas⁽⁵⁾. Note-se que o inventário de bens da sua herança refere esta “morada de Cazas e quintal”. Seria, com certeza, um dos edifícios do lado nascente da rua, para sul do actual jardim da Boavista, únicos com quintal (ver planta de 1814). Vejamos o documento:

Cópia do Inventario dos bens de Catharina do Menino Jezus Ramilla

Sua herd.^a M.^a da Apresentação⁽⁶⁾

Seis Cadeiras de palha⁽⁷⁾ pintadas de amarello e Vermelho
Hum banco de espaldas⁽⁸⁾ de Castanho
Hum Oratorio grande Com a Imagem da Cruz
Huma Comoda de madeira Com trez gavettas
Huma Meza de Castanho Com duas gavettas
Hum Oratorio Com douis Vidros, e Imagem do Menino Jezus
Outro Oratorio e ambos pequenos, este Com douis Vidros tambem Com a Imagem de N. Senhora
Huma poltrona⁽⁹⁾ de Castanho Com asento de (?) ou Couro
Hum bau⁽¹⁰⁾ Velho Com fechadura mas sem chave

Segd.^a Caza

Seis cadeiras de moscovia⁽¹¹⁾ Velhas
Hum arcaz⁽¹²⁾ de Castanho Velho Com fecho
Hum banco de espaldas
Huma menza de Castanho Velha pequena
Hum Leito Velho
Duas Menzas de Castanho pequenas

No quarto aonde faleceo

Huma meza Com huma gaveta, e argolas amarelas Com chave
Hum bau sem Cabello⁽¹³⁾ Com duas fechaduras

Na Caza a esquerda da Entrada

Hum arcaz de Castanho Com chave
Douis baús iguais e pequenos Com Sua chave
Outro bau Com duas fechaduras
Huma Meza Com tres gavettas e pes torneados e tinta de pretto
Hum Oratorio Com a Imagem de christo
Seis cadeiras Castelhanas iguais
Huma Meza Com huma gavetta

Cozinha

Huma Cadeira Velha
Outra pequena Castelhana

Caza do Tijollo

Duas arcas de Castanho iguais Sem Chave

Estanho e Arame

Vinte e quatro pratos de estanho pequenos e Onze grandes
Tres Caldeiras d'arame⁽¹⁴⁾ sendo huma e duas mais pequenas
Tres tacxos de arame desiguais
Vinte e quatro pratos de po de pedra⁽¹⁵⁾
Duas travessas
Huma bacia de arame de pez⁽¹⁶⁾
Huma de estanho de mãos

Prata

Huma Caxa de tabaco e
Humas fivelas Com xarneiras tem de pezo vinte e quatro Oitavas⁽¹⁷⁾
Seis facas de Cabo de prata e folha de ferro tem de pezo Cento e Setenta Oitavas
Doze Colheres de sopa desirmanadas e
Deseoito garfos tambem desirmanados, tem de pezo Cento e Setenta e Oito Oitavas
Huma Salva de prata pequena e que tem de pezo Setenta e quatro Oitavas

Dividas activas [dinheiro emprestado]

[9 registos, alguns deles com indicação de bens melhorados, geralmente em ouro (“cordão”)]

Dividas dos foros e Rendas

[9 registos]

Roupas, e fattos

Vinte e Sinco Lencoes iguais todos de linho novos
Sete Lencoes de linho igual ainda Crus⁽¹⁸⁾
Oito Lencoes de Linho guarnecidos
Quatro d.^{os} de estopa⁽¹⁹⁾
Douis de paninho Com folhos
Deseoito Travesseiros de Linho, panno de Reis, e paninho desiguaes
Trinta e Seis guardanapos de Linho desiguais
Seis toalhas de panno de Linho de Vara e meia⁽²⁰⁾
Doze guardanapos de medina
Huma toalha de medina de menza
Duos toalhas de panno de linho de menza
Seis toalhas de Renda a Roda
Duas toalhas Com folhos
Vinte Camizas de mulher de pano de L.^o e paninho
Seis anagoas⁽²¹⁾
Hum cobertor de Damasco Encarnado
Huma Colxa de (?) Branco bord.^a a Seda
Huma Cuberta de Xitta de Ramalhos Vermelhos
Huma d.^a da Mesma qualid.e
Douis Cobertores de panno, hum azul Verde
Hum Tapete
Hum Cobertor de panno branco bordado
Quatro Vestidos de Xitta
Huma Saija de Capa Riscada
Duas Saijas de Xitta

Tres Roupinhas de Ceda
 Duas Roupinhas brancas
 Huma Saija branca
 Hum Capote de baetão⁽²²⁾ preto
 Huma Cama que Consta de enxergão, colção, douis
 Lencoes, douis Cobertores, huma Cuberta de Xitta, e hum
 travesseiro
 Outra Cama que consta de enxergão, Colção, douis
 Lencoes, douis travesseiros, e douis Cobertores
 Hum Colção de Riscadilho Com Seu enchimento
 Tres colchões Com enchimentos brancos
 Huns brincos das Orelhas douro da deff.^a
 Hum cordão de Ouro
 Dezeito alqr.⁽²³⁾ de Centeijo em grão
 Quinze alqr. de trigo em grão
 Tres alqr. de milho miúdo

Fazendas

[10 registos]

Benz (Sequestrados?) e Legados

[21 registos, entre os quais, "Cazas da Rua de Sima";
 "Huma morada de Cazas na Corredoura"; "Huma morada
 de Cazas e quintal na Rua do Embique, Sendo metade
 Legado"]

Hum alqr.e de feijão branco
 Tres toucinhos da matança do presente anno
 Oitenta pessas de Carne de fumo da mesma matança em
 q. entrão quatro lombos

Rellação dos Legados de Prata

Seis garfos, seis Colheres, e Seis facas de prata, e as
 facas Com os Cabos Somt.e
 Huma Salva grande de prata Com pé
 Seis Colheres de Xa, e hum Casso tudo de prata

Descrição dos Bens moveis Sequestrados, q. São Legados e de Raiz Const.es do Testamento apenso

Hum cobertor de damasco encarnado
 Huma Cubertade Xita de Ramalhos
 Hum Cobertor de panno branco bord.º
 Quatro Vestidos de Xita dos melhores
 Huma Saja de Capa Riscada
 Duas Sajas de Xitta
 Duas roupinhas brancas
 Huma Saja branca
 Hum Capote de baetão preto
 Huma Cama q. consta de enxergão colção, douis
 Lencois douis Cobertores, huma Cuberta de Xitta, e hum
 travesseiro
 Outra Cama, que consta de enxergão, colção, douis
 Lencois, douis Cobertores, e douis travesseiros
 Hum Colção de Riscadilho com Seu Xumasso
 Huns brincos das orelhas douro da Falycida
 Hum Cordão douro
 Seis garfos, Seis colheres, Seis facas, com os cabos
 somt.e de prata
 Huma salva de prata grande
 Seis colheres de Xa e hum Copo tudo de prata

18.2.2 MOBILIÁRIO DE MARVÃO QUE PODE EXEM- PLIFICAR ALGUMAS PEÇAS DO INVENTÁRIO ANTERIOR



Armário e mesa de cozinha (castanho) (Estalagem de Marvão)

A CASA TÍPICA DE MARVÃO E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA



Cantareiras de cozinha (castanho e pinho) (Estalagem de Marvão)



Mesa de sala com gaveta de fundo gradeado para secar a roupa à braseira (castanho)



Banco com espaldas (ou costas) do antigo tribunal de Marvão (séc. XVIII) (castanho)



Banco da SCMM no Convento de N. S. da Estrela (foto António Gil)



Arquibanco (castanho) da SCMM no Convento de N. S. da Estrela (foto António Gil)



Mesa com gavetas, de pés torneados (castanho e outras)



Cadeiras de castinzeira e bunho (feitas em São Salvador da Aramenha c. 1979)



Pequena mesa de cozinha (castanho e outras)



Cómoda e baú de madeira (família Alves Garcia)

A CASA TÍPICA DE MARVÃO E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA



Pequena arca (pinho)



*Arca grande onde se guardava a roupa ou o pão (castanho)
(Estalagem de Marvão)*



*Baú forrado a pele e decorado com desenhos de preguetas
amarelas (Estalagem de Marvão)*



*Cama de ferro com banca de cabeceira e lavatório
(família Alves Garcia)*



*Arca grande onde se guardava a roupa ou o pão (castanho)
(SCMM no Convento de N. S. Estrela, foto António Gil)*



Oratório a São João Baptista (família Alves Garcia)



Cabide (castanho e pinho) (Estalagem de Marvão)



Caixa de braseira (castanho) com braseira de cobre (família Alves Garcia)



Caldeiro e bacia de arame (latão)



Ratoeira (Estalagem de Marvão)



Petromax a petróleo e talheres de cozinha (família Alves Garcia)

A CASA TÍPICA DE MARVÃO E O RECHEIO DE UMA CASA ABASTADA



Ferros de passar aquecidos a carvão; o mais pequeno é de brincar (família Alves Garcia)



Candeeiro a petróleo (família Alves Garcia)



Lavatórios (família Alves Garcia)



- 1) Informações de Dionísio Gomes (1952-), Maria do Céu Garcia (1948-) e António Graça (1945-).
- 2) Informação de Eulália Madeira (1951-).
- 3) AZEVEDO, Luis Marinho de, *ob. cit.*, p. 168.
- 4) Por exemplo, o edifício da Estalagem e Merceria de Marvão (Rua do Espírito Santo n.º 1) tem 86 cm de espessura junto à porta da Merceria e, junto às janelas do 2.º andar, 57 cm.
- 5) AHMM, Mç 121, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/007 (1808–1826), folha n.º 185 v.º.
- 6) AHMM, Pasta de documentos não catalogados, documento de 1826.
- 7) Provavelmente de bunho.
- 8) Bancos com costas
- 9) Cadeirão de braços
- 10) Distingue-se da simples arca por ter a tampa arqueada.

- 11)** De couro; ganhou esta designação porque a cidade russa de Moscovo (Moscóvia) o exportava para toda a Europa. Os *Lusíadas* já referem esta designação (ver Canto VI).
- 12)** Arca grande, geralmente com gavetões; no caso vertente, dispondo apenas de uma chave, seria apenas uma arca grande.
- 13)** Provavelmente um baú que não era forrado a pele.
- 14)** Liga de cobre e zinco vulgarmente chamada latão ou metal amarelo.
- 15)** Pratos de cerâmica utilizando o pó-de-pedra.
- 16)** Bacia utilizada para lavar os pés.
- 17)** A Oitava era uma medida de peso usada para o ouro e a prata; era a oitava parte de uma Onça, ou seja, o equivalente a 3,5856 g.
- 18)** Na cor natural, sem receberem tinta.
- 19)** Linho grosseiro
- 20)** Vara é uma medida de comprimento antiga equivalente a 1,10 m.
- 21)** Cuecas antigas sob a forma de saiotos.
- 22)** Pano de lã grosseiro, não pisoado.
- 23)** Medida de capacidade, 1/60 do moio, com equivalências diversas, conforme a região do país. No sul, um alqueire equivalia a cerca de 15/16 litros.



21

PROFISSÕES E ESTRUTURA ETÁRIA DA VILA



Retrato em bordado com casca de castanha (1924)

21. PROFISSÕES E ESTRUTURA ETÁRIA DA VILA

Completando a caracterização da vila, quanto aos seus “rostos”, parece-nos imprescindível ter uma visão de conjunto sobre as profissões e ocupações dos seus residentes, bem como, sobre a respectiva estrutura etária. Relativamente ao primeiro tema, escolhemos o ano de 1781, não só porque é um ano intermédio entre as datas que temos utilizado (1765 e 1814), mas também porque os róis de confessados daquele ano estão bem legíveis (sobretudo o da Paróquia de São Tiago), não obstante haver sempre alguns erros e imprecisões. Relativamente ao segundo tema, escolhemos o costumado ano de 1814, não só pelo facto de o registo estar bem legível, mas também porque esta data se situa, exactamente, há dois séculos (escrevemos em 2014).



A loja da Menina Irene, na Praça

21.1 AS PROFISSÕES E OCUPAÇÕES EM 1781

21.1.1 PARÓQUIA DE SÃO TIAGO⁽¹⁾

21.1.1.1 RESUMO DE DADOS DEMOGRÁFICOS

- a) Na vila: 158 fogos e 596 residentes
- b) Extramuros: 16 fogos e 67 residentes
 - Fonte (2 fogos e 14 residentes)
 - Fonte Leal (1 fogo e 2 residentes)
 - Minhota (1 fogo e 4 residentes)
 - Maceira (1 fogo e 9 residentes)
 - Val de Roda (1 fogo e 8 residentes)
 - Abenaja (10 fogos e 30 residentes)
- c) Totais: 174 fogos e 663 residentes⁽²⁾
- d) Média de residentes por fogo na vila: 3,8
- e) Inocentes (até aos 6 anos de idade⁽³⁾): 93 intramuros e

20 extramuros

f) Expostos 6: 3 rapazes e 1 menina intramuros; 1 rapaz e 1 menina extramuros

g) Esperados: 9 que acabaram por “satisfazer os preceitos Quaresmais”.

21.1.1.2 SEQUÊNCIA DE RUAS COM OS RESPECTIVOS NÚMEROS DE FOGOS E DE RESIDENTES

Rua da Corredoura (7-21), Rua do Adro (3-13), Rua do P.e Jullio (5-25), Rua do Sabugr.º (8-35), Rua de João Garção (23-81), Rua de S. Tiago (18-64), Rua do Embique (21-81), Rua de Maiorros (14-52), Rua do Corro (5-20), Rua da Porta da Villa (16-57), Rua da Prassa (6-27), Rua do Rellogio (4-15), Cadeira (2-6), Rua do Espirito Sancto (4-19), Rua de Sima (6-21), Rua de bacho (9-38), Rua do Terreiro (8-25).



Servente de pedreiro no Largo da Parada (1950)
(SIPA FOTO.00166953)

PROFISSÕES E ESTRUTURA ETÁRIA DA VILA

21.1.1.3 DESIGNAÇÕES DE PROFISSÕES E OCUPAÇÕES

ALFAYATE – 2
ALMOCREVE – 3
APRENDIZ DE SAPATEIRO – 1
BARBEIRO – 2



Por simples curiosidade, a fotografia de um barbeiro de Marvão em 12 de Setembro de 1928: António Maria Freire. Foto da sua licença de porte de arma

BOTICARIO – 1
- Joze Antonio Botilheiro, de 27 anos, na Rua da Porta da Vila

CANASTREIRO – 6
CARCEREIRO – 1
CARDADOR – 6
CARDUSSADOR – 1
CARPINTEIRO – 1
CASSADOR E SAPATEIRO – 1
CREADOS – 37
- São 20 do sexo masculino, entre os 11 e os 34 anos
- São 17 do sexo feminino, entre os 9 e os 60 anos
- No campo não há criados
- Quem tem criados em casa são os funcionários públicos superiores, os doutores, os elementos do clero, as ocupações não identificadas (que viveriam dos rendimentos), os militares (oficiais), lavradores e alguns profissionais de sucesso: mercador, forneiro, sapateiro e pedreiro.

DOUTOR – 2
- João (Vic.te ?) de (Meir.ª ?), de 51 anos, na Rua do Rellogio
- Pedro Paullo Frausto, de 45 anos, na Rua do Espírito Santo

ESCRIVAM DO JUDICIAL – 1
- M.el Garção, de 31 anos, na Rua da Corredoura

ESCRIVAM DOS ORFAONS – 1
- Patricio Ant.º, de 27 anos, na Rua da Corredoura

FERREIRO – 1
FERREIRO ESPANHOL – 1
FORNEIRO – 3
FRADE – 1
GANHÃO / JORNALEIRO – 17
GUARDA DA ALFÂNDEGA – 1
- João Nunes Rego, de 60 anos, na Rua do Embique

JUIZ DE FORA – 1
- Dr. Joze Thomaz Mar.º e Costa, de 33 anos, na Rua de João Garção

TAVERNEIRO – 2
LAVRADOR – 10
MADEIREIRO – 1
MERCADOR – 1
MILITARES (OFICIAIS) – 4
- Capitam Joze da Cruz, de 61 anos, na Rua de Maiores
- Capitam João de Vidr.ª Garção, de 51 anos, na Rua da Porta da Villa
- Capitam João Viegas Gomide, de 85 anos, na Rua de S. Thiago
- Tenente M.el Fernandes Patrão, de 66 anos, na Rua de Sima

MINORISTA – 2
- Bento Miz. de Carv.º, de 21 anos, na Rua do Sabugueiro

PASTOR – 2
PEDREIRO – 4
PESCADOR – 1
PORTEIRO – 1
PRESOS – 3
PRIOSTE – 2
- João Miz. Cavaco, de 35 anos, na Rua da Prassa
- Antonio do Sacramento, de 31 anos, na Rua de Sima

PUMAREIRO – 10
COAD.ºR DE S.tª m.ª / SACERDOTE / SACERDOTE SECULAR / SACERDOTE E VIGÁRIO DA VARA / PADRE - 9
- Fr. Ant.º Carr.º Semedo (Coad.ºr de S.tª M.ª), de 27 anos, na Rua de S. Thiago
- P. M.el Roiz Sanches, de 64 anos, na Rua de Bacho
- P. João Sanches, de 65 anos, na Rua da Corredoura
- P. Joze Marques Barrozo, “Minorista, e Thezor.º desta Ig.ª”, de 21 anos, na Rua do P.e Jullio
- P.e Fernandes Ig.e, de 32 anos, na Rua da Porta da Villa
- Dr. Fran.cº Carr.º Salgado de 55 anos, na Rua de S. Thiago
- Dr. João Roiz Ram.e, de 67 anos, na Rua do Embique
- Fr. P.e Joze de Alm.ª, de 31 anos, na Rua da Prassa desta Ig.ª, de 39 anos, na Rua de João Garção
- P. Joze Ant.º, Coad.or

SAPATEIRO – 2 e 1 aprendiz
SERRADOR – 1
TAVERNEIRO – 3
- Antonio Miz. Ruivo, de 40 anos, na Rua do Corro
- M.el Fernandes Crespo, de 36 anos, na Rua da

Porta da Vila

- Domingos Loppes Serpa, de 46 anos, na Rua do Relógio

TECELÃO - 2

Designações não profissionais ou não ocupacionais ou sem qualquer identificação de cabeças-de-casal:

- SEM IDENTIFICAÇÃO – 14

- SOLTEIRAS - 10

- SOLTEIROS - 5

- VIÚVA – 26

- VIÚVO – 10



Silvestre Andrade na sua padaria da Travessa do Padre Júlio

21.1.2 PARÓQUIA DE SANTA MARIA⁽⁴⁾

21.1.2.1 RESUMO DE DADOS DEMOGRÁFICOS

a) Na vila: 80 fogos e 281 residentes

b) Extramuros: 74 fogos e 318 residentes

- Fonte do Concelho (2 fogos e 7 residentes)
 - Arieiro (1 fogo e 5 residentes)
 - Ponte Velha (3 fogos e 13 residentes)
 - Barros Cardios (3 fogos e 9 residentes)
 - Torre (1 fogo e 6 residentes)
 - Galegos Monte de Baixo (13 fogos e 58 residentes)
 - Caza Nova (1 fogo e 4 residentes)
 - Pitaranha (16 fogos e 63 residentes)
 - Forão (4 fogos e 15 residentes)
 - Galegos Monte de Sima (24 fogos e 111 residentes)
 - Querença (1 fogo e 6 residentes)
 - Pego do Fr.º (Ferreiro) (1 fogo e 3 residentes)
 - Fragil Ribr.ª de Marvão (2 fogos e 10 residentes)
 - Ribr.º dasenha (2 fogos e 7 residentes)
- c) Totais: 154 fogos e 599 residentes⁽⁵⁾
d) Média de residentes por fogo na vila: 3,5
e) Inocentes (até aos 6 anos): 41 intramuros e 63 extramuros

21.1.2.2 SEQUÊNCIA DE RUAS COM OS RESPECTIVOS NÚMEROS DE FOGOS E DE RESIDENTES

Rua da Corredoura (19-74), Rua do Castelo (13-47), Traversa do Forno (2-2), Rua do Sabugueiro (2-7), Rua do Esp.º Santo (6-27), Traveça do Hospital (11-29), Rua de Sima (12-44), Rua de Baixo (16-51).

21.1.2.3 DESIGNAÇÕES DE PROFISSÕES E OCUPAÇÕES

AJUDANTE DA PRAÇA – 1

- Carlos Joze, de 25 anos, na Rua de Sima

ALCAIDE – 1

- Fran.º Joze Abelho, de 27 anos, na Rua de Sima

ALMOCREVE – 1

ANDANTE - 1

BOTICARIO – 1

- Joze Dias Semedo, de 37 anos, na Rua do Esp.º Santo

CARDADOR – 2

CARPINTEIRO – 1

CRIADOS – 20 na vila e 7 no campo

- São 9 do sexo masculino, entre os 11 e os 26 anos

- São 11 do sexo feminino, entre os 15 e os 51 anos

- No campo registaram-se 7, todos do sexo feminino, entre os 15 e os 51 anos

ESCRIVÃO DA CAMERA – 1

- Joao Tauares ?, de 56 anos, na Rua da Corredoura

ESTANGR.º (estancheiro) - 1

FEITOR DALFAND.ª – 1

- Victor Gração Roma, de 61 anos, na Rua de Sima

FERRADOR – 1

- Lourenço Vas Viegas, de 27 anos, na Rua de Baixo

GOVERNADOR – 1

- Joze Soares Semão, de 44 anos, morador na Rua do Espírito Santo

LAVRADOR – 1

MEDICO – 1

- Antonio Tavares Gor.º, de 55 anos, na Rua do Castelo

MILITARES - 2

- Capitão Manoel Car.º Salgado (?), de 51 anos, na Rua de Baixo

- Soldado João Manxeias (de Castelo de Vide)

MORGADO - 1

PADRE – 3

- Rd.º P.e João de Mattos, de 29 anos, na Rua da Corredoura

- Rd.º P.e Manoel Pires Marques, de 81 anos, na Rua do Espírito Santo

- Rd.º P.e Joao (?), de 52 anos, na Rua de Baixo

PEDREIRO – 2

PIZUEIRO - 1

PORTEIRO – 1

- Fran.º da Crus, de 61 anos, na Rua da Corredoura

PROCURADOR – 1

- Leandro Joze Mouratto, de 40 anos, na Rua da Corredoura

PROFISSÕES E ESTRUTURA ETÁRIA DA VILA

SAPATEIRO – 3

SERIEIRO – 2

SERRADOR - 1

SERURGIÃO – 1

- Francisco Glz Seixo?, de 41 anos, na Rua de Baixo

SOLDADOS – 2

TECELÃO – 2

TESOUREIRO DE STA. MARIA – 1

- João Mourato, de 26 anos, na Traveça do Hospital

TRABALHADOR – 12

Designações não profissionais ou não ocupacionais ou sem qualquer identificação de cabeças-de-casal:

- SEM IDENTIFICAÇÃO - 5

- SOLTEIRAS - 6

- VIÚVAS – 18

- VIÚVOS - 1



O último cesteiro de Marvão, Manuel Marques Mendonça (1917-2002), na loja (casa de madeira) que possuía ao cimo da Rua do Castelo

21.1.3 COMENTÁRIO SOBRE OS REGISTOS

Verificamos como que uma auto-sustentabilidade da vila em termos profissionais. Constam as principais profissões da construção civil e do mobiliário (6 pedreiros, 2 carpinteiros e 1 ferreiro), dos panos, vestuário e calçado (1 carduçador, 8 cardadores, 1 pisoeiro, 2 tecelões, 2 alfaiates e 7 sapateiros), do sector da saúde (2 boticários, 1 médico e 1 cirurgião), do sector alimentar (3 forneiros, 1 pescador e 1 caçador), da agro-pastorícia, sector chave da economia de Antigo Regime (11 lavradores, 2 seareiros, 10 pomareiros e 2 pastores). Registaram-se 2 barbeiros e 1 ferrador (os primeiros, que tradicionalmente também exerciam a ocupação de dentistas, e os segundos, fundamentais na área dos transportes). No sector do abastecimento da vila, importantíssimo pela localização ermada da mesma (4 almocreves e 1 mercador). Os trabalhadores indiferenciados são em grande número (29) e, a trabalhar para proprietários agrícolas, para funcionários públicos, para militares (oficiais) e para gente do clero, temos o impressionante número de 57 criados e criadas que são registados (em termos de arrolamento de confessados)

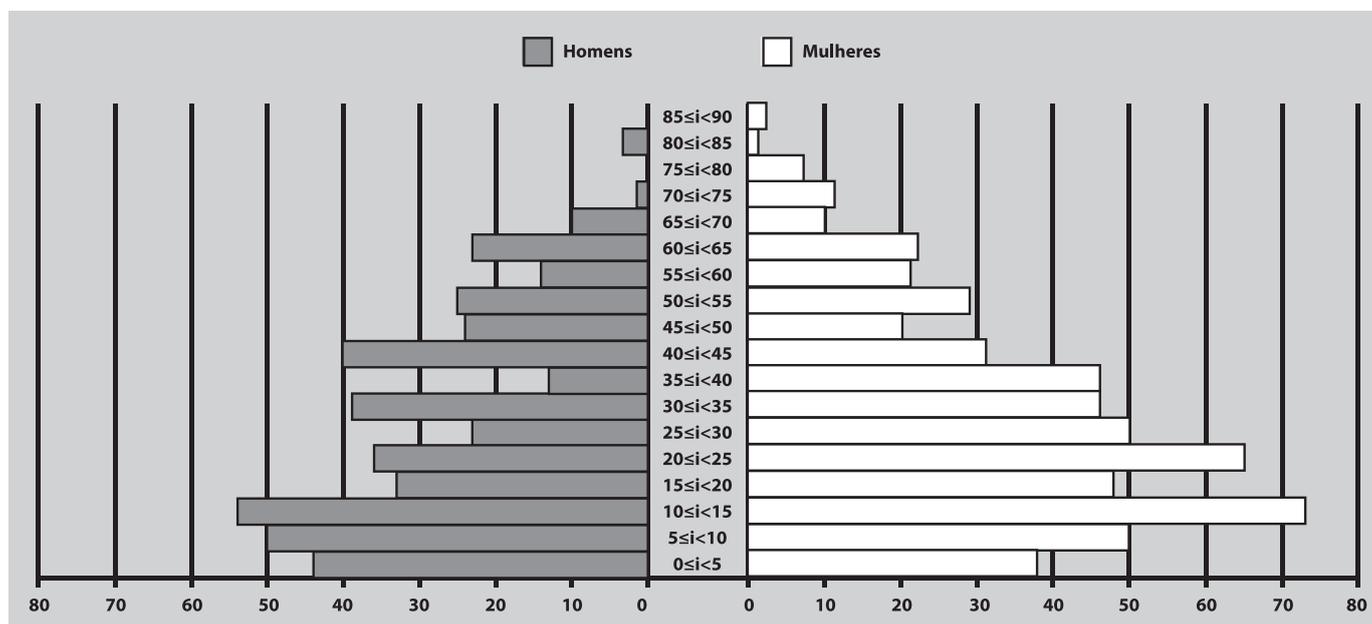
nas casas onde serviam, leia-se, onde viviam. Ligados ao artesanato de castanho, sector tradicional no concelho, temos 6 canasteiros que manufacturavam diversos recipientes para transporte e armazenamento dos mais diversos produtos. Ainda no artesanato, está referido um "estangr.^o" (estancheiro), o que significa que, se não fizesse peças de estanho, nomeadamente pratos, poderia concertá-los. Na administração contam-se, como funcionários de nível elevado, 9 elementos. Militares eram 10, sendo 5 oficiais. No clero registam-se 14 sacerdotes mais o tesoureiro de Santa Maria e ainda 1 frade e um minorista (clérigo de ordens menores). Finalmente, no que diz respeito a tabernas, geralmente com a sua parte de mercearia, eram três os cabeças-de-casal com a profissão. É importante chamar a atenção para os casos de profissões ou ocupações não identificadas de homens, cabeças-de-casal, onde se contam 52 casos. Tal significará a existência de um grande número de famílias que vive de rendimentos, necessariamente proprietárias de prédios rurais e urbanos que têm arrendados. Note-se que não falamos do caso de viúvas (57) e viúvos (8), também em grande número, que nunca são registados com a profissão/ocupação, mesmo na situação de cabeças-de-casal, o que não nos permite saber de que viviam. Aliás, refira-se ainda, como crítica de fontes, que só os homens apresentam profissão, ainda que o aglomerado tenha como cabeça-de-casal uma viúva ou uma mulher solteira.

Em conclusão, a vila era dotada das principais profissões/ocupações, integrando-se nas características económicas e socioprofissionais de Antigo Regime, o que também se pode explicar pela necessidade de auto-sustentabilidade de uma povoação do interior raiano, alcandorada em sítio de difícil comunicação.



Homem a cair na Travessa da Cadeia (foto Raul Ladeira, 1984)

21.2 A ESTRUTURA ETÁRIA DA VILA EM 1814



A pirâmide de idades da vila em 1814

Em 1814, a população jovem (com menos de 15 anos) contava com 309 elementos, o que corresponde a 31% do total. Por sua vez, população idosa (com 65 ou mais anos), tinha uma expressão insignificante: 45 elementos, ou seja, 5% da população. Estes dois dados configuram, desde logo, uma estrutura de idades jovem, mas outros factos o reforçam: é nos grupos etários quinquenais pertencentes ao intervalo dos 0 aos 34 que se verifica o maior número de ocorrências, atingindo o valor máximo no escalão dos 10 aos 14 anos: (0-4=82); (5-9=100); (10-14=127); (15-19=81); (20-24=101); (25-29=73); (30-34=85). Neste intervalo, jovem, contam-se 649 habitantes que correspondem a 65% da população.

Analisando a estrutura quanto ao género, as mulheres dominam com 570 elementos contra 432 homens (uma diferença de 138 habitantes numa população de 1002), sendo que, com 65 ou mais anos, as mulheres (31) são mais do dobro do que os homens (14). Com 70 ou mais anos, os homens são apenas 4, curiosamente, três deles com 80 anos (a excepção à regra), enquanto as mulheres somam 21 registos. Mas acima dos 80 anos só aparecem 3 ocorrências e elas são todas femininas, sendo 2 delas com a idade de 89 anos.

Refira-se também que, comparando os dados demográficos gerais de 1781, já apresentados, com os de 1814, a população aumentou de 877 habitantes para 1002, em 33 anos, elevando o rácio do número de habitantes/fogo, de 3,7 (877/238) para 4,6 (1002/218), apesar do número de fogos ocupados ter decrescido.



Retratos de família em bordado com casca de castanha (1930)



VILLA DE MARVAO — Gravura de J. Oliveira, segundo photographia do dr. A. S. de Magalhães

- 1) AHMM, Mç 120, ROL DE CONFESSADOS, JPSTG/01/004, ano de 1781, folhas n.º(s) 32-45 v.º.
- 2) Na acta final, folha n.º 45 v.º, referem-se 489 maiores, 63 menores e 111 inocentes; mas há erro de contagem do número de residentes no fogo 135 da Rua do Espírito Santo.
- 3) Este critério varia ao longo dos anos. Em 1814, por exemplo, eram inocentes as crianças até aos 12 anos.
- 4) AHMM, Mç 123, ROL DE CONFESSADOS, JPSTM/02/002 (1781-1793/04/20), folhas n.º(s) 1 v.º-12 v.º.
- 5) Há um engano na pág. 7 (fogo n.º 85): a contagem passa de 299 para 200.



22

**BANDAS, SOCIEDADES RECREATIVAS,
ATIVIDADE TEATRAL E CINEMA**



Primeira banda de Marvão (princípio do séc. xx)

22. BANDAS, SOCIEDADES RECREATIVAS, ACTIVIDADE TEATRAL E CINEMA

Sem procurarmos directamente o assunto (e por isso não o tratamos desenvolvidamente, aguardando por novo fôlego), demos conta, ao longo da investigação, da existência de várias bandas, de sociedades recreativas e da prática teatral, informação que para este capítulo carregámos em pequenos *flashes* de imagens e texto.

22.1. BANDAS

Os documentos fotográficos que a seguir reproduzimos são testemunho de uma actividade musical persistente, sob a forma de bandas de música, desde os finais da monarquia até aos anos 60 do século passado. A última banda foi a do Asilo dos Rapazes, extinto, como já referimos, em 1965.



Banda de Marvão, cerca de 1910. Em baixo, na ponta direita, José Maria Garcia (c. 1879-1968) (sapateiro)



*Elementos da Banda da Legião junto à sua primitiva sede
Sede: Rua do Espírito Santo n.º 1 (entre 1939 e 1956)*



Parte da Banda de Marvão, c. 1940. Da esquerda para a direita: José Maria Garcia (sapateiro/contínuo da Câmara), (não identificado), José Morujo, José Delgado (carpinteiro), (não identificado) e Samarra



Parte da Banda de Marvão, c. 1950: 1. Não identificado; 2. Custódio Bugalhão; 3. Joaquim Anastácio; 4. José Moura; 5. Francisco Ventura; 6. José Delgado; 7. José Maria Garcia (contínuo da Câmara e sapateiro); 8. Samarra



Banda do Asilo de Nossa Senhora da Estrela (1955), constituída, na altura, por rapazes com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos. Foi a última banda de música marvanense

Hino de Marvão

REFRAIN

Mui Nobre e Sempre Leal
Vila de Marvão,
Sentinela erguida de Portugal,
Doirado brazão.
Mui Nobre e Sempre Leal
Muralha raiana,
Símbolo eterno, burgo imortal
Da terra odiana.

Ruas estreitas, portais antigos,
Arcos e casas com varandim,
Muralhas velhas, velhos postigos,
Donde se espreitam os inimigos,
Tempos sem fim.

Ruas estreitas, alvas moradas
De humildes gentes que nada são...
Filhos de heróis, de eras passadas,
Vidas p'la História sacrificadas,
Por ti Marvão.

REFRAIN

José Amaro

500 ex. Tip.-Cast.-Rabaça-1956

Coincidindo com a data da fotografia anterior, apresentamos a letra deste Hino de Marvão que, provavelmente, foi tocado pela referida banda. Repare-se que foi feita uma edição de 500 exemplares em tipografia, o que significa que foi utilizado em algum evento. Mas já ninguém se lembra da história deste hino que nos foi dado a conhecer por Angélica Sousa (1949-)

Hino de Marvão

Marvão portão lindo que és
Sentinela de Aramenha
Tens Portugal a teus pés
A abrir-te os braços a Espanha

Penedo duro altaneiro
Nada te encobre a visão
Por cima do nevoeiro
Vê-se tudo de Marvão

(Refrão)
Marvão, Marvão, Marvão
Terra de encanto e beleza
Canteirinhos sempre em flor
Que o bom Deus Nosso Senhor
Deu à terra portuguesa

Marvão, Marvão, Marvão
Mui nobre e sempre leal
Que guardas no coração
A história de Portugal

A torre alta de Marvão
Escuta o murmúreo dos céus
E diz baixinho aos cristãos
O que ouve dizer a Deus

Muralhas cor de tição
Porque hoje sois engrandecidas
És a Sintra de Marvão
A vida das tuas vidas

(Refrão)

Outro hino de Marvão, criado por João Vidal (c. 1960), quando de uma homenagem a Manuel Vivas que ofereceu uma televisão à SCMM. Dado a conhecer por Margarida Morgado (1954-)

22.2 SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA E RECREATIVAS (OS BAILES)

Como referimos no capítulo da Rua Dr. Matos Magalhães, há memória de o n.º 3 daquela rua (casa da família Garcia) ter albergado um clube, embora não saibamos se esse clube coincidia com a Sociedade Recreativa Marvanense, onde passaram a funcionar as escolas femininas, em 1933, ou com a Sociedade Filantrópica e Recreativa de Marvão de que fala Branquinho da Fonseca em 1935/6. O que sabemos, por testemunhos orais, é que a recreação, na vila, nos anos 50 e 60, se fazia quase espontaneamente através de grupos de jovens, sobretudo em tempos de festa, nomeadamente pelo Carnaval e pela Festa da Padroeira, ou então através da Casa do Povo. Foi esta entidade que passou a dirigir a animação recreativa e sociocultural, extinguindo-se, em Marvão, a partir dos anos 40, o exíguo movimento associativo independente anterior, oriundo, muito provavelmente, do período republicano.

Os bailes eram as actividades recreativas mais frequentes. Tomando o testemunho de uma das suas participantes⁽¹⁾, podiam ter lugar, se o tempo estava de feição, no campo de voleibol, de pavimento de cimento, que havia no topo norte do Terreiro. Por altura das festas da Sr.^a da Estrela, engalanava-se o recinto com bandeirinhas de papel colorido e pagava-se a uma orquestra que vinha geralmente de Portalegre – a Ferrugem ou a Ideal – ou de Valência de Alcântara: Los Santos. Se o tempo não o permitisse, estes bailes passavam para o salão da antiga fundição, de que falámos no capítulo da Rua 24 de Janeiro, engalanado a preceito.

do e pagava-se a uma orquestra que vinha geralmente de Portalegre – a Ferrugem ou a Ideal – ou de Valência de Alcântara: Los Santos. Se o tempo não o permitisse, estes bailes passavam para o salão da antiga fundição, de que falámos no capítulo da Rua 24 de Janeiro, engalanado a preceito.

Marvão

GRANDIOSAS FESTAS EM HONRA DA PADROEIRA DO CONGELHO

8 e 9
DE
SETEMBRO
DE
1965

NOSSA SENHORA DA ESTRELA

ABRILHANTADAS PELA FAMOSA BANDA EUTERPE PORTALEGRENSE



IMAGEM DE
NOSSA SENHORA DA ESTRELA



ASPECTO INTERIOR
← DO VELHO
CASTELO DE MARVÃO

Nos dias 5, 6 e 7, às 21 h., haverá tríduo de preparação, com terço, pregação e bênção do SS.^{mo} Sacramento, no Convento de Nossa Senhora da Estrela.

PROGRAMA

DIA 8 DE SETEMBRO

ÀS 7 HORAS – O estralar de muitos legiões e morteiros e o repique lustro dos sinos das Igrejas da Vila anunciarão a todos o encargo das Festas.

ÀS 9 HORAS – MISSA DE COMUNHÃO GERAL para todas as pessoas devidamente preparadas.

ÀS 10 HORAS – Chegada da BANDA EUTERPE de Portalegre que percorrerá as ruas da Vila executando marchas festivas.

ÀS 11 HORAS – Abertura da QUERMESSE e venda da flor por gentis moedas desta terra.

ÀS 12 HORAS – MISSA CANTADA em honra de Nossa Senhora da Estrela e sermão por um distinto orador sagrado. A Missa será cantada pelas mesmas Irmãs do Asilo da Misericórdia.

ÀS 13,30 HORAS – Encontro de Marvãenses e ALMOÇO DE confraternização num refeitório da Santa Casa da Misericórdia.

ÀS 15 HORAS – Inauguração do equipamento industrial recém pelo Príncipe, Sr. José Pinto de Sousa e que passará a funcionar nas instalações da Casa de Trabalho. Será também realizada a inauguração e Ambluária cedida à Santa Casa pelas Irmãs Sr. José Pinto de Sousa, António Pinto de Sousa e Olímpio Jaime Bengala.

ÀS 16 HORAS – Concerto pela Banda.

ÀS 17 HORAS – PROCISSÃO com a imagem de Nossa Senhora da Estrela, que, acompanhada pela Banda, percorrerá as ruas de Marvão. Na final um sacerdote pronunciará uma bênção dando-se um segredo a bênção com o SS. Sacramento.

ÀS 19 HORAS – Início de um IMPONENTE ARRAIAL, que ficará na memória de todos, durante o qual será lido o racheio de Quermesse executado a Banda sinuosa de este sempre agitado repertório. Será queimado vinoso e abundante fuga de artifício dos aludados pirroticosos de Moita da Noiva, Manuel Martins & Filhos, L.da.

ÀS 22 HORAS – Fim da apresentação teatral do RANCHO INFANTIL DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO.

RANCHO INFANTIL DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO

que interpretará 30 números de dança e cantos genuinamente característicos do Concelho de Marvão, cujos números que serão apresentados em duas partes, a seguir descrevemos:

I PARTE	II PARTE
Marcha – vir – Romance de N. S. Senhora da Estrela	Poço de São Amador
Viva de Nossa Terra	Mado das Carreiras
Palmas	Viva de São
Valência	Condição em dois passos
Montebate	Verde Salo
Viva Pando	Condição em três
Verde-Oito	Valo do Coto-Pao
Um Alecrim	Dampado de São
Eu o Válio sou Bem!	Viva de «Jaque»
Condição de 12 Fátala	Olhos lá, pé no chão
	– Marcha

Apresentar-se-á ainda o acrobata infantil Maria Inês Vivas Marques Elpidio. Executo-se também a corrimela da Imposição de fitas no estuário de Rancho.



DIA 9 DE SETEMBRO

ÀS 7 HORAS – Girândolas de foguetes e morteiros indicarão a continuidade das Festas.

ÀS 11 HORAS – MISSA SOLENE de ação de graças ao Sacramento de Nossa Senhora da Estrela.

ÀS 14 HORAS – Chegada de um Conjunto Musical que percorrerá a Vila executando músicas alegres, e vende de flores que ficará recordando estas Festas.

ÀS 17 HORAS – Início de uma FOURADA A VARA LARGA, cujo gado serve de lavadores de roupa (ver programa próprio).

ÀS 22 HORAS – Arraial popular com fogo de artifício durante o qual será lido o restante racheio de Quermesse (ver programa próprio).

As festas são organizadas pela Santa Casa de Misericórdia de colaboração com o povo de Marvão. • No decorrer da Procissão será lançado fogo de fátala com a imagem de Nossa Senhora da Estrela. • Não serão cobradas quaisquer imposições para assistir à evolução do Rancho. • No recinto das festas funciona um serviço de taxi com sanatórias abertas. O recinto estará visivelmente decorado e iluminado. • Este programa pode ser alterado por qualquer motivo imprevisto.

Típ. Mar'Altares, Portalegre - 1.300 ex. - 28-6-65

Programa das Festas de Nossa Senhora da Estrela (1965) em que a banda contratada é a de Portalegre (Euterpe)

BANDAS, SOCIEDADES RECREATIVAS, ACTIVIDADE TEATRAL E CINEMA

Por volta de 1956/7, no Verão, a miudagem, alguns de “pata descalça”, fazia bailes sobre o arco da Rua do Castelo. Nessa altura a casa estava desabitada. Quem tocava gaita-de-beiços era o “Manel Málimo” e às vezes o “Mangueira”, rapaz de cerca de 20 anos de idade que ensinava a dançar. Os bailes começavam depois de jantar e duravam até às onze e tal da noite, altura em que as mães começavam a chamar os filhos para recolherem a casa. Ali se faziam e desfaziam namoricos.

Os bailes também podiam ocorrer no terraço da Casa do Povo, onde agora é a sede da Marwan - Associação de Jovens de Marvão. Aqui, os bailes eram realizados ao som de um gira-discos comprado com as receitas dos espectáculos que um grupo de jovens, pelos anos 60, fazia na vila e pelas freguesias, de que falaremos a seguir.

Finalmente, registe-se, para encerrar o tema dos bailes, que pela visita de Américo Tomás (1965) se realizou um baile de gala no salão nobre da Câmara.

22.2.1 NOTAS SOLTAS

O Clube Recreativo Marvanense passou a Sociedade de Beneficência Marvanense, destinando-se “a proporcionar

aos sócios e a suas famílias, diversões compatíveis com a Lei e com [a] Moral, com o fim de angariar receita para obras de Beneficência”, conforme referem os seus estatutos. Não se menciona onde tinha esta sociedade a respectiva sede, sendo que os estatutos datavam de 1940⁽²⁾. O director era, ao tempo da elaboração dos estatutos, António Fernando Camoezas e Silva, o secretário, Hermenegildo Delgado Garcia e o presidente da assembleia geral, Francisco Antunes⁽³⁾.

Simultaneamente, formou-se uma outra sociedade de recreio e beneficência de Marvão, denominada Clube da Boa Vontade. Curiosamente, os seus estatutos constam de um documento datado de um dia a seguir aos anteriores: 13 de Janeiro de 1940⁽⁴⁾; as rivalidades do costume... O documento regista ainda a Filarmónica Recreativa Marvanense que dava “concertos públicos abrilhantando as festas locais composta de amadores e sem regente privativo”. Publicamos o documento do AHMM que faz este recenseamento, datado de 4 de Abril de 1940⁽⁵⁾:

Localidade	Designação	Final e género de diversões
Marvão	Clube da Boa Vontade	Assistência a pobres, recreio das sessões, jogos e bailes
Marvão	Sociedade Beneficência Marvanense	Idem, idem
Marvão	Filarmónica Recreativa Marvanense	Concertos públicos abrilhantando as festas locais composta de amadores e sem regente privativo
Falegas (suburba)	Sociedade de Instrução Recreativa das Falegas	Gabinete de leitura, jogos e bailes
Entre as Górgias	Sociedade Popular de Instrução e recreio	Idem, idem
St.ª de Bramunha	Sociedade Ortaria e Instrução e recreio	Idem, idem
Curiam (suburba)	Sociedade de assistência médica e beneficência escolar da Beira	Assistência médica aos doentes, assistência às crianças das escolas, recreio das sessões, jogos e bailes, espectáculos por amadores
Santo Antonio das Arcoas	Sociedade popular de beneficência, instrução e recreio	Assistência a pobres, recreio das sessões, jogos, bailes e espectáculos por amadores

data 4/4/1940

O Dilectissimo da Inspeccão
Antonio Antunes

22.3 ACTIVIDADE TEATRAL E CINEMA

No capítulo referente à Rua Dr. Matos Magalhães, informá-mos da existência de uma teatro, naquela rua (n.º 8), cuja notícia mais recuada se reporta a 1929. Chamava-se Teatro Dr. Manuel de Jesus Portilheiro. Como então referimos, encontrámos, documentados, “bailes no Teatro desta Câmara”, mas actividade teatral propriamente dita, não, se bem que não procurássemos especificamente informação a este nível. Encontrámos, sim, um interessante (do ponto de vista histórico) programa de actividades religiosas e anti-comunistas, de 1937, cujo comício teve lugar no Teatro de Marvanense.

Outro documento interessante, manuscrito, que encontramos no arquivo, é um “Mapa estatístico das casas de espectáculos e recintos de diversão no Distrito de Portalegre”, referente ao concelho de Marvão⁽⁶⁾. Na vila apenas refere o “Teatro D.r Manuel de Jezuz Portelheiro, de propriedade camarária, cujo “género que explora” é o teatro (embora anote que “está em arra[n]jo”, com uma lotação para 100 pessoas, observando que “No geral funciona com amadores. Arrendado à sociedade de beneficência e instrução. E anexo à mesma sociedade”. Ainda no capítulo dos teatros, o documento inventaria o Teatro de Santo António das Areias e o da Beirã com lotações para 200 e para 80 pessoas, respectivamente,

ESTA CÍVICA
—|| EM ||—
MARVÃO

Em 6 de Junho de 1937

Programa

A's 11 horas = Chegada das Escolas devidamente uniformizadas,

As' 11,5 horas = Chegada das Autoridades Escolares,

A's 11 e 3 quartos = Missa sufragando a alma dos Heróis de Portugal na Igreja (convento) da Senhora da Estrêla.

A's 13 horas = Cortejo que se derigirá aos Paços do Concelho em cumprimento às Autoridades.

A's 13,5 horas = Cerimónia da colocação do Crucifixo na Escola Primária.

A's 14 horas = Comício **Anti-Comunista** no Teatro Marvanense.

A's 16 horas = Parada Infantil.

A's 16,5 horas = Reorganização do cortejo que deparará um ramo de flores junto da lapide dos Soldados Marvanenses **Mortos na Grande Guerra.**

A's 17 horas = Merenda Infantil na esplanada do Castelo a 700 metros de altitude.

A's 18 horas = Merenda de confraternização entre Professores e convivas.

A's 20 horas = Retirada das Escolas.

A's 22 horas = Baile no salão da Câmara Municipal.

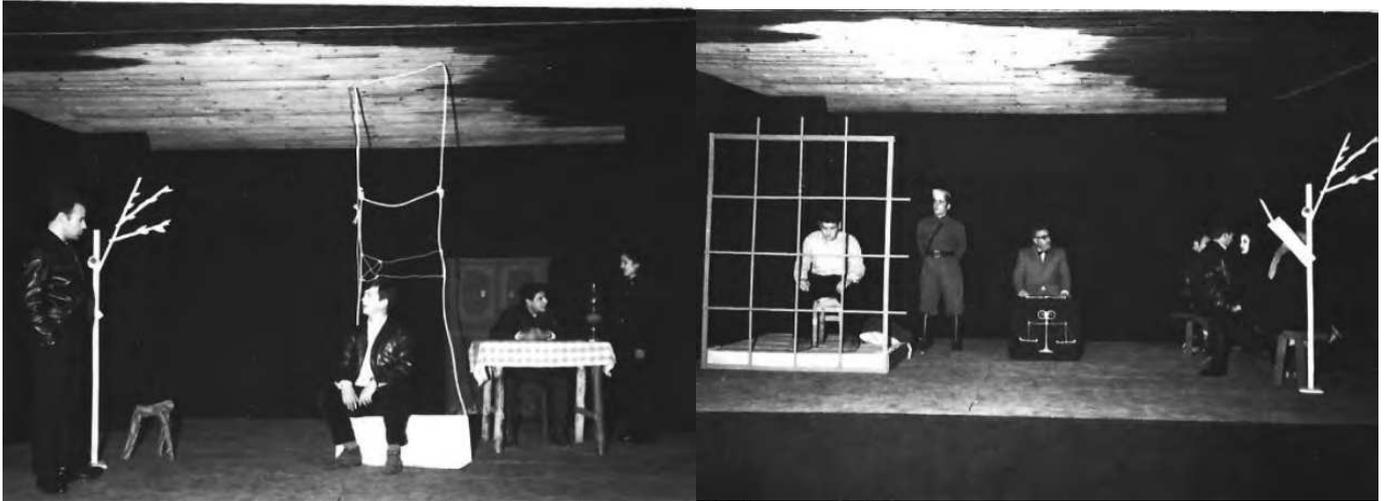
Observações—Qualquer numero deste programa, pode ser alterado por motivo imprevisto.

BANDAS, SOCIEDADES RECREATIVAS, ACTIVIDADE TEATRAL E CINEMA

mas também em situação de “arr[a]njo”.

Foi na Casa do Povo, pelo ano de 1967, que detectámos

actividade teatral amadora, produzida pelo denominado Grupo de Teatro da Casa do Povo de Santa Maria. Reproduzimos a respectiva documentação.



Estreia do Grupo de Teatro da Casa do Povo de St.ª Maria de Marvão (19 de Fevereiro de 1967). Peça representada no 1º andar da fundição: “Clandestinos”, de Monteiro Nunes, encenada por Nunes Vidal. Em cima, à esquerda, António Andrade; na foto do meio, ao centro, António Garcia



DIRECÇÃO ARTÍSTICA E ENCENAÇÃO DE

nunes vidal

REALIZAÇÃO PLÁSTICA DE

alcina félix

NOTA.—Somos por principio contra explicações sobre a encenação de um espectáculo de Teatro e já temos dito que encenar é fazer poesia,—e poesia, não se explica,—sente-se. Apenas desejamos dizer duas palavras sobre a construção deste espectáculo; realizar um espectáculo com profissionais, por vezes, é uma amargura dolorosa, mas realizá-lo com amadores, que se iniciam, é uma tortura para quem é dirigido; compreendemo-lo e deixamos aqui expresso o nosso agradecimento e o da Junta de Acção Social aos que foram capazes de chegar ao fim, aguentando o sofrimento doloroso porque passaram.

nunes vidal

DISTRIBUIÇÃO

(POR ORDEM DE ENTRADA EM CENA)

ZÊ JOÃO	antónio andrade
PAILETAS.	josé joão
MARIA	maria jecinta caldeira
GATO	josé alves
JOAQUINA	emília batista
ROLO	manuel candeias
HOMEM	josé francisco
REGEDOR.	adelino póvoa
CAVACO	joaquim da conceição
CARCEREIRO	silvério ramos
INSPECTOR	antónio garcia
GUARDA	silvério ramos
UM SENHOR	josé alves
DIRECÇÃO DE CENA DE	joão caldeira
SOM DE	antónio silvério
LUZ DE	adelino póvoa

Programa da peça de teatro "Clandestinos", de Monteiro Nunes (1967), com o respectivo elenco.

Mas a actividade teatral também acontecia, pelos anos 60 do século passado, de forma mais espontânea, sob a forma de récitas organizadas por grupos de jovens. Eram ensaiados pela D. Isaura, regente escolar do Vale de Ródão que morava em Marvão, na Rua de Cima. Os ensaios decorriam no antigo edifício do Teatro de Marvão, naquela altura ocupado com a Escola Primária do Asilo das Raparigas. Eram os chamados serões de variedades, com teatro (geralmente, dramas), declamação de poesia, cantigas, anedotas, etc. Realizavam espectáculos em Marvão, na fundição, e pelas freguesias, juntando algum dinheiro a que depois davam um destino consensualizado, como por exemplo, a compra de um gira-discos para a realização de bailes⁽⁷⁾.

Teatro em
Marvão

DIA 26 DE JULHO DE 1963
22 horas

A juventude de Marvão,
representará na sua terra, a
peça:
"Sombra e Luz"

Interpretes:

LUIZ	— Celeste Rosado
MARIA	— Maria José Candeias
JOÃO	— José Manuel
BRANCA	— Céu Garcia
MENSAGEIRO	— Manuel Candeias
ABADE	— Laurinda Padetro
RAPARIGA	— Maria de Jesus

ACTO DE VARIEDADES

Cantigas populares
Fados
Duetos
Marchas.
etc.

Este programa pode ser alterado por qualquer motivo imprevisto.
Tip. Sequira — R. A. das Areias, 21-203-206-207

Relativamente ao cinema, e como acontecia em muitas outras localidades, empresas projecionistas passavam pela vila e proporcionavam a visualização de filmes, previa-

mente anunciados. Se estava bom tempo, a projecção tinha lugar no terraço da Casa do Povo; de contrário, era utilizada a ampla sala da fundição.



EMPRESA ALENTEJO CINE

Apresenta em MARVÃO

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 1949 — A's 21,30 horas

SELVAGEM CATIVA

Uma rapariga encantadora criada por meio de transfusões e enxertos glandulares entre um Orangotango e uma doente de um sanatório
Um filme de amor e de terrorismo, um monstro feminino num corpo lindo,
uma fúria indomável, só tinha um desejo: **MATAR**

Metade mulher, metade fera nasceu do horror para viver em terror

A MULHER GORILA

Está lá...? Quem fala?

Com o maior baritono da actualidade na mais deliciosa comédia musical
com **GINO BECHI** e **ANNETTE BACH**

O filme que o público e a critica
APLAUDIRAM

Um filme que é um encanto
para a vista e para o ouvido

Trechos de duas óperas celebres
A Africana e Palhaços

Todos os apreciadores de boa música
devem ver esta comédia
interpretada pelo
MAIS FAMOSO BARITONO DO MUNDO

PREÇOS

Cadeiras	5\$50
Superior	3\$50
Geral	2\$50
Meias entradas (até 10 anos)	1\$50

Sobre os preços incide a sobretaxa do F. S. S.

NOTA

Suspensão o espectáculo ou alterado o programa por qualquer circunstância, a Empresa em caso algum restituirá a importância dos bilhetes.

Tip. Casca—Portalegre, 30-3-049 100 ex.

E como não podia deixar de ser, a beleza natural do sítio e a vetustez do casario também convenceram produtores que escolheram a ambiência de Marvão para gravar cenas dos seus filmes. Foi o caso de “Dois dias no Paraíso”, dirigido por Arthur Duarte (1957) e “La guérrilléra”, dirigido

por Pierre Kast (1982). No primeiro dos casos, e tanto quanto julgamos saber (foi-nos impossível visualizar o filme completo), apenas se utilizaram trechos urbanos e paisagens de Marvão para enquadrar cenas que foram gravadas na Feira de S. Martinho da Venda do Pinheiro.



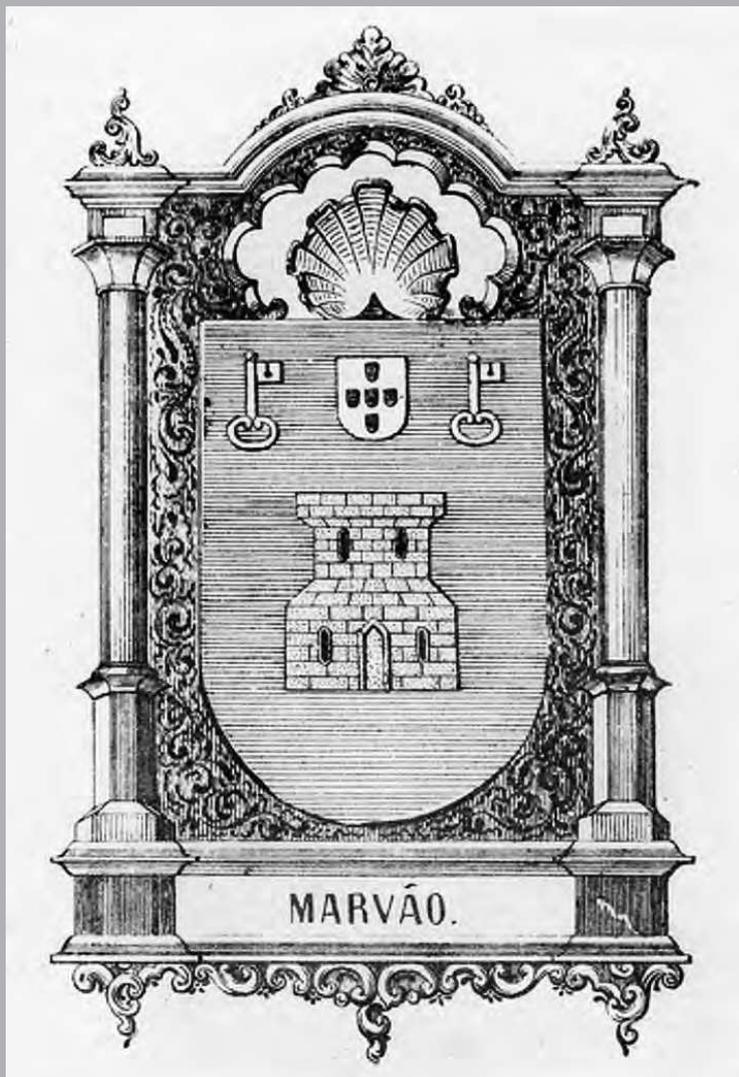
“Dois dias no Paraíso” (1957) com Virgílio Teixeira e Milú, dirigido por Arthur Duarte. Equipa de filmagens nas rochas, junto à Igreja de São Tiago. Jeremias da Conceição Dias é o primeiro homem a contar da esquerda. Na base da foto, os autógrafos dos actores e do realizador



Figurantes marvanenses no filme “La guérrilléra”, com Victoria Abril e Sérgio Godinho, entre outros, dirigido por Pierre Kast em 1982: **1.** Luís Rolo; **2.** Manuel Mendonça; **3.** Ana Teresa Mena; **4.** Joaquina Raposo

NOTAS

- 1) Maria do Céu Alves Garcia (1946-)
- 2) AHMM, SOCIEDADES, COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES, CLUBES (1936-2008), SRMRV 03/A/01/001 (12/01/1940).
- 3) AHMM, SOCIEDADES, COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES, CLUBES (1936-2008), SRMRV 03/A/02/002 (7 de Abril de 1940).
- 4) AHMM, SOCIEDADES, COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES, CLUBES (1936-2008), SRMRV 04/A/01/001 (13 de Janeiro de 1940).
- 5) AHMM, SOCIEDADES, COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES, CLUBES (1936-2008), SRMRVOS/K-A/01/001 (4 de Abril de 1940).
- 6) AHMM, SOCIEDADES, COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES, CLUBES (1936-2008), SRMRV 05/K-A/01/001 (4 de Abril de 1940).
- 7) Testemunho de Maria de Jesus Alves Garcia (1952-).





CONSIDERAÇÕES FINAIS



Na página anterior: a fotografia apresenta, nas costas, a seguinte nota: "Passagem del Rei D. Carlos pela Beirã". Poderá tratar-se da visita efectuada em Dezembro de 1902 (COELHO, 1988: 299). Os vereadores camarários estavam presentes, a julgar pelos quatro homens que exibem as varas dos pelouros municipais, junto ao respectivo estandarte; a outra bandeira, à direita, poderá ser a da Misericórdia. D. Carlos haveria de regressar em 1907, para uma caçada, mas dessa vez apeou-se na estação de caminho-de-ferro de Castelo de Vide.

Em cima: primitiva estação ferroviária de Marvão (Beirã)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “visita de estudo” que acabámos de fazer não desemboca numa conclusão porque não estivemos a fundamentar uma tese. Mais adequado será proceder a uma reflexão final sobre o percurso que fizemos e sobre a utilidade do conhecimento histórico que produzimos. Mas podemos concluir, ao nível da metodologia e das fontes utilizadas, que elas se mostraram adequadas para atingir o objectivo da investigação. E relativamente aos testemunhos orais, pudemos comprovar a sua enorme importância num estudo monográfico deste género: há muita informação, e por vezes decisiva, que morre com os seus detentores (o que infelizmente aconteceu no decurso desta investigação) e não se encontra disponível noutra qualquer tipo de fonte!

A dificuldade em concluir algo também se prende com a grande amplitude do objectivo geral de estudo – conhecer uma pequena povoação, mas milenar, e investigada de variadíssimos pontos de vista - e com a propositada imprecisão dos objectivos específicos da investigação. Fomos andando, rua a rua, tentando retirar das fontes, nas balizas temporais que as mesmas permitem, o máximo conhecimento, detendo-nos, inúmeras vezes, perante linhas de investigação que nos levariam demasiado longe, ou então, a becos sem saída.

A razão de ser desta opção investigativa, como referimos na Introdução, prende-se com o facto de se conhecer muito pouco sobre a história da vila propriamente dita, nos seus aspectos mais autênticos, menos superestruturais. E era impossível abrir a tampa de uma arca fechada no sótão (no arquivo histórico) e alhearmo-nos da riqueza de informação que nos ia chegando às mãos para nos determos apenas num qualquer tema. Por exemplo, na Misericórdia (e mesmo aqui poderíamos desdobrar a instituição em vários objectos/objectivos de estudo parcelares), ou nos expostos, ou na governação municipal, ou na história militar da fortaleza, ou na demografia da vila, ou nos aspectos histórico-sociológicos (nomeadamente, referentes às principais famílias marvanenses), ou nos aspectos judiciais e prisionais, ou na caracterização mais aprofundada das várias arquitecturas e do património artístico, ou na interessantíssima história do Convento de Nossa Senhora da Estrela e das suas belicosas relações com o clero secular, ou na história paroquial, designadamente no que os franciscanos chamavam de “comercio de caridade” e “joyo da propriedade”, etc., etc., etc. Isto para, de supetão, indicar linhas de investigação futuras que foram surgindo com o nosso andar. Para reaproveitar a imagem, abrimos a arca que estava fechada no sótão; e agora sirvam-se! Que este seja o princípio de vários caminhos que agora se descobriram.

Talvez fosse adequado fazer uma síntese final. Mas é tal a diversidade de informação que surge em cada rua, em cada largo, que se encontra agarrada aos edifícios, que nos faz saltar para outros edifícios e pessoas de uma outra rua, ou recuar ou saltar no tempo, que não se afigura possível uma síntese sem compartimentar assuntos e sintetizar parceladamente. São nomes e nomes, por vezes caras, fotografias que desfilam e se entrecruzam, ligadas a

pequenas ou grandes peripécias. São factos que surgem inesperadamente e nos dão aguarelas de um tempo e de um lugar, o que pode acontecer numa simples mercearia ou numa taberna. Ou através de um pregão feito “a som de campã tangida”.

Mas apesar da multitude de factos, contextos, pessoas, sítios e tempos que se entrecrocaram, há impressões que ficam gravadas: Marvão tem uma história de sobrevivência! A vida das pessoas, aqui, nunca foi fácil. Quer para construir a vila e a sua fortaleza, a poder de homiziados que para aqui vinham cumprir pena, quer para a defender enquanto fortificação estratégica nacional, quer para, actualmente, lhe dar sustentabilidade económica e social. A descrição (que deixámos) das invernias no séc. XVII e do ambiente infernal que se vivia no interior das casas (que nem chaminés tinham), bem como o desejo de abandonar Marvão nos primeiros anos da República, criticando-se os teimosos que remoíam na “ideia anacrónica de se agarrarem àquele fatal desespero”, não nos deixam dúvidas. E se pensarmos que há meia dúzia de anos ainda não havia electricidade, esgotos ou simplesmente água... estamos perante um quadro muito realista do que foi a história de Marvão! Fixe-se este indicador: as datas de inauguração da electricidade na capital de distrito (Portalegre) e em Marvão, separadas por uns escassos 20 km, têm meio século de permissão! Mas, paralelamente a essa história de sobrevivência, há uma pureza de ares e uma beleza do lugar que se impõe ao visitante, multiplicando-se as histórias dos que vieram de visita e se apaixonaram, permanecendo na família, até aos dias de hoje, as casas que então compraram para seu refúgio romântico, ou “para morrer num poema”, como escreveu Al Berto.

Fica então esta narrativa histórica densa, contada a passo, rua a rua, entre os meados dos séc. XVIII e o advento da Democracia, não havendo outro modo de a consultar que não seja a procura, dentro do livro, como se dentro da vila fosse: para determinado tema, procurem-se as ruas, os lugares, os edifícios que foram sede ou cenário dos acontecimentos. Podíamos chamar a este estudo, uma história local cartografada na malha urbana, ao jeito das antigas corografias. E voltando à questão do Património, as janelas que aqui abrimos para o passado da vila, sejam as pontes de conhecimento e de sentimento que reforcem o apego da comunidade à sua terra, ajudem a definir os contornos do seu *genius loci* e permitam uma melhor interpretação turístico-cultural da mesma. A história de um país é a resultante, em contínuo enriquecimento, do somatório de todas as monografias parcelares que a tornam mais rica e mais autêntica. Entendemos que, sobretudo em lugares como este, há que dar rosto ao Património, para que o mesmo deixe de ser um simples conjunto de abstrações académicas – necessárias mas não suficientes - sem a singularidade que o tempo e o lugar conjugados lhe conferem.



Arquivo Histórico Municipal de Marvão

2.
LIURO 2

Que hade servir p^a nelle se
escreverem os Roes dos Confessados
e Comungados da Parrochial Igreja
de S. Thiaço da Uilla de Marvão do
Bispado de Por.^{te} s. de Abril do an.^o de

1764

1770

FONTES E BIBLIOGRAFIA



Na página anterior: capa do manuscrito em que estão registados os paroquianos da Freguesia de São Tiago que se confessaram e comungaram, pela Quaresma, entre 1764 e 1777

Em cima: cédulas de 1 e de 2 centavos emitidas pela CMM em 1919; devido à escassez da nova moeda em circulação – o Escudo, a partir de 1913/14 –, era vulgar as câmaras municipais emitirem cédulas (notas) para facilitar as transações comerciais. Tal verificou-se, principalmente, no período de 1917 a 1924

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE MARVÃO

1.1.1 FUNDO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO

- ACTAS DAS SESSÕES (1861-1917)
- ACTAS DE VERAÇÃO (1647-1954)
- ARREMATAÇÕES DOS BENS DO CONCELHO (1678-1893)
- CÓDIGOS E POSTURAS MUNICIPAIS (1845-1883)
- CONTRIBUIÇÃO DA DÉCIMA (1820-1834)
- INVENTÁRIO DE BENS E DO ARQUIVO (1868-1895)
- JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA (1939-1970)
- NOVO IMPOSTO DAS JANELAS (1832-1834)
- NOVO TOMBO DOS BENS DO CONCELHO (1866)
- PASTA DE DOCUMENTOS NÃO CATALOGADOS (doc. 1826)
- PASTA DOS PROGRAMAS DE FESTAS
- RECEITA E DESPESA (1808-1844)
- RECEITA E DESPESA EFECTIVA (1850-1908)
- RECENSEAMENTO ELEITORAL DE ELEITORES E ELEGÍVEIS (1842-1889)
- SOCIEDADES, COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES, CLUBES (1936-2008)
- VÁRIOS FUNDOS (Mç 112)

1.1.2 FUNDO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO

- VÁRIAS CAIXAS COM DOCUMENTAÇÃO DIVERSA, NOMEADAMENTE, LIVROS DE ACTAS, TOMBO DA MISERICÓRDIA DE 1818, INVENTÁRIO DAS FAZENDAS (...) PERTENCENTES AO HOSPITAL DESTA MISERICÓRDIA DE MARVÃO, RECEITA E DESPESA DA MISERICÓRDIA E DO HOSPITAL.
- LIVRO COM OS BOLETINS DA SCMM ENCADERNADOS:
 - Boletim da Misericórdia, n.º 2, de 1 de Dezembro de 1951*
 - Boletim da Misericórdia, n.º 10 de 1 de Agosto de 1952*
 - Boletim da Misericórdia, n.º 17 de 1 de Março de 1953*
 - Boletim da Misericórdia, n.º 29 de 1 de Março de 1954*
 - Boletim da Misericórdia, n.º 31 de 1 de Maio de 1954*
 - Boletim da Misericórdia, n.º 35 de 1 de Setembro de 1954*
 - Boletim da Misericórdia, n.º 54 de 1 de Abril de 1956*

1.1.3 FUNDO DO ARQUIVO PAROQUIAL DE SÃO TIAGO

1.1.3.1 JUNTA DA PARÓQUIA DE SANTA MARIA

- CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
- CONTAS
- FÁBRICA DE SANTA MARIA
- IRMANDADE DAS CHAGAS DE CRISTO
- IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO
- LIVROS DE VISITAÇÕES
- RÓIS DE CONFESSADOS

1.1.3.2 JUNTA DA PARÓQUIA DE SÃO TIAGO

- LIVROS DE VISITAÇÕES
- RÓIS DE CONFESSADOS

1.2 ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO

- Proc. Obras Camarárias, Pasta 34-OC (1984)
- Proc. Obras Camarárias, M-18C79 (GAT)
- Livro do Cadastro dos Funcionários da Câmara Municipal de Marvão

1.3 ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO

- LIVROS DE ACTAS DA MESA ADMINISTRATIVA E ACTAS CONJUNTAS DOS VÁRIOS ÓRGÃOS

1.4 ARQUIVO DO SERVIÇO DE FINANÇAS DE MARVÃO

- Matriz Predial Urbana de 1930, folha n.º 4 v.º, Art.º 18

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1.5 ARQUIVO DA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE MARVÃO

Informações várias sobre alguns edifícios da Rua Dr. António Matos Magalhães

1.6 ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR DE LISBOA

OFÍCIOS DE JOSÉ GODINHO DE CARVALHO, GOVERNADOR DA PRAÇA DE MARVÃO (...), PT/AH-M/DIV/1/06/14/15

VÁRIOS DOCUMENTOS DA 3ª Divisão, 9ª Secção

1.7 ARQUIVO DA SÉ DE PORTALEGRE

- Livro de Visitações da Igreja de Santa Maria de Marvão, visitação de 19 de Maio de 1777.

- Livro de visitasões da Igreja de São Tiago de Marvão que começa no ano de 1749.

- Livro de Visitações da Igreja de São Tiago, “Livro dos Capp.os da Igreja q. costumão fazer os Visitadores (...) nesta Parochial de Santiago de Marvão, Capitulos de Visita, L.º 2º, (a partir de 1701; livro com várias deficiências na numeração das folhas): “Obras que se mandarão fazer na Igr.ª de S. Thiago (...)”, logo após 1755; “Obras que se fizeram por Conta dos Rendim.ºs da Igr.ª em q.e (...) no anno de 1756”; Inventário de 1776; “Edital de Suprecaõ e extinçãõ dete Priorado e anexação delle ao Convt.º de Estremos (...)”, 1783.

- Livro de Visitações da Igreja de São Tiago, “Capitulos de Vizitas de S. Thiago de Marvão”, Livro 3º, com abertura no ano de 1783.

1.8 ARQUIVO DO FORTE DE SACAÉM DO IHRU

- Documentação (desenhos, fotografias, processos de obras da antiga DGEMN) referente aos seguintes imóveis classificados da vila de Marvão: fortificações, Igreja de Santa Maria e Igreja de São Tiago.

- DGEMN – DREMS – Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, Processo no 271 referente à Igreja de Santa Maria de Marvão.

- DGEMN – DREMS – Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, Igreja de Santa Maria de Marvão, 12.10.02.0007, Portalegre, 036, DGEMN: DREMS 2320. (L.º corresp. N.º 135, Fls. 98, v., 22 de Dezembro de 1971).

- DGEMN – DREMS – Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, Igreja São Tiago, S.12.10.02/001, DGEMN: DREMS 0272, 264/3 (1971); Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1957.

- DGEMN – DREMS – Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, Igreja São Tiago, S.12.10.02/001, DGEMN: DREMS 0272, 264/4 (1974).

1.9 ARQUIVO GERAL DO EXÉRCITO

- Folha de matrícula de Jeremias da Conceição Dias, S.º Mec. 52873011

2. BIBLIOGRAFIA CITADA

AFONSO, Luis Urbano – “A pintura mural portuguesa entre 1400 e 1550”. In *Primitivos Portugueses (1450-1550). O século de Nuno Gonçalves*, Athena, Lisboa, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Livraria Civilização-Editora, Porto e Lisboa, 1971.

ALVES, Adalberto - *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, INCN, Lisboa, 2013.

ARIÈS, Philippe e DUBY, George (Dir.) - *Histoire de la vie privée*, vol. 1, Seuil, Paris, 1985.

AZEVEDO, Carlos (Dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores, vol. (C-I), S. L., 2000.

AZEVEDO, Luis Marinho de – *Commentarios dos Valerosos Feitos qve os Portvgveses obraram (...)*, Oficina de Lovrenço de Anvéres, Lisboa, 1644.

AZEVEDO, Rui de, COSTA, Avelino de Jesus da (Pe.) e PEREIRA, Marcelino Rodrigues (eds.) - *Documentos de D. Sancho I*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979.

BARATA, José Pedro Martins – “A Herdade Templária da Açaf”, in *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 11, CSIC, 1981.

BELÉM, Fr. Jeronymo de - *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves (...)*, Livro VI, Cap. XIV Lisboa, 1759.

BOAVENTURA, S. – *Opera omnia*, t. VIII, Quaracchi, Florença, 1898.

BRANQUINHO DA FONSECA – “O Conspirador”, in *Caminhos Magnéticos*, Portugalíia, Lisboa, 1967.

BUCHO, Domingos – *Cidade-quartel Fronteira de Elvas e suas Fortificações*, CME, Elvas, 2013.

- BULHÕES, Miguel de - *A Fazenda Pública de Portugal (...)*, cf. relatório sobre a extinção dos dízimos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1884.
- CASTRO, Fernanda – *Ao Fim da Memória II, 1939-1987*, SPA e Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2006.
- COELHO, Possidónio Mateus Laranjo – *Terras de Odiana*, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e de Marvão, Lisboa, 1988.
- Idem*, *O Castelo e a Fortaleza de Marvão*, Tip. Adolpho de Mendonça, Lisboa, 1916.
- Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique – *Monumenta Henricina*, vol. VIII (1443-1445), Coimbra, 1967.
- COSTA, L. de Mendonça – *Manual do Viajante em Portugal*, Typographia da Gazeta dos Caminhos-de-Ferro, Lisboa, 1907.
- DIAS, Jeremias da Conceição - “Comunicado de Marvão. O Senhor Padre Augusto e as suas inconveniências”, in *A Rabeca* de 28 de Setembro de 1960.
- FARIA, António Machado de - “Armas Nacionais”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, vol. I, Iniciativas Editoriais, Porto, 1979.
- FIGUEIREDO, José Anastácio de – *Nova História da Militar Ordem de Malta (...)*, Parte II, Oficina de Simão Thadeo Ferreira, Lisboa, 1800.
- GUEDES, Lívio da Costa - “A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold 1798”, in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 60, Lisboa, 1992.
- JIMÉNEZ, Jesús Meneses – *Ibn Marwan “El Gallego”*, edição de autor, s. l., 2005.
- JORGE, Ana Maria C. M. - “Organização eclesiástica do espaço”, in *História Religiosa de Portugal*, vol. I, CL, Rio de Mouro, 2000.
- JOSEPH, Michael - *An Ensign in the Peninsular War / The Letters of John Aitchison*, W. F. K. Thompson, Londres, 1981.
- LOPES, Maria Antónia – “As Misericórdias: de D. José ao final do século XX”, in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coordenação científica de José Pedro Paiva, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2002.
- KEIL, Luís – *Inventário Artístico de Portugal*, vol. I, Distrito de Portalegre, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira - *Marvão nas Campanhas da Liberdade, Separata de Brados do Alentejo* n.ºs 158 a 215, Estremoz, 1934/35.
- LOUÇÃO, Joaquim Dias – *In Memoriam Joaquim Lopes Subtil (1865-1943)*, Separata do Correio de Portalegre, n.º 126 de 29 de Janeiro de 1948.
- MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio - “O actual concelho de Marvão e suas freguesias nas Memórias Paroquiais de 1758”, in *IBN MARUÁN*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 3, Câmara Municipal de Marvão, Dezembro de 1993.
- MAGALHÃES, A. - “Marvão”, in *O Distrito de Portalegre*, n.º(s) 2004/2005, de 13 de Setembro de 1912.
- MAIOR, Diogo Pereira Sotto – *Tratado da Cidade de Portalegre*, INCM-CMP, Portalegre, 1984.
- MATTOS, Gastão de Mello de – *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Publicações da Comissão de História Militar, vol. IV Comemorativo do Centenário da Restauração, Lisboa, 1941.
- MENEZES, D. Luís de, Terceiro Conde da Ericeira (1632-1690) - *História de Portugal Restaurado*, 2 vols., Lisboa, 1676.
- MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses nos Finais da Idade Média*, Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.
- MORENO, Humberto Baquero - *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI*, Ed. Presença, Lisboa, 1986.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

MOURA, José Dinis da Graça Motta e – *Memória Histórica da Notável Vila de Niza, fac-simile* da edição de 1855, INCM, Lisboa, 1982.

NEVES, José Acúrcio das – *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, tomo III, Lisboa, 1811.

OLIVEIRA, P. Miguel de – *As Paróquias Rurais Portuguesas sua Origem e Formação*, União Gráfica, Lisboa, 1950.

PAÇO, Afonso do – *Carta Arqueológica do Concelho de Marvão*, Imprensa Portuguesa, Lisboa, 1953.

PAIVA, José Pedro (coord.) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. I, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2002.

PATRÃO, José Dias Heitor – “Visitações à Igreja de Santa Maria de Marvão”, in *Ibn Maruan*, n.º 9/10, 1999-2000.

PEREIRA, Mário - “Da torre ao baluarte”, *A Arquitectura Militar da Expansão Portuguesa*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1994.

PEREIRA, Nuno Teotónio – *Tempos, Lugares, Pessoas*, Contemporânea / Jornal Público, Lisboa, 1996.

PINA, Rui de – *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz, sexto rey de Portugal*, del Rei D. Dinis, Lisboa Occidental, Off. Ferreyriana, 1729, Capítulo XXXII.

PINHARANDA, J. Gomes – *História da Docese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum, coord. científica de José Pedro Paiva, *Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*, vol. 9, tomo I, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2010.
Idem, vol. III, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2004.

RODRIGUES, Paulo S. - “O fresco de Santa Maria de Marvão: Santa Madalena, São Bartolomeu e Santa Margarida”, *Ibn Maruan*, Marvão, 2003.

RÜSEN, Jörn – “A História entre a Modernidade e a Pós-modernidade”, in *História: questões e debates*, vol. 14, n.º(s) 26/27, Curitiba, 1997.

SELVAGEM, Carlos - *Portugal Militar*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. l., 1990.

SEPÚLVEDA, Christovam Ayres de Magalhães - *História Orgânica e Política do Exército Português*, Provas, vol. VIII, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1919.

SERRÃO, Vítor – “O Túmulo de D. Jerónimo Mascarenhas no Bom Jesus de Goa e a tónica do sincretismo na Índia portuguesa ao tempo dos Filipes: ourivesaria, escultura, pintura”, *Actas do Congresso Goa: Passado e Presente*, vol. I, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2007.

SIDARUS, Adel - “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”, in *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 1, Câmara Municipal de Marvão, Novembro de 1991.

SOLEDADE, Frei Fernando - *História Seráfica Cronológica da Ordem de São Francisco (...)*, tomo III, Officina de Manoel J. L. Ferreyra, Lisboa, 1705.

SORIANO, Luz - *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, 3ª época, tomo V, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885.

SORIANO, Luz – *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, 3ª época, tomo V, Imprensa Nacional, Lisboa, 1866-1890.

TEIXEIRA, Clara – “Do selo postal CTT à criação do banco postal”, in revista *Visão*, n.º 1203 de 2016. *Vencer a Distância. Cinco Séculos dos Correios em Portugal*, Museu das Comunicações, s. l., s. d.

VENTURA, António - “Marvão na Primeira Guerra Carlista e nas Guerras Liberais - alguns documentos da secretaria do General António Álvares Pereira”, in *A Cidade*, n.º 1 (Nova Série), 1988.

Idem, *Publicações Periódicas de Portalegre (1834-1974)*, C. M. P., Portalegre, 1991.

Idem, "Alguns documentos do Serviço Histórico Militar de Madrid referentes à Comarca de Portalegre (1801)", in *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*, n.º 8 (nova série), 1993.

Idem, *Guerra de 1801. Diários de Operações das Divisões Espanholas e do Exército contra Portugal*, Separata do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n.º 16 – MCMXCV.

VORÁGINE, Santiago de la – *La Leyenda Dorada*, 1, Alianza Editorial, Madrid, 2006.

ZUFFI, Stefano – *Episodios y personajes del Evangelio, Electa*, Barcelona, 2003.

3. IMPRENSA PERIÓDICA REFERIDA

A República (30/1/1966); *Voz Portalegrense* (10/3/1973); *Diário de Lisboa* (23/2/73); *Capital* (23/2/73); *O Diário Popular* (24/2/1973); *A República* (26/2/1973); *O Século* (24/2/1973); *O Comércio do Porto* (23/2/1973); *A Rabeca* (1 e 8/3/1973); *O Distrito de Portalegre* (3/3/1973); *A Província de Angola* (3/3/1973); *O Jornal de Elvas* (15/3/1973); *Rádio Clube Português* (24/2/1973); *Vida Mundial* (9/3/1973); *Jornal do Comércio* (15/3/1973); *Linhas de Elvas* (17/3/1973); *Gazeta do Sul* (31/3/1973).

4. LEGISLAÇÃO

- Código Administrativo de 1878
- Código Administrativo (Lei de 4 de Maio de 1896)
- Leis n.º 3 de 3 de Julho de 1913 e n.º 88 de 7 de Agosto de 1913
- Lei n.º 1152, Diário do Governo, I Série, n.º 84, de 23 de Abril de 1921
- Decreto-Lei n.º 11 875 de 13 de Julho de 1926
- Decreto-Lei n.º 27 424, de 31 de Dezembro de 1936 e Decreto-Lei n.º 31 095, de 31 de Dezembro de 1940
- Código Administrativo de 1936-40 (Decreto-Lei n.º 27.424 de 31 de Dezembro de 1936)
- Constituição da República Portuguesa de 1976, aprovada a 2 de Abril / Decreto-Lei n.º 701-B/76 de 29 de Setembro / Decreto-Lei n.º 757/76 de 21 de Outubro

5. WEBGRAFIA

Almanaque Republicano: José Carrilho Videira

(<http://arepublicano.blogspot.pt/2007/08/jos-carrilho-videira-parte-ii-alem-do.html>)

Arquitetura franciscana e população dos conventos

- JORGE, Virgolino Ferreira – "As igrejas medievais dos Franciscanos em Portugal. Síntese de caracterização tipomorfológica", Lisboa, 2011. (<https://www.academia.edu/5669125/>)
- População dos conventos (<http://www.editorialfranciscana.org/portal/index.php?id=5653>)

Arquivo Distrital de Portalegre

- CARTÓRIO NOTARIAL DE PORTALEGRE (ADP,CNPTG/02/001/0004)
- CARTÓRIO NOTARIAL DE MARVÃO (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=993838>)
- ESTATUTOS DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES (digitarq.adptg.arquivos.pt/viewer?id=1042615)
- GOVERNO CIVIL DE PORTALEGRE (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1001174>)
- GRÃO PRIORADO DO CRATO (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3910400>)
- PARÓQUIA DE SANTA MARIA DE MARVÃO (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1012149>)
- REGISTOS DE BAPTISMOS (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/viewer?id=1012241>)
- REGISTO DE TABELIÃES E NOTÁRIOS (<http://adptg.dglab.gov.pt/fundos-e-colecoes/notariais/concelho-de-marvaio/>)
- REGISTOS DE BAPTISMOS (<http://digitarq.adptg.arquivos.pt/viewer?id=1012165>)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- CONVENTO DA NOSSA SENHORA DA ESTRELA DE MARVÃO (PT/TT/CNSEN/005/0001,DOCS.1e2)
- (PT/TT/CNSEN/001/0001)
- (PT/TT/MF-DGFP/E/001/00252)

Arquivo Histórico da Presidência da República

(<http://arquivo.presidencia.pt/details?id=125066>)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

As 14 obras de misericórdia

(<http://www.ump.pt/misericordias>)

Bombeiros de Marvão

Catarina Bucho Machado A Primeira Associação dos Bombeiros Voluntários de Marvão
(<http://bombeirosdemarvao.no.sapo.pt/historia.htm>)

Cartografia militar portuguesa referente à Praça de Marvão

(<http://www.sidcarta.exercito.pt>)

Constituições Gerais da Ordem de São Francisco

(<http://individual.utoronto.ca/jwrobinson/texts/constitutiones-generales-ofm.pdf>)

Dr. José Lourenço Marques Crespo

(<http://www.cm-estremoz.pt/index.php?it=136&lang=1>)

Enciclopédia católica online

(http://ec.aciprensa.com/wiki/Indulgencias#Varios_tipos_de_Indulgencias)

Fundação Mário Soares

(<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07499.065.001>)

GENEALL, Portal de Genealogia

(http://old.geneall.net/B/fam_page.php?id=563)

Identificação oficial das ruas e atribuição de números de polícia

(<http://www.fpc.pt/Portals/0/PDF%20Exposicoes/Percurso%20de%20Correios.pdf>)

Memórias Paroquiais de Marvão, Paróquias de Santa Maria e de São Tiago

(<http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvao/5182-marvao-santa-maria>)

(<http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/152-marvao/5187-marvao-santiago>)

Manuel Gandra, sobre a cruz dos Templários

“Houve Templários em Mafra, durante a Idade Média? – Considerações a propósito das cruzes distintivas das Ordens do Templo e de Cristo”

(<http://www.cesdies.net/ordem-do-templo-de-portugal/fsp/07.6%20Templario%20Gandra.pdf>)

Palafrem

(<http://www.littre.org/definition/palefroi/>) (ver Étymologie)

Parlamento: Manuel Ribeiro Ramalho

(http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresda-CamaraCorporativa%5Chtml/pdf/r/ribeiro_manuel_ramalho.pdf)

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (DGPC)

(<http://www.monumentos.pt>)

Arquivos e colecções (desenhos, fotografias e textos) referentes às fortificações, à Igreja de Santa Maria e à Igreja de São Tiago de Marvão.

Universidades do Porto e de Lisboa

- FERNANDES, Maria Cristina R. de S. - A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção), Tese de Doutoramento, F. L. Universidade do Porto, 2009, pp. 203 e 204.

(<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/.../doutmariafernandesordem000084628.pdf>)

- FIGUEIREDO, Ana - Os Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição: análise histórica, tipológica, artística e iconográfica, tese de doutoramento, 2009 (repositorio.ul.pt/handle/10451/549)

- MONTEIRO, Patricia - A Pintura Mural no Norte Alentejo (séculos XVI a XVIII), Núcleos temáticos da Serra de São Mamede, Tese de doutoramento, faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. (<http://hdl.handle.net/10451/8454>)

- SANTOS, Filipa – O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento, Dissertação de mestrado em História Medieval, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa, 2011.

(http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6915/1/ulfl14354_tm.pdf)

